COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ESCLARECER EM QUE CIRCUNSTÂNCIAS OCORREU A MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART, EM 6 DE DEZEMBRO DE 1976, NA PROVÍNCIA DE CORRIENTES, NA ARGENTINA.

RELATÓRIO FINAL

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

1. INTRODUÇÃO

2. A IMPRENSA E A MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART

3. DEPOIMENTOS RECOLHIDOS EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

    3.1. Depoimento de natureza predominantemente pessoal

    3.2. Depoimentos de natureza predominantemente política

    3.3. Depoimentos de natureza predominantemente técnica

    3.4. Depoimentos de natureza predominantemente testemunhal

4. INVESTIGAÇÕES REALIZADAS EM PAÍSES VIZINHOS

5. ANÁLISE HISTÓRICA E POLÍTICA

6. CONCLUSÃO

ANEXO

COMPOSIÇÃO DA

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A “ESCLARECER EM QUE CIRCUNSTÂNCIAS OCORREU A MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART, EM 6 DE DEZEMBRO DE 1976, NA ESTÂNCIA DE SUA PROPRIEDADE, NA PROVÍNCIA DE CORRIENTES, NA ARGENTINA”. (COMISSÃO EXTERNA – MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART).

PRESIDENTE: Deputado REGINALDO GERMANO (PFL-BA)

1º VICE PRESIDENTE: Deputado CORIOLANO SALES (PMDB-BA)

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado MARCOS ROLIM (PT-RS)

3º VICE-PRESIDENTE: Deputado LUIS CARLOS HEINZE (PPB-RS)

RELATOR: Deputado MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ)

Bloco PSDB/PTB: NELSON MARCHEZAN; VICENTE CAROPRESO; YEDA CRUSIUS (titulares); LUIZ PIAUHYLINO; MARISA SERRANO (suplentes).

Bloco PMDB/PST/PTN: CORIOLANO SALES; OSVALDO BIOLCHI (titulares); JORGE PINHEIRO; LUIZ BITTENCOURT (suplentes).

PFL: REGINALDO GERMANO; ROBSON TUMA (titulares); LAURA CARNEIRO; SÉRGIO BARCELLOS (suplentes)

PT: MARCOS ROLIM (titular); NILMÁRIO MIRANDA (suplente)

PPB: LUIS CARLOS HEINZE (titular)

PDT: MIRO TEIXEIRA (titular); NEIVA MOREIRA (suplente)

Bloco PSB/PCdoB: PEDRO VALADARES (titular); AGNELO QUEIROZ (suplente)

Bloco PL/PSL: DE VELASCO (titular); CABO JÚLIO – PST (suplente)

1. INTRODUÇÃO

A Comissão Externa destinada a esclarecer em que circunstâncias ocorreu a morte do ex-presidente João Goulart foi constituída, nos termos do art. 38 do Regimento Interno, por ato da presidência da Câmara dos Deputados, assinado pelo então presidente, deputado Michel Temer, em 23 de maio de 2000, atendendo a requerimento deste relator.

A instalação da Comissão Externa situa-se no contexto da retomada da discussão pública sobre a ação coordenada dos órgãos de repressão de vários países do cone sul da América Latina, principalmente na década de 70, conhecida como operação condor.

A Câmara dos Deputados, percebendo a importância da questão, inclusive para a reconstituição da memória nacional, engajou-se na pesquisa em várias frentes. São exemplos desse engajamento, a criação de uma subcomissão na Comissão de Direitos Humanos (permanente) e a instalação de duas comissões especiais (temporárias), cada uma encarregada de acompanhar as investigações sobre a morte de um ex-presidente da República, João Goulart e Juscelino Kubitschek, ambas ocorridas no período de auge da operação condor.

Os trabalhos desta Comissão Externa se pautaram pela idéia de que a morte do ex-presidente João Goulart não poderia ser excluída das investigações sobre a história recente da repressão em nosso continente. As razões que fundamentam essa idéia ficarão claras ao longo do relatório. Por agora, basta lembrar as circunstâncias dúbias de seu falecimento, a coincidência temporal com o auge da operação condor e a relevância que a derrubada de seu governo, em 1964, apresenta como ponto de partida da consolidação de regimes ditatoriais no cone sul.

Desde o início, contudo, os membros da Comissão estiveram conscientes do paradoxo que marcaria seus trabalhos. De um lado, tratava-se de garantir que um dos fatos mais significativos da história recente do país e do continente não fosse excluído do processo de avaliação do movimento repressivo que recentemente se abateu sobre o cone sul. De outro lado, havia a consciência de que as circunstâncias da morte, ocorrida há vinte e cinco anos,

sem que houvesse um laudo pericial adequado, não traziam grande esperança sobre o surgimento de alguma prova conclusiva a favor ou contra a hipótese de homicídio.

A Comissão realizou audiências públicas com várias pessoas que acompanharam os últimos dias do ex-presidente João Goulart, recolhendo depoimentos, inclusive no Rio Grande do Sul, seu estado de origem, próximo do qual faleceu e onde foi enterrado; recapitulou e discutiu a história política do período, aproveitando a oportunidade única de contar com a presença, na Câmara dos Deputados, de parlamentares que tiveram participação decisiva nos eventos daquela quadra; manteve-se aberta e recebeu contribuições de cidadãos interessados em contribuir espontaneamente com seus trabalhos; aproveitou as reportagens da imprensa; dirigiu-se aos países vizinhos quando se fez necessário recolher informações pessoalmente.

O relatório da Comissão reproduz fielmente as informações colhidas em depoimentos, ainda quando não tenha sido possível encontrar-lhes o nexo preciso com a investigação, desde que mostrem alguma ligação com a morte de João Goulart ou com a situação política da época. Trata-se, afinal, de um repositório de informações para futuros investigadores.

Deve-se destacar que o trabalho desta Comissão Especial destinou-se, ainda, ao resgate da valiosa dimensão humana do ex-presidente. Esse último ponto, aparentemente descabido em uma investigação de caráter político, ganha sentido em função do trabalho de desgaste de sua memória, realizado pelo regime de 64 como parte da luta ideológica travada contra o regime anterior. Recuperar a imagem de um homem público probo, dedicado ao povo brasileiro e à grandeza da nação é um dever para com sua memória e com seus familiares, correligionários e amigos, mas, principalmente, para com as novas gerações, que devem conhecer nossa história para dela extrair exemplos e lições.

2. A IMPRENSA E A MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART

A investigação nos jornais brasileiros das três últimas décadas mostra a existência de três momentos em que a morte do ex-presidente João Goulart ganhou algum destaque na imprensa nacional. É importante realçar esse fato, porque cada um desses momentos indica uma situação política específica na história do país.

O primeiro bloco de reportagens se destina a informar, na própria época do falecimento, o fato da morte do ex-presidente. Houve, ali, um relevante rompimento da barreira que existia, ainda em finais de 1976, contra a exposição dos líderes políticos depostos em 1964 nos órgãos de comunicação. Tal rompimento era ainda mais significativo porque, mesmo a informação mais restrita sobre os acontecimentos, não deixava de ser desconfortável para o regime. Afinal, incluía manifestações de personalidades da política nacional, a recepção calorosa do povo do Rio Grande do Sul ao corpo do ex-presidente, enfim, fatos que revelavam a persistência, em corações e mentes, dos valores do regime deposto. Por outro lado, o excessivo cuidado perceptível na cobertura jornalística mostra que a censura, explícita ou velada -- eventualmente, até, auto-censura --, continuava forte, apesar do projeto de abertura que começava a ser apregoado pelo líderes da ditadura vigente.

No início da década de 1980, as circunstâncias da morte do ex-presidente João Goulart voltaram a receber certo destaque em órgãos de imprensa. É então que surgem suspeitas explícitas sobre a hipótese de assassinato. No entanto, a questão, que parecia destinada a ganhar vulto, rapidamente desaparece dos jornais. Trata-se, podemos dizer, de um teste pelo qual a incipiente democracia brasileira ainda não se mostrava capaz de passar.

Alguns fatores convergem para o relativo desaparecimento da questão. De um lado, o regime implantado em 1964 dispunha de força suficiente para impedir a livre investigação das suspeitas envolvidas na morte de João Goulart. De outro lado, as pessoas mais interessadas em encontrar respostas para suas dúvidas supunham, acertadamente, que a tentativa de aprofundar a análise, naquele momento, seria duplamente contraproducente: não havia a menor condição de se levar a cabo uma investigação imparcial, mas

havia a possibilidade real de que a tentativa de realizá-la prejudicasse a consolidação da abertura do regime.

Ademais, na época, não era fácil adquirir uma visão de conjunto sobre os acontecimentos trágicos que marcaram a América do Sul na década de 1970. As suspeitas envolvendo a morte do ex-presidente João Goulart ganham outra dimensão quando se apreende, de forma peremptória, sua contemporaneidade com o amplo aparato montado para a eliminação de lideranças políticas que pudessem significar, após a queda das ditaduras implantadas nos países do cone sul da América Latina, o retorno dos projetos políticos por elas depostos.

Na verdade, as descobertas, nessa área, têm sido tão impressionantes, que o risco maior para a história do país deixou de ser o esquecimento, propriamente dito, da necessidade de se investigar as condições em que faleceram algumas das lideranças populares sul-americanas mais significativas; o risco, agora, é que a especificidade de algumas mortes desapareçam em meio a descobertas tenebrosas sobre uma operação de magnitude inesperada.

A preocupação com o falecimento do ex-presidente João Goulart emerge, pela terceira vez, nos jornais brasileiros, no contexto da informação sobre essa ampla operação de eliminação de lideranças políticas. E esta Comissão Externa surge justamente para garantir que o caso particular não venha a desaparecer no interior da situação geral.

A situação política, agora, é outra. A circulação de informações nos jornais, muito mais ampla e livre que nos dois momentos anteriores, embora ainda aquém do desejável, mostra que o processo de democratização do país encontra-se em fase mais avançada. No entanto, não se devem subestimar as resistências, que subsistem, a uma investigação cuidadosa dos fatos. A própria amplitude do movimento repressivo, articulando agências de vários países, cria embaraços à investigação. As resistências não se situam apenas no âmbito nacional, mas incorporam acordos e solidariedades internacionais.

As reportagens publicadas no Jornal do Brasil, sobre a operação condor, entre 25 de abril e 31 de maio de 2000, merecem ser especialmente referidas neste relatório. O motivo é simples: temporalmente, elas se situam no início de nossa investigação, tanto por terem disseminado na

imprensa e na opinião pública o interesse por conhecer melhor a operação repressiva no continente, como por terem sido cuidadosamente analisadas para nelas obtermos indicações sobre linhas de investigação a serem seguidas posteriormente. Não é por outra razão, aliás, que essas reportagens foram citadas no próprio requerimento de constituição desta Comissão.

O Jornal do Brasil[1] informou, no fim de abril de 2000, com destaque, que o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Carlos Velloso, concedeu "autorização para o cumprimento de carta rogatória da Justiça argentina, pedindo aos órgãos brasileiros de segurança informações e documentos sobre três cidadãos argentinos que teriam sido detidos no Brasil, em 1980, e que depois desapareceram" (JB, 25/04/2000)[2].

A partir desse fato, o Jornal publicou uma série de reportagens sobre a cooperação entre os órgãos de segurança dos países do cone sul da América Latina e dos Estados Unidos, em operações de monitoramento, captura, tortura e morte de militantes políticos de oposição aos regimes de força que se iam impondo ao continente ao longo das décadas de 60 e 70.

As reportagens trazem indícios abundantes da existência de tal "cooperação": desde depoimentos de pessoas torturadas por agentes de segurança dos vários países, até documentos encontrados, principalmente, em arquivos da polícia recuperados e organizados por juízes paraguaios -- o chamado "arquivo do terror"[3].

A seguir, será incluída uma pequena amostra do que, no material oferecido pelo Jornal do Brasil, se relacionava com vários aspectos da futura investigação sobre a morte do ex-presidente João Goulart, em dezembro de 1976, na Argentina.

---

1 De agora em diante, o Jornal do Brasil será, repetidamente, referido pelas iniciais JB, muitas vezes acompanhadas da data da matéria referida no texto. As reportagens do Jornal do Brasil são, quase todas, assinadas. Os autores mais assíduos foram José Mitchell e Márcio Bueno, que investigaram no Rio Grande do Sul, no Paraguai e na Argentina.

2 O juiz argentino Claudio Bonadio teria enviado o mesmo "pedido de investigação ao Brasil, ao Chile, Paraguai e Estados Unidos. O Brasil foi o primeiro e o único, até agora, a responder à solicitação da Justiça argentina" (JB, 26/04/2000)

3 O arquivo foi organizado pelo poder público no Paraguai ("quase todos os 700 mil documentos num banco de dados em computador, e microfilmagem") e encontra-se à disposição do público. Não inclui arquivos específicos das forças armadas, mas apenas da polícia. (JB, 04/05/2000). As revelações são, assim mesmo, impressionantes e esclarecedoras.

Já na edição de 26 de abril, o ex-governador Leonel Brizola aparece reivindicando a investigação das mortes de João Goulart e Juscelino Kubitschek, sugerindo, inclusive, que "o governo brasileiro deveria pedir à Argentina a abertura de investigação sobre as circunstâncias da morte de Jango"[4]. A partir de então, entre as notícias do Jornal do Brasil sobre a operação condor estarão presentes os casos Jango e JK.

Vale a pena assinalar que as mortes dos ex-presidentes apresentam duas diferenças em relação à maioria dos casos investigados a partir do arquivo do terror e de fontes semelhantes: 1) os mortos encontravam-se, todo o tempo, em local conhecido; 2) se houve assassinatos, eles foram feitos de maneira a passarem por mortes por doença ou acidente. O primeiro ponto indica a possibilidade de se conseguir uma recapitulação bastante completa da vida dos personagens até o momento do falecimento. O segundo ponto dificulta sobremaneira a comprovação de ter ou não havido assassinato.

De qualquer maneira, os artigos do Jornal abriram caminho para várias linhas de investigação, incluindo: a) a recapitulação dos últimos anos, meses e dias de vida de João Goulart, principalmente a partir do golpe militar no Uruguai (1973); b) a importância política do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e do ex-presidente João Goulart e o receio do regime (e de seus aliados nos hemisférios sul e norte) quanto a um retorno triunfal das forças políticas banidas; c) a existência de um plano repressivo global para América Latina; d) a atenção para a situação especial da Argentina, onde o ex-presidente morreu.

Vejamos alguns exemplos de informações em cada um desses tópicos:

a) recapitulação dos últimos anos, meses e dias de vida do ex-presidente, principalmente a partir do golpe militar no Uruguai (1973):

i) artigo de João Vicente Goulart no JB sobre tentativa de seqüestro do ex-presidente, em Buenos Aires, dois meses antes da morte (JB, 09/05); referência a Orfeu Santos Salles, responsável pelo escritório onde teve lugar a suposta tentativa (JB, 19/05);

[4] De maneira similar, o juiz argentino Claudio Bonadio sugere que a Justiça brasileira pode solicitar à Justiça argentina informações sobre brasileiros desaparecidos na Argentina (JB, 27/04).

ii) negociações frustradas com João Batista Figueiredo para volta ao Brasil, supostamente obstada por linha dura – referências ao coronel Azambuja e a Percy Penalvo como intermediários (JB, 15/05);

iii) referências a pessoas que avistaram o corpo (JB, 19/05, 20/05, 27/05), inclusive médico Odil Rubim Pereira (JB, 30/05);

iv) Abel Sema e Roberto Ulrich (Peruano) teriam providenciado atestado de óbito e funerária (JB, 20/05);

b) importância política do PTB e do ex-presidente João Goulart e receio do regime (e de seus aliados nos hemisférios sul e norte) quanto a um retorno triunfal das forças políticas banidas:

i) preparação do retorno ao Brasil (entrar pela porta da frente); Cláudio Braga encarregado (JB, 20/05);

ii) reconstituição dos preparativos por Almino Affonso (“em viagem à Argentina na época da morte de Jango”) (JB, 23/05);

iii) referência a documentos “do prontuário de Jango, hoje guardados no Arquivo Público do Estado do Rio” – inclusive ordem de prisão assim que pisasse no Brasil (JB, 23/05);

c) plano global para América Latina:

i) segundo cineasta Sílvio Tendler, viúva de Orlando Letelier contou “que tinha avisado a Goulart que ele estava entre os nomes listados pela Operação Condor” (JB, 25/04);

ii) Miguel Arraes teria avisado Leonel Brizola que o serviço secreto argelino tomou conhecimento de que

haveria uma série de assassinatos políticos na América Latina;

iii) carta (de agosto de 1975) de Contreras (Dina-Chile) a Figueiredo (SNI-Brasil), publicada por Jack Anderson, no Washington Post, em 2 de agosto de 1979, aponta risco de apoio dos democratas (EUA) a líderes como Letelier e Juscelino Kubitschek (JB, 30/04);

iv) JB, 07/05: longa reportagem de Márcio Bueno mostra vários indícios de assassinato de JK e a íntegra da carta de Contreras a Figueiredo (p.e.: “El plan propuesto por Ud. para coordinar nuestra acción contra ciertas autoridades eclesiásticas e conocidos políticos socialdemocratas y democratacristianos de América Latina e Europa, cuenta com nuestro decidido apoyo”); Márcio Bueno refere-se, também, a artigo de Richard Gott, publicado no jornal The Guardian, em 4 de julho de 1976, que dizia, “baseado em especialistas em América Latina, que estava em curso no nosso continente algo semelhante à Operação Fênix – programa de assassinatos de lideranças financiado pela CIA (...), durante a Guerra do Vietnam”;

v) segundo Marival Chaves (ex-agente da repressão?), desde 1969 (antes, portanto, dos golpes no Chile e no Uruguai – e do recrudescimento autoritário na Argentina), brasileiros treinavam argentinos, uruguaios, paraguaios e chilenos (JB, 09/05);

vi) artigo da historiadora Cláudia Furiat: “A conexão CIA-Dina” (JB, 14/05).

d) situação especial da Argentina:

i) vários números do JB mostram que a ditadura argentina foi a que matou maior número de adversários políticos e de inocentes;

ii) quando do retorno de Perón, todos os países ao redor da Argentina estavam sob ditaduras de direita; muitos líderes políticos de oposição acorreram à Argentina;

iii) vários líderes latino-americanos morreram na Argentina em um curto período: general Juan José Torres (boliviano), senador Micuelini e deputado Gutierrez (uruguaios), general Prats (chileno) (JB, 25/04);

iv) Leonel Brizola declara que governo uruguaio, possivelmente, o expulsou para salvar sua vida (JB, 26/04).

3. DEPOIMENTOS RECOLHIDOS EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Os depoimentos recolhidos ao longo de suas investigações, em audiências públicas, constituem uma das contribuições mais importantes desta Comissão Externa para o desvendamento das circunstâncias em que ocorreu a morte do ex-presidente João Goulart e para a formação de um repositório de informações oficiais altamente relevantes para pesquisas futuras.

Os depoimentos foram organizados por rubricas para facilitar a leitura e a compreensão dos fatos. Embora a organização de informações implique sempre alguma arbitrariedade quanto aos critérios de classificação, optou-se por dividi-los de acordo com as questões que neles predominam, sem que isso implique que cada um deles se limite a um tipo único de informação. Assim, os depoimentos foram classificados em *predominantemente* pessoais, políticos, técnicos ou testemunhais.

No início de cada uma das rubricas há uma curta explicação do porquê da inclusão dos depoimentos nessa seção. Por agora, basta exemplificar o que a divisão tem de arbitrário. Assim, o depoimento de João Vicente Goulart, filho do ex-presidente, tem uma nítida conotação política -- já que ele conhece a carreira política do pai e possui vivência da política -- e testemunhal -- já que ele presenciou fatos importantes envolvendo os últimos anos do investigado. No entanto, parece razoável ressaltar em seu depoimento o aspecto pessoal, pois ele não deixa dúvidas sobre a dimensão humana do ex-presidente, em especial de seu lado paterno. Esse depoimento, aliás, é o único situado sob essa rubrica.

Sob as outras três rubricas foram incluídos os depoimentos dos senhores Leonel Brizola, Miguel Arraes, Neiva Moreira, Jair Krischke, Marion Gonçalves Werhli, Manoel Constant Neto, Percy Penalvo, Roberto Ulrich, Odil Rubim Pereira, Deoclécio Barros Motta e Lutero Fagundes, de acordo com os critérios indicados em cada seção.

A leitura dos depoimentos se torna mais proveitosa se se conhece a forma como foram "editados". A intenção foi fornecer o maior conhecimento possível das informações transmitidas pelos depoentes sem que

se tenha que recorrer à leitura das notas taquigráficas. Assim, os depoimentos foram reproduzidos praticamente na integralidade, embora depois de retiradas as intervenções dos parlamentares, cuja função, obviamente, era apenas a de guiar os depoentes.

Para que, com a retirada das intervenções dos parlamentares, os depoimentos não perdessem encadeamento, foram incluídos alguns parágrafos ligando suas várias partes e, algumas vezes, foram acrescentadas, no corpo do depoimento, sempre entre colchetes, palavras ou frases para que não perdessem o sentido. Os parágrafos de ligação e as palavras ou frases acrescentadas aos depoimentos foram construídos, na medida do possível, pela reprodução dos próprios trechos retirados do texto.

A reprodução dos depoimentos na quase integralidade deve-se ao propósito de que eles sirvam não apenas aos trabalhos da Comissão mas a pesquisas futuras. Por isso, foram mantidas informações pouco claras, com a esperança de que, com o crescimento do material disponível sobre essa quadra da história brasileira e latino-americana, essas partes venham a ganhar significação mais nítida.

Por outro lado, como grande parte dos depoimentos aqui reproduzidos foi construída a partir de um diálogo entre os depoentes e os membros da Comissão, os temas não são tratados linearmente. Como é próprio dos diálogos, muitas vezes questões já tratadas reaparecem ao longo dos depoimentos -- em parte porque retomadas nos questionamentos de um outro parlamentar. Por vezes, também, a substituição de um parlamentar por outro na condução de questionamentos resulta em passagens abruptas de um tema para outro. De qualquer maneira, a não ser quando realmente excessivas, as repetições foram mantidas na presente transcrição; afinal, caberá a pesquisadores futuros descobrir até que ponto são significativas as diferenças entre formulações similares para descrever os mesmos fatos.

3.1. DEPOIMENTO DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE PESSOAL

DEPOIMENTO DO SR. JOÃO VICENTE GOULART

A presença do filho do ex-presidente João Goulart na primeira audiência pública realizada por esta Comissão Externa é extremamente significativa. Primeiro, ela demonstra o desejo da família do ex-presidente de esclarecer um fato da história do Brasil (e dela própria) que vem exigindo a atenção da nação. Segundo, ela prova a confiança da família na maturidade alcançada pela democracia brasileira, que já pode avaliar nossas feridas históricas com imparcialidade, e, em particular, sua confiança no Congresso Nacional.

Do ponto de vista prático, o início dos trabalhos com a presença do sr. João Vicente Goulart mostrou-se extremamente positivo. Sua atenção, de filho, para com a vida, a obra e a morte de seu pai lhe permitiu traçar amplo panorama de todos esses aspectos, facilitando as pesquisas da Comissão desde os primeiros passos.

O depoimento, como a maioria dos demais, começou com uma intervenção inicial mais longa, seguida de diálogo com os parlamentares membros da Comissão. A intervenção inicial teve o seguinte conteúdo.

> Bom dia a todos. Fomos convidados para expor, principalmente, o nosso pensamento sobre todas essas circunstâncias que, talvez, possam vir ou não a envolver a morte do ex-presidente João Goulart, no exílio. Para nós é uma satisfação estar hoje na Câmara dos Deputados.
>
> Antes, quero dizer que a família aplaude a iniciativa desta Casa de, neste momento, apesar de transcorridos tantos anos de seu falecimento, diante dessas possíveis circunstâncias que pairam sobre a sua morte, estar empenhada em que esses fatos sejam esclarecidos. Para nós, em nome da família, é importante que esses fatos sejam esclarecidos definitivamente na história do nosso país, uma vez que sofremos anos de exílio no Uruguai — todos os parlamentares presentes conhecem a história.

Nessa abertura de novos arquivos, enfim, nessa documentação que hoje começa a aparecer, nessa possível interligação entre o serviço secreto de diversos países, principalmente nos anos de 1975 e 1976, a América Latina vivia, lamentavelmente, em sua grande maioria, sob governos totalitários, todos eles ditatoriais. Com exceção da Venezuela, todos os países da América do Sul viviam sob regimes de exceção, dirigidos contra a liberdade, contra a democracia de seus povos.

Começo este depoimento dizendo que, a partir do golpe de 1964, minha família foi para o Uruguai. E, para contar um pouco sobre a situação do Uruguai, naquele momento, o ex-presidente João Goulart foi muito bem recebido. O país vivia, naquele momento, como um país estável, onde nunca tinha havido, a não ser por um pequeno período, ditadura, um fato muito circunstancial no Uruguai. Era um país de longas tradições democráticas e orgulhava-se de receber o presidente constitucional do Brasil em seu território, quando lá aportamos, no dia 4 de abril de 1964.

Não foi somente por essa simpatia que tinham os uruguaios pelos governos democráticos e sua tradição democrática que estivemos no Uruguai. Acredito que, desde o primeiro momento, o presidente João Goulart não esperava que a ditadura fosse durar tanto tempo. Naqueles primeiros momentos, ele pensava que a ditadura no Brasil fosse ser bem mais curta, um período onde ele pudesse — e até depois, em algumas outras circunstâncias, como a Frente Ampla, o governador Lacerda esteve no Uruguai, tentaram alguns meios democráticos — furar o bloqueio da resistência que existia na ditadura e por parte dos militares brasileiros para o retorno dos exilados.

As dificuldades por que passamos lá eram diversas, até na escolha do país. Acredito que o ex-presidente João Goulart foi para o Uruguai exatamente porque pensava que dali, pela proximidade do Brasil, poderia retornar mais rapidamente e obter uma comunicação entre os companheiros que também ali...

O meu pai, depois de um ano no Uruguai, sentiu que a coisa ia ser um pouco mais prolongada. Então, ele começou a se dedicar às atividades agropecuárias, atividades essas que praticava

desde os 15 anos, em São Borja. E começou a entrar nessas atividades — pecuária, arroz, lã, boi, etc. Ele se deu conta de que não seria tão curta sua passagem pelo exílio e começou, então, a trabalhar naquilo que conhecia desde a sua juventude: o setor primário e atividades agropastoris. Não sem embargo, sempre esteve em Montevidéu à disposição das pessoas, brasileiros inclusive, ajudando todos os companheiros que aportavam no Uruguai. Inclusive havia um hotel, chamado Hotel Alhambra, que eles alugaram para receber os companheiros que lá chegavam. E, assim, foi desenvolvendo suas atividades empresariais no Uruguai.

É bom que se diga que, à medida que o Brasil e a Argentina foram endurecendo os seus regimes, o Uruguai, até pela sua própria situação geográfica, encontrava-se numa posição onde existiam vários movimentos, como o Movimento de Libertação Nacional, o Movimento Tupamaro — até acredito que, em certo momento, os Tupamaros tivessem uma organização que pudesse tomar o poder no Uruguai. Mas, devido àqueles dois grandes gigantes que se encontravam à volta, era uma possibilidade remota e ínfima que um governo de esquerda pudesse se manter num país tão pequeno, com 3 milhões de habitantes, e, ademais, a guerrilha era eminentemente urbana. Não havia, no Uruguai, nenhuma possibilidade de vitória desse movimento de esquerda.

Em 1973, começa a mudar o quadro político. A partir de 1968 — creio que foi no período do AI-5 no Brasil —, as coisas começam a mudar. Cai o governo uruguaio. Nesse momento, os militares fecham o Congresso, numa operação onde o presidente, Juan María Bordaberry, dispôs-se a permanecer no cargo, sendo uma espécie de títere dos militares uruguaios. Nesse momento, começa a repressão totalmente dirigida pelas Forças Armadas brasileiras, que não só assistiram o governo uruguaio com equipamentos, caminhões, armamentos, como também começaram a pressionar aquelas pessoas que lá moravam, como o ex-governador Leonel Brizola e o meu pai, o ex-presidente João Goulart, para que, enfim, não tivessem a tranqüilidade que vinham tendo desde que o Uruguai, como um país de tradições democráticas, que nunca tinha sofrido um golpe de Estado.

Foi aí, então, que o presidente João Goulart, no retorno do Perón — existia, na Argentina, opção de uma abertura, e eu e o meu pai, em 1972, estivemos com o presidente Juan Domingo Perón, em Puerta de Hierro, na Espanha —, e várias pessoas, tanto os uruguaios que moravam lá quanto outros líderes latino-americanos, vão para a Argentina, na esperança de que, com Perón, pudessem dali irradiar áreas de liberdade. Desejavam, enfim, expandir a democracia para aqueles outros países onde estavam várias pessoas, pois já havia acontecido o golpe no Uruguai e no Chile, e dali, da Argentina, promover essa expansão de liberdade e de democracia para outros países. Foi, então, que vários líderes latino-americanos foram morar na Argentina.

Mas ocorre, na Argentina, o falecimento de Perón e a ascensão do grupo Isabel-López Rega, comandando a Triple "A" [Alianza Argentina Anticomunista]. Hoje sabemos que esse braço da direita argentina, Triple "A", era um dos braços da operação condor, diante desses documentos hoje liberados. Em um documento há um convite — e já deve ser de conhecimento de V.Exas. — pelo Coronel Contreras, então chefe da DINA, polícia do Chile. Realiza-se, em Santiago do Chile, a primeira grande reunião do serviço secreto de informações dos países latino-americanos, e não somente dos serviços de informações, como o SNI, no Brasil, ou outros organismos, como os próprios serviços das forças armadas de cada país, como no Uruguai foi a FUSNA, na Argentina a Triple "A" e outros órgãos desses serviços secretos das próprias forças armadas, que, muitas vezes, não passavam pelos próprios serviços de informações de cada país.

Esse congresso foi realizado. Inclusive existe uma carta de convite, de 1973, que se dizia falsa, do gen. Contreras, convidando o então chefe do SNI no Brasil, gen. João Baptista Figueiredo. Essa carta — hoje está à disposição do público — veio a confirmar essa reunião, em novembro de 1975, quando, supostamente, a operação condor é instalada e começa com as suas ramificações não somente de intercâmbio de informações, mas também de intercâmbio de prisioneiros.

E, muitas vezes, as pessoas perguntam: "João, por que vocês, da família, não pediram isso antes?" É preciso dizer que não

havia, anteriormente, condições políticas, apesar da abertura a que assistimos, em 1980, 1981. Em Porto Alegre, claramente, numa demonstração de força, foram raptados dois cidadãos uruguaios pela polícia brasileira, que eram os cidadãos Lilian Celibert e Universindo Dias, raptados dentro do nosso território e mandados para o Uruguai.

Por isso aplaudo a instalação desta Comissão. Acredito, hoje, que a causa da morte do ex-presidente João Goulart, cuja vida foi dedicada à liberdade e à democracia, deve ser esclarecida por esta Comissão. Pode ter havido ou não o envenenamento. O importante — nós aplaudimos isso — é que se esclareça, definitivamente, o que aconteceu naqueles anos sombrios, não somente com o ex-presidente João Goulart, mas também com tantos outros brasileiros que desapareceram nos cárceres da nossa pátria, que foram torturados e mortos. Creio que a sociedade brasileira merece esse esclarecimento até para que os nossos filhos conheçam aquilo que aconteceu em nosso país, para que não volte esse manto negro que passou sobre a nossa história.

Em 1973, quando começa realmente a perseguição aos líderes latino-americanos, entre eles o meu pai, nota-se o endurecimento em toda a América Latina, principalmente na Argentina, onde havia aquela grande expectativa de que dali pudesse irradiar os ares de liberdade e de democracia para os outros países. Mas, lamentavelmente, com a morte do presidente Perón, as coisas se endurecem. A Triple "A" assume o comando da repressão. Claramente, com a operação condor, através da Triple "A", existe um programa de extermínio dos líderes latino-americanos que lá se encontravam. Tanto é que lá foram mortos o senador Michelini, o deputado Gutiérrez, o Prats, o Torres, enfim, esses líderes latino-americanos conhecidos, além de outras personalidades eclesiásticas do mundo inteiro que lá se encontravam. E, dali para a frente, houve na Argentina o desaparecimento e a morte de quase 30 mil pessoas nessa luta fratricida que aconteceu naqueles momentos.

Posso dizer o seguinte: no final da vida do ex-presidente João Goulart, nós, eu e a minha irmã, já estávamos em Londres, até porque houve, na Argentina, e se descobriu em Mar del Plata, uma suposta ação de seqüestro dos filhos dos exilados. Foi aí que ele nos

mandou para Londres. Ele também tentou uma solução política, porque já se sentia acuado dentro desse contexto, uma vez que os seus amigos foram raptados. O próprio carro do ex-presidente João Goulart foi colocado na frente do Hotel Liberty, quando raptaram o senador Michelini do hotel onde morava, uma vez que havíamos morado nesse hotel, antes de comprar o nosso apartamento em Buenos Aires. Ele voltou para a Argentina, tentando, com a vinda do Perón, estabelecer-se naquele país, uma vez que o Uruguai o estava pressionando demais.

Há que se dizer também que, em algumas cartas que ele nos mandou para a Europa, ele se sentia profundamente consternado com aquela situação, entendendo que aquilo que estava acontecendo com os exilados e com seus companheiros de outros países, como o senador Michelini, o deputado Gutiérrez, era uma monstruosidade. Via, claramente, que os espaços na América Latina para aqueles que — como dizia na carta — não acreditavam na opressão como forma de governo estavam tornando-se cada vez mais reduzidos.

Quando da última visita que fez a Londres, para ver o nascimento do meu primeiro filho, dizia que ia ver, porque, caso não pudéssemos passar o fim de ano no Uruguai ou na Argentina com ele, faria todo o possível para terminar os seus negócios. Mas, no verão, seus negócios exigiam mais, pois o verão, na fazenda, sempre é a época de mais trabalho. Mas ele estava pensando profundamente em ir, se não pudesse retornar ao Brasil, uma vez que seu advogado, Wilson Mirza, já tinha praticamente liquidado e contestado todos os processos que havia contra ele, restando apenas, eu acho, um processo de corrupção em que era acusado de ter pintado seu apartamento particular com doze litros de tinta da NOVACAP. Esse era o último processo que o ex-presidente João Goulart tinha, e ele queria voltar.

Ele queria, talvez, tentar — e isso ele escreveu aos seus amigos — visitar o Papa, o senador Ted Kennedy, retornar ao Brasil **e,** sem dar satisfação a ninguém, desembarcar no Rio de Janeiro. Para surpresa nossa, apareceu — noutro dia autorizei a Folha de S.Paulo a revisar os arquivos do Estado do Rio de Janeiro —, quinze dias antes, um comunicado interno do Sílvio Frota, mandando que, quando o ex-

presidente João Goulart entrasse em território brasileiro, prendessem-no e o deixassem incomunicável, sob qualquer circunstância, independentemente de seus processos terem acabado ou não.

As circunstâncias da morte do ex-presidente devem ser investigadas. Acho louvável que esta Comissão investigue, porque existem muitos fatos que vimos observando. Principalmente, o que mais me surpreende e a todos da família é o fato de que não foi feita autópsia no corpo do ex-presidente João Goulart. Acho que isso é de uma grande responsabilidade, uma vez que qualquer pessoa que morre em outro país, seja ela turista ou esteja no país por qualquer outra circunstância, é obrigação do país, para transportar o corpo, realizar uma autópsia, até para o país de origem se eximir de qualquer responsabilidade.

No caso do ex-presidente João Goulart, há algumas circunstâncias, como a certidão de óbito, publicada também pelo Jornal do Brasil, que foi dada por um pediatra, numa longínqua cidade, Mercedes, apenas dizendo: "Morreu de *enfermedad*". Significa que morreu de doença. E o caixão veio selado. Não houve a possibilidade de fazer essa autópsia, do lado argentino.

Acredito que, por se tratar de um ex-presidente da República, dadas as circunstâncias que envolviam o caso, deveriam ter feito autópsia, principalmente no Brasil. Quando passou o corpo do presidente João Goulart — pelo que sei, porque estava na Inglaterra e cheguei em avião, direto, a São Borja —, houve muita dificuldade. Naquele momento, houve ordens e contra-ordens, se deixavam ou não ele entrar. Enfim, tantas ordens e contra-ordens que até o coronel Solón, que dirigia a Polícia Federal em Uruguaiana, caiu por ter autorizado o cortejo a passar por terra, uma vez que diziam que ele teria que chegar diretamente de avião a São Borja e ser imediatamente enterrado.

Com essas circunstâncias e mesmo com todo o aparato montado pelo governo brasileiro, deslocando tropas de Santa Maria, de Livramento — havia, em São Borja, mais de 2 mil soldados da PE, para que o povo não pudesse chegar perto do corpo do ex-presidente

João Goulart —, não se lembraram, ou não quiseram fazer, proibiram a autópsia no corpo do ex-presidente João Goulart.

Devido a tantas manifestações, houve essa grande preocupação para que o seu corpo não tivesse acercamento da população. Por que essa preocupação não se refletiu, para se eximirem de qualquer responsabilidade, na necessidade que tinham de fazer a autópsia?

Fora isso, houve a operação condor, para envenenamento, no Uruguai. Houve o envenenamento de uma senhora, mulher do Tito Herber, que foi um candidato a presidente no Uruguai. Depois desse caso, houve ainda um envenenamento com vinho.

Estamos aplaudindo a Comissão, e eu acho de extrema importância que se averigue, que se esclareçam esses fatos.

Peço também às autoridades que colaborem, pois o presidente Fernando Henrique, depois de instalada a Comissão, revelou a sua vontade de colaborar e deu instrução para que se abram esses arquivos, que ainda permanecem nessa grande caixa-preta, sobre os serviços secretos, onde documentos devem estar ainda ali escondidos, arquivados.

O importante é que abram não somente os arquivos do SNI, do DOI-CODI, mas também os que estão dentro das próprias Forças Armadas, dos serviços de inteligência da Aeronáutica, da Marinha, para esclarecer o que houve com o ex-presidente João Goulart. Queremos também que sejam esclarecidos outros fatos relativos a outros brasileiros, para que isso não volte a acontecer em nosso país, em nossa pátria, e para que, definitivamente, essas feridas possam ser curadas em nossa sociedade e possamos, sem dúvida, voltar a ter a grande harmonia de que o nosso povo precisa, pois a nossa população clama pela verdade dos fatos acontecidos naqueles longínquos tempos de ditadura no nosso país.

Precisamos ter um posicionamento quanto a esses fatos circunstanciais, porque precisamos saber se aconteceram ou não

> esses fatos. Por isso vimos aqui aplaudir e nos colocar à disposição desta Comissão da Câmara Federal.

O diálogo posterior do depoente com os deputados membros da Comissão se iniciou com o relato das prisões de d. Maria Tereza e sua, no Uruguai. São acontecimentos circunstanciais, mas mostram a mudança da situação política no país e, portanto, das condições em que viviam o ex-presidente João Goulart e família após o golpe de estado de 1973.

> eu fui preso no Uruguai, com 16 anos. A minha mãe foi presa, no Uruguai, por transporte de carne. Isso após 1973. Eu e mais uns trinta estudávamos no Ginásio, no Liceu Departamental de Maldonado, e fomos presos por um comando do exército, militar, e não pela polícia. Ficamos uns três dias encapuçados no Batalhão de Engenheiros nº 4, comandado pelo comandante Bianchi e pelo Capitão Stoco, que faziam a Operação 26 de Março. Era um movimento estudantil que apoiava o MLN, no futuro.
>
> Minha mãe foi presa, porque existia, no Uruguai, uma veda de carne. E os militares entendiam que, para que o Uruguai exportasse mais carne, a população deveria ficar, semana sim e semana não, sem comer carne. Ou seja, não podiam vender carne, para que pudessem exportar mais carne e ter mais divisas. E o meu pai tinha um frigorífico, uma fábrica de produtos porcinos. Era uma fábrica de embutidos, vamos dizer assim. Então, minha mãe pegou uns quatro ou cinco quilos de carne dessa fábrica e viajou de Maldonado para Montevidéu. Foi presa, processada e por três dias ficou numa cela de uma delegacia por haver transportado quatro quilos de carne, justamente na semana que estava proibida a venda de carne.
>
> A repressão no Uruguai foi assumida de tal maneira que os cidadãos eram completamente ignorados. Ou seja, as pessoas desapareciam nas esquinas, e só apareciam pela boa vontade dos militares. Nenhum juiz ou a Polícia Civil poderiam chegar perto. Os comandos eram feitos, independentemente, pelo serviço secreto das Forças Armadas.

O depoente frisou, ainda, que sua prisão, assim como a de sua mãe, foi ilegal. Foi preso sem que houvesse qualquer acusação contra ele:

"rasparam a nossa cabeça, botaram carapuças, e ficamos três dias sem ver a luz".

> ... foi uma operação conjunta. Mais de 32 colegas do Ginásio foram presos no Uruguai. Isso porque existia dentro do Ginásio um grupo do 26 de Março, um grupo de estudantes que apoiava o movimento. Não chegavam a ser participantes do MLN, mas eram simpatizantes. E eu sempre andava com eles. Desses, os que tinham mais de 18 anos ficaram lá 22 dias e foram remetidos também sem nenhuma acusação. Foram presos apenas para averiguação.

O novo regime uruguaio ligava-se fortemente à ditadura brasileira.

> ... os militares uruguaios se armaram para combater e exterminar o Movimento Tupamaro. Eles dependeram demais da assistência brasileira. Tanto é que um dos seqüestros realizados no Uruguai pelo Movimento Tupamaro tornou-se até, no começo, uma surpresa, porque eles raptaram uma pessoa da embaixada americana, que foi o adido cultural ou adido educacional, chamado Dan Mitrione. Ele foi morto.
>
> Dan Mitrione foi a única pessoa executada pelos Tupamaros. Nessa época, foi publicada — e isso é de conhecimento público — a foto de um relógio que ele teria recebido do DOI-CODI brasileiro pelos altos serviços prestados no Brasil, quando ele teria dado instrução de tortura, no Rio de Janeiro.

A seguir, o depoente traçou um importante quadro da situação política no sul do continente, com a queda da democracia uruguaia e o retorno de Perón ao poder na Argentina. Além de imensamente relevante para o conhecimento das dificuldades enfrentadas e das manobras realizadas pelo ex-presidente Goulart nessa quadra, trata-se de um testemunho a respeito das entranhas da política sul-americana, vistas de dentro do organismo.

> Meu pai via-se pressionado pelo Governo uruguaio. Ele tinha um monomotor, um aviãozinho. Muitas vezes, o asilo político requer que sejam dadas informações ao país. Cada vez que ele tinha de sair do país, tinha de comunicar às autoridades. E isso vinha transtornando os deslocamentos do meu pai.

Em uma de suas cartas, em 1976, ele pensa em sugerir a renúncia do asilo político, tentando obter a sua residência, uma vez que, há mais de doze anos, ele pagava impostos, produzia e exportava lã e carne naquele país. Ele entendia que, renunciando ao asilo político, poderia obter do Governo uruguaio a sua residência, a fim de tranqüilizar os seus deslocamentos dentro daquele país. Mas isso não era possível.

E esse relacionamento, por exemplo, com o Lanusse veio de um desses deslocamentos do presidente João Goulart. Ele saiu da fazenda e foi ao Paraguai, porque, apesar das diferenças ideológicas, ele tinha amizade pessoal com o presidente Stroessner. Esse relacionamento vinha do antigo projeto de Itaipu, iniciado no governo João Goulart, que se chamava Projeto Sete Quedas. O presidente João Goulart, em vez de receber o presidente Stroessner no Rio de Janeiro ou em Brasília, pois existia um movimento de esquerda que iria contestar muito, recebeu-o em sua fazenda, em Mato Grosso, e dali surgiu essa amizade de pescaria.

Então, numa das idas do meu pai ao Paraguai, no retorno, com o tempo fechado, o piloto pousa em Corrientes, na Argentina, perto de Libres. Fecharam a ponte, e ele ficou muito nervoso, porque o Perón não tinha retornado ainda. Era o Lanusse que estava lá. Ele era comandante-em-chefe das Forças Armadas. Onganía que era o Presidente da Argentina. E ele temeu que a ditadura na Argentina o devolvesse para o Brasil, o que não ocorreu.

O Lanusse, comandante-em-chefe das Forças Armadas argentinas, mandou liberar, automaticamente, o piloto e a aeronave e determinou que se colocasse à disposição o avião presidencial argentino para levar o presidente João Goulart a Montevidéu, o que ele não aceita, preferindo retornar com o piloto. Houve certa confusão, o piloto já havia sido condenado. De qualquer maneira, chegou a autorização, e ele decolou com o próprio avião para o Uruguai. E daí surge essa amizade com o Lanusse, que, depois, na volta do Perón, veio a se refletir. Foi o Lanusse que praticamente abriu espaço para que o Perón pudesse retornar à Argentina. Meu pai manteve essa amizade. Inclusive, algumas vezes, em conexão com o Presidente

Perón, pediu para conversar com o Lanusse, dado o episódio sucedido nessa viagem.

Indagado sobre a possibilidade de que o ex-presidente João Goulart tenha proporcionado o diálogo entre o ex-presidente Perón, que estava no exílio, e forças militares argentinas, o depoente continuou seus esclarecimentos sobre fatos relativamente pouco conhecidos da história do continente.

> ... foi posteriormente. Inclusive, em 1972, estive com o meu pai na Espanha, em Madri, e, casualmente, fomos a Puerta de Hierro. O Perón chamava o meu pai de Jango, devido a uma relação mais antiga, e o meu pai o chamava de Presidente. Acho que na época do presidente Vargas, quando o meu pai era ministro do Trabalho e foi acusado de querer fazer uma república sindicalista, com o modelo argentino.
>
> E o Perón, brincando com o meu pai, fala para ele: "Olha, o teu amigo Lanusse mandou um emissário aqui, na Espanha, para me devolver o 'rango' de general". "E aí, Presidente, como é que foi?" "Não, eu disse pra ele que eu não queria, porque para chegar a general do Exército argentino me custaram vinte anos de estudo. Mas para chegar como Perón me custou muito mais". E que não aceitava. Mas que ele continuasse falando, porque ele ia voltar para a Argentina, e pela porta da frente. Aí que se dá a opção do Congresso, que autoriza uma eleição sem o Perón. O Cámpora renuncia, para a volta do Perón.

A saúde do ex-presidente foi objeto, no começo do debate, de um pequeno comentário por parte do depoente.

> Ele fazia periodicamente esses check-ups. O presidente sofria do coração, já tinha tido um enfarte. Inclusive, o prof. Fremont, em Lyon, era quem o atendia. Ele, aproveitando o nascimento do seu neto, esteve em Lyon para fazer esses exames. Os exames feitos nessa última viagem indicaram que ele estava relativamente bem. Sentia-se bem, fez um regime alimentar, perdeu vinte quilos, estava bem disposto inclusive para retornar à Europa, caso fosse necessário morar definitivamente.

Ao tratar da atividade empresarial do ex-presidente João Goulart no exílio, o depoente acabou por relatar um fato importante, a invasão de seu escritório em Buenos Aires por um comando da repressão.

> Ele organizou várias empresas de exportação de carnes, um setor que conhecia muito. Inclusive, ajudou o Perón, intermediando algumas operações, que estavam complicadas, da Argentina com a Líbia. Ele organizou algumas empresas, comprou algumas áreas tanto no Paraguai quanto no Uruguai e na Argentina, onde veio a falecer. Na Argentina, ele estava começando a desenvolver as suas atividades quando começou a crise política.
>
> Devido a perseguições, ele desistiu, praticamente, de continuar naquele país. Inclusive, tinha um escritório grande, montado na avenida Corrientes, Edifício Montecooper Business Center, uma empresa de exportação de produtos do setor primário (carne e arroz), onde foi procurado em uma operação parecida com a do senador Michelini, o deputado Gutiérrez.

Pouco adiante, o depoente repetiu: "O escritório dele, que era, inclusive, na avenida Corrientes, perto de onde esse mesmo comando, dias antes, tinha levado o senador Michelini e o deputado Gutiérrez, que foram barbaramente torturados e assassinados, cujos corpos foram dilacerados (...)".

O depoente informou, ainda, que o ex-senador Wilson Ferreira Aldunate foi caçado

> nessa mesma operação, só que não o pegaram. Foi o candidato com maior votação no Uruguai, mas não eleito, pela Lei de Lemas. Ficou Bordaberry, porque somou entre os cinco candidatos do Partido Colorado, e o Partido Colorado fez mais voto com o Partido Nacional.

E completou:

> Esses dois eram grandes amigos dele. Tanto é que ele, nessas cartas que nos mandou, relata sobre a monstruosidade desses fatos. Depois veio o Prats, o Torres. O seu piloto também foi preso no Uruguai, acusado de pertencer ao Movimento Tupamaro. Enfim, outras pessoas ligadas a ele sofreram algumas perseguições, algumas prisões ilegais.

Mais adiante, o depoente relatou outro homicídio de seu conhecimento, este ocorrido no Uruguai.

> Foi um ex-candidato a presidente do Uruguai, Tito Herber. Ele recebeu do colega dele, em casa, no Natal, uma cesta de vinhos com coisas falsificadas — ele era congressista, deputado ou senador, não estou lembrado. "Ao querido companheiro de Congresso, ofereço neste Natal..." A coisa era falsificada. A esposa dele abriu uma garrafa, tomou, e foi detectado o veneno, porque foi feita a autópsia, mas era para ele. E também foi feito pelo serviço secreto. Hoje já existe este depoimento no Uruguai, de que a operação condor estaria por trás dessa morte, que vitimou a esposa dele, e não ele.

A partir desses fatos, o depoimento encaminhou-se, naturalmente, para os planos do ex-presidente João Goulart em face do recrudescimento da repressão no cone sul da América Latina -- e para a possibilidade de que ele tivesse revelado algum temor perante a situação. Surgiram, então, informações importantes, principalmente sobre a decisão de retornar ao Brasil.

> Existia, sim, [algum temor frente aos novos acontecimentos]. Revelou pessoalmente, quando o seu primeiro neto nasceu, que a situação estava complicando-se e que, se ele não conseguisse retornar ao Brasil, não mais permaneceria na Argentina, por causa da grave situação política de perseguição e de extermínio dos líderes latino-americanos que lá se encontravam. A sua idéia era que, se não passássemos o Natal na América do Sul, ele iria passar o Natal conosco na Europa, alugaria um pequeno apartamento, em Paris, para esperar os acontecimentos políticos de abertura ou não no Brasil.
>
> (...)
>
> Nesse mesmo ano, ele disse, em alguns trechos da carta, que ia mandar o Percy, o seu capataz em Tacuarembó, político de Itaqui, que também foi exilado. Na carta, ele diz o seguinte: "Estou mandando o Percy na frente para ver quais as garantias e contatos militares que Azambuja" — o seu ajudante de ordem, que sempre o acompanhou — "tinha feito no Brasil". O Percy voltou para o Uruguai sem nenhuma...

> Ele tinha essa vontade de retornar ao Brasil para forçar a abertura. Por outro lado, muitas vezes, vinha a notícia de que, talvez, pudesse voltar; depois, vinha outra, como foi esse negócio do Frota, que agora foi aberto no Rio de Janeiro. Existia uma ordem de prisão efetiva se ele entrasse no território brasileiro, independentemente da sua condenação ou não.

Embora tenha deixado claro que o interesse da família era, nesse momento, o de esclarecer as circunstâncias da morte de seu pai, o depoente não se furtou a comentar a situação patrimonial do ex-presidente após a mudança de regime no Uruguai, com o conseqüente enfraquecimento de sua posição no país, devido à ascendência da ditadura brasileira sobre o novo governo uruguaio. Em particular, o depoente informou que pessoas que negociavam com seu pai tiveram que dele se afastar para não prejudicar seus próprios negócios no Uruguai.

> Nesse momento, a pessoa que dirigia essa empresa era o dr. Ivo Magalhães. A partir do golpe, em 1973, no Uruguai, havia uma empresa brasileira, da qual o dr. Ivo era representante, para a construção de uma represa de que o Uruguai precisava, a represa do Palmar — era a empresa Mendes Júnior. Evidentemente, com o regime militar no Uruguai, toda a implantação dessa infra-estrutura empresarial precisava do governo uruguaio. E o governo uruguaio, naquele momento, era comandado pelos militares uruguaios.
>
> Houve, de fato, o afastamento do dr. Ivo Magalhães, vamos dizer, com o presidente João Goulart, dado que os militares, naquele momento, eram profundamente incomodados com a situação não somente do presidente João Goulart, mas também com a situação do governador Leonel Brizola. Houve, de fato, esse afastamento, uma diferença de comportamento. Quer dizer, ele se afastou pela própria necessidade de encaminhar esse projeto e desenvolvê-lo no Uruguai, porque precisava desses alinhamentos políticos que comportavam estar perto do regime uruguaio.

De acordo com o depoente, o ex-presidente

> Chegou a comentar [a situação de isolamente em que estava caindo], porque ele queria reorganizar as suas coisas, até para ir para a Europa ou não. Muitas vezes, procurava essas pessoas, e

> não conseguia obter retorno a respeito de um telefonema, ou qualquer coisa assim. Realmente, nos últimos tempos, com essas pessoas, que ficaram mais perto do regime, foi muito difícil contactarmos. E ele, inúmeras vezes, tentou falar e rever essa situação, mas ele esperava ter mais tempo também. Acho que não esperava morrer tão rapidamente naquele processo.

Ao comentar a centralização das decisões pelo governo autoritário implantado no Uruguai, o depoente acabou por esclarecer o nexo de dependência entre esse governo e o brasileiro. Assim, a tomada de decisões sobre compras de materiais

> Era, essencialmente, pelo centralismo do poder militar. Eram generais, eram coronéis, não eram pessoas civis que ocupavam esses cargos dentro da administração do Uruguai no que se referia à construção da Represa do Palmar. Eram todos militares.
>
> (...)
>
> A própria necessidade de não ter o contato com o esquerdista, com o homem que o Brasil precisava pressionar, e o próprio sistema militar uruguaio precisava do sistema militar brasileiro para dar aquela demonstração de força. Os caminhões eram todos Mercedes-Benz, o armamento era brasileiro. Enfim, a dependência do governo uruguaio em relação ao governo brasileiro era total.

Por fim, ainda na área patrimonial, o depoente declarou que a família não chegou a reaver ações ao portador que outras pessoas detinham, especificamente da Sun Corporation.

> Realmente, o meu pai tinha um campo no Paraguai, que estava no nome de uma empresa chamada Sun Corporation. Quando ele faleceu, o presidente — eram outras pessoas — vieram a vender essa empresa antes que ele pudesse ter acesso e mudar o presidente e aqueles que dirigiam essa empresa.

E completou:

> Sem dúvida, houve desvios de vários bens dessas empresas. O que nos interessa hoje, sem dúvida alguma, é esclarecer as circunstâncias da morte do presidente João Goulart.

Em outra fase do depoimento, o depoente manifestou seu desconhecimento sobre eventuais entrelaçamentos entre esse lado econômico e o lado político do processo.

> Não sei até que ponto poderá haver essa parte política em tudo isso, até porque eu, de Londres, participei desse incômodo do meu pai quando ele lá se queixava, mas não participei diretamente do que estava acontecendo no Uruguai e na Argentina em relação a essas tramitações comerciais. Então, realmente não posso dizer se atrás dessa insubordinação com interesses econômicos poderia ter havido também algum espelho de fundo político. Não poderia responder isso com certeza, afirmar isso; amanhã ou depois poderia não ser confirmado.

A seguir, o depoente passou a informações sobre os últimos momentos do ex-presidente João Goulart.

> Eu sei o seguinte: quando ele ia para a Argentina, ele já não usava mais os mesmos caminhos. Pelo que eu sei, ele saiu com a minha mãe, com o motorista...
>
> O motorista, acho que era o Peruano, que andava com ele, um amigo meu de infância que estava com ele. Eles entraram pela ponte de Salto, no Uruguai. Foram diretamente a Libres para almoçar, e ficaram em Libres.
>
> (...) num hotel que tinha ali, porque, muitas vezes, quando ele passava por Libres, havia muitos brasileiros, amigos dele. Inclusive, alguns plantavam com ele em fazendas arrendadas, na Fazenda de Timbô(?), por exemplo, que era de um amigo dele, Martins Semahn. Então, o pessoal do Brasil, de São Borja inclusive, o Gatibone(?), quando ele estava ali, ia todo mundo para lá para almoçar com ele, conversar; e ele conversava com o pessoal ali, sempre.
>
> Parece que dessa vez foi num hotel que existe ali. É Henrique IV ou Henrique V, uma coisa assim o nome do hotel. E o pessoal ia sempre lá. Ele trocava informações com o pessoal de São Borja, de Uruguaiana. Depois, ele foi à fazenda de Libres, que é perto, era sobre asfalto, a 102, 103 quilômetros. Pelo que sei, ele saiu já no fim da tarde, chegou à fazenda, começou a conversar com o capataz,

> enfim, diz que ficou conversando com o capataz, com o Júlio, até uma e meia, duas horas da manhã, quando se recolheu
>
> (...)
>
> E se recolheu. Minha mãe já estava dormindo, pelo que eu sei. Depois de uma hora que ele estava deitado, deu um profundo suspiro, parou de respirar e morreu imediatamente. Essas são as informações que temos.
>
> (...)
>
> Eu estava em Londres quando recebi a notícia. Eu ainda não tinha feito o passaporte do meu filho, que estava com dois meses. Tive de correr. Até o próprio Raul Riff ligou para o filho dele. O Tito estava em Oxford. Veio, nos deu uma mão, e fomos para o aeroporto. Conseguimos pegar um vôo à meia-noite, em Londres, no dia 6. Fomos até num avião da Iberia, fizemos uma conexão na Iberia, e chegamos ao Rio de manhã, onde o dr. Waldir Pires e o Darcy — não me lembro quem mais estava — nos aguardavam, para irmos diretamente a São Borja. Chegamos lá por volta das duas horas da tarde do outro dia [dia 7].
>
> Nós chegamos, e, pouco depois de ficarmos um tempo lá, estavam esperando-nos exatamente para realizar o enterro, porque era um dia muito quente, e já fazia tempo que ele estava lá na igreja.
>
> Então, naquele momento, ninguém me contou a esse respeito [da tentativa de se fazer a autópsia do corpo]. Mas, pelo que sei, foi na madrugada do dia 6 para o dia 7 que tentaram — até porque o nosso vôo poderia demorar para chegar — acomodar o corpo dele. Parece que, pelo calor, já estava em processo de decomposição. Não sei.
>
> Tentaram abrir para ver se poderiam fazer alguma coisa. Eu, particularmente, não presenciei isso, porque só cheguei no dia 7, às duas horas da tarde, com um calor imenso. E assim que chegamos, uma hora depois, o cortejo saiu da igreja para o cemitério.

Após essa descrição do último contato que teve com o corpo de seu pai, as perguntas encaminharam o depoente para uma descrição

mais detalhada de sua própria situação na época -- e de como se dava sua comunicação com o ex-presidente após a decisão, de João Goulart, de enviar os filhos para a Inglaterra, retirando-os do ambiente pouco seguro em que vivia então.

> Eu estava com 20 anos de idade quando... Eu fui com 19 anos e fiquei um ano e pouco na Inglaterra. Mas as correspondências eram de pai para filho. Não implicavam qualquer, vamos dizer, conotação que pudesse ser violada ou não. Ele pedia — engraçado — uma coisa: que escrevêssemos — a dele pra lá era tranqüilo — para uma pessoa, um empregado dele, em Maldonado, porque ele não recebia a correspondência na fazenda. Ele chamava-se Carlos de Leon. Ele pedia que escrevêssemos as cartas para ele para o endereço do Carlos de Leon. Mas recebíamos tranqüilamente a correspondência. Se foram violadas, não sei. Eram correspondências comuns, envelopes comuns, e a letra era dele, sem nenhuma interferência.
>
> Ele [Carlos de Leon] era administrador da parte de comercialização de arroz do meu pai, em Maldonado. Onde eram postadas eu não sei, talvez fossem por ele mesmo, mas chegavam perfeitas. O envelope chegava perfeito em Londres, sem nenhuma alteração. Não havia violação. A princípio, visualmente, não existia essa violação.

Na correspondência, segundo o depoente, o ex-presidente João Goulart já manifestava o plano de retornar ao Brasil -- ou, pelo menos, de sondar a possibilidade da volta.

> ... tenho conversado algumas vezes com o governador Brizola, meu tio, que a intenção de voltar era no sentido de forçar, talvez, com a sua volta, que a abertura ocorresse mais aceleradamente. Agora vimos que teria sido um erro, porque a ordem que existia, entre o Sílvio Frota e seus comandados, era a de prisão absoluta. Mas ele estava exilado há doze anos, e entendia que, talvez, se voltasse, poderia acelerar o processo. Mas ele também estava avaliando muito bem essa situação, dado que, muitas vezes, ele tinha outras informações. Ele dizia: "Bem, se não der para eu voltar até o fim

do ano, vou voltar para a Europa para esperar com mais tranqüilidade que eu possa retornar em uma outra situação".

Como não poderia deixar de ser, os questionamentos dos parlamentares muitas vezes se referiam ao percurso sinuoso pelo qual o corpo do ex-presidente João Goulart chegou ao seu descanso final em São Borja. Em determinado momento, o depoente, ao detalhar melhor a experiência que viveu naqueles momentos traumáticos, pôde expressar com contundência o crescimento progressivo de seu desconforto, absolutamente compreensível, com a ausência de autópsia do corpo.

A princípio, não atinamos a isso. Posteriormente, acho o seguinte: poderia ter havido negligência por parte de um governo. Agora, dois governos serem negligentes... Hoje não se aceita essa suposição. Realmente torna-se impossível dizer que tenha havido negligência. Houve, sim, uma pressão para não abrir o caixão, para que as coisas fossem conduzidas atropeladamente, para que o corpo passasse imediatamente.

Primeiro, o coronel Solón caiu porque deixou passar o corpo, via terrestre; a ordem de Brasília era para que o corpo fosse trasladado de avião diretamente, para ser enterrado. Então, isso hoje realmente nos leva a crer que não pode ter havido negligência de dois governos. **Poderia haver esquecimento de um, negligência, talvez, dos argentinos, porque ele morreu numa cidade do interior. Talvez não tivessem tido essa precaução. Agora, por parte de dois governos, realmente, para nós, soa muito estranho que não tenha havido este cuidado, o de realizar essa autópsia.**

Foi propositalmente, eu acredito que sim. Até pelo atropelo que houve: "Não, não, tem de passar de uma vez, fecha o caixão, vamos tocar, o povo não pode chegar perto". Não é? A PE cercou todo o trajeto.

Não pode abrir o caixão. Quando o corpo chegou a São Borja, já havia efetivos da PE de outros Municípios cercando a aproximação. Quer dizer, o caixão ficou com uma tropa da PE em volta. Apenas os familiares podiam chegar perto do caixão. Então, hoje acreditamos que essa negligência não pode ter sido de dois países. Acho que esse atropelo de não abrir o caixão, de não deixar as

> pessoas chegarem perto, enfim, de não querer que, no mínimo, passasse por uma junta médica para saber o que houve, torna-se suspeito. Sem dúvida torna-se suspeito.

Indagado sobre o sentimento da família a respeito da possibilidade de o ex-presidente ter sido vítima de homicídio, o depoente mais uma vez trouxe subsídios importantes para o entendimento da história recente do Brasil. Ao mesmo tempo, suas palavras servem de alerta sobre o muito que ainda temos que caminhar no sentido de esclarecer nosso passado e estabelecer um presente democrático e transparente.

> Olha, deputado, esses boatos inclusive surgiram em 1981, e em reunião com a família entendíamos que, naquele momento, poderia até... Porque existiam denúncias do Uruguai de que foi essa ou aquela pessoa, mas a família naquele momento se posicionou contrária a qualquer tipo de exumação ou especulação política a respeito de tudo isso, até porque não teríamos as condições democráticas que temos hoje e a vontade, por exemplo, de uma comissão talvez aqui na Câmara dos Deputados.
>
> A posição política em 1981 era completamente diferente da atual. Então, não quisemos fazer um debate mais profundo e levar isso a uma posição mais investigativa, porque tínhamos a certeza de que não haveria o respaldo político. Entendíamos que isso só era possível, ainda entendemos que só será possível com o empenho da Câmara dos Deputados e do governo brasileiro, solicitando o empenho do governo uruguaio ou do governo argentino, para uma investigação em conjunto. Seria muito difícil para nós.
>
> A família até poderia, porque é um direito que lhe assiste, chegar a Mercedes e solicitar ao juiz local, e será um juiz de primeira instância, que talvez anos depois já não teria a mesma sensibilidade e também força para iniciar uma investigação, solicitar à Suprema Corte argentina a investigação. Talvez isso não tivesse a continuidade que seria necessária a uma investigação desse porte.

Quando as indagações voltaram a essa questão, o depoente voltou a manifestar posição semelhante.

> ... esta Comissão foi proposta exatamente para investigar essa possibilidade. Então, seria uma temeridade eu dizer: "Olha, meu pai foi assassinado, meu pai não foi assassinado". O que nós entendemos, aplaudimos e louvamos é a iniciativa desta Comissão, e ela nasce com a representatividade do povo brasileiro. Sem dúvida alguma, ela haverá de esclarecer esses fatos, irá indagar dessas pessoas que estão no Uruguai, na Argentina, haverá de indagar e até — quem sabe? — ampliar essas averiguações também, talvez pelo que aconteceu com o presidente Juscelino e com o governador Lacerda. Acho isso tudo muito louvável.
>
> E nós estaremos sempre à disposição da Comissão, na hora em que se fizer necessário, aqui, no Uruguai, Argentina, para que se esclareçam esses fatos. Seja onde chegar os destinos dessas averiguações, ela terá prestado, sem dúvida alguma, um grande serviço à nação brasileira, porque é o que todos os nossos irmãos, o nosso povo deseja. Queremos esclarecimentos não somente da morte do presidente João Goulart, mas de tantos outros irmãos brasileiros que tombaram nos porões da ditadura em nosso País.

Ainda uma terceira vez o depoente se dispôs a repetir, quase nos mesmos termos, o raciocínio sobre a possibilidade de uma investigação anterior.

> Em 1981, surgiram esses fatos e surgiram essas acusações de que teria sido esta ou aquela pessoa. Mas realmente nós decidimos, em 1981, não levar isso adiante, porque não havia condições políticas, não havia situação que pudesse ter uma objetividade maior. Entendemos que seria uma aventura fazer uma investigação desse tipo sem termos o apoio necessário dos governos envolvidos. Essa investigação demandaria, sem dúvida alguma, o envolvimento do governo uruguaio e do governo argentino. E nós entendemos que naquele momento não existia uma situação política que pudesse envolver tudo isso.

Indagado sobre os medicamentos usados pelo ex-presidente João Goulart, o depoente emitiu as seguintes informações.

> alguns medicamentos que ele usava não chegavam... eram receitados pelo prof. Fremont, na França. Então, ele, quando

> vinha, trazia os seus medicamentos. Mas quando ele passava algum tempo sem ir à Europa, esses medicamentos vinham por... Eram medicamentos que não existiam similares na época na Argentina, eram diretamente comprados na França. Realmente vinham por packing a Buenos Aires, e ele mandava buscar esses medicamentos assim que chegavam lá.
>
> É. Aquelas empresas de transporte. E ele mandava buscar esses medicamentos. Eram alguns medicamentos que não existiam similares na Argentina, nem no Uruguai, eu acho.

Em outro momento, o depoente foi indagado a respeito de outros medicamentos, de uso do ex-presidente Goulart, que não esses importados da França. Informou que as compras desses remédios eram feitas ao acaso, por quem fosse mais cômodo no momento, sem nenhuma preocupação de controlar a origem.

> ... ele tomava dois ou três remédios diferentes, para o coração principalmente. Ele tomava Isordil, mas havia um medicamento permanente que vinha da Europa. Remédios comuns, sublinguais, ele tomava normalmente Isordil ou Corangor, alguma coisa assim.
>
> [Quem comprava] Era indiferente. Ele parava, ele comprava. Agora, tinha esses outros de uso permanente, que vinham diretamente da França, porque não existia semelhante.
>
> ... eu não acredito que houvesse uma pessoa encarregada disso. Geralmente era quem estivesse: "Vai lá e compra". Ele não tinha preocupação, se a pergunta é essa.
>
> Em Maldonado, na Argentina, porque ele viajava muito. Ele estava hoje em Maldonado, daqui a pouco ia para Tacuarembó, de Tacuarembó ele ia para Mercedes, de Mercedes ele voltava para Buenos Aires. Então, ele andava muito, ele se deslocava muito. Ele não permanecia, ele não tinha uma vida — vamos dizer — metódica, de sair de manhã e voltar. Ele andava muito. Uma hora estava no Uruguai, outra hora estava na Argentina. Então, eu não acredito que ele tivesse uma pessoa específica para fazer isso. Ele dizia: "Manda comprar ali o remédio".

Os remédios tampouco eram comprados em uma farmácia fixa.

Os remédios de uso diário, tanto fazia. Ele comprava lá ou aqui, onde ele estava. Não era num lugar determinado. Alguns remédios, sim, eram remédios de uso permanente, não existiam similares.

O depoente teve a oportunidade, ainda, de responder a questionamentos sobre possíveis linhas de investigação a serem seguidas pela Comissão -- o que, aliás, consistiu em efetiva contribuição para os trabalhos.

Eu acredito que existem algumas pessoas — e até comentei esse ponto com o deputado Miro Teixeira — que seria importante ouvir. Acho importante convocar o ex-piloto de meu pai no Uruguai. Ele esteve no movimento Tupamaro e lá de dentro deve ter sabido muitas coisas que aconteceram do lado de fora. Chama-se Rubem Rivero. Mora hoje em Rocha, no Uruguai. Acho importantíssimo que seja convocado, até porque ele conviveu, nesses períodos, com o presidente João Goulart pessoalmente; até naquele episódio, quando caiu o avião em Libres, ele era o piloto.

Quando foi preso, porque o Rubem Rivero foi preso, e aqui existe uma coisa, deputado, muito estranha: esse cidadão que faz essa denúncia lá no Uruguai, Enrique Foch Dias, que, no meu entendimento, é mais uma denúncia de exibicionismo, porque acredito que foi esse cidadão, Enrique Foch Dias, que se diz empresário, que pertenceu aos serviços secretos uruguaios. Foi ele que entregou, na época, o Rubem Rivero, que era piloto do meu pai, às autoridades militares do Uruguai. Foi ele que convenceu o Rubem Rivero a dirigir-se ao quartel de Boizolansa, no Uruguai, dizendo que era amigo do comandante, e o nosso querido Rivero ficou lá durante oito anos, sendo torturado nos cárceres uruguaios.

De lá, muitas vezes, o Rivero mandou alguns recados para meu pai, dizendo que ele deveria ter cuidado com algumas pessoas, porque, apesar do serviço de informação que existia nos quartéis uruguaios, os presos que lá estavam tinham acesso a esse tipo de informação.

Eu acho que outra pessoa que deve ser ouvida é o dr. Henrique Guerra, que foi o advogado da família. Como perguntava o deputado Miro Teixeira, seria importante ouvi-lo, porque ele conheceu todo esse processo das empresas e das ações que talvez foram perdidas. Foi ele também que conduziu algumas denúncias por mim apresentadas, em 1991, à Justiça uruguaia. Acharia interessante esse depoimento.

Acho também que alguns documentos que foram entregues... Nós sofremos uma ação de investigação de paternidade nesse momento, e eu acho que o filho do Noé, o Rui Noé, tem muito documento que pode implicar, porque quando eles tentavam, no processo judicial, provar a paternidade, enfim, eles têm uma série de documentos que poderiam implicar algumas pessoas, mas hoje não tenho conhecimento.

Acho que o Rubinho, lá de São Borja, parece-me... presenciou o momento em que foi aberto o caixão. Abriram momentaneamente, como nosso avião poderia demorar, para preparar o corpo, colocando formol, alguma coisa assim. Ele presenciou o momento da abertura do caixão com o corpo do presidente João Goulart.

Em torno da outra pergunta, gostaria de dizer ao presidente da Comissão que a família, sim, se disporia a levar este caso até as últimas conseqüências se, após a conclusão dos trabalhos desta Comissão, se fizer necessária essa exumação. A família pede o profundo empenho desta Comissão e aos laboratórios que procederem a esse exame ou a esta tecnologia, que tenhamos um profundo conhecimento — porque a família é leiga nesse sentido — de como será o procedimento técnico, o procedimento científico desta averiguação; e que esses laboratórios sejam escolhidos por esta Comissão com padrões de julgamento da mais absoluta isenção.

A nossa família teme que... porque já tivemos, no Brasil, alguns legistas que pareciam ter inabalável reputação e vieram depois a ter alguns procedimentos errados no decorrer das coisas. Deixo aqui o pedido da família para que esta Comissão escolha um, dois ou três laboratórios de irrefutável conduta e isenção para que, antes de serem

realizados os procedimentos técnicos, sejam apresentados os procedimentos e as probabilidades que teríamos no processo. A família concorda em ir até o fim do caso. Apesar do quão doloroso será tudo isso, queremos ter a absoluta certeza de que poderemos conduzir isso até o fim, colocando um ponto final em toda essa discussão.

O depoimento continuou, a seguir à informação sobre a posição da família quanto à exumação, tratando de identificar e localizar pessoas que pudessem contribuir para o desvendamento do caso, em especial as que se encontravam na sede da fazenda quando do falecimento do ex-presidente.

Atualmente, o local em que moram, vivem, eu não sei, realmente não sei. O nome do Peruano é Robert Ulrich, um amigo meu desde a infância e que acompanhou o pai. Inclusive, o pai estaria dando um meio de vida para ele em Mercedes. Quem o acompanhava também...

Quanto a esse Petiço, acho que existe alguma confusão. Não me lembro desse Petiço. Mas quem o acompanhava também era o Alfredo, desde Punta del Este. Um menino que era engraxate e que meu pai abrigou e com o qual andava para cima e para baixo. O Alfredo, hoje, mora em Tacuarembó, virou peão de campo, domador. Mora na Cuchilla del Ombú, onde o meu pai tinha fazenda, naquele rincão que existe em Tacuarembó, no Uruguai.

O Peruano, Robert Ulrich, tem um caminhão. A última notícia que tive dele, há mais de cinco anos, é de que estaria em Santa Catarina. Ele é motorista de caminhão. O Júlio Pasos, que era o capataz, foi com quem o pai ficou conversando até as últimas horas. Ele se retirou depois de ter conversado sobre as questões das ovelhas e da fazenda. Ele deve estar no Uruguai ou permanece na Argentina como capataz. Não sei dizer onde ele se encontra. Essas são as três pessoas, juntamente com a minha mãe, que estavam junto com ele, já dormindo, na hora em que ele se retirou para descansar.

O depoente voltou a ser indagado sobre as relações de seu pai com Enrique Foch Dias.

O Enrique Dias realmente intermediou a venda de uma fazenda no Uruguai, fazenda El Milagro. E daí passou a conviver,

vamos dizer assim, em bases comerciais com o pai, mas pelo que eu sei, o Enrique Dias não tinha amizade com o meu pai. Morei com o meu pai até a minha ida para a Inglaterra e, eventualmente, o Dias aparecia por lá, sempre disponibilizando algum negócio ou intermediando alguma venda de alguma tropa de gado, fazendas ou algo assim. Pelo que eu sei, ele tinha uma relação fraterna com o sistema militar.

Eu não sei o que ele era realmente. Para mim, ele sempre foi ligado aos militares. Não sei se ele chegou a ser militar, mas, na minha opinião, acho que ele é militar, tenente ou algo parecido.

Ele vive em Maldonado.

As perguntas seguintes permitiram ao depoente fazer uma exposição mais detalhada sobre o estado de saúde do ex-presidente.

Ele bebia uísque e fumava. Fumava até demais. Ele fumava duas carteiras por dia de cigarro.

Ele tomava remédios vasodilatadores, porque ele tinha tido um enfarte coronariano.

Ele teve um enfarte grande no Uruguai, em 1969. Inclusive, o prof. Zerbini, que era quem o atendia primeiramente, levou ao Uruguai a primeira máquina de cineangiocoronariografia, que foi doada para o Hospital Italiano e fez o primeiro exame de coronariografia no meu pai. Deve estar arquivado. Inclusive, ele tinha um assistente, que hoje assumiu o lugar dele na hospital, que é o dr. Macruz. Deve estar isso no histórico arquivado.

[A internação] não foi em estado grave, não. Ele teve um enfarte, ficou em casa.

Em casa, se recuperou em casa. E depois desse enfarte, dois meses depois... Inclusive, ele era muito assustado, porque tinha que cortar. Ele relutou muito em fazer esse exame. Nós tivemos que pedir encarecidamente, porque ele não queria fazer. Eram as primeiras máquinas, e tinham que cortar o braço.

> Um cateterismo. Ele relutou imensamente em fazer esse exame, mas se submeteu a esse exame dois meses depois, quando essa equipe do dr. Zerbini e o dr. Macruz estiveram para colocar em operação a primeira máquina desse tipo de exame em 1969, no Hospital Italiano, em Montevidéu.

O médico era o dr. Hady Macruz, que escreveu um livro sobre dor cardíaca, dor precordial.

Após esclarecer esse fato, o depoente passou a descrever, sumariamente, o temperamento de seu pai.

> Ele era uma pessoa de temperamento muito tranqüilo. Ele só ficava — vamos dizer assim — pressionado e nervoso quando ele não tinha saída. Por exemplo, eu me lembro que, quando os militares uruguaios o chamaram para depor no Ministério do Interior, ele se magoou profundamente. Esse tipo de coisa o magoava profundamente. E ele disse: "Não vou depor, não me submeti à tutela dos militares brasileiros, não vou me submeter à tutela dos militares uruguaios". Nesses momentos, ele se abatia profundamente, quando existiam essas pressões, porque ele era um homem de muita liberdade, quer dizer, ele não admitia ser tutelado por quem quer que seja.
>
> Eu até me lembro quando ele dizia, e talvez fosse esse um dos motivos de ele não ter voltado ao Brasil, porque ele não admitiria ser preso aqui dentro do território brasileiro. Eu acho que isso o mataria, tranqüilamente.
>
> Depois do enfarte, ele não sofria dores. Ele usava aqueles comprimidos. Quando ele caminhava, ele sentia falta de ar. Isso era normal, pela própria circulação. Então, quando ele caminhava um pouco, tinha que botar um Isordil, uma coisa em baixo da língua para continuar caminhando. Mas dores ele não sentia.
>
> Subir escada, por exemplo, ele ficava ofegante. Isso aí ele tinha que botar aquele...Os remédios sublinguais.

Sobre o processo aberto, na Argentina, em 1981, o depoente fez as seguintes declarações.

> Eu não poderia dizer se foi encerrado por falta de provas. O que ocorreu é que a família, naquela época, não se dispôs a levar adiante essas investigações, porque não havia um clima político que pudesse levar a qualquer condução. Eu não sei quais foram as alegações finais do juiz para encerrar o processo. Desconheço as causas do despacho de encerramento.
>
> Desconheço o encerramento do processo. Na época, esse processo foi aberto, na Argentina, pelo sr. Enrique Foch Dias. O juiz não levou adiante, porque faltou a vontade de continuar. Ou seja, não houve, anteriormente, pressão, não houve um encaminhamento, como está havendo hoje, de uma Comissão para empurrar as coisas como deveriam ter sido.
>
> Lanço suspeita, sim, [sobre o sr. Foch Dias] porque eu convivi no exílio e conheço as atitudes deste cavalheiro. Eu não dou credibilidade à maneira como essa pessoa está conduzindo as coisas, tentando envolver a imprensa. E há coisas que ele não diz. Foi ele que prendeu o piloto do meu pai, conduzindo-o ao Quartel Boizolansa, onde ficou oito anos preso. Quer dizer, o sr. Dias é uma pessoa, pelo próprio conhecimento que tenho, cujas palavras não merecem maior credibilidade.

No fim, o depoimento voltou a concentrar-se na necessidade de se determinar de forma precisa os acontecimentos imediatamente anteriores ao falecimento de João Goulart e as pessoas que com ele estiveram nesses últimos momentos.

> Sem dúvida, deputado Luis Carlos Heinze, seria importante que se reconstituísse, principalmente, o último almoço, em que estiveram várias pessoas. Inclusive, ele até se retardou por mais tempo do que desejaria estar em Libres, porque chegaram várias pessoas de Itaqui, São Borja, Uruguaiana, que ali estiveram nesse hotel, nesse almoço. Considero isso importante, porque foi praticamente o último almoço que ele esteve com várias pessoas. Como eu estava no exterior, não tenho como dar a V.Exa. os nomes das pessoas que ali estavam. Isto deve ser visto lá, no Rio Grande do Sul.

[Em] São Borja. Lá, teremos mais condições de sabermos realmente quem estava lá, naquele momento. Realmente, temos que saber quais foram as pessoas que estiveram lá, naquele momento, para que possamos recompor um pouco o último almoço dele. Sem dúvida, seria de fundamental importância tentarmos, lá em São Borja, reconstituir o último almoço, o último encontro que ele teve com várias pessoas que ali estavam.

E quanto ao depoimento do Ivo, acho fundamental. Acho importante que ele venha esclarecer esses fatos, porque são fatos que terão que ser esclarecidos. E por que esse afastamento, que talvez o obrigou a permanecer junto mais ao governo uruguaio do que ao próprio presidente João Goulart, de quem ele era procurador? E não só era procurador dessa empresa Sun Corporation como ele era procurador de todas as empresas — Exportaciones Rurales, Magotel(?) Sociedade Anônima e outras que lá estavam. Acho interessante também que essa parte documental dessas ações e dessas coisas que houve em Montevidéu, através do Henrique Guerra, também sejam trazidas à Comissão para que se possa saber realmente se houve, além desse interesse econômico e financeiro, algum outro fundo político atrás desse envolvimento comercial.

Ele [Ivo Magalhães] foi [para o Uruguai] para o exílio. Não, junto ele não foi, chegou depois. Chegou depois, com uma série de brasileiros que lá estavam. Inclusive, meu pai arrendou lá um hotel para ele começar a vida, o Hotel Alhambra, no Uruguai, onde parava uma série de brasileiros exilados. E ele foi indo junto com o meu pai até essa divisão que houve, quando a empresa Mendes Júnior foi construir lá a Represa do Palmar.

Inclusive, deixe-me só acrescentar outra coisa, porque ele viveu esse processo junto com o Uruguai. Inclusive, quanto a algumas das ações que se discutem e que o Henrique Guerra discutiu lá num juízo, num juizado no Uruguai, existe instrução do processo sobre uma empresa de lãs chamada Cuopar, de cujas ações o Ivo era tenedor. Depois, foi desapropriada pelo governo uruguaio. Isso tomou um volume muito grande. Acho que devido a isso ele se afastou. Ele tinha que estar do outro lado para não mais ser prejudicado nas suas

> operações comerciais e naquela relação, ou naquela ligação que sempre existiu com o presidente João Goulart.

O depoimento mais uma vez voltou ao problema da autópsia, trazendo, agora, indicações sobre a difícil situação da mãe do depoente enquanto o resto da família não chegara da Europa.

> O próprio médico argentino que atestou, como iria atestar por enfermidade sem ter feito a autópsia no corpo, não é? A família ali, desconhecia. Era uma cidade estranha, estávamos no meio de uma fazenda. Quer dizer, caberia, sim, ao médico transportar o corpo até a cidade e realizar a autópsia, para dizer se foi enfarto, determinar a causa mortis. Mas não houve essa preocupação. Daí entendermos que houve negligência nisso aí.
>
> Da família, na época, era só minha mãe, que estava desesperada. Estávamos na Inglaterra, no outro extremo do mundo. Ela estava no meio de uma fazenda, num outro país completamente diferente e numa situação de desespero, sem saber o que fazer naquele momento. Estava com o corpo do meu pai sem saber se voltava ao Brasil, se ia enterrá-lo ali, se ia para o Uruguai. Quer dizer, era uma situação difícil para ela.

A situação da família, no momento da morte, foi revivida, mais uma vez, pelo depoente. O resultado é um conhecimento mais claro de como atuaram as autoridades brasileiras naquele contexto.

> ... quando me avisaram — eu estava na Inglaterra, no outro lado do mundo; estávamos eu e a Denise, a minha irmã —, nós, num primeiro momento, conversamos lá depois do choque, é evidente, da emoção, que talvez até não fosse... Mas a decisão de transportá-lo para o Brasil partiu, acho, da minha própria mãe.
>
> Em princípio, nós não queríamos. O Brasil maltratou tanto ele. Por que enterrá-lo no Brasil? Só era para enterrá-lo no Brasil quando houvesse uma maior liberdade ou que aquilo pelo que ele lutou tivesse sido conquistado. Mas, enfim, isso não era uma coisa que naquele momento se pudesse discutir a esse ponto, da conveniência ou não de trazê-lo. Eu acho que foi decisão da minha mãe.

> E houve , na hora em que ela decidiu trazê-lo para cá, uma série de resistências do governo brasileiro: "Entra. Não entra. Entra pela ponte. Vem de avião." Eram aquelas ordens e contra-ordens. Inclusive, caiu o coronel Solón, porque, no final, autorizou a passagem do corpo por terra. E uma coisa estranha...

O depoente transmitiu à Comissão, também, as informações que lhe tinham sido passadas por Julio Pasos, capataz da fazenda, provavelmente a última pessoa a falar com seu pai.

> Pelo que eu sei, foi a última pessoa [a falar com o ex-presidente João Goulart]. Até eles estavam combinando para um outro dia começar a juntar as ovelhas. Então, foi o planejamento do outro dia.
>
> [Julio] Disse que ele estava perfeitamente bem. inclusive que ele tinha parado de beber, tinha emagrecido, que ele estava, como se dizia em algumas casas, espiritualmente melhor, tinha perdido onze quilos. Quer dizer, estava tentando organizar suas coisas na fazenda.
>
> Estava bem, normal; completamente bem. A última vez que conversei com o Júlio foi isso: que ele se recolheu muito bem para dormir.

Sobre o sr. Enrique Foch Dias Vasquez, o depoente voltou a manifestar-se desfavoravelmente. Ao mesmo tempo, registrou o recebimento, pelo ex-presidente, de informações sobre o perigo que corria no Uruguai.

> Exatamente por aquilo que eu já relatei: ele não só conduziu o Rivero, o piloto do pai à prisão, como ele é uma figura de muita ligação com... Era uma figura da repressão. No Uruguai.
>
> Eu acho que a grande permanência dele ao lado do meu pai — eu acho que meu pai sabia disso ou até o tolerava, sabia, mas como não tinha nada para informar, quer dizer...
>
> Ele intermediou a venda de uma área em Maldonado. Daí, ele sempre conviveu, assim... Essa área era de terceiros. Ele comprou a área, não teve como pagar, e repassou para meu pai. Ele tinha o compromisso de compra e venda dessa área, que se chamava El Milagro. Uma opção. E depois ele repassou para meu pai.

Desde então, ele sempre perambulava ao lado do meu pai. Muitas vezes, quando meu pai queria saber sobre o que estava acontecendo em algum setor militar, chamava o Dias para conversar. Antes e depois [do golpe de 1973].

[Depois do golpe, ele] Se distancia um pouco, porque em torno dessas questões militares, quando o Rivero é preso, os militares do Uruguai tentam implicar o Presidente João Goulart: "Como, se o pilantra era Tupamaro e V.Exa. não sabia?" Meu pai, realmente, não tinha esse conhecimento. E o Rivero declarou isto dentro da prisão: que era completamente desligado dessa posição política que ele teve na militância do movimento Tupamaro. Então, eles queriam sempre dizer que meu pai violava o direito de asilo no Uruguai, porque seu próprio piloto era do movimento Tupamaro. Enfim, queriam fazer uma ligação que nunca existiu, realmente. Agora...

Evidentemente, meu pai conhecia algumas pessoas de esquerda que eram ligadas ao movimento Tupamaro. Eu me lembro de que ele me disse algumas vezes que o próprio movimento chegou a dizer do risco que ele corria dentro do Uruguai, por influências dos militares brasileiros; que ele corria risco dentro do Uruguai.

... no começo, no Uruguai, existem até cartas trocadas entre os serviços secretos do Brasil que dizem que, no Uruguai, a livre movimentação da dupla Brizola-Goulart teria que modificar o sistema da embaixada brasileira, dada a inoperância e dada a grande simpatia que tinha o povo uruguaio em relação aos dois líderes democratas. E que a embaixada deveria indicar para Montevidéu elementos mais experientes ligados à função, dado o prestígio que a dupla tinha no Uruguai. Então, evidentemente, por esse convívio de inter-relações com a diplomacia brasileira, existia no Uruguai uma vigilância constante dos movimentos do presidente João Goulart.

(...)

E ele [Enrique Foch Dias] tinha um profundo conhecimento e participação. Quando o pai queria saber o que havia, por exemplo, dentro do... "Vem cá!" Chamava o Dias e dizia: "Dias, vai lá ver o que está havendo que estão querendo me chamar para depor.

Depor sobre o quê?" Ele tinha esse trânsito dentro do governo uruguaio.

Quanto à existência de ligações entre Foch Dias e Cláudio Braga e Ivo Magalhães, o depoente não pôde precisar.

Não sei se tinham negócios particulares, mas ele costumava ter negócio com todo mundo. Ele tinha projetos mirabolantes, enfim, exportações de pedras. Eram coisas assim que, muitas vezes, fugiam ao dia-a-dia comum daquilo que a gente participava, que era lã, carne, arroz, soja, trigo.

O depoente, indagado no curso do depoimento, referiu-se ainda a um processo a respeito de ações ao portador detidas pelo sr. Ivo Magalhães.

Em 1991. Por intermédio do dr. Henrique Guerra nós tivemos conhecimento de que o Uruguai estaria pagando essas ações da Cuopar, que teria sido desapropriada. Era uma companhia de lãs, de beneficiamento de lã. Aí entramos com uma representação através do dr. Henrique Guerra, dado que a própria ex-mulher do dr. Ivo Magalhães, o nome dela era Kika, dizia que as ações não eram dele e que pertenciam ao presidente João Goulart. Está nos autos.

Mas como houve lucros cessantes e havia as empresas chamadas coligadas, a transportadora e a exportadora. A transportadora era a empresa que só beneficiava a lã e depois a jogava no mercado internacional. O Uruguai, apesar de ser um país com pouco rebanho ovino, é o país que define os preços internacionais, muito mais que a Austrália e a Inglaterra. A lã do Uruguai tem uma qualidade que define os preços internacionais. Então, quando o governo uruguaio desapropriou essa Cuopar, um processo de desapropriação que chegou quase a esse patamar de 20 milhões ...

Acho que o governo uruguaio pagou.

Mas a família não recebeu nada.

Não, porque essas ações não estavam em poder da família. Existia essa suposição de que as ações poderiam, até por

> intermédio da ex-mulher do dr. Ivo, pertencer... E existiu isso. Houve depoimentos até de parte do dr. Ivo Magalhães [no pré-inquerito, vamos dizer assim] e de outras pessoas que participavam na época desse processo de que essas ações realmente estavam em poder do dr. Ivo, mas que não pertenceriam ao dr. Ivo. Pertenceriam a um grupo de empresários brasileiros.

O depoente se manifestou, ainda, sobre as pessoas que estavam com o ex-presidente no momento da morte.

> Veja só, tanto o Alfredo quanto o Peruano eram pessoas que se criaram junto com ele. Eu não acredito que a partir dessas pessoas pudesse haver um envolvimento. Se houve algum envolvimento deve ter sido nesse almoço. Se houve alguma troca, alguma coisa, eu acredito que foi nesse almoço e nessa passagem que ele esteve ali por Paso De Los Libres, nesse hotel com intercâmbio de várias pessoas que ali se encontravam.
>
> Isso foi antes de ele sair. Foram horas antes, se é que houve isso — é isso o que estamos tentando descobrir. Não seria naquele momento lá, até porque ele não jantou à noite. Ele tinha comido muito e parece-me que ele não jantou, tomou um chá, um negócio, e ficou conversando com o Júlio até altas horas, e foi recolher-se.
>
> Veja só, aquelas pessoas que estavam ali naquele momento não tinham discernimento. Um era engraxate, o outro é o Peruano, que não tinha instrução. Quer dizer, as pessoas que deveriam ter tomado essa iniciativa são as outras pessoas que chegaram de manhã, do Brasil e de outros lugares, para ajudar. Naquele momento não existiam pessoas para um esclarecimento suficiente. Chamaram o médico e deixaram a coisa acontecer; que o médico argentino fizesse o que deveria ter sido feito.

Registre-se que o depoente trouxe a esta Comissão cartas que lhe foram dirigidas pelo ex-presidente. São ilustrações de amor paternal e fontes de informação importantes. Para se ter uma idéia, basta acompanhar um pequeno trecho lido por João Vicente em seu depoimento

> Tem uma parte aqui: "Punta del Este, tudo mais caro que Londres. Pagamos cinco pesos num almoço; 30, 40 em um uísque doze anos" — parênteses — "(faz mais de um mês, João Vicente, desde que cheguei, que não tenho essa despesa.)"

As últimas palavras do sr. João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart, que viveu a dor de ver seu pai morrer no exílio, foram de grande estímulo para esta Comissão.

> Eu gostaria de agradecer a todos, em especial ao sr. presidente, por essa iniciativa e de nos colocar à disposição. A Comissão deve continuar com seus trabalhos. Nós, a família, nos colocamos à disposição da Comissão, desejando que tenhamos um final de esclarecimento para o bem não somente da família, como do Brasil.

3. 2. DEPOIMENTOS DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE POLÍTICA

Sob a rubrica “depoimentos de natureza predominantemente política”, foram organizados os depoimentos do deputado federal Neiva Moreira e dos ex-governadores Miguel Arraes (Pernambuco) e Leonel Brizola (Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro). A esses depoimentos foram acrescentados trechos de intervenções do ex-governador da Bahia, Waldir Pires, um dos colaboradores mais assíduos desta Comissão.

A importância desses depoimentos não pode ser questionada. São pessoas cuja trajetória política confunde-se com a trajetória do ex-presidente João Goulart: batalharam por um futuro melhor para o povo brasileiro e foram, conjuntamente, expulsos da esfera política e do país; partilharam experiências que constituem fatia considerável do patrimônio político da nação e que facilitam a compreensão, a fundo, da situação envolvendo os trágicos anos finais da vida do presidente deposto.

Além de relevantes para os objetivos específicos desta Comissão, o registro desses depoimentos, em documento oficial da Câmara dos Deputados, constitui um repositório, para futuros investigadores, de informações seguras sobre a história recente do país, muitas vezes em âmbitos que extrapolam do objetivo central de nossos trabalhos.

3. 2.1. DEPOIMENTO DO DEPUTADO NEIVA MOREIRA

O deputado Neiva Moreira iniciou sua intervenção esclarecendo os limites a que poderia chegar em seu depoimento. Não poderia, por exemplo, apresentar provas que desvendassem a morte do ex-presidente João Goulart. Mas traçaria um quadro – e o fez de forma realmente esclarecedora – do que era o ambiente na América do Sul da época. Suas palavras iniciais são as seguintes.

... não vou fazer um depoimento que possa fazer com que todos nós saiamos daqui com as circunstâncias da morte do ex-presidente João Goulart esclarecidas. Vou dar um ambiente em que vivemos todos nós, em Montevidéu, àquela época, exilados -- e também muitos indicadores de que naquele momento estava no auge a chamada operação condor. Nós não tínhamos o nome da operação condor, mas conhecíamos o seu resultado -- e que, no meu julgamento, incluía o ex-presidente João Goulart.

As pressões da embaixada brasileira, por ordem do governo brasileiro, eram brutais. A gente conseguia o emprego, no dia seguinte o embaixador mandava dizer que aquele era um ato de hostilidade ao governo brasileiro. Então, perdíamos o emprego. No meu caso, de jornal. Até que jornais de esquerda, jornais populares, disseram: “Bom, mas o governo brasileiro não manda aqui dentro. Então, o Neiva vem trabalhar conosco”.

À nossa revista, Cadernos do Terceiro Mundo, foi [indicado] suavemente que não devia mais circular no Uruguai. O diretor da revista, o argentino dr. Paulo Piacentini, foi publicar um comunicado da Tríplice-A [Alianza Argentina Anticomunista] -- aquela organização anticomunista, feroz, que confundia todo mundo com comunista --, publicar uma lista de pessoas que deveriam sair da Argentina dentro de 24 horas, ou seriam fuziladas. Pois bem, o Paulo foi para o Peru. Não havia outro jeito, não havia outra solução. E nós conseguimos ainda tirar no Uruguai três edições da revista, clandestinas, de um abrigo que conseguimos no delta do Tigre, por acolá, e ficamos por lá. Muito bem.

Mas a coisa foi se arrochando. Eu trabalhava no jornal o Motoneiro. Quer dizer, tinha ligações com o Motoneiro, chamado Notícias. E vivíamos um momento dramático. Todo dia, chegávamos da edição e havia uma chamada: "Quem não veio?" "Ah, não veio Fulano, não veio Sicrano". No dia seguinte, nós tínhamos a notícia de que ele tinha sido fuzilado ou preso.

Pois bem, o governador Brizola tinha um ambiente que o cercava lá no Uruguai, vivendo tranqüilamente, como todos nós vivíamos. Passei nove anos no Uruguai, seis ou sete anos

absolutamente respeitado pelas autoridades uruguaias, que não gostavam da ditadura brasileira. Mas a coisa foi-se cercando, foi-se reduzindo o âmbito de liberdade, e nós, facilmente, já vivíamos uma vida de atropelos.

Basta dizer aos senhores que toda vez que um general brasileiro ia lá — e viviam lá — a primeira coisa que faziam era me prender. Eu já tinha uma bolsinha pronta para [o caso]... Um dia perguntei ao chefe da polícia: "Por que o senhor me está prendendo? Quem vai chegar aí?" Ele disse: "O general Medici". Eu disse: "Por que o senhor me está prendendo? O que eu tenho a ver com o general Medici?" "Não, o governo brasileiro me informou que vão botar uma bomba aqui para o general Medici e que, se houver uma bomba aqui, será o senhor quem vai botar". Digo: "Olhe, eu não conheço, eu não sei fabricar bombas. [Talvez] até ajudasse a botar uma bomba aqui, mas se eu soubesse... não é verdade". Então, fiquei uma semana preso lá dentro. Um frio desgraçado naquela prisão!

Um dia ele me disse: "Talvez hoje o senhor vá ser solto ou vá ser processado definitivamente. Nós estamos mandando fazer uma vistoria do hotel Allambra, de Montevidéu, (...) que é de gente ligada ao presidente Goulart e dizem que o senhor e os asilados fizeram lá uma prisão para as pessoas que discordavam de vocês quando vinham do Brasil. Nós estamos com cinqüenta policiais fazendo uma revista no hotel. Se essa revista resultar positiva, o senhor se prepare para passar aqui muitos anos. Se não, o senhor vai ser solto amanhã".

Assim, de manhã cedo, me procurou o comissário e disse: "Olha, revisamos o hotel de cima para baixo e absolutamente não tinha ninguém, nenhum indício de que o senhor tivesse feito lá uma prisão especial para essa gente que vem do Brasil".

Então o quadro era realmente desesperador. Nós não sabíamos mais o que fazer. As mortes nos rodeavam. Colegas de jornal, queridos, gente ligada a nós fraternalmente... Aquele recenseamento macabro que toda noite se fazia no diário Notícia: "Fulano veio?" "Não". No dia seguinte, Fulano era encontrado morto na rua. Então, com tudo aquilo nós poderíamos saber que estávamos

num clima de guerra não declarada, mas de uma guerra miserável, dirigida pelo próprio governo Argentino (?).

O governador Brizola vivia... o Jango viveu, digamos, em fincas, a fazenda no interior do estado, e todo o dia, de manhã e à tarde, aviões da Força Aérea Uruguaia sobrevoavam a baixa altura as casas e as fazendas para saber quem estava lá, quem tinha chegado, quem não tinha chegado. Não poderíamos de maneira nenhuma estranhar que nós estivéssemos evoluindo para coisa ainda mais grave do que estava acontecendo.

Primeiro, um dia o Paulo Piacentini, que era esse diretor nosso argentino, da revista Terceiro Mundo, me disse: "Neiva, estou informado de que vão matar o general Prats". Primeira indicação macabra desse ciclo de banditismo que havia em Buenos Aires. Eu disse: "Ah, o Prats? Mas eu não me dou com o Prats". "Eu queria que você avisasse o Prats de qualquer maneira". "Mas eu não me dou com o Prats". "Diga a ele que sou eu que estou pedindo a você, porque eu recebi 24 horas para deixar o país e vou deixar amanhã de manhã". Então, procurei o... "Quem é amigo do general Prats?" "Fulano". Procurei o Fulano, ele me disse: "Bom, então, eu vou fazer um contato como sr. general Prats para transmitir esse aviso". Fomos ao gen. Prats: "General, o Paulo, seu amigo, jornalista Paulo Piacentini, está me informando que o senhor está numa lista macabra, que o senhor vai ser fuzilado".

Pois bem. Não disse nada. Uns dias depois, um diplomata me procurou — permitam-me não revelar seu nome, porque ele ainda se encontra em atividade na diplomacia de um país hispano-americano — e disse-me: "Neiva, a situação se agravou consideravelmente. Agora, há listas de matar". Perguntei: "Eu estou na lista?" "Não, você está na lista de deportados; e vai ser deportado já". Perguntei-lhe: "E quem está na lista?" Ele me disse: o gen. Prats, que tinha sido chefe do Estado-Maior do Exército chileno e estava exilado, que não era homem de esquerda, era um militar absolutamente, diria, hoje, de centro; o general Juan Torres, que fez um governo progressista na Bolívia, o senador Wilson Ferreira Aldunate, da Argentina, e o presidente João Goulart.

Como vamos avisar o presidente Goulart, pensei? O presidente Goulart jamais se interessaria por essa conversa. Pensaria: por que iriam matá-lo, se estava em uma atividade civil, normal? Muito bem. Procurei um amigo do presidente Goulart, que vivia sempre no Hotel Liberty, e transmiti a ele: "Olha, a pessoa que nos disse isso é uma pessoa da maior responsabilidade. É diplomata encarregado de serviços de segurança em seu país e sabe o que está dizendo".

"Não, não. Olha, isso é terrorismo. Não vou me meter nisso". Muito bem. "Presidente, o senhor está avisado". Poucas semanas depois, recebi a tarefa de avisar o gen. Prats. Não consegui falar com o general, mas falei com sua senhora e transmiti a ela essa informação de que ele estava em uma lista sinistra para ser morto. Ela disse: "Não. Eu falei com o meu marido. O senhor me deu o primeiro aviso, e ele me disse que isso é um exagero, que não vai acontecer. O gen. Prats pediu-me que transmitisse ao senhor, e o senhor transmitisse ao Pablo, que ele está coberto pela segurança do Exército argentino. Ele veio para cá sob a proteção do Exército argentino. Esta casa está vigiada e tudo isso nos leva a crer que não é verdade".

Semanas depois, o general vai saindo de casa, abre o carro, que explode, e morrem ele e a mulher. Não. Um detalhe: uma semana antes desse fato, eu recebi de nosso elemento de ligação com o general uma informação de que, sim, ele achava que estava em perigo, mas que não tinha dinheiro para sair de Buenos Aires. Eu disse: "E se nós encontrarmos uma passagem para ele?" "Ele vai". Falei com alguns amigos diplomatas que disseram: "A passagem está pronta. Pode dizer a ele que mande buscar no lugar tal, dia tal, as passagens para ele ir para Venezuela ou para Colômbia". Mas não deu tempo. Eles foram mais rápidos e o mataram lá dentro.

O terrorismo continuava. Em junho de 1976, mataram o gen. Torres, que fizera um governo progressista na Bolívia, com uma mulher admirável, d. Ema Torres, que hoje é deputada em La Paz. Éramos um grupo que sonhávamos com uma América Latina independente, fora daquelas dependências norte-americanas e também do terrorismo que os agentes secretos norte-americanos implantavam em toda a região. Esse eu não avisei. O gen. Prats foi morto em setembro de 1974; o Torres, em 2 de junho de 1976. Chamei

o senador Wilson Ferreira Aldunate, muito amigo, com quem vivemos juntos muito tempo no Uruguai, e transmiti a mesma coisa. O Wilson foi sabidíssimo e imediatamente foi para o Peru, onde havia um governo de refúgio, um governo progressista que nos acolhia com toda a liberdade.

Vejam bem: nesse período, e não me recordo a data, mataram dois eminentes e futuros líderes do Uruguai, que poderiam levar aquele país a outro destino: o deputado Héctor Gutiérrez, que foi presidente da Câmara, e o senador Zelmar Michelini, homem de esquerda, embora fosse de um partido não-comunista, que estava muito atento. Foram fuzilados de maneira brutal na Argentina naquele período. Não me recordo a data. Numa noite, esse diplomata amigo disse-me: "Olha aqui a lista dos que serão expulsos. Tu estás encabeçando a lista. E tu deves te mudar hoje da tua casa". Minha casa era um apartamento num bairro perto cemitério de Montevidéu, trágico, porque, dentre outras coisas, tenho medo de almas, e toda noite me encontrava com as almas do cemitério. Bom, "vou para onde?" "Vai para onde você quiser, ou onde puder, mas hoje você não vai mais dormir em Chacaritas". Muito bem.

Fui para um hotel. Um dia, dois dias, três dias. Mas era ingenuidade porque a polícia recebia todo dia informação do hotel sobre quem estava lá. E numa madrugada, três e meia da manhã, nem bateram à porta; chegaram lá e arrebentaram a porta do quarto. Estávamos lá dormindo eu, minha mulher, a jornalista Beatriz Bício, apontaram as metralhadoras e disseram: "Olha, você é muito odiado no seu país. Poderíamos liquidar você aqui e ainda seríamos saudados no Brasil pelo bom serviço. Mas sabe de uma coisa? Estava aqui falando com o comandante: eu não acho que valha a pena, você não merece nem ser morto". O que estava fazendo contra o país era devido à atividade que tinha, muito grande, em Buenos Aires. "Bom, e aí, o que os senhores querem?" "O senhor tem seis horas para deixar a Argentina. Seis horas!"

Eu havia publicado o livro "Modelo Peruano", era muito ligado ao governo do Peru, muito amigo do general Velasco. Fui para a embaixada peruana às seis horas da manhã. O embaixador se comunicou com ele, e ele disse: "Faça tudo. Dê passaporte, dê o

diabo". Deram-me passaporte peruano chamado 001. E ficou na história da diplomacia peruana porque só havia aquele passaporte — meu e da minha mulher. Escapamos, portanto, dessa coisa aí.

Nesse quadro todo, digamos, a pressão política, a pressão militar, a pressão econômica em cima de nós era verdadeiramente brutal. Todo dia nas ruas: "Mostra tudo isso aí..." E sem a possibilidade de ninguém para nos queixar... Peguei a lista que recebi, e essas listas andam muito em moda aqui no Brasil ultimamente, e a levei a um amigo do Goulart. E disse: "Olha, está aqui. O presidente está nessa lista; já mataram dois. O Ferreira Goulart teve de ir embora, e já mataram mais dois senadores do Uruguai. Então, não tenho a menor dúvida de que vão matá-lo".

Depois, ele falou comigo: "Não, Neiva, por que vão matar? Não estou fazendo nada..." E não foi. Não posso dizer aos srs. deputados que o Presidente Goulart tenha sido assassinado. O que posso dizer é que estava absolutamente dentro da lógica do que se passava no Uruguai naqueles tempos. Se V. Exas. soubessem o que era nossa vida ali dentro, o drama que se vivia ali dentro! Colegas dos mais fraternos que trabalhavam no jornal apoiado pelos "motoneros" desapareciam de um dia para o outro. Havia uma chamada sinistra: "Fulano veio? Fulano? Não veio". Fulano não veio significava que tinha morrido. Estava absolutamente lógico que o Presidente Goulart fosse também assassinado porque tinham já uma prevenção enorme com ele, achavam que ele, atrás das regalias e da posição de fazendeiro, de homem rico, apoiava financeira e politicamente os movimentos guerrilheiros que estavam se desenvolvendo na América Latina e que tinham uma grande expressão no Uruguai e na Argentina.

Então, este é o depoimento que posso prestar à Câmara dos Deputados.

Outra coisa — aí, já não fui eu, mas companheiros que foram receber o cadáver em Uruguaiana. Quando abriram o caixão, exigiram que fizesse uma autópsia. O dr. João Goulart estava de chinelo, nem sequer mudaram a roupa dele. Não deixaram fazer autópsia. Foi para São Borja. De novo, os amigos que estavam lá exigiram a autópsia. Não fizeram.

Então, são fatos tão evidentes que eu não tenho nenhuma dúvida de que ele foi mais uma vítima nesse processo sinistro que dominou a América Latina naqueles tempos.

As informações do depoente se estenderam, já na fase de debates, à situação de outro líder trabalhista exilado no Uruguai.

O governador Brizola, quando começou o arrocho político-militar, tinha muito boas relações no Uruguai, não só nos partidos de esquerda, mas também nos partidos conservadores, e ainda as tem, e chamaram a atenção dele que havia problemas.

A versão mais corrente, a versão mais, digamos assim, mais conhecida desse problema em relação a ele era a de que ou ele saía do Uruguai ou então um comando, de helicóptero, sairia do Rio Grande do Sul e ia retirá-lo lá da sua fazenda, da finca dele, e levá-lo para o Brasil.

Então, o governo do Uruguai estava cercado. Ele não tinha condições, de maneira alguma, de reagir àquilo e pediu que Brizola deixasse o país. Deram a ele um prazo três dias. Ele, numa dessas intuições que tem, saiu pela Rambla de Montevidéu e foi à embaixada americana, porque eles estavam conseguindo um asilo para ficar junto com o governador Miguel Arraes, em Argel. Era o que ofereciam a ele. Muito bem. Quando chegou na embaixada americana, ele disse aos colegas que estavam lá: "O Carter anda falando muito em direitos humanos, não é?" Disseram: "Anda". "Podemos já saber se é verdade isso". Entrou na embaixada: "Sou Leonel Brizola. Estou ameaçado de morte. Queria um asilo dos Estado Unidos".

Não há asilo na Constituição americana, não há essa história de asilo por lá. Foi um "bafa" grande. Mas aí disse o funcionário: "Olhe, o que nós podemos fazer é comunicar o seu pedido ao Departamento de Estado. Mas o Departamento de Estado está fechado hoje". Foi a sorte do Brizola, porque em vez de o telegrama, o pedido, ir para lá, foi diretamente para o presidente Jimmy Carter, que estava naquela palácio de veraneio lá nos Estados Unidos. E o Carter mandou imediatamente dar o asilo.

No diálogo com os membros da Comissão, o deputado Neiva Moreira precisou, ainda, alguns fatos. Afirmou, por exemplo, que não tinha dúvidas sobre a articulação do regime militar brasileiro com outros regimes repressivos do cone sul; afinal, fora o próprio governo brasileiro que solicitara – em suas próprias palavras -- a "meia dúvida de prisões que eu tive lá no Uruguai, preventivas, como diziam eles". Referiu-se, também, ao testemunho de um jornalista, que foi diretor do jornal Última Hora, e que conheceu, em prisão uruguaia, a proximidade entre os órgãos de repressão brasileiros e o dos países vizinhos.

> Bom, ele estava com a idéia de fundar um jornal de esquerda no Brasil. Então, foi lá falar conosco, lá no Uruguai, para saber qual a possibilidade que nós tínhamos para fazer isso. Ele chegou lá, me telefonou e me disse: "Olha, estou muito cansado, vim de ônibus aí. De maneira que vou falar contigo amanhã de manhã". Eu disse: “Está certo. Você está em que hotel?” E ele me disse que estava no hotel tal na rua 28 de Julho.
>
> Então, no dia seguinte, passei de manhã. Disseram-me: “Não, não, ele não está”. Dia seguinte, não está. No terceiro dia, o sujeito me disse: “Olha, esse brasileiro esteve aqui, mas ele foi direto para Buenos Aires”. Depois, eu soube que aquele hotel era controlado pela polícia do Uruguai. Os senhores imaginam a nossa ingenuidade conspiratória.
>
> Aí, três, cinco dias depois, um presidente do sindicato dos bancários me chamou — Uruguai era uma fogueira de resistência, assim como Argentina, e esse era no Uruguai — e me disse: “Olha, está preso o fulano de tal”. Ele me deu o nome, um jornalista muito amigo meu e do deputado Miro, mas não me lembro agora o nome dele. “Mas está preso e sendo muito apertado”.
>
> Bom, o que perguntavam a ele? Perguntavam a ele sobre as relações dele conosco, aquela coisa toda. Mas, como ele era bisneto do Duque de Caxias, um adido militar ou coisa semelhante das autoridades do Uruguai disse que seria um escândalo que eles prendessem o bisneto do Duque de Caxia*s.* E que não o torturassem nada e tal e deixasse ele lá de molho. E foi o que fizeram. Depois de

> muito tempo, ele foi solto e nos disse que ele ouvia, lá dentro da polícia uruguaia, policiais brasileiros interrogando presos.
>
> Então, havia um absoluto entendimento, uma absoluta correlação. Eu já disse aqui: tive muito dificuldade para arranjar emprego; quando arranjei emprego no jornal do Partido Nacional que era dirigido por esse deputado assassinado em Buenos Aires, e ele me disse que o embaixador — parece que era o embaixador Pio Corrêa — comunicou que o Governo brasileiro considerava aquilo um ato de hostilidade. Mas o Hebert, que era um “malucão” — depois o neto dele foi presidente da República —, disse: “Olha, quem manda aqui somos nós. De maneira que não vamos tirar esse brasileiro”.
>
> Então, deputado Miro Teixeira, havia realmente uma conexão profunda entre o governo brasileiro e os militares que naquela época já estavam se preparando para tomar o poder do Uruguai.

Ao terminar, o depoente voltou à informação recebida previamente a respeito da inclusão do ex-presidente João Goulart entre os líderes políticos marcados para morrer pela extrema-direita do sul do continente.

> ... eu encontrei esse embaixador, esse diplomata hispano-americano num posto da América Latina, e ele me telefonou e disse: “Vá me ver hoje”. “Onde?” “Naquele bar onde nós nos encontrávamos”. Ele me disse: "Você vai sair daqui hoje, porque eles vão te agarrar. E, se tu fizeres algum tipo de reação, vão te matar”. Então, lá estava a lista, o presidente João Goulart em quarto lugar; o gen. Prats, do Chile; o gen. Torres, da Bolívia; o senador Aldunate, líder da oposição no Uruguai.
>
> E ele, João Goulart, estava em quarto lugar.
>
> Então, esse é o ponto de vista que eu posso defender e a resposta que lhe posso dar.

3. 2. 2. DEPOIMENTO DO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES.

Além de informações concretas sobre a forma como obteve conhecimento antecipado a respeito do processo de eliminação de lideranças políticas em curso na América do Sul, o governador Miguel Arraes trouxe a esta Comissão a perspectiva de um agente político relevante, que acompanhava os acontecimentos de uma posição muito distinta da da maioria de nossos entrevistados, exilado que estava na Argélia. Mais uma razão para reproduzirmos na íntegra seu depoimento, de maneira a registrar oficialmente sua visão dos acontecimentos.

As considerações iniciais do ilustre depoente ilustram amplamente a realidade política do mundo na época em que faleceu o ex-presidente João Goulart.

> Devo dizer que eu estava distante, na Argélia, e que certos fatos específicos me escapam, porque eu não tive contato, como o Neiva, Brizola e outros, com as pessoas que assistiram diretamente ao caso. Entretanto, vou citar alguns fatos que chegaram ao meu conhecimento naquele período.
>
> Eu estava exilado na Argélia. O asilo político me foi concedido pelo governo argelino. Nós éramos alguns poucos que tínhamos esse asilo. Havia muitos refugiados: cerca de 8 mil refugiados políticos em Argel, de todos os países, da Europa até à Indonésia. Havia gente de todo o lado. E os argelinos tinham especial cuidado com toda essa gente que estava lá refugiada, longe de seus países e, particularmente, com aqueles a quem tinham dado asilo político, porque se consideravam responsáveis por essas pessoas que o governo tinha levado oficialmente para lá.
>
> E alguns fatos também faziam com que eles exercessem vigilância ou acompanhassem, não para saber da nossa vida, mas para dar a segurança que fosse possível às pessoas que estavam sob a responsabilidade do governo argelino. E eles tinham tido casos concretos de assassinatos políticos, como o do general Humberto Delgado, assassinado na fronteira de Portugal com a Espanha, que estava lá na Argélia, saiu de lá contra a opinião deles, aliás.

Há um assassinato de Ber Baka, líder marroquino muito conhecido, que também tinha a proteção da Argélia, que foi seqüestrado e assassinado em Paris. E assim outros casos desse tipo que faziam com que eles tivessem esse cuidado, o cuidado não só na Argélia, porque não tinha perigo por lá. Basta dizer que fiquei na Argélia 14 anos. Nunca ninguém me pediu um documento na rua ou em canto nenhum. Só nos hotéis e no aeroporto, porque é obrigado. Nunca ninguém me pediu documento. Nós tínhamos toda liberdade lá.

Então, eles nos davam certas indicações para as viagens que fazíamos, porque haviam acontecido esses casos e eles nos preveniam que nós não devíamos sair para outros lugares sem ter contato com a embaixada, sem contato com alguém de confiança. E eles indicavam, quando era o caso, as pessoas de confiança a quem podíamos recorrer nesses países.

Então, nós também tínhamos dificuldades. Era preciso às vezes recorrer à embaixada. Por exemplo, eu estive proibido de entrar na França durante muitos anos. Era proibido oficialmente entrar na França por decreto do ministro do interior francês. Tenho esse documento comigo. Não podia entrar, não obstante eu tinha que entrar, porque eu tinha família lá. Eu tinha que entrar. Então, eu sabia como entrar na França, mas, uma vez lá, era preciso ter condições de apelar para alguém se houvesse qualquer coisa.

Na Itália, não havia problema, mas havia setores na polícia italiana -- que haviam sido contactados pelo comissário Fleury -- que abordavam os brasileiros e tomavam-lhes os passaportes. Eu mesmo presenciei casos como o do Carlos Sá. Carlos Sá foi membro do Tribunal do Trabalho de São Paulo, era exilado. Ele estava lá; quando ia sair do hotel, a polícia o abordou, tomou o passaporte e deu 48 horas para deixar o país. Como ele poderia deixar o país em 48 horas sem documento, sem coisa nenhuma?

Nós falamos com um senador italiano, e o senador falou com o primeiro-ministro, e o primeiro-ministro mandou uma pessoa resolver o caso. Mas havia todos os complicadores que exigiam essas informações etc..

E nós, portanto, tínhamos pessoas na Argélia a quem podíamos recorrer para nos informar ou elas próprias nos chamavam para dar as informações que consideravam necessárias para a nossa vida no exterior.

A principal pessoa encarregada em buscar essas informações, porque existiam outras, o chefe desses serviços, era o coronel Sulleiman Hoffmann. Era assessor para assuntos internacionais do presidente Boumedienne. De vez em quando, eu o via, falava com ele, dava-me muito com ele. Certo dia ele me telefona e diz que quer falar comigo. Eu fui lá. Ele me disse: “Arraes, amanhã e depois de amanhã, se amanhã não chegarem as pessoas, você espera até depois de amanhã. Você não sai de casa, espera em casa. Três pessoas vão lhe procurar”. Eu disse: “Pois não, está certo. Fico em casa”.

E fiquei efetivamente em casa, e apareceram as três pessoas. As três pessoas exigiram muito cuidado na conversa, isto é, eles não queriam em casa ninguém que não fosse da família, não queriam testemunhas. Iam falar comigo. E me disseram o seguinte: “Nós estamos vindo do cone sul da América Latina”. Não disseram de onde. “Houve uma reunião da extrema direita para apreciar a questão de uma possível abertura.” Já se começava a falar, porque isso está ligado àqueles anos da guerra do Vietnã.

A guerra do Vietnã estava sendo perdida. E todas as análises indicavam que, na medida em que a guerra fosse perdida, os Estados Unidos não poderiam ficar com o mundo militarizado debaixo das botas de soldado. Teria que ser dada uma solução intermediária qualquer, fosse de transição ou de qualquer outro tipo. Então, já se debatia essa questão, e os militares sabiam disso. Eles viram que essa era uma tendência que não mais seria revertida, porque, como falei, era impossível este mundo todo ficar com os militares mandando eternamente. Teria de haver um paradeiro para isso. Já era negativo esse fato na opinião pública internacional.

Naquela fase algumas figuras da Europa haviam se manifestado contra a guerra do Vietnã, e havia protestos cada vez maiores, inclusive nos Estados Unidos. Uma das pessoas que em

primeiro lugar realizou um ato que teve uma grande repercussão foi Olaf Palme, primeiro-ministro sueco, do Partido Socialista da Suécia, que reuniu 10 mil pessoas na praça pública para se opor à guerra do Vietnã.

Portanto, essa opinião que se formava fazia com que a direita receasse uma mudança, uma transformação. Essa reunião examinava isso e estudava providências e precauções a serem tomadas para evitar que pessoas importantes que estavam presas e exiladas, em diferentes países, pudessem chegar e empalmar a opinião pública no caso de uma eleição, de uma mudança brusca da situação política. Nessa reunião, eles já haviam condenado à morte as pessoas que estivessem nessa situação e que atendessem a esse critério.

Assim, eles me pediram que transmitisse essa informação a pessoas de outros países, pessoas que estivessem mais ou menos nessa situação. Enfim, que transmitisse a informação a alguém de confiança para que cada um fizesse o trabalho dentro das suas áreas de exilado.

Eu perguntei por que elas, essas pessoas, pediam isso logo para mim. Eles me disseram: “Primeiro, por causa da referência que nos foi dada pelo coronel Hoffmann; segundo, porque analisados os nomes, verificamos que o senhor é quem está em melhores condições de realizar este trabalho, pela sua condição de exilado aqui na Argélia. O senhor pode se deslocar para alguns lugares, porque nós não podemos contactar todo mundo. Não podemos contactar porque nós não podemos aparecer em canto nenhum. Nós estamos aqui falando com o senhor excepcionalmente, porque é uma questão decisiva e importante. Assim, o senhor vai ter esta missão”.

Dessa forma, eu procurei realizar a missão. Fui à Europa, procurei alguns exilados chilenos e pessoas de outros países para comunicar essa notícia que me tinham dado. Não se passou um mês desse acontecimento, foram assassinados Gutiérrez e Michelini, dois uruguaios, e uma sucessão de assassinatos se seguiu nos diferentes países da América Latina. Todos sabem, e aqui a Comissão pode até listar, que foi a partir dessa oportunidade que mataram o general Prats,

mataram o Letelier, mataram não sei quem... Tudo isso no espaço de algum tempo.

Então, vejam, qualquer pessoa sabe que as três pessoas mais importantes no caso da abertura no Brasil eram Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda. Eram essas pessoas que podiam aparecer como condutores de uma frente nacional para refazer o país. Portanto, se os senhores pegam essas três pessoas e juntam com o critério que me foi comunicado naquela oportunidade, só podemos dizer que eles tinham sido condenados à morte. Como é que eles morreram? É outro fato. Mas que a condenação havia, havia.

Um outro fato é uma conversa que tive com o Carlos Castello Branco. Ele passou pela Europa depois da morte de Juscelino Kubitschek. Eu estive com ele em Paris por apenas um dia. Ele me procurou e estivemos juntos por um dia. Contei a ele essa história, e ele me disse que tinha procurado indagar as circunstâncias da morte de Juscelino. Circunstâncias que ninguém até hoje explicou, ninguém sabe delas efetivamente. Sabe-se que ele morreu em um desastre na via Dutra.

Juscelino, que foi o homem que mais voou neste País, morre em um desastre de automóvel, em uma viagem que ele jamais faria de carro — de São Paulo para o Rio de Janeiro. Por que Juscelino saiu de carro? Ele mandou buscar o seu motorista — são detalhes que me informaram — no Rio de Janeiro, sendo que ele estava em São Paulo. O sr. Adolfo Bloch deixava um carro à disposição de Juscelino, e ele tinha um motorista de confiança. Então, Juscelino manda buscar o seu motorista, que também morreu no acidente, para fazer essa viagem. E o motorista foi do Rio para São Paulo para fazer a viagem do ex-presidente.

Pois bem. O Castello dizia que o inquérito tinha procurado lançar a culpa para o ônibus, mas que as perícias que fizeram — depois ninguém fez mais perícia, nem quis saber de nada, nem aprofundaram as investigações — tinham descartado o ônibus. Não podia ser o ônibus. A tinta que estava no carro de Juscelino era preta. O carro que bateu e desequilibrou o carro de Juscelino teria sido um carro de cor preta, pois a tinta estava lá. Mas que esse tal carro

> preto tinha sido visto por testemunhas. Então, o Castello Branco lançava muitas questões em cima da morte de Juscelino Kubitschek.
>
> Vejam, no meu caso, o que eu posso dizer, diante dessas informações e sobretudo da comunicação que me foi feita, nas circunstâncias em que recebi tais informações, é que havia essa condenação e que morreram sucessivamente no Brasil Juscelino, Jango e Lacerda, os homens que haviam sido indicados na condenação prévia nessa reunião no cone sul. Então, na minha cabeça, eu não diria que nenhum deles morreu de morte natural. A suspeita e a dúvida existem evidentemente. Se esta Comissão puder aprofundar com fatos e testemunhas, penso que será da maior importância a apuração de tal procedimento.
>
> Era o que eu podia dizer, Sr. Presidente.

Os debates que se seguiram à exposição inicial permitiram ao expositor precisar alguns fatos e tecer novas considerações.

Registre-se, em primeiro lugar, que o depoente evitou falar de lista de pessoas a serem assassinadas. Deixou claro que seus informantes

> não falaram em lista. Eles estabeleceram o critério que havia sido adotado na reunião. O critério era esse, ou seja, quem tivesse certas condições ou ameaçasse a levantar o país, levantar a população em uma posição oposta à deles tinha de morrer antes. Ora, nesse processo militar, era esse um dos objetivos: liquidar não só as grandes lideranças, mas liquidar as lideranças do país, seja pela prisão, pela decurso do tempo, por tudo. Esse era um procedimento traçado por eles.

Em segundo lugar, o depoente pôde precisar a data em que se reuniu com seus informantes: quinze, vinte dias antes do dia em que foram assassinados os srs. Michelini e Gutiérrez.

Em terceiro lugar, depoente detalhou melhor a situação das pessoas que lhe transmitiram as informações sobre articulações da extrema direita para eliminar líderes populares na América do Sul.

> ... essas pessoas que me procuraram não deram o nome. Elas estavam credenciadas, quer dizer, eu sabia que eram pessoas

> que eu devia escutar, mas eram agentes. Ninguém pode saber quem são essas pessoas que se infiltraram para saber dessa reunião do cone sul, e evidentemente eu não tinha nem condições de perguntar. Se perguntasse, elas podiam até me dar um nome falso, porque não podiam aparecer. Essas pessoas me procuraram e explicaram — não sei se fui claro — que me escolhiam porque não podiam procurar muita gente e aparecer para exilado chileno, para exilado daqui...
>
> Eles não podiam, pela função que exerciam, a função deles era ter a cara escondida, isso é uma coisa lógica. Daí o fato de terem conseguido essa informação de uma reunião ultrafechada. O coronel, que por sinal faleceu, é o homem do governo argelino que disse que essas pessoas iam me procurar, e efetivamente me procuraram para dizer isso. Era o coronel Sulleiman Hoffmann. Esse coronel já é falecido. Era assessor do presidente Boumedienne.

Em quarto lugar, o depoente manifestou desconhecimento a respeito da pessoas que lidavam com o presidente João Goulart no Uruguai, com exceção parcial de Cláudio Braga.

> Infelizmente, não posso dizer nada a esse respeito. Conheço o Cláudio Braga porque ele foi presidente de sindicatos em Pernambuco. Não tinha muita ligação ou aproximação com ele, embora me dê com ele. Ele conhecia o Presidente João Goulart. Eu sei que ele conhecia já de antes, mas esse relacionamento mais próximo foi coisa do exílio. Não era um relacionamento que existia antes. Essa é uma coisa que só o pessoal que morava no Uruguai pode saber.

Em quarto lugar, o depoente voltou a emitir dúvidas sobre a morte de Juscelino Kubitschek.

> A perícia em relação a Juscelino conclui ter sido um acidente. Acidente foi; porém, foi provocado? A desestabilização de um carro é uma coisa que, para pessoas que sabem fazer, não é problema nenhum. É a coisa mais simples do mundo. Essa dúvida fica. Eu, pelo menos, duvido disso.
>
> Não estou pondo em dúvida as pessoas que fizeram os laudos, mas o testemunho que Carlos Castello Branco me deu foi

> esse: que testemunhas não foram ouvidas, gente que não quis depor; há toda essa história. No meio a uma ditadura, quem iria depor e dizer que ele foi assassinado? Não é fácil. O que me ficou foi isso. Como salientou o deputado Miro, sou uma das pessoas, talvez, que soube antes dos fatos que isso iria acontecer. Ouvi a sentença que havia sido pronunciada nessa reunião do cone sul e que essa sentença começou a ser executada.
>
> Veja, deputado, não acredito que Deus tivesse sido escolhido para ser carrasco dos três brasileiros que morreram em seqüência. Se foi de morte natural e se foi obra de Deus, foi Deus quem executou essa sentença. É muito estranha a seqüência dessas mortes, quando se liga a esse fato que relatei.

Em quinto lugar, o depoente distinguiu a repressão no Brasil pela precisão com que buscou seus alvos.

> O que podemos apreciar é o seguinte. As diferenças de método de um lugar para outro, a sofisticação da repressão, a seletividade em cada um dos países. Aqui, no Brasil, a seletividade foi das mais importantes que já vi. Aqui existiram os excessos, a tortura, a morte de pessoas, mas observo que, no geral, aqui as coisas sempre foram medidas e contadas, tanto quanto podia ser. A estrutura brasileira não era no estilo Pinochet, que mandava matar no meio da rua, matava quem era preciso matar. Se formos estudar isso, será um trabalho muito complicado.

Cabe destacar, ainda, a importante análise política que o depoente realizou em relação à possível neutralização da investigação pela impossibilidade de comprovar o assassinato.

> Na posição que estamos, se negaram a autópsia, não podemos concluir que alguém matou, que foi assim ou assado. Mas retirar dúvidas... Só quem quer retirar dúvidas é a extrema direita. Para nós, ela fica. Ela fica porque nem prova uma coisa nem outra. Ela fica e tem de ser mantida.
>
> Politicamente é fundamental que seja mantida porque as mortes havidas aqui e em outros países mostram que essa sentença

> foi efetivamente pronunciada. A morte de todos esses líderes em outros países é a prova de que a sentença efetivamente existia.

3. 2. 3. DEPOIMENTO DO GOVERNADOR LEONEL BRIZOLA

Antes de relatar o conteúdo de seu depoimento, há que ressaltar que a idéia de requerer a constituição desta Comissão surgiu em uma conversa do governador Leonel Brizola com o autor do requerimento de instalação e futuro relator. O governador fez um breve relato, menos detalhado do que apresentou na audiência pública a seguir relatada, e sugeriu que a Câmara dos Deputados instalasse uma Comissão para investigar as circunstâncias da morte de João Goulart.

Na audiência pública, o governador Leonel Brizola começou sua intervenção com referências elogiosas ao jornalista uruguaio Jorge Otero, amigo e assessor de imprensa informal do presidente João Goulart, diretor do jornal El Día em tempos de resistência liberal ao autoritarismo que se implantava no Uruguai.

A seguir, o governador prestou um importante depoimento político e pessoal sobre sua experiência no exílio, a solicitação de asilo nos Estados Unidos e a percepção gradual de que o movimento repressivo na América do Sul possuía um grau de articulação muito maior do que poderia supor inicialmente. Esta Comissão teve a felicidade de poder registrar oficialmente tal depoimento, cujo conteúdo é o que se segue.

> De minha parte, gostaria de dizer que, desde o primeiro momento, procurei incentivar a instituição desta Comissão, porque, com o passar do tempo, mais longe um pouco dos acontecimentos — e posso dizer isso porque também estava lá protagonizando aquela fase —, vamos adquirindo uma noção mais precisa do que realmente estava ocorrendo.
>
> Quando lá estava, eu não tinha muita idéia de que estávamos dentro de um processo que envolvia todos nós. Na época em que fui expulso do Uruguai, por exemplo, eu não estava exercendo

atividade política nenhuma. Não entendia o porquê. Aquilo era uma vingança pessoal. Por muito tempo, cultivei a impressão, dada uma informação e outra, de que fui expulso daquele país por pressão ou da área Geisel ou da área do ministro do Exército daquele tempo, sr. Sílvio Frota.

Talvez tivessem receio de que pudesse haver entendimento entre mim, que estava no Uruguai, e o então governador do Rio Grande do Sul, recentemente falecido, Synval Guazzelli, invocando, talvez, o que ocorrera em 1961, e que dali pudesse surgir uma reação, com essa soma de forças, contra um ou contra outro. No caso, teria sido a área do sr. Sílvio Frota, que teria insistido junto aos militares uruguaios para me expulsar, na atividade que desenvolviam preparando um golpe contra o governante discricionário do momento, para não dizer um ditador de turno, o Sr. Ernesto Geisel.

Como fui para os Estados Unidos, acolhendo-me na política que desenvolvia o presidente Carter — até surpreso com aquele atendimento, com o acolhimento que lá recebi, convivendo com muitas pessoas —, eu, de certa forma, aceitava essa interpretação. Hoje, de longe, somando mais informações, chego à conclusão de que absolutamente não foi isso o que ocorreu. Eu estava ali na mesma situação de outros latino-americanos que demarcavam toda uma época e eram objeto de um processo de repressão que atingia personalidades e simples quadros da resistência a esse conjunto de ditaduras.

Hoje estou absolutamente convencido de que uma voz me surgiu ali, naquela hora em que, com um conjunto de pessoas, ingressava na embaixada americana.

Quando expirava aquele prazo, recebemos uma comunicação da embaixada informando-nos de que nos devíamos deslocar para lá, eu, a minha família, os meus amigos, quem eu quisesse levar. E estávamos ali cercados por várias caminhonetes do exército uruguaio. Eu até perguntei: "Como vou passar por esse cerco?" Responderam: “Não, não vai ocorrer nada; nós estamos aí também”. Foi a resposta que recebemos da embaixada.

Não sabíamos, mas tivemos a informação de que havia um entrelaçamento desses regimes. Logo que chegamos lá, pudemos sentir uma estreita ligação entre autoridades norte-americanas e de alguns outros países que se prestavam a esse tipo de cooperação.

Confesso que, quando me decidi a ir, fui sozinho à embaixada americana. Foi um arroubo! Eu pensava: quero colocar em prova essa tal política de direitos humanos do presidente dos Estados Unidos. Quero saber. Ele está falando tanto de direitos humanos, e eu, por exemplo, sinto-me ferido nos meus. Estou sendo expulso deste país de maneira injusta. Como pode um país que tem tratados em matéria de direito de asilo expulsar alguém que não está fazendo nada? Vou consultar o presidente dos Estados Unidos, diante do que estou sofrendo, sobre se me recebe em seu país. Era com essa intenção, palavra de honra.

Chegando lá, fui recebido por uma moça, porteira ou telefonista, meio uruguaia, meio americana: “O senhor quer falar com o embaixador”? E eu meio barbudo... Ela pediu minha identidade, minha cédula. Eu dei minha carteira, estava ali exilado... Ela olhou, olhou, pediu que esperasse um momento e chamou um funcionário.

Veio um jovem atencioso. Pensei: este deve ser um elemento da CIA que, sem mais nem menos, vem me receber. O rapaz chegou e disse: “Sr. Brizola, o senhor quer passar ao meu gabinete?" "Perfeitamente", respondi. Continuou o funcionário: “O senhor é conhecido”. E eu, cá comigo: claro que o senhor me conhece! A gente sempre pensa que é muito conhecido. Então, ele disse: “Quando eu estava na universidade, nós tínhamos um clube latino-americano. Naquele tempo, falava-se muito no senhor, que o senhor gostava de expropriar empresa americana”. Eu disse: "É verdade".

Ele foi muito amável. Conversamos, tomamos um cafezinho, e por fim ele me perguntou: “O senhor quer mesmo ir para os Estados Unidos”? Respondi: "Olha, até há pouco eu não admitia essa possibilidade, mas quero ir". O rapaz me ofereceu uma revista e, após alguns momentos, disse: “Fui falar com o embaixador. Ele não está aí, está em casa, e manda dizer-lhe que por ele não há problema, mas que depende de Washington. Na segunda-feira nós lhe damos

uma resposta". Isso aconteceu numa sexta-feira. Na segunda-feira, deram-me a resposta mesmo.

Soube depois que minha sorte foi isso ter acontecido na sexta-feira, porque o assunto foi direto à Casa Branca, já que o Departamento de Estado estava fechado. Na Casa Branca, foi levado quase que diretamente à consideração do presidente Carter, que não teve dúvida, seguindo sua política; era esse seu pensamento, sua maneira de ser. O assunto praticamente pulou o Departamento de Estado. Se fosse numa segunda-feira — soube depois; brasilianistas me disseram —, o Departamento de Estado iria complicar de tal maneira meu pedido que seria muito difícil ir para lá.

A política americana não era direcionada pelo presidente, logo percebi isso. A adoção de política dessa natureza é determinada por áreas que, em dado momento, estão poderosas e influentes no governo dos Estados Unidos. Por exemplo, em relação ao presidente Salvador Allende, havia correntes nos Estados Unidos. O próprio Orlando Letelier, quando morto, estava lá, teve ingresso naquele país. Nessa época, o presidente Fernando Henrique Cardoso e o atual ministro da Saúde, Sr. José Serra, não podiam ingressar nos Estados Unidos. Seus nomes estavam num livro, no aeroporto. Não havia computador. Usava-se um livro grosso. Fui eu que, de certa forma, abri caminho para eles. Depois de alguns meses, os dois foram visitar-me.

Tivemos informação, embora nosso isolamento fosse muito grande, de que havia uma articulação que, àquela altura, já havia tirado a vida de personalidades importantes da América Latina: Juan Torres, da Bolívia; René Schneider, ministro da Guerra no Chile. Depois dele o general Prats tornou-se ministro do Exército, foi à Argentina, e ele e sua esposa foram vítimas de atentado. Houve ainda o assassinato de Letelier.

Em seguida, esses casos foram generalizando-se. Os casos que ocorreram na Argentina, em relação ao Uruguai, foram relatados pelo jornalista Jorge Otero: do senador Michelini e do deputado Héctor Gutiérrez Ruiz, presidente da Câmara. Eles quase foram agarrados também, porque andaram em busca, nessa mesma oportunidade, de Wilson Ferreira Aldunate, que escapou por um triz.

Recebi de Miguel Arraes o aviso de que o serviço de inteligência da Argélia o informara de que eu estava na lista; portanto, deveria cuidar-me. Quem transmitiu a informação foi um pernambucano, atuante na esquerda na época, deputado Maurílio Ferreira, também com a intenção de avisar o ex-presidente João Goulart. Tive depois informação sobre duas embaixadas. Assumi o compromisso de jamais revelá-las, mas, com o tempo, vou fazê-lo.

De qualquer maneira, quero dizer que não acreditava muito nisso. Cada país tem seus problemas, suas questões. Eu não acreditava que houvesse uma articulação. Na repressão e na troca de informações, sim. Os senhores se recordam de Dan Mitrioni. Ele esteve aqui dando instruções sobre tortura e andou em outros países. Quando caiu no Uruguai, foi justiçado pelos Tupamaros, que fizeram inclusive um julgamento — essa documentação existe, a respeito da formação de um verdadeiro júri —, invocando todos os aspectos de sua atividade.

Aquele foi um momento para o qual só se pode encontrar justificativa na ação repressiva de um poder maior, que tivesse a capacidade de articular todos esses regimes que se instauraram sob sua inspiração. Sabemos que as bases maiores desse poder estavam nos Estados Unidos, mas também em alguns países poderosos da Europa, que, no fundo, eram satélites nessas atividades.

Isso não quer dizer que tenham sido todos os americanos. Tanto que o povo americano acabou se opondo à continuidade da guerra do Vietnã, obrigando o governo dos Estados Unidos a mudar. Mas foram articulações e grupos poderosos que se formaram.

Essa concepção que fazemos da operação condor não tem nada de irrealismo, foi uma verdade, como também a operação bandeirante, que apresentava certas limitações. O Brasil não deixou de ser um centro muito importante, em relação ao impulso que essas atividades foram tomando. Há a revelação de textos em português circulando por esses países. Foram notadas presenças de agentes brasileiros circulando por aí, um dos fatores de treinamento que teriam surgido daqui.

Muitos compatriotas de diversas correntes foram extremamente ameaçados. Aqui está um, o deputado Neiva Moreira. Volta e meia agarravam o companheiro Neiva Moreira. S. Exa. não encontrou outra saída a não ser se deslocar de lá sob a proteção de serviços diplomáticos de algumas nações amigas.

Permaneci ali. Havia esses avisos. Naturalmente não me oferecia, mas procurava levar minha vida normalmente. Minha mulher, Neusa, sempre me acompanhou. Cansávamos de fazer madrugadas, íamos ao campo. Era a coisa mais fácil descer um avião naquelas coxilhas. Dizia a minha esposa: "Põe água no feijão, faz mais comida, que vou buscar o pessoal que está chegando". Quando eu chegava lá, davam de mão, colocavam-me no avião, decolavam e iam embora. Ficava a caminhonete na coxilha, e a Neusa estava esperando para almoçar. Era a coisa mais fácil.

Não vivi em função dessa ameaça. Só procurava cuidar-me. Sempre procurei observar algumas regras simples de defesa. Por exemplo: nunca saía à mesma hora, nunca passava pelo mesmo lugar, nunca ficava parado no mesmo ponto, evitando a regularidade. É claro que sempre andava armado. Eu tinha autorização das autoridades uruguaias para isso.

Quando estávamos ingressando na embaixada americana, um funcionário de alto nível do banco do país deles — Banco República —, com o qual tinha relações, porque o banco do Estado no Uruguai era dirigido por um general importante, influente, apresentou-se e me disse: “Engenheiro, venho procurá-lo em nome do general fulano de tal para lhe dizer que o Estado Maior do Exército quer transmitir-lhe que está procedendo desta forma para salvar sua vida”. Eu achei até ridícula aquela mensagem. Pensei: você quer salvar minha vida expulsando-me para onde? Lá não tínhamos documentos. A representação diplomática brasileira nem tomava conhecimento, recusava-se a nos receber.

Conseguíamos documentos das polícias deste país. Sinceramente, quando chegamos à embaixada à noite, para sair, eu e a Neusa, minha mulher, não tínhamos documentos. Então, um secretário da embaixada disse: “Nós vamos solucionar o problema”.

> Um pouco depois, estava chegando um funcionário da Chancelaria uruguaia com todos os elementos para fazer um passaporte para mim. Eu estava na embaixada americana. Dizia: "Que abuso contra o Uruguai!" Um pouco depois chega um brasileiro com a mulher, com duas malinhas e sem nenhum documento.
>
> O nosso caso foi resolvido porque, ao chegarmos a Nova York, havia uma ordem para nos entregarem um passaporte português. Recebi apenas uma recomendação do Mário Soares, quando me telefonou mais tarde perguntando se eu estava bem — e ele não me conhecia pessoalmente. Ele disse: “Brizola, só peço que não use esse passaporte aqui em Portugal. No mais, pode andar pelo mundo com ele”. Ele disse isso porque não havia registro nenhum lá. E andei todo esse tempo com passaporte português.

No meio dessa primeira parte do depoimento, de cunho mais geral, o governador Leonel Brizola fez uma dura crítica à atuação do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, que também fica registrada neste relatório.

> Aliás, sr. presidente, seria bom que desta Comissão partisse a iniciativa de solicitar a criação de outra comissão para examinar o procedimento do Itamaraty durante a ditadura, porque toda essa massa de diplomatas está isenta. Parecem todos muito santinhos, mas foram carrascos. Milhares de brasileiros andavam por aí sem saber para onde ir. Carrascos! Viravam-nos as costas, recusavam-se a registrar uma criança — podia estar doente, podia estar morrendo, podia acontecer o que fosse.
>
> É verdade que havia uma ou outra exceção, mas eram exceções, porque o serviço funcionou como uma máquina, o Itamaraty funcionou como uma máquina, fazendo a repressão com luvas de pelica. Foram obedientes, submissos à ditadura. Precisamos tirar isso a limpo, para que a história não fique omissa. Foi um setor que colaborou com a ditadura e fez milhares de brasileiros, com suas famílias, suas crianças inocentes, sofrerem muito com a indiferença, com a frieza. A impressão que tínhamos era a de que estavam loucos de medo. Se vínhamos por uma calçada da rua, eles dobravam a

esquina ou passavam para o outro lado, para não chegarem perto de nós. Não é verdade, deputado Neiva Moreira?

Quer dizer, precisávamos fazer um exame do procedimento do Itamaraty, inclusive para levantar algumas questões que amanhã poderão ser importantes para o serviço diplomático brasileiro. Teria sido muito mais conveniente para nossos diplomatas, como profissionais, como funcionários do País, se tivessem podido adotar certas alternativas, porque andávamos sem documentos.

Esse exame da atuação do Itamaraty é importante. Eles poderiam até ter adotado a seguinte postura diante da ditadura: somos uma instituição, estamos prestando serviço, temos o dever de continuar prestando-o. Agora, deveriam ter proposto que se fornecessem documentos para os brasileiros, ao menos renováveis de seis em seis meses. Teria sido até conveniente, porque teriam tido conhecimento de onde estávamos.

Mas, não; sofremos o constrangimento de andar pelo mundo como apátridas por falta de documento. Alguns países nos recebiam melhor, eram hospitaleiros. Mas mesmo aqueles mais hospitaleiros tinham capacidade de nos agüentar por certo tempo. Depois eles passavam a achar que o bom mesmo era que fôssemos embora. Queriam ver-nos pelas costas.

Após as considerações sobre a situação geral dos exilados, e sobre a articulação da repressão em amplitude continental, o governador Leonel Brizola dirigiu sua intervenção para o caso específico do presidente João Goulart.

Fiz essas referências àquele tempo para agora focalizar a questão do presidente João Goulart. S.Exa. tinha boas relações no Uruguai, era muito bem considerado, como o foi depois na Argentina, com a ascensão de Perón. No Paraguai também tinha boas relações. De todos nós, era o que mais desejava voltar. Como todos sabem, era um homem moderado e naturalmente não queria buscar uma solução para si, pessoalmente, mas que pudesse beneficiar todos.

João Goulart viajava para cuidar da saúde. O Uruguai lhe dava essa oportunidade. Mas não há dúvida de que era uma figura

que, dentro desse contexto, devia estar também na mira dessa atividade. Seus amigos e companheiros mais próximos relatam detalhes, alguns pontos, algumas ocorrências suspeitas. Fomos surpreendidos com a morte dele. Nada indicava que pudesse vir a falecer. Difundiu-se a notícia de que teria sofrido um acidente circulatório e fora vítima de enfarte, quando estava dormindo. Praticamente nem chegou a falar. Foi um choque a sua morte.

Eu não podia sair do Uruguai, mas conseguimos que minha mulher, Neusa, fosse transportada até Uruguaiana para receber o corpo. Ela foi a São Borja, acompanhou o enterro. Depois, o quadro ficou cada vez mais claro, com o assassinato de outras personalidades.

Passamos a examinar o caso pelo aspecto de que ele tivesse sido assassinado em vez de ter tido morte natural. Caminhei nessa direção. Ao verificar que se recusaram a fazer autópsia do cadáver para descobrir a causa mortis, encontrei o elemento que me levou à convicção de que não havia ocorrido o que fora noticiado. Acho que João Goulart foi vítima daquela operação. Como? Os senhores sabem que isso pode ocorrer da maneira mais obscura, mais misteriosa, e não temos condições de imaginar como.

Ele fez uma refeição num restaurante público. Podia ter sido vítima de um envenenamento. Existem venenos que fazem efeito 10, 12, 24 horas depois de ingeridos. Tecnicamente, sem dúvida, era possível. Tudo indica que foi um processo de envenenamento.

Por que não fizeram a autópsia? Qualquer médico do interior poderia tê-la realizado, recolhendo amostras e mandando-as a laboratórios em Buenos Aires. O governo argentino não estava interessado e evitou realizá-la. Não cogitou, de forma muito suspeita, em tomar essa medida. Quando aparece morto algum mendigo, algum desvalido que ninguém sabe quem é, a autópsia tem de ser feita. No entanto, negaram-se a fazê-la em um ex-presidente que estava praticamente no exílio, na Argentina, sem poder voltar ao seu país.

Quem governava a Argentina à época? Praticamente este personagem que está preso e sendo julgado atualmente: o general Videla. Os jornais argentinos e as agências noticiam que ele

está sendo acusado de ser um dos responsáveis pela operação condor. Está sendo investigado exatamente por isso. O fato é que ele era o chefe militar mais importante da Argentina naquela oportunidade. Não me lembro se era o presidente. Confesso que não tenho, na minha memória, registro de quem era o presidente. Mas não tenho a menor dúvida de que era o chefão do regime argentino. E o era na época em que seqüestravam muito.

Lembro-me de que na costa uruguaia apareciam cadáveres, e os jornais diziam que se tratava de revolta que se dera em algum barco coreano. Às vezes publicavam fotografias de jovens argentinos que eram levados para serem jogados no mar. Com essa operação ameaçavam muitos presos no Brasil também, mas lá estavam executando-os. Sangue espanhol sempre é mais voluntarioso, mais drástico, e os cadáveres acabavam chegando à costa. Eram enterrados na vala comum, porque ninguém sabia quem eram, mas tinham os pulsos amarrados com arames. Não eram poucos, eram dezenas. Esses fatos ocorreram no auge da repressão.

Francamente, acho que o ex-presidente João Goulart foi vítima dessa repressão. O fato de não terem feito autópsia quando o corpo chegou a Uruguaiana não se justifica. A viúva, os familiares, minha própria mulher não pediram autópsia, mas era natural que isso não ocorresse pelo estado de espírito em que se encontravam. Mas o pedido foi feito por vários amigos, pessoas responsáveis do nosso partido, que se encontravam praticamente fora de qualquer atividade ou por parte de algum membro do MDB que teve a disposição de tomar essa atitude.

As autoridades brasileiras se recusaram a fazer a autópsia em Uruguaiana. Só diziam “toca e toca, anda rápido, ele não pode ficar aqui”. Queriam fazer uma solenidade na prefeitura. Não deixaram. “Toca, toca!” Chegaram em São Borja e queriam enterrar o corpo logo, mas houve resistência. Como eram muitas pessoas, não acharam conveniente forçar a mão. Então, ele foi velado durante a noite. Como não prepararam o corpo, ele estava exalando mau cheiro, como é natural. As pessoas mais chegadas, amigos e médicos, resolveram retirá-lo do caixão e levá-lo para uma sala a fim de aplicar mais clorofórmio, enfim, outros medicamentos. Viram que ele se

encontrava no caixão com a roupa do corpo, com um simples tênis. Não permitiram rigorosamente que a família o preparasse para o enterro, nada. Poucas pessoas sabem disso, apenas o grupo que levou o caixão para a sala do lado, para mantê-lo lá um pouco mais. Isso dá a idéia do abandono a que ficou.

Pergunto sobre as autoridades brasileiras. Sobre as argentinas, já falei. Não aprofundaram nenhuma investigação — membros desta Comissão andaram recolhendo informações na Argentina —, o que mostra que a situação era incômoda para eles, que tinha de ir embora. Descumpriram o dever de fazer a autópsia. Qualquer médico do interior poderia fazê-la.

Quando o corpo chegou no país, houve a mesma orientação. Ao chegar em São Borja não foi logo enterrado, exatamente porque lá era a terra dele. Ali havia um movimento, um sentimento muito forte, que as autoridades do regime não tiveram coragem de enfrentar, mas isso dá a idéia do abandono a que foi submetido. Por que as autoridades brasileiras também não fizeram a autópsia? Receberam algum telefonema nesse sentido? Ou veio alguém informando que a autópsia não havia sido feita e que seria melhor não a fazerem? Será que tudo foi articulado? Para mim não há a menor dúvida. Não há explicação para o que aconteceu.

Esse fato é profundamente suspeito e indicativo de que, sem qualquer dúvida, houve crime. Até para os argentinos seria muito conveniente comprovar que ele tinha um problema de saúde, para lavarem as mãos e ficarem isentos de qualquer suspeita. O mesmo com as autoridades brasileiras. Medo dos argentinos? Por que poderia ser? Como eles poderiam explicar terem recebido o cadáver de um ex-presidente do Brasil, a quem eles haviam feito continência muitas vezes, sem mais nem menos, sem saber o que havia ocorrido? Está aí a base da minha convicção. Acho que ele estava na lista.

Qual era a doutrina aplicada pelas forças dominantes, imperiais naquele momento, a que todos impérios aplicam? As idéias não são combatidas com a força. Não se eliminam as idéias com a força, mas se cortarem a cabeça dos portadores das idéias, é bem

provável que elas desapareçam. Foi o que eles fizeram. A eliminação das lideranças.

Passei, então, a crer que havia recebido um recado de pessoas, cujos nomes tenho guardado. Eles me disseram que o general fulano de tal mandara dizer, em nome do Estado Maior das Forças Armadas, que aquilo foi feito para salvar minha vida. Quem sabe se eu já não estava numa posição avançada na lista e os uruguaios, no seu saber, porque é um povo com qualidades muito especiais, com sábias lideranças políticas, pensaram: bem, numa hora dessas eles vão consumar esses planos aqui, e o assassinato do Brizola no Uruguai vai criar grande envenenamento, pelo menos nas relações do povo do Rio Grande do Sul com os uruguaios. Estou certo de que muita gente, entre os meus conterrâneos, não ia gostar. Pelo contrário, iam guardar profundo ressentimento por não me terem sido dadas garantias de asilado no Uruguai.

Não demorou muito. Pouco tempo depois aconteceu a morte do João Goulart. Foi pouco depois daqueles acontecimentos na Argentina. Eu digo aos senhores, na minha convicção, isso é dedutivo, porque parto dos fatos que vivi. Para mim, o presidente Juscelino Kubitschek foi assassinado, assim como Carlos Lacerda também foi vítima desse processo. Se Carlos Lacerda estivesse num momento de grande consagração e poder... mas não, ao contrário, ele estava eliminado pelo regime. E assim também estava o presidente Juscelino. Houve uma tentativa de confronto com o regime, que foi a Frente Ampla.

Na minha convicção, acho que merece exame profundo a ocorrência que vitimou o presidente Juscelino Kubitschek assim como Carlos Lacerda, por sua capacidade de luta, pelo enfrentamento que estava realizando contra o regime. Morreu em um hospital com todos os recursos.

Esta Comissão realmente tem toda razão de ser. Comungo também com o pensamento exposto pelo jornalista Jorge Otero. São divagações, porque, em torno de assuntos dessa natureza, sempre aparecem personagens misteriosos que surpreendem pelos papéis que desempenham. Há esse personagem do Uruguai que

andou fazendo declarações e até tem alguns textos escritos. Durante todo o tempo que lá estive nunca ouvi falar nesse sujeito. Ele devia rodear o presidente Goulart, andar cogitando, mas, pelo que sei, é um elemento ligado a serviços de inteligência, serviços secretos. Às vezes, são informantes duplos e vêm com essa história, por exemplo, procurando agredir o engenheiro Ivo Magalhães.

Francamente, não convivia muito com ele. Dedicava-se mais a uma atividade ou outra, ao trabalho, menos à política. Um grupo organizou a exploração de um pequeno hotel no centro de Montevidéu e ele era um dos dirigentes. Depois, ele mesmo foi trabalhar — tinha ligações com algumas empresas daqui — na sua atividade profissional. Sinceramente, nunca recolhi uma informação negativa, deprimente a respeito do sr. Ivo Magalhães. Ao contrário, a impressão que tenho, que sempre recolhi em relação à sua pessoa, é de que é um homem digno, amável. É inconcebível imaginar que ele possa ter praticado atos menos dignos contra o presidente João Goulart ou contra qualquer brasileiro que estivesse no exílio.

Quanto a essa infâmia, é algo que, francamente, V.Exas. saberão o que fazer. Mas é um assunto que não merecia o conhecimento desta Comissão, porque realmente é algo que me soa como um absurdo. Só em um cérebro doentio, como o daquele homem, poderia surgir uma versão como essa.

No fim de seu depoimento, o governador Leonel Brizola fez, ainda, algumas declarações historicamente relevantes sobre suas relações e eventuais divergências com o presidente João Goulart, inclusive no período cujo centro é o golpe militar de 1964, que esta Comissão tem a oportunidade de registrar para que fique à disposição dos estudiosos de uma fase muito rica e complexa de nossa história.

A convocação de V.Exas. veio ao encontro do meu desejo, que há muito tempo venho manifestando ao deputado Miro Teixeira. Primeiro, porque a mim me causava grande desconforto, de forma insuspeita, porque, em geral, as pessoas sabem que logo que chegamos ao exílio eu e o presidente João Goulart tivemos um desentendimento em matéria de orientação. Isso nos distanciou, mas

não quer dizer que tenhamos criado nossos filhos com ódio em relação a qualquer um de nós.

Criei meus filhos sempre com muito respeito por ele e ele criou os dele também assim. Distanciamo-nos de forma absoluta, porque, infelizmente, aquela divergência afetou nossa amizade pessoal e também gerou certa divisão entre nós, companheiros de partidos que lá nos encontrávamos. Mas tal divisão não teve maior profundidade, não chegou a haver um processo de hostilidade entre a duas correntes.

Os fatos eram distorcidos. Com facilidade eram inseridas nos jornais certas interpretações que acusavam pessoas ou apresentavam o presidente João Goulart como se fosse apenas um boêmio. E isso não era real. Ele tinha suas características pessoais, mas jamais desonrou o País. As pessoas, por trás de tais interpretações, pretendiam apagar sua memória. Tive muitas divergências com ele, aqui e no exterior, mas penso como Darcy Ribeiro: ele foi derrubado mais por suas virtudes do que por seus erros.

Estou certo de que, se ele soubesse o que ia ocorrer com o país, 1964 não teria tido aquele epílogo. Ele teria reagido drasticamente contra os que intentavam derrubar o regime, rasgar a Constituição e tirá-lo do governo. É minha convicção que ele permaneceria, não cairia.

Quando viu que algum derramamento de sangue haveria de ocorrer, que a crise se agravara, o presidente João Goulart, para evitar o quadro que se configurava e que não era de sua natureza, praticamente renunciou, como praticamente renunciou o presidente Vargas, em 1945.

Vargas exigiu das forças que tomariam o governo que não houvesse repressão, e não houve. E se recolheu em seu canto, em São Borja, tendo assumido o compromisso de não desenvolver atividades políticas intensas. Tinha esperanças de que o novo governo fosse democrático, que se mantivesse dentro de certos limites, embora tivesse começado o sistema econômico agora em foco, já àquela época, no governo Dutra. Enchemo-nos de matéria plástica,

começamos a fazer a entrega e começamos a obedecer a certos interesses estrangeiros.

Depois, tivemos certas mudanças. No segundo governo, o presidente Vargas optou pelo suicídio. Quer dizer, não houve renúncia, houve um protesto, que ficou na sua carta-testamento.

O presidente João Goulart, no meu modo de ver, para evitar derramamento de sangue... Aliás, foi sua declaração expressa, em Porto Alegre, quando fizemos a última reunião. Quando os militares de toda aquela área se dispuseram a sustentar a Constituição, mas estava claro que haveria derramamento de sangue, ele encerrou a reunião dizendo: “Olhe, como está fica claro que para que eu permaneça no governo terá de haver derramamento de sangue. Diante de um panorama inseguro e incerto, sem uma perspectiva segura, quero dizer que prefiro me retirar”. E foi o que fez. E terminou ali. Os generais passaram seus comandos para a nova situação que se iniciava.

Então, acho não só uma injustiça. Não se está preconizando que se glorifique indevidamente ninguém, mas que haja respeito pela memória de quem amou seu país, de quem fez o que estava a seu alcance. Sob certos aspectos, o elevou muito.

Digo sinceramente a V.Exas. que talvez tenham sido muito poucos os visitantes estrangeiros que estiveram nos Estados Unidos e foram recebidos gloriosamente como ocorreu com o presidente João Goulart. Durante o tempo em que eu estive lá, por exemplo, nunca vi uma presença popular tão grande nas ruas, em Nova York, recebendo um estadista estrangeiro, como quando os americanos receberam o presidente João Goulart.

Ele era uma esperança. A reação que houve aqui realmente se inscrevia em um quadro de muita esperança. Insisto em dizer que essas interpelações para mim não passam de dissimulações que procuram desviar os caminhos de uma investigação correta, porque fazê-la se constitui numa necessidade. Um presidente do nosso país não pode ser apagado da história e ainda com algumas manchas de gente sem critério, visando a tisnar a sua memória.

> Agora mesmo na Argentina está se realizando o julgamento do general Videla. É um bom momento para recolher elementos e informações. Acho que a Comissão teria muitos bons elementos para recolher.
>
> Obrigado.

Ao responder às indagações dos parlamentares que acompanhavam seu depoimento na Comissão, o governador Leonel Brizola voltou a insistir no caráter inexplicável da ausência de autópsia no corpo de João Goulart.

> Realizar uma autópsia é uma operação muito simples, ainda mais em se tratando de um país adiantado como a Argentina, que não era um fim de mundo. Não se trata de um lugar remoto como a Amazônia, mas de um lugar próximo à cidade de Uruguaiana e outras localidades importantes. Francamente, qualquer médico do interior é capaz de realizar uma autópsia. Nesses casos, o procedimento é fazer certas verificações a olho nu e retirar determinadas amostras, que deverão ser enviadas aos laboratórios. Deve haver médicos aqui e eles devem saber disso.
>
> A autópsia seria, ao menos, um dever moral, ético e humano. O normal seria tentar conhecer a causa mortis de um ex-presidente de um país vizinho. Onde ficam as juras de amizade e solidariedade que são feitas por meio do MERCOSUL? Será que isso não deveria ter sido feito por maiores que fossem as restrições? Caso falecesse o ex-presidente Alfredo Stroessner, ou outra autoridade paraguaia que estivesse presa, não se promoveria a autópsia? Esse é o ponto.
>
> Isso é suspeito e só pode levar nosso raciocínio às conclusões que estamos chegando. Há muitos indícios. Estávamos inseridos em um quadro de desinformação. Tudo trabalhava no sentido de confundir. Agora passou o tempo, podemos conversar e recolher informações. Estamos também mais longe, focalizando mais de longe os acontecimentos. O que ocorreu é óbvio. Trata-se daquela história: se tem couro de jacaré, dente de jacaré, boca de jacaré, rabo de jacaré, como não é jacaré? É claro que aquela era uma operação para matar ou ceifar as lideranças.

> No caso de João Goulart, há esse indício e a confirmação do lado de cá. Chegamos a Uruguaiana, nada de autópsia. Queriam que os acontecimentos fossem rápidos; não quiseram que o corpo passasse por Itaqui, apesar de a população ter solicitado isso. Em Itaqui, os moradores queriam que o corpo do ex-presidente passasse pela igreja e pela prefeitura antes de seguir, mas isso não foi permitido. Ao chegarem à cidade de São Borja queriam que o corpo fosse enterrado na mesma hora, a população revoltou-se e tiveram de recuar. À noite ocorreu aquele fato.
>
> Na Argentina, o corpo de João Goulart recebeu algumas substâncias que o preservaram. Não sei se injetaram apenas tais substâncias. Em São Borja, a população reforçou o pedido para que se esperasse o momento adequado. Mas também naquela cidade não foi permitida a autópsia. Em São Borja, a pressão para a realização da autópsia foi ainda maior. Creio que realizar tal operação seria muito fácil.

No entanto, o depoente foi muito cauteloso sobre a potencialidade explicativa de uma exumação realizada hoje. E mais, salientou o risco de que um resultado negativo, ainda que necessariamente não-conclusivo, viesse a retirar força às investigações da Comissão e a investigações futuras. A continuação, o depoente voltou a ressaltar a importância das investigações em curso na Argentina, chegando a traçar um esboço do processo político argentino no século passado

> Será que fazer a exumação agora trará algum resultado? Isso é o que devemos saber para que algo não seja feito inutilmente. Francamente, creio que, no atual momento, a Comissão poderia conseguir boas informações na Argentina, porque, pela primeira vez, aquele país está promovendo uma investigação sobre a operação condor.
>
> Não comungo com o pensamento do amigo Jorge Otero quanto a terem nascido aqui todas essas práticas e planos, porque na Argentina o regime ditatorial e militar é muito antigo. O Brasil caiu na Revolução de 1930 e lá eles caíram depois, na ditadura militar.
>
> A Argentina teve episódios democráticos, mas muito limitados. As orgias do regime militar argentino ocorrem desde 1929.

Era difícil um presidente eleito terminar seu mandato. Dessa forma, desenvolveu-se a história política daquele país. O próprio peronismo nada mais foi do que um fenômeno gerado dentro de um período militar. Perón surgiu como líder popular inserido no regime militar, tanto que os militares nunca se conformaram com sua presença no governo e com a orientação que estava sendo dada. Praticamente pode-se dizer que foram os militares que depuseram Perón; chegaram a bombardear o palácio do governo.

Indagado por parlamentares que compõem a Comissão, o depoente voltou ao tema da atuação de funcionários, inclusive os mais graduados, do Ministério das Relações Exteriores.

O Itamaraty assimilou determinada doutrina, embora eu afirme que tivemos muitas exceções. Alguns diplomatas foram reprimidos e outros ficaram marginalizados. Muitos diplomatas conseguiram atravessar esse período até fazendo contatos conosco. Mas isso podia ser contado nos dedos. A maior parte do Itamaraty cumpriu a doutrina imposta e foi drástica, com uma imensa coletividade de perseguidos e exilados.

Até mesmo quanto à documentação, as crianças nasciam e não podiam ser registradas. O Itamaraty, com todo o prestígio internacional que sempre teve como instituição, nada fazia. Os diplomatas brasileiros são considerados muito bons em seu ofício, pessoas de muito bom nível, mas predomina o espírito elitista e conservador. Absolutamente, não foram sequer humanos em relação aos milhares de perseguidos. De maneira coletiva, alguma coisa poderia ter sido sugerida aos militares, como, por exemplo, o estabelecimento de algumas regras. Poderiam ter dito que seria melhor, já que as pessoas estavam exiladas, que documentos fossem fornecidos, como um passaporte com validade de seis meses, ou que as crianças fossem registradas.

Essa é uma realidade, é negar aos nossos compatriotas o mínimo de reconhecimento da sua condição civil. Há muita gente que banca o exilado. E exilado era aquele que não tinha documentos.

O Itamaraty deveria apresentar um plano, seria até conveniente. Saberia assim onde se encontravam essas pessoas,

porque elas teriam de procurar obter documentos, ao menos para a família.

O Itamaraty, porém, se fechou. Colaborou com a ditadura. Está bem que colaborasse, era o governo brasileiro perante outras relações. Mas contra nós, brasileiros?

Amigo pessoal por quem eu tinha muito apreço — era ele também gaúcho — andava sempre comigo nas viagens que fazia quando eu era governador. Olha, ele se escafedeu de uma forma..! Não o vi por muito tempo. Encontrei-o depois. Está aposentado.

Cuidaram de si, mas não tiveram a capacidade humana de fazer alguma coisa por milhares de brasileiros que se encontravam perdidos pelo mundo, sem saber para onde ir, como sobreviver. Talvez fosse bom examinar isso no Itamaraty. O que fez o Itamaraty? Recolheu alguns depoimentos. Até o serviço de segurança dos consulados não deixou os brasileiros entrarem. Não era nosso. Toda a diplomacia, todos os consulados, nada era nosso. Tudo estava completamente hostil. Evitavam contatos com brasileiros.

Quando os Tupamaros seqüestraram o cônsul Gomide, no Uruguai, os brasileiros exilados não deixaram de ser solidários à família. Muitos manifestaram sua solidariedade com o sofrimento da família. Realmente, tratava-se de diplomata que não tinha atividade.

Quanto a mim, por exemplo, o governo brasileiro destacou o embaixador especialmente para hostilizar-me em Montevidéu. Ele dava entrevistas e dizia: “O Uruguai que se cuide com esse subversivo aqui”. Ele acabou conseguindo me internar numa residência confinada. O internamento era a 300 quilômetros da fronteira, fora de Montevidéu. Como o Uruguai é pequeno, 300 quilômetros da fronteira ia quase a Montevidéu. O local ficava na ponta do triângulo, ali passava a estrada, os ônibus que vinham do Brasil. Eu escolhi a ponta do triângulo, que era a Atlântida. Ali fiquei. Depois aquilo se tornou mais formal do que real.

Depois esse embaixador saiu de lá, ficou por aí, aposentou-se. Fui ao lançamento de um navio. Convidaram-me insistentemente, eu fui. Desci do helicóptero. E quem estava lá me

> recebendo em uma comissão de frente? O embaixador Pio Corrêa. Disse a ele: “Não se assuste, companheiro. Já me sinto compensado, porque a justiça política é diferente da Justiça comum. Sinto-me satisfeito pelo fato de o senhor vir aqui me receber”. Não adiantou nada aquilo tudo. Algum grupo universitário deveria fazer uma pesquisa sobre o comportamento do Itamaraty durante a ditadura, para que não fiquem como santinhos os agentes da repressão. Não conheço diplomatas que tivessem trabalhado no serviço de espionagem com papel mais sujo. Esse embaixador Pio Corrêa trabalhou publicamente, mas não desempenhou papel sujo. Desconheceram-nos completamente.
>
> Houve muitos casos dramáticos de gente que morreu e sofreu. Houve tentativas de suicídio. Sinceramente, acredito ser dever dos representantes do país fazer alguma coisa sob o ponto de vista humano.

O depoimento ganhou, ainda, com a referência às estratégias dos exilados para se manterem em contato com o país ou, simplesmente, para poderem dispor de documentação viável, ainda que falsificada.

> Era tão grave a situação que organizei uma fábrica de passaportes. Vou negar por quê? É verdade. Eram perfeitos. Eu passava na barba deles, viajava para outros países, e eles não descobriam.
>
> Necessitávamos, por exemplo, de uma máquina para fabricar carteiras de identidade e de outra para plastificá-las. A polícia já estava em cima daquelas pequenas oficinas uruguaias. Eles diziam: “Não podemos fazer isso porque agora está difícil" — a plastificação. Um companheiro nosso levou uma máquina de plastificar nas costas. Foi até a fronteira, ultrapassou-a e, como o negócio estava difícil, percorreu um pedaço de trem, levando a máquina de plastificar.
>
> Fazíamos carteiras de identidade perfeitas. No estado, tínhamos até bases para fornecer os antecedentes. Aquelas pessoas tinham certidão de idade. Eles iam ao cartório e encontravam o registro todo direitinho. Tinham espelho com todo aqueles segredos que a

polícia adotava para autenticidade. Recebíamos quantos espelhos e quantos formulários daqueles precisássemos.

Um grande advogado de Porto Alegre ia sempre conversar com o delegado de polícia. Sentava com ele, conversava. Ele já sabia onde estavam os formulários de carteira de identidade. Durante a conversa, ele levantava para atender o telefone, qualquer coisa, para falar com uma pessoa e não tinha dúvida: botava dez, vinte formulários no bolso. Pronto. Acredito que o Collares saiba quem era. O fato é que não tínhamos outra solução a não ser fazer isso.

Agora, o ser humano é incrível, tem grande capacidade de descobrir. Por exemplo, em Paris, havia um companheiro que era nosso centro de comunicação. Ele conseguiu um emprego na companhia telefônica de Paris — ele era capaz e entendido. Todo o pessoal que queria comunicar-se com o Brasil ia falar com ele não havia dúvida. Para ligar para o Brasil, porém, era necessário subir no poste. E subíamos no poste, sentávamos lá, e ele fazia a ligação, com o telefone de trabalho dele. Falávamos quanto tempo queríamos, quantas vezes fossem necessárias.

Um outro nosso amigo estava na Holanda. Ele tinha — e tem até hoje — essa mesma capacidade. Ele carregava dois ou três fios, umas pequenas chavetas e conseguia, usando um telefone público, esses orelhões, fazer a ligação para onde quisesse. Eu mesmo, na Holanda, provei isso. Ele fez uma ligação, e eu falei. Não sei como foi cair na casa do Armando Falcão. Eu não disse quem era, compreendeu? Pensei: o que vai acontecer? Mas deveria ter dito, penso que ele não esfriaria o pé. Ele diria: "Brizola, quando você vem?" Era só o que faltava!

O depoente fez questão de ressaltar o comportamento correto dos exilados brasileiros no Uruguai. Declarou, ainda, que sempre teve um relacionamento sem conflitos com o exército uruguaio, embora não se possa dizer o mesmo da polícia.

Quando vem alguém com uma interpretação mórbida como essa, envolvendo a senhora do João Goulart e insinuando que o Ivo Magalhães roubou não sei o quê, bens do Jango, ora, francamente...! Na verdade, tenho minhas dúvidas se isso aconteceu.

No caso, por exemplo, do Ivo Magalhães, podem ficar certos, é um homem digno, honrado, excelente pessoa. Ele ficou profundamente magoado com esse noticiário. Disse-lhe que pretendia vir à Comissão e deixar isso bem claro, porque não há nada.

Lá no Uruguai mesmo, os brasileiros procederam muito bem. Até eu, Leonel Brizola, tive bom comportamento. Depois que voltei, muitos desses jornais mandaram repórteres, paparazzis, para investigar. Iam até ao posto de gasolina localizado perto de onde eu morava, lá no interior, queriam saber o que eu fazia da minha vida, o que houve. Felizmente, não conseguiram nada. Os uruguaios chegaram a dizer a esses jornalistas: “Ese es un hombre de bien”. Não conseguiram um depoimento contra mim.

Nunca tive problemas com os militares uruguaios. As nossas relações — dos exilados — era mais com a polícia do que propriamente com os militares. Havia certo rigor: exigia-se dos exilados que se apresentassem à polícia constantemente.

Havia um famoso delegado, parente do Otero, creio. Os exilados tinham cuidado com esse sujeito. As coisas foram evoluindo, o pessoal foi viajando, a ditadura foi apertando nessa região, e os brasileiros foram saindo. Muitos foram mortos na Argentina. Um bom número desapareceu.

Indagado sobre a possibilidade de não ter sido exterminado por ter sido escolhido entre os exilados brasileiros importantes para ser desmoralizado pela ditadura militar, o depoente respondeu da seguinte maneira.

Na verdade, só mesmo os responsáveis pelo regime na época podem responder a essa pergunta. Eles poderiam considerar que eu estava liquidado e que seria um cachorro morto. Por outro lado, eles poderiam ter uma lista e seguir uma ordem de prioridades. Julgavam que eu não significava nenhuma ameaça, tanto que, naquele momento em que fui para os Estados Unidos e deu certo, ficaram muito perplexos. Nota-se que o Jornal do Brasil aproveitou aquele momento para romper a censura. Há anos que eu não aparecia nos jornais.

> Às vezes, encontro-me com Lula e digo que ele é alguém feliz na política. Eu era proibido de aparecer, enquanto ele estava na capa da revista Veja. Era uma maravilha! Ele diz que estou fazendo gozação, mas era assim. Eu era proibido de aparecer na imprensa. Prefiro considerar que o Velhinho lá de cima, Deus, me fechou o corpo, e eles não conseguiram, até hoje, atingir-me. É por essa razão que não paro. Não me entrego. Já estou com quase 80 anos. Vou completá-los em janeiro.

Indagado sobre a decisão de partir para os Estados Unidos, o governador Leonel Brizola insistiu no caráter solitário de sua decisão e aproveitou para fazer um depoimento sobre sua estadia naquele país. Incidentalmente, revelou seu relativo desconhecimento, na época, sobre a situação de Letelier e sua morte.

> Ninguém me orientou. No meu isolamento, sempre estive acompanhando os acontecimentos.
>
> Eu nem conhecia bem o caso Letelier, para dizer a verdade. O meu isolamento era muito grande, mas eu tinha me fixado em acompanhar um pouco o presidente Carter, que me despertou muita simpatia desde o início. Ele falava uma linguagem que me agradava. Eu sentia identidade com a social democracia européia, tanto que, quando houve aquela reunião na Venezuela, em que esteve presente Willy Brandt, eu disse que deveria estar lá. Eu tinha vontade de tirar provas da política de direitos humanos do presidente Carter. Eu ia sozinho para a reunião, porque tinha patrimônio familiar no Uruguai, e ia deixá-lo para uma empresa cuidar. Passei na frente da embaixada americana — claro que tinha pensado nesse assunto do Carter —, dei uma volta e entrei.
>
> Era uma decisão sobre a qual eu não tinha nenhuma esperança, mas eu queria ficar com aquela prova: se ele falava tanto de direitos humanos, como negar-me essa proteção, já que eu não tinha para onde ir. Eu sentia que o governo uruguaio trabalhava para que eu fosse para a Argélia, com quem ele mantinha boas relações econômicas: traziam petróleo de lá e vendiam carne para a Argélia. Havia um princípio de negociação. Não tínhamos documentos nem

havia plano algum. Um grupo de brasileiros trabalhou para fazer uma negociação com Portugal. Eu tomei essa atitude e deu certo.

Tenho os meus conceitos sobre esse mundo em que vivemos. Os americanos saíram dessa guerra donos do mundo depois do desmoronamento da União Soviética. Eles não tinham amadurecimento para assumir a responsabilidade que têm hoje perante o mundo. Fomos desafortunados nesse ponto. O povo não tinha amadurecimento para assumir essa responsabilidade sobre o mundo. O próprio presidente Bush não nos inspira segurança.

Sou honesto em declarar o que aconteceu nos Estados Unidos. Cheguei lá e não encontrei polícia alguma no aeroporto. Ao contrário, apenas alguns jornalistas. Eu até não sabia o que dizer, isolado como estava. Acabei indo para uma sala de entrevistas, onde havia um pequeno púlpito para falar. Eu disse que não ia nem subir naquilo. Fiquei sem saber o que fazer. Perguntaram-me sobre a minha ideologia. Será que, àquela altura da vida, havia alguém que conhecia alguma coisa? Disse: “Sou trabalhista. É uma posição doutrinária que se insere na social democracia”. Indagaram-me: “O senhor continua muito amigo de Cuba?” E disse: “Dependendo de mim, dos meus sentimentos, sim, agora não sei dos cubanos. Há tantos anos que não...” E perguntaram: “Mas o senhor não tem ido a Cuba?” Eu disse: “Não. Nunca fui”. Era mais ou menos esse o diálogo. E perguntaram: “Como é sua situação com o Governo brasileiro?” Naquela época estava muito na moda falar em dissidentes da União Soviética. E eu disse: “Sou um dissidente dessa situação política no Brasil. Estou procurando me ajeitar na situação sem criar problema”.

Quando eu ia saindo do aeroporto, uma moça me perguntou: “O senhor não quer dar uma entrevista na Voz da América?”. Eu, cá comigo, pensei “Que Voz da América. Será que vão me deixar falar?” Ela tanto insistiu que marquei para ela ir, à noite, ao meu hotel. Eu a recebi e gravei a entrevista, com muito cuidado, naturalmente. No outro dia, recebi a comunicação: “A sua entrevista vai ser transmitida na Voz da América às 8h12min”. Depois recebi a notícia de que foi transmitida também aqui. Pensei: “Como pode ser isso?”. Até me expliquei: “Aqueles assuntos todos não existem mais. É outra gente que administra esses organismos nos Estados Unidos”.

Certo dia, apareceu no hotel um sujeito que me disse: “Sou Fulano de Tal, pastor metodista, e vim cumprimentá-lo. Fui brutalmente expulso de São Paulo pela minha família, que me colocou em um avião e me mandou embora. Cheguei aqui e, perante Deus, jurei todos os dias praticar um ato contra a ditadura brasileira. Hoje o ato que estou praticando é o de visitá-lo”. O sujeito era americano. Era um bom homem, um tipo formidável.

Então, apareceu um camarada do Departamento Estadual. Estou contando isso porque quero fazer justiça a uma situação que tanto combato, mas devo dizer a verdade. Lá, eles têm um modo de vida e uma democracia admiráveis. Ele perguntou: “Quais são suas intenções?”. Eu disse: “Está tudo bem. Não preciso de nada. Só quero ver como está minha situação aqui”. Ele perguntou: “O senhor tem como viver?” Eu disse: “Tenho”. E não tinha. Naquele momento, não tinha. Apareceu muita gente que me levava dinheiro, um levou mil dólares; outro, 2 mil dólares. Eram brasileiros que se deslocavam do Rio Grande do Sul e me levavam até muito. Ele me perguntou: “Mas o senhor não precisa de emprego aqui? Não vai ter que trabalhar?” Eu disse: “Não, não vou precisar”. Ele disse: “Então, está tudo bem”. Portanto, não tirei emprego deles. Eu disse: “Só quero falar com uma autoridade americana”.

Então, marcaram para eu ir à embaixada americana, nas Nações Unidas, ao gabinete do Young, para falar com o senhor Tolemann, um simpático diplomata negro que depois foi embaixador na Argentina, um quadro importante da diplomacia americana. Eu disse: “Olha, sr. Tolemann, quero agradecer e, se pudessem chegar ao presidente Carter os meus agradecimentos...” Ele disse: “Apresentaremos. Nós vamos registrar seus agradecimentos”. Perguntei: “E qual é meu status aqui? Quero saber se sou imigrante, turista. Qual é a minha situação?”. No fim, eu disse: “Exilado?” E ele disse: “Exilado... Não temos aqui essa figura”. A Tatiana, filha do Stalin, estava lá naqueles dias. Ele me disse: “O senhor pode ficar como se estivesse exilado, mas não temos essa figura na nossa Constituição. O senhor vai ficando aqui”.

Perguntei: “Mas eu posso andar livremente?”. E ele respondeu: “Pode. Por que não? Não há problema”. E perguntei ainda:

“Em qualquer lugar dos Estados Unidos?” Ele disse: “Pode.” Eu perguntei: “Eu posso, por exemplo, telefonar para o Brasil? Posso escrever cartas para o Brasil?”. E ele: “Qual é o problema?”. Continuei: “Eu posso, por exemplo, fazer um movimento político aqui, um núcleo aqui?”. Ele me disse: “Há muitos que fazem. Pode fazer.” E perguntei: “Eu poderia, por exemplo, convidar os meus amigos lá do Brasil a virem aqui para fazer também?”. Ele me disse: “Se conseguirem o visto lá em seu País, podem vir”. Eu perguntei: “Eu não poderia, por exemplo, fazer um congresso aqui?”. Fui avançando. Ele disse: “Qual é o problema? Há gente de todos os países que fazem”. Eu perguntei: “Eu posso, por exemplo, falar no rádio daqui, falar na televisão, dar entrevista ao jornal?”. E ele disse: “Pode, se conseguir. Qual é o problema?”. Essa é a verdade que ocorreu lá. Nunca senti a polícia atrás de mim.

Sempre que necessário, fazia, por intermédio deles, a renovação de minha estada lá. Depois, com passaporte português, não tive mais problema algum. Os portugueses gozam do conceito de serem boas pessoas. É o depoimento que dou. Nos outros países, a situação do exilado é muito dura, principalmente na América Latina, que é abaixo de controle policial. Dou este depoimento, porque acredito questão de justiça — eu, que tenho tantas outras restrições, especialmente em um mundo financeiro com tanta exploração econômica. Sinceramente, nunca tive problema algum.

Também não me cuidava muito. Sempre que viajava, voltava para o mesmo quarto do hotel. E pensava: vou colaborar com os americanos. Já que eles instalaram tudo aqui neste lugar, para me ouvir e me espionar, volto ao mesmo quarto para não ficarem fazendo instalação em outro.

Fiz boas amizades e percorri mais de 50 mil quilômetros no interior. Foi um período muito bom. Fui cercado pelos brasileiros ali da Rua 46 e por muitos brasilianistas, como o prof. Della Cava e outros, que foram carinhosos e me deram muitas informações. Lá, soube que nos Estados Unidos há resistência organizada contra essas atividades, quer dizer, são imperialistas os Estados Unidos e a CIA.

Aprendi muito sobre a CIA lá. Então, nem os americanos para com seus compatriotas, nessas circunstâncias, às vezes, difícil, nem os nossos diplomatas em relação a nós procederam com desprezo e omissão completa. Isso merece levantamento.

As últimas palavras do depoente foram para reforçar sua convicção de que a investigação desta Comissão é mais política que fundada em procedimentos técnicos, como a exumação do corpo, que podem levar à ocultação do processo repressivo em curso no país na década de 60 e 70.

A atitude argentina é muito suspeita. E a nossa também foi. O regime brasileiro, mais especificamente, deveria ter tratado desse problema, poderia até conservar como um segredo. Como o regime era discricionário mesmo, poderia ter ficado em segredo por algum tempo. Mas, sem dúvida alguma, o regime brasileiro tornou-se cúmplice de possível procedimento suspeito, até criminoso, do outro lado.

O mais importante neste momento é acompanhar a situação na Argentina, porque está sendo investigado, exatamente agora, o governante responsável. E, de repente, pode sair a revelação. Ele está sendo interrogado pela Justiça, e pode dizer: “Com relação à morte do sr. João Goulart, aqui no território nacional, quais foram suas providências, o que houve..."

A Comissão ouviu as autoridades que estavam no poder aqui? Por que não fizeram autópsia?

Teriam de ver quem mandava em Uruguaiana, quem era o general que comandava tudo e até quem estava na presidência da República. Quem estava na presidência da República?

O presidente (...) era o Geisel? Deve haver algum registro no Palácio do Planalto. Por que não fizeram autópsia? Antes de caminharmos por um terreno mais familiar, seria bom sabermos por que não foi feita a autópsia na época. O grande problema não foi o copo d’água, mas o porquê de não ter sido feita a autópsia do cadáver.

Temos de saber. Essas autoridades devem estar por aí. Quem estava em Uruguaiana? Quem tomou a decisão? Quem estava no comando do exército lá no sul? Vamos saber quem mandou

enterrar. Feito isso, é preciso ir à Argentina e saber como aconteceu lá. Essa é a base. Mesmo que depois não se encontre o veneno, e daí?

Temos que ir às fontes. A Comissão tem autoridade para saber que registros há, por exemplo, no consulado em Uruguaiana.

Alguém autorizou a entrada do corpo. E é preciso saber por que quem deu essa autorização não exigiu a autópsia. O coronel disse para não fazer, porque o general que comandava... Quem é o general? Ele vai dizer: recebi ordem lá do ministério. Quem era o ministro? Chama o ministro. O ministro vai dizer: recebi essa ordem do Palácio do Planalto.

Antes de irmos por caminhos inseguros, cheios de dúvidas e antes que essas pessoas morram, temos de enfrentar a responsabilidade. Já devem estar todos mais para lá do que para cá. É preciso esclarecer quem não permitiu a autópsia. Essa é a chave para se saber quem impediu a realização da autópsia aqui e acolá. Houve liberação dupla: lá e aqui. Portanto, como o corpo passou pela fronteira? Quais foram os trâmites? A Comissão tem de encontrar esses papéis. Acredito que seja por aí.

A exumação — não quer dizer que não a façamos — não é a prioridade, no meu modo de ver. Prioridade é buscar mais depoimentos e documentação. Por que não fizeram? Precisamos que alguém nos diga: “Não fizemos porque veio uma ordem superior.” Quem deu essa ordem superior? Isso ainda está por aí. Seria bom investigarmos esse ponto. Por mais que a exumação não dê resultados amanhã, ficou clara a co-responsabilidade da operação condor.

Se isso [a exumação] for feito e cairmos nos 97%, acabou a operação condor! Vamos direto à operação condor, porque ela, sim, cometeu um crime contra a humanidade.

3. 2. 4. INTERVENÇÃO DO DEPUTADO WALDIR PIRES NO DEPOIMENTO DO SENHOR JOÃO VICENTE GOULART

O deputado Waldir Pires, consultor-geral da República no governo João Goulart, contribuiu para os trabalhos desta Comissão dividindo com seus membros o conhecimento de que dispõe sobre os acontecimentos sob investigação. A inclusão de uma intervenção sua -- no debate com o filho do presidente deposto -- reforça os depoimentos incluídos nesta seção do relatório, tanto pela preocupação de trazer a público a verdade sobre a grande figura política e humana do pai do depoente como pela localização de sua história na história do Brasil.

> São duas palavras apenas. Imagino que o João Vicente está trazendo uma posição muito correta de apoio a essa iniciativa do deputado Miro Teixeira, da qual resulta esta Comissão. É importante que conheçamos esse submundo da América Latina e venhamos a identificar todas essas suspeitas existentes em torno da morte do presidente João Goulart, da morte do presidente Juscelino Kubitschek, do que teria acontecido com o governador Carlos Lacerda, da morte de Tancredo Neves.
>
> Tudo isso é uma coisa muito importante, mas no caso do presidente João Goulart sobretudo, porque aquele esboço de processo iniciado em 1981, a que João Vicente aludiu, não havia como a família poder estimular no quadro institucional da época. Em 1981, tivemos no Brasil o episódio do Rio Centro, com um inquérito que não chegou a resultado algum. O quadro institucional brasileiro era ainda alguma coisa brutal e fechado, de modo que não havia clima para que a família estimulasse a busca e a pesquisa dessa realidade.
>
> Como morreu o presidente João Goulart? E eu assistia à angústia de João Vicente abraçado com o caixão do pai, sem ter possibilidade de vê-lo naquele momento. Na própria entrada, na passagem do corpo do presidente João Goulart da Argentina para o Brasil, a abertura do caixão, segundo informação que tive do ex-deputado Almino Affonso, que era um companheiro nosso no exílio, que vinha da Argentina, teria sido extremamente rápida, sem nenhuma preocupação com essa autópsia elementar na morte de um presidente da República.

Governos que abrigavam o presidente João Goulart, pela sua impossibilidade de voltar ao Brasil, porque ele estava no exílio entre Uruguai e Argentina, não tiveram essa preocupação mínima de constatar a origem real, efetiva, da morte do presidente.

Creio que tudo isso, João Vicente, é uma coisa importante para a família, sem dúvida, mas sobretudo para o Brasil, pelo que foi seu pai, pelo que ele representa para a história deste País, pelo resgate que ainda terá de ser feito da figura e do papel do presidente João Goulart na história deste país, pela interrupção que se fez de um processo democrático para transformar as estruturas sociais e econômicas deste país.

Ali se deu o grande corte, em 1964, ali se interrompeu o processo de um país que se estava integrando, estava sendo capaz de dar os primeiros passos, de organizar não simplesmente um regime de eleições para eleger representantes mais ou menos legítimos, mais ou menos ilegítimos, nos governos municipais, estaduais e federal e no parlamento. Ali se interrompeu um processo de constituição de uma democracia profunda, que não existirá no Brasil enquanto formos esse apartheid que somos, enquanto mantivermos um regime de concentração de riqueza e de renda tão brutais que determina a exclusão de tantos milhões de brasileiros.

Então, a origem da morte do presidente, dentro desse quadro geral que constitui a dependência e a submissão política da América Latina a interesses que não são os dos seus povos, é realmente uma tarefa extremamente importante. Louvo a iniciativa do deputado Miro Teixeira de constituição desta Comissão, da qual não faço parte, mas que estou disposto a acompanhar como simples deputado, exercendo — digamos assim — a vigilância para que tenhamos a verdade das coisas. O Brasil precisa conhecer a sua história, a juventude brasileira precisa conhecer a sua história e precisa acreditar que essa história vai-se transformar, vai ser a história de um povo que se faça soberano, independente, livre, com direito de ser feliz e participante da sua nação.

Louvo a posição de João Vicente: toda abertura para o que esta Comissão achar necessário, achar acertado, mesmo o gesto

> final, se assim entender a Comissão, de chegar até à exumação do corpo do presidente, se tecnológica e cientificamente puder haver uma indicação do "sim" ou do "não" no episódio da morte do presidente João Goulart.

Pouco adiante, ainda no mesmo depoimento, o governador Waldir Pires colabora com o sr. João Vicente Goulart na reconstituição dos fatos referentes à volta do corpo do presidente ao país, dando-lhe a devida dimensão política.

> Sr. Vicente, só para dar-lhe um pouco a restauração da lembrança dos episódios naquela época, na realidade, houve uma pressão na fronteira, grande, do povo gaúcho para que o corpo passasse e o presidente pudesse ser enterrado em São Borja. Houve um movimento muito grande de toda a população. E foi sob essa pressão que ele passou para São Borja.
>
> O quadro era tão tenso que, mesmo quando você chegou — e nós chegamos juntos, eu e Darci com você e Denise —, havia a instrução de que não poderia falar ninguém que tivesse direitos políticos cassados. A única pessoa que ficou autorizada a falar pelo Rio Grande do Sul foi Pedro Simon, que era deputado estadual naquela ocasião. E nós, então, nos reunimos e conseguimos que por nós todos falasse Tancredo Neves, que não era cassado. E Tancredo fez o discurso em nome de todos os brasileiros que ali estavam. Mas, desenganadamente, uma praça militar, com uma pressão gigantesca. A entrada para o corpo deveu-se muito a uma pressão do povo gaúcho.

3. 2. 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE OS DEPOIMENTOS DESTA SEÇÃO DO RELATÓRIO

Os políticos que prestaram depoimento sobre sua experiência política e pessoal durante o governo do presidente João Goular e durante seu exílio voltaram a ser, nos estados em que concorreram a cargos

eletivos, e em outros onde chegou sua influência política, após a abertura do regime ditatorial, lideranças decisivas dos movimentos populares pela democratização efetiva do país e pela construção, entre nós, de uma alternativa de desenvolvimento solidário.

Três deles se tornaram governadores de estados que se situam entre os mais populosos do país -- e dois voltaram a eleger-se para o mesmo cargo. Essa constatação é importante para a investigação que esta Comissão leva adiante. De certa forma, é a confirmação de que, em um sentido macabro, os formuladores e os agentes da repressão no extremo sul do continente estavam certos no seguinte ponto: o povo não esquecera as lideranças afastadas do processo político normal e esperava, ainda, pela mensagem de esperança que trariam de volta à nação.

3. 3. DEPOIMENTOS DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE TÉCNICA

Sob a rubrica “depoimentos de natureza predominantemente técnica” foram organizados os depoimentos do dr. Jair Krischke, presidente da Associação Nacional de Direitos Humanos, do Rio Grande do Sul; do dr. Manoel Constant Neto, perito médico legista, e da dra. Marion Gonçalves Werhli, perita criminal. Ao final deste tópico, foram incluídas algumas considerações sobre o depoimento do sr. Jorge Otero Menendez, prestado a esta Comissão

Talvez pareça estranha a inserção do depoimento do dr. Krischke neste bloco, pois uma vida dedicada à defesa dos direitos humanos implica em grande comprometimento pessoal, enquanto a idéia de técnica está geralmente ligada à impessoalidade. No entanto, o conhecimento que pudemos obter do depoente decorre de um longo trabalho de organização de dados sobre a violação de direitos entre nós, aptos a nos permitir localizar historicamente os acontecimentos estudados por esta Comissão. É um trabalho com forte componente de técnica de pesquisa.

Observe-se, ademais, que o depoimento do dr. Jair Krischke, ao indicar a forte probabilidade de que o gás sarin tenha sido usado como um instrumento para infligir a morte a líderes políticos populares sul-americanos, quando houvesse a intenção de descaracterizar o assassinato, acabou por reforçar a convicção da necessidade de colher informações de peritos sobre as características do gás e sobre a possibilidade de detectá-lo tantos anos passados do falecimento do ex-presidente João Goular.

A intermediação do deputado Jorge Pinheiro, membro ativo desta Comissão, foi fundamental para que, através da Associação Brasileira de Criminalística, e em especial de seu presidente, dr. Celito Cordioli, esta Comissão chegasse a identificar peritos da qualidade dos que -- oriundos do Instituto Geral de Perícias, da Secretaria da Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul -- a ela vieram expor as particularidades do gás sarin.

3.3.1. DEPOIMENTO DO DR. JAIR KRISCHKE

O dr. Jair Krischke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, é uma autoridade a respeito da documentação relacionada à operação condor; tem tido atuação destacada na defesa dos direitos humanos e, como parte do seu trabalho, vem se dedicando à pesquisa do que poderia ter acontecido no Brasil como em outros países da América Latina nessa área.

Seu depoimento foi, sem dúvida alguma, muito esclarecedor sobre aquele momento da história da América Latina. Em sua exposição inicial, o depoente articulou uma série de fatos, de forma clara e convincente, nos termos que se seguem, resultando daí a construção de um pano de fundo para os trabalhos da Comissão.

> Vou procurar ser bem sintético; até vou ler, porque, dessa forma, não nos dispersamos e nos concentramos mais na questão.
>
> Trata-se da operação condor.
>
> Como disse o deputado Miro Teixeira, a nossa organização tem sede no Rio Grande do Sul, nessa enorme fronteira entre Argentina e Uruguai. Em função dessa situação estratégica, durante os anos de repressão, a nossa organização atuou concomitantemente na Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile. A nossa organização, nesse período, refugiou duas mil pessoas, por intermédio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. E é fruto dessa experiência que vamos falar um pouco sobre a operação condor.
>
> Desde meados dos anos 70, no cone sul da América do Sul, já se podia constatar a existência da operação condor, ou seja, a organização multinacional e secreta destinada a caçar e/ou eliminar adversários políticos onde quer que eles se encontrassem. Idealizada em 1975, pelo então coronel Contreras, do exército chileno, contou com a imediata adesão do Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia e Paraguai, sendo que este último converteu-se em um importante centro-chave para o intercâmbio de ações repressivas.

A operação condor consistia em uma aliança que interligou os aparatos repressivos dos referidos países, possibilitando aos seus sócios realizarem ações, sem a observância de fronteiras políticas ou geográficas, bem como das respectivas constituições, tratados e convenções internacionais de proteção aos refugiados e a outras regras do direito internacional. Invariavelmente, resultavam em prisões, torturas, traslados, mortes e ocultamento de corpos, acabando por ser conhecida como MERCOSUL do Terror.

Posteriormente, a operação condor foi ampliada para a realização de ações criminosas em outros países, como, por exemplo, o assassinato do ex-chanceler chileno Orlando Letelier, em Washington.

Obviamente, esse terrorismo de Estado não agiu em compartimentos estanques dentro de cada país. Integrou, isto sim, uma rede hemisférica de repressão ao movimento popular e democrático, acima das demarcações políticas desenhadas nos mapas. Não existindo então fronteiras geográficas, somente fronteiras ideológicas.

Num primeiro momento, as aproximações concentraram-se no intercâmbio de dados sobre pessoas tidas como potencialmente perigosas em seus países de origem, bem como as atividades desenvolvidas no país em que se encontravam.

Uma das principais revelações sobre a operação condor surgiu em setembro de 1976, por intermédio de Robert Scherrer, agente do FBI, na época atuando em Buenos Aires. Ele elaborou e enviou a seus superiores em Washington a seguinte mensagem:

“A Operação Condor é o nome-chave para a coleta, intercâmbio e armazenamento de informações secretas relativas aos denominados esquerdistas, comunistas e marxistas. Estabeleceu a cooperação entre os serviços de inteligência da América do Sul, com o propósito de eliminar as atividades terroristas da região."

Informou mais:

“A Operação Condor desdobrou-se em três fases. Na primeira, a formação de um banco de dados que cadastrou os

subversivos do continente. Na segunda fase, a de execução, de ativistas de esquerda, que haviam se escondido nos países vizinhos. A terceira foi a criação de um supercomando para eliminar oponentes além da América Latina.

Documentos evidenciaram que a Operação Condor concretizou-se em 1975. Em 29 de outubro daquele ano, o Chile convocou, por intermédio do então coronel Contreras, a primeira reunião de trabalho de inteligência nacional. A ditadura chilena entendia que os governos da região deveriam agir de forma coordenada, articulando esforços em uma ação permanente de combate ao comunismo internacional."

Do convite do coronel Contreras, enviado a todos os chefes de aparelho de repressão da região do cone sul, há um trecho que acho importante salientar, e vou dizê-lo em espanhol, tal qual consta no documento:

“En cambio los países que estan siendo agredidos política, económica y militarmente (desde adentro y fuera de sus fronteras), están combatiendo solos o cuanto más con entendimientos bilaterales o simple ‘acuerdos de caballeros."

Então, esse convite já registrava que, não havendo coordenação organizada, havia ações combinadas entre os aparelhos repressivos. Nós, brasileiros, conhecemos perfeitamente. E antes mesmo do ordenamento da operação condor, tivemos vários brasileiros desaparecidos na Argentina, no Chile.

Nessa primeira conferência de inteligência, foi proposta a criação de um escritório de coordenação e segurança, com a seguinte estrutura:

1- banco de dados;

2- arquivo centralizado com fichas de pessoas;

3- outras atividades direta ou indiretamente conectadas com a subversão.

Repito o que consta no documento: “Algo semelhante à Interpol, em Paris”.

Essa foi a primeira fase da operação condor. Depois, vieram as ações além-fronteira, ou seja, os seqüestros, os atentados e os assassinatos. Nós, os brasileiros e, em particular, os gaúchos, tomamos conhecimento epidérmico da existência e funcionamento da operação condor quando, em 12 de novembro de 1978, em plena rodoviária de Porto Alegre, é dado início a mais uma clássica "operação" de coordenação repressiva: um grupo de militares uruguaios, em conjunto com policiais do DOPS/RS (é claro, devidamente autorizados pelas chamadas "autoridades militares" brasileiras) seqüestraram a jovem professora Lílian Celiberti, seus filhos, Camilo e Francesca, juntamente com o estudante de medicina Universindo Rodriguez Diaz, todos uruguaios refugiados no Brasil. Posteriormente, foram levados de forma ilegal para o Uruguai, sendo as crianças entregues a seus avós e Lílian e Universindo condenados injustamente a cinco anos de prisão, sob a acusação de ingressar naquele país portando armas e panfletos subversivos.

O Movimento de Justiça e Direitos Humanos, por intermédio de seus conselheiros, assumiu a denúncia e a luta para provar e comprovar, frente à opinião pública nacional e internacional, como também junto ao Poder Judiciário, o crime perpetrado por servidores do Estado, que deveriam, por obrigação legal, zelar pelos direitos e garantias de todas as pessoas residentes em nosso país, brasileiros ou não. E, mais ainda, não permitir jamais a violação da soberania nacional.

Após ferrenha batalha judicial, logramos obter a condenação criminal de policiais brasileiros envolvidos no caso. Posteriormente, também por sentença judicial, obtivemos a condenação do estado do Rio Grande do Sul a pagar uma indenização de reparação aos danos morais causados aos jovens uruguaios.

Lamentavelmente, trata-se do único caso em todo o cone sul em que se logrou a comprovação irrefutável da existência de uma monstruosa coordenação repressiva, que, de forma vil e torpe, atuou em nossa região, estabelecendo um verdadeiro terrorismo de Estado.

O dr. Baltazar Garzon, juiz titular do Juizado nº 5 da Audiência Nacional de Madri, acusou Pinochet e o general Contreras,

entre outros, de organizarem a multinacional do terror, tendo como sócios outras ditaduras militares da América do Sul. Garzon sustenta que a Operação Condor foi criada para viabilizar a repressão violenta às vítimas além-fronteira, consolidar os objetivos político-econômicos das ditaduras e instaurar o terror entre as populações. Disse mais:

> "É uma organização delitiva, apoiada nas próprias estruturas institucionais, cuja única finalidade será conspirar, desenvolver e executar um plano criminoso e sistemático de detenções ilegais, seqüestros, torturas seguidas de morte, expulsões de milhares de pessoas e desaparições seletivas."

> A cooperação entre os aparatos repressivos das ditaduras militares de nossa região eliminou figuras exponenciais que haviam participado anteriormente de governos legitimamente eleitos pelo voto popular. Entre 1974 e 1976, foram assassinados, quando estavam no exílio, o general Prats, o chanceler Orlando Letelier (os dois, chilenos), o senador Zelmar Michelini, o deputado Héctor Gutiérrez Ruiz (uruguaios) e o ex-presidente Juan José Torres (boliviano). Mas também foram vítimas dezenas e dezenas de ativistas políticos, dirigentes sindicais e estudantis, sem quaisquer cargos de alguma relevância, na verdade, anônimos além do círculo familiar e de amigos.

Na continuidade de seu relato, o depoente chamou a atenção para acontecimentos recentes, cuja ocorrência constitui, aliás, uma das motivações para que a Câmara dos Deputados venha manifestando interesse tão grande por acompanhar as investigações sobre o período autoritário na América do Sul. É que um sistema extenso e sofisticado de repressão dificilmente desaparece em sua totalidade, sem deixar resíduos perigosos para a própria democratização, em curso, do país. Sigamos com o depoimento.

> É muito importante salientar que até bem pouco tempo atrás continuavam acontecendo em nosso país e em países vizinhos ações clássicas de uma operação condor.

> Em plena "Nova República", mais exatamente em junho de 1989, denunciávamos (Jornal do Brasil, 11/06/1989, pág. 19) que policiais federais argentinos interrogavam ilegalmente, na sede da Polícia Federal no Rio de Janeiro, rua Venezuela, nº 2, Fernando

Carlos Falco (19 anos) e Damian Mazur, dois jovens argentinos. Os dois encontravam-se no Brasil sob a proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Haviam obtido o status prima facie de refugiados, documento que portavam quando de suas prisões efetuadas por policiais federais brasileiros.

O ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal, determinou ao Ministério Público Federal a instauração de um inquérito para apurar as responsabilidades e os motivos que levaram, em 8 de junho, a Polícia Federal brasileira a prender os dois jovens argentinos sem mandado judicial.

Fernando Falco, em depoimento ao ministro Pertence, declarou que, ao ser preso, a Polícia Federal não apresentou nenhum mandado de prisão e nem lhe deu o direito de chamar um advogado para defendê-lo. E mais: que foi ameaçado de morte por policiais argentinos que acompanharam sua prisão no Rio de Janeiro. Segundo declarou, os policiais ressaltaram que “sua salvação foi ter sido pego pela polícia brasileira, senão seria morto, mas que, na Argentina, acertariam as contas”.

Posteriormente — e só posteriormente — o governo argentino solicitou ao Brasil, formalmente, a extradição deles, sob a acusação de haverem participado do ataque ao Quartel de La Tablada (janeiro de 1989, em Buenos Aires), tendo o Supremo Tribunal Federal negado o pedido.

Por último, quero referir-me ao caso Berrios. Eugenio Berrios, bioquímico chileno, 44 anos, desapareceu de Santiago do Chile em outubro de 1991, precisamente quando o juiz Adolfo Bañados decidiu citá-lo para depor na condição de testemunha no caso do assassinato do ex-chanceler Orlando Letelier, ocorrido em Washington, em 1976. No mesmo mês de outubro de 1991, Eugenio Berrios chegava a Montevidéu portando um passaporte falso, hospedando-se em dois hotéis e, posteriormente, em um apartamento relativamente luxuoso, em um bairro residencial. Esteve sempre acompanhado por um oficial dos serviços de inteligência do Exército chileno, e assistido por vários oficiais uruguaios, também dos serviços secretos. O juiz Bañados determinou uma ordem internacional de

captura, via Interpol, mas ninguém sabia de nada; mesmo as autoridades policiais uruguaias ignoravam o paradeiro do bioquímico.

Eugenio Berrios empreendeu a fuga de sua prisão de luxo, em novembro de 1992, um ano depois de desaparecer de Santiago. Nesse momento, estava confinado em uma casa situada em Parque Plata (um balneário da costa oceânica uruguaia), que pertencia a um oficial da contra-inteligência do exército uruguaio. Berrios, em uma manhã de domingo, burlando a vigilância, fugiu através da janela de ventilação do banheiro e apresentou-se em uma delegacia de polícia. De forma quase histérica, denunciou estar seqüestrado por militares chilenos e uruguaios e, pedindo ajuda, declarou alto e bom som: “Pinochet quer matar-me!”.

Ele exigiu que a frase fosse incluída textualmente do registro de ocorrências. Identificou-se exibindo uma cópia xerox da carteira de identidade, que levava escondida no interior do sapato. O policial de plantão nada pôde fazer, pois caminhões repletos de soldados armados cercaram a delegacia e o comandante da operação, tenente–coronel Thomás Cassella, chefe de operações do serviço de contra-inteligência, reclamou o prisioneiro. Fez-se necessário a presença do chefe de polícia da zona, coronel reformado Ramón Rivas, para que o policial de plantão por fim decidisse entregar o preso.

Como o fato adquiriu certa notoriedade para uma dezena de vizinhos, os carcereiros daquela prisão clandestina, acompanhados por Berrios, visitaram uma por uma das testemunhas: um médico, uma enfermeira, um comerciante, um técnico em refrigeração, um oficial de alta patente reformado da Marinha, um casal de velhinhos e um jardineiro. Foram saudados pelo bioquímico, que se desculpou com a justificativa de que havia perdido a compostura por ter bebido em demasia e inventado a tal história de ameaça de morte.

Eugenio Berrios — depois se soube — sobreviveu por três meses mais. Os oficiais chilenos e uruguaios, encarregados de sua custódia, retornaram a Montevidéu e o mantiveram oculto até fins de fevereiro de 1993, data em que o juiz Adolfo Bañados prolatou a sentença do caso Letelier.

Na mesma data, o general Pinochet realizou uma visita particular ao Uruguai, qualificada como de descanso; porém os motivos reais nunca foram esclarecidos. Sabemos apenas que o tenente-coronel Tomás Cassella acompanhou-o permanentemente, sendo até mesmo fotografado junto ao então ditador, tanto em Montevidéu como em Punta Del Este.

Nos primeiros dias de março, Pinochet regressou ao Chile e, nesse mesmo tempo, segundo revelou dois anos depois a autópsia, Eugenio Berrios fora assassinado com dois balaços na nuca, em El Pinar, uma praia perto de Montevidéu.

O seqüestro e a desaparição do bioquímico somente foram conhecidos sete meses depois, em junho de 1993, por intermédio de uma carta anônima (na verdade, não tão anônima assim: os autores, soube-se depois, eram dois policiais acusados de corrupção) remetida a jornalistas e parlamentares. Ganhou notoriedade na opinião pública uruguaia.

A notícia alcançou o presidente uruguaio Alberto Lacalle, em Londres, última escala de um giro europeu. O presidente decidiu antecipar seu regresso e prometeu — como é de costume — adotar medidas exemplares. Ao desembarcar no Aeroporto de Montevidéu, o presidente Lacalle foi informado de que, no Palácio de Governo, o aguardavam os três comandantes das Forças Armadas, mais 12 dos 15 generais em atividade, que o induziram a adotar a versão de que o sr. Berrios não se encontrava no país, nem vivo nem morto.

Também apoiavam a justificativa brindada pelo tenente-coronel Cassella, em que admitiu apenas ter ajudado, a título pessoal, seus colegas chilenos. Cassella agregou à sua informação que, um dia após o episódio da delegacia de polícia, Eugenio Berrios o havia chamado por telefone, desde Porto Alegre.

Para o governo uruguaio, o episódio ficou superado, quando da apresentação, no parlamento, de alguns documentos, uma cópia xerox de uma fotografia em que aparecia Berrios sentado em uma poltrona, junto a um exemplar do jornal Il Messagiero, datado de 10 de junho de 1993, mais cópia xerox de duas cartas, uma manuscrita e outra datilografada, ambas datadas também de 10 de junho de 1993.

Tais documentos foram entregues no consulado do Uruguai em Milão, por uma pessoa desconhecida, falando em inglês.

Os ministros, ao apresentarem no parlamento tais documentos, juntaram um laudo pericial de um calígrafo, que atestava a autenticidade da letra de Berrios e outro laudo policial em que se descartava a existência de qualquer truque na fotografia.

O então tenente-coronel Cassella foi promovido a coronel e o episódio começou a cair no esquecimento, até que, em abril de 1995, uns pescadores descobriram em uma praia restos mortais que afloraram à superfície, quando os ventos de inverno modificaram o relevo das dunas de areia. Os peritos forenses confirmaram que os orifícios existentes no crânio correspondiam a tiros disparados por armas de grosso calibre e determinaram, com exatidão, a data da morte: março de 1993. Realizados exames de DNA, e a partir de amostras dos ossos encontrados e de sangue fornecido pelos pais, o laboratório confirmou, com 99,99% de certeza, que os restos mortais encontrados correspondiam ao bioquímico que havia escrito cartas desde Milão, mesmo depois de morto.

O depoente teve a oportunidade de referir-se, ainda, em função do caso Berrios, à tentativa de se usar o gás sarin no assassinato de Orlando Letelier. Mais do que pela identificação do gás, a informação é relevante, para nós, porque mostra que alguns dos alvos da operação condor deveriam ser atingidos, preferencialmente, sem o espalhafato que cercou os homicídios mais visíveis. A hipótese é fortalecida pela referência do depoente, logo a seguir, à morte do ex-presidente chileno Eduardo Frei.

Berrios havia tido momentos de glória, em 1975, quando trabalhou sob as ordens diretas do agente da DINA, Michael Townley, em um pequeno laboratório instalado em uma casa clandestina, no bairro de Lo Curro, Santiago. Ali seria produzido o gás sarin, que integra a lista das armas químicas proibidas por tratados e convênios internacionais. Tanto Townley como o então coronel Contreras, chefe da DINA, apostaram no êxito do projeto, que outorgaria ao serviço secreto uma arma letal e terrível: o sarin, que, ao ser aspirado, provoca uma paralisia neurológica, que resulta em morte instantânea, geralmente atribuída a uma parada cardíaca ou a uma asfixia.

O assassinato de Letelier, originalmente, foi planejado para ser executado através da utilização do gás sarin. O desaparecimento e posterior assassinato de Eugenio Berrios obedeceu à necessidade de se eliminar uma testemunha instável e pouco confiável, cujo testemunho em um processo-chave contra a ditadura chilena poderia levar à descoberta do fio condutor de histórias ocultas, que ainda hoje causam sobressaltos aos que, de maneira covarde e infame, atuaram na operação condor.

Eugenio Berrios nunca conseguiu produzir o gás sarin e colocá-lo numa pequena embalagem, para ser utilizado no assassinato de Orlando Letelier. Essa pequena embalagem deveria ser um frasco de perfume Chanel nº 5. Como ele nunca conseguiu realizar essa tarefa, decidiram-se por isso que hoje todos conhecemos, pela utilização de uma bomba, e assim foi feito.

Há poucos dias, um fato novo e importante se sobressaiu. O ex-presidente do Chile — quando digo ex-presidente, refiro-me ao recente ex-presidente Eduardo Frei —, com sua irmã, levam à Justiça chilena uma denúncia: a suspeita da morte de seu pai, que também havia sido presidente do Chile, Eduardo Frei Montalva, imediatamente anterior a Salvador Allende.

A morte é suspeitíssima. Por que razão? Porque, quando o general Pinochet começa a trabalhar a questão de apresentar a plebiscito nova Constituição, o ex-presidente Frei inicia campanha contra esse procedimento. Portanto, passou a ser um homem inconveniente.

Tenho a notícia de que o cirurgião Augusto Larrain, que atendeu o presidente Frei antes de sua morte, assinalou que em sua carreira nunca havia visto um quadro similar ao que se apresentava. Ele manifestou sua disposição de declarar, frente ao tribunais, se isso for oportuno.

Ora, se o ex-presidente Frei, com a responsabilidade de um ex-presidente, leva à Justiça chilena suspeitas sobre o assassinato de seu pai e pede expressamente que se investigue esse bioquímico chamado Eugenio Barrios e tudo que ele havia feito no Chile, estamos frente a uma situação nova mas de grande importância, especialmente

para esta Comissão, que investiga o possível assassinato do presidente Goulart. Se surgiu recentemente no Chile essa grande interrogação, temos de nos debruçar sobre ela.

Agora mesmo, procedeu-se, nos Estados Unidos, à quarta e última desclassificação de documentos deste ano de 2000. Segundo informações que temos, 17 mil documentos de origem na CIA, FBI e na Agência de Defesa e Inteligência norte-americana foram desclassificados e entregues à Universidade George Washington. Sabemos, por experiência pessoal, que a maioria desses documentos está com uma tarja negra, o que dificulta muito o seu aproveitamento como fonte de informação. Alguns parágrafos chegam a estar 80% tarjados. Mesmo assim, muita coisa tem sido resgatada.

Não sei por que razão esses últimos documentos desclassificados tratam prioritariamente do Chile. Hoje, já se podem reconstituir todos os momentos que antecederam o golpe militar, em setembro de 1973. Há farta documentação. Esperamos que também documentos relativos ao Brasil sejam trazidos ao conhecimento.

Acho que, com esta intervenção preliminar, concluo a parte expositiva.

No debate que se seguiu à exposição inicial, o dr. Krischke pôde manifestar-se diretamente sobre a “coincidência” entre a data da morte de João Goulart, dia 6 dezembro de 1976, e o período em que, naquelas imediações do cone sul da América Latina, ou são atacados ou morrem outros importantes líderes, um deles nos Estados Unidos, Orlando Letelier.

Diria que as ditaduras militares na nossa região sempre tiveram grande preocupação com as lideranças políticas que haviam sido afastadas do país. Essa é uma história. Citei, por exemplo, a eliminação de Zelmar Michelini e de Héctor Gutiérrez Ruiz em Buenos Aires, duas figuras exponenciais da política uruguaia.

Diria mais, deputado, a nenhum dos dois se poderia atribuir qualquer vinculação com o comunismo. Um oriundo do Partido Blanco, com mais de 100 anos de existência no Uruguai; o outro, do Partido Colorado. Portanto, não havia sequer qualquer conotação com homens de esquerda; mas eram potencialmente perigosos para a

ditadura, porque eram democratas convictos. Eram homens que tinham uma trajetória no parlamento uruguaio. Zelmar Michelini foi ministro da Educação do Uruguai. Tinham zelo pela democracia e, por isso, eram perigosos.

Não foi assassinado em Buenos Aires, nessa mesma ocasião — e há registros —, o então senador Wilson Ferreira Aldunati, hoje falecido, meu amigo fraterno, que estava também naquela cidade, naquele momento, e que seria vítima. Ele enviou uma carta conhecida ao então ditador da Argentina, general Videla, dizendo: "Estou saindo da Argentina, porque aqui não me é garantida a vida. Aqui não se garantem os direitos do exilado. Mas, se no futuro, o sr. general Videla necessitar de asilo, pode procurar o Uruguai, que nós lhe daremos o asilo e garantiremos sua vida." E se foi para Londres.

Era um homem tão perigoso para a ditadura que, quando regressa ao Uruguai, num processo de redemocratização, para ser candidato a presidente da República — e cito Wilson Ferreira Aldunati porque vejo muita semelhança entre ele e João Goulart: também era pecuarista, homem das lides do campo, havia uma identidade muito forte entre os dois — é preso e levado a um quartel. Só foi posto em liberdade depois de celebradas as eleições, quando Sanguinetti se elege presidente pela primeira vez. Por que não o mataram? Porque não o conseguiram em Buenos Aires, e porque ele foi para Londres, onde é mais complicado matar alguém.

João Goulart era, para os militares brasileiros, um homem altamente perigoso, porque, se se processasse uma abertura, ele seria eleito presidente da República. Quando se elegeu vice-presidente, teve mais votos que o presidente eleito. Era uma figura nacionalmente reconhecida como líder e, portanto, perigoso. Jamais afastaria essa hipótese.

Indagado especificamente sobre eventuais efeitos da eleição de Jimmy Carter à presidência dos Estados Unidos, em novembro de 1976, o depoente foi afirmativo.

Evidentemente, porque já havia uma decisão, por parte do então candidato Jimmy Carter, de forçar um processo de redemocratização na América Latina. Já não interessava mais — e

> sejamos honestos — ao governo norte-americano a existência dessas ditaduras. Elas já estavam saindo muito caras.
>
> Lembro-me sempre daquele famoso registro do relatório quando da viagem de Jimmy Carter à América Latina. Diz o seguinte: "Na América Latina nenhum general resiste a um canhonaço de cem mil dólares." Os generais estavam custando muito caro! E já era momento de mudar — e Jimmy Carter anunciava isso. E toda a sua campanha foi calcada numa forte atuação na América Latina. Isso pôs em sobressalto os militares. Eles deveriam eliminar — e como eliminaram — uma série de figuras na América Latina que potencialmente poderiam, se houvesse desdobramento de um processo de redemocratização, voltar ao poder. Então essas criaturas deveriam ser anuladas. Como? Como fizeram com uma série de figuras.

Ao término do diálogo com os membros da Comissão, o depoente afirmou que chegou a consumar-se a invasão de um escritório do João Goulart em Buenos Aires. Mas o ex-presidente não estava presente.

3.3.2. DEPOIMENTOS DA DRA. MARION GONÇALVES WERHLI E DO DR. MANOEL CONTANT NETO

Os depoimentos dos peritos criminalistas que vieram a esta Comissão esclarecer os seus membros sobre o uso criminoso e a detecção do gás sarin são tratados em bloco neste relatório, pois suas intervenções se entrecruzam de maneira a valorizar a participação de ambos. De qualquer modo, é bom ressaltar que a dra Marion Werhli é engenheira química e estudou os aspectos químicos da problemática, enquanto o dr. Manoel é médico legista e se ateve aos aspectos médicos.

Os depoimentos, muito naturalmente, acabaram por não se restringirem à análise exclusiva do gás sarin. Como peritos acostumados a investigações concretas, os depoentes, à medida que melhor conheciam o caso em questão, através dos esclarecimentos dos próprios parlamentares, puderam

apresentar hipóteses sobre o eventual curso dos acontecimentos, que contribuíram para que os membros da Comissão formassem uma opinião sobre as possibilidades envolvidas na morte do ex-presidente João Goulart. De certa forma, essa parte da audiência acabou por ser tão produtiva como a primeira, mais ligada a seu escopo inicial.

A dra. Marion Gonçalves Werhli começou a exposição dos peritos.

> Começaremos falando dos aspectos químicos e médico-legais do gás sarin.
>
> O sarin tem vários nomes. É conhecido como GB, zarin, ácido metilisopropilfluorfosfônico etc. Tenho relação de pelo menos dez nomes. Isso não vem ao caso.

Neste ponto,a dra. Marion projetou imagens para mostrar o quanto o gás é tóxico. A seguir, fez acompanhar seu discurso da apresentação de transparências.

> ... esse composto químico é um organofosforado. E os senhores já devem ter ouvido falar bastante desse tipo de composto. Os pesticidas e alguns agrotóxicos usam esse grupo. A toxicidade dele basicamente é a relação entre o flúor e o fósforo. Nos pesticidas e nos agrotóxicos, esses organofosforados não são tão tóxicos em virtude de que esse flúor é normalmente substituído por enxofre ou por grupo ciano. O oxigênio mais acima é substituído por enxofre. Então, fica bem menos agressivo, bem menos tóxico.
>
> Falemos de algumas características químicas do sarin: é extremamente tóxico e de ação rápida. É um líquido transparente, incolor, inodoro, extremamente volátil. Se se deixar um copo de sarin, rapidamente ele vaporiza completamente. Ele é totalmente solúvel em água, degrada fácil e rapidamente a compostos de fósforo não tóxicos. A detecção desse gás é difícil porque ele se degrada e reage rapidamente. Uma coisa tem a ver com a outra.
>
> Nessa degradação ou reação, ele gera alguns metabólitos. Metabólitos são produtos finais de uma reação química ou de uma degradação. Os metabólitos mais importantes são: o ácido isopropilmetilfosfônico — IMPA — e o etilmetilfosfônico — EMPA, além

de outros mais que não me vou ater, porque esses dois é que serão importantes no decorrer do trabalho. São os principais. Falemos sobre o histórico com relação ao sarin.

Nos anos 30, o dr. Gerhard Schader começou a estudar organofosforados e chegou a pesticidas. Desenvolveu pesticidas e continuou estudando. Em 1936, desenvolveu um organofosforado extremamente tóxico, muito mais potente que os pesticidas já desenvolvidos. Esse foi o primeiro gás extremamente perigoso, a primeira substância tóxica dos gases de nervos, como conhecemos: o tabun.

De 1936 a 1938, chegou a mais de dois mil compostos extremamente tóxicos. Em 1938, chegou ao sarin, muito mais potente que o tabun. E seguiram-se os estudos. Em 1944, desenvolveu o soman. Entre 1942 e 1945, a Alemanha produziu doze mil toneladas de tabun.

Como se pode detectar o sarin? Não conseguimos detectá-lo normalmente, a não ser imediatamente, como foi feito em Tóquio, em 1995. O que se conseguiu detectar foram os metabólitos: o IMPA e o EMPA, que mostrei na projeção de slides anterior. São agentes ou reagentes químicos, fosforados não tóxicos; não são voláteis, são fixos. Podem ser detectados por análises instrumentais, basicamente por cromatografia gasosa que chega a detectar 0,025 ppm, ou cromatografia líquida que detecta num patamar pouco menor.

O que isso significa? Em uma tonelada de material, se eu tiver 25 miligramas dessas substâncias, vou detectar por essas análises. Vejam bem os senhores: em uma tonelada!

Pode-se também usar espectroscopia de massa e muitas outras técnicas para detecção.

Os relatos científicos são categóricos em afirmar que, em se encontrando numa determinada análise esses metabólitos, podemos garantir que são provenientes do sarin. Não são oriundos do tabun nem do soman, nem de pesticidas ou agrotóxicos.

É a maneira de dizer que aqui foi usado o sarin, encontrando os metabólitos.

Onde é que faríamos a pesquisa desses metabólitos, no caso em tela? Eles poderiam ser pesquisados na madeira, em vestes, em massa putrefata ou no solo. Em todos esses ambientes podemos pesquisar os metabólitos do sarin. Como faríamos isso? Bom, aí teríamos de desenvolver, especificamente para este caso, uma metodologia de coleta especial. Ela seria fundamental para o resultado do exame, se porventura o fizéssemos. Por que digo isso?

Porque o sarin e os seus metabólitos são muito estudados dentro do laboratório. No uso como agente, em casos de terrorismo ou assemelhados, dos relatos científicos mais importantes que temos — o Manoel vai falar bastante sobre isto —, basicamente, o mais moderno ocorreu em Tóquio, em 1995. A partir daí, as pessoas que foram intoxicadas estão sendo monitoradas. Agora, uma metodologia de coleta, um estudo, depois de 24 anos, como é o caso, podem ser feitos com muito cuidado, com muito critério, de forma bem específica.

Expectativas de resultado. O que poderíamos esperar dos resultados? Podemos ter um resultado negativo ou positivo. Resultado positivo: se encontrássemos metabólitos em alguns daqueles espaços pesquisados, campos amostrais, poderíamos garantir que, de alguma forma, foi usado ou esteve presente o sarin. No caso de um resultado negativo, isto significaria que nada poderíamos dizer, porque nunca se pesquisaram metabólitos do sarin em madeira, solo ou massa putrefata, depois de tantos anos. Não há relatos sobre isso.

Passamos noites e noites pesquisando, procurando relatos de pesquisas de sarin em solos, coisas assim, de mais de dez, quinze anos, e não encontramos. Agora, depois de vinte, trinta anos, é que se está começando a pesquisar esse tipo de coisa. Então, a literatura específica não traz casos desse tipo. Seria um trabalho inédito, depois de tantos anos.

Especificidade. Se encontrássemos esses metabólitos, poderíamos garantir que, de alguma forma, foi usado o sarin? Sim, essas análises são muito específicas. Os resultados são bastante confiáveis e as conclusões seriam extremamente positivas. Mas só

poderíamos afirmar alguma coisa conclusivamente se os resultados fossem positivos. Se negativos, não poderíamos descartar a possibilidade do uso de sarin. Este é o ponto mais importante.

Viabilidade científica e criminalística dessa pesquisa. Do ponto de vista científico, seria uma coisa inédita, um trabalho apaixonante. Pesquisar o uso de sarin na madeira daquele ataúde, em possíveis restos de vestes e de massa putrefata, no solo seria muito interessante, do ponto de vista científico, por ser um trabalho inédito. Não temos notícia de outro desse tipo, pelo menos que tenha sido escrito, relatado cientificamente. Então, acreditamos que, como relato científico, seria inédito.

Do ponto de vista criminalístico, pensamos que, se existe uma mínima chance de se produzir uma prova contundente e irrefutável com um determinado tipo de exame, esse exame tem de ser realizado. Essa pesquisa de metabólitos de sarin é bastante positiva e viável. Dentro de critérios absolutamente científicos, bem estudados, bem planejados, é viável.

Terminada a exposição inicial, a dra. Werhli passou a palavra a seu colega, dr. Manoel Constant Neto, que tratou especificamente dos aspectos médico-legais.

O histórico conhecido — esta palavra é importante, porque, obviamente, se houve assassinatos, como sugerem as hipóteses aqui levantadas, é muito improvável que tenhamos algum dado a respeito deles andando pela literatura internacional — dá notícia de três casos confirmados de uso de sarin.

O primeiro deles diz respeito ao ataque do Iraque a uma vila. Isso data de 25 de agosto de 1988. Esse caso, especificamente, vai ter importância um pouco mais adiante, ao final da apresentação. O segundo, não em relação cronológica, mas de identificação, ocorreu em Tóquio, num ataque – a maioria provavelmente se lembra – num metrô, em 20 de março de 1995. Rapidamente se identificou o gás sarin como sendo a origem disso.

Retrospectivamente, eles voltaram a um ataque que teria acontecido também nessa cidade do Japão e conseguiram identificar,

em vítimas desse ataque, um ano e meio depois, se não me engano, metabólitos do sarin ainda nas pessoas vivas. Isso já foi um avanço muito grande, porque, como a dra. Marion comentou, é uma substância que se degrada muito rapidamente. Aliás, esse é um dos fatores que lhe conferem potencial letalidade.

Existe um caso suspeito, que teria ocorrido no Laos, mais ao final da guerra do Vietnã, quando, supostamente, o governo norte-americano teria enviado tropas de operações especiais para buscar desertores americanos que se acumularam durante a guerra. Eles teriam a ordem de matar esses desertores e teriam usado o gás Sarin. Isso não é confirmado. Existem relatos de autoridades de alta patente militar nesse sentido, principalmente de um almirante. Mas há relatos, de várias outras pessoas que teriam participado dessa operação, dizendo que não.

Como somos peritos e temos de desempenhar nossa função para os senhores e para a Justiça, devemos nos manter completamente à parte de qualquer hipótese, no sentido de que isso possa oferecer a conclusão. E sou obrigado a apresentar-lhes três casos que têm confirmação pericial e um caso suspeito, em relação ao histórico de uso do gás sarin.

Em relação ao mecanismo de ação, para que se possa entender um pouquinho, onde está essa região do meio, que é uma ampliação desse desenho à esquerda, gostaria que os senhores tentassem imaginar a junção que existe entre o final de uma célula nervosa e o início de um músculo. É como se fosse um fio. Esse fio levaria o estímulo do sistema nervoso central, o comando do encéfalo ou de um reflexo até o músculo, para que ele executasse um movimento.

Por exemplo, se for um movimento comandado, eu resolvo tirar a mão de cima do computador e necessito, para que esse movimento ocorra, além da minha vontade, que uma determinada substância faça um caminho nessa região onde termina o fio – que seria a célula nervosa – e começa o músculo. Isso serve tanto para um movimento voluntário como para um movimento reflexo. Seria, por exemplo, o movimento que eu faria após colocar desavisadamente a

mão em uma superfície quente. Eu a retiraria imediatamente. Não é um movimento consciente, mas um movimento reflexo. O mecanismo final é o mesmo.

Esse mecanismo funciona por meio de uma substância normal, que se chama acetilcolina, de uma outra substância que se chama acetilcolinesterase e de uma substância anormal, que seria o gás nervoso. No nosso exemplo aqui, seria o sarin.

Na via normal, o que acontece? A acetilcolina, que está aqui representada pelas bolinhas verdes, é liberada a partir da célula nervosa por esses estímulos que comentei, sejam conscientes ou inconscientes. Eles vão até o músculo, ligam-se ao músculo, permitindo o movimento. Entretanto, essa substância, a acetilcolina, não pode ficar indefinidamente ligada a esses receptores do músculo, porque senão teríamos, dentre outras coisas, uma contração mantida. Então, existe uma outra substância, que se chama acetilcolinesterase, cuja função é degradar, desmanchar a acetilcolina.

Esse processo todo acontece de forma muito rápida. O organismo libera a acetilcolina, promove, no exemplo que estou utilizando por analogia, uma contração, a acetilcolinesterase vai ali, destrói a acetilcolina, que promoveu essa contração, e o músculo imediatamente relaxa. O que o sarin faz? Inibe a acetilcolinesterase, ou seja, impede que a enzima, que é a acetilcolinesterase, que interrompe a função da acetilcolina, aja. Pulamos para o desenho da direita. E o que acontece?

Eu resolvo fazer um determinado movimento consciente e contraio a musculatura. Para contrair essa musculatura — revendo —, liberou-se a acetilcolina, que se liga aos receptores. Aí ocorrem duas situações: se eu não uso sarin, a acetilcolinesterase destrói a acetilcolina e o braço relaxa, ou outro músculo qualquer; se eu uso o sarin, não há mais a presença da acetilcolinesterase, o braço segue contraído. A importância disso vamos ver adiante.

Ainda em relação ao mecanismo de ação – o que me parece importante, do ponto de vista pericial –, veremos as maneiras pelas quais ele pode ser absorvido.

Como poderíamos utilizá-lo em relação ao ser humano ou a outro mamífero? Via inalatória, pela pele, pelas mucosas de maneira geral, inclusive pelo aparelho digestivo, como a Dra. Marion falou, porque ele é altamente solúvel em água. Esse gás poderia contaminar a água e, a partir disso, produzir toxicidade em alimentos e uma séria de outras circunstâncias. Não é a maneira mais comum de seu uso.

Poderia ser utilizado também de forma injetável. Isso está aqui destacado porque não existe relato de uso injetável, a não ser experimentalmente, em cobaias de laboratório.

Como a via inalatória e todas as outras funcionam por absorção, que, em última análise, vai levar o elemento ao sangue, juntando essa informação com a informação de laboratório, de que se ele for injetado tem um mecanismo de ação absurdamente rápido – mais rápido, inclusive, do que se for inalado –, é possível, com uma segurança quase absoluta, a inferência de que, do ponto de vista injetável, no ser humano ele teria o mesmo efeito.

Interessante também entender que a influência na velocidade de início de ação é realizada pela maneira como ele é absorvido. E isso podemos ver claramente nesse gráfico. Esquecendo as outras substâncias e nos fixando especificamente no sarin, na coluna mais à esquerda, temos a dose que seria necessária se quiséssemos matar 50% de uma determinada população por via inalatória. Na coluna da direita, a dose que teríamos de utilizar se escolhêssemos a via cutânea.

Observem que a diferença aqui é bastante grande. Esse aumento da velocidade do início da ação do gás, por via inalatória, ocorre por quê? Se fizermos vários cortes do pulmão e os colocarmos no microscópio, vamos observar uma trama muito grande de vasos, de veias e de artérias. Essa é uma das características primordiais do pulmão, que permite que ele seja o órgão de troca. O oxigênio entra e, havendo uma superfície grande de troca, dentro do pulmão, com o sangue, isso permite que ele vá para o sangue. Ou seja, voltando um pouquinho atrás, a absorção pela via injetável é rápida pelo pulmão, porque o contato com o sangue é muito fácil – se for injetável, muito provavelmente será até mais rápido.

Em relação à excreção dos metabólitos, isso passa a ser importante, e por quê? Temos de entender o que acontece quando há a aplicação de uma substância no ser humano. O que ocorre com essa substância, o que ela forma, o que sobra dela, e como se comportam as substâncias que são o produto da degradação, que são os metabólitos? Com base nisso, o perito médico vai solicitar os exames. Isso não só nos casos forenses, mas também nos casos de medicina assistencial. No caso do sarin, a via de excreção é principalmente a urinária. O metabolismo principal do gás no ser humano ocorre por meio do sistema urinário e produz as duas substâncias que a dra. Marion mencionou.

Com relação à sintomatologia, apesar de o gás ser uma substância letal, pode causar intoxicação e a pessoa continuar viva, se as doses forem muito baixas. No Japão houve pessoas que passaram por essa situação nos dois ataques. Quanto às sintomatologias das baixas doses, basicamente, são as que tentei descrever da forma menos técnica possível, para que nos fosse de alguma presteza: há excesso de salivação, a pessoa começa a produzir uma quantidade maior de saliva; no nariz, a secreção aumenta, fica abundante, ocorre coriza; existe uma sensação de pressão torácica, como se a pessoa estivesse com falta de ar; existe uma contração da pupila — vejam bem, já estamos falando em contração.

Nunca usei exemplo de contração de um músculo quando da ação do gás. Não esqueçam que a pupila é uma musculatura, ela se contrai. Como sabemos, a capacidade de acomodação visual está relacionada a este movimento da pupila: quando vamos ao sol, a pupila contrai-se, para fazer com que estejamos expostos a uma quantidade menor de luz; o inverso ocorre no escuro. Como perdemos essa capacidade de a musculatura, por falta da acetilcolinesterase — voltando um pouquinho —, se relaxar e se contrair, de acordo com a fisiologia normal, perdemos a capacidade de acomodação visual, a visão noturna piora, assim como a visão para curta distância, porque ela é muito dependente da acomodação; ocorrem também dores de cabeça e outros sintomas mais vagos. Isso no caso de baixas doses.

Quando são altas doses, ele pode causar broncoconstrição — de novo, lembro que é uma musculatura. Fiz questão de comentar dois exemplos: um, de ação voluntária, a movimentação de um braço por um desejo; e outro, reflexo. Desse movimento reflexo, agora, derivo os movimentos respiratórios e os movimentos cardíacos, porque são, a princípio, inconscientes. Em altas doses, começa-se a ter o comprometimento desses sistemas, que são vitais, de broncoconstrição, via aérea; secreção de muco no sistema respiratório numa quantidade muito maior do que a que ressaltei em relação à salivação; dificuldade respiratória, porque a pessoa não consegue mais expandir de forma adequada a caixa torácica — não se esqueçam de que a musculatura do tórax e do diafragma, que separa o tórax do abdome, é o que permite a respiração; tosse; cólicas abdominais e vômitos; perda urinária e fecal involuntária, também por contração de musculatura não controlada; salivação excessiva; alteração motora dos olhos — os olhos começam a se movimentar para cima, para baixo e para os lados de forma não coordenada; tremores localizados; convulsões; e perda de consciência. Praticamente todos esses elementos envolvem, de alguma forma, ação muscular. Por isso quis demonstrar, um pouco antes, como ele atua e onde ele inibe, fazendo com que esses eventos todos aconteçam.

O mais importante, especificamente na nossa situação, é: qual o mecanismo de óbito desse gás? Paralisia muscular é o primeiro. Por quê? Porque há paralisia dos músculos respiratórios. Um segundo mecanismo: alteração nos centros de controle da respiração. Poderia fazer uma divisão — que é didática; não é, absolutamente, verdadeira do ponto de vista médico. Temos, basicamente, dois mecanismos de controle da respiração: o efetor periférico, que seria a capacidade de inspiração, e o controle. Poderíamos estar com a caixa torácica funcionando muito bem, mas ter, em nível encefálico, algo prejudicando a ordem, o comando para que haja a inspiração e a expiração. Então, ele atua nesses dois pontos, principalmente no primeiro, e causa a morte do indivíduo por parada respiratória primária.

Por que faço essa diferença? É muito comum comentarmos no Brasil que a causa mortis foi parada cardíaca ou

parada respiratória. Em última análise, todos morremos de parada cardíaca ou respiratória. A diferença é que esses eventos foram primários ou causados por alguma outra coisa. Posso dizer para os senhores que o indivíduo levou um tiro, está sangrando e, em última análise, morreu de parada cardíaca. Se encontrarem um atestado de óbito de um indivíduo com parada cardíaca, ele está mal-preenchido. Ele morreu de hipovolemia, de sangramento, de hemorragia. Nesse caso, não. A parada respiratória é primária, é o evento principal, é uma morte, como comentou o dr. Jair, por asfixia, por sufocação.

Aqui começam, talvez, os aspectos mais relevantes ao caso em questão, que seriam as potencialidades e os problemas em uma eventual exumação. O que esperaríamos? Os metabólicos estarão presentes? Poderia ser sim ou não por duas razões: pelo uso ou não do gás na pessoa que está sendo examinada ou por limitações de técnica. Uma vez o gás utilizado, por conservação ou não, sabendo-se a situação em que está o túmulo, uma série de outras coisas, poderia influenciar, fazendo com que não fosse encontrado o metabólito que deveria estar ali.

O material para pesquisa, basicamente, seria orgânico ou inorgânico. Com relação ao material orgânico, o que eu esperaria encontrar em um corpo 24 anos depois? O processo de putrefação, de degradação do corpo humano varia muito com as condições locais e também com o que foi feito com o cadáver antes. Não tenho como precisamente dizer para os senhores que vamos abrir e não encontrar nada, se realmente for se proceder à exumação; ou que abriremos e vamos encontrar ossos e ainda algum resto orgânico. Pode-se, inclusive, ter alguma surpresa de encontrar um corpo quase em estado composto, ainda sendo identificados membros, inclusive com peles por fora, por um processo que se chama de saponificação ou de mumificação. De qualquer maneira, o mais provável — vamos trabalhar com uma hipótese pior — é que encontremos ossos e cabelos, que serão, do ponto de vista médico-legal, ruins para análise do metabólito. É o que se vai encontrar. Esse é o grande problema.

Não teria como tirar esse material e entregar para a dra. Marion Gonçalves. O que ela vai fazer é mandar de volta para mim com um sarin para ver se me mata, e eu mando um material melhor

para ela, porque não vai adiantar. Se encontrarmos massa de putrilagem — é o que fica do resto biológico, como se fosse realmente uma massa, um cimento, só que amolecido —, é provável que o perito criminalístico não me mande matar, porque isso vai servir para eles, a fim de fazerem uma análise bastante adequada para o fim que os senhores desejam.

Com relação ao material inorgânico, a dra. Marion Gonçalves já comentou a respeito. As possibilidades seriam as vestes do cadáver, se encontradas. Os senhores podem estar me perguntando por que estou dizendo “se encontradas”, uma vez que o cadáver foi enterrado com vestes, mas às vezes o processo de desmanche da roupa é tão grande que não se pode considerar que existe para qualquer fim de análise do ponto de vista técnico. O mais comum é que sejam encontradas. O próprio solo, porque normalmente o caixão sofre algum tipo de rachadura ou penetra alguma coisa, é um material que pode ser analisado. Nossa grande surpresa — e essa foi a nossa briga nos dias em que tivemos tempo para tentar montar esse material para os senhores — foi a seguinte: tínhamos a informação de que houve um ataque no Iraque com uso, confirmado por perícia, de gás sarin , mas não sabíamos quanto tempo depois essa perícia tinha sido feita.

Esses dois dados conseguimos, finalmente, nesta madrugada. Eles conseguiram resultados positivos quatro anos depois do ataque. Isso do ponto pericial é muito, bastante, porque, como a dra. Marion Gonçalves comentou, é um gás que some. Eles encontraram isso em área ambiente, não era um local fechado, como um ataúde, um túmulo; foi em solo. Acharam, inclusive, resquícios de sarin intactos em um material metálico, que provavelmente era resto de uma das bombas utilizada para lançar o gás e que por alguma reação química qualquer conseguiu manter o elemento químico caracterizado na sua forma original antes de ser degrado no metal.

Mais do que isso: conseguimos uma informação teórica, através do Departamento de Estudos Ambientais do Exército americano, de que a meia-vida desse metabólito é de 1.900 anos, ou seja, se ele realmente tiver sido utilizado e dependendo do que tiver

> sido feito com o cadáver antes, a chance de ser encontrado é muito grande.
>
> Do ponto de vista médico-legal, as condições importantes seriam: em que condições aconteceu a morte? Eu não tenho como comentar sobre isso para os senhores, porque nos ativemos, especificamente, ao que nos foi perguntado. O histórico médico prévio dele seria bastante importante e como foi a manipulação do cadáver. Isso não seria muito importante, especialmente na possibilidade de um resultado negativo, para que a dra. Marion Gonçalves tenha condição de dizer aos senhores se isso seria um falso negativo, uma limitação do método ou se realmente a probabilidade de que aquele resultado negativo fosse equivocado seria muito pequena.
>
> Nossa intenção com esta apresentação foi tentar transformar o assunto no menos árido possível para pessoas que não são da área, a fim de permitir que os senhores tenham os elementos que julguem mais necessários para fazer a argüição de forma mais precisa, uma vez que têm outra parte da história que não conhecemos.

Logo que terminou sua intervenção inicial, o depoente Manoel Constant Neto prestou alguns esclarecimentos, muito importantes para o caso do ex-presidente João Goulart, a respeito do período em que o gás atua. Indagado sobre o espaço de tempo entre o exato momento em que foi ministrado o gás, da maneira que fosse, e o momento da morte, ele respondeu como se segue.

> ... basicamente, vai depender da dose que foi utilizada. Se realmente foi utilizada uma dose com intenção letal aguda, em geral, a média disso, pelo que se tem de literatura, são espaços de cinco a dez minutos. Se são casos de uma situação mais crônica — e aí chamo a atenção novamente para o exemplo do atentado em Tóquio — pode, inclusive, não matar. Mas não pensamos assim. Vamos imaginar alguém que tenha conhecimento do gás. Por exemplo, se eu e a dra. Marion Gonçalves resolvêssemos fazer um atentado com gás sarin , podem ter certeza de que tentaríamos matar essa pessoa em menos de cinco minutos.

Sobre a possibilidade de o gás ser preparado e usado de forma a que o evento morte se desse doze, treze horas depois da aplicação, a depoente Marion Gonçalves Werhli trouxe o seguinte esclarecimento.

> Aqui tenho uma curva de concentração. Por tempo, ele é basicamente linear. A dose letal para o ser humano seria de 70 mg/m³. Significa que uma exposição em um ambiente com 50 mg/m³ durante dois minutos causará o mesmo efeito ou a morte no mesmo tempo que uma exposição por um minuto em um ambiente com o dobro, 100 mg/m³. Então, o tempo de morte depende da concentração no espaço.
>
> Eu não sei se em doze horas seria possível. Ou melhor, vou responder de duas formas: é possível em doze horas se for mantida uma concentração baixa, de acordo a curva que demonstro aqui. Por inalação. Ou também, mas aí vai variar um pouco o tempo, se for por inalação ou por ingestão. O que dá grande diferença é por contato com a pele.

O depoente Manoel Constant Neto ainda esclareceu:

> ... uma coisa teria de ser chamada a atenção nisso: se essa pessoa fosse morrer em doze horas, ou seja, a dose letal final seria atingida em doze horas, obrigatoriamente ela teria de apresentar sintomas muito visíveis durante as doze horas. Não poderia ser uma coisa assim: a pessoa passar doze horas bem, desde o início da exposição, e morrer na décima segunda hora.

Embora salientando que não tinha se preparado especificamente senão para tratar do gás sarin, a dra. Marion Gonçalves Werhli não se furou a responder a questionamentos mais gerais, baseando-se, tão-somente, em sua experiência profissional.

> Temos o conhecimento de que todos [os venenos] que são basicamente inorgânicos são possíveis de detectar, porque são mais fixos. Os orgânicos é que são mais complicados. Mas tudo depende das condições em que está esse túmulo. Por exemplo, a água da chuva. São 24 anos que a água da chuva lava todo esse ataúde, esses restos. Está certo que São Borja é uma região seca, onde não há muita chuva; portanto, a umidade é baixa na média do

> ano, pelo menos para esse aspecto aqui. Mas em que condições está o túmulo?
>
> As madeiras dos caixões recebem um revestimento resinoso por fora e normalmente não o recebem por dentro. Isso ajuda, do ponto de vista investigatório, porque esses resíduos, venenos, permearam e ficaram alojados nos poros da madeira. Será que há um mármore, um granito em cima do túmulo para segurar a chuva?
>
> Todos esses são fatores que não conhecemos e que podem variar no tempo, ou se em 24 anos vai-se achar outros venenos. Eu posso responder agora sobre os organofosforados. Quanto aos outros, teria de dar uma pesquisada para não arriscar errado.

O dr. Manoel Constant Neto esclareceu, ainda, que dificilmente haveria vestígios do gás no lenço que, eventualmente, teria sido usado para limpar o rosto – inclusive uma secreção na boca -- do ex-presidente João Goulart no momento em que o caixão foi aberto, em uma igreja, no Rio Grande do Sul, “porque mais de 99,9% da excreção dele é urinária”

Questionados sobre aspectos específicos da síntese e aplicação do gás sarin, os depoentes deram explicações interessantes. Comecemos pela intervenção da dra. Marion Gonçalves Werhli.

> Primeiro, sobre a síntese do sarin, ela não é muito simples; necessita de bastante conhecimento e de um laboratório muito bem montado. Não precisa ser um grande laboratório, mas com equipamentos bons. Inclusive, estivemos pesquisando a síntese também. Em todos os sites na internet, o aspecto síntese foi removido. Fomos à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e procurei nos sites científicos, aqueles aos quais só os professores, os doutores da universidade têm acesso. Também lá nada se encontrou. Só encontramos por outros meios nos livros, nas bibliotecas, através de mecanismos de reação, que é outra forma de se chegar à informação. Esse tipo de veneno não é divulgado. A pessoa, para ir atrás, tem de ser muito boa, tem de conhecer.
>
> A segunda parte da pergunta, sobre a injeção de sarin nos comprimidos, devo dizer que o sarin não poderia ser injetado em

comprimidos. Primeiro, porque é muito volátil. Vamos supor que nas cápsulas maiores e moles, que têm um pó dentro, se colocasse o sarin. Ele iria vaporizar e abrir a cápsula, ou seja, não tinha como. Em uma drágea, um comprimido compacto, feito sob pressão, não haveria como injetar o gás lá dentro. E, mesmo que se colocasse, o gás se degradaria tão rapidamente que até a pessoa ingeri-lo ele já teria se transformado nos metabólitos, que são os não-tóxicos.

Só teria como se fazer isso, via remédio, se o líquido fosse acondicionado em um frasco de vidro. Aí, sim, poder-se-ia solubilizar o sarin ali dentro. Colocar-se-ia uma quantidade tal que, mesmo vaporizando — porque ele tem uma pressão de vapor, vaporiza até determinado ponto, depois pára, porque atinge um equilíbrio; ao abrir o vidro, a pessoa vai tomar uma dose e o gás vai evaporar; ao fechá-lo e abri-lo novamente, vai haver mais um pouco de evaporação —, chegará à total extinção.

O dr. Manoel Constant Neto completou.

Em relação à outra parte da questão, e terminando em relação à medicação, seria importante por duas razões: pela pergunta que V.Exa. fez em relação à parte cardiológica, que já vou responder, e também por esse aspecto que a dra. Marion está comentando, se tivesse acesso, dentro do possível, a essas informações médicas prévias, semanas ou meses antes, em Paris, porque acredito, sinceramente, que elas devem estar disponíveis lá. A importância disso é que — e aí vou entrar na questão da parte médica, da parada cardíaca, desse quadro todo — o equívoco é possível.

Fazendo uma analogia, se em um Instituto Médico Legal chegar um corpo que não apresente nenhuma causa mortis aparente, que não haja suspeita de violência, é norma dos peritos, de maneira geral, que faça uma pesquisa de veneno, substâncias psicotrópicas, uma série de elementos. Entretanto, não terão como pesquisar todas as substâncias em todas as concentrações que podem matar um ser humano. Isso é inviável aqui e em absolutamente qualquer país do mundo.

Quando não existe um elemento de suspeita, por exemplo, do uso do gás sarin, sou obrigado a escolher uma gama de

elementos e fazer aquela pesquisa. Se o resultado é negativo, o perito mais cuidadoso vai dar a causa mortis como indeterminada.

Porém — vamos criar uma situação —, se ele tivesse realmente um quadro cardiológico, fosse grave ou menos grave (e provavelmente não era), se tomava medicações, tinha alguma idade, e esse elemento de repente falece e alguém conta ao médico que não o viu falecer ou, quando o viu, ele estava com dificuldade para respirar, estava com alguma secreção saindo pela boca e pelo nariz, isso pode perfeitamente induzir a uma sugestão de que ele tenha sofrido uma parada cardio-respiratória primária.

Relembrando aquilo que estava comentando antes, seria uma causa cardiológica, um problema cardiológico primário. Pode ter induzido ao equívoco, sim, de ter sido alguma outra substância. Digo mais: hoje em dia, e eu faço não um mea-culpa, mas uma culpa inteira em nome dos médicos, de maneira geral, os atestados de óbito do nosso país são muito mal preenchidos. Não estou falando do ponto de vista forense, mas do ponto de vista de saúde.

A dra. Marion foi muito clara sobre a possibilidade de se usar o gás sarin, solubilizado em água, com o intuito de matar.

Minha resposta é curta. Não só é possível, mas seria o que eu faria se eu quisesse matar alguém com sarin

Evidentemente, o sarin é incolor e inodoro. Se eu pegar este copo d’água e completar com sarin, evidentemente, quando a pessoa tomá-lo, a concentração vai estar baixíssima. Mas, vejam bem, o que eu preciso para matar uma pessoa? Para um homem de oitenta quilos, eu precisaria de cerca de 80 miligramas para matá-lo em alguns minutos. A dosagem é de 0,01 miligrama por quilo de peso por minuto.

Mesmo que fosse um grama, vejam o que representa dentro do copo. Ele volatiliza rapidamente, mas, assim mesmo, é incolor e inodoro. Quer dizer, ele não ia sentir cheiro ou ver coisa alguma e iria tomar aquilo. Mesmo que sentisse algum gosto, não acredito que fosse muito diferente de água salobra. Mas, em todo caso, se sentisse algum gosto, já seria tarde.

O dr. Manoel se manifestou sobre a secreção encontrada na boca do ex-presidente e teceu algumas considerações sobre o atestado de óbito.

> Vamos à secreção, primeiro. O termo que eu teria de utilizar tecnicamente, se essa argüição fosse feita, por exemplo, em uma perícia por escrito, seria o seguinte: é compatível com a presença de secreção nasal ou de secreção na cavidade oral, é compatível como uso de.... Entretanto, se o senhor me perguntar com que freqüência isso é encontrado em cadáveres por outras causas mortis, diria que é muito freqüente. Portanto, essa informação só daria um dado de compatibilidade; a ausência dela também não afastaria o problema. Portanto, diria o seguinte: do ponto de vista técnico, pessoalmente, não a seguiria. Por quê? Porque a positividade não confirma e a negatividade dela não afasta. É compatível.
>
> O deputado Miro Teixeira comentou que o atestado era enfermidade, mas em espanhol, se eu entendi bem, é enfermedad. Portanto, há que se ter cuidado com um fato: na maioria dos lugares no mundo, no que diz respeito à legislação de atestado de óbito, uma das questões fundamentais do atestado é a diferenciação entre morte violenta e morte não violenta. O termo enfermedad**,** em espanhol, tem uma conotação um pouco distinta do termo enfermidade — está aqui o dr. Jair para corrigir-me. Eu não sei, não tenho como imaginar o que se passou pela cabeça do pediatra, mas a função do perito é ser chato.
>
> Eu tenho de apresentar as duas possibilidades. É possível que ele tenha colocado esse termo achando — não conheço o resto do documento — outros elementos nos documentos, não só enfermedad, ou é possível que ele tenha usado esse enfermedad como eu, por exemplo, utilizo aqui causa mortis indeterminada sem sinais de violência. Eu uso isso com muita freqüência no Instituto Médico Legal de Porto Alegre. Por quê? Porque recebemos muitos corpos, cuja morte não são de causa violenta, que deveriam ir para o serviço de verificação de óbito, que não temos no nosso Estado. Portanto, acaba caindo para uma necropsia policial, que não é a minha função. Mas poderia causar confusão, sim.

O dr Manoel Constant Neto se manifestou, também, pela relativa irrelevância da expressão do ex-presidente na hora da morte, ainda que ela tenha ocorrido por parada respiratória ocasionada pelo gás sarin.

> Analisando casos de afogamento, que levam à morte por asfixia, ou considerando outros tipo de morte por asfixia, sabemos que a pessoa, durante cinco minutos, fica consciente; sabe que não está conseguindo respirar — é importante termos isso em mente —, ou seja, a pessoa pára de respirar, mas não perde a consciência disso.
>
> Sabendo que se está asfixiando, provavelmente tem uma sensação da morte iminente. Existem pessoas que morrem passando por esse processo, mas cujo cadáver apresenta tranqüilidade. Esse é um detalhe subjetivo, depende de quem está examinando. Um olha e acha a face tranqüila, outros, não. Em alguns casos, as pessoas olham e têm convicção pessoal de que o morto passou por angústia. Portanto, infelizmente penso também que esse não seja um dado técnico capaz de nos ajudar a encontrar um esclarecimento.

Após ouvir alguns esclarecimentos do deputado Luis Carlos Heinze sobre detalhes das últimas horas do ex-presidente João Goulart, o dr. Manoel Constant Neto pôde arriscar uma avaliação dessa situação específica. Vale a pena registrar as considerações do perito, embora conscientes, como ele mesmo não deixou de salientar, que se trata de suposições com base em poucos dados.

> ... ele [o ex-presidente] teria almoçado, e, talvez, tivesse ido direto até esse horário, em torno da 1h, aparentemente sem nenhum problema. À 1h, aproximadamente, à exceção da esposa, foi o último momento em que outras pessoas o viram vivo. E estava bem, até então, sem sentir nada, sem fazer queixa nenhuma. Portanto, vamos chegar a esse ponto primeiro. O que acontece?
>
> Volto, primeiro, à abordagem do Deputado Miro Teixeira, em relação ao tempo de doze horas. Agora estou entendendo o porquê. (...) se os senhores se recordam, eu havia respondido que seria impossível, do ponto de vista técnico, com o que se conhece hoje, aceitar que uma pessoa tivesse ingerido uma dose que seria letal em doze horas ou mais e que durante esse tempo, do almoço ou até 1h, ele não tivesse sentido absolutamente nada.

> Portanto, considerando que todas as informações estão acuradas — de novo, meu papel é ser chato, sinto muito — e que ele tenha sido envenenado (é apenas uma suposição), isso não aconteceu no período do almoço até o horário em que ele foi se deitar, 1h. Isso está fora de cogitação, em função da característica de ação do gás.
>
> Entre 1h e 2h, o que aconteceu? Bom, gostaríamos todos de saber. Mas há algo importante: os senhores afirmaram que o corpo apresentava grande quantidade de secreção na missa de corpo presente. Eu disse que isso acontece, por isso é compatível, não caracteriza nem descaracteriza que a informação não nos ajudava muito. Agora, há uma situação muito importante — e isso é um julgamento, logo não pode ser feito por um perito.
>
> É o seguinte: vamos considerar o depoimento do médico como preciso ou não? Os senhores vão estar se perguntado por que esse maluco do Manoel está dizendo isso? Pelo seguinte: se formos considerar o depoimento dele como preciso, veja o que ele está dizendo: “Não saiu nada pela boca, não tinha secreções, não saiu nada”. Se os senhores lembram de como mostrei que esse gás mata, é muito improvável que não tivesse sinais de salivação excessiva e sinais de secreção excessiva. E estaria havendo isso imediatamente depois do evento. Portanto, se a informação do método é correta, é improvável que ele tenha sido envenenado por sarin, só pelo que os senhores estão me dizendo.

O depoente seguiu especulando sobre a possibilidade de a secreção – não encontrada, embora esperável – ter sido objeto de remoção, antes da apreciação do corpo, como forma, justamente, de ocultar o assassinato.

> ... vou até permitir-me sair um pouco do papel estrito do perito, que é o de ater-se ao fato. Às vezes, o contexto é importante; às vezes, percebemos algum ponto que nos faz ter quase uma obrigação de emitir opinião. E faço questão de deixar bem claro que é opinião, não posso comprovar isso para os senhores. As afirmações feitas até agora são passíveis de comprovação técnica.
>
> Embora V.Exa. tenha razão sobre a limpeza da secreção, pois obviamente isso é possível, a impressão — vejam bem, a impressão — que tenho é de que a quantidade de secreção formada

por esse gás, mesmo que seja limpa, dificilmente vai parar de sair, a não ser que a pessoa tivesse, realmente, aberto e tamponado. E aí teria que ser um procedimento muito bem feito. Tamponamento da via área, por via oral, sem nenhum corte, o médico teria percebido. E para não precisar tamponar o nariz ou a boca, teriam que ter tamponado abaixo, ao nível da traquéia.

Fora isso, parece-me improvável que não acontecesse durante um bom tempo limpar e voltar, limpar e voltar. Isso nós vimos em pacientes com edema agudo de pulmão que produz muito menos secreção do que eu imagino seja produzido pelo gás sarin. Vejam bem, é minha opinião baseada parcialmente no conhecimento técnico.

Mas V.Exa. comentou algo que fiquei curioso. V.Exa. disse que o capataz Júlio o viu vivo ainda. E ele descreve alguma coisa? Aí venho na mesma direção: se formos considerar a descrição precisa, e ele também não viu secreção, isso seria improvável. Estou fazendo esses comentários porque são elementos que poderiam criar situações circunstanciais para V.Exas. Se V.Exa. perguntar para a dra. Marion e para mim, posso responder que sim, porque eu respondo por mim. Qual seria a nossa opinião, tecnicamente? E acredito que os outros peritos que estão presentes compartilham disso. Se V.Exas. têm elementos circunstanciais que fazem com que a suspeita do uso do gás seja forte, creio que os metabólicos dele devem ser pesquisados.

Como o deputado Miro comentou sobre a eventualidade de outro veneno, de alguma outra coisa, creio que seria interessante pesquisarmos informações circunstanciais e outras substâncias que poderiam ter sido utilizadas. Na ausência dessas informações, poderíamos, até em conjunto, elaborar uma listagem de elementos que poderiam ser pesquisados para irmos atrás.

3.3.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O DEPOIMENTO DO SR. JORGE OTERO MENENDEZ

Na audiência pública em que foi ouvido o ex-governador Leonel Brizola, prestou depoimento, também, o sr. Jorge Otero Menendez. As considerações pertinentes a sua contribuição para os trabalhos da Comissão estão incluídas nesta seção, predominantemente técnica, por uma razão simples: apesar de sua convivência com João Goulart, nos últimos anos de vida do ex-presidente, e de sua profunda vivência da política sul-americana e mundial, a partir de uma experiência jornalistica muito rica, pretendeu-se realçar o forte conteúdo de pesquisa sistemática presente nessa contribuição.

Em meados de 1974, inclusive como parte de uma estratégia política de se dar a conhecer à fração da população brasileira que tinha sido privada de sua presença nos anos de juventude, o ex-presidente Goulart concorda com uma compilação de dados sobre sua atuação e sua visão da política, no Brasil e no exílio, complementada por informações mais pessoais.

O jornalista Jorge Otero, seu companheiro no Uruguai, se encarrega da tarefa. Chega a ser proibido de entrar no Brasil para efetuar a recolha de dados. Mas prepara cuidadosamente o material disponível. Naquela época, a tarefa se frustra. No entanto, não é dos menores méritos desta Comissão o haver estimulado a finalização, em 2000, dos trabalhos do depoente. Ele pôde, assim, transmitir-nos cópia, ainda datilografada, do livro de sua autoria, *Desmemorias de João Goulart: de la operación bandeirantes a la operación condor*, que traça, a partir da vida do ex-presidente, um panorama da política sul-americana no século XX, valorizado por digressões teóricas relevantes.

Como esse material encontra-se à disposição dos pesquisadores, e abarca muito mais do que o que foi dito, diretamente, à Comissão, não é necessário reproduzir o depoimento de Jorge Otero aqui. Registre-se, no entanto, que sua participação foi altamente significativa para nossos trabalhos – e seu livro constitui uma contribuição efetiva para a disseminação do conhecimento sobre um triste período de nossa história.

3.4. DEPOIMENTOS DE NATUREZA PREDOMINANTEMENTE TESTEMUNHAL

Os depoimentos incluídos nesta seção têm em comum o fato de englobarem pessoas que, de uma forma ou de outra, estiveram perto dos acontecimentos que cercaram a morte do ex-presidente João Goulart. Em geral, os depoentes aqui congregados mantiveram relações de amizade, políticas e/ou comerciais com o ex-presidente no exílio. A maioria o acompanhou nos doze anos em que viveu ao lado da fronteira sul do país. Mas o importante a destacar é que testemunharam os derradeiros dias do presidente e o enterro de seu corpo.

Como os depoentes residem, hoje, no Rio Grande do Sul, foi mais prático realizar as audiências públicas nesse estado. Para isso, a Comissão contou com o inestimável apoio da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e da Câmara de Vereadores de São Borja. Alguns depoimentos foram recolhidos na capital do estado, outros na cidade natal do ex-presidente, onde seu corpo se encontra.

Em Porto Alegre, prestaram depoimento os senhores Percy Penalvo e Roberto Ulrich, o primeiro acompanhado de sua filha, sra. Neusa Penalvo, que contribuiu para os trabalhos com alguns esclarecimentos. Em São Borja, prestaram depoimento os senhores Odil Rubim Pereira, Deoclécio Barros Motta e Lutero Fagundes.

Esses depoimentos apresentaram uma peculiaridade formal em relação ao das seções anteriores. Os depoentes preferiram passar imediatamente a responder as questões levantadas pelos parlamentares, sem uma introdução mais longa de sua parte. Com isso, os depoimentos ficaram mais fragmentados e as repetições foram mais freqüentes.

Talvez até por essa estrutura algo informal, os depoimentos reunidos nesta seção formam, em conjunto, um impressionante painel da vida no exílio e de suas agruras.

3.4.1. DEPOIMENTO DO SR. PERCY PENALVO, ACOMPANHADO DE OBSERVAÇÕES DE SUA FILHA, SRA. NEUSA PENALVO

O sr. Percy Penalvo, depois de esclarecer que acompanhou o dr. João Goulart por doze anos, até sua morte, se prontificou a responder às perguntas dos parlamentares, abdicando de uma exposição inicial. É bom indicar, de início, que o depoente também encontrava-se exilado. De acordo com suas próprias declarações, o depoente residia em Tacuarembó, no Uruguai, e trabalhava na fazenda do ex-presidente.

Primeiro, o sr. Penalvo esclareceu sua ligação -- e , de passagem, a de Ivo Magalhães -- com o ex-presidente, no lado comercial, por assim dizer.

> Era o dr. Goulart e eu; eu o substituía [na gestão de seus negócios na fazenda Tacuarembó]. Inclusive eu assinava por ele. Havia duas pessoas no Uruguai que assinavam por ele: o dr. Magalhães, em Montevidéu, e eu em Tacuarembó.
>
> [O dr. Ivo Magalhães] Era o homem de confiança do Goulart. [Executava] todas as tratativas, inclusive com autoridades do Uruguai. Tudo era mandado o Ivo fazer.

A seguir, o depoente mostrou que tinha um convívio bastante estreito com o ex-presidente.

> Dr. Goulart era um homem que dormia pouco. Às vezes de noite eu fugia dele; daí a pouco ele mandava me chamar, me contava uma história que meu olho fechava, mas só pra eu ficar com ele até tarde, até que lhe desse sono. Isso era todo dia.
>
> Nós conversávamos muito porque eu conhecia os políticos nossos, todos, e, como eu estava sempre com ele, quando chegavam lá, ele sempre me dizia: "Olha, Fulano me falou isso; tu vês o que ele fala pra ti." Falavam com ele, depois; às vezes tinham assuntos que não queriam tratar com ele e iam perguntar para mim. Então eles me informavam antes, para depois conversar.
>
> Às vezes o depoente viajava com João Goulart.
>
> De carro, de avião. Fazíamos Uruguai-Buenos Aires-Montevidéu-Buenos Aires de avião de carreira.

Como exilado, o depoente apenas acompanhava, sem uma participação mais ativa, os acontecimentos políticos no cone sul da América Latina.

> No Uruguai, inicialmente, tínhamos um trato melhor, porque eram dois partidos: Branco e Colorado. Então, o dr. Goulart tinha mais amigos do Partido Branco do que no Colorado. Mas depois, quando veio a ditadura, e no movimento tupamaro, éramos olhados por uns como latifundiários e por outros como comunistas. E o general Christian queria prender o dr. Goulart. Ele o acusava de mentor, de ser o cérebro pensante dos tupamaros.

De acordo com o depoente, o general Christian era um militar inflente no Uruguai -- e sua posição era conhecida "porque tínhamos amigos no meio deles". Mas ele não saberia dar outras informações sobre esse militar.

O depoente insistiu, a seguir, com a situação de desconforto que passaram a viver no Uruguai.

> Em determinado momento, levaram preso o João Vicente para um quartel, cortaram-lhe os cabelos. Eles o deixaram numa barraca, num inverno brabo, só para provocar.
>
> Um exemplo: dona Maria Tereza foi presa porque levava uma carne e foi proibido carregar carne no Uruguai. Foi presa com carne e tudo. Quer dizer, havia assim um certo desconforto para nós.

O depoente passa, então, a avaliar a conexão entre os grupos políticos nos vários países da América do Sul.

> Bom, nós sabíamos o seguinte: houve um momento em que todos os perseguidos políticos dos países da América... Nós nos unimos. E os militares da ditadura também. Claro que nós levávamos a pior. Mas estávamos todos unidos.
>
> [A operação condor já] Era conhecida. Mas é que muita gente até hoje não acredita, porque não sofriam, porque não tiveram um pai, não tiveram uma mãe, não tiveram um irmão sacrificados por essa ditadura.

Sabíamos disso, porque inclusive havia brasileiros que eram passados de um lado para outro. Cuidávamos muito disso.

O depoente foi muito claro sobre a participação de agentes brasileiros na repressão.

Naturalmente, nossos amigos em Tacuarembó, onde tínhamos muita influência, todos eram do Partido Branco, Colorado, naquele momento em que eram perseguidos. Eu sentia vergonha da prisão, e o dr. Goulart também, porque no quartel de Tacuarembó havia amigos sendo torturados e acompanhados por oficiais brasileiros.

Havia oficiais brasileiros ensinando uruguaios a inquirir os presos, naturalmente presos uruguaios.

Nós sabíamos o dia-a-dia. Muitas vezes sabíamos hoje de uma coisa que iria acontecer amanhã. O senhor compreendeu?

Os presos reconheciam a participação de brasileiros pela forma de falar.

Ensinando os uruguaios. Os uruguaios foram liderados pelos brasileiros. O golpe no Uruguai foi dado com o apoio brasileiro.

Nesse ponto, o depoente fez uma intervenção maior. Trata-se de esclarecimento muito importante -- principalmente na parte relativa ao acompanhamento, pelo ex-presidente, da série de assassinatos acontecidos, em curtíssimo espaço de tempo, na Argentina --, já que, por certo, há detalhes conhecidos apenas do depoente.

Vou lhe fazer duas colocações sobre o Uruguai, depois passarei para a operação condor.

Um determinado dia, o dr. João Goulart chega de avião na estância. Passados 15 minutos, chega meia dúzia de Jeeps, caminhonetes da polícia uruguaia, com metralhadoras debaixo do braço, para procurar o cônsul Gomides. Cito isso porque tenho a comprovação aqui em Porto Alegre.

O dr. Goulart disse ao comandante deles que chegara há 15 minutos e não sabia o que se passava em Tacuarembó. Eu estava

junto. Ele disse ainda que a estância estava à disposição e que podiam revistá-la. Quer dizer, o dr. Jango estava se humilhando para eles.

Eu disse a ele que pegasse seu avião e voltasse para Montevidéu, fizesse um protesto junto ao Ministério do Interior, porque nossos assuntos eram tratados no Ministério do Interior. Ele disse que éramos exilados. Eu lhe disse: "Eu, sim, passei a fronteira correndo; o senhor não. O senhor mandou consultar o governo uruguaio se precisava levar proteção, e a proteção está aí". Eu fazia assim.

Disse ainda: "O senhor diga ao seu coronel que vão revistar minha casa pela força". Ele disse: "Mas tu não podes mandar isso pro coronel. Se disser para tu saíres do Uruguai, o que vais fazer?" Eu respondi que saía e iria pro Paraguai, pra Bolívia, pro Chile. Nesse tempo, podia ir. Depois é que ... Bom, aí digo: "Eu não vou". "Então, vá o Rivero, que é o piloto". O pior é que não sabia que o piloto era tupamaro. Revistaram até debaixo da cama do dr. Goulart. Aquilo pra mim foi uma humilhação muito grande.

Bom, não me lembro o ano. Mas, no momento em que estão revistando a estância, tinha um povoado ali perto que tinha uma central telefônica. Havia nove telefones na estância. Tocou o telefone para mim, e foram me chamar, avisando que queriam falar comigo.

Fui até o telefone. Disse para ir no avião pequeno e descer no campo. Já vai indo um rapaz a pé para encontrá-lo na estância.

Entrei no Jeep e saí correndo. Quando os milicos viram que tinha saído voando, ficaram loucos porque não sabiam pra onde eu ia. Fui e encontrei andando a pé pela estrada o nosso amigo Tarso Genro, indo pra lá. Nesse dia e nessa hora é que os milicos estavam revistando a estância.

Quero dizer aos senhores que as coisas não eram tão fáceis como parecem. Havia vários grupos: um nos respeitava, e o outro nos perseguia. Depois prenderam o piloto. O Enrique Foch, que anda dando depoimento, chamou o dr. Goulart e disse a ele que segunda-feira iriam prender o avião. Ele me telefonou pra

Tucuarembó, pedindo para ir até lá. Fui, mas ficamos só os dois conversando, noite adentro.

Em determinado momento, disse pro doutor: "Se fosse o senhor, iria pra Tucuarembó. Diria pra minha mulher que, se me prenderem, pegasse as crianças e fosse para o Brasil. E não mande esse avião pra Buenos Aires. Pode ser uma isca pro senhor. Tem que mandar no sábado, num outro dia. Se prenderem esse avião, faz de conta que caiu. Amanhã ou depois o senhor pode reaver esse avião. E um avião a mais ou a menos não interessa para o senhor".

Daí a uma meia hora, ele me disse: "Vou fazer como tu. Vou enfrentar a situação e não vou mandar o avião". Ele não mandou, e ninguém prendeu.

(...) Agora vou passar para a Operação Condor.

Em Buenos Aires, a gente sabia que havia um grupo — não sei se era civil ou militar — que ia com seis carros fazer uma operativa, como dizíamos. Chegavam numa casa, prendiam quem tinha que prender, levavam e matavam.

Num determinado dia, prenderam o Gutiérrez, que era presidente da Câmara dos Deputados do Uruguai, do Partido Blanco. Não tinha nada de comunismo nem coisa nenhuma. Discordou dos militares e teve que se exilar na Argentina. O Gutiérrez, que era um homem de Tucuarembó, para se eleger, foi ajudado pelo dr. Goulart. Era amigo dele, de estar sempre juntos.

Não me lembro se no mesmo dia ou no seguinte eles foram no hotel em Buenos Aires, onde parávamos, e prenderam o senador Michelini, um homem bom. O que ele fazia, aquela estudantada que estava refugiada em Montevidéu, em Buenos Aires, trabalho pra um, pra outro, buscando ajudar e sobreviver. Prenderam Michelini. Cortaram-lhe as orelhas, os dedos, arrebentaram o cabelo, a barba, e aí foram buscar o Ferreira Aldunate, que foi senador uruguaio, candidato a Presidente da República.

O Aldunate não estava no apartamento. Aí um jornalista nosso, Flávio Tavares, conhecido dos senhores, ficou na porta do apartamento até chegar o Aldunate. Quando chegou, saiu com ele

direto para a embaixada inglesa, se não me engano. Cláudio Braga me telefonou de Buenos Aires. Ah, sim! Nessa noite, mataram Gutiérrez.

Cláudio Braga me telefonou de manhã de Buenos Aires, perguntando onde estava o doutor. Disse que estava acompanhando a matança pelo rádio. O doutor estava lá, onde morreu. Disse que o doutor estava comigo e perguntei o porquê da pergunta.

Disse pro Cláudio que ele estava comigo, mas estava na Argentina. Chamei um piloto que trabalhava pra nós e fiz uma carta para o dr. Goulart, contando tudo o que se estava passando. Lá na estância, o doutor não ouvia rádio e não lia jornal. Fiz um croqui pro piloto, pedindo para ir à estância para que trouxesse dr. Goulart para onde eu estava. Era um piloto desses que voava para o Paraguai, meio aventureiro. Foi e voltou com o dr. Goulart de noitinha.

[O piloto chamava-se] Francisco Perussi. Nós o chamávamos de Pinóquio. Quando cheguei de fora, o dr. Goulart estava falando com o senador uruguaio, com Montanero. Estiveram conversando no hotel, tomando uísque. Já de noite, o Montanero saiu. Aí meteu a mão na bolso e tirou a minha carta e pediu que contasse o que estava acontecendo.

Essa carta eu lacrei para o piloto não ler o que dizia. De manhã o Cláudio me telefonou, dizendo que tinha ido ao escritório. De tarde me telefonou de novo. Eu tornei a dizer que o doutor estava no Uruguai. Aí, eles não acharam o doutor. Eles foram pegar o general Torres.

Ao responder que recebera duas ligações (de manhã e de tarde), de Cláudio Braga, no dia em que mataram o senador Michelini, o depoente trouxe mais informações sobre o período.

quando foi que mataram o Michelini? Vinte de maio. Então, foi 20 de maio. De 76.

Sim, porque quem matou o Michelini foram os promotores. Aí eles pegaram o Juan José Torres, que é um ex-presidente da Bolívia, que tinha sido derrubado pelo Banzer, que estava exilado em Buenos Aires. E mataram o Torres.

> Deve ser 22 de maio [a morte de Torres]. Bom, a ironia do destino... O Torres era o presidente da Bolívia, quando mataram o Guevara. Morreu na Argentina, matado pela direita. Aí conversamos com o dr. Goulart: "O senhor não pode voltar à Argentina, o senhor não pode voltar. Se o senhor volta, o senhor morre, mas ele atendeu?".
>
> [Goulart estava no] Hotel Tacuarembó. Mas dali, no outro dia, ele foi para Montevidéu, o senhor entendeu? Quando ele veio da Argentina, ele veio para o hotel.

Em suma, o depoente declarou que o ex-presidente João Goulart estava em Corrientes, Argentina, quando Cláudio Braga telefonou, de Buenos Aires, a sua procura, com más notícias sobre os acontecimentos nessa capital. O depoente, então, ocultou o fato de que João Goulart estava na Argentina e o chamou a Tacuarembó, no Uruguai, inclusive por julgar muito perigosa sua permanência na Argentina.

> Então, o doutor veio. Aí comentou uma carta que eu tinha mandado e o que estava se passando em Buenos Aires. "O senhor não pode voltar lá, doutor." Às vezes, a gente comentava o assunto e dizia: "O senhor vai, o senhor morre".

O depoente passa a relatar importantíssimos fatos sobre o projeto do ex-presidente de voltar, o mais rápido posível, ao Brasil, trazendo detalhes sobre sua participação na preparação dessa volta.

> Ele vai e me diz o seguinte: "Eu preciso que tu vás ao Brasil, pra mim". "Vão me torturar, doutor". "Por isso mesmo. Mas eu queria voltar. Conforme o tratamento que te dessem, seria um teste pra mim". "Então, eu vou. Sendo para uma coisa positiva, eu vou." "Então, vou falar com o Azambuja para ele abrir o caminho para ti com os milicos dele, pra tu chegares lá." "Então, tá."
>
> Aí, o Azambuja me manda essa carta aqui: "Porto Alegre, 6 de fevereiro de 1976. Percy, um grande abraço. Aproveito a ida do meu irmão a Tacuarembó para transmitir algumas ótimas notícias. Pela ordem, passo a relatar o sucedido, após o nosso último encontro em Montevidéu. Fui, como havia combinado contigo, procurar o coronel Solon."

Eu sei que o Coronel Solon esse dia disse que ele não me conhece, que ele nunca me viu. Ele é o chefe da Polícia Federal do Rio Grande do Sul. Por assunto, os senhores têm informação pra mim. Aí tem ficha na Polícia Federal, consta que foste preso após o golpe que derrubou o nosso chefe; ele não foi preso. Da minha cidade, foi o único que escapou. O resto foi para um campo de concentração. Eu fui o único que eles não puderam prender. Posto em liberdade por força de um habeas corpus, com vistas a viver onde passasse a morar temporariamente. Eu não fui preso. Não existe habeas corpus nenhum. Mas isso eram as informações que havia.

Por isso o sujeito ficaria preso e era massacrado para contar o que não sabia. Aí, ele me manda, em Porto Alegre, para responder, um pequeno questionário obrigatório para oficializar seu regresso. Alguma vez eles trazem oficialmente. Após isso, vão tirar todas as questões da Polícia Federal, o sucedido, e estarás livre.

Residência: primeiro, endereço, Porto Alegre; o endereço dele, o telefone, o endereço do pai, que também era um general da reserva, e o trabalho. Este coronel Azambuja foi como capitão, foi ajudante de ordem do dr. João Goulart. Aí, na Polícia Federal...

Na Polícia Federal, o dr. Goulart já tinha me dito: "Se tu tiveres oportunidade, tu perguntas o que eles acham da minha volta".

Bom, como eu fui bem recebido e fui bem tratado, eu fui junto com o Azambuja. Determinado momento, eu perguntei ao coronel: "Coronel, eu vou lhe fazer uma pergunta. Se o senhor puder me responder, o senhor me responda; se o senhor não puder, eu entendo isso aí: o que o senhor acha da volta do João Goulart? Pois é, não se concebe que doze anos depois ele permaneça fora do Brasil. O lugar dele é aqui".

Uma vez houve uma tratativa do general Serafim Vargas, e eles propuseram confinar o doutor em São Borja. Confinar em São Borja é o mesmo que matar, porque o doutor é um homem inquieto. O Uruguai é pequeno para ele. Digo: pois é, mas seria... São Borja e as estâncias do Mato Grosso. Ah! Mas isso ele vê amanhã. Não, ele tem que esperar as eleições, porque em outubro cabiam as eleições. Tem que ir para as eleições...

Alguém fez uma interrupção para esclarecer que tais fatos se passavam em junho de 1976.

> "Aí, ele vai ser procurado por políticos. Os políticos vão dizer: Dr. Goulart disse isso, dr. Goulart disse aquilo, e nós vamos ter que intervir e vai criar uma questão de constrangimento para nós e para o dr. Goulart". Aí eu fiquei meio triste, porque eu sabia da ânsia do doutor em voltar.
>
> "O senhor sabe que esses políticos que o senhor diz abandonaram o dr. Goulart... Ninguém vai mais lá, a não ser alguma cartinha de algum ex-ministro, às vezes até do PSD, do governo". "Pois é, se o senhor não der um jeito de voltar por seus próprios meios, o senhor vai morrer no exílio, porque esses políticos que estão aboletados nos cargos a que pertencem, os que estão fora, não estão preocupados com a volta dos senhores." Ele [o coronel Solon] disse isso.
>
> Bom, mas aí ele dizia que no outro dia das eleições o doutor desembarcasse em Porto Alegre, Rio de Janeiro ou Brasília. Aí eu disse a ele o seguinte: "Nós estamos muito preocupados com o dr. Goulart, porque aconteceu isso, isso e isso em Buenos Aires — eu repeti o que disse aos senhores agora. E o dr. Goulart, que é um homem inquieto, "nós temos medo de que, de um momento para o outro, ele vá pra lá e morra" — isso eu disse ao Solon —, "que sofra um atentado".
>
> E ele entendeu que eu tinha falado que ele sofresse um atentado por parte dos brasileiros — ele entendeu —e me disse assim: "Aqui, não, não; daqui não parte nada. Agora ele não está seguro nem no Uruguai". O senhor compreendeu? Que o dr. Goulart não estava seguro nem no Uruguai.

Aqui, o depoente transmite uma interessante informação sobre a preocupação de João Goulart com o risco que Leonel Brizola também corria.

> Aí, quando voltei, conversei com o dr. Goulart. E chegamos à conclusão de que, se o dr. Goulart não estava seguro, pior seria o dr. Brizola, que ainda era o mais visado. Como já estavam

separados, ele dizia pra mim: "Então tu vais lá e fala com o Brizola, pro Brizola sair". Mas é outro cabeça-dura também. "Não... Mas eu daqui não saio. Eu só saio pro Brasil. Eu não estou fazendo nada."

Bom, assim que eles tinham conhecimento de que podia partir alguma ação pra cima do doutor. Aí, o doutor vai pra Europa, fala com o pessoal lá. Mandou fazer uma revisão de coração, saúde...

Isso deve ter sido lá por setembro, por aí, outubro... Quando voltou, ele me disse o seguinte: "Tu falas com o Brizola que o pessoal da Europa está muito preocupado com ele, e o Mário Soares tem trabalho pra ele em Portugal". Mas, quando fui falar isso pro dr. Brizola, o dr. Goulart já estava morto. Ele voltou da Europa e dentro de poucos dias morreu.

Por fim, o depoente chegou ao dia da morte do ex-presidente João Goulart.

Agora, esse dia em que ele foi pra Argentina, eu fui com ele até Bella Union, e ele passou pra Monte Caseros. De Monte Caseros foi a Libres. Eu não passei porque eu tinha estado preso em Monte Caseros. Então, eu não passei, não quis voltar mais lá. E ele foi a Libres, almoçou em Libres e foi pra estância.

Aí, perto das três da manhã, recebi um telefonema, que era do Peruano — o Peruano era um guri, devia ter dezenove, vinte anos; agora ele está velho; nesse tempo ele tinha 19 ou 20 anos —, dizendo o seguinte: "O doutor morreu. Já querem saber onde enterrar". Aí eu disse: "Brasil. Providenciem pro Brasil. Falem com o general Lanusse pra tirar ele do Uruguai, da Argentina, que eu vou falar com o Brasil". Há poucos dias ele tinha estado falando com o general Lanusse. Eu sabia que pra tirar uma pessoa morta de um país pra outro é muito complicado. Isso leva três dias de tramitação. Mas aí foi providenciado, e o doutor veio pra São Borja.

O depoente, instado a explicar seu conhecimento sobre a dificuldade para transportar um corpo de um lado a outro da fronteira, informou que tinha uma experiência anterior com esse tipo de situação.

Morreu na casa do Darcy Ribeiro, em Montevidéu, o dr. Valdir Borges, um advogado de Porto Alegre, amigo de infância do dr.

Goulart. E o dr. Goulart levou três dias pra mandar o corpo dele pro Brasil.

Eles criam uma série de dificuldades. Barbaridade!

Eles devem fazer [autópsia], porque criam uma série de dificuldades. Não é fácil passar um cadáver de um país pra outro.

Sim [, precisou de um papelório grande].

Eu estive lá quando o Valdir [Borges] estava morto. Ele tem um filho aqui em Porto Alegre que é advogado. Ele era advogado do dr. Goulart. Foi companheiro de infância, de colégio e tudo. Depois do acidente que sofreu o dr. Goulart, morreu um rapaz brasileiro, um tratorista, e eu passei pra Livramento, mas de contrabando. Conseguimos, em Livramento, um companheiro nosso, médico, que deu um atestado de que morreu lá, e foi enterrado em Livramento.

A gente conhecia. As dificuldades eu conhecia todas.

O atestado de óbito não tinha problema, não é? Agora mesmo, a Neusa esteve lá em Mercedes e trouxe isso aí.

Após esse interregno, o depoente voltou ao caso João Goulart.

Como nós falamos, se ele não estava seguro no Uruguai, o dr. Brizola também. Aí ele mesmo disse que eu fosse conversar com o Brizola pra ele sair, pra ele sair, ir embora pra outro País. Mas, quando ele veio, ele deve ter conversado com o pessoal lá sobre essa situação. Então, por isso que ele me disse: "O pessoal da Europa está muito preocupado com o Brizola".

E o Mário Soares manda dizer que tem trabalho pra ele em Portugal, entendeu? E eu falei isso com o dr. Brizola.

Eu me lembro que esse dia em que ele foi pra Argentina — a gente se acostumou, passaram-se meses daquele assunto —, então, eu disse pra ele: "Mas, doutor, o senhor leva dinheiro? Olha, cuidado, o senhor tem que sair de Mercedes". E ele meteu a mão no bolso e me mostrou: num bolso tinha um maço de dólar, no outro bolso

> tinha um maço de guarani, dinheiro paraguaio. Quer dizer, ele ia, mas ele levava dinheiro pra, numa emergência, ter que sair rápido de lá.

Sobre o episódio da intervenção dos agentes da repressão em um escritório do ex-presidente Goulart, na rua Corrientes, em Buenos Aires, o depoente também deu sua versão.

> Eles não invadiram. Eles foram lá no escritório, porque ele passava o dia por lá. Esse escritório era em Corrientes [avenida de Buenos Aires]. O Orfeu dos Santos Sales, um brasileiro, alugou todo um piso e criou um escritório pro dr. Goulart receber os amigos lá, mas pra valorizar o escritório. E foi lá que foram matar o dr. Goulart. Foram lá, ele não estava, foram embora; foram de novo, não estava, foram embora. E aí foram pegar o general Torres.
>
> Mas, antes disso, eles puseram uma bomba no auto do general Prats, chileno, que o Prats e a senhora embarcaram no auto. Quando ligaram a chave, a bomba explodiu e a capota do auto ficou enganchada na sacada do sétimo piso do edifício, pro senhor ver o poder da bomba. Em Buenos Aires, se usava muita bomba.

O depoente, então, tentou ordenar temporalmente os atentados ocorridos na Argentina em curto período.

> O do Prats foi primeiro. Do Prats deu uma parada. Não, não tenho a data, mas me lembro que foi uns meses antes. Mas, de repente, desencadeou. De repente, pegam os tupamaros, pegam o Michelini, o Gutiérrez, o Torres...

O depoente indicou, a seguir, o último momento em que esteve com o ex-presidente João Goulart antes da morte dele. Foi quando o levou até a fronteira do Uruguai. Depois, veio a receber a notícia da morte por telefone.

> Nós fomos de avião. [Até] Bela União, em português. Aí eu fiquei, e o doutor passou numa lancha pro outro lado. E o Peruano, este levou o carro pro doutor. Estava esperando [do outro lado]. [Em] Monte Caseros. O doutor embarcou e foi para Paso de Los Libres, onde almoçou, e depois foi para a estância, que ficava a uns 110 quilômetros.

Esse rapaz estava lá [no almoço]. Eu não. Eu fiquei no Uruguai.

Eu volto para Tacuarembó de avião, vou para casa, e às 3h da manhã recebo o telefonema. Em Tacuarembó.

Sim, eu fiquei no telefone. Avisei a uns amigos nossos no Brasil. Avisei ao Mário Dalla Vecchia e avisei ao João Vicente, em Londres. Avisei a várias pessoas. A todos ligados a nós eu avisei. Avisei ao dr. Brizola.

O depoente conta de seu esforço para chegar a Uruguaiana, com d. Neusa Brizola, irmã do ex-presidente Goulart.

Aí há outro episódio engraçado. Havia um chefe de polícia, um coronel que, quando mandava o outro partido, ele estava em casa, era major, ia lá para a estância, ia trabalhar conosco na contabilidade, ficava sentado no chão. Mas a política muda no Uruguai e ele é promovido a coronel e a chefe de polícia. Era considerado amigo nosso, assim, de estar sentado no chão, com nós todos lá.

E, quando eu estava para sair de avião para a fronteira, o dr. Brizola me perguntou: "Tu vais lá de quê?" E eu: "De avião". E ele: "Não dá para levar a Neusa?" E eu: "Dá". Aí mandei buscar d. Neusa em Montevidéu, que ficava a 400 quilômetros. Aí veio ele e a d. Neusa.

A gente que é brasileiro tinha que fazer a aduana, tinha que tirar licença uruguaia. E o tal coronel? Não está, não está. Estava num almoço com uns brasileiros, voltou do almoço e não queria nos dar a saída. Em determinado momento, eu digo para d. Neusa e para o grupo: "Vamos embora". Subimos no avião sem licença e seguimos para Uruguaiana. Descemos em Uruguaiana.

Eu chego na Polícia Federal e me pediram os meus documentos. Eu não tinha nada. Ele falou: "Então, escape por essa porta". Ele mandou, e eu escapei. Voamos de avião dois dias aqui e voltamos pra lá sem saída e sem entrada. Felizmente, não aconteceu nada. Mas, quando cheguei em Uruguaiana, que eu passei para Libres, já o corpo do doutor estava na aduana de Libres. Estava uma discussão se passava ou não. E aí o Almino Affonso teve um bate-boca forte com o cônsul brasileiro. E terminou passando.

> Assim que eu não fui a Mercedes. Fui depois. Não me lembro em que tempo depois.

Indagado sobre pessoas da relação do ex-presidente, o depoente se manifestou da seguinte forma.

> O senhor sabe que eu não gosto de falar do outros, viu? Mas o Ivo era o homem que tratava dos negócios com o dr. Goulart. O Cláudio tinha raiva do dr. Goulart, por causa disso aqui: o hotel em Montevidéu foi arrendado por dois brasileiros e um uruguaio, o Ivo e o Cláudio. Mas o Cláudio, sempre de mal com a vida, sempre bravo com os outros, não trabalhava com o dr. Roberto. Aí quando o Orfeu montou esse tal escritório em Buenos Aires, essa turma de brasileiros pediu para o Orfeu dar um trabalho para o Cláudio. Então, o Cláudio foi para lá.
>
> [O Cláudio] Era um ex-deputado de Pernambuco, pobre, pobre, pobre. E foi em Buenos Aires e em Montevidéu. E nós achávamos uma barbaridade, tanto que fizemos um pedido a Orfeu para dar um trabalho a ele nesse escritório em Buenos Aires.
>
> Eu confiei que [o Cláudio] estava correto [quando telefonou duas vezes para saber onde andava o dr. Goulart, na ocasião da série de atentados na argentina]. Eu sabia que estava havendo operações. Achei que ele estava sendo honesto em querer saber onde estava o doutor, para avisar.
>
> Ele estava preocupado. Mas a gente não podia falar no telefone — nem nacional, quanto mais internacional —, porque nós estávamos cheios de serviços de informações atrás de nós: CIA, serviço de informações brasileiro, serviço de informações argentino, serviço de informações uruguaio. A Marinha tinha um, a Aeronáutica tinha outro, tinha o DOPS brasileiro. Nós éramos supervigiados. Como é que por telefone internacional ele ia estar dizendo: "O doutor está aí? Peguem ele aí".

Indagado, o depoente explicou como a saída do ex-presidente do Uruguai, passando para a Argentina, onde veio a falecer, poderia estar relacionada com uma convocação para se apresentar em Montevidéu. No entanto, poderia, também, fazer parte dos preparativos para voltar ao Brasil.

> Como o doutor já havia estado lá, tinha documento novo. Inclusive a última fotografia dele, que eu tenho lá em casa, foi tirada por causa dos documentos que haviam arrumado. Agora, eu não sei por que ele foi para a Argentina. Acho que foi para não comparecer lá na segunda-feira, para dizer que ele não estava no Uruguai. Eu não me lembro.
>
> Talvez tenha ido para a Argentina ultimar os negócios, para voltar ao Brasil, porque lá no Uruguai estava tudo certo. Nós havíamos combinado: ele voltaria para a Europa e eu viria para São Borja, onde o esperaria.

A convocação para depor teria sido transmitida, extra-oficialmente, por um militar aposentado, uruguaio, chamado Silveira. O depoente acredita que o nome completo poderia ser José da Silveira.

> No sábado, por telefone. Isso foi na minha frente.

A seguir, o depoente completou o quadro dos últimos dias do ex-presidente.

> No sábado nós fomos a Salto [no Uruguai] comprar um gado para trazer para São Borja. Passamos o dia lá.
>
> Eram umas 160 reses que foram compradas lá. E ele só tomou uns dias de sol quente. Ele estava magro, havia emagrecido fazendo tratamento e só tomava água mineral. Eu estava louco para tomar uma cerveja, mas, para não provocá-lo, eu agüentava e tomava água mineral junto com ele. Nós estávamos sentados debaixo de um barracão. Só mineral. E depois o Peruano me disse que lá em Mercedes ele também tomava água mineral.
>
> Nós voltamos sábado do arremate. Sábado foi o telefonema do Silveira [para a fazenda]. E aí nós combinamos de ir a Bela União. [O Silveira] Avisou no sábado que um coronel — não sei quem — do Ministério do Interior queria falar com ele.

De acordo com o depoente, o Silveira tinha contatos com os militares uruguaios, mas "não confiava neles. Assunto político, não".

O depoente continuou descrevendo o curso dos acontecimentos que acompanhou no momento da passagem do ex-presidente João Goulart do Uruguai para a Argentina.

> ... ele chamou o Peruano, mandou fazer a volta para esperá-lo passar por Salto, para esperá-lo em Monte Caseros. Aí foram o Alfredo, o Peruano, a d. Maria e o dr. Goulart.

Aparentemente, o ex-presidente João Goulart estava contrariado com a possibilidade de ter que prestar depoimento no Uruguai.

> Já havia ido lá, já havia tirado documento e tudo, porque eles não queriam que ele saísse do país. Ele saía para o Paraguai, ele saía... Para a Argentina, estava parado. Havia saído para a França. Foi na volta da França que...

No sábado anterior à morte de João Goulart, o sr. Cláudio Braga teria telefonado várias vezes à casa do depoente à procura do ex-presidente.

> ... o Cláudio telefonou lá para casa quatro vezes.
>
> Sim, ele queria falar com o doutor. Minha esposa avisou ao doutor. Ele não quis falar com ele. "Diz pra ele que vá..." E disse um nome feio. Ele não quis falar com ele.
>
> Bom, nós pensávamos que [Cláudio Braga] estava em Buenos Aires. Para nós, eram de Buenos Aires os telefonemas.
>
> [O Cláudio não dizia qual era o assunto que queria falar com o doutor]. Nem a gente perguntava. Nós não gostávamos do Cláudio. Não era boa pessoa.

O depoente referiu-se a um encontro entre João Goulart e Leonel Brizola. Há, aqui, informação histórica relevante, independentemente do objeto específico dos trabalhos desta Comissão.

> O encontro com o dr. Brizola foi um dia antes de ele [João Goulart] ir para a Europa.
>
> Nós vínhamos à noite de Punta del Este, e estava chovendo. Eu vinha sentado com ele no banco de trás do auto, e eu

disse para ele: "Dr. Jango..." Inclusive, quem conversava com o Brizola era eu. Todos esses anos que eles estiveram separados, eu é que conversava. O dr. Brizola me chamava pelo telefone vermelho.

"Viu, doutor, a sua família é tão pequena, nós somos tão poucos no exílio. Separados, não vamos voltar nunca. Vamos conversar com o Brizola". "Você sabe onde é?" Só sabia onde era o apartamento; o edifício, eu não sabia. Aí mandou parar o carro ali. Nós descemos e fomos conversar com o dr. Brizola, com a d. Neusa. Aí a d. Neusa chamou o dr. Brizola, e ele disse: "Mas Neusa, tu não sabes se ele quer conversar comigo. Ele veio conversar contigo". "Vamos lá, Leonel", dizia d. Neusa. Nós estávamos indo. O Fontoinha(?) — o senhor conhece? —, o Badoque(?), um homem de Pelotas e o Josué Guimarães, escritor, estavam com o dr. Brizola. (...)

Levantou-se, foi lá, e se abraçaram. Aí eu voltei para a sala onde estava. O Josué e os outros foram mais profundos, ficaram conversando quase uma hora. Aí o dr. Jango foi embora, e no outro dia foi para a Europa. Quando voltou, pediu-me para dar um recado ao Brizola, mas não deu tempo. Eu dei o recado depois que ele estava morto.

O recado era que o pessoal da Europa estava preocupado com ele, que passasse alguma coisa com ele e com o Brizola. E que Mário Soares [afirmara que] havia trabalho para ele em Portugal.

O depoente completa com ilações importantes sobre a situação de Leonel Brizola no sul da América Latina.

Bom, mas tem outra, o dr. Brizola sabe, e sabe que eu não minto, entendeu? A expulsão dele do Uruguai... Porque o dr. Goulart é que esperava ele ser expulso. Nós já havíamos montado todo o esquema para ele sair. A expulsão do dr. Brizola era para forçá-lo a ir para Buenos Aires, para matá-lo em Buenos Aires. (...) Isso é dito pelos coronéis da época, que hoje estão na reserva.

Tanto tem fundamento que ele saiu pela embaixada americana, no governo do Carter. O Carter tem aquele... lutava pelos direitos humanos, aquele negócio.... E a embaixada colocou 25

> custódias em torno do dr. Goulart, em torno do dr. Brizola. Passou uma noite em Buenos Aires superguardado, porque a embaixada sabia.

Em uma passagem pouco clara, ao ser perguntado sobre "um tal de Vargas", o depoente se refere a grupos paramilitares uruguaios que atuavam junto com os argentinos, embora, aparentemente, o governo uruguaio procurasse manter certa distância dos processos de extermínio.

> Isso eu não sei, mas dizia o pessoal que convivia com o *(ininteligíve*l), que pertencia a um grupo paramilitar uruguaio que estava envolvido com os argentinos na morte do Michelini. Tanto que o pessoal uruguaio que convivia conosco tinha pavor deles.

O depoimento voltou para os últimos momento do ex-presidente Goulart. Mais precisamente, tratou do almoço em Libres, pouco antes do retorno do ex-presidente à estância, onde faleceria.

> O Alfredo é um guri. Inclusive é um lustrador de sapato, que o doutor carregava sempre com ele. Ficava cuidando do carro. No hotel, em Libres, eles entraram para almoçar: o Peruano, o dr. Goulart, a d. Maria, e o Alfredo ficou no carro.

De acordo com o depoente, nesse mesmo dia Cláudio Braga se encontra com João Goulart.

> Agora, no dia em que morreu o doutor, parece que às 10h30min, 11h, o Cláudio foi à estância com o pessoal de Uruguaiana.

Nessa parte do depoimento, o deputado Luis Carlos Heinze procura fazer um resumo dos acontecimentos, que vale a pena incluir aqui:

"Vamos rememorar. O doutor recebe um comunicado dizendo que tinha de se apresentar no Ministério do Interior do Uruguai. Programa, então, uma ida para a fazenda, em Mercedes, na Argentina. O Cláudio liga insistentemente, quatro, cinco vezes para a sua casa, atrás do doutor, no sábado. O doutor disse o que disse, que não queria falar com ele. Disse, inclusive, que estaria ligando de Buenos Aires, numa das vezes que ligou para a sua esposa. A Celeste dizia que ele estava em Buenos Aires, querendo falar com o doutor, e vocês estavam em Tacuarembó. No outro dia, domingo, ele é visto... Quer dizer, enquanto o doutor estava almoçando... Ele teve alguma informação...

Vocês estão em Paso de Los Libres, e o Cláudio Braga passa para... Foi visto na frente, passando duas ou três vezes onde estavam almoçando. E o menino, esse Alfredo, faz essa observação".

Após esse resumo dos acontecimentos, o sr. Percy Penalvo retoma suas considerações.

> Sabe o que acontece? É difícil a gente fazer uma acusação. Eu quero dizer aos senhores que se... Eu não escondo nada, porque o dr. Goulart, para mim, não é meu patrão, é meu amigo. Inclusive, uma semana antes de morrer, ele disse para a d. Iolanda, sogra do Isac(?): "Se precisar de alguma coisa, peça para o Percy, porque só me resta ele. O resto me abandonou". Isso, uma semana antes de morrer. D. Iolanda me disse. Então, se eu tivesse um fato concreto...
>
> Mas eu não estava lá. O Cláudio, para mim, não merece a mínima confiança. O Cláudio é o tipo de homem que faz qualquer coisa. Isso eu digo na frente dele, mas eu não posso acusar que ele esteja metido nisso aí.
>
> O doutor é um homem doente? É. O doutor estava sendo praticamente perseguido, visado? É. A gente esperava uma ação contra ele. Ele era um homem teimoso, não se cuidava, andava sozinho.
>
> Não [usava segurança]. Ele só dizia: "Mas eu não fiz mal para ninguém. Não tenho preocupação nenhuma". Um dia, eu disse: "Doutor, cuidado. O senhor vive andando sozinho aí, a qualquer hora". Ele respondeu: "Olha, eu sou um homem concluído, já fui *(ininteligíve*l) de comprar dinheiro para o DAC. Prefiro viver dez anos menos e viver como eu gosto". E viveu dez anos menos.

O depoente foi indagado, então, sobre os negócios do ex-presidente no Uruguai.

> ... o Ivo estava com ele lá. Mas quero dizer o seguinte: se não estava o doutor, e a coisa era meio complicada, eu falava com o Ivo, entendeu?

A exportação lá é o seguinte: ele comprou uma sociedade anônima, e tinha o diretório composto de cinco pessoas. Essas cinco pessoas eram a d. Maria, ele, eu, a Celeste e o doutor, que foi senador pelo Paraná, que foi ministro do Trabalho em 1964. Como é o nome dele? O doutor é aquele... Amauri Silva. Aí o doutor fez esses quatro darem uma procuração para ele, para assinar pelos quatro. Então, ele assinava por todos. *(Ininteligíve*l) assina por todos. E, na falta dele, assinava eu.

[O Ivo Magalhães] Era homem de confiança do Goulart; homem de confiança. O Cláudio era um pelado. O Ivo era um homem rico. Não digo um milionário, mas um homem rico; tinha bastante dinheiro. Foi para lá assim.

Ele estava sempre pronto, quando o doutor mandava: "O Ivo; chama o Ivo".

O depoente informa que o ex-presidente Goulart não se consultara, recentemente, com nenhum médico da região onde moravam. A seguir, relata suas impressões sobre questões relacionadas à saúde do ex-presidente.

... ele foi à França. Fez um check up. Veio de lá, estava meio magro, mas estava bem. Emagreceu.

O dr. Goulart gostava muito de tomar chá. Essa história de medicamento da Europa é tudo conversa fiada.

Ele comprava medicamento uruguaio, tudo importado. Tudo vem da Alemanha...

O Uruguai havia ganho uma máquina e não havia quem operasse. Aí o grupo do dr. Zerbini testou a máquina operando o dr. Goulart.

Ele tomava o remédio. Ele tomava. Ah! Não sei [quem é que buscava o remédio]. Ah, ele mesmo [comprava], não é? É... Ele é homem de chegar em qualquer parte. Ele era um político. Qualquer coisa, ele chegava; ele mesmo.

O depoente dá uma informação importante sobre o desaparecimento dos remédios após a morte do ex-presidente João Goulart.

Eu me lembro de que, quando fui a Mercedes ["acho que uns quinze a vinte dias depois" da morte], fui procurar os remédios, compreendeu, mas não os achei. Já haviam levado. Eu me lembro... Eu vi que remédio ele tomou, mas não achei mais.

Ele tinha os remédios que tomava, em Mercedes. Ele morreu. Os remédios sobraram, não é? Alguém pegou. Aí, quando fui lá... Eu procurei os remédios.

Ele carregava uma maleta, que tinha vários tipos de remédio que ele tomava, e ele sabia.

Em meio a essas considerações, o depoente referiu-se à passagem recente de uma pessoa pela estância à procura de informações, o que o teria assustado e ao Júlio, capataz.

Mas eu achei o Júlio meio gagá e meio com medo, não é? Não achou ele com medo? Eu fiquei com medo também. Olhei para o Júlio, porque andou um argentino por lá, sindicando, e ninguém sabe quem é ele. Andou por Mercedes, há poucos dias.

Ele foi ver se o Júlio sabia alguma coisa. E ele não corria o risco de saber alguma coisa e... Como ele não sabe, ele está meio gagá...

O depoente voltou a ser indagado sobre a passagem de Cláudio Braga por Libres.

Sim, o Alfredo viu o Cláudio Braga passar. Isso o Alfredo disse para mim. Ele diz que passou mais de uma vez.

O depoente explicou, ainda, que quando foi a Mercedes, "peguei o Alfredo e levei embora para o Uruguai".

O depoimento foi direcionado, então, para a identificação do da pessoa citada apenas como Vargas.

Esse Vargas, eu não sei, viu? Eu não o conheci. Eu conheci só um deles, e nós não nos entendemos, porque eu sabia de que lado eles estavam, não é? Mas isso foi depois que morreu o Dr. Goulart.

Uma pessoa não identificada na gravação interveio: "Vargas Garmendia(?) — é o sobrenome de uma família. São vários irmãos. Então, eu não sei a qual deles o senhor se refere". Depois, o sr. Penalvo continuou.

> Tem um que está envolvido na morte do Miquelini. Ele fazia parte desse grupo paramilitar.
>
> Não sei [o nome dele], mas os uruguaios sabem.

O depoimento encaminhou-se para a elucidação das condições de saúde do ex-presidente. Em particular, houve a tentativa de se identificar indícios de um envenenamento progressivo.

> Ele não tinha cansaço nenhum. Era normal. Tanto que dormia duas horas e estava novo. Dormia duas horas, lavava o rosto e ia tomar mate, como se tivesse passado a noite dormindo. Era um homem de pouco sono.
>
> Não [notei nada na saúde dele na semana que antecedeu a morte], nada, nada, senão eu teria visto. Eu cuidava, porque era o único que contrariava ele. Entendeu como é? Eu contrariava ele.

O depoente teve a oportunidade, então, de se manifestar sobre as pessoas que cercavam o ex-presidente.

> Não, [o Cláudio Braga] não tinha acesso [aos medicamentos], não. Ele era tratado assim meio com dureza.
>
> Bom, lá onde eu estava havia cozinheiro, e ele morria por João Goulart. Em Mercedes [não]. Porque ele gostava muito de cozinhar. Ele mesmo fazia uma comida ligeiro, fazia um carreteiro. Enquanto eu fazia o mate, ele fazia o carreteiro. Essa noite, eu perguntei a ele o que havia comido. Eu tenho uma pequena lembrança de que ele teria tomado uma sopa, porque ele gostava muito também de tomar sopa. Mas eu conversei com o Peruano e ele me falou que tinha tomado um chá, porque havia almoçado tarde.

Após um trecho perdido na troca das fitas de gravação, há um depoimento do sr. Percy Penalvo sobre a personalidade do presidente que ele conheceu e sobre a dificil decisão que teve de tomar ao deixar o Brasil.

... um homem que não tinha vaidade, que serviu ao Brasil.

Nós não tínhamos Marinha, aviação, petróleo. O exército argentino já estava na fronteira para entrar, em nome da OEA, aqui no Rio Grande, se houvesse luta. A 6ª Frota americana estava aí, a quatro quilômetros da costa. Os fuzileiros navais tinham um barco com 5 mil homens. Toda a força dos fuzileiros navais brasileiros — 5 mil homens — era trazida em um barco só. Como é que o dr. Goulart queria *(Ininteligível)* o país? Para quê? Por vaidade? Por irresponsabilidade?

Ele era um homem de coragem, porque até para tomar uma atitude dessas é preciso ter coragem; até para ir embora do país é preciso ter coragem, senão as pernas afrouxam e o sujeito não vai.

A sra. Neusa Penalvo fez uma breve intervenção, nos seguintes termos.

Sobre a morte do dr. Jango, nós tínhamos amigos tupamaros presos, lá de Tacuarembó. E soubemos, através de familiares dessas pessoas, que, em visita à prisão, lá em Libertad, quando correu a notícia da morte do dr. Jango, eles não disseram "morreu". Disseram: "Mataron a Goulart".

É, em Libertad. Parece que o Rivero também comentou isso.

O sr. Percy Penalvo completou.

Por incrível que pareça, essa turma, embora prisioneira, tem um serviço de informação. Os perseguidos sabem tudo o que acontece.

Claro que sabiam! Tanto que disseram "mataram". Para os tupamaros presos, mataram.

E a sra. Neusa Penalvo retomou o fio da exposição.

O Gutiérrez... Zelmar Michelini, que era senador uruguaio, que foi seqüestrado na mesma data, com Héctor Gutiérrez, que era o presidente da Câmara dos Deputados.

Eles não eram do mesmo partido. O Gutiérrez era "blanco" e o Michelini era "colorado". O Michelini morava no Hotel Liberty, que era o ponto de encontro. O dr. Jango, mesmo tendo apartamento em Buenos Aires, parava nesse hotel. O Gutiérrez morava em frente à casa do adido militar brasileiro, quando foi seqüestrado. Havia todo o operativo militar.

Certamente, essa pessoa teria uma segurança, e não foi tomada nenhuma providência. O Hotel Liberty é perto da embaixada brasileira e da americana. Também ninguém tomou providência, e eles ficaram mais de uma hora, com toda a força policial, lá na frente do hotel [na captura do Michelini e na do Gutiérrez, foram na mesma noite].

Um no Hotel Liberty e o outro no...

Dia 18 de maio. Eles apareceram mortos dia 20.

E mais outras duas pessoas uruguaias. Uma mulher e um...

É importante lembrar que foi nesse dia que procuraram também o dr. João Goulart no escritório. Por isso, completou o sr. Percy Penalvo:

E como não acharam o doutor, pegaram o general Torres.

Seguindo-se o comentário da sra. Neusa Penalvo.

Porque eles perguntaram para o pai... Lembro-me de o senhor dizer que, no Hotel Liberty, o pessoal da recepção havia comentado que eles perguntaram pelo dr. Jango também.

E o sr. Percy:

No Hotel Liberty havia um bar ali embaixo. Era o ponto de encontro do dr. Goulart até ali.

O sr. Percy Penalvo teceu algumas considerações sobre pessoas cujo depoimento poderia contribuir para os trabalhos da Comissão.

Eu ouvi falar que ontem iam a São Borja ouvir o dr. Odil [Rubim Pereira] e o Bijuja [sr. Deoclécio Barros Motta]. O Bijuja me

disse: "Tu sabes, Percy, se me perguntarem de gado, eu sei aqui em São Borja; agora, de política, o Jango cansava de mexer comigo que o meu pai é um caudilho e que eu não.... só tratava de gado. Eu não tenho o que dizer".

E o Odil o senhor conhece. O que vai dizer o Odil? Que viu o doutor morto, se ele não fez autópsia, só olhou? Eu acho que é uma viagem longa: 600 quilômetros, quinhentos e poucos quilômetros. Então é mais fácil ir a Montevidéu.

Em Montevidéu temos o Jorge Otero, um rapaz que é jornalista de política internacional. Acompanhava todos os lugares, de dia e de noite. Foi diretor do jornal El Día, que é da família do atual presidente. Agora é dono do jornal El Diario, de Montevidéu. Havia começado a escrever um livro sobre o dr. Goulart, de informações dadas pelo próprio doutor.

[Eu o conheço] Demais. Serviu em Buenos Aires conosco.

É que o pessoal morre, não é? [Por isso não teria outras pessoas para indicar em Montevidéu.] Eu sei que o Otero está vivo; o Ivo está vivo. Não sei mais.

Ah, tem o Valdez, de Tacuarembó. É amigo particular dele. Mas nessa parte de política o Valdez não participava.

A seguir, o depoente é interrogado sobre um inquérito em Curuzú. Mas não sabe informar quem teria sido o advogado do dr. João Goulart no caso.

Eu não sei. Não lembro quem foi também, mas me disse que lá em Curuzú havia uma carta, que eu teria de mandar para o dr. Goulart. E me disse que a carta era lacrada. Quem levou essa carta para Curuzú, se quando ele chegou... Foi a única vez que eu lacrei uma carta para mandar para o dr. Goulart. Quando chegou no hotel, ele meteu a mão no bolso, tirou a carta e me mostrou.

Dr. Goulart: "agora me conta o que está acontecendo". E ele só voltou em Mercedes para morrer. Ele não ia levar essa carta com ele. Quem levou essa carta para Curuzú?

Assim, o desaparecimento dessa carta foi relacionado com o desaparecimento dos remédios na fazenda. Uma pessoa não identificada afirmou que naquela semana, depois da morte, estiveram lá o Cláudio Braga e o Maneco Leães. Nessa linha, se indagou sobre a existência de dinheiro na fazenda.

> Não, não, ele tinha no bolso. Agora, eles dizem... O Júlio, que é o capataz, me disse que o Cláudio pediu para ele as calças do doutor, para tirar os documento. Virou-se de costas para o Júlio e para o Chicão e disse que o doutor não tinha dinheiro nos bolsos. Mas, e esse dinheiro que ele me mostrou quando eu fui para lá? Eu disse para ele: "Você vá preparado para se mandar". E ele me mostrou que levava dólar e guarani.
>
> Era um maço de dólar e um maço de guarani. É, 3 ou 4 mil dólares tinha que levar. Eu reclamei isso: "Se você tiver de sair de repente de lá?" Então ele me mostrou; puxou o dinheiro do bolso e fez assim, lá do bolso de trás. Agora, a polícia disse que o dr. Goulart não tinha dinheiro quando morreu, e ele foi enterrado sem calçado e de pijama.

O depoente declarou, ainda, que o caixão só foi aberto em São Borja -- e que, certamente, o corpo não foi embalsamado, ao contrário do que chegou a sair em uma revista da época.

> ... abriram em São Borja. Tarde da noite eles abriram, porque estava cheirando muito. Eles abriram. Era uma noite de verão muito forte. Aí é que entrou o Odil.
>
> Não, não [foi embalsamado]. Botaram uns remédios só para não cheirar muito.

Vale a pena transcrever as palavras finais do sr. Percy Penalvo.

> Eu também quero agradecer à Comissão pelo trabalho que realiza, porque, como eu digo, estão tentando fazer justiça à memória do dr. João Goulart. E nós estaremos em São Borja sempre prontos. Sempre que pudermos colaborar, podem contar conosco. Muito obrigado.

3.4.2. DEPOIMENTO DO SR. ROBERTO ULRICH

O sr. Roberto Ulrich, chamado Peruano, identificou-se como colega e amigo de infância de João Vicente Goulart, filho do presidente Goulart, aproximando-se, então, da família. A ligação com o pai do amigo se estreitou após sua partida para a Inglaterra. Passou a ser uma das companhias mais freqüentes do ex-presidente em suas deslocações por Uruguai, Paraguai e Argentina. E acabou por ter sido, certamente, a pessoa que o acompanhou mais de perto durante todo o dia que antecedeu a sua morte.

Roberto Ulrich preferiu seguir a linha do sr. Percy Penalvo e não fazer uma explanação inicial mais longa, colocando-se imediatamente à disposição dos parlamentares para responder às suas perguntas. O sr. Penalvo, aliás, acompanhou a audiência até o final e, vez por outra, voltou a fazer pequenas intervenções.

O depoente começou por explicar o tipo de relação que mantinha com o ex-presidente, que não era uma relação de trabalho assalariado.

> Trabalhar não é bem a palavra. [Eu] Convivia com ele.
>
> Eu fui colega de colégio do João Vicente, no Uruguai, a partir de 1966, e se criou uma amizade de criança. Continuamos a estudar sempre na mesma sala, no mesmo colégio, tínhamos uma amizade de fim de semana... Coisa de criança. Então, fiquei envolvido com a família. Foi mais ou menos assim a base, o início.
>
> Eu tinha, na época, 11 anos, 12 anos. Sempre fazia parte de todas as coisas da juventude e tal. Então, mais tarde, à medida que a gente ia crescendo, a convivência na casa do dr. Jango era... Eu me sentia como sendo membro da família.
>
> Em 1973, [eu tinha] 17 anos.

O depoente esclareceu que, com essa idade, ele já podia ter uma percepção razoável dos fatos políticos. Por muito pouco, inclusive, o depoente não foi preso junto com João Vicente, filho do ex-presidente, no episódio por ele relatado em seu depoimento.

> Escapei por milagre. Eu fui pra Montevidéu um dia antes. Estávamos em Maldonado, na fazenda. Um dia antes eu fui para

> Montevidéu. Minha mãe me chamou, eu fui para Montevidéu e escapei. Fiquei sabendo pelos jornais.

No entanto, conta o depoente, seu acompanhamento da política não decorria de conversas com o próprio ex-presidente, já que seu contato mais direto era com o João Vicente.

> É que eu não chegava a participar diretamente desse tipo de conversação [com João Goulart].
>
> Claro, sim, [meus laços eram] mais com o João Vicente. Percebíamos certas situações grosso modo, mas, lógico, víamos a situação do país. O Uruguai estava... Pegamos a repressão firme dos militares lá. Evidentemente, percebíamos que havia uma situação de *(ininteligíve*l). Não era uma situação tranqüila. Realmente, os militares emanam uma opressão. Pelo menos aqueles daquela época.

Indagado se esteve com o ex-presidente em 1976, ano de sua morte, o depoente confirmou.

> Várias vezes.
>
> Estive [também depois que ele voltou da França]. Quase todas as viagens, naquela época... Evidentemente, agora, acompanhando o depoimento do sr. Percy, a gente começa a montar um quebra-cabeça, juntar os fatos e ver a transcendência que realmente havia, porque, na época, não consegui enxergar aquilo. Eu era uma pessoa da companhia do dr. Jango, mas, evidentemente, mais submisso, uma coisa mais sem muito envolvimento.
>
> Eu não conseguia enxergar tão longe na época, no caso. Mas todas as viagens que ele fez, as últimas — ponte aérea Argentina/Uruguai — acho que não deixei de ir em nenhuma. Sempre estava junto, de alguma maneira ou de outra.
>
> Sempre estava junto. Junto, junto, junto. Era, no caso, sempre acompanhando.
>
> O João Vicente, na época, havia ido para Londres. Então, por isso, de repente... Pelo fato de o João Vicente ter ido para Londres, de repente eu fiquei mais exposto a estar mais

continuamente com o dr. Jango, para eventualidades, como dirigir o carro, ir ali ou aqui, coisas assim pequenas. Mas a gente estava junto.

No próprio dia que antecedeu a madrugada da morte dele, o depoente confirmou ter participado do almoço em Paso de los Libres.

Eu estava junto. Foi na cidade de Paso de los Libres. Na Argentina. Num hotel que agora, ela mencionando, me lembrei do nome, Alejandro I, de fato.

Era num domingo. Devemos ter chegado lá por volta de uma hora e alguma coisa, perto de uma hora da tarde ou pouca coisa mais. Na base de uma hora, mais ou menos.

Quatro pessoas dentro do carro. [Além do depoente e do ex-presidente,] A d. Maria Tereza e o Alfredo.

Alfredo era um rapaz que também acompanhava seguidamente o dr. Jango. Era um rapaz assim... um mascote, vamos dizer, no bom sentido. Sempre estava viajando, quando a viagem não era muito longa. Ele sempre estava acompanhando a gente também.

A fazenda situada em Mercedes, chamada La Villa, ficava, de acordo com o depoente, a “aproximadamente, uma hora e vinte minutos; uma hora e meia, no máximo”, do local do almoço.

A meu ver, foi um almoço eventual, espontâneo, nada premeditado.

Não. [Não havia] Outras pessoas, na mesa, sentadas conosco, não.

[Permanecemos] O tempo de um almoço normal: uma hora, uma hora e pouco.

Dali, embarcamos no carro e seguimos viagem até a fazenda [La Villa], em Mercedes.

Nós viemos de Monte Caseros. Passamos [pelo hotel, em Libres], porque era ponto de passagem. Foi a segunda ou terceira vez que nós paramos lá. Houve outras paradas, em outras viagens anteriores.

> ... o Alfredo ficou no carro. O Alfredo ficou no carro e almoçaria depois. Inclusive, quem encostou o carro fui eu. Então, eu não entrei imediatamente junto. Fiquei encostando o carro, depois que o dr. Jango e a d. Maria Tereza entraram no hotel. A posteriori, fui, e o Alfredo ficou para trás. Depois, ele subiria para almoçar.
>
> Coisa de dez minutos, cinco minutos [depois].
>
> Ficou lá no carro. Daí a pouco ele subiu, se a memória não falha. Ele subiu e... Juntou-se ao grupo e falou aquele... Ele falou que teria visto o Cláudio Braga nas proximidades.

Depois do almoço, continuou o depoente, o grupo seguiu para Mercedes.

> Nós chegamos na fazenda normalmente, como sempre chegávamos. Aí, ele já se encontrou com o Júlio — era o capataz da fazenda. Conversavam a respeito de gado, dos negócios dele, da fazenda. Normal, não?
>
> Aí, a gente ficou ali, sem... Eu já não tinha mais nada a fazer, no caso. Então, ficava lavando uma roupa, qualquer coisa eventual que poderia estar fazendo.
>
> [Eu] já não participava desse tipo de conversações. Às vezes, ficava por perto e ouvia alguma coisa, mas não era... Eu não tinha acesso, assim... Não teria também por que ter, porque não me tocava de perto esse tipo de negócio e de coisa. Poderia ouvir algum comentário também, até da parte do doutor, mas eu não tinha voz ativa nenhuma, no caso.

O depoente confirmou que o grupo ficou junto, tomaram mate, o ex-presidente ficou conversando até tarde, tomou um caldo.

> [Eu] estava lá. Ele... A gente, inclusive, jantou e... Costumeiramente ele tomava sempre um chá. Chá de boldo... chá de alguma erva, sempre tomava.
>
> Gostava muito de chá de boldo. Só que eu não fiquei até o fim da conversa [entre o capataz e o ex-presidente], porque era conversa mais de negócio. Não tocava a mim em nada.

Depois eu me retirei para dormir e lá pelas duas e pouco da manhã fui acordado pela d. Maria Teresa.

"Peruano, Peruano, o dr. Jango está passando mal, está sentindo mal". Aí, eu fui correndo no quarto — o meu quarto era do lado oposto, do outro lado do pavilhão da casa. Quando chego no quarto, também nesse momento chega o Júlio. Ele dormia em outra casa bem próxima, do pessoal da fazenda. Aí, nós chegamos juntos, e eu vi o doutor...

Eu fiquei só olhando e vi o doutor dar os últimos suspiros, como se diz. Aquela ronquidão... Fiquei assim meio atônito e disse: "Bom, tem de buscar um médico".

O depoente descreveu, então, o estado do ex-presidente, quando o encontrou. E relatou as providências que tomou.

Sim, se debatendo, mas dormindo, no caso. Não estava com os olhos abertos. Dormindo assim, com os olhos fechados mesmo. A lembrança que eu tenho é que ele estava de olhos fechados, deitado na cama, e com ronquidão, como se estivesse faltando ar ou coisa parecida.

Aí, eu vi aquele quadro. Peguei o carro e falei para a d. Maria Teresa: "Tem de buscar um médico, tem de buscar um médico". Aí, eu peguei o carro e fui para a cidade, distante uns quatorze ou quinze quilômetros da fazenda. Ali eu procurei um cidadão que fazia negócios com o dr. Jango, porque eu não tinha um ponto de referência. A gente não freqüentava essa cidade. No Uruguai, em outras cidades, teríamos até um conhecimento maior. A gente não freqüentava muito essa cidade.

Então, eu não tinha um conhecimento tal para procurar um médico diretamente. Aí, eu fui à casa do sr. Martín Cehman. Eu sabia que esse cidadão tinha feito alguns negócios com o dr. Jango. Era um ponto de referência esse cidadão da cidade, de idade e tal. Então, eu fui às pressas à casa dele. Conhecia bem o endereço dele.

Eu acordei don Martín e disse: "Don Martín, o dr. Jango está passando mal, o dr. Goulart está passando mal, está passando muito mal. Precisamos de um médico". Aí ele me indicou... Não sei de

que maneira — a memória me falha — o médico veio, mas eu o levei à fazenda. Não sei se fui buscá-lo ou...

Levei o médico para a fazenda. Chegamos na fazenda e o médico entrou, lógico, no quarto. Olhou o corpo lá e eles... Lembro bem que ele levantou a planta do pé, fez uns movimentos com um instrumento — uma caneta ou alguma coisa parecida —, e não houve reação. Mexeu nos olhos, nas pálpebras, mexeu um pouco no corpo, no tórax dele e constatou que estava morto.

Olhou para a d. Maria Teresa e disse: "A pessoa está morta". Aí, foi aquela correria.

O depoente não se recorda de haver visto qualquer substância saindo pelo nariz ou pela boca do falecido.

Não me lembro. Acredito que não. Se houvesse, até me lembraria. Não me lembro. Não me lembro de nada que...

... ele estaria de pijama, mas com o pijama desabotoado, no caso [no momento do atendimento].

De acordo com o depoente, ele voltou para a cidade, permanecendo na estância as pessoas que antes já lá estavam (Júlio, d. Maria Tereza). O depoente manifestou dúvidas sobre a permanência ou não do médico.

Sim, aí eu voltei para a cidade. Não me lembro se voltei com o médico. Não me lembro. Voltei para a cidade de novo, para comunicar...

Continuavam [na estância] as mesmas pessoas. O mesmo pessoal, mais o médico.

Aí, eu voltei para a cidade, para providenciar o... Fui novamente ao sr. Martín, e o médico... Não sei se o médico voltou comigo. Eu não me lembro dessa parte.

Aí, nós ficamos de tomar as providências. Primeiro, dar os telefonemas...

O depoente esclareceu que o sr. Martín Cehman era ”um comerciante de gado e fazenda...”. Nesse momento, o sr. Percy Penalvo pediu a palavra para completar as informações.

> Com licença. O dr. Martín foi o que vendeu a estância para o dr. Goulart. Era um homem... Tinha mais duas estâncias: uma de 13 mil hectares e outra menor. Fazia os negócios de gado com o doutor, ou por intermédio do dr. Martín. E quanto ao dr. Goulart, saía uma baba branca pela boca dele.

Atente-se para o fato de que a baba branca a que se refere o sr. Percy Penalvo foi percebida mais tarde. No momento do falecimento, vale o testemunho do sr. Ulrich, que o presenciou.

O depoente, Roberto Ulrich, voltou, então, aos telefonemas que realizou.

> Ali na fazenda não havia telefone. Aí, eu voltei para a cidade novamente, com a triste notícia. (...) isso seria já por volta de três e meia, quinze para as quatro da manhã.
>
> [Tinha sido chamado] Pouco mais de duas horas, por aí. Aí, eu voltei para a cidade e de novo fui à casa do sr. Martín. Falei até com o filho dele também — o Abelito. Abelito, não era? O Abel — para nós providenciarmos os telefonemas para avisar às pessoas, comunicar o fato. Aí, foi ligado para o sr. Percy. Se não me engano, foi a primeira pessoa... Deve ter sido perto de 4 horas.
>
> A primeira pessoa [a chegar na fazenda]... Bom, depois eu acredito que tenham vindo o sr. Martín, o Abel, todo mundo para...
>
> Claro [,os que já estavam lá na região]. Depois foi comprado o caixão. Na seqüência foi comprado o caixão numa funerária. Fui eu que escolhi o caixão.
>
> Bom, deve ter começado a chegar gente lá quando clareava o dia. [Não lembra os horários] Não, também não consigo lembrar se as primeiras [pessoas]... Assim, por ordem, não lembro se...

Mas o depoente pôde confirmar que o sr. Cláudio Braga esteve na fazenda.

Não, a hora não sei precisar. Chegou... Deve ter chegado no meio da manhã, coisa parecida; próximo ao meio-dia. No meio da manhã. Não sei precisar a hora. Às 10 horas, mais ou menos...

O depoente afirmou que o cortejo com o corpo do ex-presidente saiu da fazenda por volta de meio-dia.

Nós devemos ter saído de lá por volta de meio-dia, mais ou menos; meio-dia e alguma coisa, próximo ao meio-dia.

Em suma, o que se percebe é que, entre as duas horas da madrugada e a saída do cortejo, é diagnosticada a morte, providenciado o atestado de óbito, comprado o caixão, retirado o corpo, tudo em cerca de dez horas. O dia era 6 de dezembro de 1976.

O depoente se manifestou, a seguir, sobre as pessoas que passaram pela fazenda para velar o corpo – em particular ao ser indagado sobre a presença do sr. Cláudio Braga.

Não sei como é que ele [Cláudio Braga] soube. Não sei. Eu não sei se ele chegou com o pessoal lá da família do sr. Martín [Cehman]... Eu não consigo precisar. A memória não vai até lá. Não consigo detalhes, assim... Mas o Cláudio esteve.

... ele [Martín Cehman] morava na cidade de Mercedes, a quatorze, quinze quilômetros. O Cláudio Braga nunca morou lá [em Mercedes].

Chegou, chegou gente. Depois das 10 horas da manhã, deveria haver umas 25 ou 30 pessoas, de repente. [Além de pessoas ali de Pasos de los Libres,] Chegou pessoal de Uruguaiana também, eu acredito, que eu tenha visto... Havia uns fazendeiros amigos do dr. Jango que chegaram lá, sim.

O Manoel Saresian(?) também chegou. Chegou, sim. Chegou lá naquele horário da...

As pessoas foram ao quarto do ex-presidente João Goulart prestar homenagens.

Sim, claro. Exatamente.

Bastante gente, não; muita gente, não. Até lembro agora, a d. Maria Teresa tentou preservar um pouco o quarto. Não entrou todo mundo. Entraram as pessoas mais chegadas à família, de repente.

O depoente afirma que o corpo foi velado sempre no quarto, não tendo sido transferido para a sala em nenhum momento, mesmo depois da chegada do caixão.

É. Aí a empresa funerária ajeitou-o no caixão. Dizem que botaram formol ou coisa parecida, para preservar o corpo, não é? Mas eu não participei. Não fui, não fui...

Claro, aquela correria... A gente não tinha um discernimento bem claro do que realmente estava acontecendo assim, de fato, dando a transcendência. A gente não media realmente as coisas, na época, não.

O depoente não saberia precisar a hora em que o ex-presidente se recolheu, pois fora dormir antes. Mas confirmou que o ex-presidente costumava dormir tarde. Naquele dia, teria sido por volta da meia-noite. Pode-se supor, portanto, que entre o recolher-se e a morte teriam passado umas duas horas.

O depoente comentou o que lhe chegava de informação, via João Goulart, da situação dos filhos na Inglaterra.

É, alguma coisa a gente ficava sabendo, de algumas cartas e tal. Inclusive, quando ele esteve em Londres... Por acaso, o dr. Jango esteve em Londres para o nascimento dele [do neto] ali.

Ele foi especificamente para o nascimento dele ali, pelo que eu sei, até onde eu sei. Depois ele trouxe uma carta... Foi até uma fita cassete que o João Vicente mandou para mim, falando, em vez de escrever. Então, fez uma carta falada, no caso, não é?

É, uma fita cassete e tal. Mas assim, de eu saber de cartas pessoais, não. Eu não sabia de... Poderia até haver, mas eu não tomei conhecimento.

O depoente declarou desconhecer a forma pela qual era remetida a correspondência do dr. João Goulart para os filhos e vice-versa.

> Não lembro. Não consigo lembrar. De repente, sem querer... Eu até posso ter levado, ter ido junto, mas na memória... Não percebi isso aí. Não tinha esse... Não é do meu conhecimento.

O depoente declarou que, em princípio, a viagem que realizou com o ex-presidente era desconhecida de outras pessoas. Criou-se, então, a oportunidade para se conhecer melhor todo o percurso do depoente naquele dia.

> Não. O dr. Jango me escalou para fazer a viagem em Punta del Leste, de carro. Eu tinha procuração para passar. Era um carro de placa uruguaia, e eu tinha uma procuração para entrar na Argentina. E aí ele pediu para eu ir na frente: "Você passa em Tacuarembó primeiro e de lá deve seguir para a Argentina". Aí eu passei em Tacuarembó. Eu não me lembro bem, acho que falei com d. Celeste, a esposa do Sr. Percy. E me disseram: "Não, pode seguir..."
>
> Por telefone, é. Aí, me deram a ordem para seguir para a Argentina, para ir a Monte Caseros esperar o dr. Jango, no outro dia. Em Monte Caseros.
>
> Aí, segui minha viagem. Eu e o Alfredo. O Alfredo junto. A viagem de carro, do Uruguai até Monte Caseros, foi feita por mim e pelo Alfredo, só. Viagem normal.
>
> Acredito que [João Goulart] não tenha falado [com Cláudio Braga], devido à situação, às circunstância. Acredito que ele tenha usado o bom senso de não ter falado.
>
> Porque, hoje, a gente enxerga as coisas com outros olhos. Lógico, eu estava aí... Na época, para mim, era uma viagem normal, como fosse a outro lugar; sem problema.

Sobre a possibilidade de o veneno ter sido colocado em remédios deixados no carro, enquanto o ex-presidente almoçava, o depoente trouxe alguns esclarecimentos.

> Esporadicamente, eu o via tomando remédio [em viagens].

Poderia ser [deixar o remédio no carro], mas eu acho que, se ele tivesse remédio, botava no bolso. Não me lembro de ele botar remédio em porta-luvas, essas coisas assim.

Não [não tomou o remédio no restaurante], naquele dia tomava água mineral. Não, ele não era uma pessoa assim... Ele tomava remédio na hora em que achava que tinha de tomar. Eu me lembro de que ele não era de tomar remédio de oito em oito horas, coisas assim controladas, não é? Ele era um pouquinho mais... Ele não era muito controlado para tomar os remédios dele. Por isso eu...

Nesse momento, o sr. Percy Penalvo fez uma intervenção para completar as informações sobre a forma com que o ex-presidente lidava com medicamentos e para mostrar a preocupação que o ex-presidente tinha com a Argentina.

Vou fazer um pequeno comentário, mas, primeiro, vou explicar. Ele tinha uma maleta, onde carregava remédios, papéis... Essa maleta executiva, que ele carregava com ele.

Só para fazer um comentário, o dr. Goulart tinha preocupação com Buenos Aires. Numa noite de inverno, em Punta del Leste, chovia muito, e o dr. Waldir Pires chegou da França. Nós estivemos conversando até quase 2 horas — eu, o dr. Goulart e Waldir. Fui à cozinha pegar gelo, ele foi atrás e me disse: "Provoque o Waldir, para eu provocar a política e fazê-lo falar".

Em vez de ele perguntar, mandou eu provocar. O dr. Waldir começou a conversar, e conversamos até às 2 horas. Mas aí veio o comentário de Buenos Aires, e eu digo o seguinte: estou preocupado é com o Almino Affonso. Eu o vi na calle Lavalle, pela calçada, e vão matá-lo, hein? E aí o doutor concordou que eles iam pegar o Almino.

Então, ficou acertado, nessa hora, que o dr. Waldir, no outro dia, ia a Buenos Aires combinar com o Almino. O Almino iria a Libres, e eu me encarregaria de tirá-lo de lá, porque tínhamos gente para tirar clandestinamente de um país para o outro, de avião, de carro e tudo.

Aí, o dr. Waldir voltou e avisou que não era preciso tirar o Almino, porque o irmão tinha conseguido que ele descesse no Aeroporto de Viracopos, em São Paulo. Já estava acertado no Brasil. Para o senhor ver como o dr. Goulart tinha certeza de que matavam mesmo, porque mandou o dr. Waldir lá, e é fácil o senhor conversar com ele.

E o Alfredo ficava sempre no carro. A missão dele era cuidar do carro. Por isso ele ficava sempre no carro. O doutor o abaixava, e ele ficava no carro. Era [uma pessoa de confiança].

O sr. Roberto Ulrich ainda completou, na mesma linha, sobre a situação do Alfredo.

Não, não era matemático. Não existia matemática com o dr. Jango. Ele mudava as coisas. Não era uma coisa rigorosa.

Que o Alfredo ficasse mais um pouco, demorasse mais um pouco no carro, cuidando dele, vendo se estava bom. Coisas do doutor.

Mais uma vez o depoente teve a oportunidade de esclarecer seu percurso na véspera da morte do ex-presidente.

Eu passei só de viagem por Tacuarembó. Vinha de Punta del Leste. De Maldonado, da fazenda em Maldonado.

Sempre estava lá. Era mais um membro da família. Então, ele me pediu para ir fazer essa viagem, para esperá-lo. Haveria a probabilidade de ele ir para a Argentina. Como eu tinha uma procuração do carro para passar, porque o carro estava no nome dele, aí, tudo bem.

Era um Opel alemão.

“Leva o Alfredinho, leva o Alfredinho com você”. O dr. Jango era uma pessoa super simples.

[De Maldonado, fui direto] A Tacuarembó. Passei por Tacuarembó, conversei no telefone com d. Celeste... E prossegui minha viagem para esperar, no dia seguinte, o dr. Jango do outro lado. Ele ia chegar no outro dia. Que eu ficasse na espera, no caso.

Exatamente. [Fiquei esperando em Monte Caseros.]

Eles passavam de lancha. Lembro-me muito bem de ele chegando na lancha pequena, nada de extraordinário. Um pouco antes do meio dia. Dez e meia da manhã. Por aí, mais ou menos.

[Dali, fomos direto a Libres] Porque o caminho para Mercedes, inevitavelmente, é por Libres. [Chegamos ao restaurante.] Fizemos uma refeição...

Esses dias, estava pensando e pensando, e sempre tive a imagem de que, de repente, alguma pessoa — uma terceira, uma quarta pessoa —chegou para conversar com ele, mas não consigo descrevê-la. Vi que havia mais uma pessoa. Lembro-me vagamente de que havia mais uma pessoa, além do garçom.

Os garçons da Argentina e do Uruguai são muito atenciosos. Mas me lembro de que havia uma quarta pessoa, no caso, que conversou alguma coisa. Não sei se era de Uruguaiana ou de Libres; alguém que teria algum negócio. Não consigo lembrar. Não vem a imagem da pessoa, de quem era.

Eu não sei qual era o grau, não me vem agora à memória se era comercial, se era político. Tenho uma vaga lembrança de que havia uma outra pessoa em pé, cumprimentando rapidamente — questão de dois, três minutos, coisa assim. Não lembro que ele tenha sentado, que a mesa tenha aumentado em mais uma cadeira. Uma pessoa em pé, de repente, que cumprimentou, mas não lembro a título de quê.

O depoente declarou desconhecer alguma eventual convocação para estar no Ministério do Interior, no Uruguai. Mas transmitiu uma importante informação sobre as peculiaridades daquela específica viagem.

A gente, hoje com mais clareza, é lógico, mas ainda naquela época, sentia que existia uma manobra. Estava havendo uma manobra ali, de repente, para não mandar um na frente, ou... Lógico, a gente percebia que havia dificuldade, porque antigamente a gente viajava com mais tranqüilidade. De repente, foi a primeira vez que eu fui na frente para depois ele ir. Normalmente nós viajávamos juntos, desde o início até o fim — as viagens curtas, lá no Uruguai e na

> Argentina. Então, realmente a gente percebe que foi uma manobra [do próprio ex-presidente Goulart].

Sobre o relacionamento do ex-presidente com o sr. Ivo Magalhães, o depoente também se pronunciou.

> A minha impressão do relacionamento era mais... Eu percebia que era tipo um relacionamento profissional, nada de envolvimentos mais pessoais. Era profissional. O dr. Ivo — a gente o chamava de dr. Ivo — era uma pessoa que atendia aos negócios dele.
>
> Seguidamente, o dr. Jango pedia para fazer uma ligação para ele, para conversar com ele. Mas o que a gente percebia é que eram conversas profissionais, de comércio, de compra e venda de gado ou coisa parecida, desse tipo.
>
> Acho que ele era um articulador burocrático da parte dos negócios.

O depoente se pronunciou, ainda, sobre o sr. Cláudio Braga.

> Cláudio Braga? Foi exatamente como o sr. Percy disse: ele foi para Buenos Aires, eu também. Nós fomos juntos para Buenos Aires, João Vicente, o dr. Jango, eu. Também fui junto. Eu fui convidado, eu ia junto. Então, Cláudio veio a posteriori. Cláudio veio depois. Ele não veio na hora, primeiro porque ainda...
>
> A gente foi bem no início. No governo Peron, o dr. Jango ainda não tinha negócios lá. Ele começou... É lógico, à medida que ele foi freqüentando a Argentina, começou a fazer os negócios dele, comprou gado, comprou fazenda, comprou um sítio, um apartamento em Buenos Aires e tal, para moradia.
>
> Aí, a posteriori, apareceu o Cláudio. Para começar, já havia negócios em encaminhamento. O Cláudio foi articulado para administrar, para ser o secretário na parte burocrática desses negócios. Eu lembro bem; foi como o sr. Percy disse: montando um escritório.
>
> Do sr. Santos Sales eu me lembro muito bem, um paulista. Foi montado um escritório em uma sala muito bonita lá em

Buenos Aires, e o Cláudio ficou de encarregado do escritório. Eu tinha até uma mesa do lado, para atender ao telefone e tal.

Na realidade, Cláudio era uma pessoa assim... como é que eu vou dizer? Suspeita, realmente. Uma pessoa com quem eu convivi bastante no escritório, e realmente era uma pessoa — como é que eu vou dizer? — sinistra. De repente é a palavra mais...

A gente percebia que ele era muito ambicioso. Deve ser até hoje muito ambicioso. Em negócio de dólares, que o dr. Jango trocava na Argentina (dava para trocar dólar na época), ele interferiu, até nesse tipo de negócio; ele queria abraçar o máximo, como a gente podia perceber, dos negócios; entre o pessoal que vinha oferecer algum negócio para o doutor, alguma fazenda, algum sítio, Cláudio já se prontificava para intervir no negócio e tal. A gente percebia esse tipo de manobra.

Sobre o tipo de pagamento que Cláudio Braga recebia de João Goulart (ou do dono do escritório), o depoente não pôde ser preciso.

Eu não sei, acho que ele deveria ter ajuda de custos e de repente uma comissão por conta dele. Não sei se ele tinha salário de fato, mas acho que ele tinha ajuda de custo. Não lembro se ele tinha salário, não chegava a mim. Ele era o encarregado do escritório.

O depoente confirmou lembrar-se de estar na mesa com d. Maria e com o dr. João Goulart quando Alfredo subiu para dizer que Cláudio Braga estava passando e saber se o ex-presidente queria falar com ele. Perguntado se achava estranho que Cláudio Braga, conhecendo o carro e vendo o Alfredo, não parasse para conversar com João Goulart, o depoente respondeu

Muito, muito, muito. Fiquei muito tempo com aquilo na cabeça, dizendo realmente é mais do que estranho, porque Cláudio era uma pessoa de convívio, era uma pessoa de convívio. Realmente é estranho. É estranho não ter chegado lá. Bem estranho, realmente.

O depoente declarou que não percebera nada estranho no comportamento dos garçons. Referiu-se, ainda, ao que teriam comido.

O garçom era argentino.

Na Argentina costumam comer bife à milanesa, essas coisas. Não lembro também o cardápio. Só me lembro que era água mineral. Água mineral era praxe, depois que ele voltou da viagem à Europa. Água mineral com gás.

Por outro lado, apesar de ter parado com a bebida alcoólica depois que voltou da Europa, o "cigarro aumentou. Muito cigarro".

Ao voltarem para a fazenda, não encontraram nenhum estranho. "Com certeza, não".

Só o pessoal restrito da fazenda. Não, não tinha nenhuma pessoa esperando, se fosse o caso. Ninguém. Nenhuma coisa fora do normal.

O depoente declarou que o Alfredo era um menino, na época -- e apenas conhecia superficialmente Cláudio Braga.

Cláudio Braga e Ivo Magalhães? Eu sei que a história também é assim como o sr. Percy contou: eles eram sócios de um hotel em Montevidéu, Hotel Alhambra, e sei que Cláudio trabalhava no hotel. Eu conheci Cláudio lá naquele hotel.

O depoente confirmou a informação obtida pelo deputado Luis Carlos Heinze de que o ex-presidente tinha combinado uma lida de gado para outro dia, de manhã.

[Era uma coisa normal dele] Normal, normal. Ele estava bem, dá para dizer. Era cansaço de viagem, coisa normal, pela idade. Nada fora do normal.

[João Goulart] Jantou, mas não lembro se ele deu uma beliscada. De repente ele deu uma beliscada numa carne de ovelha que nós comemos. Deve ter dado uma beliscadinha. Eu me lembro do chá. Ele mandou fazer o chá.

O depoente não lembra se o ex-presidente mandou buscar cigarros, mas voltou a afirmar que ele fumava muito. O depoente tampouco pôde confirmar se João Goulart pedira ao capataz, que dormia na casa ao lado, que, naquela noite, dormisse na varanda.

Não, eu não me lembro disso. Eu só sei que Júlio apareceu imediatamente, junto comigo, a bem dizer; olhei para o lado, Júlio estava do meu lado. Posso dizer que ele estava bem próximo mesmo.

Eu dormia na casa.

O depoente não soube afirmar se d. Maria Tereza teria chamado a ele primeiro.

Eu não sei se ela não... porque seria mais próximo ela abrir a janela e gritar. E, aí, até chegar ao meu quarto, daria uns quinze metros, de repente. Porque me lembro que o Júlio e eu chegamos juntos, a bem dizer. Quando olhei a cena do doutor naquela rouquidão, Júlio já estava do meu lado.

É, ele estaria vivo.

Eu vi que ele não se mexia, só aquela rouquidão, como que procurando ar, alguma coisa assim.

De repente ele estaria [com a mão no peito, agarrando alguma coisa], mas não lembro. Eu lembro bem que ele estava de peito aberto, estava com o pijama desabotoado, com o peito aberto.

O depoente repetiu que saíra, sozinho, à procura de um médico, usando como contato o sr. Martín Cehman.

Era o ponto de referência nosso, o sr. Martin, que... [Quem me acompanhou] Sim, deve ter sido Abel, é o filho do sr. Martin.

Júlio... eu lembro-me do Júlio. Quando disse para d. Maria: "vou buscar um médico", aí Júlio ficou em cima do corpo do dr. Jango, fazendo uma massagem, ainda. Eu lembro bem que ele... Não sei se bem em cima, ou sentado do lado; no caso, eu lembro que ele fez uma massagem, aquela massagem de mexer na pessoa, não apertar o coração dele e tal. Aí peguei o carro, nesse meio tempo, e fui buscar o médico.

[Médico] Deles, no caso. Eu não tinha visto nunca ele. Foi lá, constatou... disse que estava morto. Aí... depois apareceu a

conversa imediatamente, coisa de minuto, de que seria enfarto... ele falou em espanhol: "enfarto macio", ou no miocárdio. Um infarto fulminante.

É, devo tê-lo levado [o médico] de volta.

Não consigo lembrar [se ele fez algum comentário durante o trajeto], porque não lembro com certeza se fui eu que o levei. Deve ter sido, por dedução lógica, mas não tenho certeza se ele continuava... se ele estava do meu lado, se eu o levei. Eu me lembro de que fui de novo à casa do sr. Martin para providenciar os telefonemas e, a posteriori, o caixão. Isso eu lembro bem.

Sim, voltei com certeza para a cidade, depois voltei novamente para a fazenda; imediatamente devo ter chegado à empresa funerária para já tomar as providências.

Há uma perda na gravação, mas o sr. Percy Penalvo intervém no depoimento para esclarecer que, aparentemente, pessoas foram à fazenda, dias depois, à procura de coisas do presidente.

Ele [?] disse que estiveram duas pessoas lá, que foram os sujeitos que estiveram lá. Eu estive depois.

Quando eu estive lá, quem levou Alfredo para o Uruguai de volta fui eu. "E o que tu vais ficar fazendo aqui agora? Vou te levar de volta". Levei para lá comigo. E eu perguntei pelos remédios. "Não tem, não tem". E agora, lá, perguntando para o juiz novo, ele disse que tinham procurado os remédios.

Vou dizer. Foi Cláudio e Maneco que levaram o remédio.

Porque foi o seguinte: eu vi as camas sem as roupas de cama, e eu sabia que era novinho. E perguntei: cadê ele? *(Ininteligível)* fulano e fulano aqui e levaram.

Perguntado sobre quem seriam fulano e fulano, o sr. Percy Penalvo respondeu: Maneco Ilhães e Cláudio Braga.

Agora, existe uma diferença muito grande entre Maneco e Cláudio. Maneco era mais gente, e amigo do dr. Goulart, entendeu? E Cláudio não. Tem um episódio aí. Cláudio vivia com uma espanhola

> em Montevidéu, e ela tinha uns dólares. Ele emprestou... Não tem nenhum que conheça aqui o sr. Moacir Souza, que era dono da Estância Carpintaria. Essa estância tinha sido do Ney Galvão.
>
> E o doutor era o avalista. E esse homem não pagava os 5 mil dólares. E Cláudio dizia: e o doutor tinha que pagar. E Moacir era um homem rico, porque tinha uma estância imensa, como a Carpintaria. O doutor estava achando que Moacir pagaria. Aí, certa noite, Cláudio entrou no escritório *(ininteligível)* de Ivo, pegou um saco de documentos e levou para denunciar o doutor de impositivo no Uruguai. Sei que foi uma correria. Ivo passou a noite correndo para tomar o tal de saco de papel de Cláudio. Esse era o Cláudio.

Depois dessa intervenção do sr. Percy Penalvo, a palavra voltou ao sr. Roberto Ulrich.

> De Mercedes para São Borja levei o pessoal da fazenda. D. Maria foi em outro carro, mas não lembro quem foi que levou, porque veio muita gente de carro.

O depoente declarou, ainda, que não lembra de nenhuma tentativa para dar o remédio ao dr. João Goulart ou de qualquer referência a que alguém o tenha feito.

Perguntado, o depoente informou que, no almoço em Paso de los Libres, eles estavam com apenas um carro.

Sobre o chá tomado na fazenda, declarou:

> De repente, quem fez o chá até pode ter sido ele mesmo, porque chá se toma na hora, é quente, e pronto. Por costume, ele fazia, ele gostava de fazer chá.
>
> Não [tinha uma cozinheira na fazenda], porque a ida dele à fazenda era eventual. Então, não tinha um empregado constante, permanente. O próprio Júlio e o pessoal da cozinha de Júlio, no caso, já poderiam — como se diz na gíria — quebrar o galho. Mas normalmente quem fazia a comida era até ele mesmo ou d. Maria Tereza, no caso, se ela estivesse lá.

O depoente, mais uma vez perguntado, repetiu que almoçou junto com o ex-presidente em Pasos de los Libres, que todos

alimentaram-se da mesma comida, que só à noite o ex-presidente tomou chá, enquanto os outros comeram ovelha.

O depoente afirmou, ainda, que só lembrou o nome do médico -- Ferrari -- ao ouvi-lo referido na audiência pública.

O depoente confirmou que viajava com freqüência junto ao ex-presidente e indicou outras pessoas que também o faziam, embora menos. Assim, d. Maria Tereza o fazia "seguidamente".

Poderia ser o Sr. Percy, às vezes; eventualmente, só o pessoal chegado ele.

Indagado, o depoente declarou ter conhecido a sra. Eva de Leon.

Em Maldonado. Maldonado, no Uruguai. Era uma amiga do dr. Jango, do falecido Jango. Às vezes viajava [junto com ele].

Indagado, o sr. Percy Penalvo completou.

Eva era amante do dr. Goulart. E viajava para Punta del Este, Montevidéu; ia com ele, vinha, às vezes ele mandava buscá-la.

É, [d. Maria Tereza] tinha que saber, não é? Eu não sei, porque essa parte familiar eu não... Mas que ele tinha Eva e que Eva viajava como ele, viajava.

Os questionamentos voltam a ser dirigidos ao sr. Roberto Ulrich. Mais uma vez, o objeto é o sr. Cláudio Braga. A dúvida é sobre suas posses, quando o ex-presidente era vivo.

Economicamente? Não, ele era igual a mim. Que a gente percebesse, assim de vista, não [tinha posses].

[Hoje] Não tenho mais conhecimento dele. Ouvi falar que ele está bem.

É. Ele melhorou muito, na medida em que o tempo foi passando; junto com o dr. Jango, melhorou o nível. Mas a gente percebia que melhorou. Vestia-se melhor, era uma pessoa bastante vaidosa, queria...

Não, isso até antes [da morte de João Goulart]...

O sr. Percy Penalvo retoma a descrição da situação de Cláudio Braga e Ivo Magalhães.

> Cláudio se juntou a Ivo, Cláudio e Pedrosa, e alugaram um hotel em Montevidéu. Cláudio arrumou 5 milhões emprestados para entrar de sócio no hotel. E era daquele sócio que ninguém queria saber, tá? Incomodava demais.
>
> E quando ele foi para Buenos Aires, ele queria ser chofer de táxi. Andava mal. Foi aí que nós pedimos — inclusive eu ajudei a pedir — para o Alfredo levá-lo para o escritório em Buenos Aires. Por isso que se diz que ele foi depois.
>
> Ele não foi com o dr. Jango. Ele não era empregado do dr. Jango, ele era empregado de Orfeu dos Santos Sales. Por isso é que ele estava no escritório, que ocupava um andar inteiro, e tinha uma sala do tamanho desta, montada, com bandeiras, com tudo, para o dr. Goulart. O dr. Orfeu montou esse escritório. E como Cláudio fazia ponto lá, e era brasileiro, e estava sempre lá — doutor isso e aquilo —, o doutor o aproveitava para trocar dólar, para fazer uma coisa, fazer outra. Mas o doutor sabia lidar com Cláudio. Acontece que, quando o doutor morreu, quem sabia dos negócios em Buenos Aires era Cláudio.

O sr. Roberto Ulrich ainda fez uma declaração sobre o Alfredo.

> Mas o rapaz, Alfredo, é um pobrezinho, é um guri de rua que o doutor recolheu em Punta del Este. Um guri de rua. Ficava cuidando do carro; de noite o doutor levava ele junto. Não tinha ligação nenhuma com Cláudio Braga. Cláudio Braga, inclusive, era meio prepotente, não ligava para o... O doutor o tratava bem, Cláudio Braga não.

Indagado sobre a estranheza da passagem de Cláudio Braga por Los Libres sem saber que o ex-presidente estaria ali, o depoente concordou.

Pois é, é uma incógnita. Isso aí realmente é muito estranho.

Porque ele havia ligado no sábado atrás do presidente em Tacuarembó.

Neusa Penalvo interveio no depoimento.

Ele ligou lá para casa. Minha mãe atendeu todas as ligações. Meu pai estava na fazenda com o dr. Jango. Como era tanta insistência dele em querer saber, e também havia ordem direta do dr. Jango de que não era para informar para ninguém onde ele estava, minha mãe ligou para a fazenda e perguntou: "Doutor, Cláudio não pára de ligar para cá. Quer saber do senhor". Aí ele disse: "D. Celeste, diga que a senhora não sabe, diga que a senhora não me viu". Aí, depois, disse um palavrão: "Diga que ele vá..."

Antes de terminar a audiência pública, o sr. Percy Penalvo contou, ainda, o seguinte episódio.

Houve um problema de um telefonema. O Peruano, quando chegou à Argentina, telefonou lá para casa dizendo que tinha passado no Uruguai, e nós entramos em pânico. Compreendeu?

Roberto Ulrich confirma.

Nós entramos em pânico porque não devia ter telefonado, estava indo sigilosamente.

Há aqui uma pequena discordância entre d. Neusa Penalvo e o sr. Percy Penalvo. O primeiro comentário é dela.

Não, não é... O Peruano disse: "Diga para el dr. Goulart que estoy a sus ordenes". Era para dizer só que tinha passado a ponte e que estava tudo bem. Ele falou dr. Goulart, mas só que foi uma...

Ao que seu pai contesta.

Mas falou da Argentina. E *(ininteligível)* essa informação... Será que Cláudio não está ligado a essa gente?

O sr. Percy Penalvo contou um último episódio.

> Michelini escrevia para um jornal do Rio, de um amigo, companheiro nosso de quem não me lembro do nome. Mas é a forma que o doutor fazia para dar dinheiro para Michelini, o senhor compreendeu? Dava dois mil dólares por artigo, para não dizer: Toma o dinheiro. Ele pensava que recebia como paga pelos arquivos. Era uma ajuda que dava para ele, para o senador Michelini.

Em Montevidéu, o sr. Penalvo julga importante ouvir o sr. Ivo Magalhães. Não lhe parece que Eva de Leon possa apontar alguma coisa importante. "Mas, indo lá..." No entanto, não sabe se ela está na capital uruguaia.

Não sei. Ela foi a São Borja umas duas vezes...

3.4.3. DEPOIMENTO DO DR. ODIL RUBIM PEREIRA

O dr. Odil Rubim Pereira não conhecia João Goulart. No entanto, foi provavelmente a última pessoa a ter um contato mais próximo com o corpo do ex-presidente, ao ser chamado, como médico, para garantir a sua preservação, nas melhores condições possíveis, até a chegada dos filhos para o enterro.

O dr. Rubim Pereira realizou uma curta introdução a seu depoimento, após a qual se colocou à disposição dos parlamentares para responder a qualquer pergunta.

> Vou apenas relatar o que lembro que aconteceu naquele momento. Depois, estarei à disposição para responder a alguma pergunta.
>
> Eu me lembro do momento em que me foi feita uma ligação, na qual fui chamado a ir à igreja onde estava sendo velado o corpo do dr. João Goulart. Lá chegando, algumas pessoas de suas relações e alguns parentes me mostraram o corpo, que, naquele momento, expelia alguns líquidos, fluidos, através dos orifícios nasal e oral.

Perguntaram-me se havia alguma maneira de melhorar o aspecto do corpo, visto que ainda continuaria ali exposto por algumas horas, à espera de familiares. Como o corpo não tinha sido preparado, nós, então, argumentamos que poderíamos fazer algo para melhorar o visual.

Foi levado, então, o corpo para a parte detrás do altar, mais precisamente, onde se abriu o caixão, e fizemos a limpeza daquela zona oral e nasal. Fizemos um tamponamento com gazes e algodão, o que tínhamos no momento.

Foi somente isso realizado naquele momento. Nada mais foi solicitado, não houve outro tipo de conduta no momento, a não ser esses tamponamentos. Foi fechado novamente o caixão e colocado novamente no local. É disso que eu me lembro. Estou à disposição para alguma pergunta que queiram fazer.

A partir daí, o depoente respondeu os questionamentos dos parlamentares, a começar pelo deputado Luis Carlos Heinze que, naquela oportunidade, substituia o relator em suas funções. A primeira indagação, como é natural, foi sobre o horário em que o depoente foi chamado a cuidar do corpo, no dia 6 de dezembro de 1976. A seguir, as questões foram direcionadas para dúvidas ligadas à sua profissão, de médico.

O horário, eu não me lembro. Sinceramente, não me lembro.

Não, ninguém me falou nada sobre necropsia, não se relacionou nada no momento.

Eu não notei nada que me chamasse a atenção. Em verdade, na hora não se comentou nada que pudesse levantar essa dúvida.

Quanto ao uso de medicamentos, não sabia que medicamento ele tomava, não sabia que tipo de problema maior ele tinha. Havia comentários, sim, de que ele tinha problema cardíaco, mas nunca houve, vamos dizer assim, comentários maiores, a não ser das pessoas que conviviam mais com ele, o que não era o meu caso.

Não se notava nada que pudesse levantar alguma dúvida a respeito disso [da possibilidade de envenenamento ou troca de remédios].

Quando eu fiz o tamponamento ele já estava em rigidez cadavérica. Não se notava nada diferente que fosse chamativo. Se fosse um perito no assunto, talvez pudesse notar alguma coisa; se fosse já com o espírito predisponente, com alguma desconfiança, poderia até notar alguma coisa, mas no meu caso fui chamado apenas para melhorar o visual, as condições momentâneas, vamos assim dizer, e estava com o espírito desarmado. Não cabia a mim levar alguma coisa além disso aí.

Fui consultado sobre a possibilidade de melhorar o aspecto do cadáver, visto que os filhos ainda estavam na Europa, viajando, e o corpo ainda ficaria exposto por muitas horas. Então, eu fui com o espírito de colaborar nesse sentido. Mas lembro que nada me chamou a atenção, nem que guardasse comigo. Nada havia, sinceramente, do que desconfiar.

Devido ao tempo transcorrido desde a morte, não se notaria grande coisa, a não ser numa necropsia. Visualmente não havia grande modificação.

O depoente tampouco notou resistência, por exemplo, por parte de autoridades policiais, quanto à abertura do caixão.

Não, que eu lembre não houve dificuldade alguma [para abrir o caixão]. Lembro que tão logo cheguei, conversei com algumas pessoas, e o corpo foi levado para a parte detrás do altar, onde se abriu. Não notei nada, comentário algum sobre não deixar abrir o caixão.

Indagou-se sobre a pessoa que teria chamado o depoente para prestar o serviço requerido.

Se eu citar nomes, estou sujeito a errar. Entretanto, tenho a impressão de que foram pessoas ligadas ao dr. Florêncio. Não me lembro se foi a dona Iolanda ou se foi o dr. Florêncio mesmo. Mas foram pessoas ligadas aos familiares. Não saberia precisar o nome. Não lembro.

A seguir os questionamentos retornaram ao terreno da medicina.

Eu faço ginecologia e obstetrícia.

Nenhuma [relação entre o chamado e a especialidade médica]. Puramente ligação de amizade e confiança.

Com o ex-presidente, não [tinha nenhum relacionamento anterior]. Eu tinha ligação com amigos dele aqui residentes.

O depoente se manifestou sobre a probabilidade do tipo de eliminação de fluidos que teve lugar no corpo do ex-presidente.

Depende muito do tempo e do estado, até mesmo da maneira como se deu o óbito. Vamos supor que essa pessoa tivesse ingerido alimentos pouco antes do seu óbito. Há tendência maior à eliminação de fluidos, à regurgitação, como chamamos, de secreções gástricas, que foi o caso do ex-presidente. No caso dele era secreção gástrica.

Nada se notava [de odor característico de alguma medicação ou conservante], a não ser o cheiro mais característico de secreção gástrica mesmo.

O depoente se manifestou, ainda, quanto à roupa em que estava vestido o corpo.

Eu me lembro que ele estava descalço. Disso eu lembro. Parece que de meias. A cinta, se não me engano... foi o que me chamou a atenção, que me chocou. Certas coisas a gente guarda; isso aí eu guardei.

Ele estava mal preparado, por assim dizer. Isso eu notei. Se não me engano, ele estava descalço. Parece que só de meias. E me lembro que havia alguma coisa relacionada à cinta: ou estava aberta a cinta, ou estava sem cinta. Também me chamou a atenção.

Fiquei chocado, realmente, quando abriram o caixão. Eu ainda tinha aquela imagem do dr. Jango, em 1969, quando estive em Montevidéu com meu irmão e conversamos com ele, no seu apartamento. Então, tinha outra imagem dele. Depois, ver a pessoa

praticamente jogada no caixão, marca muito. Isso realmente me chamou a atenção.

Não lembro. De pijama, não lembro. Parece-me que de pijama, não. Lembro que a cinta me chamou a atenção, porque, ou estava aberta, ou estava sem ela. E os pés descalços, sim. Disso eu me lembro.

O médico declarou não ter percebido qualquer aparato militar especial, algo que pudesse fugir ao normal naquela situação.

Não me lembro. Na hora, pelo menos, que eu fui à igreja, não. Eu me lembro que entramos pelo lado. Depois, eu não sei.

O dr. Odil Rubim Pereira revelou que havia vários médicos na cidade, já no tempo do sepultamento do ex-presidente.

Sim, vários colegas, de outras especialidades. Eu entendo a pergunta de V.Exas. O chamado feito a mim foi por ligação de amizade, puramente.

Com pessoas ligadas à família.

No entanto, o depoente esclareceu que não havia legistas na cidade, nem especialistas no caso.

O depoente não se sentiu em condições de calcular o período decorrido entre a morte e seu acesso ao cadáver.

Eu não sei. Não me lembro se foi na parte da manhã ou da tarde. Em todo caso, já faziam dez horas, por aí.

Depende, é muito relativo [o tempo que o corpo demora para enrijecer]. Mais ou menos, quatro ou cinco horas. Depois disso há uma tendência à rigidez.

O depoente acredita ter sido o primeiro médico a ter acesso ao corpo.

Deputado, pelo que vi, pelo que me lembro, como já disse aqui, nada notei que me chamasse a atenção. Esse é o meu ponto de vista. Projetar isso é difícil.

O depoente foi questionado, então, sobre os procedimentos que adotou.

> Bom, naquele caso, a única maneira era vedar mecanicamente os orifícios. Foi o que fiz. Coloquei gazes e algodão, puramente isso. Outra coisa não tinha nem como fazer. O uso de formol se justificaria, a não ser o tamponamento. A tentativa era de melhorar o aspecto momentâneo, até que chegassem os familiares, o que foi feito. Nada se usou a mais do que o tamponamento mecânico dos orifícios, com gazes.
>
> Ver pessoas, post mortem, eliminar líquidos através dos orifícios oral e nasal, acontece com certa freqüência. Não é tão grande, mas há uma certa freqüência. No nosso meio há casos. Agora, evidente que não é todo óbito que leva a esse tipo de eliminação.
>
> Eu me formei em 1971. Cinco anos [antes]. Sim [, já tinha passado por aquelas experiências].

As indagações encaminharam-se ara possíveis reflexões posteriores, do médico, sobre o significado do que vira.

> Olha, deputado, como profissional e baseado no que eu vi, eu nem [tinha] como pensar isso.
>
> Como cidadão, pelo que se ouvia, depois disso, com os comentários, qualquer pessoa pensaria na possibilidade. Isso qualquer outra pessoa ouve, principalmente quem vive no meio da comunidade, em todos os planos. Mas, baseado no que eu vi, no momento, ali, não teria fato nenhum para me basear. Não teria. Baseado no que eu vi, que visualizei, não tinha. Pensar no quê? Não tinha.

Sobre a possibilidade de uso de substâncias que insinuem um enfarte, o médico se manifestou positivamente, mas em função de uma abordagem genérica.

> Se é uma pessoa que tinha problema cardíaco, é claro que existe. Claro que existe. Poderia. Existem drogas que poderiam — vamos dizer — acelerar um processo de isquemia coronariana, o que levaria, então, a um enfarto. Isso aí existe.
>
> Em 1976? Perfeitamente. Perfeitamente.

Bom, se o senhor faz uso de um vaso dilatador e, em contrapartida, substitui por um vaso constritor, vai ter um efeito completamente oposto. Todavia, a maneira como essa pessoa vai morrer dependerá do organismo dela. Cada pessoa tem um tipo de reação.

Então, é o mesmo que o infarto. Morrem cinco pessoas de infarto e não é obrigatório que essas pessoas morram da mesma maneira e que sintam a mesma sintomatologia, porque a fisiologia do nosso corpo difere muito de uma pessoa para outra. Umas podem morrer imediatamente, outras podem passar por um período mais longo, e ainda outras se prolongam mais e outras mais ainda. Isso depende de cada organismo.

Mas entendi a sua pergunta. Seria no sentido de ser, assim, bruscamente. Pode. Se uma pessoa que usa um vaso dilatador, substituí-lo por um vaso constritor pode ter uma morte súbita. E também pode sentir dor? Pode. Depende da reação do seu organismo, da capacidade de absorver, da capacidade de agir e da resposta que o organismo tem diante dessa droga. Mas pode acontecer isso aí.

O depoente se manifestou, também, sobre a possibilidade de um agente ser descoberto, nos restos do ex-presidente, hoje.

Eu acredito que sim. Com a tecnologia de hoje não seria difícil, acredito, detectar se foi usado algum tipo de droga. Não é a minha especialidade, não é o meu setor, mas acredito que com a tecnologia atual não é difícil detectar.

O foco do depoimento voltou para a secreção.

Deputado, é possível. Essa eliminação de secreção é possível até na hora em que a pessoa morre, porque isso depende muito das contraturas. Há um tipo de inversão no peristaltismo e pode haver uma regurgitação e uma subida de secreção até na hora em que a pessoa morre. E pode acontecer pela pressão interna, dependendo do tipo de alimentação que a pessoa fez também, se são alimentos mais fermentativos, uma série de fatores.

Mas mesmo que esteja com o estômago vazio, a própria secreção gástrica pode ser regurgitada. Não é proibido, vamos assim

dizer, que uma pessoa que esteja com estômago vazio, na hora do óbito, tenha eliminação de secreções a partir de um determinado momento, porque chega a um ponto em que se inicia a formação de gases, aumenta-se a pressão interna e há, automaticamente, uma regurgitação. Isso pode acontecer.

O depoimento terminou com mais um esclarecimento sobre a possível troca de medicamentos como mecanismo homicida.

É aquilo que nós falamos: se uma pessoa que faz uso de um vasodilatador passa a tomar um medicamento que cause uma vasoconstrição, pode. É aquela explicação que dei anteriormente.

3.4.4. DEPOIMENTO DO SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA

O sr. Deoclécio Barros Motta, às vezes identificado pelos amigos como Bijuja, iniciou seu depoimento por uma informação sobre o que se poderia dele esperar. A seguir, respondeu às indagações dos parlamentares. Foi um depoimento tranqüilo, voltado para a longa amizade que o teria unido a João Goulart. Ademais,o depoente pôde lançar alguma luz sobre as características do ex-presidente como produtor rural e comerciante.

Eu queria fazer uma única consideração que fiz diversas vezes para o Luis Carlos. Do Jango, pessoa, conheço tudo, pode-se dizer, porque eu era seu amigo desde que eu tinha sete anos. Estou com duzentos, bá! Apenas isso, da pessoa do Jango.

Com relação à sua morte, vocês podem me perguntar o que quiserem, porque eu estou meio fora disso aí. Inclusive durante o velório, essa coisa, eu muito pouco compareci, fiquei em casa. Eu não fui lá, na ocasião, porque eu era seu procurador e administrador de seus bens no Rio Grande do Sul. Fiquei em casa.

As gurias, nós chamávamos a senhora do Brizola, a Neusa, a filha, usaram a minha casa para se lavar, pedir um café, uma coisa assim. Então, nem do velório eu não participei muito. Mas os

senhores podem me fazer as perguntas que quiserem. O que eu souber eu respondo.

A seguir o depoente esclareceu o período em que atuou como procurador ou administrador do ex-presidente. E teceu algumas considerações sobre a situação do amigo.

Até o dia em que ele morreu. Entreguei um ano depois.

Fui 137 vezes visitá-lo durante a cassação, o seu exílio. Eu fui lá.

O Jango nunca acreditava que [não] vinha sempre amanhã para o Brasil. Achava que não tinha crime nenhum, que não tinha feito mal algum. Ele sempre achava que vinha amanhã para o Brasil. Mas mais do que isso a gente não conversava.

Sou um homem atrasado, um homem aqui da terra. As nossas conversas eram sobre gado, negócio, dinheiro, mas sobre política quase nunca, por eu ser um homem atrasado. Política era só municipal, aqui. Essa fofoqueava bem.

Ainda assim, indagado sobre a possibilidade de ter havido algum comentário, do ex-presidente, ligando algum perigo de vida que corresse à administração de seus negócios, o depoente trouxe alguma informação nova.

Uma das tantas vezes que eu levei dinheiro para ele, no Uruguai, ele era da minha confiança, até me entregou as chaves, porque ele ia para Montevidéu. Disse: "Tem um cofre lá no quarto. As chaves estão aqui. Tu guardes esse dinheiro que trouxe lá e dá uma contada para mim. Eu tenho que ter sempre uma reservazinha meio graúda em dólar, e aquele outro negócio nosso era em cheque, porque numa dessas posso ter que sair apurado daqui".

O depoente declarou não conhecer casos específicos de perseguição ao ex-presidente João Goulart, mas que certamente havia um acompanhamento constante por parte das agências de informação brasileiras.

Que eu saiba, não. Mas ele sabia. Eu sei que o SNI funcionava muito bem, porque inclusive a minha vida particular aqui em São Borja eles sabiam em detalhes. E eu era um insignificante, era procurador do João Goulart. E eles funcionavam, eles circulavam.

Coisa que até não era para saber bem eles sabiam. Eu estava viúvo e até meus camangos eles sabiam.

Indagado sobre a possível existência de uma motivação especial para a compra de uma propriedade na Argentina, o depoente informou

Era mais uma saída para ele. Ele deu a entender que os negócios no Uruguai podiam complicar, podia haver qualquer coisa, assim... Então, para ele não estar saindo às pressas, ele ia comprar a fazenda na Argentina.

Antes de ele comprar essa fazenda, eu até comprei uma para ele. Um dia ele me disse... Chamava-me de coronel, às vezes. Nunca me pagou um salário, mas título ele me dava, de coronel. Ele me telefonou de São Tomé e disse: "Bijuja, vai um aviãozinho Cessna te pegar, tu vais ver uma estância para mim, porque eu vou ter que procurar mais uma outra saída, porque numa dessas a coisa complica aqui no Uruguai, o pessoal é muito bom e tal, mas..."

Ele tinha um medinho, sempre tinha... Ele não me declarou com essas palavras, mas ele tinha medo de uma pressãozinha de fora, assim. Aí eu comprei essa fazenda para ele. Tanto que, um dia, ele me telefonou: "Coronel, vendi a tua fazenda". Mas como? Disse: "Eu comprei essa fazenda, que tu compraste para mim, não pode ser... Fica a menos de 100 quilômetros da fronteira com o Brasil, e estrangeiro não pode ter..." Aí que ele vendeu e comprou essa outra lá, quando ele faleceu. São três propriedades ali.

Alguma coisa de ter de sair. Esse negócio lá, também, que eu estava contando e interrompi, ele me disse: "A guria — uma sobrinha que eu criei, — manda dar umas contadas nos dólares lá, que eu tenho naquela gaveta. Em tal e tal lugar assim tenho uma porção grande de dólares guardados, que é para o caso de ter de sair meio apurado". Ele tinha essa prevenção.

Não me lembro. De data sou ruim. Não me lembro.

O montante em dólares, anteriormente citado, estava, de acordo com o depoente, na fazenda do Uruguai.

Lá no Uruguai. Tinha um cofre grande. "Aqui as chaves do cofre. Isso aqui é a chavezinha do cofre lá de cima. Aqui em cima tem umas gavetas, tem um tareco que tu não conheces". Ainda me disse: "Tralha de cheque". Não conhecia mesmo e vi aqueles troços ali. Disse: "Aqui é um dinheiro que eu, na hora em que precisar, uso".

Indagado sobre viagens do ex-presidente à Europa, o depoente pôde trazer algunas esclarecimentos.

Esteve na Europa e pretendia ir de novo, porque ele me disse: "Coronel, me dê aquela chácara lá do pasto de boitatá. Me dê aquilo lá". Eu digo: Então, dá a procuração para o Lutero, que andava comigo, o Lutero Fagundes. Ele disse: "Tem um amigo nosso, falecido, o Roque Pinto. Mas acho que o nego Roque ficou com medo, porque prenderam vocês. Eu fui preso como subversivo lá no Uruguai também. Traz aquele moreno aqui, porque mesmo sendo casado com separação de bens ele tem que te dar uma procuração. A Maria Tereza tem que assinar, entendeu? Aí tu vens aqui em novembro, porque quero ver se vou passar o Natal na Inglaterra, com as crianças. Preciso dar uma saída e vou dar umas examinadas também na sua máquina e vou passar o Natal com as crianças, na Inglaterra".

Parece que foi em novembro do ano em que ele faleceu. Ele faleceu em dezembro, não é?

[Já] Tinha estado na Europa, mas não sei precisar a data. Sei que ele pretendia passar o Natal com as crianças em Londres.

O depoente não trouxe esclarecimentos sobre uma eventual preparação para voltar para o Brasil, mas declarou que se tratava de um desejo permanente do exilado.

Ele sempre pretendendo vir... Sempre, sempre pretendendo vir. E uma mágoa quando a gente vinha embora pra cá que vou te contar, uma saudade dessa terra aqui que dava pena, mas...

Ele dizia: "Não vai embora ainda Coronel". Eu queria vir embora: Não, mas eu tenho o que fazer. "Mas o troço que você vai fazer é... As coisas são minhas lá na tua máquina". Não, mas isso aqui é bom. Diz: "Bom para ti que entra e sai a hora que quer. Isso tem que

ficar à força aqui nesta merda! Não me agrada ficar nisso aqui. Depois não tenho crime nenhum". Isso ele sempre dizia.

Questionado, o depoente se manifestou sobre o conhecimento que detém das relações comerciais do sr. Ivo Magalhães com o falecido presidente – e, logo a seguir, sobre o sr. Cláudio Braga..

Ele tinha o Hotel Alhambra. Eu tenho a impressão, não sei se o Jango teria financiado. Era prefeito cassado de Brasília, ele e o Cláudio Braga, que era um deputado (...). Eram sócios ali e eram donos do Hotel Alhambra.

[Ivo Magalhães] Tinha relação com o Jango e prestava serviço para ele também. Não sei se bem prestado, mas ele tinha bastante relação com o Jango.

Não. [João Goulart] Não falava [sobre isso], mas mais de uma vez fui com o Jango lá no hotel ...

Pois, olha, eu nunca vi nada contrário, nem do Ivo nem do Cláudio.

Pois, olha, o Cláudio Braga também tinha... Era bem relacionado também. É a mesma coisa, o Hotel Alhambra, esse lá sabe?

E depois aqui na Argentina, à noite, estávamos só eu e o Jango aqui na fazenda, onde ele faleceu. Ele mandou o empregado Júlio Quitanda: "Vai deitar que eu vou ficar aqui com o Coronel. Nós vamos dar um susto nesse uísque". Ainda falou no negócio do cigarro. Eu digo: Não, mas não tenho cigarro. Parei de fumar. "Não adianta parar. Morre, rapaz..." Daí a pouco, meia-noite em ponto, vimos uma luz lá na entrada da fazenda.

Bom, diz ele: "Olha lá, acho que é visita". Eu digo: Só pode ser pessoa de intimidade, chegar meia-noite aqui na fazenda. Digo: Mas pelas dúvidas, havia uma árvore bem grande toda iluminada, vamos apagar as luzes, fica tudo escuro. Digo: Nós temos que prevenir, não é por nada. Nós não estamos sabendo quem é que está chegando. Era o Cláudio que estava vindo da Argentina. Foi para lá e ficou conosco na fazenda. Por sinal, ele tinha cigarro e passamos

a noite fumando. Mas é um relacionamento normal. Durante esse tempo, relacionamento normal.

Indagado sobre a postura do ex-presidente, que teria evitado contato com Cláudio Braga nos dias anteriores a sua morte, seja quando ele o procurou por telefone, seja quando passou por Los Libres, o depoente manifestou estranheza.

Olha, o Jango não era homem de fazer besteira, fazer fusquinha e não querer falar por não querer. Ele devia ter algum motivo forte para não querer. Agora, o que era...

Lembro-me deles se dando muito bem. Mais uma razão para reforçar essa desconfiança, essa coisa aí — naquela hora ele não querer — porque eles se davam muito bem, inclusive em negócios e coisas que o Cláudio participava lá ou fazia, tanto ele como o Ivo. É de se estranhar esse comportamento.

O depoente manifestou estranheza, também, quanto ao fato de Cláudio Braga não ter parado para cumprimentar o ex-presidente em Paso de los Libres.

Eram [amigos]. Quando o conheci eram bem amigos e ele não faria uma coisa dessa de passar sem cumprimentar. Não cabia.

Estou-lhe dizendo que nessa vez em que eu estava lá na estância foi ele quem apareceu à meia-noite, sozinho. Estávamos só eu, o Jango e o Júlio.

Chegou na fazenda, pousou e ficou lá [sem avisar]. Ele vinha não sei de que parte da Argentina.

Não posso lhe precisar [se o presidente sabia que ele iria chegar]. Acho que não, porque ele disse: "Mas tem que ser a essa hora? Tem que ser gente de intimidade para chegar à meia-noite numa...

É, mas parece que ele vinha de Buenos Aires, vinha não sei de onde. Havia horas que ele não aparecia por lá.

Não, saber ele não sabia. Quem vinha lá ele não sabia .

Mas eu não vejo ligação por quê. Ele não sabia. Ele vinha de Buenos Aires, qualquer coisa que o valha (...). E, se ia passar lá na fazenda, se o relacionamento dele, se no mínimo nessa época, era muito bom, não precisava aviso para ele chegar.

Não, mas o momento era de tranqüilidade nessa época lá. Inclusive o Jango dizia: "Coronel, vamos lá... Deu vontade de comprar outra estância". Dava maior que as dele, de longe. Ele dizia: "Esse francês de merda não quer me vender aquilo ali". Eram 11 mil hectares que tinham ali. Ele pretendia..., estava achando que estava bom negócio lá na Argentina, estava querendo ampliar os seus negócios lá. Ele foi meio como alternativa e depois estava gostando porque estava...

O depoente passou, então, a responder a questões sobre as propriedades que o ex-presidente possuia na Argentina.

Na Argentina, eram três fazendas: La Susi, onde ele morreu, novecentos e tantos hectares, beirando mil; La Periá, que tocou para a Denise, era em frente da outra em que ele faleceu, e La Villa... Não, La Villa foi onde ele morreu...

La Susi passava dentro dessa propriedade de um francês. Tinha de passar por dentro dos campos desse francês, que ele dizia que queria comprar... Entre as três não chegava a mil hectares cada uma, sabe? Eram quase três mil hectares de terra.

Não me lembro nessa época se [ele] tinha [campo arrendado lá]. Mas ele, uma hora tinha... O Jango hoje tinha uma coisa, amanhã não tinha mais. O negócio dessa fazenda que o João pegou... Ele deu um dos tantos golpes de sabedoria. Era de um turco velho lá. Então, ele me disse: "Dr. Motta, o dr. Goulart *va para el cielo cuando morir*". Porque conseguiu lograr um turco com 88 anos, que era ele.

O turco botou, do dom Martin Cehman, seis ou sete mil ovelhas, quase sete mil ovelhas dentro daquele campo, e só vendia a fazenda se vendesse aquelas ovelhas. Eu não vou comprar, fazer um negócio desses aqui. Não dá... Mas o Jango estava a par de tudo o que era mercado no mundo. Então, houve um negócio lá pela Rússia

que fez o preço da lã disparar, e o Jango saiu a jato, foi lá e comprou do turco e ainda pagou quase tudo com a lã. Um negócio legal, decente e sério. Ele pagou quase tudo com a lã.

Então, gostou do negócio e estava ampliando lá na Argentina.

O depoente foi perguntado sobre a partilha dos bens do ex-presidente, se ele, que era procurador do falecido, tinha reparado em algum fato suspeito.

Não, o que eu fiz aqui eu fiz daqui do Rio Grande do Sul. São Borja, Santiago, fui representando o João Vicente, e um outro rapaz, o Manoel Viana Gomes, representando a Denise. Foi o maior passo, tudo dividido certinho: campo, gado, búfalo, o que tinha lá. Não houve nada de nada.

Lá [no Urugaui e na Argentina] não participei de nada.

Não [ouvi falar de nada]. Eu sei que tocou a metade dessa fazenda grande, a Tacuarembó, para a Denise e metade para a Maria Tereza, e lá, Maldonado, umas dez quadras na nossa... tocou para o João Vicente. É terra desvalorizada e umas ficam dentro da cidade. Essas da Argentina eles venderam na hora também. Cada um recebeu uma e passaram os cobres. É o que sei.

Eu não sei te dizer [quem tocou os negócios na Argentina], porque... Depois disso, a Maria Tereza e a Denise decerto devem ter feito alguma coisa. Nunca mais me cumprimentaram, não se davam mais comigo, e eu me retirei.

O depoente foi instado a retornar à natureza do relacionamento que mantinha com o ex-presidente desde os sete anos de idade.

Como irmão. [Eu estou com] Setenta e sete anos. [Ele era] Um pouco mais velho do que eu. A minha amizade maior era com o irmão dele, o finado Ivan que era da minha idade.

Quando o Jango foi para o Uruguai — foi cassado — foi para Libres, foi lá para o Uruguai, ele tinha procurador aqui, o dr. Airton Mendes Aub. Um dia fui lá visitá-lo, em junho de 1964, e ele me disse: "Coronel, tu podias me dar uma mão por lá. O Airton não é muito

campeiro e tal". Eu disse: Tu que sabes. Disse: "Vou dar uma procuração para tu fazeres as guias para movimentar gado".

Ainda mais que ele era... a essa altura tudo que era do Jango era visto com dez olhos, com perseguição, com maldade (...). E aí eu peguei essa procuração.

Depois, conforme eu disse, ele foi ampliando, ampliando, até que me deu uma procuração, que eu tenho guardada, com poderes. Só não vendia terra; o resto tudo eu fazia. Vendia, trocava, mudava, usava o dinheiro...

Ele dizia: "Não mete doutor no negócio que eu não gosto de doutor. Faça as coisas e me traga o... Tu vês o que tem de gado, o que tu vendeste, onde tu gastaste e me traga o troco que o resto eu sei fazer. Eu não gosto de slip de caixa. Essas coisas eu não quero... Eu quero bem simples". Foi isso.

O depoente confirmou que mantinha contato freqüente com João Goulart. Foram 137 visitas ao exílio, o que, excluído o período de viagens à Europa, significaria mais de uma visita por mês. Somando-se a isso a amizade de infância, poe-se esperar que o depoente conheça detalhes da vida do presidente desconhecidos por qualquer outra pessoa, incluída a família.

É. Em todas as vezes [137] eu me encontrei com ele...

Ficava às vezes dez, quinze dias. D. Celeste, que morava lá na fazenda, sabe. Eu ficava dez, quinze dias. Por sinal, eu a alimentava com cigarro e as crianças com balas. Levava daqui. Ia seguido lá.

Qualquer coisa com relação à família eu me nego a responder. Não entro nesse assunto. Respeito a d. Maria Tereza e a d. Denise — passaram a não me cumprimentar mais, devem ter motivos —e me nego a responder qualquer coisa sobre história de família.

O depoente se pronunciou sobre os dólares que o ex-presidente mantinha acessíveis para alguma urgência.

Mas isso foi muito tempo antes do falecimento dele. Ele me disse que estava juntando dinheiro porque ia comprar uma fazenda na Argentina. Ele não tinha ainda as fazendas na Argentina. Aquele

dinheiro que eu tinha levado — não me lembro quanto era — fui eu e o Mário (...). Era bastante dinheiro. E ele me disse que ia comprar uma fazenda aqui na Argentina e que precisava ter aquela reserva sempre ali. Mas não sei lhe dizer quanto.

O depoente voltou a indicar a última vez em que esteve com o ex-presidente.

Mas eu estive em novembro... Parece-me que foi em novembro do... Eu andava aqui no Rio Grande. Foi em novembro que nós fomos lá, Lutero foi comigo. Não foi aquele dia do eclipse?

É. Parece que foi em novembro que eu estive aqui em Tucuarembó. E ele me disse: "Olha, Coronel, depois..., vou passar o Natal com as crianças". Foi aí que ele me disse, que ia passar o Natal com as crianças na Europa.

Em determinado momento, o depoente refere-se a uma conversa com João Goulart em que ele se queixa por dever evitar o gelo, que é vaso constritor. "Mas aí eu não posso tomar uísque sem gelo", teria dito o ex-presidente.

Então, não tome uísque. "Ah, também não vou parar. E o cigarro nem pensar". O senhor tem problema de coronária, o senhor tem que se cuidar mais um pouco. O senhor está bastante gordo e, pelo que sei, o senhor gosta muito de uma carninha mal passada, bem gorda. "Ah, claro que gosto".

Perguntado se o ex-presidente manifestara medo de voltar, de alguma represália, o depoente negou, embora com uma ressalva.

Não. A única coisa que ele tinha medo e não viria era de ser humilhado, ter de andar, vamos dizer, pelo cabresto por aí, chegar qualquer miliquinho e dizer: o senhor só pode ficar no Rancho Grande, só pode ficar aqui. Ele não aceitava essas restrições à liberdade, que talvez pudessem vir. Ele só viria livremente, como ele achava que não tinha dívida com nossa pátria.

Não, nunca me falou [de ameaça de morte].

Ia em toda parte, desculpe-me, ia a remate, a tudo e nem usava faca para comer carne, não carregava. Saíamos juntos nos remates, e nunca carregávamos arma.

O depoente confirmou a versão de que o sr. Cláudio Braga tinha pretensões de enriquecer, mas afirmou que, aparentemente, as relações comerciais que mantinha como ex-presidente eram boas.

Ah, ele sempre sonhava, não se conformava em ser o que ele era. Sempre pensava...

Não, ele não chegava e dizia: "Bijuja, não quero mais ser pobre". Mas víamos em suas intenções que ele tinha bastante interesse nisso.

Ele achava que tinha de fazer alguma coisa para ganhar mais. Aquele hotel que eles tinham dava para viver, mas ele tinha sonhos mais altos.

Não, claro. Todos nós temos.

A seguir o depoente fez alguns comentários sobre sua própria situação financeira e a do ex-presidente, elogiando, deste, a conduta correta e o tino comercial.

Depois de tudo isso fiquei bem pobre. Acho que eu sou é burro. Está cheio de gente que não cuidou de metade do que eu cuidei e está cheio de dinheiro.

Agora, não sou pitoco, eu sou suro. Pitoco tem um rabinho para agarrar.

[João Goulart tinha] Muita, muita coisa. Era muito rico. Trabalhava muito, era um trabalhador bárbaro o Jango e trabalhava sério, mesmo que estivesse doente. Uma vez eu me lembro que ele estava mal do estômago, uma coisa séria, tomou um chazinho, daqui a pouco chegou um amigo nosso, Aristides Florentino Dutra, que falou em um lote que existia não sei que preço e ele: "Ah, mas esse negócio eu faço!" E esqueceu-se do estômago.

Ele era trabalhador, e muito vivo. Ele sabia mais do que os outros, em tudo. Era um homem campeiro, contava mil ovelhas, que

é um bicho difícil de contar, porque são todas iguais. Não sei se o senhor é gaúcho. Tudo é igual, a ovelha. O Jango nunca errava uma conta.

Ele ia contar um gado. Baixava em um rodeio de avião, e ele dizia para o camarada: "Me deixa um matunguinho manso" — ele tinha aquela perna esquerda totalmente dura, tinha que meter lá no sovaco do cavalo. Só cavalo manso para ele montar. E no rodeio: "Sr. Luís Carlos, seiscentas reses". Queria vender as vacas gordas. Ele chegava lá, dava uma andada no cavalo, para cá, para lá e dizia: "Olha, eu lhe compro 80 vacas. O gado é de cria, naquele tempo quase nem... Pago tanto pelas suas vacas.

Aí ele dizia: "Coronel — eu conhecia um pouco de gado, nesse tempo enxergava —, na parte eu comprei 80 vacas do Luís Carlos. Essas vacas vão me dar 180 quilos de carne em Júlio Castilho. Fazia aquele cálculo. Podia ir lá receber.

O depoente manifestou dúvidas sobre a correção do processo de distribuição dos bens do ex-presidente após seu falecimento.

Acho que não foi conduzido de maneira correta, a enormidade de coisas que ele tinha virar nada. Não pode ter escapado pelo buraco.

Alguma coisa aconteceu. Só aqui no Rancho Grande, a estância é uma das melhores do Rio Grande, são 8 mil e tantos hectares. *(Ininteligíve*l) mais 5 mil e pico, cheio de gado aquilo. No dia que eu entreguei, para dizer que não tinha nada de dívida, tinham dezesseis cordeiros que o João Vicente tinha comprado num remate. Era toda a dívida que o João Goulart tinha.

Numa invernada do Rancho Grande, quando eu já estava entregando, havia 978 bois gordos. Eu ia matar quinhentos e poucos quilos e deixar os outros para dar uma repassada numa *(ininteligíve*l). Havia trezentas vacas gordas, separadas, tudo crioula. Tinha só um boi velho chileno que era comprado, o resto tudo era crioulo. Isso era um dinheiro que entrou. Não sei, não vi, não estava lá.

Na opinião do depoente, não havia razão para supor que o ex-presidente tivesse sido assasinado.

> Não vejo por que ser assassinado se já havia 24 [?] anos que estava fora do poder. Uma pessoa pacífica a vida inteira, não tinha inimigo, não tinha ódio, não tinha nada, uma bondade personificada. Não encontro motivo nenhum para que ele fosse morto. Com interesse de quem? Só se fosse científico. Acho que não tinha ninguém capaz de fazer isso.

Tampouco em questões comerciais o depoente encontrava qualquer razão para supor que alguém tivesse alguma desavença séria com o ex-presidente.

> Aqui não. Na área que eu atendia não, nada.

> [Ele era benquisto] Demais, muito benquisto, um homem muito sério, muito direito, muito bom, muito humanitário, muito trabalhador. Só não gostava de vadio, não podia ver um índio sentado.

O depoente terminou sua intervenção felicitando a Comissão, desejando-lhe sucesso nos trabalhos e colocando-se à disposição para qualquer esclarecimento ulterior.

3.4.5. DEPOIMENTO DO SR. LUTERO FAGUNDES

O sr. Lutero Fagundes foi contador do ex-presidente João Goulart. Ao contrário do sr. Deoclécio Barros Motta, contudo, chegou a exercer atividade política junto ao ex-presidente.

O depoimento trouxe uma informação muito importante. De acordo com o depoente, o ex-presidente João Goulart -- que, embora transitasse entre Uruguai e Argentina, começara o exílio estabelecido no Uruguai para, depois da chegada de Perón ao poder, permanecer mais tempo na Argentina -- fora instado pelas novas autoridades argentinas, após a queda de Perón, a sair do país.

> Preliminarmente, farei um intróito. Desejo boas-vindas à Comissão e aos seus componentes, na pessoa do seu presidente e

dos demais deputados que a acompanham. Que a sua missão encontre o que se está procurando saber sobre a morte do ilustre são-borjense, o dr. João Goulart.

Cheguei a São Borja — na verdade, sou filho de Uruguaiana, mas meus pais e avós são daqui — em 1947. Tudo o que somos, até então, devemos ao dr. Getúlio Vargas, que mandou meu pai estudar e o nomeou chefe do Ministério da Agricultura em Uruguaiana, para o mesmo cargo que o seu neto, hoje, ocupa.

Quando aqui cheguei, já formado contador — aliás, eu me formei dois anos depois — prestava meus serviços aqui e comecei a prestar serviços para o dr. João Goulart. Eles vendiam muito gado, e aquelas notas que vinham da Swift e dos frigoríficos eles me perguntavam por que se descontavam isso e aquilo. Chamavam-me ali. Daí, nasceu um relacionamento muito bom, muito afetivo, muito amigo e entramos na política.

Sou da Revolução de 30 e lamento não podermos fazer hoje outra Revolução de 30. Se tal acontecesse, jamais estaríamos na situação em que estamos hoje.

Comecei na política com o dr. João Goulart e fui vereador. Como suplente assumi a secretaria da Casa. Fui convidado pelo dr. João Goulart a assistir a sua posse em Brasília, com o presidente Jânio Quadros. Naquela oportunidade, ele me disse que no dia em que eu quisesse sair de São Borja, para descansar um pouco, ele me daria um cargo no exterior. De fato ele me deu. Fiquei três anos em Buenos Aires como assistente comercial do Lloyd Brasileiro, adido da embaixada brasileira.

Quando o Dr. Jango caiu, eu estava no cargo em Buenos Aires. Quando estava me dirigindo ao Brasil — eu saí em abril de 1964 —, cheguei a Montevidéu e fui fazer uma visita a ele, que me disse que não fosse a Porto Alegre, porque todos os que vinham do exterior iriam ser pegos. Seria bom, disse-me ele, que desse a volta e entrasse pela fronteira. Foi o que eu fiz.

Nos doze anos em que ele ficou exilado, doze anos eu o acompanhei, profissionalmente e como amigo. Fui até mesmo preso e

tive vinte dias de cela. Se a GESTAPO, de Hitler, existisse, ela teria inveja do Serviço Nacional de Informações do Brasil. Em festas, casamentos e batizados, eles punham gente deles, eles nos monitoravam diuturnamente. Sabiam tudo o que acontecia, tanto no Brasil como no Uruguai, do Uruguai, então, eles eram donos.

O que me surpreendeu muito foi um dia quando ele voltou da Inglaterra, quando levaram o João Vicente para Londres... Ele sempre nos chamava lá e fomos ter com ele no hotel onde ele estava, em Tacuarembó, porque nós íamos para a fazenda. Eu lhe perguntei: Doutor, como o senhor vai fazer para voltar para a Argentina? O serviço de inteligência da Argentina — ele estava parando no Hotel Alviar(?) — mandou ele retirar da Argentina, sob pena de ele e a família serem ...

Ele foi para o Uruguai, voltou para o Uruguai. Vejam bem, o serviço de inteligência da Argentina, no hotel, após a derrubada da Isabelita. O dr. João Goulart foi para Argentina quando Perón assumiu o poder. As portas estavam abertas, portanto. Quando se fechou o ciclo peronista, com a mulher dele, mandaram que se retirasse.

Eu fiquei muito surpreso. Eu lhe perguntei como ele faria para ir para a Argentina. Ele me disse que nem ele sabia — na mesa do café no hotel.

Ele já tinha comprado as propriedades [na Argentina]. Ele estava na Argentina, mandaram que ele se retirasse da Argentina, e o governo argentino ameaçou não apenas ele, mas também seus filhos.

Para minha surpresa, de madrugada, à meia-noite, o *(ininteligível)* me ligou e disse que o dr. Jango havia morrido em Mercedes. Mas como, se ele não podia entrar na Argentina?

Ele esteve em Salto, antes da sua morte. De lá ele cruzou para Monte Caseros, onde há uma barragem em cima. Decerto foi para a fazenda, por conta própria. Não obedeceu às ordens nem estava pensando que iria acontecer isso com ele.

Ele estava muito doente mesmo. Tinha estado em uma clínica muito recomendada, na França, mas ele não aceitava aquelas recomendações que recebia.

Estas são as palavras preliminares que eu desejaria expor à Comissão.

O depoente foi indagado, então, sobre a fonte da informação de que o ex-presidente estava sendo ameaçado na Argentina.

Não foi por ele. Foi por gente lá do Uruguai mesmo e por gente daqui. O senhor sabe que eu tinha muita ligação com pessoas de São Tomé, e ele estava sendo ameaçado. Pediram para se retirar.

Indagado se isso não reforçava a versão de que o ex-presidente João Goulart teria sido assassinado, junto com outros líderes sul-americanos, e de que ele dispunha de suas próprias fontes de informação sobre os riscos que corria, o depoente foi positivo.

É a mesma [a minha impressão]. Ele tinha muito cuidado porque, repito, o serviço secreto brasileiro era muito eficiente, era demais. Eles monitoravam todo o Uruguai. Cuidavam do dr. Jango noite e dia. Cansei de chegar na fazenda, em Montevidéu ou no hotel em Buenos Aires, ligar para ele e ele dizia que tal hora estaria lá, mas nunca estava na hora que dizia, já prevendo todas essas coisas. Isso recrudesceu com aquela frente ampla que fizeram com o Lacerda. Então apertaram o cerco.

Quando chegou Perón, ele achou uma saída. Inclusive tinha fazenda no Paraguai também. Mas quando caiu o peronismo na Argentina, quando tiraram sua mulher do poder, daí a não sei quanto tempo ele foi intimado a se retirar da Argentina. Perguntei o que iria fazer e ele respondeu que nem havia pensado o que fazer. Iria para a Inglaterra e depois pensar se voltaria para a Inglaterra no fim do ano. Isso que estou falando ocorreu no dia 18 de novembro do ano que morreu.

De acordo com o depoente, nesse momento o ex-presidente já comentava a respeito de uma possível volta para o Brasil.

Sim. Nas entrelinhas, como político, saía por tudo que era lado. Comentava que estava previsto que voltaria para o Brasil depois. Depois da Inglaterra, voltaria para o Brasil.

Entre os fatores que preocupavam o ex-presidente não estavam, certamente, seus negócios. As preocupações centrais, afirmou o depoente, situavam-se na efera política.

> Negócios não. Era um homem muito bem de situação econômico-financeira. Cansou de dizer pra mim que não queria nada do que tinha em São Borja, porque não precisava. "Quero que vocês cuidem, porque um dia eu chego lá", ele dizia. Não queria essa preocupação com coisas daqui.
>
> Eu acho que tudo foi política, né? Quanto ao que ele tinha, não sei muito bem dos negócios dele no Uruguai e na Argentina. O que eu sabia era que estava muito rico.

Ao depoente foi indagado se ele esteve junto ao corpo do ex-presidente, na igreja, em São Borja, e se reparou em algum acompanhamento de agentes de segurança e informação do governo brasileiro.

> Estive presente e, inclusive, assim que soube da morte do presidente, desloquei-me para a Argentina com outros amigos. Lá vi em que circunstâncias estava o ambiente. O governo brasileiro não queria que o dr. Jango voltasse para o Brasil nem morto. Era pra chegar aqui e enterrar.
>
> Como já disse, eles estavam em toda a parte, vestidos e caracterizados de todo o jeito o Serviço Nacional de Informações no Brasil juntamente com as Forças Armadas do Sul.
>
> O dr. João Goulart passou na Ponte Internacional Uruguaiana-Libres. Eu estava presente naquela oportunidade. Foi muito difícil passar pela ponte, tanto lá como aqui.
>
> Sim, eu acredito que o Governo teria problemas, pois ele acreditava que haveria uma convulsão social no País com a volta do presidente, porque ele era populista, e estávamos vivendo um regime de exceção muito forte.
>
> E com relação à autópsia, essa que o senhor fala, ela deveria ter sido feita lá na Argentina, naquele lugar, e não aqui.

O depoimento focalizou, então, a ausência de autópsia.

> Aí o problema suscita muitas dúvidas quanto a essa autópsia. Vivi na Argentina, inclusive tenho contato, pois tenho parentes na Argentina. Acredito que a autópsia, tanto no Brasil como na Argentina, aqui onde vivemos, seja uma coisa obrigatória a ser feita, não é?
>
> Agora, quanto a essa passagem de que não foi feita no cadáver do presidente João Goulart, aí não sei a que atribuir, tantas as indignações que você pode tirar desse episódio, não é?

A seguir, o depoente voltou a tratar da situação econômica do ex-presidente.

> Ao morrer, ele estava bastante rico. Repito: ele estava rico. Porque não obstante eu ser contador dele, trabalhando nas economias dele, nas finanças dele aqui junto com o Bijuja, porque eu tinha uma procuração paralela com o sr. Bijuja também, ele estava muito rico. E repito o que ele disse para mim: "Eu não quero nada que eu tenho lá. Eu quero que vocês cuidem, porque um dia eu vou voltar para lá". Ele estava efetivamente rico.

O depoente foi indagado sobre os limites de sua relação profissional com o ex-presidente.

> Eu era procurador dele. Ele tinha muitos bens, muitas propriedades em todo este Brasil. Então, aqui eu fazia os relatórios para ele, assessorava o sr. Bijuja nessa parte das finanças que ele falou aqui e eu também tinha uma parte nas finanças. Queira ou não, quem fazia isso era eu, mediante uma procuração que ele também me passou, paralelo ao sr. Bijuja.
>
> [A procuração não dava poderes fora do Brasil]. Não na Argentina nem no Uruguai.

Em função da informação transmitida anteriormente pelo depoente, de que o ex-presidente tinha sido "convidado" a deixar a argentina, foi-lhe perguntado se ele sentia alguma influência do governo brasileiro sobre o argentino.

> Não, eu acredito que o Brasil não influenciou na Argentina e jamais vai influenciar lá, viu? Na Argentina, como se diz,

eles têm um quê pelo Brasil que amaina um pouco de vez em quando. Inclusive com o MERCOSUL isso aí vai terminar, porque ou se dá para todos ou não se dá para nenhum. Quem está levando vantagem nisso aí é a Argentina.

E o Brasil, nesse sentido, nessa pergunta, se ele tinha interferência com a história do dr. João Goulart, decerto por vias diplomáticas e secretas eles tinham, mas não abertamente. Agora, no Uruguai, sim.

Como eu disse, a questão é política e vem de longe, não é daqui. A questão tem muito mais ramificações nesse episódio da saída dele da Argentina.

Foi solicitado ao depoente que ele explanasse melhor a comparação que fizera entre o serviço de informações brasileiro e a GESTAPO, até para esclarecer o sentido da operação condor.

Com relação à GESTAPO, guardando as proporções, refiro-me assim: sentíamos que éramos constantemente vigiados, dia e noite. Então, se o senhor fizesse uma festinha para sua filha ou para o seu filho na sua casa, acredito que alguém do serviço nacional de informação estaria lá vigiando. Era assim que eles captavam tudo que era palavra. Então, eles botavam, viu?

Como já disse, fui preso no governo Médici. Quando eu voltava do Uruguai com outro amigo, prenderam-me aqui em Livramento. Havia uma ligação entre a polícia uruguaia e a brasileira, haja vista que o material bélico uruguaio à época era todo brasileiro, até a roupa do soldado. Os aviões brasileiros passavam em território uruguaio na hora em que eles queriam.

Depois que o depoente confirmou que a intenção da família era enterrar o corpo do ex-presidente na fronteira, foi-lhe perguntado se não estranhava tanta resistência do governo brasileiro, já que se tratava de uma cidade perto da fronteira, sem a população que havia, por exemplo, em ma grande capital.

Não, porque o governo de exceção da época não tinha nenhuma popularidade, nenhum apoio do povo, né? E entrando um

homem como João Goulart, que era daqui, aqui ele poderia fazer uma convulsão em qualquer lugar, começar de qualquer lugar.

Che Guevara começou na Sierra Maestra, não é? Está lá há 40 anos, não é?

O depoente não se sentia em condições de responder se a morte do presidente teria sido provocada, mas não deixou de manifestar estranheza com vários aspectos do processo.

Não, não posso responder que poderia ou não. Mas, em certas circunstâncias, suscita uma dúvida quanto à morte do presidente. Em certas circunstâncias, não é?

Demoraram muito para mexer com esse problema.

É claro que para o Governo brasileiro não havia interesse, na oportunidade, porque eram os donos da situação e não queriam saber nada de povo, nada de populismo. Daí que tiro essas minhas conclusões de que esse problema foi político.

4. INVESTIGAÇÕES REALIZADAS EM PAÍSES VIZINHOS

Esta Comissão Externa, a partir da primeira audiência pública, realizada em Brasília, com o sr. João Vicente Goulart, começou a estabelecer um roteiro de investigação, progressivamente ampliado, que incluía a coleta de depoimentos no Rio Grande do Sul, como ficou registrado na seção anterior deste relatório, mas também o contato, em países limítrofes ao Brasil, com pessoas que pudessem trazer esclarecimentos sobre a situação política em que vivia o ex-presidente João Goulart e sobre os últimos meses e dias de sua vida.

Obviamente, essa parte da investigação não gozava das facilidades materiais intrínsecas a uma tomada de depoimento na Câmara dos Deputados, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul ou na Câmara dos Vereadores de São Borja – seja em termos de tempo e acomodações adequadas à condução do diálogo com os depoentes, seja no que toca às condições de gravação das entrevistas.

De qualquer maneira, os parlamentares encarregados dessas investigações tiveram o cuidado de gravar, apesar da precariedade dos meios, as conversas que mantiveram com pessoas capazes de trazer informações a esta Comissão – e o Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados realizou um excelente trabalho para recuperar, tanto quanto possível, o conteúdo das gravações, de forma a permitir seu uso, com segurança, na confecção deste relatório.

Ademais, por sugestão colhida no depoimento do ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, esta Comissão procurou acompanhar as investigações, em curso na Argentina, sobre a participação do ex-presidente Jorge Videla na articulação repressiva no sul do continente. O resultado desses trabalhos está exposto nas páginas que se seguem.

Saliente-se, em primeiro lugar, por suas implicações simbólicas, o contato que a Comissão estabeleceu com o sr. Adolfo Pérez Esquivel, detentor do Prêmio Nobel da Paz, de 1980, e referência fundamental de militância em prol dos direitos humanos na América Latina. O ilustre depoente declarou-se incapaz de fornecer esclarecimentos específicos sobre o caso João

Goulart; no entanto, colocou-se à disposição do Congresso Nacional brasileiro para usar seus contatos e a organização de que faz parte no sentido de dar continuidade, com base no relatório desta Comissão, à verificação de informações sobre a morte do ex-presidente.

Quanto à análise da problemática mais geral, relativa à morte de líderes populares na década de 1970, o sr. Pérez Esquivel ressaltou a importância do livro "Los Años del Lobo: operación condor", de Stella Caloni, para o conhecimento dos dados disponíveis – principalmente no Paraguai, no chamado arquivo do terror – sobre a coordenação internacional da repressão política na América do Sul. O entrevistado indicou, ainda, fatos de sua própria experiência que comprovam, mais uma vez, a já inegável existência dessa coordenação.

As demais entrevistas realizadas em diligências à Argentina e ao Uruguai se enquadram no que foi chamado, na seção anterior deste relatório, de depoimentos de natureza predominantemente testemunhal -- ou seja, prestados por pessoas que testemunharam os últimos meses de vida do ex-presidente João Goulart ou tiveram contato com seu corpo, quando já falecido. Foram entrevistados, então, o dr. Ricardo Rafael Ferrari, médico que atestou o óbito do ex-presidente, e os srs. Enrique Foch Díaz, Eva de León Gimenez, Júlio Vieira e Ivo Magalhães. Infelizmente, como será visto a seguir, as entrevistas trouxeram poucos fatos de interesse, novos, à investigação.

O dr. Ricardo Rafael Ferrari declarou ter sido chefe do serviço de pediatria da filial, na província de Corrientes, da Sociedade Argentina de Pediatria. Supõe que, por isso, tem sido muitas vezes identificado como pediatra, quando, na verdade, atende, como médico, a crianças e adultos.

De acordo com o dr. Ferrari, ele foi procurado em sua casa, na noite de 5 para 6 de dezembro de 1976, para atender, com urgência, a uma pessoa identificado como "o doutor" e, logo depois, como o dr. Goulart -- a quem nunca havia visto. Quando chegou à fazenda, e teve contato com o corpo, ele ainda não estava frio, mas já se encontrava morto, com rigidez cadavérica. No quarto, além do cadáver, encontrava-se apenas uma senhora, que disse ser a esposa. Perguntada, ela respondeu que ele era cardíaco. Quando o médico indagou se ele usava algum medicamento, ela lhe trouxe, de fora do quarto, um frasquinho, cuja composição "estava em inglês, mas a fórmula era similar, igual à dos comprimidos que receitamos para dilatar as coronárias".

O médico deixou bem assente que procurou por medicamentos no quarto e não os encontrou; na mesa-de-cabeceira não teria havido nem copo de água, nem xícara de café, nem frasco de comprimidos. Nas palavras do médico: "se ele tomou seus comprimidos, certamente o fez muito antes, não no momento em que se deitou".

O dr. Ricardo Rafael Ferrari declarou ter tomado algumas precauções, ao perceber que se tratava da morte uma pessoa importante, e tendo consciência do momento político por que passavam Brasil e Argentina. Assim, o médico teria tido o cuidado de examinar cuidadosamente o cadáver para verificar se havia sinais de violência: "Não havia nenhum sinal de violência, nenhum ferimento, absolutamente nada. A posição em que ele estava correspondia a uma morte tranqüila por parada cardíaca. Não havia nada que me fizesse suspeitar que ele tivesse tomado uma substância tóxica, algum veneno. Não havia contraturas, não havia secreções na boca, não havia nada. Então, pensei que ele tivesse morrido de parada cardíaca".

O médico confirmou ter assinado o atestado de óbito dizendo que o ex-presidente João Goulart falecera de parada cardíaca, embora questionando, na época, a ausência de um médico forense, apto a efetuar uma análise completa do corpo. Negou, contudo, ter atestado morte por infarto; apenas registrara a parada cardíaca como causa provável da morte.

Além de procurar marcas de violência no cadáver, o dr. Ferrari afirmou ter passado pela delegacia de polícia para informar que um presidente da República do Brasil falecera em sua estância argentina e sugerir que se procurasse um médico forense e, se fosse o caso, que se mandasse fazer uma autópsia. Ele "não queria ficar com a responsabilidade de ser o único a atestar essa morte". Mas nada foi feito.

Mais tarde, no início da década de 1980, procurado por pessoas supostamente interessadas em desvendar a causa da morte, o dr. Ferrari lhes teria dito que, se suspeitavam de veneno, talvez fosse o caso de proceder à exumação -- o que, tanto quanto sabe, nunca aconteceu. O medico terminou por afirmar que não acredita na possibilidade de que, agora, vinte e cinco anos depois, se possam encontrar vestígios de envenenamento.

A entrevista com a sra. Eva de León Gimenez deveu-se à convivência que mantinha com o ex-presidente nos anos imediatamente anteriores a seu falecimento. No entanto, pouco ou nada pôde ela transmitir à

Comissão que apoiasse as investigações. Vale a pena, tão-somente, registrar dois pontos.

Primeiro ponto: a sra. Eva de León, para mostrar o caráter destemido do ex-presidente Goulart, declarou saber que Juan Domingo Perón, ao assumir o governo argentino, teria colocado à disposição do líder político brasileiro um aparato de segurança destinado a preservar sua integridade física, mas João Goulart se sentia muito mal com aquilo e solicitou que o aparato fosse desativado. Segundo ponto: a sra. Eva de León, como muitas pessoas entrevistadas pela Comissão, externou sérias restrições à pessoa do sr. Enrique Foch Díaz.

O sr. Foch Díaz, aliás, também foi entrevistado por membros desta Comissão. Suas declarações não constam do corpo deste relatório pela mesma razão que dele estão ausentes as declarações do sr. Jorge Otero Menendez. É que elas não trazem novidade substancial em relação ao que já está disponível, para os pesquisadores presentes e futuros, nos livros publicados por ambos. A diferença é que, enquanto o livro do sr. Jorge Otero constitui obra de referência para a reconstituição da vida do ex-presidente Goulart e para a reflexão teórica sobre a história e a política na América do Sul, tendo inspirado parte do que se diz neste relatório, a obra e a pessoa do sr. Enrique Foch Díaz saíram dessa investigação sob forte suspeita.

De qualquer maneira, a Comissão não podia deixar de recolher informações sobre o processo por ele movido contra o sr. Ivo de Magalhães, na localidade de Curuzu Cuatiá. O deputado De Velasco, em nome desta Comissão, deslocou-se à localidade para se informar sobre o processo. E trouxe alguns esclarecimentos.

Tratava-se de uma denúncia do sr. Enrique Foch Díaz, em que ele levantava suspeita não quanto à morte, mas quanto ao destino dos bens deixados pelo ex-presidente. Todas as pessoas citadas foram ouvidas, inclusive o próprio capataz, o médico que assistiu o dr. João Goulart e todas as pessoas que tinham sido arroladas como possíveis envolvidas em toda a trama de fraude, desvio de bens e coisas dessa natureza.

De acordo com o juiz encarregado do caso, o processo foi iniciado em 1982 e, no transcorrer das oitivas dos envolvidos, ele não foi pressionado, nunca recebeu a visita de ninguém, nunca recebeu telefonema de ninguém, nunca recebeu qualquer ameaça que pudesse levantar uma suspeita

de que alguém poderia estar interessado em fazer morrer esse processo. O juiz chegou ao final com a sentença de que não havia razão do prosseguimento do feito. O processo foi encerrado com essa sentença.

O juiz acreditava que esse sr. Foch Díaz não era uma pessoa que estivesse no domínio de todas as suas faculdades mentais. Ele chegava a Curuzu Cuatiá normalmente de ônibus, maltrapilho, muito desleixado na sua aparência pessoal, e nunca se encontrou qualquer elemento que pudesse validar um tipo de processo que levasse adiante as dúvidas por ele levantadas.

O deputado De Velasco, ao expor o resultado dessa diligência, mostrou surpresa ante uma declaração do juiz encarregado de examinar a denúncia do sr. Foch Díaz, em 1982. Segundo ele, o sr. Júlio Vieira, capataz da estância em que faleceu o ex-presidente, teria dito que reteve, durante seis meses, o frasco que continha o medicamento que teria sido usado pelo dr. João Goulart naquela noite fatídica -- e como ninguém o requereu, e não havia mais interesse, jogou fora o frasco, não sabe o fim que tomou, além do lixo em que ele foi atirado.

Uma das mais importantes informações recolhidas por esta Comissão Externa em diligências realizadas na Argentina e no Uruguai foi prestada pelo próprio sr. Júlio Vieira. Foi ele a pessoa que acompanhou o ex-presidente durante os últimos momentos, até a hora em que ele foi dormir. E pôde testemunhar um fato inusitado. Contra suas práticas habituais, João Goulart solicitou que o capataz ficasse, à noite, próximo ao quarto dele, possivelmente na varanda. O sr. Júlio Vieira não soube explicar a razão, já que o presidente nunca havia feito uma solicitação daquele feitio. Ele achou estranho, brincou, e acabou indo dormir na casa que fica próxima à casa principal da fazenda.

De qualquer maneira, trata-se de um indício de que o ex-presidente João Goulart, na noite de sua morte, suspeitava de algum perigo rondando sua residência.

Das entrevistas realizadas fora do Brasil, a mais longa foi com o sr. Ivo Magalhães, prefeito de Brasília quando do golpe de 1964 e companheiro de exílio do ex-presidente João Goulart, até sua morte: "Entre outras atividades que desenvolvi, a convite de João Goulart, ocupei-me de seus negócios e assuntos particulares, sem relação de dependência nem retribuição específica, atendendo a tudo que o Dr. Goulart enviava a mim para ser analisado e solucionado".

Ao longo da entrevista, surgiram vários exemplos de iniciativas comerciais comuns ao ex-presidente e ao sr. Ivo Magalhães. Podia ser uma oportunidade de intermediar um negócio com a China, já que o ex-presidente gozava de bom trânsito nesse país. Ou a compra de um terreno, por bom preço, no Paraguai. Mas o sr. Ivo Magalhães afirmou que o ex-presidente não era proprietário, junto com ele, do Hotel Alhambra, embora o sr. Cláudio Braga se tenha tornado seu sócio, no hotel, por influência de um amigo de João Goulart. Tratava-se, contudo, de uma associação ocasional, sem intenção de transformar-se em relacionamento comercial duradouro.

> O dr. Jango não gostava nem que Cláudio ou que ninguém se intrometesse nas coisas que estava fazendo. Toda vez que tínhamos de conversar, ou discutir, ou mostrar, era sozinhos. A minha relação com o dr. Jango era absolutamente pessoal. Quando havia outras pessoas, eram conversas gerais. Mas conversas íntimas ou de negócios eram muito pessoais, ou recebia uma carta dele dizendo para eu passar algo de tal forma, ver determinado assunto, liquidar.

De acordo com o entrevistado, no fim de sua vida o dr. João Goulart passava cada vez mais tempo na Argentina, enquanto ele estava muito ocupado no Uruguai, "à frente de um projeto, de obter uma concorrência no Uruguai, o projeto de uma hidroelétrica". Por isso, possui mais informações sobre os meses anteriores que sobre os últimos dias do ex-presidente, por não tê-los acompanhado tão de perto.

De qualquer forma, o entrevistado confirmou que a saúde do ex-presidente era precária. Assim, por exemplo, em outubro de 1976, enquanto caminhavam por uma rampa ascendente, em Montevidéu, João Goulart teve que parar para respirar e descansar. No entanto, tanto quanto soube na época, sua situação não inspirava cuidados extremos.

> A morte, um acontecimento no coração, não era surpresa. Surpresa foi esse episódio de ser em Mercedes, de ele estar sozinho, acompanhado da d. Maria Teresa, o que não era muito comum, e que tenha acontecido isso tudo numa velocidade enorme. Quer dizer, passou, levaram logo para São Borja, quase não deu tempo de nada. Então, nos deixou um pouco perplexos e ao mesmo tempo tristes que a coisa tenha sido assim.

O entrevistado declarou ter acompanhado o ex-presidente João Goulart em algumas tratativas, junto à administração uruguaia, para obter a residência definitiva no país: "Não é que ele fosse residir no Uruguai, mas que tivesse a situação de residente, pudesse ir à Argentina, tal e coisa, não na situação de refugiado, o que limitava as coisas".

O sr. Ivo Magalhães contou, também, dos desconfortos enfrentados por João Goulart por não possuir passaporte.

> O que se conseguia no Uruguai eram documentos de viagem, e documento de viagem é um documento sujeito muito a suspeitas. Se alguém aparece com documento de viagem no aeroporto... É um documento para quem não tem identidade, é apátrida, essa coisa toda.
>
> Então, conversamos, e o Goulart me disse: “Ivo, faz o seguinte, vai a Assunção, marca audiência com o presidente Stroessner, explique a ele o que está acontecendo, e vê se ele pode me dar um passaporte.” Eu fui a Assunção, falei com o presidente Stroessner, e ele disse: “Ivo, o Jango foi de uma correção conosco excepcional; aqui ele faz o que ele quiser; não importa que o país seja menor, essa coisa toda, ele faz o que ele quiser; eu vou te mandar dar um passaporte; você consegue uma fotografia de Goulart e eu mando para ele.” Eu consegui a fotografia e dois dias depois vim com o passaporte, um passaporte dado pelo Paraguai que dizia: “Ao ex-presidente da República Federativa do Brasil, dr. João Goulart.”
>
> Da outra vez, parece que um dos Presidentes militares tinha autorizado a dar um passaporte. Então, o consulado chamou, eu fui no consulado e obtive o passaporte, um passaporte de prazo curto, quer dizer... E João Goulart ficou satisfeito: “Pelo menos eu posso viajar como brasileiro”, essa coisa toda.

É importante destacar o depoimento do sr. Ivo Magalhães sobre a angústia do ex-presidente João Goulart pela situação do Brasil naquela quadra de sua história e pelo que ele poderia ter feito ou vir a fazer para minorar seus problemas.

> ... veja bem, o que foi dito por aí foi uma porção de porcarias, e a figura de Goulart, um homem realmente preocupado

com seu País, um homem que saiu do Brasil porque teve medo de que o país fosse dividido pelo apoio americano... Ele tinha informação segura do que estava acontecendo. Não quis reagir achando que isso era provisório, era com ele, e saiu do Brasil para aplacar essas coisas e, portanto, o Brasil voltar a um sistema institucional, essa coisa toda.

Esse homem tinha seus pensamentos políticos, tinha sua atividade política, mas esse pessoal que faz toda essa divulgação por aí só põe porcaria nas coisas. Temos gente preparada, gente que estava na Sorbonne, em Paris, pessoas de confiança política e de entendimento importante do mundo com quem Goulart tinha uma constante comunicação, mas o tema da angústia, de aparecerem na casa dele, onde ele estava, caminhões, ônibus, uma quantidade de gente para lhe fazer carinho, mas ao mesmo tempo contando "fulaninho esteve com a coisa".

Ele saía dali completamente confuso sobre a atitude que ele teve no início do golpe, se foi válida, ou se ele devia realmente ter ajudado a promover uma reação. Isso tudo fazia uma confusão no estado espiritual dele, ficava com um comportamento completamente anormal, fora de toda normalidade.

Quem convivia com ele de perto via bem o seu sofrimento. Era um negócio horrível. João Goulart era um homem que tinha poder político, poder financeiro, capacidade de trabalhar e era terrivelmente sofredor.

Ele era um grande conhecedor da parte de gado, tinha uma experiência imensa com gado. Ele vivia isso com alegria. Quando estava na cidade, era um desastre, porque vinha gente procurá-lo, ele dizia que estava passando mal, ficava numa depressão, numa coisa horrível. Aí, ia para Tacuarembó, a estância que ele comprou, passava sete, oito, dez dias e se equilibrava. Ele era um homem que via um gado e sabia qual era a sua proporção de peso. Isso era ao que ele se dedicava.

Acho que isso, a interpretação minha disso [de seu descuido com a segurança e com a saúde] é que tem um pouco de tristeza ou desinteresse maior pela vida. Ele estava pensando no seu problema político (*ininteligível*) não fiz isso no Brasil... Não por ele, mas

> para tratar de restabelecer o sistema, aquela coisa toda. Sempre, em todas as conversas e todas as ações, tinha um desprendimento muito grande. Ele era muito curioso sobre o que se passava aí na fronteira, em uma vila. Conhecia muito as pessoas. Sabia que, tinha memória de fulano, sicrano, o que estava acontecendo.

O sr. Ivo Magalhães teceu algumas considerações sobre dois eventos repressivos ligados ao ex-presidente João Goulart. Em primeiro lugar, a prisão de seu filho, João Vicente, já registrada neste relatório. De acordo com o entrevistado, o comando do quartel insistiu em comunicar ao ex-presidente que não se tratava de nada dirigido contra sua pessoa, mas de uma operação inadiável, levada a cabo por razões pertinentes à política interna do Uruguai

> Foi uma operação mal feita, realmente, porque ele em um colégio, num liceu de mil alunos, na hora do recreio, entre 10h e 11h, prender com um caminhão, com metralhadoras, uma quantidade de alunos do colégio é um negócio imbecil, um negócio estúpido completamente. Mas eles justificaram dizendo que tinham que fazer naquela hora, porque senão ia acontecer uma porção de coisas que eles previam. É uma justificativa meio boba, mas fazer o quê?
>
> Mas o fundo dessa história é que não tinha conotação com o Goulart. Dr. Jango pensou isso, que esse negócio era para lhe desmoralizar, para lhe atacar, que ele ia embora. Então disse: “Vamos; vou embora também, vamos embora, mas vamos ver as coisas como são, naquela proporção.”

O segundo evento repressivo foi a prisão do piloto do avião do ex-presidente, Ruben Rivero. O entrevistado assim a descreveu.

> Esse Rivero me procurou um dia e disse: “Olha aqui, eu fui buscar o avião e o avião está com a polícia.” Eu perguntei: “Mas o avião de quem? Avião de João Goulart? Você me diga que eu vou ver que é que...” “Não, não, é um avião que eu tomei emprestado, que eu estou fazendo essa coisa toda.” “E aí?” “Não, é que eu estou preocupado com isso e o que faço?” “Eu acho que você tem que esclarecer esse negócio seu, como é que é, mas não vai lá, porque não há nenhum controle da pessoa que vai.” E ele disse: “Ah, preciso ir para Buenos Aires, mas eu não tenho dinheiro.” Peguei no hotel, peguei o dinheiro para a passagem, dei para ele e perguntei: “Por

> quê?” Eu me preocupei enormemente que um piloto de Goulart estivesse com polícia no (*ininteligível)*. Chamei o dr. Goulart, e ele não sabia de nada.
>
> Bom, ele foi para Buenos Aires. No dia seguinte, ou dois dias depois, me inteiro de que ele estava preso. Aconteceu que esse [Enrique Foch] Díaz, que era amigo de Rivero — era um grupinho da turma de Rivero —, se encontrou com ele depois desse episódio de que lhes falei e disse a ele: “Não, não se preocupe; vamos na base aérea que o comandante da base aérea é meu amigo.” Ele o levou na base aérea, prenderam o Rivero na base aérea e ele não pôde sair mais.
>
> Nós quase tivemos uma conseqüência séria pela irresponsabilidade dele de estar pegando um avião, levando o pessoal subversivo para o Chile, sendo ele piloto de João Goulart. Então, no momento, isso deu a idéia de que Goulart estivesse por trás disso.

O entrevistado indicou, ainda, o que lhe parecia ser a percepção dos militares uruguaios sobre a presença de João Goulart no país.

> Eu tinha noção, enfim, a percepção de que os militares preferiam que o dr. João Goulart estivesse aqui. Eu creio que ele dava uma certa legitimidade ao sistema. Como um ex-presidente do Brasil, sendo que o Brasil forneceu armas para cá, forneceu caminhões, forneceu outras coisas para combater os Tupamaros... Com o ex-presidente aqui, vivendo no meio disso, no exterior, vai-se pensar: não deve ser tão violento, porque tem um ex-Presidente do Brasil, um país importante, que está aí ao lado.

Como foi mencionado no início desta seção do relatório, além das entrevistas já citadas, realizou-se uma diligência à Argentina especialmente para tomar conhecimento das investigações, em curso nesse país, sobre a participação do ex-presidente Jorge Videla na articulação do aparato repressivo que se abateu sobre a América do Sul durante seu governo. A esperança era que o caso João Goulart fosse iluminado, em algum ponto, ao longo do processo Videla, até por sua morte ter coincidido com a chegada do general argentino à presidência.

Essa foi uma das oportunidades em que esta Comissão pôde registrar a boa vontade com que representantes do Estado brasileiro têm sido recebidos pelos poderes Legislativo e Judiciário da Argentina e do Uruguai que investigam a operação condor. Há, inclusive, receptividade para um trabalho conjunto permanente entre os órgãos de representação dos vários países. Essa disposição para a colaboração, aliás, tem sido bem aproveitada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados – e deverá reforçar-se cada vez mais.

No entanto, para o caso específico que nos interessa, não se conseguiu material diretamente aproveitável neste relatório. A situação nos dois países não é diferente da que nós vivemos. Há meritórias investigações sendo levadas a cabo, mas o processo apenas se inicia, quando comparado com o muito que há para ser investigado. O próprio processo referente ao ex-presidente Videla dista muito de colocar um ponto final na investigação de seu governo.

5. ANÁLISE HISTÓRICA E POLÍTICA

O objetivo desta Comissão Externa não se limita ao desvendamento das circunstâncias imediatas em que se deu a morte do ex-presidente João Goulart. A Comissão, por certo, não poderia deixar de dirigir seus trabalhos para o conhecimento dos últimos dias do presidente deposto e das condições em que a morte aconteceu, mas não é essa investigação que lhe dá dimensão política relevante. Ao contrário, é o inegável significado político da morte do ex-presidente que motiva a Câmara dos Deputados a mobilizar esforços para a investigação. Se a relevância política não precedesse o resultado da investigação, estaríamos, por enquanto, diante de questão de cunho meramente policial.

O esclarecimento das condições em que faleceu o ex-presidente João Goulart faz parte de um amplo quadro de preocupações, que tem a ver com a história política da nação e da América do Sul. Por dois motivos, pelo menos, importa a esta Comissão inserir a morte de João Goulart nesse quadro mais amplo. Primeiro, para que ela seja percebida em sua real dimensão; depois, para que ao estudo daquela história mais ampla não falte um componente importante. Vale a pena, por isso, nesta seção do relatório, começar a análise pelas determinações mais gerais que permitem entender em profundidade a importância dessa investigação.

O golpe de Estado contra o governo João Goulart como fato importante na história do continente americano.

Após o término da segunda guerra mundial, em 1945, dois processos históricos de amplíssima dimensão iriam preparar as condições para a implantação, na América do Sul, de regimes políticos ditatoriais, firmemente dedicados a estabelecer modificações estruturais na organização interna de nossos países e em seu modo de inserção no mundo. Para os objetivos desta pesquisa, o que de mais importante esses dois processos tinham em comum era a virtualidade de induzir forças políticas de vários países a atuarem na direção de projeto político e econômico conjunto.

O primeiro processo – mais visível – foi o que levou à divisão do mundo em duas áreas, uma sob a influência dos Estados Unidos da América, outra sob a influência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, no âmbito da chamada guerra fria. A possibilidade de que um país passasse de uma área para a outra, com tudo que isso significava de alteração da estrutura econômica e de poder em seu interior, levava ao aumento da tensão política em toda parte. Na América Latina, em particular, todos os esforços em prol de reformas democráticas eram traduzidos, de boa ou má-fé, para a linguagem do medo do comunismo. E isso acontecia tanto entre as elites dos países ao sul do continente como nas elites estadunidenses, país líder do bloco, mais capacitado para dar unidade às preocupações comuns.

O outro processo responsável pela unificação de interesses entre forças políticas conservadoras de vários países, sob a coordenação estadunidense, foi a chamada internacionalização produtiva. Embora se tratasse de fenômeno de dimensão mundial, na América Latina ele assumia forma específica, pois mudava a maneira como a economia dos nossos países se articulava com o grande capital internacional. O elemento fundamental era a crescente participação de empresas de capital externo – principalmente dos Estados Unidos – na produção de bens e serviços no interior dos países latino-americanos. Entre outros efeitos, essa mudança estrutural levou à criação de um tipo novo de unidade de interesses econômicos e políticos entre grupos empresariais internos e grupos empresariais das potências capitalistas.

Em conjunto, os dois processos indicados levaram à formação de uma coalizão conservadora de amplitude continental, com profundos interesses econômicos e políticos em comum, unida pela repulsa a qualquer movimento popular de vulto. Tal coalizão joga uma cartada decisiva, em 1964, no Brasil. De país sul-americano (talvez o único) com dimensão política e econômica para articular a resistência popular e nacionalista ao projeto de unir o continente sob um grande projeto conservador, o Brasil passa à linha de frente da repressão aos projetos populares e nacionalistas na América do Sul.

A vitória político-militar, no Brasil, do projeto de incorporação sem reservas do país ao bloco liderado pelos Estados Unidos, com tudo que essa vitória, da forma como se deu, implicava em termos de reacionarismo nos objetivos e nos métodos de atuação política e na forma de mudança estrutural da economia e da sociedade, acabou por ter efeito decisivo sobre a América do Sul. Enquanto outros países se mantinham formalmente

democráticos ou, até, procuravam encaminhar reformas socializantes, o poder político ditatorial no Brasil tinha as mãos livres para articular os mecanismos de repressão da região. Daí a variedade de relatos de pessoas torturadas, nos países vizinhos, com a participação ou, ao menos, a presença de brasileiros – facilmente reconhecíveis por falarem o idioma português.

Para os trabalhos desta Comissão Externa, o mais importante é destacar que o papel central desempenhado pelo Brasil no articulado projeto de repressão que atravessou a América do Sul há cerca de trinta anos nasceu justamente da deposição do presidente João Goulart, em 1964. A partir de então, o cone sul foi sendo ocupado pouco a pouco por ditaduras sangrentas, que chegaram, até, a países, como o Uruguai e o Chile, tradicionalmente capazes de sustentar, por longo prazo, os rituais e as garantias dos regimes representativos e do Estado de direito. O próprio percurso do presidente João Goulart, após sua deposição, acompanha, sob o olhar atento da diplomacia e dos órgãos repressivos do regime autoritário brasileiro, parte dos caminhos que a ditadura foi seguindo no continente: Brasil, Bolívia, Uruguai, Chile, Argentina[5].

Esse deve ser o ponto de partida de qualquer avaliação séria da importância de João Goulart para a história sul-americana, em particular para a história da repressão que se abateu sobre nosso continente nas décadas de 60 e 70. Não tenhamos dúvidas de que a morte do presidente brasileiro deposto em 1964 deve ser analisada à luz desse amplo pano de fundo histórico. Para tanto, faz-se indispensável indicar, ainda que sumariamente, que processo político o golpe de 64 estancou, imediatamente no Brasil, mas, por seus desdobramentos, em toda a América do Sul.

João Goulart e o PTB na história do Brasil anterior ao golpe de 64.

Enquanto crescia, no mundo, a influência dos dois fenômenos de longo alcance já indicados (guerra fria e internacionalização produtiva), o Brasil se esforçava por dar continuidade ao projeto de criar um mercado interno unificado e pujante e um regime político aberto à participação popular. Esse projeto ficou vinculado ao nome de Getúlio Vargas porque o

---

5 Conferir autobiografia do embaixador Pio Correa, atuante no Uruguai após o golpe de 1964.

grande estadista teve a clarividência de liderar um amplo leque de forças políticas destinado a conjugar os dois elementos dinâmicos indispensáveis para o desenvolvimento justo do Brasil – o nacionalismo e a incorporação do povo ao processo político.

Embora relativamente simples, a lógica por trás desse projeto tem se mostrado historicamente sólida. De um lado, ele se propõe a desbravar, para o país, os caminhos do desenvolvimento econômico, o mais autônomo possível, dentro do marco do capitalismo mundial, sem subestimar as determinações que o contexto internacional impõe. De outro lado, trata-se de democratizar a política e as relações sociais no Brasil, incorporando os trabalhadores ao processo político. Embora defendidos, eventualmente, por setores diferentes da sociedade, esses dois objetivos apresentam elevada sinergia. A história tem mostrado que o desenvolvimento econômico com alguma autonomia se reforça sobremaneira quando ganha suporte popular – e que a ascensão dos trabalhadores a condições de vida dignas constitui objetivo que ainda não se pôde atingir fora de um espaço nacional predeterminado e relativamente protegido de influências externas excessivas.

O trabalhismo brasileiro se constituiu ao redor da idéia de aproveitar a complementaridade desses dois elementos dinâmicos (nacionalismo e incorporação popular) para conduzir um projeto político que visasse à consolidação de um Estado capaz de dotar a nação de autonomia de ação e de promover a melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras. Trata-se, na verdade, de projeto assemelhado ao da social-democracia européia, embora adaptado a um contexto distinto.

A organização política líder do projeto nacional em implantação no Brasil até o fim de março de 1964 foi o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. Ao analisar o governo João Goulart, o pesquisador Luiz Alberto Moniz Bandeira produziu, talvez, a síntese mais equilibrada do que foi esse Partido. Como o analista trata, ademais, de incluir e localizar a figura do ex-presidente nesse quadro, vale a pena reproduzir longamente sua análise neste relatório. Para Moniz Bandeira[6], João Goulart, de

> acordo com a tipologia de Darcy Ribeiro, era um reformista. E sua política se assentou fundamentalmente na massa

[6] Moniz Bandeira, *O Governo João Goulart – As lutas socias no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p. 28 ss. O livro foi recomendado à Comissão pelo ex-deputado José Talarico

organizada, nos sindicatos e num partido político, o PTB, bem ou mal um partido de composição operária, cuja *praxis* mais se assemelhava à da Social-Democracia européia depois da guerra de 1914-1918, nas condições históricas do Brasil, do que à *praxis* do populismo. Não se pode obscurecer essa diferença, fundamental para a compreensão do processo político nacional, até 1964.

O PTB, com o qual a trajetória de Goulart se conformou, nasceu numa das vertentes do bonapartismo de Vargas (na outra o PSD se originou), quando o Estado Novo agonizava e alicerçou sua organização no proletariado, apesar dos elementos pequeno-burgueses e das peculiaridades regionais que o influenciavam. O aparelho sindical, montado a partir de 1930, serviu-lhe como ossatura, tornando-se o Ministério do Trabalho, na ausência de uma central operária, sua fonte de poder. A burocracia, que o ordenava, pautou-lhe as atividade pelo economicismo (luta salarial), restrita sua ação política à disputa nas eleições. Nos atritos de classes, o PTB intermediava, acomodando as reivindicações dos operários aos limites tolerados pelo capitalismo, ao mesmo tempo em que sofreava a exploração excessiva de sua força de trabalho. Por isto alguns de seus líderes sindicais se celebrizaram como *pelegos* – denominação dada à manta que se põe entre a sela e o dorso do cavalo para facilitar a montaria. Também nesse aspecto o PTB se aproximava da Social-Democracia, exercendo ofício semelhante ao que ela desempenhava na Europa, como fator de equilíbrio nas relações de classes.

Evidentemente, como o próprio Vargas declarou, o PTB, ao menos em seus primórdios, não era socialista, era apenas *socializante* e devia constituir uma opção para os trabalhadores, que não integrariam nem o PSD nem a UDN, *variantes da oligarquia cindida*, segundo a expressão de Alencastro Guimarães. Funcionaria como anteparo contra o avanço do PCB, organização mais avançada dos trabalhadores, até então reprimida pelo Estado Novo. Essa preocupação de neutralizar o comunismo, também por métodos que não os de força, sempre acompanhou Vargas.

Depois de narrar as dificuldade de Getúlio Vargas para convencer os industriais da necessidade de incorporar os operários ao processo de desenvolvimento capitalista e aos seus possíveis benefícios, como forma, inclusive, de garantir os interesses de longo prazo do capital, Moniz Bandeira retoma a descrição do Partido.

> O PTB, construído com a argamassa da legislação social, sofreu a mesma incompreensão. As classes dominantes, *grosso modo*, nunca o admitiram, nem mesmo como opção política dos trabalhadores, que formavam uma consciência de classe para si, ainda que não tomassem uma posição *antagônica ao regime*. Hostilizaram-no à medida em que ele se expressava como corrente do movimento operário, participando dos choques sociais. E a animosidade recrudesceu dada a ênfase com que o PTB defendeu a intervenção do Estado na economia, o que o incompatibilizava ainda mais com significativa parcela do empresariado. O problema político do desenvolvimento econômico do país, que trustes e cartéis obstaculizavam, somou-se assim às questões de classe, no plano da produção. E o aguçamento da contradição antiimperialista, entrançando-se com as lutas sociais, contribuiu para afirmar o PTB na direção da esquerda, como um partido de reformas populares, não populista. Essa tendência se cristalizou após a morte de Vargas, sob o impacto da Carta-testamento, enquanto, na esteira da industrialização, o PTB emergia como a segunda força eleitoral do País, elevando sua bancada na Câmara Federal de 22 Deputados, em 1946, para 66, em 1958, e 116, em 1962. Goulart, que o comandava desde 1952, transformou-se então no alvo das diatribes do reacionarismo civil e militar.

Ora, não há como pensar que a incorporação dos trabalhadores ao processo político, com tudo que isso implicava – e implica – de exigência de equidade social, pudesse se dar sem sobressaltos. A própria condição de miséria em que vivia – e vive – grande parte da população brasileira levava ao crescimento da pressão popular, que alcançou o ponto culminante no governo João Goulart. Era natural que assim ocorresse – até como um teste para a democracia em construção, que deveria mostrar sua capacidade de incorporar as massas populares ascendentes e seus justos anseios por uma vida melhor.

No entanto, as forças político-econômicas mais conservadoras do país e do exterior não estavam dispostas a se expor a qualquer tipo de convívio democrático. À tradição de resistir, de maneiras sempre renovadas, a qualquer projeto de inclusão social juntou-se o ambiente da guerra fria para levá-las a desfechar um dos golpes mais violentos que as instituições e o povo sofreram em toda a história do Brasil. Sua marca foi a exclusão dos trabalhadores de toda e qualquer participação política e o estancamento de sua luta por melhores salários e condições de vida. Ao mesmo tempo, o novo regime promoveu uma rápida e profunda modificação do que deveria ser a inserção do Brasil no mundo.

As contradições do regime – que, embora globalmente conservador, conjugava posturas mais nacionalistas com outras mais submissas a imposições externas – vieram mostrar o acerto da postura petebista, de considerar a mobilização popular elemento indispensável de qualquer projeto nacionalista: as eventuais tentativas de levar adiante projetos menos submetidos a controles externos acabavam por esbarrar sempre na falta de apoio popular, impensável em uma ditadura avessa a toda possibilidade de incorporação dos trabalhadores ao processo político.

Ora, um regime que se caracteriza pela repressão não apenas econômica mas também moral das massas trabalhadoras não poderá contar com seu apoio. Antes terá que ser sempre comparado negativamente com o regime que o antecedeu. Esse é um ponto que deve ser salientando quando se tenta compreender a importância histórica do momento em que se deu o falecimento de João Goulart.

A inserção da morte de João Goulart na história política do Brasil.

O falecimento, no curto período de um ano, de três líderes políticos de grande densidade eleitoral, cassados pelo regime de 64 (Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda), constitui, por si mesmo, um fato político relevante. Sem menosprezo pela importância histórica dos demais, não parece exagero supor que a morte de João Goulart tem um significado especial. É que foi ele o presidente deposto em 1964. Sua morte furtou ao povo brasileiro a melhor oportunidade de demonstrar, pacificamente, repúdio pelo golpe de Estado e pelo regime que então se implantou. Obviamente, se na primeira eleição

presidencial direta posterior ao golpe, o presidente deposto, João Goulart, participasse da disputa, em particular sob a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, o pleito se transformaria, imediatamente, em uma escolha entre a ditadura e o governo constitucional que ela derrubou.

Ora, ao contrário do que insinuam as versões oficiais, o povo brasileiro sempre rejeitou a ditadura de 1964. O novo regime, apesar da razia promovida contra seus oponentes de maior densidade eleitoral, foi obrigado, pelos resultados inesperadamente negativos das eleições de 1965, a rapidamente eliminar as eleições diretas para os governos estaduais. As eleições de 1970 foram marcadas pelo voto nulo; em 1972, o eleitorado mostrou, nos mais populosos municípios em que eleições foram permitidas, seu repúdio ao regime autoritário; e, em 1974, o crescimento da economia brasileira, nos anos anteriores, não impediu a clamorosa derrota da ditadura nas urnas.

As eleições posteriores à conquista da anistia mostraram a força da aliança política que sustentava o governo João Goulart. Basta notar, como já foi indicado neste relatório, que na primeira lista de políticos cassados em 1964 estavam, em posição de destaque, Leonel Brizola, Miguel Arraes e Waldir Pires. Os três retornaram para se elegerem governadores do Rio de Janeiro, de Pernambuco e da Bahia, os dois primeiros por duas vezes. Tudo isso, vinte anos depois de terem sido alijados do cenário político nacional.

As perspectivas eleitorais de João Goulart eram ainda mais favoráveis que a dos três líderes citados. Tratava-se, afinal, de uma liderança política nacionalmente consolidada, cujo leque de apoios abrangia todo o país. Tendo sido, desde 1952, presidente do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, a agremiação política que mais crescera de 1946 a 1964; duas vezes vice-presidente do Brasil, cargo para o qual havia, na época, eleição específica; presidente da República após a renúncia de Jânio Quadros e figura central do plebiscito que levou à reimplantação do presidencialismo em 1963, João Goulart representava, em dimensão nacional, o projeto petebista de reformas democráticas para o país.

O fato é que o falecimento de João Goulart aconteceu em um momento em que os líderes mais esclarecidos do regime autoritário já se tinham dado conta da necessidade de retirarem de cena a parte mais ostensiva do aparato repressivo. Tanto interna como externamente, os fatores favoráveis à manutenção de um regime abertamente repressivo se esvaziavam, inclusive por

força da própria dimensão que a repressão tomara, enquanto cresciam as razões para mudar de estratégia. É natural que, nesse contexto, crescesse o temor pelos efeitos do retorno do antigo líder da aliança política derrubada em 1964.

Antes de analisarmos a importância de se relacionar a morte do ex-presidente João Goulart com o processo de abertura em curso no Brasil, é útil observar que a complexidade da situação que a envolve não resulta apenas de eventuais intenções e ações dos líderes do regime autoritário brasileiro, mas enquadra-se no contexto repressivo que perpassava o continente naquele momento.

A incorporação da operação condor à análise da morte do ex-presidente João Goulart.

Um amplo processo de repressão política estava em curso na América do Sul – e muitos grupos diferentes poderiam ter interesse na morte do ex-presidente. Uma visão geral desse quadro já foi transmitida pelos depoimentos anteriormente transcritos e pelas referências à série de reportagens que o Jornal do Brasil divulgou no primeiro semestre de 2000. É preciso, no entanto, aprofundar a avaliação desse material no que diz respeito, especificamente, à investigação da morte do ex-presidente João Goulart.

O primeiro fato a se ter em conta é que existia, ao mesmo tempo, atuação articulada e atuação autônoma das agências de repressão de vários países. Um exemplo da complexidade que esse fato traz ao processo encontra-se no livro autobiográfico do jornalista Flávio Tavares[7].

Também exilado (foi um dos quinze presos políticos trocados pelo embaixador Charles Burke Elbrick, dos Estados Unidos, seqüestrado em 1969), Flávio Tavares foi preso no Uruguai, em 1977, quando já voltara a suas atividades jornalísticas normais, como contratado do jornal Excelsior, do México. Seu seqüestro aconteceu no momento em que apanhava o avião para a Argentina. Como antes devolvera, assinado, o cartão de entrada no Uruguai, os agentes uruguaios lhe afirmaram que simplesmente se suporia que ele partira para o país vizinho.

---

7 Flávio Tavares, *Memórias do Esquecimento*, São Paulo, Editora Globo, 1999, p. 250 ss.

O episódio ilustra uma série de questões envolvidas na morte de João Goulart. Por exemplo, a ação supunha a existência de um alto grau de perigo envolvido na passagem pela Argentina. O seqüestro fora perfeito porque o seqüestrado estava de saída para esse país: "A partir daquele momento, eu tinha desaparecido no caos repressivo da Argentina" -- contou o jornalista. Ora, foi nesse país e nessa época, marcados pelo “caos repressivo”, que faleceu o ex-presidente. Essa questão será mais explorada adiante.

É mais relevante, para nós, nesse ponto, assinalar que, quando o exército uruguaio enviou um emissário a Brasília para oferecer o jornalista ao governo brasileiro, foi informado de que não o queriam aqui. "Não o querem lá, já vão ver quando nos peçam alguma coisa", teria sido o comentário. Esse acontecimento mostra que a articulação entre agências repressivas do cone sul incluía encontros e desencontros. Há, portanto, um acréscimo de complexidade, na medida em que discrepâncias entre as determinações dos vários serviços de informação e repressão são possíveis. Assim, ainda que se confirme o desconhecimento, por parte das autoridades de um país envolvido, sobre a existência de um atentado, nada impede que tenha havido o assassinato político, perpetrado por agentes de outro país.

Em outro nível de avaliação, não se pode esquecer que a operação de aniquilamento de lideranças políticas na América Latina se dá no contexto da guerra fria. Dificilmente, nesse caso, os Estados Unidos poderiam deixar de exercer um papel de coordenação política entre os governos e as agências policiais envolvidas, independentemente, até, de uma participação direta mais ativa. Em último termo, as agências de informação estadunidenses eram, no mínimo, as mais informadas sobre a totalidade do processo.

Por isso, a investigação sobre a chamada operação condor -- e sobre cada evento a ela relacionado -- passa pela investigação nos arquivos norte-americanos. Essa análise tem sido feita por especialistas (menos do que o desejável), mas envolve inúmeras dificuldades. Não basta, por exemplo, esperar que o governo estadunidense desclassifique informação sigilosa. Trata-se de um material muito vasto, cuja organização e análise impõe grande esforço aos pesquisadores. Ademais, os obstáculos para se chegar a informações supostamente já acessíveis são maiores do que se supõe normalmente.

A transcrição de trecho de um livro de Martha K. Huggins, uma das mais importantes pesquisadoras norte-americanas na área da

cooperação entre polícias políticas de diversos países, ilustra a quantidade de esforço necessária para uma pesquisa dessas.

> Após cada uma das incursões de pesquisa a um dos arquivos governamentais norte-americanos, eu apresentava novos blocos de requisições com base na legislação da *Mandatory Review* e/ou na FOIA [Lei de Liberdade de Informação]. No decorrer desses oito anos, tornei-me bastante experiente e persistente em apresentar requerimentos baseados na FOIA a diversos órgãos do governo dos Estados Unidos. Fazer esse tipo de petição exigiu tempo, paciência e persistência, uma vez que, para qualquer requerimento baseado na FOIA e na legislação do *Mandatory Review*, devia-se contar com um prazo de espera de entre um e cinco anos, envolvendo muitos indeferimentos e novos requerimentos. No fim, cerca de trinta por cento dessas minhas petições foram negadas, porque os dados ainda estavam definidos como por demais vinculados à segurança nacional. Em alguns casos, os documentos solicitados haviam sido tão amplamente obliterados ("expurgados") que tiveram utilidade apenas marginal[8].

Sirva, também, como exemplo do interesse do governo estadunidense no caminho a ser trilhado pelo Brasil e das dificuldades de pesquisa em seus arquivos, uma reportagem assinada por Márcio Aith, publicada no caderno Mais, do jornal Folha de São Paulo, em 22 de abril de 2001, a respeito de “documentos secretos da Presidência Richard Nixon (1969-1974), liberados no último de 5 pelo governo dos EUA, [que] revelam detalhes inéditos do apoio da Casa Branca ao governo brasileiro durante o período mais brutal da ditadura militar”.

A razão da atenção norte-americana ao destino do Brasil fica clara em um memorando, de 1969, citado por Márcio Aith, assinado pelo general Vernon Walters, “agente da CIA que fora adido militar dos EUA no Brasil durante o golpe militar de 1964”, para Henry Kissinger, em que se afirmava: “Se o Brasil se perder, não será outra Cuba. Será outra China”. Quanto à dificuldade de acesso a informações dos arquivos estadunidenses, descobre-se, na reportagem, que “por razões de segurança Nacional, os EUA decidiram manter em segredo dez documentos sobre Médici, considerados sensíveis. Além disso, o conteúdo

---

[8] Martha K. Huggins, *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*, São Paulo, Editora Cortez, 1998, p. XXIII. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira.

completo de um arquivo sobre o ex-presidente Ernesto Geisel (1974-1977), aberto pelo Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca em 1974, simplesmente desapareceu, por razões não explicadas".

Em resumo, a investigação a respeito da operação condor é um processo recentemente iniciado e que enfrentará dificuldades imensas, tanto pela complexidade da ação repressiva continental, que envolvia atuações articuladas e atuações desencontradas dos órgãos repressivos dos vários países envolvidos, como pelos obstáculos formais e informais para o acesso a documentos que poderiam esclarecer detalhes da operação.

A situação específica da Argentina no momento da morte do ex-presidente João Goulart.

Como foi repetidamente acentuado em depoimentos colhidos por esta Comissão, após os golpes de Estado no Brasil, no Uruguai e no Chile, a conturbada Argentina da primeira metade da década de 1970, marcada pelo retorno de Juan Domingo Perón à presidência da República, em 1973, e por sua morte, em 1974, se torna, apesar da violência crescente, a última esperança de um governo democrático no cone sul da América. Com isso, lideranças populares afastadas de seus cargos nos países vizinhos encaminharam-se, naturalmente, para lá.

De acordo com o jornalista uruguaio Jorge Otero, o então presidente venezuelano, eleito pelo voto popular, Carlos Andrés Pérez, chegou a discutir com João Goulart a possibilidade de formação de um "eixo democrático com a Argentina que servisse de barreira e de oxigênio aos sistemas políticos da área"[9]. Caberia ao ex-presidente brasileiro justamente a intermediação entre o governo da Venezuela e o general Perón.

No entanto, logo se demonstrou que as esperanças depositadas na democratização da Argentina eram vãs. Na verdade, o contrário aconteceu. Não apenas a ditadura implantada em março de 1976 se tornou a mais sanguinária do continente como os líderes políticos estrangeiros, que ali buscaram refúgio, começaram a ser vítimas de atentados antes mesmo da consolidação do golpe de Estado.

---

[9] Jorge Otero Menendez, *Desmemorias de João Goulart: de la operación bandeirantes a la operación condor*, fotocópia da versão datilografada, 2000.

Em 1984, a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, presidida pelo escritor Ernesto Sábato, apresenta o relatório chamado Nunca Mais, ou Relatório Sábato, em que contabiliza o saldo da repressão militar na Argentina: trinta mil mortos, trezentos e quarenta campos de concentração.

Interessa aos nossos trabalhos salientar que, já naquele momento, havia a consciência de que se tratava de um processo comum à América do Sul. A Argentina era apenas o local privilegiado do massacre. Vale a pena citar o trecho do relatório referente à "coordenação repressiva na América Latina".

> Juntamente com a atividade repressiva ilegal realizada dentro dos limites do território nacional, deve-se destacar que as atividades de perseguição não conheceram limitação de fronteiras geográficas, contando para isso com a colaboração de organismos de Segurança de países limítrofes que, com características de reciprocidade, efetuavam prisão de pessoas sem respeitar qualquer ordem legal (...).
>
> Estes habitantes estrangeiros foram seqüestrados dentro da maior clandestinidade e impunidade e entregues às autoridades dos seus países de origem.
>
> Algumas pessoas estavam na condição de refugiados; alguns com a sua radicação legalizada e outros sob o amparo do Alto Comissariado das Nações Unidas.
>
> (...)
>
> A metodologia empregada consistiu, basicamente, na inter-relação dos grupos ilegais de repressão que, definitivamente, atuaram como se se tratasse de uma mesma e única força, constituindo tal atividade, devido à citada clandestinidade, uma clara violação da soberania nacional[10].

Pois bem, foi nesse período, e nessas condições, que o ex-presidente João Goulart, segundo depoentes que com ele conviveram nos últimos anos de vida, procurou criar bases para eventualmente se instalar na

---

[10] Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, *Nunca Mais*, Porto Alegre, L&PM Editores, 1985.

Argentina, em função dos constrangimentos que começara a sofrer no Uruguai, depois de anos de exílio relativamente tranqüilos. E é de passagem por uma dessas bases, na província de Corrientes, que vem a falecer, inopinadamente.

A incorporação do processo de abertura política à análise da morte do ex-presidente João Goulart.

As reportagens, os depoimentos e a literatura científica registrados em páginas anteriores deste relatório chamaram a atenção para a coincidência temporal entre o ciclo de assassinatos políticos no âmbito da operação condor, a eleição de Jimmy Carter à presidência dos Estados Unidos, em 1976, com sua proposta de sustentar, em escala planetária, uma política de respeito aos direitos humanos, e, finalmente, a implantação do projeto de abertura política do regime autoritário no Brasil.

Os três processos estão, sem dúvida, interrelacionados. Interessa a este relatório, agora, aprofundar a análise da relação do terceiro deles, a abertura política brasileira, com a morte do ex-presidente João Goulart. Não há, no entanto, como desvinculá-lo dos outros dois. Assim, a própria abertura não deixa de dever-se, em parte, à mudança de postura do governo estadunidense. Além disso, o fato de se estar iniciando o processo de abertura no Brasil indica que a participação brasileira na operação condor seria necessariamente distinta da de outros países sul-americanos, que em 1976 estavam em processo de implantação ou de consolidação de governos ditatoriais.

Em importante livro de mapeamento da ação da esquerda armada após o golpe de 1964, o historiador e militante político Jacob Gorender[11] traça um rápido panorama do que se propunha ser o governo Geisel em termos de repressão política.

> Quando o general Ernesto Geisel tomou posse da Presidência da República em março de 1974, a guerrilha urbana se extinguira e a guerrilha do Araguaia agonizava. Assessorado pelo general Golbery, o novo presidente traçou o rumo da *distensão lenta, gradual e segura*. Não podia ser mantido, por conseguinte, o nível de

[11] Jacob Gorender, *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, São Paulo, Editora Ática, 1990, p.232 ss.

> repressão policial característico do Governo Médici. Não se tratava de desmobilizar a repressão, porém de torná-la seletiva e discreta.

Embora haja relativa unanimidade em relação ao quadro geral descrito nesse fragmento, subsiste a necessidade de se deslindar o significado preciso da "seletividade e discrição" que passou a caracterizar o aparato repressivo brasileiro a partir de meados da década de 1970. Duas das vítimas preferenciais da repressão nesse período foram o Partido Comunista do Brasil – PC do B e o Partido Comunista Brasileiro – PCB. A divergência das posições sustentadas por ambos ao longo da ditadura ajuda a entender o caráter e a amplitude da repressão, já no período de abertura.

Enquanto o PC do B organizara o movimento guerrilheiro no Araguaia, tornando-se reconhecível, por isso, como um inimigo armado, o PCB defendera, desde o começo da ditadura, uma estratégia de resistência pacífica. No entanto, a repressão não foi seletiva o suficiente para distinguir as duas posições. No episódio conhecido como Chacina da Lapa, ocorrida no exato mês da morte do ex-presidente João Goulart, uma reunião clandestina do comitê central do PC do B foi invadida, três dirigentes foram mortos e os demais, presos e torturados. Mas o PCB não teve melhor sorte. Jacob Gorender narra sua sina.

> Uma vez que já não havia organizações da esquerda armada para justificar sua atuação sanguinária, os órgãos repressivos se voltaram para a “reserva de caça” que lhes oferecia o PCB. (...) Seis anos de fogo brando [1968 a 1974] induziram o Partidão a baixar a guarda e se descuidar da segurança clandestina. (...) Os órgãos policiais não tiveram dificuldade para desarticular o Partidão e paralisar sua alta direção. (...) Por conseguinte, a linha pacifista não assegurou nenhum final feliz[12].

Na interpretação de Gorender, a repressão indiscriminada aconteceu como resistência dos setores "duros" do regime à abertura: “A ofensiva policial antipecebista se efetuou em estilo de desafio à orientação distensiva do Presidente Geisel, preocupado em ajustar a ditadura militar à correlação de forças políticas em processo de mudança”. Mas não se pode descartar a hipótese de que a eliminação seletiva de adversários tenha acontecido como condição conscientemente posta para a abertura, eventualmente pelos próprios setores que a conduziam. É nesse sentido, aliás,

---

[12] Idem, p. 232.

que podem ser melhor compreendidas, dentro da operação condor, as tratativas entre chefes de serviços de informação para a eliminação de lideranças políticas populares antes que o governo Carter, nos Estados Unidos, facilitasse seu retorno ao proscênio.

A formulação adotada pelos pesquisadores reunidos no projeto “Brasil: Nunca Mais”, da Mitra Arquidiocesana de São Paulo, ao descreverem a postura do Partido Comunista Brasileiro e a atuação dos órgãos de segurança contra seus membros fornece elementos para sustentar essa segunda interpretação dos fatos.

> Quando, em 1974, a sociedade civil reformula seu procedimento predominante na fase anterior, de abstencionismo eleitoral, e opta pelo fortalecimento do partido de oposição consentida, o MDB, nota-se que o PCB pode ser apontado, no amplo espectro da esquerda clandestina, como o único partido que teve seu aparelho orgânico preservado quase intacto na escalada pós-Ato 5, (...).
>
> Mas à medida que o aparelho repressivo do Regime Militar constata ter assegurado um controle seguro sobre a ação das organizações armadas e dos grupos marxistas tidos como radicais, volta-se para a aplicação de um plano de aniquilamento do PCB.
>
> No triênio 74/76 o PCB é vítima de feroz repressão em todo o país, enfrentando sucessivas ondas de prisões e processos com dezenas e centenas de réus. Parte importante de seus dirigentes nacionais, é assassinada nos porões da repressão política do regime, sem que as autoridades assumissem qualquer responsabilidade sobre uma série de “desaparecimentos” não esclarecidos até o presente momento: (...)[13].

A longa transcrição deve-se ao nítido paralelo que, tendo-a por base, se pode estabelecer entre o desmantelamento do PCB e o padrão de assassinatos presumivelmente seguido pela operação condor – em particular, no caso do possível assassinato do ex-presidente João Goulart. Uma organização que não participara da luta armada contra a ditadura e preservara recursos políticos e organizacionais para voltar a atuar após a abertura política vê-se

---

[13] Mitra Arquidiocesana de São Paulo, *Perfil dos Atingidos*, projeto Brasil: Nunca Mais, tomo III, Petrópolis, Editora Vozes, 1988, ps. 27 e 28.

subitamente objeto de aniquilação sistemática no momento mesmo em que se vislumbra a possibilidade de voltar a agir com mais liberdade e eficiência.

De qualquer maneira, ainda que a eliminação seletiva de grupos e pessoas aptas a representarem papel relevante após a queda da ditadura tenha acontecido calculadamente, remanesce a dificuldade para identificar os autores da decisão e da ação. Ela poderia ter vindo do cume da hierarquia institucional do regime como de setores operacionais relativamente autônomos -- ou, até, principalmente no caso dos exilados, de agências repressivas de outros países. Não se deve descartar, contudo, a hipótese de que os órgãos de repressão montados pelo Estado brasileiro, com apoio material e logístico de grandes potências capitalistas, tivessem sofisticação para implementar um plano dessa magnitude.

Como bem lembrou, recentemente, o historiador Carlos Fico, não tem sustentação empírica a noção, algo disseminada, de que os "arapongas" do regime seriam apenas figuras risíveis, despreparadas para a análise política de maior alcance.

> ... é comum que o sarcasmo e o deboche sejam usados contra o autoritarismo, talvez como forma de atenuar o medo que ele também inspira. Assim, alguns trabalhos jornalísticos têm chamado a atenção para o lado grotesco da comunidade de informações, aludindo a avaliações equivocadas, a erros de interpretação e a coisas do gênero. Isso de fato existiu. Porém, ao longo dos anos, o Serviço Nacional de Informações (SNI) constituiu-se em fonte bastante profissional de informações para os generais-presidentes, permanecendo quase sempre nos níveis subalternos as avaliações equivocadas, filtradas que eram, naturalmente, pelos escalões superiores e mais habilitados[14].

Depoimentos de chefes militares, recolhidos pelo CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, permitem interpretação semelhante à do historiador citado, sem negar a relativa autonomia de agências do aparato repressivo. A introdução preparada pelos organizadores de sua publicação simplesmente

---

[14] Carlos Fico, *Como Eles Agiam - Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*, Rio de Janeiro, Editora Record, 2001, p. 74.

constata o que está nos depoimentos[15]. De um lado, se mostra o processo de formação de uma organização repressiva sofisticada.

> ... o sistema foi se sofisticando e formando um rolo compressor na rota da repressão. Para evitar que a ação dos vários órgãos fosse suscetível a tendências centrífugas que poderiam levar à duplicidade de tarefas, a competições e a conflitos na área operacional, e visando maximizar os resultados de suas ações, ainda em 1970 foram criados os Centros de Operações de Defesa Interna, os CODIs, que tinham como área de ação a jurisdição de cada Exército. Entidade composta por representantes de todas as forças militares, bem como da Polícia e do próprio governo, o CODI era chefiado pelo chefe do Estado-Maior do comandante de cada um dos Exércitos. Entre suas funções, incluíam-se fazer o planejamento coordenado das medidas de defesa interna, inclusive as psicológicas, controlar e executar essas medidas, fazer a ligação com todos os órgãos de defesa interna, coordenar os meios a serem utilizados nas medidas de segurança.

De outro lado, contudo, transparece que a organização apresentava flexibilidade suficiente para ações "espontâneas" de alguns de seus departamentos.

> ... a ação desses órgãos estava associada a uma rede complexa e informal que envolvia basicamente o "pessoal da área". Com isto, não queremos dizer que houve plena autonomia desses órgãos a ponto de seus comandantes, definidos pelas cadeias hierárquica e técnica, não poderem ser responsabilizados pelas ações de subordinados. Estamos enfatizando a complexidade do sistema para mostrar que o modelo concebido, se previa coordenação, dava amplas brechas para que faltasse controle e para que, em nome da segurança nacional, métodos e sistemáticas não regulamentares fossem melhor desempenhados.

De qualquer forma, apesar de se constatar a possibilidade de ações isoladas, não se pode deixar de pensar que eventuais assassinatos de figuras como Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e, principalmente, João

---

[15] Maria Celina D'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro (orgs), *Os Anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994, p.17 ss..

Goulart, ou mais tarde, de Tancredo Neves, em concomitância com o processo de abertura política, dificilmente estariam desvinculados de uma estratégia de longo prazo. Afinal, nesses casos -- ao contrário de outros, no mesmo período, referidos a lideranças de outros países latino-americanos ou a militantes diretamente ligados com a luta armada ou com agremiações políticas clandestinas --, a ação deveria ser conduzida com o máximo de sofisticação, de maneira a passar despercebido o verdadeiro motivo dos falecimentos.

Essas considerações sobre a necessidade de se pensar a morte do ex-presidente João Goulart no contexto de um projeto estratégico de longo alcance nos levam de volta aos processos estruturais já apontados como pano de fundo indispensável para se entender a relevância política desta investigação.

Os processos histórico-estruturais envolvidos na morte do ex-presidente João Goulart.

A teoria social brasileira e internacional analisou, exaustivamente, desde várias óticas, a disputa entre o projeto para o Brasil que procurava articular nacionalismo com incorporação sócio-política de camadas populares, ainda que de maneira controlada, e o projeto socialmente mais excludente, vencedor em 1964, de articulação claramente subordinada do grande empresariado nacional com o grande capital internacional em um contexto de guerra fria e de internacionalização produtiva.

A montagem do aparato repressivo que se abateu sobre o Brasil (e a América do Sul) não estava desvinculada desse processo mais geral. Não se tratava, apenas, de repressão destinada a afastar um grupo do poder, mas de repressão para garantir a implantação e a continuidade de um projeto político-social hegemônico. A visão estratégica que a sustentava se mostra facilmente compatível com a eliminação de forças e pessoas que pudessem representar a possibilidade de rearticulação do projeto derrotado -- que, aliás, mantinha grande parte de seu apelo popular.

O conteúdo sócio-político estrutural do aparato repressivo gradativamente aperfeiçoado pela ditadura brasileira -- conteúdo independente da percepção da maioria absoluta das pessoas que o punham em movimento ou o comandavam -- pode ser iluminado pela comparação com o aparato

empresarial e militar montado para subverter a ordem vigente até 1964, tal como descrito em livro de René Armand Dreifuss. A vasta documentação reunida pelo pesquisador para demonstrar o alto grau de articulação de interesses que resultou no golpe de Estado -- sob a liderança do que chamou de bloco multinacional e associado -- não obriga a que se concorde com suas teses, mas impede que sejam desconsideradas levianamente.

Até porque, há certo consenso sobre a prevalência dos interesses mais diretamente ligados ao capital internacional a partir de 1964. O que nos levou a escolher o livro de Dreifuss para exemplificar essa prevalência foram as palavras com que o encerra, extremamente significativas nesses dias em que se acentua o interesse pela operação condor -- e pelo papel do Brasil nela.

> A história do bloco de poder multinacional e associado começou a 1º de abril de 1964, quando os novos interesses realmente "tornaram-se Estado", readequando o regime e o sistema político e reformulando a economia a serviço de seus objetivos. Agindo dessa forma, levaram o Brasil e, poder-se-ia conjecturar, todo o cone sul da América Latina ao estágio mundial de desenvolvimento capitalista monopolista[16].

A dimensão continental dos processos de desestabilização política de governos eleitos, uma espécie de prévia da operação condor, insinua-se, também, em nota contida na mesma página do livro.

> ... há também indicações de que o "modelo brasileiro" foi empregado em outros países. O caso da queda de Allende e o clima de desastre econômico e de convulsão social estimulado durante sua presidência certamente são bem semelhantes à experiência brasileira. O embaixador Korry, que serviu no Chile, chegou a afirmar que as técnicas empregadas no Brasil foram utilizadas no Chile dez anos mais tarde, com efeito devastador. Empresários locais e estrangeiros pertencentes ao Council for Latin America foram engajados, por volta de 1970, no Uruguai, em atividades semelhantes às executadas no Brasil, ou seja, uma "campanha publicitária apoiada por empresas contra os extremistas". Empresários faziam parte de "um comitê

---

[16] René Armand Dreifuss, *1964: A Conquista do Estado - Ação política, poder e golpe de classe*, Petrópolis, Editora Vozes, 1981, p. 489.

> uruguaio-americano de homens de negócios que atuava como assessor voluntário do presidente Pacheco Areco". Um ano depois líderes do IPES [Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - entidade responsável pela articulação do golpe de Estado no Brasil] foram envolvidos na queda do presidente Torres, da Bolívia, enquanto "acionistas" do Council for Latin America foram envolvidos em campanhas de "publicidade" na Argentina.

Impossível não recordar que o general boliviano Juan José Torres, citado no fragmento acima, foi morto, mais tarde, pela operação condor propriamente dita, na mesma Argentina em que faleceria o presidente Goulart. Aliás, de acordo com Jorge Otero,

> Jango tinha muito presente que o golpe de estado boliviano de agosto de 1971 contara com o apoio da ditadura brasileira, preocupada pelo nacionalismo de esquerda adotado pelo governo de Torres. A seu juízo, os paramilitares argentinos que assassinaram Torres contaram com o carimbo favorável da linha dura brasileira[17].

[17] Jorge Otero Menedez, *Desmemorias de João Goular: de la operacion bandeirantes a la operacion condor*, versão datilografada, 2000, p. 171.

6. CONCLUSÃO

João Goulart morreu em 6 de dezembro de 1976, na cidade de Mercedes, Argentina, país governado por uma ditadura militar. Seu corpo, colocado às pressas em um caixão, descalço, em traje de dormir, não foi autopsiado, nem no país em que faleceu, nem no Brasil, país em que foi enterrado, e que também vivia sob o jugo de uma ditadura. Ambos os regimes seriam os mais interessados em esclarecer a morte do ex-presidente, se ela decorresse de causas naturais. Até porque, à época, os assassinatos políticos proliferavam na América do Sul – e, em particular, na própria Argentina.

A operação condor já se tornava visível. Uma bomba explode no carro e mata o general Carlos Prats, comandante em chefe do Exército chileno sob o governo Allende, e sua esposa, Sofía Cuthbert, em setembro de 1974, dois anos antes da morte do ex-presidente brasileiro. Em setembro de 1976, já próximo à morte de João Goulart, é assassinado, em Washington, o ministro do Interior e da Defesa de Salvador Allende, Orlando Letelier. Temos, ainda, a incriminar os agentes da operação condor, os assassinatos do general Juan José Torres, ex-governante boliviano, que apareceu morto com um tiro na nuca, do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Héctor Gutiérrez Ruiz, e do ex-senador Zelmar Michelini, uruguaios, os três mortos em Buenos Aires, Argentina, os três, em 1976, ano da morte de João Goulart, repetimos.

E esses exemplos são, apenas, de tragédias visíveis, pela própria visibilidade das vítimas. Mas a coordenação repressiva era muito mais ampla. O Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, quando prestativamente recebeu membros desta Comissão na Argentina, declarou que, ao ser detido em São Paulo, no ano de 1975, no DOPS, onde o encapuzaram e interrogaram a noite toda, eram-lhe mostrados, sob o capuz, informes da polícia argentina, da polícia chilena, tornando-se explícito, por iniciativa dos próprios agentes da repressão, que ele era vítima de uma operação continental.

Nossos trabalhos foram marcados pelo surgimento e acúmulo de fatos novos, alguns descobertos pela própria Comissão, outros descobertos nas demais instâncias em que se desenvolviam e desenvolvem investigações sobre a operação condor. Mês a mês aparecem, nos países do cone sul, novas informações, pelo aprofundamento da pesquisa nos arquivos já

conhecidos, ou se descobrem novos arquivos, até recentemente desconhecidos. De outra parte, é cada vez mais clara a participação de órgãos de informação estadunidenses na articulação dos aparelhos repressivos da América do Sul – e, também no país do norte, documentos governamentais reservados vão sendo lentamente desclassificados, abrindo campo para a análise, necessariamente longa e cuidadosa, do que neles se contém.

Um único exemplo basta para indicar o muito que ainda há por fazer. Somente em 2001, muitos meses após a instalação desta Comissão Externa, foi publicado, em nosso país, um trabalho acadêmico em que se explora um arquivo de documentos oficiais, procedentes de órgãos do governo brasileiro envolvidos com a repressão às organizações da esquerda armada. Trata-se do já citado livro do historiador Carlos Fico, *Como Eles Agiam: os subterrâneos da Ditadura militar: espionagem e polícia política*, publicado pela Editora Record.

Ora, trabalhos como esse são indispensáveis para bem compreender as circunstâncias da morte de João Goulart. Todas as descobertas recentes têm indicado que seu falecimento não pode ser analisado separadamente da conjuntura repressiva de meados da década de 70. Interessa a esta Comissão acentuar que as pesquisas mais gerais sobre a operação condor não ficarão completas enquanto a morte do ex-presidente não for corretamente situada no interior do processo repressivo.

Não se trata apenas, como já foi esclarecido, de investigar os poucos anos em que a operação condor se desenrolou com maior desenvoltura. É importante que ela seja incluída no processo histórico que começou com o golpe de Estado contra o governo João Goulart em 1964 – e que se mostre como dirigentes políticos sul-americanos foram mortos na década de 1970 em função de um projeto político, para impedir o retorno de lideranças populares afastadas por uma sucessão de golpes nos anos anteriores.

Ademais, a análise não pode ficar apenas no nível factual, das ações repressivas em sentido estrito. O golpe de Estado de 1964, no Brasil, constitui momento importante, talvez o mais importante, da implantação de um novo projeto social, econômico e político para a América do Sul, uma verdadeira mudança estrutural na história do continente. A violência com que tal projeto foi implantado, aqui e nos países vizinhos, já deixa entrever o grau de exclusão social nele contido e o tipo de recurso necessário para impô-lo ao nosso povo.

Embora as investigações estejam apenas começando, e devam estender-se ainda por alguns anos, seria descabido manter esta Comissão em funcionamento semi-permanente até que o quadro da história recente do continente esteja completo. Há que se entregar ao público o resultado dos trabalhos da Comissão para que ele se transforme em parte do imenso acervo que o cone sul da América está construindo a respeito de sua historia recente.

Certamente, o relatório que aqui apresentamos possui grande significado. Afinal, foram recolhidos dados e depoimentos que poderiam perder-se sem a atuação desta Comissão – que constituem, agora, um reservatório para as pesquisas a serem realizadas em outras instâncias. Em algum momento, quando mais informações se tiverem acumulado, é provável que nova Comissão venha a ser instalada, no próprio Congresso Nacional, para retomar as investigações que empreendemos.

Ao concluir pela impossibilidade de colocar um ponto final na investigação, a Comissão oferece um serviço ao país. Primeiro, porque cumpriu seu papel investigativo, entregando ao público o material passível de recolhimento neste momento, preparando o terreno para investigações futuras. Depois, porque não forçou a verdade histórica em um sentido ou noutro, mantendo a coerência com os princípios de uma investigação imparcial.

Jamais imaginamos encerrar essa história. Nossa proposta era iniciá-la. E o fizemos. Não há como afirmar, peremptoriamente, que Jango foi assassinado. Mas será profundamente irresponsável, diante dos depoimentos e fatos aqui consolidados, concluir pela normalidade das circunstâncias em que João Goulart morreu.

Estamos escrevendo um modesto começo da história da operação condor no Brasil. O tempo, breve, se encarregará de completá-la.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado Miro Teixeira

Relator

ANEXO

As notas taquigráficas das audiências públicas e as transcrições de gravações feitas em diligências na Argentina e no Uruguai foram anexadas a este relatório para propiciar, a quem o deseje, o contato direto com fontes de informações relevantes.

Constam do anexo, primeiro, todas as audiências públicas, na ordem em que foram realizadas; e, em seguida, as transcrições de entrevistas realizadas na Argentina e no Uruguai.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES
TEXTO COM REDAÇÃO FINAL
COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
EVENTO : Audiência Pública Nº: 0642/00 DATA: 06/06/00
INÍCIO: 10h42min TÉRMINO: 13h19min DURAÇÃO: 2h37min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h40min PÁGINAS : 57 QUARTOS: 18
REVISÃO: ANTONIO, LUCIENE, MADALENA
SUPERVISÃO: JOEL, LETÍCIA
CONCATENAÇÃO: LETÍCIA
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
JOÃO VICENTE GOULART - Filho do ex-Presidene João Goulart.
SUMÁRIO: Esclarecimentos sobre as circunstâncias da morte do ex-Presidente João Goulart.
OBSERVAÇÕES
Há expressões ininteligíveis.
Há intervenções inaudíveis.
Não foi possível verificar a gravia dos seguintes nomes:
Fazenda de Timbô - Pág. 18.
Gatibone - Pág. 18.
Magotel - Pág. 40.
CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL
Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0642/00 Data: 06/06/00.O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Declaro abertos os
trabalhos da Comissão Externa destinada a esclarecer em que circunstância ocorreu a morte do ex-Presidente João Goulart, em 6 de dezembro de 1976, na estância de sua propriedade, na Província de Corrientes, Argentina.
Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da reunião anterior.
Portanto, indago a V.Exas. sobre a necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Sr. Presidente, uma vez distribuída cópia da ata, peço a dispensa de sua leitura.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Dispensada a leitura da ata, coloco-a em discussão. *(Pausa.)*
Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação.
Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*
Aprovada.
Esta Presidência recebeu o seguinte expediente: ofício do Gabinete do Deputado Geddel Vieira Lima, Líder do Bloco PMDB/PST/PTN, comunicando a indicação do Deputado Luiz Bittencourt para integrar esta Comissão na qualidade de suplente.
Faremos a tomada de depoimento do Sr. João Vicente Goulart, filho do ex-Presidente João Goulart. Convido o ilustre depoente para tomar assento à mesa.
Devo esclarecer que o Sr. João Vicente disporá de vinte minutos para prestar suas declarações iniciais, durante os quais S.Sa. não poderá ser aparteado.
Terminado o depoimento, iniciaremos as interpelações. Os Srs. Deputados interessados em interpelar o depoente deverão inscrever-se junto à Secretaria, pelo
prazo de três minutos, tendo o depoente igual tempo para resposta, facultadas as réplicas e tréplicas pelo mesmo prazo.
O nobre Relator deseja prestar algum esclarecimento?
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, estou apenas interessado em ouvir o depoimento.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Passemos, então, ao depoimento. Concedo a palavra ao Sr. João Vicente, filho do ex-Presidente João Goulart.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, uma correção. João Vicente Goulart.
CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL
Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0642/00 Data: 06/06/00
1.O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Bom dia a todos. Fomos convidados para expor, principalmente, o nosso pensamento sobre todas essas circunstâncias
que, talvez, possam vir ou não a envolver a morte do ex-Presidente João Goulart, no exílio. Para nós é uma satisfação estar hoje na Câmara dos Deputados. Antes, quero dizer que a família aplaude a iniciativa desta Casa de, neste momento, apesar de transcorridos tantos anos de seu falecimento, diante dessas possíveis circunstâncias que pairam sobre a sua morte, estar empenhada em que esses fatos
sejam esclarecidos. Para nós, em nome da família, é importante que esses fatos sejam esclarecidos definitivamente na história do nosso País, uma vez que sofremos anos de exílio no Uruguai — todos os Parlamentares presentes conhecem
a história.
Nessa abertura de novos arquivos, enfim, nessa documentação que hoje

começa a aparecer, nessa possível interligação entre o serviço secreto de diversos
países, principalmente nos anos de 1975 e 1976, a América Latina vivia, lamentavelmente, em sua grande maioria, sob governos totalitários, todos eles ditatoriais. Com exceção da Venezuela, todos os países da América do Sul viviam
sob regimes de exceção, dirigidos contra a liberdade, contra a democracia de seus
povos.
Começo este depoimento dizendo que, a partir do golpe de 1964, minha família foi para o Uruguai. E, para contar um pouco sobre a situação do Uruguai, naquele momento, o ex-Presidente João Goulart foi muito bem recebido. O país vivia, naquele momento, como um país estável, onde nunca tinha havido, a não ser
por um pequeno período, ditadura, um fato muito circunstancial no Uruguai. Era um
país de longas tradições democráticas e orgulhava-se de receber o Presidente constitucional do Brasil em seu território, quando lá aportamos, no dia 4 de abril de
1964. Não foi somente por essa simpatia que tinham os uruguaios pelos governos
democráticos e sua tradição democrática que estivemos no Uruguai. Acredito que,
desde o primeiro momento, o Presidente João Goulart não esperava que a ditadura
fosse durar tanto tempo. Naqueles primeiros momentos, ele pensava que a ditadura
no Brasil fosse ser bem mais curta, um período onde ele pudesse — e até depois, em algumas outras circunstâncias, como a Frente Ampla, o Governador Lacerda esteve no Uruguai, tentaram alguns meios democráticos — furar o bloqueio da resistência que existia na ditadura e por parte dos militares brasileiros para o retorno dos exilados.

2.As dificuldades por que passamos lá eram diversas, até na escolha do país. Acredito que o ex-Presidente João Goulart foi para o Uruguai exatamente porque pensava que dali, pela proximidade do Brasil, poderia retornar mais rapidamente e
obter uma comunicação entre os companheiros que também ali... O meu pai, depois de um ano no Uruguai, sentiu que a coisa ia ser um pouco mais prolongada.
Então, ele começou a se dedicar às atividades agropecuárias, atividade essa que praticava desde os 15 anos, em São Borja. E começou a entrar nessas atividades — pecuária, arroz, lã, boi, etc. Ele se deu conta de que não seria tão curta sua passagem pelo exílio e começou, então, a trabalhar naquilo que conhecia desde a
sua juventude: o setor primário e atividades agropastoris. Não sem embargo, sempre esteve em Montevidéu à disposição das pessoas, brasileiros inclusive,

ajudando todos os companheiros que aportavam no Uruguai. Inclusive havia um hotel, chamado Hotel Alhambra, que eles alugaram para receber os companheiros
que lá chegavam. E, assim, foi desenvolvendo suas atividades empresariais no Uruguai.
É bom que se diga que, à medida que o Brasil e a Argentina foram endurecendo os seus regimes, o Uruguai, até pela sua própria situação geográfica,
encontrava-se numa posição onde existiam vários movimentos, como o Movimento
de Libertação Nacional, o Movimento Tupamaro — até acredito que, em certo momento, os Tupamaros tivessem uma organização que pudesse tomar o poder no
Uruguai. Mas, devido àqueles dois grandes gigantes que se encontravam à volta, era uma possibilidade remota e infinita que um governo de esquerda pudesse se manter num país tão pequeno, com 3 milhões de habitantes, e, ademais, a guerrilha
era eminentemente urbana. Não havia, no Uruguai, nenhuma possibilidade de vitória desse movimento de esquerda.
Em 1973, começa a mudar o quadro político. A partir de 1968 — creio que foi no período do AI-5 no Brasil —, as coisas começam a mudar. Cai o Governo uruguaio. Nesse momento, os militares fecham o Congresso, numa operação onde
o Presidente, Juan María Bordaberry, dispôs-se a permanecer no cargo, sendo uma
espécie de títere dos militares uruguaios. Nesse momento, começa a repressão totalmente dirigida pelas Forças Armadas brasileiras, que não só assistiram o Governo uruguaio com equipamentos, caminhões, armamentos, como também começaram a pressionar aquelas pessoas que lá moravam, como o ex-Governador
Leonel Brizola e o meu pai, o ex-Presidente João Goulart, para que, enfim, não

tivessem a tranqüilidade que vinham tendo desde que o Uruguai, como um país de
tradições democráticas, que nunca tinha sofrido um golpe de Estado. Foi aí, então,
que o Presidente João Goulart, no retorno do Perón — existia, na Argentina, opção
de uma abertura, e eu e o meu pai, em 1972, estivemos com o Presidente Juan Domingo Perón, em Puerta de Hierro, na Espanha —, e várias pessoas, tanto os uruguaios que moravam lá quanto outros líderes latino-americanos, vão para a Argentina, na esperança de que, com Perón, pudessem dali irradiar áreas de liberdade. Desejavam, enfim, expandir a democracia para aqueles outros países onde estavam várias pessoas, pois já havia acontecido o golpe no Uruguai e no Chile, e dali, da Argentina, promover essa expansão de liberdade e de democracia

para outros países. Foi, então, que vários líderes latino-americanos foram morar na
Argentina.
Mas ocorre, na Argentina, o falecimento de Perón e a ascensão do Grupo Isabel López Rega, comandando a Triple "A". Hoje sabemos que esse braço da direita argentina, Triple "A", era um dos braços da Operação Condor, diante desses
documentos hoje liberados. Em um documento há um convite — e já deve ser de conhecimento de V.Exas. — pelo Coronel Contreras, então chefe da DINA, polícia
do Chile. Realiza-se, em Santiago do Chile, a primeira grande reunião do serviço secreto de informações dos países latino-americanos, e não somente dos serviços
de informações, como o SNI, no Brasil, ou outros organismos, como os próprios serviços das Forças Armadas de cada país, como no Uruguai foi a FUSNA, na Argentina a Triple "A" e outros órgãos desses serviços secretos das próprias Forças
Armadas, que, muitas vezes, não passavam pelos próprios serviços de informações
de cada país.
Esse congresso foi realizado. Inclusive existe uma carta de convite, de 1973, que se dizia falsa, do Gen. Contreras, convidando o então chefe do SNI no Brasil, Gen. João Baptista Figueiredo. Essa carta — hoje está à disposição do público — veio a confirmar essa reunião, em novembro de 1975, quando, supostamente, a Operação Condor é instalada e começa com as suas ramificações não somente de
intercâmbio de informações, mas também de intercâmbio de prisioneiros. E, muitas
vezes, as pessoas perguntam: "João, por que vocês, da família, não pediram isso antes?" É preciso dizer que não havia, anteriormente, condições políticas, apesar da abertura a que assistimos, em 1980, 1981, em Porto Alegre. Claramente, numa
demonstração de força, foram raptados dois cidadãos uruguaios pela polícia

brasileira, que eram os cidadãos Lilian Celibert e Universindo Dias, raptados dentro
do nosso território e mandados para o Uruguai.
Então, muitas vezes, são esses posicionamentos. Por isso aplaudo a instalação desta Comissão. Acredito, hoje, que a causa da morte do ex-Presidente
João Goulart, cuja vida foi dedicada à liberdade e à democracia, deve ser esclarecida por esta Comissão. Pode ter havido ou não o envenenamento. O importante — nós aplaudimos isso — é que se esclareça, definitivamente, o que aconteceu naqueles anos sombrios não somente com o ex-Presidente João Goulart, mas também com tantos outros brasileiros que desapareceram nos cárceres da nossa Pátria, que foram torturados e mortos. Creio que a sociedade brasileira merece esse esclarecimento até para que os nossos filhos conheçam

aquilo que aconteceu em nosso País, para que não volte esse manto negro que passou sobre a nossa história.

Em 1973, quando começa realmente a perseguição aos líderes latino-americanos, entre eles o meu pai, nota-se o endurecimento em toda a América Latina, principalmente na Argentina, onde havia aquela grande expectativa de que dali pudesse irradiar os ares de liberdade e de democracia para os outros países. Mas, lamentavelmente, com a morte do Presidente Perón, as coisas se endurecem. A Triple "A" assume o comando da repressão. Claramente, com a Operação Condor, através da Triple "A", existe um programa de extermínio dos líderes latino-americanos que lá se encontravam. Tanto é que lá foram mortos o Senador Michellini, o Deputado Gutierrez, o Prats, o Torres, enfim, esses líderes latino-americanos conhecidos, além de outras personalidades eclesiásticas do mundo inteiro que lá se encontravam. E, dali para a frente, houve na Argentina o desaparecimento e a morte de quase 30 mil pessoas nessa luta fratricida que aconteceu naqueles momentos.

Posso dizer o seguinte: no final da vida do ex-Presidente João Goulart, nós, eu e a minha irmã, já estávamos em Londres, até porque houve, na Argentina, e se descobriu em Mar del Plata, uma suposta ação de seqüestro dos filhos dos exilados. Foi aí que ele nos mandou para Londres. Ele também tentou uma solução política, porque já se sentia acuado dentro desse contexto, uma vez que os seus amigos foram raptados. O próprio carro do ex-Presidente João Goulart foi colocado na frente do Hotel Liberty, quando raptaram o Senador Michellini do hotel onde morava, uma vez que havíamos morado nesse hotel, antes de comprar o nosso

apartamento em Buenos Aires. Ele voltou para a Argentina, tentando, com a vinda do Perón, estabelecer-se naquele país, uma vez que o Uruguai o estava pressionando demais.

Há que se dizer também que, em algumas cartas que ele nos mandou para a Europa, ele se sentia profundamente consternado com aquela situação, entendendo que aquilo que estava acontecendo com os exilados e com seus companheiros de outros países, como o Senador Michellini, o Deputado Gutierrez, era uma monstruosidade. Via, claramente, que os espaços na América Latina para aqueles que — como dizia na carta — não acreditavam na opressão como forma de governo estavam tornando-se cada vez mais reduzidos. Quando da última visita que fez a Londres, para ver o nascimento do meu primeiro filho, dizia que ia ver, porque, caso não pudéssemos passar o fim de ano no Uruguai ou na Argentina com ele, faria todo o possível para terminar os seus negócios. Mas, no verão, seus negócios exigiam mais, pois o verão, na fazenda, sempre é a época de mais

trabalho. Mas ele estava pensando profundamente em ir, se não pudesse retornar
ao Brasil, uma vez que seu advogado, Wilson Mirza, já tinha praticamente liquidado
e contestado todos os processos que havia contra ele, restando apenas, eu acho, um processo de corrupção em que era acusado de ter pintado seu apartamento particular com doze litros de tinta da NOVACAP.
Esse era o último processo que o ex-Presidente João Goulart tinha, e ele queria voltar. Ele queria, talvez, tentar — e isso ele escreveu aos seus amigos — visitar o Papa, o Senador Ted Kennedy, retornar ao Brasil e, sem dar satisfação a ninguém, desembarcar no Rio de Janeiro.
Para surpresa nossa, apareceu — noutro dia autorizei à **Folha de S.Paulo** a revisar os arquivos do Estado do Rio de Janeiro —, quinze dias antes, um comunicado interno do Sílvio Frota, mandando que, quando o ex-Presidente João Goulart entrasse em território brasileiro, prendessem-no e o deixassem incomunicável, sob qualquer circunstância, independentemente de seus processos
terem acabado ou não.
As circunstâncias da morte do ex-Presidente devem ser investigadas. Acho louvável que esta Comissão investigue, porque existem muitos fatos que vimos observando. Principalmente, o que mais me surpreende e a todos da família é o fato de que não foi feita autópsia no corpo do ex-Presidente João Goulart. Acho que
isso é de uma grande responsabilidade, uma vez que qualquer pessoa que morre

em outro país, seja ela turista ou esteja no país por qualquer outra circunstância, é
obrigação do país, para transportar o corpo, realizar uma autópsia, até para o país
de origem se eximir de qualquer responsabilidade.
No caso do ex-Presidente João Goulart, há algumas circunstâncias, como a certidão de óbito, publicada também pelo **Jornal do Brasi**l, que foi dada por um pediatra, numa longínqua cidade, Mercedes, apenas dizendo: "Morreu de **enfermeda**d". Significa que morreu de doença. E o caixão veio selado. Não houve
a possibilidade de fazer essa autópsia, do lado argentino. Acredito que, por se tratar
de um ex-Presidente da República, dadas as circunstâncias que envolviam o caso,
deveriam ter feito autópsia, principalmente no Brasil. Quando passou o corpo do Presidente João Goulart — pelo que sei, porque estava na Inglaterra e cheguei em
avião, direto, a São Borja —, houve muita dificuldade. Naquele momento, houve ordens e contra-ordens, se deixavam ou não ele entrar. Enfim, tantas ordens e contra-ordens que até o Coronel Solón, que dirigia a Polícia Federal em Uruguaiana, caiu por ter autorizado o cortejo a passar por terra, uma vez que diziam

que ele teria que chegar diretamente de avião a São Borja e ser imediatamente enterrado.
Com essas circunstâncias e mesmo com todo o aparato montado pelo Governo brasileiro, deslocando tropas de Santa Maria, de Livramento — havia, em
São Borja, mais de 2 mil soldados da PE, para que o povo não pudesse chegar perto do corpo do ex-Presidente João Goulart —, não se lembraram, ou não quiseram fazer, proibiram a autópsia no corpo do ex-Presidente João Goulart.
Devido a tantas manifestações, houve essa grande preocupação para que o seu corpo não tivesse acercamento da população. Por que essa preocupação não se refletiu, para se eximirem de qualquer responsabilidade, na necessidade que tinham
de fazer a autópsia?
Fora isso, houve a Operação Condor, para envenenamento, no Uruguai.
Houve o envenenamento de uma senhora, mulher do Tito Herber, que foi um candidato a Presidente no Uruguai. Depois desse caso, houve ainda um envenenamento com vinho.
Estamos aplaudindo a Comissão, e eu acho de extrema importância que se averigúe, que se esclareçam esses fatos.
Peço também às autoridades que colaborem, pois o Presidente Fernando Henrique, depois de instalada a Comissão, revelou a sua vontade de colaborar e

deu instrução para que se abram esses arquivos, que ainda permanecem nessa grande caixa-preta, sobre os serviços secretos, onde documentos devem estar ainda ali escondidos, arquivados.
O importante é que abram não somente os arquivos do SNI, do DOI-CODI, mas também os que estão dentro das próprias Forças Armadas, dos serviços de inteligência da Aeronáutica, da Marinha, para esclarecer o que houve com o ex-Presidente João Goulart. Queremos também que sejam esclarecidos outros fatos relativos a outros brasileiros, para que isso não volte a acontecer em nosso País, em nossa Pátria, e para que, definitivamente, essas feridas possam ser curadas em nossa sociedade e possamos, sem dúvida, voltar a ter a grande harmonia de que o nosso povo precisa, pois a nossa população clama pela verdade
dos fatos acontecidos naqueles longínquos tempos de ditadura no nosso País.
Precisamos ter um posicionamento quanto a esses fatos circunstanciais, porque precisamos saber se aconteceram ou não esses fatos. Por isso vimos aqui
aplaudir e nos colocar à disposição desta Comissão da Câmara Federal.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Dr. João Vicente, o senhor pode ter certeza de que não só o Presidente Fernando Henrique Cardoso e
o Presidente desta Casa, Deputado Michel Temer, mas também todo o Brasil hoje
clama por esse resultado.
Em todos os lugares por onde tenho passado, às vezes até em emissoras de televisão, as pessoas me perguntam sobre este assunto, se verdadeiramente

vamos poder virar essa página da história com a realidade, com a verdade, ou se vamos continuar nessa incerteza.
Nós, desta Comissão, temos o propósito de marchar, a fim de chegarmos à verdade. Queremos saber o que aconteceu, se foi morte natural ou não, a causa. Tenho certeza de que caminharemos e chegaremos a esse ponto.
Deputado Miro Teixeira, V.Exa. tem a palavra.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sr. João Vicente, com muita emoção ouvimos o seu relato. Percebo que houve momentos diferenciados no exílio do Presidente João Goulart. Em 1973, quando houve o golpe no Uruguai, no exílio, com as suas dificuldades, com todas as ansiedades e angústias que pode sofrer um
exilado. A partir daí, mais do que isso: além da distância da própria terra, a perseguição. Nesse período V.Sa. foi preso?

8.O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Não, eu fui preso no Uruguai, com 16 anos. A minha mãe foi presa, no Uruguai, por transporte de carne. Isso após 1973.
Eu e mais uns trinta estudávamos no Ginásio, no Liceu Departamental de Maldonado, e fomos presos por um comando do Exército, militar, e não pela Polícia.
Ficamos uns três dias encarapuçados no Batalhão de Engenheiros nº 4, comandado pelo Comandante Bianchi e pelo Capitão Stoco, que faziam a Operação 26 de Março. Era um movimento estudantil que apoiava o MLN, no futuro. Minha mãe foi presa, porque existia, no Uruguai, uma veda de carne. E os militares entendiam que, para que o Uruguai exportasse mais carne, a população deveria ficar, semana sim e semana não, sem comer carne. Ou seja, não podiam vender carne, para que pudessem exportar mais carne e ter mais divisas. E o meu
pai tinha um frigorífico, uma fábrica de produtos porcinos. Era uma fábrica de embutidos, vamos dizer assim. Então, minha mãe pegou uns quatro ou cinco quilos
de carne dessa fábrica e viajou de Maldonado para Montevidéu. Foi presa, processada e por três dias ficou numa cela de uma delegacia por haver transportado quatro quilos de carne, justamente na semana que estava proibida a venda de carne.
A repressão no Uruguai foi assumida de tal maneira que os cidadãos eram completamente ignorados. Ou seja, as pessoas desapareciam nas esquinas, e só apareciam pela boa vontade dos militares. Nenhum juiz ou a Polícia Civil poderiam
chegar perto. Os comandos eram feitos, independentemente, pelo serviço secreto das Forças Armadas.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Ou seja, a sua prisão foi ilegal.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Completamente, Deputado, assim como também foi a prisão da minha mãe.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Isso. V.Sa. estudava no Uruguai nessa época. Parece que rasparam a sua cabeça.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Era prisão, e rasparam a nossa cabeça,

botaram carapuças, e ficamos três dias sem ver a luz. Era uma coisa difícil.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Qual era a acusação, no seu caso?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Nenhuma.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Isso aconteceu no Uruguai?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - No Uruguai.

9.O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Necessariamente, por uma ordem direta dos militares uruguaios e por seus interesses, ou V.Sa. presume que seria uma influência do regime brasileiro dentro do Uruguai?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Veja só, foi uma operação conjunta. Mais de 32 colegas do Ginásio foram presos no Uruguai. Isso porque existia dentro
do Ginásio um grupo do 26 de Março, um grupo de estudantes que apoiava o movimento. Não chegavam a ser participantes do MLN, mas eram simpatizantes. E
eu sempre andava com eles. Desses, os que tinham mais de 18 anos ficaram lá 22
dias e foram remetidos também sem nenhuma acusação. Foram presos apenas para averiguação.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - A partir do golpe militar de 1973, no Uruguai, V.Sa. e sua família perceberam alguma influência do regime militar brasileiro no Uruguai?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Sem dúvida, porque foi aí que os militares uruguaios se armaram para combater e exterminar o Movimento Tupamaro. Eles dependeram demais da assistência brasileira. Tanto é que um dos
seqüestros realizados no Uruguai pelo Movimento Tupamaro tornou-se até, no começo, uma surpresa, porque eles raptaram uma pessoa da Embaixada americana, que foi o adido cultural ou adido educacional, chamado Dan Mitrione. Ele foi morto. Dan Mitrione foi a única pessoa executada pelos Tupamaros. Nessa
época, foi publicada — e isso é de conhecimento público — a foto de um relógio que ele teria recebido do DOI-CODI brasileiro pelos altos serviços prestados no Brasil, quando ele teria dado instrução de tortura, no Rio de Janeiro.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Então, Dan Mitrione era um agente?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Era um adido.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Era isso. Era um agente que percorreu alguns países da América Latina. Era agente da CIA e, pelo que me consta, ensinava como fazer torturas.
Mas, voltando à questão do Presidente João Goulart. Ele saiu do Uruguai em função das pressões exercidas sobre ele e sua família, na esperança de que Lanusse, na Argentina, produziria uma abertura com a vinda de Perón. É isso?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Com a vinda de Perón. Meu pai via-se pressionado pelo Governo uruguaio. Ele tinha um monomotor, um aviãozinho. Muitas vezes, o asilo político requer que sejam dadas informações ao país. Cada

10.vez que ele tinha de sair do país, tinha de comunicar às autoridades. E isso vinha
transtornando os deslocamentos do meu pai. Em uma de suas cartas, em 1976, ele
pensa em sugerir a renúncia do asilo político, tentando obter a sua residência, uma
vez que, há mais de doze anos, ele pagava impostos, produzia e exportava lã e carne naquele país. Ele entendia que, renunciando ao asilo político, poderia obter do Governo uruguaio a sua residência, a fim de tranqüilizar os seus deslocamentos
dentro daquele país. Mas isso não era possível. E esse relacionamento, por exemplo, com o Lanusse veio de um desses deslocamentos do Presidente João Goulart. Ele saiu da fazenda e foi ao Paraguai, porque, apesar das diferenças ideológicas, ele tinha amizade pessoal com o Presidente Stroessner. Esse relacionamento vinha do antigo projeto de Itaipu, iniciado no Governo João Goulart,
que se chamava Projeto Sete Quedas. O Presidente João Goulart, em vez de receber o Presidente Stroessner no Rio de Janeiro ou em Brasília, pois existia um movimento de esquerda que iria contestar muito, recebeu-o em sua fazenda, em Mato Grosso, e dali surgiu essa amizade de pescaria. Então, numa das idas do meu
pai ao Paraguai, no retorno, com o tempo fechado, o piloto pousa em Corrientes, na
Argentina, perto de Libres. Fecharam a ponte, e ele ficou muito nervoso, porque o Perón não tinha retornado ainda. Era o Lanusse que estava lá. Ele era Comandante-em-Chefe das Forças Armadas. Onganía que era o Presidente da Argentina. E ele temeu que a ditadura na Argentina o devolvesse para o Brasil, o que não ocorreu.
O Lanusse, Comandante-em-Chefe das Forças Armadas argentinas,
mandou liberar, automaticamente, o piloto e a aeronave e determinou que se colocasse à disposição o avião presidencial argentino para levar o Presidente João
Goulart a Montevidéu, o que ele não aceita, preferindo retornar com o piloto. Houve
certa confusão, o piloto já havia sido condenado. De qualquer maneira, chegou a autorização, e ele decolou com o próprio avião para o Uruguai. E daí surge essa amizade com o Lanusse, que, depois, na volta do Perón, veio a se refletir. Foi o Lanusse que praticamente abriu espaço para que o Perón pudesse retornar à Argentina. Meu pai manteve essa amizade. Inclusive, algumas vezes, em conexão
com o Presidente Perón, pediu para conversar com o Lanusse, dado o episódio sucedido nessa viagem.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Existe a notícia de que o Presidente João Goulart foi quem proporcionou até esse diálogo entre o ex-Presidente Perón,

11.que estava no exílio, e forças militares argentinas. Ao que parece, foi nesse

episódio?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Não, foi posteriormente. Inclusive, em 1972, estive com o meu pai na Espanha, em Madri, e, casualmente, fomos a Puerta
de Hierro. O Perón chamava o meu pai de Jango, devido a uma relação mais antiga, e o meu pai o chamava de Presidente. Acho que na época do Presidente Vargas, quando o meu pai era Ministro do Trabalho e foi acusado de querer fazer uma República sindicalista, com o modelo argentino. E o Perón, brincando com o meu pai, fala para ele: "Olha, o teu amigo Lanusse mandou um emissário aqui, na
Espanha, para me devolver o 'rango' de general". "E aí, Presidente, como é que foi?" "Não, eu disse pra ele que eu não queria, porque para chegar a general do Exército argentino me custaram vinte anos de estudo. Mas para chegar como Perón
me custou muito mais". E que não aceitava. Mas que ele continuasse falando, porque ele ia voltar para a Argentina, e pela porta da frente. Aí que se dá a opção do Congresso, que autoriza uma eleição sem o Perón. O Cámpora renuncia, para a
volta do Perón.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Estou fazendo essa incursão, porque é fundamental que tenhamos o retrato do que se passava no cone sul da América Latina. Todos esses fatos estão conectados. O Presidente João Goulart organizou
empresas no exterior. Quais foram, pelo menos, as principais empresas?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Ele organizou várias empresas de exportação de carnes, um setor que conhecia muito. Inclusive, ajudou o Perón, intermediando algumas operações, que estavam complicadas, da Argentina com a
Líbia. Ele organizou algumas empresas, comprou algumas áreas tanto no Paraguai
quanto no Uruguai e na Argentina, onde veio a falecer. Na Argentina, ele estava começando a desenvolver as suas atividades quando começou a crise política. Devido a perseguições, ele desistiu, praticamente, de continuar naquele país. Inclusive, tinha um escritório grande, montado na Av. Corrientes, Edifício Montecooper Business Center, uma empresa de exportação de produtos do setor primário (carne e arroz), onde foi procurado em uma operação parecida com a do Senador Michellini, o Deputado Gutierrez e o ex-Senador Wilson Ferreira Adunate
— foi nessa mesma operação, só que não o pegaram. Foi o candidato com maior votação no Uruguai, mas não eleito, pela Lei de Lemas. Ficou Bordaberry, porque

somou entre os cinco candidatos do Partido Colorado, e o Partido Colorado fez mais voto com o Partido Nacional.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Mas V.Sa. disse que foi procurado. Por quê, exatamente?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Por um comando.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Invadiram?

O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Invadiram, chegaram de metralhadora.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Invadiram o escritório?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - O escritório dele, que era, inclusive, na Av. Corrientes, perto de onde esse mesmo comando, dias antes, tinha levado o Senador Michellini e o Deputado Gutierrez, que foram barbaramente torturados e assassinados, cujos corpos foram dilacerados os corpos e jogados em *(ininteligível).*
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Tem V.Sa. lembrança das pessoas próximas a João Goulart, ou conhecidas, com a mesma tendência, no exílio, que sofreram esse tipo de atentado ou que foram mortas nesse período, considerando
Uruguai, Paraguai e Argentina?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Esses dois eram grandes amigos dele. Tanto é que ele, nessas cartas que nos mandou, relata sobre a monstruosidade desses fatos. Depois veio o Prats, o Torres. O seu piloto também foi preso no Uruguai, acusado de pertencer ao Movimento Tupamaro. Enfim, outras pessoas ligadas a ele sofreram algumas perseguições, algumas prisões ilegais.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Existia algum temor revelado pelo Presidente João Goulart em alguma carta? Presumo que um pai, ao escrever para
um filho, sempre deveria ter a cautela de não atemorizá-lo. Mas revelou, alguma vez, algum temor?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Existia, sim. Revelou pessoalmente, quando o seu primeiro neto nasceu, que a situação estava complicando-se e que, se ele não conseguisse retornar ao Brasil, não mais permaneceria na Argentina, por
causa da grave situação política de perseguição e de extermínio dos líderes latino-americanos que lá se encontravam. A sua idéia era que, se não passássemos
o Natal na América do Sul, ele iria passar o Natal conosco na Europa, alugaria um
pequeno apartamento, em Paris, para esperar os acontecimentos políticos de abertura ou não no Brasil.

13.O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O Presidente João Goulart esteve doente, ou não? Ele foi a Lyon fazer um exame porque estava doente, ou foi fazer
um **check-u**p?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Ele fazia periodicamente esses **check-up**s. O Presidente sofria do coração, já tinha tido um enfarte. Inclusive, o Prof. Fremont, em Lyon, era quem o atendia. Ele, aproveitando o nascimento do seu neto, esteve em Lyon para fazer esses exames. Os exames feitos nessa última
viagem indicaram que ele estava relativamente bem. Sentia-se bem, fez um regime
alimentar, perdeu vinte quilos, estava bem disposto inclusive para retornar à Europa, caso fosse necessário morar definitivamente.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Nessa época, ele já revelava uma disposição de vir, de qualquer maneira, para o Brasil, com ou sem autorização?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Nesse mesmo ano, ele disse, em alguns trechos da carta, que ia mandar o Percy, o seu capataz em Tacuarembó, político de Itaqui, que também foi exilado. Na carta, ele diz o seguinte: "Estou mandando o Percy na frente para ver quais as garantias e contatos militares que Azambuja" — o seu ajudante de ordem, que sempre o acompanhou — "tinha feito no Brasil". O Percy voltou para o Uruguai sem nenhuma... Ele tinha essa vontade de retornar ao Brasil para forçar a abertura. Por outro lado, muitas vezes, vinha a notícia de que, talvez, pudesse voltar; depois, vinha outra, como foi esse negócio do
Frota, que agora foi aberto no Rio de Janeiro. Existia uma ordem de prisão efetiva se ele entrasse no território brasileiro, independentemente da sua condenação ou não.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sabemos que o Uruguai tem uma organização processual e investigativa diferente da organização brasileira. Lá se usa a fórmula do juizado de instrução. Vamos chamar, amplamente, de inquérito. Tem V.Sa. conhecimento de algum inquérito sobre os bens do Presidente João Goulart?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Isso foi muito difundido na época. Realmente, o meu pai tinha um campo no Paraguai, que estava no nome de uma empresa chamada Sun Corporation. Quando ele faleceu, o Presidente — eram outras pessoas — vieram a vender essa empresa antes que ele pudesse ter acesso
e mudar o presidente e aqueles que dirigiam essa empresa.

14.O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Bem, ele tinha pessoas que dirigiam as suas empresas, necessariamente. Houve alguma alteração de comportamento dessas pessoas ou da principal delas, do presidente de uma delas, a partir do golpe
militar no Uruguai?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Nesse momento, a pessoa que dirigia essa empresa era o Dr. Ivo Magalhães. A partir do golpe, em 1973, no Uruguai, havia uma empresa brasileira, da qual o Dr. Ivo era representante, para a construção de uma represa de que o Uruguai precisava, a Represa do Palmar — era a empresa Mendes Júnior. Evidentemente, com o regime militar no Uruguai, toda a implantação dessa infra-estrutura empresarial precisava do Governo uruguaio. E o Governo uruguaio, naquele momento, era comandado pelos militares
uruguaios. Houve, de fato, o afastamento do Dr. Ivo Magalhães, vamos dizer, com o
Presidente João Goulart, dado que os militares, naquele momento, eram profundamente incomodados com a situação não somente do Presidente João Goulart, mas também com a situação do Governador Leonel Brizola. Houve, de fato, esse afastamento, uma diferença de comportamento. Quer dizer, ele se afastou pela própria necessidade de encaminhar esse projeto e desenvolvê-lo no Uruguai, porque precisava desses alinhamentos políticos que comportavam estar

perto do regime uruguaio.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O seu pai, o Presidente João Goulart, manifestava amargura, tentava falar sem sucesso, ou dizia se pretendia destituir essas pessoas da direção das empresas e lhes retirar as procurações? Chegou a comentar alguma vez algo a respeito?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Chegou a comentar, porque ele queria reorganizar as suas coisas, até para ir para a Europa ou não. Muitas vezes, procurava essas pessoas, e não conseguia obter retorno a respeito de um telefonema, ou qualquer coisa assim. Realmente, nos últimos tempos, com essas pessoas, que ficaram mais perto do regime, foi muito difícil contactarmos. E ele, inúmeras vezes, tentou falar e rever essa situação, mas ele esperava ter mais tempo também. Acho que não esperava morrer tão rapidamente naquele processo.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Então, houve pessoas próximas ao Presidente João Goulart que, a partir de certo momento, alinharam-se com os militares uruguaios para representar interesses de uma empresa brasileira?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Sem dúvida.
CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL
Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0642/00 Data: 06/06/00
15.O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Na construção da Represa do Palmar, que a Empreiteira Mendes Júnior...
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Implicava muitas relações com o Governo uruguaio, que já não era mais democrático.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Como eram as nomeações de pessoas para o setor de compras, por exemplo?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Era, essencialmente, pelo centralismo do poder militar. Eram generais, eram coronéis, não eram pessoas civis que ocupavam esses cargos dentro da administração do Uruguai no que se referia à construção da Represa do Palmar. Eram todos militares, se era essa a pergunta, Deputado.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - É isso. Exatamente. E, em decorrência desse contato com os militares uruguaios, esses ex-amigos do Presidente João Goulart...
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - A própria necessidade de não ter o contato com o esquerdista, com o homem que o Brasil precisava pressionar, e o próprio sistema militar uruguaio precisava do sistema militar brasileiro para dar aquela demonstração de força. Os caminhões eram todos Mercedes-Benz, o armamento era brasileiro. Enfim, a dependência do Governo uruguaio em relação ao Governo brasileiro era total.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Nesse momento, em 1976, morre o Presidente João Goulart. Essas pessoas tinham procurações ou detinham ações?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Detinham ações, as quais, nós, da família, não conseguimos mais reaver.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Ações ao portador?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Ações ao portador. Foram negociadas e repassadas algumas coisas à minha irmã e à minha mãe. Mas, sobre essa empresa, especificamente não tivemos mais...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - A Sun Corporation?

O SR. JOÃO VICENTE GOULART - A Sun Corporation. Não tivemos mais como reaver as ações.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - V.Sa. não se considera resignado com o destino dos bens do Presidente João Goulart, que estavam sendo administrados
por procuração de terceiros nessas empresas?

16.O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Sem dúvida, houve desvios de vários bens dessas empresas. O que nos interessa hoje, sem dúvida alguma, é esclarecer
as circunstâncias da morte do Presidente João Goulart.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - A nós também. É que não presumo que esses grupos militares dos porões mais terríveis desses regimes que se instalaram na América Latina trabalhavam por idealismo exclusivamente, mas tinham um que de corrupção muito pesado nessas coisas todas, como se verificou
até na OBAN, aqui no Brasil. Mas estamos desenvolvendo uma linha de investigação que nos demonstra claramente que poderia, lá na frente, haver uma conjugação de interesses escusos aí. O Presidente João Goulart, na véspera da sua morte — ele morreu na madrugada do dia 6 de dezembro —, no dia 5, teve um
dia de tensões, alegre ou de negócios?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Eu sei o seguinte: quando ele ia para a Argentina, ele já não usava mais os mesmos caminhos. Pelo que eu sei, ele saiu com a minha mãe, com o motorista...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Quem era o motorista?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - O motorista, acho que era o Peruano, que andava com ele, um amigo meu de infância que estava com ele. Eles entraram
pela ponte de Salto, no Uruguai. Foram diretamente a Libres para almoçar, e ficaram em Libres.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Numa fazenda?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Não, num hotel que tinha ali, porque, muitas vezes, quando ele passava por Libres, havia muitos brasileiros, amigos dele.
Inclusive, alguns plantavam com ele em fazendas arrendadas, na Fazenda de Timbô(?), por exemplo, que era de um amigo dele, Martins Semahn. Então, o pessoal do Brasil, de São Borja inclusive, o Gatibone(?), quando ele estava ali, ia todo mundo para lá para almoçar com ele, conversar; e ele conversava com o pessoal ali, sempre.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - No hotel?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Parece que dessa vez foi num hotel que existe ali.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Tem idéia do nome, alguma lembrança? Pode ser recuperado e depois ser encaminhado à Comissão.

O SR. JOÃO VICENTE GOULART - É Henrique IV ou Henrique V, uma coisa assim o nome do hotel. E o pessoal ia sempre lá. Ele trocava informações com o pessoal de São Borja, de Uruguaiana. Depois, ele foi à fazenda de Libres, que é perto, era sobre asfalto, a 102, 103 quilômetros. Pelo que sei, ele saiu já no fim da tarde, chegou à fazenda, começou a conversar com o capataz, enfim, diz que ficou conversando com o capataz, com o Júlio, até uma e meia, duas horas da manhã, quando se recolheu para...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - É vivo esse capataz?

O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Eu acho que é, sim. O nome dele é Júlio Pasos. E se recolheu. Minha mãe já estava dormindo, pelo que eu sei. Depois de uma hora que ele estava deitado, deu um profundo suspiro, parou de respirar e morreu imediatamente. Essas são as informações que temos.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - E V.Sa. estava em Londres?

O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Eu estava em Londres quando recebi a notícia. Eu ainda não tinha feito o passaporte do meu filho, que estava com dois meses. Tive de correr. Até o próprio Raul Riff ligou para o filho dele. O Tito estava em Oxford. Veio, nos deu uma mão, e fomos para o aeroporto. Conseguimos pegar um vôo à meia-noite, em Londres, no dia 6. Fomos até num avião da Iberia, fizemos uma conexão na Iberia, e chegamos ao Rio de manhã, onde o Dr. Waldir Pires e o Darcy — não me lembro quem mais estava — nos aguardavam, para irmos diretamente a São Borja. Chegamos lá por volta das duas horas da tarde do outro dia.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - No dia 7?

O SR. JOÃO VICENTE GOULART - No dia 7. Nós chegamos, e, pouco depois de ficarmos um tempo lá, estavam esperando-nos exatamente para realizar o enterro, porque era um dia muito quente, e já fazia tempo que ele estava lá na igreja.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - E ali já havia a surpresa de o corpo não ter sido autopsiado na Argentina.

O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Eu, particularmente, não soube desses detalhes, porque estava muito transtornado com o episódio.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Imagino, claro.

O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Então, naquele momento, ninguém me contou a esse respeito. Mas, pelo que sei, foi na madrugada do dia 6 para o dia 7

que tentaram — até porque o nosso vôo poderia demorar para chegar — acomodar o corpo dele. Parece que, pelo calor, já estava em processo de decomposição. Não

sei. Tentaram abrir para ver se poderiam fazer alguma coisa. Eu, particularmente, não presenciei isso, porque só cheguei no dia 7, às duas horas da tarde, com um calor imenso. E assim que chegamos, uma hora depois, o cortejo saiu da igreja para o cemitério.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Dr. João Vicente Goulart, vou encerrar a minha participação dizendo a V.Sa. que, noutro dia, uma repórter de Brasília me falou — em decorrência da instalação da Comissão — de uma frase do Deputado Aécio Neves, que assistia o avô no leito do hospital. Quando foram dar um remédio ao Presidente Tancredo Neves, este perguntou ao então Aecinho, seu neto, que remédio era aquele. E o Aécio disse: "Bem, é o remédio que o médico mandou dar".

E o Presidente Tancredo Neves disse: "Pois é, meu cuidado é porque presumo que possa acontecer comigo o que aconteceu ao João Goulart". Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - A partir de agora, vamos seguir a lista de inscrição. Os Deputados inscritos terão prioridade para fazer suas perguntas.

Deputado Jorge Pinheiro, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. João Vicente Goulart, filho do nosso saudoso ex-Presidente João Goulart, tinha três perguntas a fazer, mas duas e meia foram feitas pelo nosso Relator. Fico satisfeito com as respostas dadas por S.Sa.

Quando a família estava na Argentina, devido à questão de que filhos de exilados sul-americanos estavam sendo seqüestrados, havia aquela ameaça toda, e ele achou por bem mandar os filhos para a Inglaterra, não é isso?

O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Para a Inglaterra.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - V.Sa. fala que, em várias cartas enviadas pelo ex-Presidente, ele manifestava insatisfação com o que estava acontecendo, com a repressão, aquela coisa toda, e também — corrija-me, se estiver errado — a intenção de voltar para o Brasil, de acompanhar de perto o que estava acontecendo no País, porque, de repente, poderia haver uma oportunidade para que ele retornasse para o seu País. Não sei como eram feitas essas correspondências na época. Gostaria que V.Sa. esclarecesse para nós. Parece-me que, na época, havia em torno de duzentos militares brasileiros dentro da Argentina.

E o Governo brasileiro tinha, não só na Argentina, mas também no Uruguai, uma

pressão e um cuidado muito grandes com os exilados que estavam nesses países.
Alguma vez houve, por parte de vocês, na Inglaterra, quando receberam as correspondências, suspeita de violação dessas correspondências, que a carta teria
sido aberta? E, quando ele enviava essas correspondências, eram enviadas no seu
nome mesmo, ou ele usava o nome de uma outra pessoa? Isso porque essas cartas, se viessem a cair nas mãos de algum militar da Argentina ou do próprio serviço secreto do Brasil instalado na Argentina, poderiam ser lidas e o seu conteúdo poderia cair nas mãos dos militares brasileiros, uma vez que ele tinha a intenção de retornar ao Brasil — não sei se o meu raciocínio está correto — em 1975 ou 1976. Ele envia essas cartas para vocês manifestando a grande preocupação com o cerco que estava sendo feito à sua pessoa e a outros colegas
exilados. Haveria a possibilidade de essas cartas terem sido violadas? Alguma vez
vocês perceberam que alguma dessas cartas foi aberta? Como é que ele fazia essas correspondências? Era em nome dele mesmo, ou usava o nome de uma outra pessoa? E qual a sua idade na época em que estava residindo na Inglaterra?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Eu estava com 20 anos de idade quando... Eu fui com 19 anos e fiquei um ano e pouco na Inglaterra. Mas as correspondências eram de pai para filho. Não implicavam qualquer, vamos dizer, conotação que pudesse ser violada ou não. Ele pedia — engraçado — uma coisa:
que escrevêssemos — a dele pra lá era tranqüilo — para uma pessoa, um empregado dele, em Maldonado, porque ele não recebia a correspondência na fazenda. Ele chamava-se Carlos de Leon. Ele pedia que escrevêssemos as cartas
para ele para o endereço do Carlos de Leon. Mas recebíamos tranqüilamente a correspondência. Se foram violadas, não sei. Eram correspondências comuns, envelopes comuns, e a letra era dele, sem nenhuma interferência.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Sr. Presidente, só para uma réplica. Com relação ao Carlos de Leon, isso foi uma prática?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Desde que fomos para Londres.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - As correspondências eram enviadas, então...
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Para Carlos de Leon, no Uruguai.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Ele ocupava que função nas empresas?

20.O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Ele era administrador da parte de comercialização de arroz do meu pai, em Maldonado.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Então, no caso das correspondências enviadas do ex-Presidente para vocês, elas eram em nome dele?

O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Eram em nome dele. Onde eram postadas eu não sei, talvez fossem por ele mesmo, mas chegavam perfeitas. O envelope chegava perfeito em Londres, sem nenhuma alteração. Não havia violação.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - A princípio, pelo menos, não havia violação?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - A princípio, visualmente, não existia essa violação.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Evidentemente, havia a intenção de voltar para o Brasil — todo exilado quer voltar para a sua pátria. Mas, a partir de quando, por correspondência, ele começou a manifestar esse desejo de retornar ao
Brasil? E de fazer algum tipo de investigação para sentir a situação política, se havia ou não a possibilidade de retornar para o País?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Olha, ele pressentiu, talvez. Inclusive, tenho conversado algumas vezes com o Governador Brizola, meu tio, que a intenção de voltar era no sentido de forçar, talvez, com a sua volta, que a abertura
ocorresse mais aceleradamente. Agora vimos que teria sido um erro, porque a ordem que existia, entre o Sílvio Frota e seus comandados, era a de prisão absoluta. Mas ele estava exilado há doze anos, e entendia que, talvez, se voltasse,
poderia acelerar o processo. Mas ele também estava avaliando muito bem essa situação, dado que, muitas vezes, ele tinha outras informações. Ele dizia: "Bem, se
não der para eu voltar até o fim do ano, vou voltar para a Europa para esperar com
mais tranqüilidade que eu possa retornar em uma outra situação".
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Sr. Presidente, muito obrigado. Sr. João Vicente, muito obrigado.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Obrigado. Eu que agradeço.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Passo a palavra ao nobre Deputado De Velasco.

21.O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres colegas Deputados, Dr. João Vicente Goulart, alguns princípios levam, normalmente, a uma investigação: uns, indícios; outros, presunções.
Quanto a essa questão de ausência de autópsia, tomou V.Sa. conhecimento de que teria sido uma imposição, ou foi mesmo negligência por parte das pessoas
que estariam, sob o ponto de vista profissional, obrigadas a fazer a autópsia?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - A princípio, não atinamos a isso. Posteriormente, acho o seguinte: poderia ter havido negligência por parte de um governo. Agora, dois governos serem negligentes... Hoje não se aceita essa suposição. Realmente torna-se impossível dizer que tenha havido negligência. Houve, sim, uma pressão para não abrir o caixão, para que as coisas fossem

conduzidas atropeladamente, para que o corpo passasse imediatamente. Primeiro,
o Coronel Solón caiu porque deixou passar o corpo, via terrestre; a ordem de Brasília era para que o corpo fosse trasladado de avião diretamente, para ser enterrado.
Então, isso hoje realmente nos leva a crer que não pode ter havido negligência de dois governos. Poderia haver esquecimento de um, negligência, talvez, dos argentinos, porque ele morreu numa cidade do interior. Talvez não tivessem tido essa precaução. Agora, por parte de dois governos, realmente, para nós, soa muito estranho que não tenha havido este cuidado, o de realizar essa autópsia.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Então, devemos concluir que essa ausência de autópsia seria...
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Foi propositalmente, eu acredito que sim. Até, Deputado, pelo atropelo que houve: "Não, não, tem de passar de uma vez,
fecha o caixão, vamos tocar, o povo não pode chegar perto". Não é? A PE cercou todo o trajeto.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Não pode abrir o caixão.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Não pode abrir o caixão. Quando o corpo chegou a São Borja, já havia efetivos da PE de outros Municípios cercando a
aproximação. Quer dizer, o caixão ficou com uma tropa da PE em volta. Apenas os
familiares podiam chegar perto do caixão.
Então, hoje acreditamos que essa negligência não pode ter sido de dois países. Acho que esse atropelo de não abrir o caixão, de não deixar as pessoas

chegarem perto, enfim, de não querer que, no mínimo, passasse por uma junta médica para saber o que houve, torna-se suspeito. Sem dúvida torna-se suspeito.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Nas suas declarações, houve um oficial que teria também sido envenenado...
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - No Uruguai. Não foi um oficial. Foi um ex-candidato a Presidente do Uruguai, Tito Herber. Ele recebeu do colega dele, em
casa, no Natal, uma cesta de vinhos com coisas falsificadas — ele era Congressista, Deputado ou Senador, não estou lembrado. "Ao querido companheiro
de Congresso, ofereço neste Natal..." A coisa era falsificada. A esposa dele abriu uma garrafa, tomou, e foi detectado o veneno, porque foi feita a autópsia, mas era
para ele. E também foi feito pelo serviço secreto. Hoje já existe este depoimento no
Uruguai, de que a Operação Condor estaria por trás dessa morte, que vitimou a esposa dele, e não ele.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Então, pode ter-se uma ilação entre uma ocorrência e...

O SR. JOÃO VICENTE GOULART - E a outra ocorrência, sem dúvida. Claro que isso não haveria de ser por um presente de Natal, até porque o Natal ainda estava um pouco longe, mas por uma troc*a,* ou no próprio copo. Não sei como é que poderia ter sido feito. Poderia ter havido isso.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Essa insubordinação dos executivos que tinham a gerência dos negócios do senhor seu pai, essa insubordinação seria simplesmente por interesses pecuniários, interesses financeiros ou também seria uma insubordinação com interesses políticos?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Não sei até que ponto poderá haver essa parte política em tudo isso, até porque eu, de Londres, participei desse incômodo do meu pai quando ele lá se queixava, mas não participei diretamente do
que estava acontecendo no Uruguai e na Argentina em relação a essas tramitações
comerciais.
Então, realmente não posso dizer se atrás dessa insubordinação com interesses econômicos poderia ter havido também algum espelho de fundo político.
Não poderia responder isso com certeza, afirmar isso; amanhã ou depois poderia não ser confirmado.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Nessas situações normalmente há sempre o interesse de se pesquisar ou pelo menos ouvir o **feeling** da família quanto

ao que aconteceu com o senhor seu pai. Qual seria, nesses anos todos, o centro da
conversa de V.Sa. com a senhora sua irmã, com a senhora sua mãe. Qual seria o **feeling** da família quanto à ocorrência que levou a esse infausto acontecimento com o ex-Presidente?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Olha, Deputado, esses boatos inclusive surgiram em 1981, e em reunião com a família entendíamos que, naquele momento, poderia até... Porque existiam denúncias do Uruguai de que foi essa ou
aquela pessoa, mas a família naquele momento se posicionou contrária a qualquer
tipo de exumação ou especulação política a respeito de tudo isso, até porque não teríamos as condições democráticas que temos hoje e a vontade, por exemplo, de
uma comissão talvez aqui na Câmara dos Deputados. A posição política em 1981 era completamente diferente da atual. Então, não quisemos fazer um debate mais profundo e levar isso a uma posição mais investigativa, porque tínhamos a certeza
de que não haveria o respaldo político. Entendíamos que isso só era possível, ainda
entendemos que só será possível com o empenho da Câmara dos Deputados e do
Governo brasileiro, solicitando o empenho do Governo uruguaio ou do Governo

argentino, para uma investigação em conjunto.
Seria muito difícil para nós. A família até poderia, porque é um direito que lhe assiste, chegar a Mercedes e solicitar ao juiz local, e será um juiz de primeira instância, que talvez anos depois já não teria a mesma sensibilidade e também força para iniciar uma investigação, solicitar à Suprema Corte argentina a investigação. Talvez isso não tivesse a continuidade que seria necessária a uma investigação desse porte.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Uma última pergunta. Segundo se sabe, o nosso ex-Presidente João Goulart fazia uso de um medicamento. E esse medicamento parece que era pedido na Argentina e encaminhado por uma pessoa
da amizade dele para a sua residência, em Mercedes. Houve, realmente, esse fato?
Esse medicamento poderia, em sendo trocado, segundo informações que já chegaram a esta Comissão, causar o óbito de qualquer pessoa que dele fizesse uso? Em caso de troca, então, causaria o óbito. Por acaso houve essa condição? Havia realmente essa condição, havia essa remessa constante desse medicamento? E por acaso foi preservado o frasco desse medicamento, em que se
pudesse eventualmente fazer alguma análise? Muito obrigado.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Realmente havia sim essa... Exatamente porque alguns medicamentos que ele usava não chegavam... eram receitados pelo Prof. Fremont, na França. Então, ele, quando vinha, trazia os seus
medicamentos. Mas quando ele passava algum tempo sem ir à Europa, esses medicamentos vinham por... Eram medicamentos que não existiam similares na época na Argentina, eram diretamente comprados na França. Realmente vinham por **packing** a Buenos Aires, e ele mandava buscar esses medicamentos assim que chegavam lá.
(Intervenção inaudível.)
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - É. Aquelas empresas de transporte. E ele mandava buscar esses medicamentos. Eram alguns medicamentos que não existiam similares na Argentina, nem no Uruguai, eu acho.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Muito obrigado, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Passo a palavra ao Deputado Pedro Valadares.
O SR. DEPUTADO PEDRO VALADARES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Dr. João Vicente Goulart, acho que é um momento histórico para
o Brasil esses esclarecimentos por parte do senhor. A história nos passou que o ex-Presidente João Goulart teria morrido de infarto. Foi muito estranho sabermos, por exemplo, que morreram JK, João Goulart, Lacerda, que era um adversário ferrenho de João Goulart, e nove anos depois morreu Tancredo Neves, em uma situação que até hoje ninguém explica, como também não se explica a morte de João Goulart e de Juscelino Kubitschek.
Do Deputado Waldir Pires, por quem eu tenho o maior apreço e respeito e

tenho a honra de tê-lo como colega desde 1991, sempre escutei, nas conversas que tínhamos, histórias sobre João Goulart. E como a história nos passou que ele teria morrido de infarto, nunca... claro que só existiam suspeitas. Só depois de 1979, com o requerimento apresentado pelo Deputado Miro Teixeira à Câmara e com a denúncia da Operação Condor pelo colunista norte-americano Jack Anderson, no **The Washington Pos**t, que esse assunto foi totalmente aberto para
as populações brasileira, uruguaia, argentina, chilena e paraguaia. Houve aquele caso de uma mulher de um político uruguaio ter morrido envenenada ao tomar uma
taça de vinho, como o senhor disse aqui. Antes havia uma articulação para restabelecer a democracia, que foi articulada até por Juscelino, João Goulart e

Carlos Lacerda. Todo esse imbróglio faz com que tenhamos uma desconfiança de
que João Goulart tenha sido assassinado.
Eu só tenho uma pergunta, mesmo porque Miro Teixeira, com muita propriedade, fez todas as perguntas, e eu risquei quase tudo aqui. Na concepção do senhor, de sua família...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Fiz as perguntas que V.Exa. me recomendou.

O SR. DEPUTADO PEDRO VALADARES - ... o seu pai foi assassinado?

O SR. JOÃO VICENTE GOULART - É impossível para mim dizer que sim ou que não, até porque é uma coisa que estamos... E, acredito eu, esta Comissão foi proposta exatamente para investigar essa possibilidade. Então, seria uma temeridade eu dizer: "Olha, meu pai foi assassinado, meu pai não foi assassinado".
O que nós entendemos, aplaudimos e louvamos é a iniciativa desta Comissão, e ela nasce com a representatividade do povo brasileiro. Sem dúvida alguma, ela haverá de esclarecer esses fatos, irá indagar dessas pessoas que estão no Uruguai, na Argentina, haverá de indagar e até — quem sabe? — ampliar essas averiguações também, talvez pelo que aconteceu com o Presidente Juscelino e com o Governador Lacerda. Acho isso tudo muito louvável. E nós estaremos sempre à disposição da Comissão, na hora em que se fizer necessário, aqui, no Uruguai, Argentina, para que se esclareçam esses fatos.
Seja onde chegar os destinos dessas averiguações, ela terá prestado, sem dúvida alguma, um grande serviço à Nação brasileira, porque é o que todos os nossos irmãos, o nosso povo deseja. Queremos esclarecimentos não somente da morte do Presidente João Goulart, mas de tantos outros irmãos brasileiros que tombaram nos porões da ditadura em nosso País.

O SR. DEPUTADO PEDRO VALADARES - Sr. Presidente, vou até encaminhar — estou fazendo um estudo, já consultei a assessoria da Presidência desta Comissão — um pedido para que se inclua nessas investigações também a morte de Tancredo Neves. É preciso esclarecer esses fatos de uma vez por todas.
Eu acho que a história merece esse reparo. Acho que precisamos reparar esse fato

na história, que, naturalmente, passou para todos nós como se fosse totalmente natural a morte de Juscelino Kubitschek e desses outros.
Então, o senhor não tem certeza, o senhor não quer afirmar, mas, diante de todas essas circunstâncias...

26.O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Grandes fatos circunstanciais, é evidente que existem, não é?
O SR. DEPUTADO PEDRO VALADARES - Pela sua resposta e pela dúvida que nós temos, se Deus quiser, vamos conseguir esclarecer, através de depoimentos, não só aqui no Brasil, mas também em outros países, para que não se repitam mais fatos dessa natureza ocorridos no Brasil e na América do Sul. Muito obrigado.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Muito obrigado. Eu agradeço.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Em seguida, passo a palavra ao Deputado Nelson Marchezan.
O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhor depoente, eu vou fazer apenas duas ou três perguntas rápidas,
porque tive que me retirar e corro, evidentemente, o risco de estar repetindo, e eu desejo repetir o mínimo possível. Dr. João Vicente, o senhor poderia indicar, se for
o caso, o nome de algumas pessoas que pudessem ser ouvidas para prestar esclarecimentos, pessoas que por terem conhecido o Presidente antes, durante e depois pudessem prestar esclarecimentos, a fim de contribuir com o trabalho desta
Comissão? Essa é a primeira pergunta.
Segundo: no caso de esta Comissão, ao longo do tempo, ficar ainda com algumas dúvidas, a família tem algum juízo, alguma decisão a respeito da exumação do cadáver do ex-Presidente João Goulart? O senhor acha que haveria a
possibilidade de a família autorizar ou não? Há alguma decisão ou não a esse respeito?
Faço apenas essas duas perguntas, porque tive de sair em virtude de um compromisso inadiável e não queria repetir perguntas que outros Parlamentares teriam feito.
Muito Obrigado. É uma alegria revê-lo, Dr. João Vicente.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Muito obrigado, Deputado. Eu acredito que existem algumas pessoas — e até comentei esse ponto com o Deputado Miro
Teixeira — que seria importante ouvir. Acho importante convocar o ex-piloto de meu
pai no Uruguai. Ele esteve no movimento Tupamaro e lá de dentro deve ter sabido
muitas coisas que aconteceram do lado de fora. Chama-se Rubem Rivero. Mora hoje em Rocha, no Uruguai. Acho importantíssimo que seja convocado, até porque

Número: 0642/00 Data: 06/06/00

27.ele conviveu, nesses períodos, com o Presidente João Goulart pessoalmente; até
naquele episódio quando caiu o avião em Libres, ele era o piloto.
Quando foi preso, porque o Rubem Rivero foi preso, e aqui existe uma coisa, Deputado, muito estranha: esse cidadão que faz essa denúncia lá no Uruguai, Henrique Foch Dias, que, no meu entendimento, é mais uma denúncia de exibicionismo, porque acredito que foi esse cidadão, Henrique Foch Dias, que se diz
empresário, que pertenceu aos serviços secretos uruguaios. Foi ele que entregou,
na época, o Rubem Rivero, que era piloto do meu pai, às autoridades militares do Uruguai. Foi ele que convenceu o Rubem Rivero a dirigir-se ao quartel de Boizolansa, no Uruguai, dizendo que era amigo do comandante, e o nosso querido
Rivero ficou lá durante oito anos, sendo torturado nos cárceres uruguaios. De lá, muitas vezes, o Rivero mandou alguns recados para meu pai, dizendo que ele deveria ter cuidado como algumas pessoas, porque, apesar do serviço de informação que existia nos quartéis uruguaios, os presos que lá estavam tinham acesso a esse tipo de informação.
E a outra pergunta, Deputado...
(Intervenção inaudível.)
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Eu acho que outra pessoa que deve ser ouvida é o Dr. Henrique Guerra, que foi o advogado da família. Como perguntava o
Deputado Miro Teixeira, seria importante ouvi-lo, porque ele conheceu todo esse processo das empresas e das ações que talvez foram perdidas. Foi ele também que conduziu algumas denúncias por mim apresentadas, em 1991, à Justiça uruguaia. Acharia interessante esse depoimento.
Acho também que alguns documentos que foram entregues... Nós sofremos uma ação de investigação de paternidade nesse momento, e eu acho que o filho do
Noé, o Rui Noé, tem muito documento que pode implicar, porque quando eles tentavam, no processo judicial, provar a paternidade, enfim, eles têm uma série de
documentos que poderiam implicar algumas pessoas, mas hoje não tenho conhecimento.
Quanto à exumação, Deputado...
O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN - O médico que assinou...
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - O médico também.
O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN -... o atestado de óbito do Presidente?

28.O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Eu não conheço o médico. Seria de fundamental importância. Acho que o Rubinho, lá de São Borja, parece-me...
O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN - Secretário de São Borja.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - ... presenciou o momento em que foi

aberto o caixão. Abriram momentaneamente, como nosso avião poderia demorar, para preparar o corpo, colocando formol, alguma coisa assim. Ele presenciou o momento da abertura do caixão com o corpo do Presidente João Goulart.
Em torno da outra pergunta, Deputado, gostaria de dizer ao Presidente da Comissão que a família, sim, se disporia a levar este caso até as últimas conseqüências se, após a conclusão dos trabalhos desta Comissão, se fizer necessária essa exumação. A família pede o profundo empenho desta Comissão e
aos laboratórios que procederem a esse exame ou a esta tecnologia, que tenhamos
um profundo conhecimento — porque a família é leiga nesse sentido — de como será o procedimento técnico, o procedimento científico desta averiguação; e que esses laboratórios sejam escolhidos por esta Comissão com padrões de julgamento
da mais absoluta isenção. A nossa família teme que... porque já tivemos, no Brasil,
alguns legistas que pareciam ter inabalável reputação e vieram depois a ter alguns
procedimentos errados no decorrer das coisas. Deixo aqui o pedido da família para
que esta Comissão escolha um, dois ou três laboratórios de irrefutável conduta e isenção para que, antes de serem realizados os procedimentos técnicos, sejam apresentados os procedimentos e as probabilidades que teríamos no processo. A família concorda em ir até o fim do caso. Apesar do quão doloroso será tudo isso, queremos ter a absoluta certeza de que poderemos conduzir isso até o fim, colocando um ponto final em toda essa discussão.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Dr. João Vicente Goulart, nesta Comissão, adotaremos o seguinte procedimento: vamos convidar médicos legistas, especialistas, e se esses profissionais nos garantirem que fazendo a exumação dos restos mortais do ex-Presidente poderemos chegar a um
fundo de verdade, a partir disso pediremos autorização à família para fazer a exumação. Se não houver essa convicção, esta Comissão achará por bem não realizar tal procedimento. É aquele problema que o senhor acabou de citar. O elemento que depôs lá no Uruguai é um exibicionista, e nós não estamos querendo
nos exibir, queremos, sim, a verdade dos fatos. Se tivermos a garantia do legista, talvez da UNICAMP — não sendo aquele ao qual o senhor se referiu em sua

declaração, mas outros —, de que será seguro exumar os restos mortais e se chegar a um resultado, nós assim o faremos. Caso contrário, acharemos por bem que não seja feito esse procedimento.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Perfeito, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Concedo a palavra ao nosso Primeiro Vice-Presidente, Deputado Coriolano Sales.
O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES - Acredito que o Sr. João Vicente

Goulart fez uma exposição muito adequada do momento político que cercou o exílio
de seu pai no Uruguai, o momento que viveu na Argentina e sobretudo o momento
de sua morte. Essa parte política será desdobrada nesta Comissão paulatinamente,
devagar.
O senhor referiu-se a algumas pessoas, dentre elas um motorista do seu pai, conhecido por Peruano, que já tinha sido objeto até de alguma referência feita nesta Comissão sobre o seu papel na família. O senhor sabe o nome dessa pessoa? E o nome de um outro, conhecido por Petiço? Segundo informações da imprensa, essas pessoas estavam na casa de seu pai, na fazenda, junto com a senhora sua mãe, na noite em que ele morreu, no dia 06 de dezembro de 1976. Eram essas as únicas pessoas que se encontravam na propriedade, na sede da fazenda. Gostaria de saber — se o senhor puder informar à Comissão — o nome dessas pessoas e onde elas moram.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Atualmente, o local em que moram, vivem, eu não sei, realmente não sei. O nome do peruano é Robert Ulrich, um amigo meu desde a infância e que acompanhou o pai. Inclusive, o pai estaria dando
um meio de vida para ele...
O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES - No Uruguai.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - ... em Mercedes. Quem o acompanhava também... Quanto a esse Petiço, acho que existe alguma confusão. Não me lembro
desse Petiço. Mas quem o acompanhava também era o Alfredo, desde Punta del Este. Um menino que era engraxate e que meu pai abrigou e com o qual andava para cima e para baixo. O Alfredo, hoje, mora em Tacuarembó, virou peão de campo, domador. Mora na Cuchilla del Ombú, onde o meu pai tinha fazenda, naquele rincão que existe em Tacuarembó, no Uruguai.

O Peruano, Robert Ulrich, tem um caminhão. A última notícia que tive dele, há mais de cinco anos, é de que estaria em Santa Catarina. Ele é motorista de caminhão.
O Júlio Pasos, que era o capataz, foi com quem o pai ficou conversando até as últimas horas. Ele se retirou depois de ter conversado sobre as questões das ovelhas e da fazenda. Ele deve estar no Uruguai ou permanece na Argentina como
capataz. Não sei dizer onde ele se encontra. Essas são as três pessoas, juntamente com a minha mãe, que estavam junto com ele, já dormindo, na hora em
que ele se retirou para descansar.
O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES - Qual a relação que o seu pai tinha com o Henrique Dias Vasquez, o Foch?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Foch Dias.
O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES - Foch Dias.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - O Henrique Dias realmente intermediou

a venda de uma fazenda no Uruguai, fazenda El Milagro. E daí passou a conviver,
vamos dizer assim, em bases comerciais com o pai, mas pelo que eu sei, o Henrique Dias não tinha amizade com o meu pai. Morei com o meu pai até a minha
ida para a Inglaterra e, eventualmente, o Dias aparecia por lá, sempre disponibilizando algum negócio ou intermediando alguma venda de alguma tropa de
gado, fazendas ou algo assim. Pelo que eu sei, ele tinha uma relação fraterna com
o sistema militar.
O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES - Ele era o que na vida civil?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Eu não sei o que ele era realmente. Para mim, ele sempre foi ligado aos militares. Não sei se ele chegou a ser militar, mas, na minha opinião, acho que ele é militar, tenente ou algo parecido.
O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES - Ele vive em Montevidéu?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Ele vive em Maldonado.
O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES - O senhor deu uma resposta ao Deputado De Velasco sobre a questão dos remédios. Normalmente, uma pessoa não toma apenas um remédio.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Sim, ele tomava dois ou três remédios diferentes, para o coração principalmente. Ele tomava Isordil, mas havia um medicamento permanente que vinha da Europa. Remédios comuns, sublinguais, ele
tomava normalmente Isordil ou Corangor , alguma coisa assim.

31.O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES - Quem comprava esses medicamentos para ele?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Comprava na praça.
, **O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES** - Quem comprava?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Hein?
O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES - Quem comprava os remédios dele?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Era indiferente. Ele parava, ele comprava. Agora, tinha esses outros de uso permanente, que vinham diretamente
da França, porque não existia semelhante.
O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES - Eu suponho que ele era um homem ocupado, era um homem extremamente visado, que ele não comprasse os
seus remédios. Estranho, não é? Eu imagino que ele não fosse a uma farmácia para comprar remédio.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Sim, mas eu não acredito que houvesse uma pessoa encarregada disso. Geralmente era quem estivesse: "Vai lá e compra".
Ele não tinha preocupação, se a pergunta é essa.
O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES - Isso era em Maldonado?

O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Em Maldonado, na Argentina, porque ele viajava muito. Ele estava hoje em Maldonado, daqui a pouco ia para Tacuarembó, de Tacuarembó ele ia para Mercedes, de Mercedes ele voltava para
Buenos Aires. Então, ele andava muito, ele se deslocava muito. Ele não permanecia, ele não tinha uma vida — vamos dizer — metódica, de sair de manhã
e voltar. Ele andava muito. Uma hora estava no Uruguai, outra hora estava na Argentina. Então, eu não acredito que ele tivesse uma pessoa específica para fazer
isso. Ele dizia: "Manda comprar ali o remédio".
O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES - Isso era comprado — talvez o senhor não saiba isso — sempre numa farmácia?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Não, não. Os remédios de uso diário, tanto fazia. Ele comprava lá ou aqui, onde ele estava. Não era num lugar determinado. Alguns remédios, sim, eram remédios de uso permanente, não existiam similares.
O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES - Esses vinham diretamente da Europa, não é?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Vinham diretamente.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Deputado Coriolano, me permite um aparte?
O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES - Pois não, Deputado Miro Teixeira.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Eu percebo que o Presidente João Goulart não tinha uma preocupação de cercar a aquisição, a compra e o trânsito dos remédios até ele ou qualquer aparato de proteção.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Não, ele era completamente... nesse aspecto, ele não tinha essa preocupação.
O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES - Pois não. Eu também estou de acordo em que se ouça o médico argentino aqui nesta Comissão, que deu os primeiros socorros, no momento da morte, e o que atendeu no Rio Grande do Sul,
em São Borja. Agora, a família do senhor não teve preocupação, durante todo esse
período, em produzir alguma investigação sobre a morte do seu pai?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Veja só, Deputado. Em 1981, surgiram esses fatos e surgiram essas acusações de que teria sido esta ou aquela pessoa. Mas realmente nós decidimos, em 1981, não levar isso adiante, porque não havia condições políticas, não havia situação que pudesse ter uma objetividade maior. Entendemos que seria uma aventura fazer uma investigação desse tipo sem termos
o apoio necessário dos Governos envolvidos. Essa investigação demandaria, sem
dúvida alguma, o envolvimento do Governo uruguaio e do Governo argentino. E nós

entendemos que naquele momento não existia uma situação política que pudesse
envolver tudo isso.
O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES - Muito obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Vicente Caropreso.
O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Sr. João Vicente, vou fazer alguns questionamentos ao senhor a respeito do quadro da doença do ex-Presidente e depois farei algumas outras perguntas a respeito dos envolvimentos e do processo que tinha sido aberto já na Argentina, em 1981. O ex-Presidente João Goulart tinha hábitos ou vícios, como fumar, beber bastante e outros ou não?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Tinha. Ele bebia uísque e fumava. Fumava até demais. Ele fumava duas carteiras por dia de cigarro.
CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL
Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0642/00 Data: 06/06/00
33.O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Por uma infelicidade, tive de sair justamente na hora que parece que o Deputado De Velasco fazia a pergunta. Eu ouvi alguns comentários a respeito do que ele havia solicitado. Seu pai tomava
habitualmente remédios para que tipo de doença?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Ele tomava remédios vasodilatadores, porque ele tinha tido um enfarte coronariano.
O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Quantos enfartes teve seu pai?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Ele teve um enfarte grande no Uruguai, em 1969. Inclusive, o Prof. Zerbini, que era quem o atendia primeiramente, levou ao
Uruguai a primeira máquina de cineangiocoronariografia, que foi doada para o Hospital Italiano e fez o primeiro exame de coronariografia no meu pai.
O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Provavelmente isso está arquivado. Suponho que foi um exame histórico naquele país..
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Deve estar arquivado. Inclusive, ele tinha um assistente, que hoje assumiu o lugar dele na hospital, que é o Dr. Macruz.
Deve estar isso no histórico arquivado.
O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Ele teve muitas internações depois dessa, que deve ter sido em estado grave, quando desse enfarto? Ele teve
muitas internações?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Não, não foi em estado grave, não. Ele teve um enfarte, ficou em casa.
O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Em casa?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Em casa, se recuperou em casa. E depois desse enfarte, dois meses depois... Inclusive, ele era muito assustado, porque tinha que cortar. Ele relutou muito em fazer esse exame. Nós tivemos que pedir encarecidamente, porque ele não queria fazer. Eram as primeiras máquinas, e

tinham que cortar o braço.
O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Fazer um cateterismo?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Um cateterismo. Ele relutou imensamente em fazer esse exame, mas se submeteu a esse exame dois meses depois, quando essa equipe do Dr. Zerbini e o Dr. Macruz estiveram para colocar em operação a primeira máquina desse tipo de exame em 1969, no Hospital Italiano, em Montevidéu.

34.O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Esse médico é o Dr. Hady Macruz?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Isso mesmo.
O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Ele escreve um livro sobre dor cardíaca, dor precordial?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - É.
O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Além de todo o **stress** que o ex-Presidente passava como exilado, como a situação política daquela época era ruim, havia algum outro fator emocional que o estava prejudicando muito?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Não. Ele era uma pessoa de temperamento muito tranqüilo. Ele só ficava — vamos dizer assim — pressionado e
nervoso quando ele não tinha saída. Por exemplo, eu me lembro que, quando os militares uruguaios o chamaram para depor no Ministério do Interior, ele se magoou
profundamente. Esse tipo de coisa o magoava profundamente. E ele disse: "Não vou depor, não me submeti à tutela dos militares brasileiros, não vou me submeter
à tutela dos militares uruguaios". Nesses momentos, ele se abatia profundamente,
quando existiam essas pressões, porque ele era um homem de muita liberdade, quer dizer, ele não admitia ser tutelado por quem quer que seja. Eu até me lembro
quando ele dizia, e talvez fosse esse um dos motivos de ele não ter voltado ao Brasil, porque ele não admitiria ser preso aqui dentro do território brasileiro. Eu acho
que isso o mataria, tranqüilamente.
O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Seu pai vinha tendo dores, reclamava? Sua mãe comentava na época, ou logo após, que ele vinha se queixando de dores eventuais?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Não, não. Depois do enfarte, ele não sofria dores. Ele usava aqueles comprimidos. Quando ele caminhava, ele sentia falta de ar. Isso era normal, pela própria circulação. Então, quando ele caminhava um pouco, tinha que botar um Isordil, uma coisa em baixo da língua para continuar
caminhando. Mas dores ele não sentia.
O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Um detalhe importante.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Subir escada, por exemplo, ele ficava ofegante. Isso aí ele tinha que botar aquele...

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Sim, os remédios sublinguais.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Os remédios sublinguais.

35.O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - O médico que constatou, ou seja, que assinou o atestado de óbito, ele realmente esteve junto do corpo?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Eu não lhe poderia dizer isso, Deputado, porque eu cheguei diretamente de Londres para o enterro, já em São Borja. Eu não vi como é que foi o processo lá.
O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - O filho desse médico, que, parece, segundo uma nota da imprensa de Santa Catarina, já é falecido, se dispôs
a colaborar com esta Comissão no sentido de que realmente houve uma tentativa de se fazer o exame de autópsia, que havia sido solicitado, mas foi negado pelo governo do país onde ele veio a falecer.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Na localidade?
O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Da localidade. Isso é verdadeiro?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Eu soube disso posteriormente. Inclusive, a cidade de Mercedes não tinha, no momento... Eu acho que ele é de Curuzú Cuatia, outra cidade mais próxima. Mas eu não sei de detalhes importantes de como aconteceram esses fatos lá.
O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Em 1981, foi aberto um inquérito, na Argentina, para apurar as causas, a exemplo do que esta Comissão pretende levar adiante, para investigar. Por que foi encerrado? Pela imprensa, eu tive acesso a algumas informações de que o juiz daquela localidade encerrou o caso por falta de provas. Foi assim, ou a família, conforme o senhor está dizendo, não se interessou em prosseguir as investigações?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Eu não poderia dizer se foi encerrado por falta de provas. O que ocorreu é que a família, naquela época, não se dispôs a
levar adiante essas investigações, porque não havia um clima político que pudesse
levar a qualquer condução. Eu não sei quais foram as alegações finais do juiz para
encerrar o processo. Desconheço as causas do despacho de encerramento.
O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - O senhor desconhece esse processo?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - O processo, não. Desconheço o encerramento do processo. Na época, esse processo foi aberto, na Argentina, pelo
Sr. Henrique Foch Dias. O juiz não levou adiante, porque faltou a vontade de continuar. Ou seja, não houve, anteriormente, pressão, não houve um

36.encaminhamento, como está havendo hoje, de uma Comissão para empurrar as
coisas como deveriam ter sido.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Em determinado momento da sua fala, o senhor lança, não diria uma suspeita, mas, assim, essa presumida amizade do Sr. Henrique Foch Dias com o seu falecido pai — e que a imprensa nos deixou transparecer que era muito forte — não era tão forte assim.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Lanço suspeita, sim, Excelência, porque eu convivi no exílio e conheço as atitudes deste cavalheiro. Eu não dou credibilidade à maneira como essa pessoa está conduzindo as coisas, tentando envolver a imprensa. E há coisas que ele não diz. Foi ele que prendeu o piloto do meu pai, conduzindo-o ao Quartel Boizolansa, onde ficou oito anos preso. Quer dizer, o Sr. Dias é uma pessoa, pelo próprio conhecimento que tenho, cujas palavras não merecem maior credibilidade.
O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Eu é quem agradeço, Deputado.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Luis Carlos Heinze.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - É um prazer reencontrá-lo, João Vicente.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - O prazer é meu, Deputado Luis Carlos Heinze.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Quando se fala no fim, os assuntos praticamente se esgotam. Mas me chamou a atenção, voltando à questão
do almoço em Paso de Los Libres, no Hotel Henrique IV, se não me engano.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Henrique IV, Deputado.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Vamos tentar buscar estas pessoas para rememorar, relembrar as pessoas que estiveram com o seu pai nesse almoço, até o início da tarde.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Isso acho importante.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Se eles sentiram alguma coisa diferente, poderiam confirmar. É que eles devem ter almoçado, tomado vinho, uísque, alguma coisa normal em um almoço quando estavam se reencontrando com as pessoas de Itaqui, São Borja, Uruguaiana, sei lá, alguém mais que teria

participado. Esta seria uma das questões, buscarmos essas pessoas que estiveram presentes.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Um aprofundamento.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Ele estava na Argentina e foi para Libres com a sua mãe e com o Peruano, ou seja, eram essas as três pessoas
que estavam no carro. Seria interessante saber se alguma coisa diferente sentiu no
decorrer da viagem, especificamente na questão do almoço.
O senhor falou também do caso do Magalhães, do Ivo. O Biju já me havia dito que seria uma das pessoas que trabalhava para o seu pai, mas apareceu com
essa história da Mendes Júnior estar prestando serviços para o Governo uruguaio,

intermediando a negociação. Seria importante, parece-me, buscar o depoimento do
Ivo, porque ele poderia ter alguns esclarecimentos a nos fazer. Então, é um nome que eu recomendaria. Gostaria de ouvi-lo.
O que que o senhor acha a respeito desse caso específico do Ivo e de outras pessoas que conviviam com o seu pai, essas pessoas poderiam trazer algumas ligações a mais neste caso? Especificamente o Ivo, as pessoas que participaram daquele almoço e o próprio capataz, pois já foi comentado que ele teria conversado
com o seu pai. Ele teria sentido alguma coisa diferente na conversa que tiveram, no
período da tarde até à noite, no momento em que foi dormir? Essas informações especificamente das pessoas que estiveram com ele nos últimos momentos daquele dia trariam uma luz ao caso.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Sem dúvida, Deputado Luis Carlos Heinze, seria importante que se reconstituísse, principalmente, o último almoço, em
que estiveram várias pessoas. Inclusive, ele até se retardou por mais tempo do que
desejaria estar em Libres, porque chegaram várias pessoas de Itaqui, São Borja, Uruguaiana, que ali estiveram nesse hotel, nesse almoço. Considero isso importante, porque foi praticamente o último almoço que ele esteve com várias pessoas.
Como eu estava no exterior, não tenho como dar a V.Exa. os nomes das pessoas que ali estavam. Isto deve ser visto lá, no Rio Grande do Sul.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - São Borja.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - São Borja. Lá, teremos mais condições de sabermos realmente quem estava lá, naquele momento. Realmente, temos que
saber quais foram as pessoas que estiveram lá, naquele momento, para que

possamos recompor um pouco o último almoço dele. Sem dúvida, seria de fundamental importância tentarmos, lá em São Borja, reconstituir o último almoço, o
último encontro que ele teve com várias pessoas que ali estavam.
E quanto ao depoimento do Ivo, acho fundamental. Acho importante que ele venha esclarecer esses fatos, porque são fatos que terão que ser esclarecidos. E por que esse afastamento, que talvez o obrigou a permanecer junto mais ao Governo uruguaio do que ao próprio Presidente João Goulart, de quem ele era procurador? E não só era procurador dessa empresa Sun Corporation como ele era
procurador de todas as empresas — Exportaciones Rurales, Magotel(?) Sociedade
Anônima e outras que lá estavam. Acho interessante também que essa parte documental dessas ações e dessas coisas que houve em Montevidéu, através do Henrique Guerra, também sejam trazidas à Comissão para que se possa saber realmente se houve, além desse interesse econômico e financeiro, algum outro

fundo político atrás desse envolvimento comercial.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O Ivo foi para o Uruguai com o seu pai, quando ele foi para lá, ou já estava lá?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Ele foi para o exílio. Não, junto ele não foi, chegou depois. Chegou depois, com uma série de brasileiros que lá estavam. Inclusive, meu pai arrendou lá um hotel para ele começar a vida, o Hotel Alhambra,
no Uruguai, onde parava uma série de brasileiros exilados. E ele foi indo junto com
o meu pai até essa divisão que houve, quando a empresa Mendes Júnior foi construir lá a Represa do Palmar.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Então, ele teve um início, teve um trabalho com seu pai, teve essa participação e, num determinado momento, ele
fez uma opção. Acho que esse é o ponto importante de averiguarmos: o porquê e se realmente ele foi pressionado pelo Governo uruguaio, pelos militares, enfim, e que rumo as coisas tomaram a partir daí.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Exatamente.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não se busca uma questão para trás, onde ele é parte do processo. Ele ainda vive hoje, não é? Então, poderia
dar esse tipo de informações.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Essas informações, sem dúvida.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Está certo. Acho que seria só isso, Sr. Presidente.

39.O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Inclusive, deixe-me só acrescentar outra coisa, porque ele viveu esse processo junto com o Uruguai. Inclusive, quanto a algumas das ações que se discutem e que o Henrique Guerra discutiu lá num juízo,
num juizado no Uruguai, existe instrução do processo sobre uma empresa de lãs chamada Cuopar, de cujas ações o Ivo era **tenedo**r. Depois, foi desapropriada pelo
Governo uruguaio. Isso tomou um volume muito grande. Acho que devido a isso ele
se afastou. Ele tinha que estar do outro lado para não mais ser prejudicado nas suas operações comerciais e naquela relação, ou naquela ligação que sempre existiu com o Presidente João Goulart.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E tinha também, o Biju já me contava, no Paraguai. Quando começou a complicar a situação no Uruguai, ele comprou essas propriedades lá em Mercedes, já tentando...
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - É, no Paraguai já falamos isso. Era da Sun Corporation, uma área que existia e que foi vendida após o falecimento do meu
pai sem autorização da...
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sem participação dele.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Não, com a participação dele, sem a

participação da família.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Da família, não é? O Biju já me contava que haveria uma pessoa chamada Bogado. Pode ser?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Pode. Luiz Bogado. Foi ele que comprou essa área, e o Ivo vendeu essa área depois. Do desenrolar não tenho conhecimento.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Então, o Ivo seria uma pessoa interessante, porque tem muitas informações a nos passar a respeito do desenrolar
e poderia trazer-nos luzes quanto a esse fato. Muito obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Waldir Pires, que vai colaborar com esta Comissão, já que ele era pessoa que estava presente naqueles momentos difíceis da história do Brasil. Deputado, V.Exa. tem a palavra.
O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - São duas palavras apenas. Imagino que o João Vicente está trazendo uma posição muito correta de apoio a essa iniciativa do Deputado Miro Teixeira, da qual resulta esta Comissão. É importante que conheçamos esse submundo da América Latina e venhamos a identificar todas

essas suspeitas existentes em torno da morte do Presidente João Goulart, da morte
do Presidente Juscelino Kubitschek, do que teria acontecido com o Governador Carlos Lacerda, da morte de Tancredo Neves. Tudo isso é uma coisa muito importante, mas especificamente no caso do Presidente João Goulart, sobretudo porque aquele esboço de processo iniciado em 1981, a que João Vicente aludiu, não havia como a família poder estimular no quadro institucional da época. Em 1981, tivemos no Brasil o episódio do Rio Centro, com um inquérito que não chegou
a resultado algum. O quadro institucional brasileiro era ainda alguma coisa brutal e
fechado, de modo que não havia clima para que a família estimulasse a busca e a
pesquisa dessa realidade.
Como morreu o Presidente João Goulart? E eu assistia à angústia de João Vicente abraçado com o caixão do pai, sem ter possibilidade de vê-lo naquele momento. Na própria entrada, na passagem do corpo do Presidente João Goulart da Argentina para o Brasil, a abertura do caixão, segundo informação que tive do ex-Deputado Almino Afonso, que era um companheiro nosso no exílio, que vinha da
Argentina, teria sido extremamente rápida, sem nenhuma preocupação com essa autópsia elementar na morte de um Presidente da República. Governos que abrigavam o Presidente João Goulart, pela sua impossibilidade de voltar ao Brasil,
porque ele estava no exílio entre Uruguai e Argentina, não tiveram essa preocupação mínima de constatar a origem real, efetiva, da morte do Presidente. Creio que tudo isso, João Vicente, é uma coisa importante para a família,

sem dúvida, mas sobretudo para o Brasil, pelo que foi seu pai, pelo que ele representa para a história deste País, pelo resgate que ainda terá de ser feito da figura e do papel do Presidente João Goulart na história deste País, pela interrupção que se fez de um processo democrático para transformar as estruturas
sociais e econômicas deste País. Ali se deu o grande corte, em 1964, ali se interrompeu o processo de um país que se estava integrando, estava sendo capaz
de dar os primeiros passos, de organizar não simplesmente um regime de eleições
para eleger representantes mais ou menos legítimos, mais ou menos ilegítimos, nos
governos municipais, estaduais e federal e no Parlamento. Ali se interrompeu um processo de constituição de uma democracia profunda, que não existirá no Brasil enquanto formos esse **apartheid** que somos, enquanto mantivermos um regime de concentração de riqueza e de renda tão brutais que determina a exclusão
de tantos milhões de brasileiros.

41. Então, a origem da morte do Presidente, dentro desse quadro geral que constitui a dependência e a submissão política da América Latina a interesses que
não são os dos seus povos, é realmente uma tarefa extremamente importante. Louvo a iniciativa do Deputado Miro Teixeira de constituição desta Comissão, da qual não faço parte, mas que estou disposto a acompanhar como simples Deputado, exercendo — digamos assim — a vigilância para que tenhamos a verdade das coisas. O Brasil precisa conhecer a sua história, a juventude brasileira
precisa conhecer a sua história e precisa acreditar que essa história vai-se transformar, vai ser a história de um povo que se faça soberano, independente, livre, com direito de ser feliz e participante da sua nação.
Louvo a posição de João Vicente: toda abertura para o que esta Comissão achar necessário, achar acertado, mesmo o gesto final, se assim entender a Comissão, de chegar até à exumação do corpo do Presidente, se tecnológica e cientificamente puder haver uma indicação do "sim" ou do "não" no episódio da morte do Presidente João Goulart.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Deputado Miro Teixeira, antes de passar a palavra a V.Exa., queria tirar algumas dúvidas, que anotei. O médico que assinou o óbito era um pediatra. Ele foi solicitado por quem?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Também não temos conhecimento.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Não têm.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Acho que, naquele momento...
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Não foi da família?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Não. Não é da família, não.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Agora, o fato de não ter sido feita a autópsia foi porque a família, que estava lá, no momento, com o

Presidente, não tinha conhecimento de causa, sofreu alguma pressão ou por negligência mesmo?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Não, eu acho que foi por negligência mesmo. O próprio médico argentino que atestou, como iria atestar por enfermidade
sem ter feito a autópsia no corpo, não é? A família ali, desconhecia. Era uma cidade
estranha, estávamos no meio de uma fazenda. Quer dizer, caberia, sim, ao médico
transportar o corpo até a cidade e realizar a autópsia, para dizer se foi enfarto, determinar a **causa morti**s. Mas não houve essa preocupação. Daí entendermos que houve negligência nisso aí.
CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL
Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0642/00 Data: 06/06/00
42.O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - No caso a família, na época, não teve condição de fazer uma exigência para esse fato?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Da família, na época, era só minha mãe, que estava desesperada.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Só ela.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Estávamos na Inglaterra, no outro extremo do mundo. Ela estava no meio de uma fazenda, num outro país completamente diferente e numa situação de desespero, sem saber o que fazer naquele momento. Estava com o corpo do meu pai sem saber se voltava ao Brasil,
se ia enterrá-lo ali, se ia para o Uruguai. Quer dizer, era uma situação difícil para ela.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Agora, Dr. João Vicente, de quem partiu a ordem para que houvesse o enterro imediatamente? Tem, assim, uma autoridade de quem partiu a ordem?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Não. Realmente, não. Até porque quando me avisaram — eu estava na Inglaterra, no outro lado do mundo; estávamos eu e a Denise, a minha irmã —, nós, num primeiro momento, conversamos lá depois do choque, é evidente, da emoção, que talvez até não fosse... Mas a decisão de transportá-lo para o Brasil partiu, acho, da minha própria
mãe. Em princípio, nós não queríamos. O Brasil maltratou tanto ele. Por que enterrá-lo no Brasil? Só era para enterrá-lo no Brasil quando houvesse uma maior liberdade ou que aquilo pelo que ele lutou tivesse sido conquistado. Mas, enfim, isso não era uma coisa que naquele momento se pudesse discutir a esse ponto, da
conveniência ou não de trazê-lo.
Eu acho que foi decisão da minha mãe. E houve , na hora em que ela decidiu trazê-lo para cá, uma série de resistências do Governo brasileiro: "Entra. Não entra.
Entra pela ponte. Vem de avião." Eram aquelas ordens e contra-ordens. Inclusive,
caiu o Coronel Solón, porque, no final, autorizou a passagem do corpo por terra. E

uma coisa estranha...
O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - Sr. Vicente, só para dar-lhe um pouco a restauração da lembrança dos episódios naquela época, na realidade, houve uma
pressão, na fronteira grande, do povo gaúcho...
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Exato.

43.O SR. DEPUTADO WALDIR PIRES - para que o corpo passasse e o Presidente pudesse ser enterrado em São Borja. Houve um movimento muito grande de toda a população. E foi sob essa pressão que ele passou para São Borja.
O quadro era tão tenso que, mesmo quando você chegou — e nós chegamos juntos, eu e Darci com você e Denise —, havia a instrução de que não poderia falar ninguém que tivesse direitos políticos cassados. A única pessoa que ficou autorizada a falar pelo Rio Grande do Sul foi Pedro Simon, que era Deputado
Estadual naquela ocasião, do PTB. E nós, então, nos reunimos e conseguimos que
por nós todos falasse Tancredo Neves, que não era cassado. E Tancredo fez o discurso em nome de todos os brasileiros que ali estavam. Mas, desenganadamente, uma praça militar, com uma pressão gigantesca.
A entrada para o corpo deveu-se muito a uma pressão do povo gaúcho.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Do povo gaúcho.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Uma outra questão que gostaria de perguntar. Júlio Pasos, capataz. Ele foi a última pessoa a conversar, a estar com o seu pai?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Pelo que eu sei, foi a última pessoa. Até eles estavam combinando para um outro dia começar a juntar as ovelhas. Então, foi
o planejamento do outro dia.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Mas nessa conversa entre eles, Júlio Pasos, em momento algum, narra aos senhores da família não só
esse teor da conversa da pesca, mas o estado geral em que o Presidente se encontrava? Como ele estava, se estava sentindo algo.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Não, não. Disse que ele estava perfeitamente bem. inclusive que ele tinha parado de beber, tinha emagrecido, que
ele estava, como se dizia em algumas casas, espiritualmente melhor, tinha perdido
onze quilos. Quer dizer, estava tentando organizar suas coisas na fazenda.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Mas digo: naquela madrugada... Já madrugada, não?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Já, já. No final, recolheu-se de madrugada.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Quer dizer, ele se recolheu e estava normal, bem.

44.O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Estava bem, normal; completamente bem. A última vez que conversei com o Júlio foi isso: que ele se recolheu muito bem para dormir.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - O senhor, por acaso, tem alguns documentos que poderia passar para esta Comissão? Pode ser carta entre o Presidente e as pessoas da família.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Trouxe, inclusive, as cartas e vou entregar à Comissão. São fotocópias. Uma já passamos para... Essa é de maio de
1976. Essa corresponde a...
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Dia 21 de maio, não é ?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - E esta outra aqui, cuja fotocópia chegou agora, não conseguimos ainda digitá-la. É a última carta, de 9 de novembro de 1976. Eu passo a sua mão, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Está certo. Deputado Miro Teixeira, nosso Relator, V.Exa. tem a palavra.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - A letra do Presidente João Goulart, de vez em quando, torna as palavras, para quem não está familiarizado, ininteligíveis.
Então, pediria que nessa segunda carta, que ainda não teve uma digitação do seu
conteúdo, nós pudéssemos, no curso do dia de hoje, fazer, para encaminhamento à
Comissão e a todos membros...
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Saindo daqui, vou ali e faço a digitação com a....
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Isso. Está à disposição a nossa estrutura lá. Então, pediria exatamente para juntar essas cartas com essa digitação.
Numa dessas cartas, o senhor seu pai, o Presidente João Goulart, fala do custo de vida no...
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Fala.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - ...Uruguai ou na Argentina. E como houve uma pergunta aqui sobre se ele bebia habitualmente, o que ele fala sobre isso? Ele reclama do preço do uísque?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Deixa eu ver aqui, Deputado. Tem uma parte aqui: "Punta del Este, tudo mais caro que Londres. Pagamos cinco pesos

45.num almoço; 30, 40 em um uísque doze anos" — parênteses — "(faz mais de um
mês, João Vicente, desde que cheguei, que não tenho essa despesa.)"
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Pronto. Era isso.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Só isso.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Era isso que eu queria assinalar.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Perfeito.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Fazia parte dessa dieta, desse regime parar de beber?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Era.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - V.Sa. falou que não confia no Henrique Foch Dias Vasquez. Por quê?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Exatamente por aquilo que eu já relatei: ele não só conduziu o Rivero, o piloto do pai à prisão, como ele é uma figura de muita ligação com...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Ele era uma figura da repressão?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Era uma figura da repressão.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - No Uruguai?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - No Uruguai.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - No Uruguai. Seria um agente dos serviços de informações? Alguma coisa desse tipo?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Exatamente. Eu acho que a grande permanência dele ao lado do meu pai — eu acho que meu pai sabia disso ou até o
tolerava, sabia, mas como não tinha nada para informar, quer dizer...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Ele se aproximou do Presidente João Goulart lá no Uruguai?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - É. Ele intermediou a venda de uma área em Maldonado. Daí, ele sempre conviveu, assim...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Seu pai comprando ou seu pai vendendo?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - O pai comprando uma área...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Seu pai comprando. Mas se apresenta para oferecer?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - É, como vendedor da área.

46.O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - E de quem era essa área que ele oferecia?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Essa área era de terceiros. Ele comprou a área, não teve como pagar, e repassou para meu pai. Ele tinha o compromisso de
compra e venda dessa área, que se chamava El Milagro.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Uma opção?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Uma opção. E depois ele repassou para meu pai. Desde então, ele sempre perambulava ao lado do meu pai. Muitas vezes,
quando meu pai queria saber sobre o que estava acontecendo em algum setor militar, chamava o Dias para conversar. Ele tinha, realmente, esse lado ligado ao ...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Isso antes ou depois do golpe de 1973, no Uruguai?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Antes e depois.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Antes e depois. A amizade vem de antes?

O SR. JOÃO VICENTE GOULART - É.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Depois do golpe, ele se distancia também do Presidente João Goulart?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Se distancia um pouco, sim.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Um pouco ou não?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Se distancia um pouco, porque em torno dessas questões militares, quando o Rivero é preso, os militares do Uruguai tentam implicar o Presidente João Goulart: "Como, se o pilantra era Tupamaro e V.Exa. não sabia?" Meu pai, realmente, não tinha esse conhecimento. E o Rivero declarou isto dentro da prisão: que era completamente desligado dessa posição política que ele teve na militância do movimento Tupamaro. Então, eles queriam sempre dizer que meu pai violava o direito de asilo no Uruguai, porque seu próprio
piloto era do movimento Tupamaro. Enfim, queriam fazer uma ligação que nunca existiu, realmente. Agora...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Então ele era um agente?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Era um agente. Agora, quero dizer o seguinte...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Era um agente. Sem dúvida, um agente.

O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Evidentemente, meu pai conhecia algumas pessoas de esquerda que eram ligadas ao movimento Tupamaro. Eu me lembro de que ele me disse algumas vezes que o próprio movimento chegou a dizer
do risco que ele corria dentro do Uruguai, por influências dos militares brasileiros; que ele corria risco dentro do Uruguai.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O Presidente João Goulart foi avisado, por forças de esquerda...
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Dentro do Uruguai...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - ... dentro do Uruguai.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - ... que ele corria riscos de vida dentro do Uruguai.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - V.Sa. não sabe se entre essas forças estavam diplomatas ou pessoas de informações de embaixadas...
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Não. Não saberia dizer se existia essa ligação.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - ...que levavam as informações ao Presidente?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Se bem que, no começo, no Uruguai, existem até cartas trocadas entre os serviços secretos do Brasil que dizem que, no
Uruguai, a livre movimentação da dupla Brizola...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Jango.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - ... Goulart teria que modificar o sistema da embaixada brasileira, dada a inoperância e dada a grande simpatia que tinha o

povo uruguaio em relação aos dois líderes democratas. E que a embaixada deveria
indicar para Montevidéu elementos mais experientes ligados à função, dado o prestígio que a dupla tinha no Uruguai. Então, evidentemente, por esse convívio de
inter-relações com a diplomacia brasileira, existia no Uruguai uma vigilância constante dos movimentos do Presidente João Goulart.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - V.Sa. conhece a ligação do Henrique Foch Dias Vasquez com os Srs. Ivo Magalhães e Cláudio Braga?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Não. Conheço que eles são amigos, são conhecidos. No Uruguai, no exílio, a maioria dos brasileiros...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Eles se relacionavam?

48.**O SR. JOÃO VICENTE GOULART** - ... que lá se encontravam tinham uma relação ligada inclusive ao Hotel Alhambra, onde paravam todos os brasileiros.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O Hotel Alhambra foi arrendado pelo Presidente João Goulart praticamente para receber exilados, num primeiro momento. É isso?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Para exilados políticos. Quem cuidava do hotel eram o Ivo e o Cláudio.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Mas Henrique Foch Dias Vasquez entra agora com uma representação, que chamaríamos de **representatio**n, na justiça uruguaia e faz acusações graves a Cláudio Braga e Ivo Magalhães. O Cláudio Braga e o Ivo Magalhães tinham um convívio?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Tinham um convívio.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Tinham convívio. E, ao mesmo tempo, ele era um agente da repressão?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Isso é uma suposição nossa, ou minha.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Minha também.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Eu acredito que ele era uma pessoa que tinha profundo trânsito. Isso, indubitavelmente.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Ele participou da prisão?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Participou da prisão do piloto do meu pai.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Do piloto? Então ele era um agente, ele era ligado àquilo tudo.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - E ele tinha um profundo conhecimento e participação. Quando o pai queria saber o que havia, por exemplo, dentro do... "Vem cá!" Chamava o Dias e dizia: "Dias, vai lá ver o que está havendo que estão
querendo me chamar para depor. Depor sobre o quê?" Ele tinha esse trânsito dentro do Governo uruguaio.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O Deputado Waldir Pires, por exemplo, só teve envolvimento com assuntos de prisão nas vezes em que foi preso,
jamais prendendo alguém. Então, no regime militar, uma pessoa prendendo ou participando da prisão de alguém era um agente.

O que me provoca, em função das declarações de V.Sa., e estimula muito a buscar como linha principal até de investigação aqui a pessoa do Henrique Foch

49. Dias Vasquez é exatamente o fato de ele ser o que se pode chamar de um agente
duplo. Há certas circunstâncias que só se pode saber quando uma dessas pessoas
se dispõe a falar.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Evidentemente.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Eu não imagino encontrar qualquer confissão de serviço secreto desse ou daquele país; do Brasil ou da Argentina; do Chile ou do Uruguai. Aquelas siglas esquisitas: FUSNA, Triple "A", SNI. "Bom, nós
matamos essa ou aquela pessoa." Não. Mas quando surge de repente uma divergência, quem sabe por interesses privados, particulares, que não foram honrados de um lado ou do outro, aí temos possibilidade de caminhar. Quando V.Sa. diz que não confia em Henrique Foch Dias Vasquez é por isso, politicamente. Mas ele tinha que espécie de ligação com Cláudio Braga e Ivo
Magalhães? Tem idéia?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Não, ele tinha ligações...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Tinham negócios?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - ... de trânsito. Não sei se tinham negócios particulares, mas ele costumava ter negócio com todo mundo. Ele tinha projetos mirabolantes, enfim, exportações de pedras. Eram coisas assim que, muitas vezes, fugiam ao dia-a-dia comum daquilo que a gente participava, que era
lã, carne, arroz, soja, trigo.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Um desses direitos do Presidente João Goulart, ações ao portador... Quem detinha essas ações? Quem tinha as ações em seu poder. Era o Ivo Magalhães?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Era o Dr. Ivo Magalhães.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Em 1981, em um outro inquérito, ele chegou a depor?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Em 1991.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Em 1991?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Em 1991. Por intermédio do Dr. Henrique Guerra nós tivemos conhecimento de que o Uruguai estaria pagando essas ações da Cuopar, que teria sido desapropriada.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Qual era a companhia?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Cuopar.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Coobar?

50.O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Cuopar.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Coopar?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Cuopar.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Que era companhia de quê?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Era uma companhia de lãs, de beneficiamento de lã.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Pediria que depois desse o nome da companhia à Taquigrafia.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Cuopar. C-U-O-P-A-R.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Pode ser depois.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Aí entramos com uma representação através do Dr. Henrique Guerra, dado que a própria ex-mulher do Dr. Ivo Magalhães, o nome dela era Kika, dizia que as ações não eram dele e que pertenciam ao Presidente João Goulart.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Está nos autos?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Está nos autos.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Estamos falando de quanto, mais ou menos? Vinte milhões de dólares?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Isso é imprevisível.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Dentro dos autos?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Isso é imprevisível.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Houve uma avaliação?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Pelo que eu sei, o Governo uruguaio deveria... mas isso devido ao fato de que foi expropriado há muito tempo, e aí veio
aquelas... a empresa em si não valia isso.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Os papéis?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - É. Mas como houve lucros cessantes e havia as empresas chamadas coligadas, a transportadora e a exportadora. A transportadora era a empresa que só beneficiava a lã e depois a jogava no mercado
internacional. O Uruguai, apesar de ser um país com pouco rebanho ovino, é o país
que define os preços internacionais, muito mais que a Austrália e a Inglaterra. A lã
do Uruguai tem uma qualidade que define os preços internacionais.
Então, quando o Governo uruguaio desapropriou essa...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - A Cuopar.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - ... Cuopar, um processo de desapropriação que chegou quase a esse patamar de 20 milhões ...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Vinte milhões de dólares.
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - ... vendo todas as outras coligadas, claro que existe...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O governo pagou?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Pagou. Acho que o Governo uruguaio pagou.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - A família viu alguma coisa disso?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Não, porque essas ações não estavam em poder da família. Existia essa suposição de que as ações poderiam, até por

intermédio da ex-mulher do Dr. Ivo, pertencer... E existiu isso. Houve depoimentos
até de parte do Dr. Ivo Magalhães e de outras pessoas que participavam na época
desse processo de que essas ações realmente estavam em poder do Dr. Ivo, mas
que não pertenceriam ao Dr. Ivo. Pertenceriam a um grupo de empresários brasileiros.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Essa foi uma declaração do próprio Ivo Magalhães, nos autos?

O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Não, não é nos autos. É na polícia do Uruguai. É, nos autos... no pré-inquérito, vamos dizer assim.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Na organização da instrução, no sentido processual uruguaio. Eu não tenho mais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Dr. João Vicente, eu vou voltar a uma pergunta. No episódio da morte do Dr. João Goulart, quanto à estrutura que ele tinha para servi-lo, às pessoas que estavam ao seu redor para servi-lo. O senhor disse que tinha a esposa. A mais íntima era a esposa. Não havia
outras pessoas mais íntimas, a não ser a senhora sua mãe. Mas as pessoas que estavam ali para servir, normalmente, o Presidente na sua necessidade, essas pessoas eram de confiança?

O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Veja só, tanto o Alfredo quanto o Peruano eram pessoas que se criaram junto com ele. Eu não acredito que a partir dessas pessoas pudesse haver um envolvimento. Se houve algum envolvimento deve ter sido nesse almoço. Se houve alguma troca, alguma coisa, eu acredito que

foi nesse almoço e nessa passagem que ele esteve ali por Paso De Los Libres, nesse hotel com intercâmbio de várias pessoas que ali se encontravam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Quer dizer que o senhor acredita que se houve algum tipo de envenenamento ou algum outro tipo de
coisa, não foi na hora lá na...

O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Não, foi anteriormente. Isso foi antes de ele sair. Foram horas antes, se é que houve isso — é isso o que estamos tentando
descobrir. Não seria naquele momento lá, até porque ele não jantou à noite. Ele tinha comido muito e parece-me que ele não jantou, tomou um chá, um negócio, e
ficou conversando com o Júlio até altas horas, e foi recolher-se.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Eu entendo, como o senhor disse, o sofrimento da esposa. Mas os auxiliares diretos, ainda que tenham
tido toda aquela comoção da morte do ex-Presidente, não tomarem uma providência no que diz respeito à autópsia e a um médico para que pudesse assinar

esse óbito com clareza...
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Veja só, aquelas pessoas que estavam ali naquele momento não tinham discernimento. Um era engraxate, o outro é o Peruano, que não tinha instrução. Quer dizer, as pessoas que deveriam ter tomado
essa iniciativa são as outras pessoas que chegaram de manhã, do Brasil e de outros lugares, para ajudar. Naquele momento não existiam pessoas para um esclarecimento suficiente. Chamaram o médico e deixaram a coisa acontecer; que
o médico argentino fizesse o que deveria ter sido feito.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - O senhor tem uma relação dessas primeiras pessoas que chegaram do Brasil lá?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Não, não. Eu não tenho, porque cheguei depois. Mas começaram a chegar várias pessoas do Brasil.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Uma observação. Era uma clima de medo. É uma ditadura militar, no interior, numa fazenda, uma pessoa morta. As pessoas querem normalmente sair dali, voltar para casa, voltar para o Brasil. Era o
clima relatado por algumas circunstâncias. E há uma inversão absoluta — não foi o
caso aqui que colocou — perguntar por que a família não pediu a autópsia. A autópsia é uma exigência — é uma exigência. O Governo argentino deveria ter obrigado, para que o corpo saísse da Argentina, a autópsia; e o Governo brasileiro

deveria ter exigido a realização da autópsia, no território, de qualquer cidadão morto
nessas circunstâncias. Nesse caso, um ex-Presidente da República.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Algum Deputado gostaria de fazer o uso da palavra? *(Pausa.)*
Sr. João Vicente, V.Sa. gostaria de acrescentar algo a mais?
O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Eu gostaria de agradecer a todos, em especial ao Sr. Presidente, por essa iniciativa e de nos colocar à disposição. A Comissão deve continuar com seus trabalhos. A sugestão do Deputado Luis Carlos
é procedente. Acho que São Borja tem muitas declarações a serem ouvidas por esta Comissão. Nós, a família, nos colocamos à disposição da Comissão, desejando que tenhamos um final de esclarecimento para o bem não somente da família, como do Brasil.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Sr. Relator, Deputado Miro Teixeira, gostaria, ainda hoje, de ter uma reunião com V.Exa., para que possamos marcar uma outra audiência.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Uma proposta, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Pois não.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Podemos pedir urgência dessas notas taquigráficas, porque hoje temos aqui um excelente roteiro de investigação desenhado, para, a partir das notas taquigráficas, sem prejuízo de nos reunirmos

hoje, termos uma conversa reservada com os membros da Comissão, como a que
tivemos na semana passada, que resultou proveitosa, como se fosse uma sessão administrativa da Comissão, até para definirmos tarefas. O espectro de investigações não vai ser tão amplo. Se houver possibilidade de alguns companheiros assumirem tarefas, como ir ao Uruguai pegar cópia desses inquéritos
e conversar com pessoas, para ver se é relevante trazer para um depoimento, e outros irem ao Rio Grande do Sul — e está aqui o companheiro que é ex-Prefeito de São Borja.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Seria a criação de uma Subcomissão?

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Não. No meu ponto de vista, não precisa formalizar tanto. Cada Deputado, de **per s**e, pode recolher cópias, como se
fosse uma investigação preliminar, para trazer à Comissão. E diante da consistência

de alguns fatos, aí, sim, sairia um grupo formalmente. Mas ganharíamos tempo se
distribuíssemos essas tarefas.

Penso que é útil dar urgência às notas taquigráficas. De qualquer maneira, peço de imediato cópia da fita de áudio do depoimento do Sr. João Vicente Goulart.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Correto. Então, fica feito assim. Também fica combinado que, às 15h, procuro o Deputado e estaremos
conversando a esse respeito.

O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Quero encaminhar essa documentação à Presidência ou ao Deputado Miro Teixeira, para que já faça parte do acervo.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - As cartas?

O SR. JOÃO VICENTE GOULART - As cartas e alguns...

O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES - Sr. Presidente, seria também relevante que o Dr. João Vicente fornecesse os endereços e telefones dessas pessoas às quais ele se referiu aqui na Comissão, como o piloto do pai dele e o Júlio. Esses dados são importantes para que a Comissão possa depois desdobrar-se em contatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - A Presidência acolhe a vossa orientação. O Dr. João Vicente vai ficar hoje aqui em Brasília e vai-nos municiar de tudo aquilo que temos necessidade e que talvez nem tenha acontecido
neste depoimento.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, agradeço ao Dr. João Vicente Goulart a participação.

Teremos uma reunião com o Relator e, posteriormente, estaremos marcando nova reunião, para que possamos ouvir outros depoimentos.

Agradeço a todos os senhores.

Está encerrada a reunião.
Número: 0642/00 Data: 06/06/00
55

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES
TEXTO COM REDAÇÃO FINAL
COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
EVENTO : Diligência no Rio Grande do Sul Nº: 0773/00
DATA: 19/06/00
INÍCIO: 19h50min
TÉRMINO: 23h47min DURAÇÃO: 3h57min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h55min PÁGINAS : 105
QUARTOS: 46
REVISORES: LIA, LIZ, PAULO S., VEIGA
SUPERVISORES: MARIA LUIZA, JOSÉ, MYRINHA
CONCATENAÇÃO: LÍVIA
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
PERCY PENALVO - Depoente
NEUSA PÉNALVO - Depoente
RUI NOÉ SILVEIRA - Depoente
ROBERTO ULRICH - Depoente
SUMÁRIO: Comissão Externa destinada a esclarecer em quais circunstâncias ocorreu a morte do ex-Presidente João Goulart,
em 6 de dezembro de 1976, na Província de Corrientes, na Argentina. Tomada de depoimento.
OBSERVAÇÕES
Diligência realizada no Palácio Farroupilha, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.
Há oradores não identificados.
Há palavras ininteligíveis.
Há falhas na gravação.
Não há seqüência entre alguns trechos, devido à troca de lado
de fita ou de fita na gravação.
Não foi possível checar a grafia correta dos nomes abaixo:
Fontoinha - pág. 37
Badoque - pág. 37
Flávio Bairra - pág. 43
Garmendia - pág. 44
Saresian - pág. 73
CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL
Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0773/00 Data: 19/06/00
1.**O SR. COORDENADOR** (João Luiz Vargas) - Registro com alegria esta reunião da Comissão da Assembléia Legislativa integrada à Comissão de Direitos Humanos, que analisa os fatos
referentes ao falecimento do Presidente João Goulart. Contamos
com as presenças dos Deputados Federais que trabalham numa Comissão semelhante a esta, na Câmara dos Deputados, presidida
pelo Deputado Reginaldo Germano, assim como do Deputado Luiz Bittencourt, companheiro que muitas vezes encontramos no mandato passado. Meus cumprimentos pela sua presença; receba os cumprimentos desta Casa, onde estivemos juntos em muitas

oportunidades com o seu trabalho. Agradeço também aos Deputados dos nossos Estados pelo seu trabalho.
Entendemos que as Assembléias Legislativas têm um papel extremamente importante. Por isso, no Rio Grande do Sul, Deputado Reginaldo Germano, tão logo tomamos conhecimento da instituição da Comissão na Câmara dos Deputados, procuramos constituir também nossa Subcomissão, integrada pelo Deputado Carlos E. Vieira Cunha, por nós, pelo Deputado Padre Roque e pelo Deputado Paulo Moreira. Registramos as presenças dos Deputados Luis Carlos Heinze, ilustre companheiro de São Borja, e Jorge Pinheiro. Registro também a presença da nobre Deputada Yeda Crusius. Cada dia que passa, nós, do Rio Grande
do Sul, estamos na expectativa do crescimento da sua candidatura. Esperamos ver, eu, assim como outros gaúchos, interrompidas administrações que se vêm constituindo em Porto
Alegre. Com certeza teremos um palco diferente nessas eleições
com a sua presença, assim como a de outros companheiros, como
a do Deputado Federal Alceu Collares.
O Deputado gaúcho Osvaldo Biolchi estava aqui perguntando o que funcionava neste recinto. Eu lhe respondi que aqui funcionava a Comissão de Assuntos Municipais, que estamos presidindo. Muitos dos novos Municípios, aqui no Rio Grande do
Sul, acompanham a sua atuação parlamentar.
Srs. Deputados, esta Comissão, com a presença dos colegas da imprensa, tem a oportunidade de, com as pessoas que tiveram
envolvimento nos últimos anos na vida do Presidente João Goulart, engrandecer o trabalho parlamentar que visa contribuir com a história. E contribuir com a história é estar
permanentemente buscando esclarecer fatos como esses que

2.ficaram sem os devidos esclarecimentos. Dessa forma, registro
a presença do Sr. Percy Penalvo, da Sra. Neusa, do peruano, figuras extremamente importantes neste momento da história do
nosso Estado e do nosso País, para esclarecermos com certeza muitas dúvidas que pairam sobre a morte do Presidente João Goulart.
Deputado Reginaldo Germano, passo a V.Exa. a presidência dos trabalhos, registrando que esta Casa vai se esforçar o máximo em cumprir nosso esforço na constituição de um trabalho
conjunto com a Câmara dos Deputados. V.Exa. estará presidindo
os trabalhos, e iremos auxiliá-lo.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Quero agradecer-lhe, nobre Deputado João Luiz Vargas.

Sinto alegria. Quando viajava com a CPI do Narcotráfico, de que fiz parte, aos Estados, encontrava por parte dos Deputados das Assembléias Legislativas as boas-vindas recebidas hoje pela nossa Comissão da parte do Deputado João Luiz Vargas, que se colocou à inteira disposição para colaborar com esta Comissão no intuito de ver a verdade esclarecida. De um fato como este, que vem sendo investigado por esta Comissão, todo o Brasil espera. Todo o Brasil espera
que a verdade seja esclarecida, seja trazida à tona. O povo brasileiro não deseja virar a página dessa história, já que daqui a alguns meses vamos entrar em 2001 e deixar para trás,
esquecida, história de tamanha importância para a nossa democracia. Não podemos construir uma democracia em cima de uma história obscura, uma história que não tem um fundo de verdade. Existem muitas coisas, mas até hoje não sabemos se todas elas são verdade.
Quero agradecer ao Deputado João Luiz Vargas, aos Deputados Federais e Estaduais de Porto Alegre, declarando abertos os trabalhos da 5ª reunião extraordinária da Comissão
Externa destinada a esclarecer em quais circunstâncias ocorreu
a morte do ex-Presidente João Goulart, em 6 de dezembro de 1976, na estância de sua propriedade, na Província de Corrientes, na Argentina.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL

Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART

Número: 0773/00 Data: 19/06/00

3.**O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO** - Sr. Presidente, pela ordem. Uma vez que vamos iniciar o esclarecimento de um fato ocorrido aproximadamente há 24 anos — não é fácil levantar toda uma investigação, muitas pessoas já morreram, algumas têm
dificuldade de falar, medo de falar —, gostaria de sugerir que
fizéssemos uma oração. Independentemente da religião de cada um, todos nós acreditamos em Deus. Da mesma forma como iniciamos os trabalhos na Câmara dos Deputados, dizendo "Sob a
proteção de Deus", seria conveniente que fizéssemos uma pequena oração para que Deus ilumine a mente de cada um de nós, conduza esse trabalho, que, tenho certeza, é muito difícil, uma vez que os fatos aconteceram há tantos anos e as
provas vão-se perdendo com o tempo. Se a Casa permitir e os Deputados todos concordarem, gostaríamos de fazer uma breve oração, para que Deus abençoe este trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Esta Presidência acata o pedido do Deputado Jorge Pinheiro. Gostaria que V.Exa. pudesse realizá-la então, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Cada um faça um momento de reflexão neste instante:
"Nosso Deus e Pai, nós pedimos a sua bênção, Senhor,

porque toda a inteligência, todo o dom vem do Senhor, vem do Alto. Pedimos que o Senhor venha iluminar todos aqueles imbuídos dessa investigação, Deputados, membros desta Comissão, para que nós possamos, da melhor maneira possível, conduzir esses trabalhos. Oriente-nos, abençoe as viagens que
teremos de fazer, aquelas pessoas que irão depor, que irão contar tudo aquilo por que passaram durante aquele momento tão
difícil, tão conturbado, que pairou sobre toda a América Latina. Pedimos a sua bênção à direção desses trabalhos. Que Deus possa abençoar a cada um de nós em nome de Jesus. Amém".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Gostaria de passar a palavra à Deputada Yeda Crusius.

Tenho o prazer de participar mais uma vez de uma Comissão com uma mulher brilhante. O que seria das Comissões Permanentes, Parlamentares de Inquérito e Especiais se não

4.tivessem o brilhantismo sempre da presença da mulher?

A SRA. DEPUTADA YEDA CRUSIUS - Sempre agradecendo as palavras estimulantes, as quais recebemos permanentemente no Congresso Nacional, nobre Deputado Reginaldo Germano, agradeço
a acolhida fraterna, típica do gaúcho, a todos aqueles que queiram, em visita ou em permanência, somar-se aos valores típicos deste Estado. Então, o Deputado João Luiz Vargas faz,
como sempre, a acolhida a todos aqueles que, vindos de fora, vê

@@.@@.. @@_ @@à nossa Comissão Especial, nominada pelos nossos partidos e aprovada pelo nosso Presidente Michel Temer.

A América Latina, mais uma vez, vê-se sacudida por movimentos muito semelhantes, movimentos esses que nos fazem pensar na necessidade de se continuar a fincar bastões muito firmes em relação à continuidade do processo democrático por que tanto tempo batalhamos. Esta Comissão Especial vem exatamente num momento em que a facilidade das informações e do contato imediatos se soma à necessidade de se rever cada um
dos processos de um tempo passado, que não queremos ver de maneira alguma repetidos. Então, a história não se repete se dela tirarmos as lições do que é necessário fazer.

Nesse sentido, agradeço as palavras do Deputado João Luiz Vargas e digo ao Presidente que o conjunto de mulheres da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional desdobra-se em nome de aprender com a história os fatos que melhorarão cada vez mais a sociedade. Vou-me desculpar por não estar com os senhores em São Borja, faz-me falta. Eu mesma disse a quem não
conhece São Borja — e aqui temos alguns Deputados que não conhecem — que é necessário conhecer e vivenciar não apenas a

geografia, ambiência, mas também com isso entender que naquele
tempo quem atravessava a fronteira, sem as pontes que temos hoje, do outro lado encontrava o inimigo. É muito importante ir a São Borja. Mas não vou poder estar lá com a nossa Comissão amanhã, porque estarei no Rio de Janeiro, onde teremos audiência pública com seis mulheres muito valorosas, a
fim de investigarmos, por intermédio da CPI, as causas da

5.mortalidade materna, por que ainda no Brasil existe subnotificação. Por que se registram como causa de morte da mulher, derivada da maternidade, causas outras que não são derivadas da má prevenção ou do mau tratamento dado ainda às questões ligadas à mulher, no caso da maternidade? Então, amanhã não vou poder estar aqui.
Quero dizer aos convidados de hoje que também, por outros motivos, se o avião atrasou, temos aqui mesmo uma importante missão a cumprir. Corroborando as palavras do Deputado João Luiz Vargas, S.Exa. diz que a missão a cumprir é jogar luz sobre Porto Alegre, fazer um debate sobre as causas que fazem
ainda de Porto Alegre uma cidade obscurecida em termos de informação. E queremos abri-la a partir da campanha eleitoral
que se iniciará no dia 6 de julho. Temos companheiros valorosos que vão, no mesmo sentido, no mesmo embate, com divergências, sim, a Porto Alegre trazer informações necessárias para, quem sabe, mudarmos de rumo em relação à prática democrática aqui utilizada.
Então, Sr. Presidente, quero apresentar essas duas questões, que me vão impedir de estar aqui por mais longo tempo, nesta viagem que considero importantíssima para averiguar com mais profundidade as causas da morte do ex-Presidente João Goulart. A restauração da história é vital
para aprendermos de que maneira se organizava no passado. E hoje não há mais necessidade de organizar a diferença, a divergência de opinião e a luta democrática, que requer a não-continuidade por muito tempo de uma mesma noção, um mesmo
partido, uma mesma política.
Então, com estas palavras, além da prece que fizemos aqui, espero que Deus nos ilumine e que se abram, a partir das
audiências, outras luzes para averiguação da morte de João Goulart.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Agradeço as palavras da nobre Deputada.
Na Câmara dos Deputados a presença feminina tem abrilhantado bastante o trabalho. A informação que vem da mulher é sempre sem defeito, perfeita. Prova disso são os

Número: 0773/00 Data: 19/06/00

6.trabalhos das Deputadas Yeda Crusius e Laura Carneiro, esta minha companheira de muito tempo, na CPI do Narcotráfico, cuja presença vem abrilhantar esta Comissão.

Gostaria de passar a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Colega Presidente, Deputado Reginaldo Germano, é uma satisfação recebê-lo na Assembléia Legislativa do nosso Estado, juntamente com os Deputados Luiz Bittencourt, Jorge Pinheiro e João Luiz Vargas, numa Comissão também semelhante à nossa, para tratar deste assunto. Nós, do Rio Grande do Sul, juntamente com a Deputada Yeda Crusius e o Deputado Osvaldo Biolchi, sentimos grande satisfação por estarmos recebendo os nobres colegas para tratar deste assunto.

Enquanto aguardamos a chegada do Relator, Deputado Miro Teixeira, é importante mencionarmos esses pontos que visam ao encaminhamento das questões que norteiam esta Comissão, na tentativa de esclarecer a morte do ex-Presidente João Goulart e também, pelas semelhanças, a morte do ex-Presidente Juscelino Kubitschek e de Carlos Lacerda. No próprio Uruguai e na Argentina houve mortes semelhantes, como é o caso de Ector Gutiérrez Ruiz, ex-Presidente da Câmara dos Deputados uruguaia, que também foi morto no ano de 1976, e de Zelmar Michelini, Senador uruguaio. E nada tinham a ver esses parlamentares com os partidos de esquerda. Então, vê-se que alguma coisa existia. Esta é a razão por que estamos investigando o que houve com essas figuras proeminentes da nossa América Latina.

Por isso, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, fizemos algumas investidas. Pela minha facilidade, por ser de São Borja, conheço as pessoas que conviveram com o ex-Presidente João Goulart há muito tempo. Fundamentalmente usamos a estratégia de trazermos algumas pessoas que conviveram com João Goulart, principalmente nos seus últimos dias de vida. Entendemos que seria muito importante ouvirmos essas pessoas que estiveram na sexta, no sábado, no domingo e também na segunda-feira até a ocasião de sua morte. Essa foi a razão de

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL
Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0773/00 Data: 19/06/00

7.contatarmos algumas pessoas que têm conhecimento e informações a respeito dos últimos dias do Dr. Jango. No mais, o que se sabe hoje, por intermédio da história, é o que os jornais, as

revistas e a própria imprensa têm declarado. Então, agora, de viva voz, algumas pessoas — por isso entendemos importante — que viveram os últimos dias do Presidente João Goulart serão ouvidas. Essas pessoas vão-nos trazer declarações e depoimentos que poderão ser questionados por todos os Deputados aqui presentes. Isso enriquecerá nossa visão. Daí a razão de listarmos essas pessoas, já conversamos com algumas delas. Outras, infelizmente, não puderam estar presentes, mas pretendemos conseguir seus depoimentos. Isso, com certeza, nos ajudará muito para começarmos a esclarecer os fatos. Muitos anos se passaram, mas agora, por intermédio desta Comissão, em função de requerimento do nosso Relator, Deputado Miro Teixeira, acolhido pelo Presidente da Câmara dos Deputados, para que se reabrisse esse caso, poderemos ter conhecimento dos fatos, uma vez que a história do Brasil necessita disso. Trata-se de contribuição que vamos deixar para a história do nosso País. Por isso, hoje, com satisfação, recebemos os colegas Parlamentares no Rio Grande do Sul a fim de ouvirmos algumas pessoas que havíamos listado e enriquecer nosso conhecimento acerca dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Concedo a palavra ao Deputado Jorge Pinheiro.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, depoentes, senhoras e senhores presentes, li hoje matéria publicada na revista **Época** a respeito do incidente ocorrido recentemente no Rio de Janeiro. Segundo ela, o Estado é ineficiente para garantir segurança pública e tem a proposta de desarmar toda a população. Fazendo um comparativo, o autor da matéria acha incoerente desarmar a população, uma vez que não é ela que faz mau uso do armamento, mas é o Estado que não lhe garante proteção. No final da matéria faz um comentário que me chamou a atenção. Se o Estado não garante proteção e às vezes toma atitudes imediatistas

8.para dar resposta à opinião pública, e a própria população, de repente, quer fazer justiça com as próprias mãos, tem-se aí preparado todo um palco para a revolução. Não sei se o autor estava vislumbrando algo para o futuro, mas chamou a minha atenção.

A Deputada Yeda mencionou a história, que se repete, enquanto aprendemos com ela. Quando a Alemanha foi derrotada na Primeira Guerra Mundial, ninguém imaginava que poderia se rearmar, tornando-se em tão pouco tempo uma potência militar,

a ponto de quase dominar o mundo. A maior arma bélica da época era a Alemanha nazista. Os alemães inventaram o foguete, foram os primeiros a usar as unidades **panze**r, que assombraram o mundo e arrasaram a Europa em questão de poucas semanas, e foram também os primeiros a fabricar o avião a jato, sem falar da própria bomba atômica. Em pouco tempo, o episódio triste da Primeira Guerra Mundial acabou se repetindo, porque não se aprendeu com a história.

A nuvem negra da ditadura militar que pairou sobre os países da América Latina... Vemos a instabilidade acontecendo novamente na América Latina. Se não formos tão otimistas ou muito pessimistas, não estaremos preparando todo um terreno para que outra ditadura militar volte ao Brasil? Vemos algumas das nossas supostas democracias abaladas, países da América Latina enfrentando crises terríveis. A crise é um passo para que a ditadura militar volte. O que fez a ditadura militar tomar conta da Alemanha nazista foi exatamente a crise.

Se não lembrarmos o que aconteceu naquela época, se deixarmos essa página virada de lado, se não a trouxermos à baila, se não revivermos todos aquele ambiente... Nossa visita possibilitará a recriação do ambiente de medo daquela época, quando a ditadura sufocava o pensamento e a liberdade das pessoas, a democracia.

Deus nos ilumine para conseguirmos reviver todo esse passado, o que realmente aconteceu. O brasileiro é pouco patriótico. A maioria do povo brasileiro não sabe cantar o Hino Nacional, muito menos o Hino da Bandeira? Não conhecem sequer os símbolos do seu País. Se perguntarmos, por exemplo,

9.o que significam as estrelas da bandeira nacional, a maioria das pessoas não saberá responder. Não sabem sequer onde está posicionado o seu Estado. Penso na questão do patriotismo. Será que nós, preocupados com a sobrevivência, deixamos de ser patriotas, deixamos de amar nosso País? Amanhã ou depois perderemos seu controle.

Se chegarmos a um veredicto de como foi a morte ou por que ela ocorreu, teremos uma idéia. Foi morte natural? Foi assassinato? A Operação Condor, até onde chegou? Até onde os militares agiram naquela época? É muito mais que simplesmente elucidar o caso da morte de um homem ilustre como o Presidente João Goulart. O trabalho da Comissão é muito mais que isso, invoca a questão do patriotismo e de não deixarmos acontecer

hoje o que aconteceu no passado.
Sr. Presidente, tenho certeza de que, com o apoio técnico do Deputado João Luiz, da Casa, que está sendo aberta para colhermos documentos e desenvolvermos todo esse trabalho, esta
Comissão paralela, a subcomissão criada aqui para investigar esse assunto, não só terá um parecer sobre o que aconteceu naquela época, como reviverá todo aquele período.
A história vai sempre se repetir. Se analisarmos desde os primórdios do homem, a história não muda, vai se repetindo de
época em época. O homem é o mesmo. A tecnologia muda, mas o modo de pensar do ser humano não. Os que estudam o pensamento
humano sabem que o ser humano não mudou muito desde aquela época.
Então, os trabalhos desta Comissão são bem-vindos. Não se trata apenas de descobrirmos como foi que aconteceu, mas de trazermos à memória do povo brasileiro aqueles momentos terríveis que muitos esqueceram. E, de repente, por descuido nosso, uma vez que somos representantes do povo, podemos voltar a viver esse pesadelo. É o que está acontecendo com alguns países da América Latina. Estão voltando a viver a instabilidade da democracia. E, quando a democracia se torna instável, estamos a um passo de um golpe militar, de a ditadura voltar e revivermos todo aquele período negro que muitos dos senhores aqui chegaram a presenciar e viver.

10.Sr. Presidente, espero poder colaborar. Esperamos, nesses poucos dias que estaremos aqui, dar à sociedade, ao Brasil, algo de positivo que venha engrandecer e fazer-nos pensar que
hoje temos algo tão importante: a democracia do nosso País.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Deputado Jorge Pinheiro, país nenhum pode formar um governo verdadeiro
e democrático sobre uma história da qual não se saiba a realidade. Enquanto ficarmos atrás do fantasma de João Goulart, Juscelino kubitschek, Carlos Lacerda e, talvez, Tancredo Neves, estaremos construindo uma democracia como se constrói um castelo de areia. A qualquer momento, a qualquer rumor de insatisfação popular, vem novamente o militarismo e voltamos à escravidão de uma nova ditadura. Trazendo à baila o
fato, se morreu de morte natural, se foi assassinado ou se foi
um complô a morte do Presidente João Goulart, isso dará maturidade, equilíbrio e legalidade a qualquer governo que se
forme daqui por diante.
Com a palavra o Deputado Osvaldo Biolchi.
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar nosso amigo e Deputado João Luiz, tão brilhante Parlamentar que

representa a grande região de Santa Maria no Parlamento gaúcho, homem de bem
e que novamente vem demonstrar sua receptividade e seu coração maior que o nosso Estado e maior que o País. Em nome da Comissão, muito obrigado. Quero cumprimentar o Deputado Luiz Bittencourt, companheiro de partido, o Deputado Jorge Pinheiro e o sempre amigo Deputado Luis Carlos Heinze.
Quero cumprimentar também todos os senhores presentes, a imprensa, assessores e, de modo especial, as três pessoas que
vão depor hoje, contribuindo com nossa história.
Sabemos que a função fundamental do Legislativo é, indubitavelmente, legislar, criar leis, criar mecanismos, melhorar nossa Constituição e dar apoio à sociedade para um bom desenvolvimento econômico, para que o povo tenha mais justiça social neste País, onde nossa concentração de renda é
inacreditável e, muitas vezes, até imoral.
Mas cabe também a nós, representantes do Parlamento brasileiro, especialmente nestes tempos modernos, em que as comunicações fluem com maior facilidade, nesses tempos de

11.grandes mudanças, a grande missão de investigação, não tanto,
como observou meu amigo Deputado Jorge Pinheiro, pela história
em si, que é importantíssima, mas também para a própria segurança da Nação e de nossos filhos.
Lembro-me quando era estudante, na Serra do Guaporé, no Estado — uma cidade quase toda de italianos —, uma tarde no seminário, quase que improvisadamente, na época Vice-Presidente da República, João Goulart foi nos visitar. Era um homem simpático, alegre. Na sala, todos nós jovens, deixou-nos uma imagem profundamente positiva de um verdadeiro
brasileiro que gostava de sua Pátria. Meses depois, veio a Revolução. Assumiu então a Presidência da República. E juntamente com Brizola, lamentavelmente, foram quase deportados do País. Implantou-se então a ditadura. Aquela figura simpática me impressionou muito pela alegria das horas
que passou no seminário, principalmente pela sua simplicidade.
Agora, como Deputado, poderei dar minha pequena contribuição — hoje aqui, amanhã em São Borja —, para analisarmos e chegarmos, se possível, a posições concretas sobre a morte desse homem brilhante que indubitavelmente passará à história. Estamos fazendo jus à pessoa, à figura do
Jango, a toda sua família, que merece maior esclarecimento, ao
povo gaúcho e ao povo do Brasil. Por isso temos, sim, uma missão importante, apesar desses dias de chuva no Estado, para

adentrarmos a história.
Quando nosso Líder nos indicou e nos perguntou se tínhamos vontade de participar, manifestamos desejo e vontade de participar desta Comissão, especialmente com a relatoria do ilustre colega e companheiro Deputado Miro Teixeira.
Sr. Presidente, tenho certeza absoluta de que esta Comissão dará contribuição sólida, com os depoimentos sinceros das pessoas que já ouvimos e iremos ouvir, para a história do Brasil. Por isso estamos de braços abertos para não só acompanharmos, mas perquirirmos maior profundeza, dentro das nossas limitações, de toda a história desse homem brilhante. Muito obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Obrigado,

12.Deputado Osvaldo Biolchi.
Gostaria de registrar que teríamos chegado todos bem mais cedo e iniciado este trabalho há algum tempo, o que não ocorreu em virtude da falta de teto no aeroporto. Por isso, houve um desencontro, uns chegaram numa hora, outros noutra. O Relator, Deputado Miro Teixeira, acaba de chegar, mas teria sido um dos primeiros a chegar. Entretanto, vamos trabalhar ainda assim, ouvindo hoje todos os convidados. Se houver outras pessoas interessadas em dar depoimento hoje, poderão também esclarecer a morte do nosso ex-Presidente João Goulart.
Com a palavra o Deputado Luiz Bittencourt.
O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Germano, é com muita satisfação que participo desta audiência pública no Rio Grande do Sul, na Assembléia Legislativa de Porto Alegre, sobre assunto tão importante para todos nós.
Quero também registrar meus cumprimentos aos Deputados Federais do Rio Grande Luis Carlos Heinze, Osvaldo Biolchi e Yeda Crusius, que acabou de se retirar. Registro ainda a chegada do nosso Relator, Deputado Miro Teixeira, que tem conosco a parceria na condução desses trabalhos.
Refiro-me à importância desta Comissão diante do momento histórico que vivemos no País. Estamos comemorando 500 anos de história, e uma história que ainda não foi devidamente passada a limpo. Ouvi as menções do Deputado Biolchi, quando, jovem ainda, encontrou-se com o Vice-Presidente João Goulart, e as impressões que teria tido do contato direto com aquele homem público.
Em 1964 tinha 9 anos de idade; em 1976, 20; agora, com 44 anos, como Deputado Federal, vivo ativamente as discussões do Congresso, e vamos entendendo a importância da interpretação

da história brasileira.
O que pregava o Presidente João Goulart reveste as ações que um governo social-democrata deve ter pelo seu país: investimentos em educação e qualificação profissional, reformas de base — agrária, do sistema tributário, do sistema
bancário, eleitoral, da Previdência, financeira — e a importante questão salarial; enfim, um governo voltado para ações sociais e de cunho pragmático que podem alterar a vida

13.das pessoas.
Li a passagem de um livro que relata a conquista dos espanhóis e de parte da América Latina. Os conquistadores espanhóis colocavam fogo nas caravelas para que os soldados não pudessem ter a possibilidade de voltar atrás, para que caminhassem para a frente. Entendo isso e quero utilizar o exemplo para encerrar minhas palavras: não podemos atear fogo
na história do Brasil para continuar caminhando à frente. Temos de elucidar todos esses momentos importantes da nossa história recente e, principalmente, esse que veio à tona sobre
a denúncia da Operação Condor, envolvendo militares e paramilitares que tinham objetivo final de eliminar importantes figuras políticas do cenário do nosso País e da América do Sul.
Portanto, esta audiência marca objetivamente o primeiro passo decisivo para colhermos informações, processar e cruzar
esses dados e, se Deus nos der essa felicidade, chegar a um resultado conclusivo, mostrando ao País o que aconteceu nesse
episódio.
Agradeço a oportunidade. Cumprimento todos os Deputados Federais presentes, os depoentes de hoje, que vão prestar importante tarefa ao País.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Vamos então dar início à tomada de depoimentos. O Relator, Deputado
Miro Teixeira, prefere que entremos logo nos depoimentos.
O SR. COORDENADOR (João Luiz Vargas) - Acredito que não tenha sido registrada a presença do Christopher, neto do Presidente João Goulart, jovem que já contribuiu com nossos trabalhos na Assembléia desde o início. Talvez emocionalmente
seja o mais ligado a todo este trabalho. Obrigado, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Então, vamos iniciar a tomada de depoimentos com o Sr. Percy Penalvo.
Gostaria de dizer ao senhor que tem 20 minutos para expor sua história ou, se preferir, podemos passar diretamente às perguntas dos Deputados inscritos.
O SR. PERCY PENALVO - Sr. Presidente da Comissão, Srs.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL
Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0773/00 Data: 19/06/00
14.Deputados, convidado pela Comissão para vir depor, aqui estou.
Acompanhei o Dr. João Goulart por longo tempo, doze anos, até
a sua morte. Depois fiquei mais dois anos lá. Agora, gostaria
que os senhores me perguntassem o que querem saber.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Correto. Então, o senhor prefere que entremos direto nas perguntas. Gostaria de passar a palavra ao Deputado Miro Teixeira, nosso Relator, para iniciar com as perguntas.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor foi gerente da Fazenda Tacuarembó, no Uruguai?
O SR. PERCY PENALVO - Sim, senhor.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Era essa expressão, gerente?
O SR. PERCY PENALVO - Sim, era eu e o João Goulart, eu o substituía.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor e quem?
O SR. PERCY PENALVO - Era o Dr. Goulart e eu; eu o substituía. Inclusive eu assinava por ele. Havia duas pessoas
no Uruguai que assinavam por ele: o Dr. Magalhães, em Montevidéu, e eu em Tacuarembó.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O Dr. Ivo Magalhães assinava transações...
O SR. PERCY PENALVO - Era o homem de confiança do Goulart.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O boi, lã, negócios de um modo geral, é isso?
O SR. PERCY PENALVO - Sim, todas as tratativas, inclusive com autoridades do Uruguai. Tudo era mandado o Ivo fazer.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Na sua atividade de gerente da fazenda, o senhor tinha um convívio muito estreito
com o Presidente João Goulart?
O SR. PERCY PENALVO - Dr. Goulart era um homem que dormia pouco. Às vezes de noite eu fugia dele; daí a pouco ele mandava me chamar, me contava uma história que meu olho fechava, mas só pra eu ficar com ele até tarde, até que lhe desse sono. Isso era todo dia.
CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL
Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0773/00 Data: 19/06/00
15.**O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA** - Ele tinha depoimentos, por estar no exílio, sobre a situação brasileira?
O SR. PERCY PENALVO - Nós conversávamos muito porque eu conhecia os políticos nossos, todos, e, como eu estava sempre
com ele, quando chegavam lá, ele sempre me dizia: "Olha, Fulano me falou isso; tu vês o que ele fala pra ti." Falavam

com ele, depois; às vezes tinham assuntos que não queriam tratar com ele e iam perguntar para mim. Então eles me informavam antes, para depois conversar.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor viajava com ele?

O SR. PERCY PENALVO - Às vezes, Argentina, Paraguai.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Normalmente de carro, de avião, os dois?

O SR. PERCY PENALVO - Como?

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - De carro, de avião?

O SR. PERCY PENALVO - Ah, sim, sim! De carro, de avião. Fazíamos Uruguai-Buenos Aires-Montevidéu-Buenos Aires de avião
de carreira.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor acompanhava os acontecimentos da América Latina naquela época?

O SR. PERCY PENALVO - Sim. Eu era exilado.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Tanto no Uruguai quanto na Argentina e no Brasil?

O SR. PERCY PENALVO - Sim, acompanhávamos, só acompanhávamos.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Após o golpe do Uruguai em 1973, o senhor acha que houve alteração das relações sociais para os exilados?

O SR. PERCY PENALVO - No Uruguai, inicialmente, tínhamos um trato melhor, porque eram dois partidos: Branco e Colorado.

Então, o Dr. Goulart tinha mais amigos do Partido Branco do que no Colorado. Mas depois, quando veio a ditadura, e no movimento tupamaro, éramos olhados por uns como latifundiários
e por outros como comunistas. E o General Christian queria prender o Dr. Goulart. Ele o acusava de mentor, de ser o cérebro pensante dos tupamaros.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Desculpe. Quem queria

16.prender o Dr. Goulart?

O SR. PERCY PENALVO - O General Christian, do Uruguai. Isso sabíamos porque tínhamos amigos no meio deles.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Que expressão política ou militar tinha esse General Christian?

O SR. PERCY PENALVO - General Christian?

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Ele era da repressão?

O SR. PERCY PENALVO - Era um General influente.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Ele tinha algum cargo que o senhor soubesse?

O SR. PERCY PENALVO - Em determinado momento, levaram preso o João Vicente para um quartel, cortaram-lhe os cabelos.

Eles o deixaram numa barraca, num inverno brabo, só para provocar.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Quem comandou essa operação da prisão do João Vicente, quando lhe rasparam a

cabeça, foi esse General Christian?
O SR. PERCY PENALVO - Não. Foi o pessoal do Batalhão. Mas eu quero dizer o seguinte...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Mas, voltando ao General Christian...
O SR. PERCY PENALVO - O General Christian foi um dos homens que acusaram o Dr. Goulart.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Acusava de que o Dr. Goulart?
O SR. PERCY PENALVO - De ser o cérebro pensante. Isso é o que nós sabíamos lá.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Ele fazia alguma espécie de operação habitualmente, alguma diligência? Procurava constranger o Presidente João Goulart?
O SR. PERCY PENALVO - Não, não.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Os senhores sentiam a presença dele?
O SR. PERCY PENALVO - Não, isso não. Um exemplo: Dona Maria Tereza foi presa porque levava uma carne e foi proibido

17.carregar carne no Uruguai. Foi presa com carne e tudo. Quer
dizer, havia assim um certo desconforto para nós.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - E esse General Christian, há algum episódio que o senhor possa dizer que ele tenha, de alguma forma, liderado para constranger?
O SR. PERCY PENALVO - Não, não. Eu só sei essa parte. O senhor compreendeu? Eu só sei essa parte.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Naquela época o senhor ouviu falar alguma vez de alguma colaboração entre militares uruguaios, brasileiros e argentinos?
O SR. PERCY PENALVO - Bom, nós sabíamos o seguinte: houve um momento em que todos os perseguidos políticos dos países da
América... Nós nos unimos. E os militares da ditadura também.
Claro que nós levávamos a pior. Mas estávamos todos unidos.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O Presidente João Goulart comentava sobre essa união dos militares e sobre esses acordos. "Operação Condor" não sei se era uma expressão já conhecida na época. Era conhecida?
O SR. PERCY PENALVO - Era conhecida. Mas é que muita gente até hoje não acredita, porque não sofriam, porque não tiveram um pai, não tiveram uma mãe, não tiveram um irmão sacrificados por essa ditadura.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Os senhores já ouviam falar nessa operação conjunta de militares latino-americanos com essa denominação: "Operação Condor"?
O SR. PERCY PENALVO - Sim. Sabíamos disso, porque inclusive havia brasileiros que eram passados de um lado para

outro. Cuidávamos muito disso.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor se lembra de algum brasileiro notório que tenha passado...
O SR. PERCY PENALVO - Não me lembro porque inclusive me esqueci de nomes dos companheiros. Já se passaram 23 anos e, infelizmente, 23 anos depois, surgiu esta Comissão para procurar fazer justiça à memória do Dr. João Goulart.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor ouviu, em algum momento, algum exilado, quer seja brasileiro ou de outra

18.nacionalidade, falar da colaboração ou da presença de militares brasileiros ou de agentes da repressão, mesmo sem ser militares, policiais do Brasil no Uruguai?
O SR. PERCY PENALVO - Naturalmente, nossos amigos em Tacuarembó, onde tínhamos muita influência, todos eram do Partido Branco, Colorado, naquele momento em que eram perseguidos. Eu sentia vergonha da prisão, e o Dr. Goulart também, porque no quartel de Tacuarembó havia amigos sendo torturados e acompanhados por oficiais brasileiros.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Agora vamos tentar aprofundar um pouco esse aspecto. Brasileiros exilados no Uruguai, no quartel de... Poderia repetir devagar o nome?
O SR. PERCY PENALVO - No quartel de Tacuarembó.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Tacuarembó.
O SR. PERCY PENALVO - Havia oficiais brasileiros ensinando uruguaios a inquirir os presos, naturalmente presos
uruguaios.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Presos uruguaios, não brasileiros. E esses presos uruguaios percebiam como que eram
brasileiros? Falavam português?
O SR. PERCY PENALVO - Nós sabíamos o dia-a-dia. Muitas vezes sabíamos hoje de uma coisa que iria acontecer amanhã. O
senhor compreendeu?
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sei.
O SR. PERCY PENALVO - Em Tacuarembó mesmo nós tínhamos informação.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Às vezes é duro nos lembrarmos desses episódios, mas, se pudéssemos, seríamos mais
precisos. De que maneira esses que eram presos e eram torturados diziam a vocês que foram torturados por brasileiros? Como eles sabiam que eram brasileiros? Eles ouviam referências que eram brasileiros ou ouviam a voz?
O SR. PERCY PENALVO - Não. Pela língua, pela forma de falar.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Ouviam as pessoas falando português.

Número: 0773/00 Data: 19/06/00

19.**O SR. PERCY PENALVO** - Ensinando.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Ensinando a torturar, de maneira prática torturando?

O SR. PERCY PENALVO - Ensinando os uruguaios. Os uruguaios foram liderados pelos brasileiros. O golpe no Uruguai foi dado com o apoio brasileiro.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Gostaria de me manter um pouco na questão da tortura, porque, quanto ao golpe, há uma documentação até relativamente farta da influência de oficiais
brasileiros no apoio ao golpe de 1973. Queremos, ao lado da apuração das circunstâncias da morte do Presidente João Goulart, definir os limites daquela Operação Condor no Brasil.

Quando falamos no Brasil, não é só no limite territorial brasileiro. Falamos da participação de brasileiros. O senhor dá um depoimento muitíssimo importante. Eu penso ser necessário, se o senhor ainda tiver memória desses episódios,
que nos dê detalhes, mesmo que às vezes pareçam não ser detalhes tão relevantes. Mas todos os detalhes que o senhor nos puder dar, toda referência, toda informação se tornará valiosa. O objetivo é fazer com que essa história não se repita.

O SR. PERCY PENALVO - Vou lhe fazer duas colocações sobre o Uruguai, depois passarei para a Operação Condor.

Um determinado dia, o Dr. João Goulart chega de avião na Estância. Passados 15 minutos, chega meia dúzia de **Jeep**s, caminhonetes da polícia uruguaia, com metralhadoras debaixo do
braço, para procurar o Cônsul Gomides. Cito isso porque tenho
a comprovação aqui em Porto Alegre. O Dr. Goulart disse ao comandante deles que chegara há 15 minutos e não sabia o que se passava em Tacuarembó. Eu estava junto. Ele disse ainda que
a estância estava à disposição e que podiam revistá-la. Quer dizer, o Dr. Jango estava se humilhando para eles. Eu disse a
ele que pegasse seu avião e voltasse para Montevidéu, fizesse
um protesto junto ao Ministério do Interior, porque nossos assuntos eram tratados no Ministério do Interior. Ele disse que éramos exilados. Eu lhe disse: "Eu, sim, passei a

Número: 0773/00 Data: 19/06/00

20.fronteira correndo; o senhor não. O senhor mandou consultar o
governo uruguaio se precisava levar proteção, e a proteção está aí". Eu fazia assim. Disse ainda: "O senhor diga ao seu Coronel que vão revistar minha casa pela força". Ele disse: "Mas tu não podes mandar isso pro Coronel. Se disser para tu saíres do Uruguai, o que vais fazer?" Eu respondi que saía e

iria pro Paraguai, pra Bolívia, pro Chile. Nesse tempo, podia
ir. Depois é que ...
Bom, aí digo: "Eu não vou". "Então, vá o Ribeiro, que é o piloto". O pior é que não sabia que o piloto era Tupamaro. Revistaram até debaixo da cama do Dr. Goulart. Aquilo pra mim
foi uma humilhação muito grande.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Em que ano foi isso, por favor?
O SR. PERCY PENALVO - Bom, não me lembro o ano. Mas, no momento em que estão revistando a estância, tinha um povoado ali perto que tinha uma central telefônica. Havia nove telefones na estância. Tocou o telefone para mim, e foram me chamar, avisando que queriam falar comigo.
Fui até o telefone. Disse para ir no avião pequeno e descer no campo. Já vai indo um rapaz a pé para encontrá-lo na
estância.
Entrei no **Jeep** e saí correndo. Quando os milicos viram que tinha saído voando, ficaram loucos porque não sabiam pra onde eu ia. Fui e encontrei andando a pé pela estrada o nosso
amigo Tarso Genro, indo pra lá. Nesse dia e nessa hora é que os milicos estavam revistando a estância.
Quero dizer aos senhores que as coisas não eram tão fáceis como parecem. Havia vários grupos: um nos respeitava, e
o outro nos perseguia. Depois prenderam o piloto. O Henrique Foch, que anda dando depoimento, chamou o Dr. Goulart e disse
a ele que segunda-feira iriam prender o avião. Ele me telefonou pra Tucuarembó, pedindo para ir até lá. Fui, mas ficamos só os dois conversando, noite adentro.
Em determinado momento, disse pro doutor: "Se fosse o senhor, iria pra Tucuarembó. Diria pra minha mulher que, se me

21.prenderem, pegasse as crianças e fosse para o Brasil. E não
mande esse avião pra Buenos Aires. Pode ser uma isca pro senhor. Tem que mandar no sábado, num outro dia. Se prenderem
esse avião, faz de conta que caiu. Amanhã ou depois o senhor pode reaver esse avião. E um avião a mais ou a menos não interessa para o senhor".
Daí a uma meia hora, ele me disse: "Vou fazer como tu. Vou enfrentar a situação e não vou mandar o avião". Ele não mandou, e ninguém prendeu. Isso é o Henrique Dias.
(Não há seqüência entre os textos.) (Troca de fita 1-B/2-A.)
(...) Agora vou passar para a Operação Condor.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, só pra ajudar o Deputado Miro Teixeira, pediria que a Neusa,

filha do Sr. Percy, ajudasse com alguma coisa, porque sabe da
história e conviveu com ele. Se puder lembrar dos episódios, para não desviar tanto do assunto e objetivar mais a resposta,
poderia ajudar, só para conduzir melhor.

O SR. PERCY PENALVO - Bom, num determinado dia...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor ia começar a falar agora da Operação Condor.

O SR. PERCY PENALVO - Em Buenos Aires, a gente sabia que havia um grupo — não sei se era civil ou militar — que ia com
seis carros fazer uma operativa, como dizíamos. Chegavam numa
casa, prendiam quem tinha que prender, levavam e matavam. Num
determinado dia, prenderam o Gutiérrez, que era Presidente da
Câmara dos Deputados do Uruguai, do Partido Blanco. Não tinha
nada de comunismo nem coisa nenhuma. Discordou dos militares e
teve que se exilar na Argentina. O Gutiérrez, que era um homem
de Tucuarembó, para se eleger, foi ajudado pelo Dr. Goulart. Era amigo dele, de estar sempre juntos. Não me lembro se no mesmo dia ou no seguinte eles foram no hotel em Buenos Aires,
onde parávamos, e prenderam o Senador Michelini, um homem bom.
O que ele fazia, aquela estudantada que estava refugiada em Montevidéu, em Buenos Aires, trabalho pra um, pra outro, buscando ajudar e sobreviver. Prenderam Michelini. Cortaram-lhe as orelhas, os dedos, arrebentaram o cabelo, a

22.barba, e aí foram buscar o Ferreira Aldunate, que foi Senador
uruguaio, candidato a Presidente da República. O Aldunate não
estava no apartamento. Aí um jornalista nosso, Flávio Tavares,
conhecido dos senhores, ficou na porta do apartamento até chegar o Aldunate. Quando chegou, saiu com ele direto para a Embaixada inglesa, se não me engano. Cláudio Braga me telefonou de Buenos Aires. Ah, sim! Nessa noite, mataram Gutiérrez.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Mataram Gutiérrez?

O SR. PERCY PENALVO - Mataram também. Cláudio Braga me telefonou de manhã de Buenos Aires, perguntando onde estava o
doutor. Disse que estava acompanhando a matança pelo rádio. O
doutor estava lá, onde morreu. Disse que o doutor estava comigo e perguntei o porquê da pergunta. Ele disse: "Fui no

escritório e o grupo da ...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Qual era o nome do grupo?
O SR. PERCY PENALVO - AAA, Aliança Anticomunista Argentina. Tríplice A. Disse pro Cláudio que ele estava comigo, mas estava na Argentina. Chamei um piloto que trabalhava pra nós e fiz uma carta para o Dr. Goulart, contando tudo o que se estava passando. Lá na estância, o doutor não ouvia rádio e não lia jornal. Fiz um croqui pro piloto, pedindo para ir à estância para que trouxesse Dr. Goulart para onde eu estava. Era um piloto desses que voava para o Paraguai, meio aventureiro. Foi e voltou com o Dr. Goulart de noitinha.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Qual era o nome desse piloto?
O SR. PERCY PENALVO - Francisco Perussi. Nós o chamávamos de Pinóquio. Quando cheguei de fora, o Dr. Goulart estava falando com o Senador uruguaio, com Montanero. Estiveram conversando no hotel, tomando uísque. Já de noite, o Montanero
saiu. Aí meteu a mão na bolso e tirou a minha carta e pediu que contasse o que estava acontecendo. Essa carta eu lacrei para o piloto não ler o que dizia. De manhã o Cláudio me telefonou, dizendo que tinha ido ao escritório. De tarde me

23.telefonou de novo. Eu tornei a dizer que o doutor estava no
Uruguai. Aí, eles não acharam o doutor. Eles foram pegar o General Torres.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Quem ligava para o senhor era o Braga?
O SR. PERCY PENALVO - O Braga.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Ligou quantas vezes?
O SR. PERCY PENALVO - Duas vezes, de manhã e de tarde.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O dia, mais ou menos; a época, pelo menos.
O SR. PERCY PENALVO - Não, quando foi que mataram o Michelini? Vinte de maio. Então, foi 20 de maio.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA -De 76?
O SR. PERCY PENALVO -De 76.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Quando mataram o Senador Michelini?
O SR. PERCY PENALVO - Sim, porque quem matou o Michelini foram os promotores. Aí eles pegaram o Juan José Torres, que é
um ex-Presidente da Bolívia, que tinha sido derrubado pelo Banzer, que estava exilado em Buenos Aires. E mataram o Torres.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Quando foi a morte?
O SR. PERCY PENALVO - No outro dia.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA -O 21 de maio?
O SR. PERCY PENALVO - Deve ser 22 de maio. Bom, a ironia do destino... O Torres era o Presidente da Bolívia, quando

mataram o Guevara. Morreu na Argentina, matado pela Direita. Aí conversamos com o Dr. Goulart: "O senhor não pode voltar à
Argentina, o senhor não pode voltar. Se o senhor volta, o senhor morre, mas ele atendeu".
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Ele estava no hotel?
O SR. PERCY PENALVO - Estava no hotel.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Qual era o hotel?
O SR. PERCY PENALVO - Hotel Tacuarembó. Mas dali, no outro dia, ele foi para Montevidéu, o senhor entendeu?

24.**O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA** - Mas, nesse episódio do Braga, ele estava no hotel com o senhor?
O SR. PERCY PENALVO - Não. O Braga me telefonou de Buenos Aires para minha casa.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O Dr. João Goulart, no dia em que o Braga ligava, estava no hotel?
O SR. PERCY PENALVO - Não, senhor. Ele estava na estância, na Argentina, na estância onde ele morreu. O senhor
compreendeu? Ele estava lá, na estância. Foi aí que eu o mandei buscar, e ele veio para o hotel.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - E o senhor dizia ao Braga que ele estava onde?
O SR. PERCY PENALVO - Que ele estava em Tacuarembó, comigo.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Estava no hotel?
O SR. PERCY PENALVO - Não, não. Estava comigo em Tacuarembó. Ele estava na estância.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sei.
O SR. PERCY PENALVO - Quando ele veio da Argentina, ele veio para o hotel.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Há um episódio do Braga, não sei se foi o senhor que descreveu, que recebia essas informações e foi visto passando de carro em algum lugar. O senhor conhece?
O SR. PERCY PENALVO - As informações?
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor não conhece esse episódio, que ele passava de carro? Não ouviu falar?
O SR. PERCY PENALVO - Depois vamos chegar lá. Então, o doutor veio. Aí comentou uma carta que eu tinha mandado e o que estava se passando em Buenos Aires. "O senhor não pode voltar lá, doutor." Às vezes, a gente comentava o assunto e dizia: "O senhor vai, o senhor morre". O senhor vai ter que me
agüentar um pouquinho para eu explicar melhor, Deputado.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Com prazer.
O SR. PERCY PENALVO - Ele vai e me diz o seguinte: "Eu preciso que tu vás ao Brasil, pra mim". "Vão me torturar,

Número: 0773/00 Data: 19/06/00

25.doutor". "Por isso mesmo. Mas eu queria voltar. Conforme o tratamento que te dessem, seria um teste pra mim". "Então, eu vou. Sendo para uma coisa positiva, eu vou." "Então, vou falar com o Azambuja para ele abrir o caminho para ti com os milicos dele, pra tu chegares lá." "Então, tá." Aí, o Azambuja me manda essa carta aqui: "Porto Alegre, 6 de fevereiro de 1976.

Percy, um grande abraço. Aproveito a ida do meu irmão a Tacuarembó para transmitir algumas ótimas notícias. Pela ordem, passo a relatar o sucedido, após o nosso último encontro em Montevidéu. Fui, como havia combinado contigo, procurar o Coronel Solon."

Eu sei que o Coronel Solon esse dia disse que ele não me conhece, que ele nunca me viu. Ele é o Chefe da Polícia Federal do Rio Grande do Sul. Coronel Solon, Chefe da Polícia Federal do Rio Grande do Sul. Por assunto, os senhores têm informação pra mim. Aí tem ficha na Polícia Federal, consta que foste preso após o golpe que derrubou o nosso chefe; ele não foi preso. Da minha cidade, foi o único que escapou. O resto foi para um campo de concentração. Eu fui o único que eles não puderam prender. Posto em liberdade por força de um **habeas corpu**s, com vistas a viver onde passasse a morar temporariamente. Eu não fui preso. Não existe **habeas corpus** nenhum. Mas isso eram as informações que havia. Por isso o sujeito ficaria preso e era massacrado para contar o que não sabia. Aí, ele me manda, em Porto Alegre, para responder, um pequeno questionário obrigatório para oficializar seu regresso. Alguma vez eles trazem oficialmente. Após isso, vão tirar todas as questões da Polícia Federal, o sucedido, e estarás livre. Residência: primeiro, endereço, Porto Alegre; o endereço dele, o telefone, o endereço do pai, que também era um General da Reserva, e o trabalho. Este Coronel Azambuja foi como Capitão, foi Ajudante de Ordem do Dr. João Goulart. Aí, na Polícia Federal...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor permite que nós providenciemos uma cópia dessa carta?

O SR. PERCY PENALVO - Sim, senhor. Na Polícia Federal, o

26.Dr. Goulart já tinha me dito: "Se tu tiveres oportunidade, tu perguntas o que eles acham da minha volta".

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Pode providenciar três cópias, frente e verso, por favor.

O SR. PERCY PENALVO - Bom, como eu fui bem recebido e fui

bem tratado, eu fui junto com o Azambuja. Determinado momento,
eu perguntei ao Coronel: "Coronel, eu vou lhe fazer uma pergunta. Se o senhor puder me responder, o senhor me responda; se o senhor não puder, eu entendo isso aí: o que o senhor acha da volta do João Goulart? Pois é, não se concebe que doze anos depois ele permaneça fora do Brasil. O lugar dele é aqui". Uma vez houve uma tratativa do Gen. Serafim Vargas, e eles propuseram confinar o doutor em São Borja. Confinar em São Borja é o mesmo que matar, porque o doutor é um homem inquieto. O Uruguai é pequeno para ele. Digo: pois é,
mas seria... São Borja e as estâncias do Mato Grosso. Ah! Mas
isso ele vê amanhã. Não, ele tem que esperar as eleições, porque em outubro cabiam as eleições. Tem que ir para as eleições...

(Não identificado) - Percy, em que época era essa tua conversa com o pessoal da Polícia Federal?

O SR. PERCY PENALVO - Me deram isso aqui. 25 de junho de 76. A data, então...

(Não identificado) - 22 de junho, né?

O SR. PERCY PENALVO - Aí, ele vai ser procurado por políticos. Os políticos vão dizer: "Dr. Goulart disse isso, Dr. Goulart disse aquilo, e nós vamos ter que intervir e vai criar uma questão de constrangimento para nós e para o Dr. Goulart". Aí eu fiquei meio triste, porque eu sabia da ânsia do doutor em voltar. O senhor sabe que esses políticos que o senhor diz abandonaram o Dr. Goulart... Ninguém vai mais lá, a
não ser alguma cartinha de algum ex-Ministro, às vezes até do
PSD, do Governo. "Pois é, se o senhor não der um jeito de voltar por seus próprios meios, o senhor vai morrer no exílio,
porque esses políticos que estão aboletados nos cargos a que pertencem, os que estão fora, não estão preocupados com a

27.volta dos senhores." Ele disse isso.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Quem lhe disse isso?

O SR. PERCY PENALVO - Senhor?

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Quem lhe disse isso?

O SR. PERCY PENALVO - O Coronel Solon, o Chefe da Polícia Federal. Aí, eu digo a ele...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Ele falou em morrer no exílio. Ele se referia à possibilidade de um atentado ou o tempo que seria?

O SR. PERCY PENALVO - Não, não, que ele ia ficar velho lá, ia morrer de velho lá.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Certo. Tudo bem.

O SR. PERCY PENALVO - Bom, mas aí ele dizia que no outro dia das eleições o doutor desembarcasse em Porto Alegre, Rio de Janeiro ou Brasília. Aí eu disse a ele o seguinte: "Nós

estamos muito preocupados com o Dr. Goulart, porque aconteceu isso, isso e isso em Buenos Aires — eu repeti o que disse aos senhores agora. E o Dr. Goulart, que é um homem inquieto, "nós temos medo de que, de um momento para o outro, ele vá pra lá e morra" — isso eu disse ao Solon —, "que sofra um atentado". E ele entendeu que eu tinha falado que ele sofresse um atentado por parte dos brasileiros — ele entendeu —e medisse assim: "Aqui, não, não; daqui não parte nada. Agora ele não está seguro nem no Uruguai". O senhor compreendeu? Que o Dr. Goulart não estava seguro nem no Uruguai. Aí, quando voltei, conversei com o Dr. Goulart. E chegamos à conclusão de que, se o Dr. Goulart não estava seguro, pior seria o Dr. Brizola, que ainda era o mais visado. Como já estavam separados, ele dizia pra mim: "Então tu vais lá e fala com o Brizola, pro Brizola sair". Mas é outro cabeça-dura também. "Não... Mas eu daqui não saio. Eu só saio pro Brasil. Eu não estou fazendo nada." Bom, assim que eles tinham conhecimento de que podia partir alguma ação pra cima do doutor. Aí, o doutor vai pra Europa, fala com o pessoal lá. Mandou fazer uma revisão de coração, saúde...

(Não identificado) - Em que época foi isso, Percy?

28.**O SR. PERCY PENALVO** - A época eu não me lembro bem, porque ele demorou...

(Não identificado) - Agosto?

O SR. PERCY PENALVO - ...mais ou menos uns quinze dias, um mês, por lá.

(Não identificado) - Agosto? Setembro?

O SR. PERCY PENALVO - Isso deve ter sido lá por setembro, por aí, outubro... Quando voltou, ele me disse o seguinte: "Tu falas com o Brizola que o pessoal da Europa está muito preocupado com ele, e o Mário Soares tem trabalho pra ele em Portugal". Mas, quando fui falar isso pro Dr. Brizola, o Dr. Goulart já estava morto. Ele voltou da Europa e dentro de poucos dias morreu. Agora, esse dia em que ele foi pra Argentina, eu fui com ele até Bella Union, e ele passou pra Monte Caseros. De Monte Caseros foi a Libres. Eu não passei porque eu tinha estado preso em Monte Caseros. Então, eu não passei, não quis voltar mais lá. E ele foi a Libres, almoçou em Libres e foi pra estância. Aí, perto das três da manhã, recebi um telefonema, que era do Peruano — o Peruano era um guri, devia ter dezenove, vinte anos; agora ele está velho; nesse tempo ele tinha 19 ou 20 anos —, dizendo o seguinte: "O

doutor morreu. Já querem saber onde enterrar". Aí eu disse: "Brasil. Providenciem pro Brasil. Falem com o General Lanusse pra tirar ele do Uruguai, da Argentina, que eu vou falar com o Brasil". Há poucos dias ele tinha estado falando com o General Lanusse. Eu sabia que pra tirar uma pessoa morta de um país pra outro é muito complicado. Isso leva três dias de tramitação. Mas aí foi providenciado, e o doutor veio pra São Borja.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Por que o senhor tinha essa informação de que era difícil tirar alguém de um país para o outro depois de morto? O que o senhor acha da facilidade de sair...

O SR. PERCY PENALVO - Não, eu vou lhe dizer. Morreu na casa do Darcy Ribeiro, em Montevidéu, o Dr. Valdir Borges, um advogado de Porto Alegre, amigo de infância do Dr. Goulart. E

29.o Dr. Goulart levou três dias pra mandar o corpo dele pro Brasil.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Quais as dificuldades?

O SR. PERCY PENALVO - Eles criam uma série de dificuldades. Barbaridade!

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Fizeram autópsia?

O SR. PERCY PENALVO - Eles devem fazer, porque criam uma série de dificuldades. Não é fácil passar um cadáver de um país pra outro.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Precisou de um papelório grande?

O SR. PERCY PENALVO - Sim.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor acompanhou isso ou teve notícias?

O SR. PERCY PENALVO - Não, não. Eu estive lá.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Esteve?

O SR. PERCY PENALVO - Eu estive lá quando o Valdir estava morto. Eu estive...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Valdir?

O SR. PERCY PENALVO - Borges. Ele tem um filho aqui em Porto Alegre que é advogado. Ele era advogado do Dr. Goulart.

Foi companheiro de infância, de colégio e tudo. Depois do acidente que sofreu o Dr. Goulart, morreu um rapaz brasileiro, um tratorista, e eu passei pra Livramento, mas de contrabando.

Conseguimos, em Livramento, um companheiro nosso, médico, que deu um atestado de que morreu lá, e foi enterrado em Livramento.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - E sabia da dificuldade?
O SR. PERCY PENALVO - Sim. A gente conhecia. As dificuldades eu conhecia todas.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Mas foi muito fácil obter um atestado de óbito do Dr. João Goulart e tirar o corpo da Argentina?
O SR. PERCY PENALVO - Não.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Foi muito rápido!
O SR. PERCY PENALVO - O atestado de óbito não tinha problema, não é? Agora mesmo, a Neusa esteve lá em Mercedes e trouxe isso aí.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - A nós causa estranheza a velocidade com que as coisas se deram no episódio do João Goulart.
O SR. PERCY PENALVO - Bom, Mercedes é uma cidade...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor me desculpe. Eu vou interrompê-lo. O senhor estava numa linha de narrativa. O senhor acompanhou, então, de perto, essas últimas preocupações do Presidente João Goulart...
O SR. PERCY PENALVO - Sim.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - ...e ele manifestava uma preocupação porque trouxera da Europa informações de que todos estavam sob risco?
O SR. PERCY PENALVO - Não, não, não. Como nós falamos, se ele não estava seguro no Uruguai, o Dr. Brizola também. Aí ele mesmo disse que eu fosse conversar com o Brizola pra ele sair, pra ele sair, ir embora pra outro País. Mas, quando ele veio, ele deve ter conversado com o pessoal lá sobre essa situação.
Então, por isso que ele me disse: "O pessoal da Europa está muito preocupado com o Brizola".
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Isso.
O SR. PERCY PENALVO - E o Mário Soares manda dizer que tem trabalho pra ele em Portugal, entendeu? E eu falei isso com o Dr. Brizola.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Ele limitou os comentários com o senhor a esse ponto?
O SR. PERCY PENALVO - É isso aí.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Não entrou em detalhes?
O SR. PERCY PENALVO - Não, não. Não entrou em detalhes.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Que tipo de riscos?
O SR. PERCY PENALVO - Eu me lembro que esse dia em que ele foi pra Argentina — a gente se acostumou, passaram-se meses daquele assunto —, então, eu disse pra ele: "Mas,

doutor, o senhor leva dinheiro? Olha, cuidado, o senhor tem

31.que sair de Mercedes". E ele meteu a mão no bolso e me mostrou: num bolso tinha um maço de dólar, no outro bolso tinha um maço de guarani, dinheiro paraguaio. Quer dizer, ele
ia, mas ele levava dinheiro pra, numa emergência, ter que sair
rápido de lá.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Ele vivia sob um constante sobressalto? O senhor imaginava isso? Uma vez invadiram um escritório dele?
O SR. PERCY PENALVO - Não.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor teve conhecimento?
O SR. PERCY PENALVO - Não, não.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Na Argentina.
O SR. PERCY PENALVO - Não. Aí... Eles não invadiram. Eles foram lá no escritório, porque ele passava o dia por lá. Esse
escritório era em Corrientes. O Orfeu dos Santos Sales, um brasileiro, alugou todo um piso e criou um escritório pro Dr.
Goulart receber os amigos lá, mas pra valorizar o escritório.
E foi lá que foram matar o Dr. Goulart. Foram lá, ele não estava, foram embora; foram de novo, não estava, foram embora.
E aí foram pegar o General Torres. Mas, antes disso, eles puseram uma bomba no auto do General Prates, chileno, que o Prates e a senhora embarcaram no auto. Quando ligaram a chave,
a bomba explodiu e a capota do auto ficou enganchada na sacada
do sétimo piso do edifício, pro senhor ver o poder da bomba. Em Buenos Aires, se usava muita bomba.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Esses episódios foram todos seguidinhos assim? Foi uma seqüência de atentados e de morte de líderes?
O SR. PERCY PENALVO - O do Prates foi primeiro. Do Prates deu uma parada.
(Não identificado) - Tu tens a data do Prates, Neusa?
O SR. PERCY PENALVO - Não, não tenho a data, mas me lembro que foi uns meses antes. Mas, de repente, desencadeou.
De repente, pegam os tupamaros, pegam o Michelini, o Gutiérrez, o Torres...

32.**O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA** - Tudo na mesma época. Mas qual foi o último momento em que o senhor esteve com o Presidente João Goulart antes da morte dele?

O SR. PERCY PENALVO - Quando eu fui com ele.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor foi até a fronteira de onde?
O SR. PERCY PENALVO - Do Uruguai. Nós fomos de avião.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Do Uruguai? Desculpe, eu pediria para o senhor falar devagar o nome da ...
O SR. PERCY PENALVO - Bela União, em português.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Bela União.
O SR. PERCY PENALVO - É. Aí eu fiquei, e o doutor passou numa lancha pro outro lado.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor não passou?
O SR. PERCY PENALVO - Não. E o Peruano, este levou o carro pro doutor.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Que estava do outro lado?
O SR. PERCY PENALVO - Estava esperando. Levou o carro para o doutor.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Do outro lado, como é o nome da cidade?
O SR. PERCY PENALVO - Monte Caseros. O doutor embarcou e foi para Paso de Los Libres, onde almoçou, e depois foi para a
estância, que ficava a uns 110 quilômetros.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor tem notícia desse almoço?
O SR. PERCY PENALVO - Não. Eu não estava lá.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Quem estava?
O SR. PERCY PENALVO - Esse rapaz estava lá. Eu não. Eu fiquei no Uruguai.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Mas não tem notícia, não teve informação?
O SR. PERCY PENALVO - Não. Ele sabe quem estava.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Depois ele vai falar. O senhor não tem notícia?

33.**O SR. PERCY PENALVO** - Não.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Bom, aí ele sai desse almoço e vai para a estância?
O SR. PERCY PENALVO - Vai para a estância.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - E às 3h da manhã o senhor recebe um telefonema?
O SR. PERCY PENALVO - É. Eu volto para Tacuarembó de avião, vou para casa, e às 3h da manhã recebo o telefonema.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Aí, quando o senhor recebe esse telefonema, o senhor estava em Tacuarembó?
O SR. PERCY PENALVO - Em Tacuarembó.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - E o senhor permanece, vai tomar providências, coisas desse tipo?
O SR. PERCY PENALVO - Sim, eu fiquei no telefone. Avisei a uns amigos nossos no Brasil.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - A quem o senhor avisou?

O SR. PERCY PENALVO - Avisei ao Mário Dalla Vecchia e avisei ao João Vicente, em Londres. Avisei a várias pessoas. A
todos ligados a nós eu avisei. Avisei ao Dr. Brizola.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor chegou a se dirigir para a estância em que morreu o Presidente João Goulart?
O SR. PERCY PENALVO - Aí há outro episódio engraçado. Havia um chefe de polícia, um coronel que, quando mandava o outro partido, ele estava em casa, era major, ia lá para a estância, ia trabalhar conosco na contabilidade, ficava sentado no chão. Mas a política muda no Uruguai e ele é promovido a coronel e a chefe de polícia. Era considerado amigo nosso, assim, de estar sentado no chão, com nós todos lá. E, quando eu estava para sair de avião para a fronteira, o
Dr. Brizola me perguntou: "Tu vais lá de quê?" E eu: "De avião". E ele: "Não dá para levar a Neusa?" E eu: "Dá". Aí mandei buscar D. Neusa em Montevidéu, que ficava a 400 quilômetros. Aí veio ele e a D.Neusa. A gente que é brasileiro tinha que fazer a aduana, tinha que tirar licença uruguaia. E o tal Coronel? Não está, não está. Estava num

34.almoço com uns brasileiros, voltou do almoço e não queria nos
dar a saída. Em determinado momento, eu digo para D. Neusa e para o grupo: "Vamos embora".
Subimos no avião sem licença e seguimos para Uruguaiana. Descemos em Uruguaiana. Eu chego na Polícia Federal e me pediram os meus documentos. Eu não tinha nada. Ele falou: "Então, escape por essa porta'. Ele mandou, e eu escapei. Voamos de avião dois dias aqui e voltamos pra lá sem saída e sem entrada. Felizmente, não aconteceu nada. Mas, quando cheguei em Uruguaiana, que eu passei para Libres, já o corpo do doutor estava na aduana de Libres. Estava uma discussão se
passava ou não. E aí o Almino Afonso teve um bate-boca forte com o Cônsul brasileiro. E terminou passando. Assim que eu não
fui a Mercedes. Fui depois. Não me lembro em que tempo depois.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor fez menção a alguns brasileiros, dentre os quais o Braga e o Ivo Magalhães,
se não me engano.
O SR. PERCY PENALVO - Sim.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O que o senhor percebia das relações dos dois com o Dr. João Goulart?
O SR. PERCY PENALVO - O senhor sabe que eu não gosto de falar do outros, viu?
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Das relações.
O SR. PERCY PENALVO - Mas o Ivo era o homem que tratava dos negócios com o Dr. Goulart. O Cláudio tinha raiva do Dr.

Goulart, por causa disso aqui: o hotel em Montevidéu foi arrendado por dois brasileiros e um uruguaio, o Ivo e o Cláudio. Mas o Cláudio, sempre de mal com a vida, sempre bravo com os outros, não trabalhava com o Dr. Roberto. Aí quando o Orfeu montou-se esse tal escritório em Buenos Aires, essa turma de brasileiros pediu para o Orfeu dar um trabalho para o Cláudio. Então, o Cláudio foi para lá.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O Cláudio era um homem pobre?

O SR. PERCY PENALVO - Pobre. Era um ex-Deputado de Pernambuco, pobre, pobre, pobre. E foi em Buenos Aires e em

35.Montevidéu. E nós achávamos uma barbaridade, tanto que fizemos um pedido a Orfeu para dar um trabalho a ele nesse escritório em Buenos Aires.

(Não há seqüência entre os textos.)(*Troca lado de fita 2-A/2-B)*

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Por que o senhor desconfiou quando ele ligou duas vezes para saber por onde andava o Dr. Goulart naquele momento em que atentados estavam acontecendo por forças políticas?

O SR. PERCY PENALVO - Eu confiei que estava correto. Eu sabia que estava havendo operações. Achei que ele estava sendo honesto em querer saber onde estava o doutor, para avisar.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Ele estava preocupado?

O SR. PERCY PENALVO - Ele estava preocupado. Mas a gente não podia falar no telefone — nem nacional, quanto mais internacional —, porque nós estávamos cheios de serviços de informações atrás de nós: CIA, serviço de informações brasileiro, serviço de informações argentino, serviço de informações uruguaio. A Marinha tinha um, a Aeronáutica tinha outro, tinha o DOPS brasileiro. Nós éramos supervigiados. Como é que por telefone internacional ele ia estar dizendo: "O doutor está aí? Peguem ele aí".

O SR. COORDENADOR (João Luiz Vargas) - Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Percy, já estivemos conversando. Vamos tentar refazer essa questão, que achei interessante: a informação daquela sexta-feira, em que o senhor me dizia que o doutor não havia programado a ida para a Argentina. Como ele recebeu uma informação do Silveira... O Silveira era militar?

O SR. PERCY PENALVO - Sim, aposentado.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Militar aposentado uruguaio, de Montevidéu?
O SR. PERCY PENALVO -É.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O doutor estaria sendo intimado ou convocado para, naquela segunda-feira, se apresentar em Montevidéu?

36.**O SR. PERCY PENALVO** - Como o doutor já havia estado lá, tinha documento novo. Inclusive a última fotografia dele, que
eu tenho lá em casa, foi tirada por causa dos documentos que haviam arrumado. Agora, eu não sei por que ele foi para a Argentina. Acho que foi para não comparecer lá na segunda-feira, para dizer que ele não estava no Uruguai. Eu não me lembro. Talvez tenha ido para a Argentina ultimar os negócios, para voltar ao Brasil, porque lá no Uruguai estava tudo certo. Nós havíamos combinado: ele voltaria para a Europa
e eu viria para São Borja, onde o esperaria.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Bom, então, nesse dia, ele recebeu essa informação do Silveira...
O SR. PERCY PENALVO - No sábado, por telefone. Isso foi na minha frente.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Vamos rememorar um pouquinho. Ele faleceu na madrugada de segunda-feira. Domingo
ele saiu de Bella Union, Monte Caseros, Libres.
O SR. PERCY PENALVO - No sábado nós fomos a Salto comprar um gado para trazer para São Borja. Passamos o dia lá.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Gado para trazer para onde?
O SR. PERCY PENALVO - Para São Borja.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim. Salto é no Uruguai?
O SR. PERCY PENALVO - É. Eram umas 160 reses que foram compradas lá. E ele só tomou uns dias de sol quente. Ele estava magro, havia emagrecido fazendo tratamento e só tomava
água mineral. Eu estava louco para tomar uma cerveja, mas, para não provocá-lo, eu agüentava e tomava água mineral junto
com ele. Nós estávamos sentados debaixo de um barracão. Só mineral. E depois o peruano me disse que lá em Mercedes ele também tomava água mineral.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Bom, na sexta-feira, então, ele recebeu essa informação extra-oficial...
O SR. PERCY PENALVO - Não, na sexta-feira nós voltamos tarde do arremate. E aí, no sábado... Não, não. Nós voltamos

37.sábado do arremate. Sábado foi o telefonema do Silveira. E aí
nós combinamos de ir a Bela União.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O Silveira telefonou para a fazenda?
O SR. PERCY PENALVO - Para a fazenda.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E não para a sua casa?
O SR. PERCY PENALVO - Não. Para a fazenda.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O senhor tinha uma casa em...
O SR. PERCY PENALVO - Tacuarembó.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E trabalhava na fazenda?
O SR. PERCY PENALVO -É.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E o Silveira, então, avisou no sábado?
O SR. PERCY PENALVO - Avisou no sábado que um coronel — não sei quem — do Ministério do Interior queria falar com ele.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E o Silveira estava por dentro, digamos, da situação com os militares uruguaios?
O SR. PERCY PENALVO - Sim, mas o Silveira não confiava neles. Assunto político, não.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Foi nesse dia que o doutor pediu que o peruano fosse a Mercedes ver como estava a
situação? Por que ele já estava, então, se preparando para ir
a Mercedes?
O SR. PERCY PENALVO - Sim. Aí ele chamou o peruano, mandou fazer a volta para esperá-lo passar por Salto, para esperá-lo em Monte Caseros. Aí foram o Alfredo, o peruano, a D. Maria e o Dr. Goulart.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E nesse dia, depois que ele recebeu a informação do Silveira e pediu que o peruano
fosse...
O SR. PERCY PENALVO - Bom, dessa parte eu não me lembro. Aí ele ficou bravo. Por isso é que eu digo que ele foi para lá
para não ir.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim, ele ficou bravo

38.para não se apresentar no Ministério do Interior.
O SR. PERCY PENALVO - Já havia ido lá, já havia tirado documento e tudo, porque eles não queriam que ele saísse do país. Ele saía para o Paraguai, ele saía... Para a Argentina,
estava parado. Havia saído para a França. Foi na volta da França que...
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Você lembra o nome do

Silveira?
O SR. PERCY PENALVO - Parece-me que é José da Silveira.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim. E nesse dia, nesse sábado, teria recebido alguns telefonemas do Cláudio Braga na sua casa.
O SR. PERCY PENALVO - Não, o Cláudio telefonou lá para casa quatro vezes.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Nesse sábado, então?
O SR. PERCY PENALVO - Sim.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Para saber do doutor?
O SR. PERCY PENALVO - Sim, ele queria falar com o doutor. Minha esposa avisou ao doutor. Ele não quis falar com ele. "Diz pra ele que vá..." E disse um nome feio. Ele não quis falar com ele.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E o que dizia o Cláudio Braga? Que estava onde?
O SR. PERCY PENALVO - Bom, nós pensávamos que estava em Buenos Aires. Para nós, eram de Buenos Aires os telefonemas.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Estava ligando para saber do doutor?
O SR. PERCY PENALVO - Sim, ele queria falar com o doutor.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E você achava estranho, porque ele havia recebido uma informação do Silveira
de que teria de se apresentar na segunda-feira, e o Cláudio não dizia qual era o assunto que queria falar com o doutor?
O SR. PERCY PENALVO - Não, não, não. Nem a gente perguntava. Nós não gostávamos do Cláudio. Não era boa pessoa.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Bom, então ele planejou, nesse sábado, depois de vir de Salto, a ida para

39.Mercedes. Aí pediu que o peruano... E o Alfredo foi junto com
o peruano?
O SR. PERCY PENALVO - Foi.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Os dois foram de carro para saber da...
O SR. PERCY PENALVO - Aí eu fiquei em Tacuarembó e combinei com ele que no outro dia pela amanhã eu iria para a estância, de avião. Lá ele me disse: "Vamos, vamos a Bela União". Respondi: "Mas o que eu vou fazer lá doutor?" "Vamos *(ininteligíve*l)".
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim. Essa semana anterior à morte dele, Percy, ele trabalhou normalmente? Estava normal? Tinha alguma outra agitação, algum outro problema?
O SR. PERCY PENALVO - Não, estava tudo normal, tudo normal.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Tudo normal. Tanto que estava nesse arremate comprando gado. Não tinha... Esse encontro com o Dr. Brizola... Você disse que eles reataram,

que eles se acertaram. Que época, mais ou menos, foi que eles
se encontraram?
O SR. PERCY PENALVO - O encontro com o Dr. Brizola foi um dia antes de ele ir para a Europa.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Setembro, agosto, por aí?
O SR. PERCY PENALVO - Nós vínhamos à noite de Punta Del Este, e estava chovendo. Eu vinha sentado com ele no banco de
trás do auto, e eu disse para ele: "Dr. Jango..." Inclusive, quem conversava com o Brizola era eu. Todos esses anos que eles estiveram separados, eu é que conversava. O Dr. Brizola me chamava pelo telefone vermelho. "Viu, doutor, a sua família
é tão pequena, nós somos tão poucos no exílio. Separados, não
vamos voltar nunca. Vamos conversar com o Brizola". "Você sabe
onde é?" Só sabia onde era o apartamento; o edifício, eu não sabia. Aí mandou parar o carro ali. Nós descemos e fomos conversar com o Dr. Brizola, com a D. Neusa. Aí a D. Neusa chamou o Dr. Brizola, e ele disse: "Mas Neusa, tu não sabes se
ele quer conversar comigo. Ele veio conversar contigo". "Vamos
lá, Leonel", dizia D. Neusa. Nós estávamos indo. O Fontoinha(?) — o senhor conhece? —, o Badoque(?), um homem de
Pelotas e o José Guimarães, escritor, estavam com o Dr. Brizola. Aí disse: "Esperem que eu vou *(ininteligível)".*

40.Levantou-se, foi lá, e se abraçaram, Aí eu voltei para a sala
onde estava. O Josué e os outros foram mais profundos, ficaram
conversando quase uma hora. Aí o Dr. Jango foi embora, e no outro dia foi para a Europa. Quando voltou, pediu-me para dar
um recado ao Brizola, mas não deu tempo. Eu dei o recado depois que ele estava morto.
(Não identificado) - E qual era o recado?
O SR. PERCY PENALVO - O recado era que o pessoal da Europa estava preocupado com ele, que passasse alguma coisa com ele e com o Brizola. E que Mário Soares havia trabalho para ele em Portugal.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Bom, então ele tinha... Só foi feita essa programação. Ele foi para a Argentina, de acordo com o que foi relatado aqui, de avião?
O SR. PERCY PENALVO - Bom, mas tem outra, o Dr. Brizola sabe, e sabe que eu não minto, entendeu? A expulsão dele do Uruguai... Porque o Dr. Goulart é que esperava ele ser

expulso. Nós já havíamos montado todo o esquema para ele sair.
A expulsão do Dr. Brizola era para forçá-lo a ir para Buenos Aires, para matá-lo em Buenos Aires. *(Ininteligível)* os uruguaios não tinham. Isso é dito pelos coronéis da época, que
hoje estão na reserva.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Essas ações de seqüestro e morte aconteciam mais em Buenos Aires e não em Montevidéu?
O SR. PERCY PENALVO - Tanto tem fundamento que ele saiu pela Embaixada Americana, no Governo do Carter. O Carter tem aquele... lutava pelos direitos humanos, aquele negócio.... E
a Embaixada colocou 25 custódias em torno do Dr. Goulart, em torno do Dr. Brizola. Passou uma noite em Buenos Aires superguardado, porque a Embaixada sabia.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Está certo. Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Deputado Sérgio ... Pois não.
(Não identificado) - Só uma pergunta. O senhor conheceu ou ouviu falar em um tal de Vargas *(ininteligíve*l)?
O SR. PERCY PENALVO - Há outros episódios. Esses *(ininteligíve*l) dizem. Isso eu não sei, mas dizia o pessoal

41.que convivia com o *(ininteligíve*l), que pertencia a um grupo
paramilitar uruguaio que estava envolvido com os argentinos na
morte do Michelini. Tanto que o pessoal uruguaio que convivia
conosco tinha pavor deles. *(Ininteligível*.)
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Deputado Luiz Carlos Heinze.
O SR. PERCY PENALVO - Quanto mais mexe, mais cresce isso, professor.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Posso continuar. Lá em Libres, no carro que ia buscar o Presidente, havia mais alguma pessoa junto? Um tal de Alfredo?
O SR. PERCY PENALVO - Em Libres? Bom, quer dizer, no sábado o doutor disse que não ia falar com ele. Domingo... O Alfredo é um guri. Inclusive é um lustrador de sapato, que o doutor carregava sempre com ele. Ficava cuidando do carro. No
hotel, em Libres, eles entraram para almoçar: o peruano, o Dr.
Goulart, a D. Maria, e o Alfredo ficou no carro. Em determinado momento, ele disse para o doutor: Dr. Cláudio *(ininteligíve*l), o senhor quer que chame? Não, não, não *(ininteligíve*l).
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O tal do Braga?

O SR. PERCY PENALVO - O tal do Braga. Agora, no dia em que morreu o doutor, parece que às 10h30min, 11h, o Cláudio foi à estância com o pessoal de Uruguaiana.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Percy, você achou estranha, então, essa questão do Cláudio? Vamos rememorar. O doutor recebe um comunicado dizendo que tinha de se apresentar no Ministério do Interior do Uruguai. Programa, então, uma ida para a fazenda, em Mercedes, na Argentina. O Cláudio liga insistentemente, quatro, cinco vezes para a sua casa, atrás do doutor, no sábado. O doutor disse o que disse, que não queria falar com ele. Disse, inclusive, que estaria ligando de Buenos Aires, numa das vezes que ligou para a sua esposa. A Celeste dizia que ele estava em Buenos Aires, querendo falar com o doutor, e vocês estavam em Tacuarembó. No outro dia, domingo, ele é visto... Quer dizer, enquanto o doutor estava

42.almoçando... Ele teve alguma informação... Porque, como é que ele...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Eles estão em Paso de Los Libres.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Vocês estão em Paso de Los Libres, e o Cláudio Braga passa para... Foi visto na frente, passando duas ou três vezes onde estavam almoçando. E o menino, esse Alfredo, faz essa observação. Você acha meio estranha essa questão? Qual era o nome do hotel?
O SR. PERCY PENALVO - Não me lembro mais o hotel... Alejandro I. O melhor hotel de Paso de Los Libres. Pois é. Sabe o que acontece? É difícil a gente fazer uma acusação. Eu quero dizer aos senhores que se... Eu não escondo nada, porque o Dr. Goulart, para mim, não é meu patrão, é meu amigo. Inclusive, uma semana antes de morrer, ele disse para a D. Iolanda, sogra do Isac(?): "Se precisar de alguma coisa, peça para o Percy, porque só me resta ele. O resto me abandonou". Isso, uma semana antes de morrer. D. Iolanda me disse. Então, se eu tivesse um fato concreto... Mas eu não estava lá. O Cláudio, para mim, não merece a mínima confiança. O Cláudio é o tipo de homem que faz qualquer coisa. Isso eu digo na frente dele, mas eu não posso acusar que ele esteja metido nisso aí.
O doutor é um homem doente? É. O doutor estava sendo

praticamente perseguido, visado? É. A gente esperava uma ação
contra ele. Ele era um homem teimoso, não se cuidava, andava sozinho.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Ele não usava segurança?
O SR. PERCY PENALVO - Não. Ele só dizia: "Mas eu não fiz mal para ninguém. Não tenho preocupação nenhuma". Um dia, eu disse: "Doutor, cuidado. O senhor vive andando sozinho aí, a qualquer hora". Ele respondeu: "Olha, eu sou um homem concluído, já fui *(ininteligíve*l) de comprar dinheiro para o DAC. Prefiro viver dez anos menos e viver como eu gosto". E viveu dez anos menos.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Nesse negócio que ele

43.tinha no Uruguai, você tinha, além da procuração, um tipo de
sociedade, alguma coisa nessa empresa que ele tinha no Uruguai? Você era o procurador, junto com Ivo Magalhães?
O SR. PERCY PENALVO - Não, o Ivo estava com ele lá. Mas quero dizer o seguinte: se não estava o doutor, e a coisa era
meio complicada, eu falava com o Ivo, entendeu? A exportação lá é o seguinte: ele comprou uma sociedade anônima, e tinha o
diretório composto de cinco pessoas. Essas cinco pessoas eram
a D. Maria, ele, eu, a Celeste e o doutor, que foi Senador pelo Paraná, que foi Ministro do Trabalho em 1964. Como é o nome dele? O doutor é aquele... Amauri Silva. Aí o doutor fez
esses quatro darem uma procuração para ele, para assinar pelos
quatro. Então, ele assinava por todos. *(Ininteligíve*l) assina
por todos. E, na falta dele, assinava eu.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Pelos negócios que tinha?
O SR. PERCY PENALVO -Da *(ininteligíve*l).
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Voltando ao caso. Você falou no Ivo Magalhães. O Ivo, então, resolvia negócios do doutor, era advogado, trabalhava, fazia alguma ação? Ele era um homem de confiança? Qual era a sua posição...
O SR. PERCY PENALVO - Era homem de confiança do Goulart; homem de confiança. O Cláudio era um pelado. O Ivo era um homem rico. Não digo um milionário, mas um homem rico; tinha bastante dinheiro.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Tinha posses?
O SR. PERCY PENALVO - Foi para lá assim.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E era quem ajudava, prestava algum serviço e fazia algumas ações para o doutor, quando o doutor precisava dele?
O SR. PERCY PENALVO - Ele estava sempre pronto, quando o

doutor mandava: "O Ivo; chama o Ivo".
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Nos últimos meses continuava essa relação?
O SR. PERCY PENALVO - Não, sempre foi assim.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sempre foi assim?
O SR. PERCY PENALVO - Sempre foi assim.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Havia algum médico, Percy, em Tacuarembó, em Montevidéu, em Mercedes, com quem ele

44.teria se consultado nesses últimos dias, além... Ele foi à
Inglaterra?
O SR. PERCY PENALVO - Não, ele foi à França.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Foi à França e fez um **check u**p.
O SR. PERCY PENALVO - Fez um **check u**p. Veio de lá, estava meio magro, mas estava bem.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Ele emagreceu?
O SR. PERCY PENALVO - Emagreceu.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E esses medicamentos que ele comprava, que ele tomava, algum vinha da Europa, ou todos eram comprados no Uruguai ou na Argentina?
O SR. PERCY PENALVO - O Dr. Goulart gostava muito de tomar chá. Essa história de medicamento da Europa é tudo conversa fiada.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Então, ele comprava em Montevidéu ou...
O SR. PERCY PENALVO - Ele comprava medicamento uruguaio, tudo importado. Tudo vem da Alemanha...
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Ele chegou a fazer uma cirurgia com a equipe do Dr. Zerbini, no Uruguai?
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Cineângio.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Cineângio?
O SR. PERCY PENALVO - O Uruguai havia ganho uma máquina e não havia quem operasse. Aí o grupo do Dr. Zerbini testou a máquina operando o Dr. Goulart.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Isso foi em que ano? Lembra?
O SR. PERCY PENALVO - Não me lembro.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Bom, mas dali para frente ele começou... Ele tinha uma medicação controlada?
O SR. PERCY PENALVO - Ele tomava o remédio. Ele tomava.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E esse remédio, quem é que buscava o remédio, Percy?
O SR. PERCY PENALVO - Ah! Não sei.

45.**O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE** - Ele comprava, ou qualquer um buscava?

O SR. PERCY PENALVO - Ah, ele mesmo, não é?
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Quando vocês iam a Tacuarembó, ou a Montevidéu, ou a...
O SR. PERCY PENALVO - É... Ele é homem de chegar em qualquer parte. Ele era um político. Qualquer coisa, ele chegava; ele mesmo.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E essa medicação era mais ou menos controlada? Havia horário para tomar? Ele controlava? Quem controlava para ele?
O SR. PERCY PENALVO - Aí eu não sei.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Quando vocês estavam juntos?
O SR. PERCY PENALVO - Aí eu não me lembro, porque a gente não cuidava disso. Eu me lembro de que, quando fui a Mercedes,
fui procurar os remédios, compreendeu, mas não os achei. Já haviam levado. Eu me lembro... Eu vi que remédio ele tomou, mas não achei mais.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Está bom. Obrigado.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Não entendi. Ele procurou os remédios e não achou?
O SR. PERCY PENALVO - Não, eu...
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Ele. Os remédios, depois que ele...
O SR. PERCY PENALVO - Ele tinha os remédios que tomava, em Mercedes. Ele morreu. Os remédios sobraram, não é?
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - E então não sobrou nada? Como? Quem procurou? Alguém pegou?
O SR. PERCY PENALVO - Alguém pegou. Aí, quando fui lá...
(Não identificado) - O senhor procurou?
O SR. PERCY PENALVO - Eu procurei os remédios.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sabia que ele estava com esses remédios lá?
O SR. PERCY PENALVO - Sim, mas aquilo foi coisa minha.

46.**(Não identificado)** - O senhor acompanhou?
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Para onde ia, ele tinha esses remédios com ele.
O SR. PERCY PENALVO - Ele carregava uma maleta, que tinha vários tipos de remédio que ele tomava, e ele sabia.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O senhor esteve lá quantos dias depois da morte?
O SR. PERCY PENALVO - Uns tantos dias depois.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Quatro dias?
O SR. PERCY PENALVO - Não. Acho que uns quinze a vinte dias depois.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Uns quinze a vinte dias?
O SR. PERCY PENALVO - É. Aí andou lá o Flávio Bairra(?). Naquele dia, o Júlio *(ininteligíve*l).
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim.

O SR. PERCY PENALVO - Mas eu achei o Júlio meio gagá e meio com medo, não é? Não achou ele com medo? Eu fiquei com medo também. Olhei para o Júlio, porque andou um argentino por
lá, sindicando, e ninguém sabe quem é ele.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Quando?
O SR. PERCY PENALVO - Andou por Mercedes, há poucos dias.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Estiveram lá procurando esse Sr. Júlio, que era o capataz?
O SR. PERCY PENALVO - Ele foi ver se o Júlio sabia alguma coisa. E ele não corria o risco de saber alguma coisa e... Como ele não sabe, ele está meio gagá...
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O senhor antes falou do Alfredo. Alfredinho, não é?
O SR. PERCY PENALVO - O Alfredo?
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - É. Ele me chamou a atenção. O Alfredo viu o Cláudio Braga passar?
O SR. PERCY PENALVO - Sim, o Alfredo viu o Cláudio Braga passar.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E foi embora?
O SR. PERCY PENALVO - Isso o Alfredo disse para mim.

47.**O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE** - Passou uma vez e foi embora. O senhor não sabe?
O SR. PERCY PENALVO - Ele diz que passou mais de uma vez.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O senhor falou antes do Vargas *(ininteligíve*l).
O SR. PERCY PENALVO - Porque, quando eu fui a Mercedes, peguei o Alfredo e levei embora para o Uruguai.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O senhor falou do Vargas *(ininteligíve*l), que, inclusive, estaria envolvido com
a morte do Senador. Esse Vargas, realmente, nunca apareceu na
fazenda, nunca se intrometeu?
O SR. PERCY PENALVO - Esse Vargas, eu não sei, viu? Eu não o conheci. Eu conheci só um deles, e nós não nos entendemos, porque eu sabia de que lado eles estavam, não é? Mas isso foi depois que morreu o Dr. Goulart.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Ele ainda apareceu depois na fazenda, alguma coisa, ou não?
O SR. PERCY PENALVO - É esse mesmo. Um deles.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não sabe se é esse?
(Não identificado) - Vargas Garmendia(?) — é o sobrenome de uma família. São vários irmãos. Então, eu não sei a qual deles o senhor se refere.
O SR. PERCY PENALVO - Tem um que está envolvido na morte do Miquelini. Ele fazia parte desse grupo paramilitar.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não sabe o nome dele?
O SR. PERCY PENALVO - Não sei, mas os uruguaios sabem.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Gostaria de perguntar à Sra. Neusa Penalvo se teria mais alguma coisa a acrescentar nesse depoimento do Percy Penalvo.
A SRA. NEUSA PENALVO - Não, não.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Deputado Jorge.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Neusa, depois de tudo o que foi dito aqui — estive acompanhando o que o Sr. Percy

48.falou também —, penso da seguinte forma: se uma pessoa não morre de morte natural, que é o que supõe-se, o que se pensa, ao que estamos tentando chegar, ou ela morre de forma violenta — e parece que não foi o caso —, ou de algum tipo de envenenamento ou coisa parecida. A gente até se reporta àquilo que aconteceu com o próprio Napoleão. É um fato interessante.
Recentemente é que foram descobrir que ele foi envenenado. Mas não foi envenenado de uma vez. Ele foi envenenado aos poucos.
(Não identificado) - Com arsênico?
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Com arsênio. Depois, comparando aí... Naquela época, quando enviava cartas, era comum ele mandar mechas dos seus cabelos. Comparando as mechas dos cabelos, fazendo testes que hoje são possíveis de se fazer, descobriu-se que ele estava sendo envenenado aos poucos. Inclusive, até as pessoas mais ligadas a ele, que eram de sua confiança. Uma pessoa que era muito ligada a ele morreu subitamente, de uma hora para outra, e foi enterrada. Quando foram exumar o corpo, ele havia desaparecido.
Então, partindo do pressuposto de que ele teria sido envenenado, pergunto ao senhor, e também estendo uma pergunta à Neusa: ele tinha cansaço? Porque ele tinha algum problema cardíaco. O senhor conviveu com ele doze anos, até perto da sua morte. Esteve próximo naqueles momentos. Não esteve presente, mas esteve próximo. O senhor notava que ele tinha cansaço, quando fazia algum tipo de esforço físico, alguma coisa assim, ou a saúde dele era realmente boa? Ele usava aqueles medicamentos com prescrição médica? Como era a questão da saúde dele?
O SR. PERCY PENALVO - Ele não tinha cansaço nenhum. Era normal. Tanto que dormia duas horas e estava novo. Dormia duas

horas, lavava o rosto e ia tomar mate, como se tivesse passado
a noite dormindo. Era um homem de pouco sono.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Então, na semana que antecedeu a morte dele, o senhor não notou nada na saúde dele?
O SR. PERCY PENALVO - Não, nada, nada, senão eu teria visto. Eu cuidava, porque era o único que contrariava ele.

49.Entendeu como é? Eu contrariava ele.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Bom, como já foi dito aqui, pelo que o senhor deixa transparecer, ele não tinha muito cuidado com a questão do medicamento dele. Ele usava um
medicamento, normalmente. Acho que talvez nunca tenha passado
pela cabeça dele que alguém pudesse trocar o medicamento ou coisa parecida. O senhor fala da questão do Cláudio. Esse Cláudio tinha acesso aos pertences, às coisas que o ex-Presidente João Goulart usava, essa coisa toda, ou era uma
pessoa, como o senhor mesmo afirmou, que poderia fazer alguma
coisa ruim, mas que não tinha acesso direto a ele?
O SR. PERCY PENALVO - Não, não tinha acesso, não. Ele era tratado assim meio com dureza.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Na fazenda, na estância, quem mais tinha acesso a ele? Por exemplo, quem preparava a comida dele era a esposa? Era uma cozinheira? Como era preparada a comida dele?
O SR. PERCY PENALVO - Bom, lá onde eu estava havia cozinheiro, e ele morria por João Goulart. Em Mercedes. Porque
ele gostava muito de cozinhar. Ele mesmo fazia uma comida ligeiro, fazia um carreteiro. Enquanto eu fazia o mate, ele fazia o carreteiro. Essa noite, eu perguntei a ele o que havia
comido. Eu tenho uma pequena lembrança de que ele teria tomado
uma sopa, porque ele gostava muito também de tomar sopa. Mas eu conversei com o peruano e ele me falou que tinha tomado um
chá, porque havia almoçado tarde.
(Não há seqüência entre os textos.) (Troca de fita 2-B/3-A.)
(...)um homem que não tinha vaidade, que serviu ao Brasil. Nós não tínhamos Marinha, aviação, petróleo. O exército argentino já estava na fronteira para entrar, em nome
da OEA, aqui no Rio Grande, se houvesse luta. A 6ª Frota americana estava aí, a quatro quilômetros da costa. Os fuzileiros navais tinham um barco com 5 mil homens. Toda a força dos fuzileiros navais brasileiros — 5 mil homens — era

trazida em um barco só. Como é que o Dr. Goulart queria *(Ininteligível)* o País? Para quê? Por vaidade? Por irresponsabilidade? Ele era um homem de coragem, porque até para tomar uma atitude dessas é preciso ter coragem; até para
ir embora do País é preciso ter coragem, senão as pernas afrouxam e o sujeito não vai.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL

Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART

Número: 0773/00 Data: 19/06/00

50.**A SRA. NEUSA PENALVO** - Sobre a morte do Dr. Jango, nós tínhamos amigos tupamaros presos, lá de Tacuarembó. E soubemos, através de familiares dessas pessoas, que, em visita
à prisão, lá em Libertad, quando correu a notícia da morte do
Dr. Jango, eles não disseram "morreu". Disseram: "Mataron a Goulart".

(Não identificado) - Como é?

A SRA. NEUSA PENALVO - "Mataron, mataron a Goulart".

O SR. PERCY PENALVO - Na prisão?

A SRA. NEUSA PENALVO - Na cadeia, lá em...

O SR. PERCY PENALVO - Lá em Libertad?

A SRA. NEUSA PENALVO - É, em Libertad. Parece que o Rivero também comentou isso.

O SR. PERCY PENALVO - *(Ininteligível)* presos. Por incrível que pareça, essa turma, embora prisioneira, tem um serviço de informação. Os perseguidos sabem tudo o que acontece.

(Não identificado) - Então, eles sabiam, através dessa informação, que havia um planejamento, alguma coisa?

O SR. PERCY PENALVO - Claro que sabiam! Tanto que disseram "mataram". Para os tupamaros presos, mataram.

A SRA. NEUSA PENALVO - O Gutiérrez... Zelmar Michelini, que era Senador uruguaio, que foi seqüestrado na mesma data, com Ector Gutiérrez, que era o Presidente da Câmara dos Deputados. Eles não eram do mesmo partido. O Gutiérrez era "blanco" e o Michelini era "colorado". O Michelini morava no Hotel Liberty, que era o ponto de encontro. O Dr. Jango, mesmo
tendo apartamento em Buenos Aires, parava nesse hotel. O Gutiérrez morava em frente à casa do adido militar brasileiro,
quando foi seqüestrado. Havia todo o operativo militar. Certamente, essa pessoa teria uma segurança, e não foi tomada
nenhuma providência. O Hotel Liberty é perto da Embaixada brasileira e da americana. Também ninguém tomou providência, e
eles ficaram mais de uma hora, com toda a força policial, lá na frente do hotel.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Isso na captura do Michelini?

A SRA. NEUSA PENALVO - A do Michelini e a doGutiérrez

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL
Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0773/00 Data: 19/06/00
51.foram na mesma noite.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - E no mesmo lugar?
A SRA. NEUSA PENALVO - Um no Hotel Liberty e o outro no...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - É isso...
A SRA. NEUSA PENALVO - Dia 18 de maio. Eles apareceram mortos dia 20.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Em dois lugares distintos. Essa noite foi uma noite de operação.
A SRA. NEUSA PENALVO - E mais outras duas pessoas uruguaias. Uma mulher e um...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Foi nessa noite que procuraram também... foi ao longo desse dia que procuraram também o Dr. João Goulart no escritório.
A SRA. NEUSA PENALVO - O pessoal do Hotel Liberty *(ininteligível*).
O SR. PERCY PENALVO - Eles iam de dia.
A SRA. NEUSA PENALVO -É.
O SR. PERCY PENALVO - De dia.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - No mesmo dia?
O SR. PERCY PENALVO - Sim, eles iam de dia pegar o pessoal.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Isso. Eles procuraram naquele escritório de Buenos Aires.
O SR. PERCY PENALVO - Buenos Aires.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Tudo sugere que foi uma operação que visava à eliminação de algumas personalidades.
O SR. PERCY PENALVO - E como não acharam o doutor, pegaram o General Torres.
A SRA. NEUSA PENALVO - Porque eles perguntaram para o pai... Lembro-me de o senhor dizer que, no Hotel Liberty, o pessoal da recepção havia comentado que eles perguntaram pelo
Dr. Jango também.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Também pelo Jango?
O SR. PERCY PENALVO - No Hotel Liberty havia um bar ali embaixo. Então o Dr. Goulart *(Ininteligível*).
CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL
Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0773/00 Data: 19/06/00
52.**(Não identificado)** - Fala mais próximo do microfone, Percy.
O SR. PERCY PENALVO - ...dos brasileiros. O senhor compreendeu? Era o ponto de encontro do Dr. Goulart até ali.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O General Torres caiu onde? Ele foi apanhado onde?
O SR. PERCY PENALVO - Ah, eu não sei. Não me lembro.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Não se lembra se estava no Liberty também, não?

O SR. PERCY PENALVO - Não, não. Não estava no Liberty. No Liberty estava o Michelini. Eu sei porque meu pai *(ininteligível)* lá também. Só que eu não estava lá no dia do "pega".
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Nós temos isso em arquivo.
(Não identificado) - Percy, além dessas pessoas que nós estamos procurando, quem você sugere? Você alguma indicação de
pessoas interessantes de nós ouvirmos? Ivo Magalhães será uma
delas, *(ininteligível)* será uma delas.
O SR. PERCY PENALVO - Eu ouvi falar que ontem iam a São Borja ouvir o Dr. Odilo e o Bijuja. O Bijuja me disse: "Tu sabes, Percy, se me perguntarem de gado, eu sei aqui em São Borja; agora, de política, o Jango cansava de mexer comigo que
o meu pai é um caudilho e que eu não.... só tratava de gado. Eu não tenho o que dizer". E o Odilo o senhor conhece. O que vai dizer o Odil*o?* Que viu o doutor morto, se ele não fez autópsia, só olhou? Eu acho que é uma viagem longa: 600 quilômetros, quinhentos e poucos quilômetros. Então é mais fácil ir a Montevidéu. Em Montevidéu temos o Jorge Otero, um rapaz que é jornalista de política internacional. Acompanhava
todos os lugares, de dia e de noite. Foi diretor do jornal **El**
Día, que é da família *(ininteligível*), da família do atual Presidente. Agora é dono do jornal **El Diari**o, de Montevidéu. Havia começado a escrever um livro sobre o Dr. Goulart, de informações dadas pelo próprio doutor. Então, eu acho o seguinte...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor conhece Jorge Otero?
O SR. PERCY PENALVO - Demais. Serviu em Buenos Aires conosco.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Ele já conversou com o senhor sobre a morte do Dr. João Goulart?

53.**O SR. PERCY PENALVO** - Não, aí não. Inclusive ele já veio a São Borja...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Mas não conversou com o senhor sobre a morte?
O SR. PERCY PENALVO - Não, todos esses detalhes não.
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - Você só tem esse nome para indicar lá?
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Deputado Osvaldo Biolchi.
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - Em Montevidéu, o senhor só tem esse nome para indicar? Só essa pessoa?
O SR. PERCY PENALVO - Sim, em Montevidéu teria... É que o pessoal morre, não é?
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - É, infelizmente.

O SR. PERCY PENALVO - Eu sei que o Otero está vivo; o Ivo está vivo. Não sei mais.
A SRA. NEUSA PENALVO - O Valdez *(ininteligível*).
O SR. PERCY PENALVO - Ah, tem o Valdez, de Tacuarembó. É amigo particular dele. Mas nessa parte de política o Valdez não participava.
(Não identificado) - E esse inquérito lá de Curuzú Cuatiá, que....
O SR. PERCY PENALVO - Pois o... Eu soube na época...
(Não identificado - Quem era o advogado do doutor? O doutor tinha um advogado? Quem acompanhou, pelo Dr. Jango, esse inquérito?
O SR. PERCY PENALVO - Eu não sei. Não lembro quem foi também, mas me disse que lá em Curuzú havia uma carta, que eu teria de mandar para o Dr. Goulart. E me disse que a carta era lacrada. Quem levou essa carta para Curuzú, se quando ele chegou... Foi a única vez que eu lacrei uma carta para mandar para o Dr. Goulart. Quando chegou no hotel, ele meteu a mão no bolso, tirou a carta e me mostrou.
(Não identificado) - Dr. Goulart?
O SR. PERCY PENALVO - Dr. Goulart. Agora me conta o que

está acontecendo. E ele só voltou em Mercedes para morrer. Ele não ia levar essa carta com ele. Quem levou essa carta para Curuzú?
(Não identificado) - Então, aí está um fato importante, a questão da carta e a questão dos remédios que desapareceram da fazenda.
O SR. PERCY PENALVO - Mas o senhor lembra que eu já lhe disse, não é?
(Não identificado) - Sim, que em Mercedes... quer dizer, que teriam ido buscar depois da morte do doutor. Isso é um fato estranho que eu queria deixar registrado, Presidente: por que alguém ir buscar um remédio depois de a pessoa ter morrido? Com que razão? Essa é uma preocupação que ele colocava que não sabia exatamente quem foi. Quem esteve lá foi o Maneco Leães, quem esteve lá foi o Cláudio Braga. Quem mais poderia ter estado para pegar os remédios que o doutor tinha?
O SR. PERCY PENALVO - Quando fui lá, não havia mais nada.
(Não identificado) - Você foi quantos dias...
O SR. PERCY PENALVO - Mas eu fui depois, muito depois.
(Não identificado) - Sim, mas naquela semana, naquela

semana...
O SR. PERCY PENALVO - Não; naquela, não.
(Não identificado) - Sim, mas naquela semana, depois da morte, estiveram lá o Cláudio e também o Maneco Leães.
O SR. PERCY PENALVO - É, porque eu me lembro de que, quando fui lá, faltou uma série de coisas. E o *(ininteligível)*
quem levou foi fulano, entendeu?
(Não identificado) - Deixe-me fazer-lhe uma pergunta. Era possível o Presidente ter dinheiro guardado em casa?
O SR. PERCY PENALVO - Não, não. Ele tinha no bolso.
(Não identificado) - No bolso?
O SR. PERCY PENALVO - Não, não, ele tinha no bolso. Agora, eles dizem... O Júlio, que é o capataz, me disse que o
Cláudio pediu para ele as calças do doutor, para tirar os documento. Virou-se de costas para o Júlio e para o Chicão e disse que o doutor não tinha dinheiro nos bolsos. Mas, e esse
dinheiro que ele me mostrou quando eu fui para lá? Eu disse para ele: "Você vá preparado para se mandar". E ele me mostrou

55.que levava dólar e guarani.
(Não identificado) - Mais ou menos, tinha... Que quantidade de dinheiro, mais ou menos?
O SR. PERCY PENALVO - É um maço assim, dois maços de dinheiro.
(Não identificado) - O senhor não sabe precisar mais ou menos, calcular mais ou menos o valor?
O SR. PERCY PENALVO - Não, não sei, porque dólar, o senhor sabe, podia ser de dez...
(Não identificado) - Era um maço de dólar?
O SR. PERCY PENALVO - Era um maço de dólar e um maço de guarani.
(Não identificado) - Sim, mas podia dar mil dólares, 2 mil dólares ou 3 mil dólares. Alguma coisa...
O SR. PERCY PENALVO - É, 3 ou 4 mil dólares tinha que levar. Eu reclamei isso: "Se você tiver de sair de repente de
lá?" Então ele me mostrou; puxou o dinheiro do bolso e fez assim, lá do bolso de trás. Agora, a polícia disse que o Dr. Goulart não tinha dinheiro quando morreu, e ele foi enterrado
sem calçado e de pijama.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Só mais uma pergunta para o senhor. Corrija-me se estiver errado. Eu dei uma saída. Quando voltei, o senhor estava comentando a respeito disso. O
senhor chegou a ver o corpo antes de lacrar o caixão? O senhor

viu depois o caixão já lacrado? Quem foi que fechou e lacrou o
caixão? Fala-se que não abriram o caixão, não permitiram que ele fosse aberto.
O SR. PERCY PENALVO - Não, abriram em São Borja. Tarde da noite eles abriram, porque estava cheirando muito. Eles abriram. Era uma noite de verão muito forte. Aí é que entrou o
Odilo.
A SRA. NEUSA PENALVO - Numa revista da época, não me lembro se foi a **Fatos e Fotos** ou a **Manchet**e, há um comentário.
"O corpo foi embalsamado", era a manchete da notícia, e ali falava alguma coisa...
(Não identificado) - Mas foi embalsamado?

56.**O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO** - Mas foi embalsamado onde?
O SR. PERCY PENALVO - Não, não foi.
A SRA. NEUSA PENALVO - Não foi.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - É o que a **Manchete** disse. Mas isso foi feito lá?
O SR. PERCY PENALVO - Não, não. Botaram uns remédios só para não cheirar muito.
O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Concluindo, o senhor disse que não gostava do Cláudio. Por que o senhor usou essa expressão?
O SR. PERCY PENALVO - Eu posso não gostar de uma pessoa, mas não faço mal para essa pessoa. Agora, eu não gostava do Cláudio porque era safado, mau caráter. É por isso.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Quero agradecer ao Sr. Percy Penalvo e à D.NeusaPenalvo por colaborarem com esta Comissão. Gostaria até de dizer que, se nós tivermos necessidade de voltar aqui ou de convidar para uma nova sessão de depoimentos, assim o faremos. E gostaríamos
de tê-los sempre à disposição, claro, de livre e espontânea vontade. Não é uma convocação, uma obrigação, mas um dever cívico. Essa colaboração que os senhores estão dando é um dever cívico para com a Nação. Quero agradecer ao senhor e à D. Neusa. Muito obrigado.
O SR. PERCY PENALVO - Eu também quero agradecer à Comissão pelo trabalho que realiza, porque, como eu digo, estão tentando fazer justiça à memória do Dr. João Goulart. E
nós estaremos em São Borja sempre prontos. Sempre que pudermos
colaborar, podem contar conosco. Muito obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Muito obrigado. Nós temos também, nesta audiência de depoimentos, o
Sr. Rui Noé Silveira. O senhor tem alguma informação ou documentação?

O SR. RUI NOÉ SILVEIRA - Eu tenho uma documentação...
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Pode falar mais próximo.
O SR. COORDENADOR (João Luiz Vargas) - Presidente, uma

57.questão de ordem.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Pois não.
O COORDENADOR (JOÃO LUIZ VARGAS) - Permita-me fazer um registro, desculpando-me com o Rui, que também é neto do ex-Presidente Jango. Tendo relacionado antes o nome do Christopher, por uma omissão deixei de falar no Rui e, com certeza, não perdi o amigo. Mas perco os votos se não fizer este registro. *(Risos.)*
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Acabou de conquistar os votos.
O SR. COORDENADOR (João Luiz Vargas) - Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Sr. Rui, gostaria que o senhor, então, fizesse uso da palavra e passasse para esta Comissão a documentação. Certamente, vai ser importante para esse processo que estamos formando.
O SR. RUI NOÉ SILVEIRA - O que eu tenho a falar é o seguinte: na investigação que fiz em Montevidéu, tentando buscar o quinhão do meu pai na herança, juntei uma documentação. Inclusive, conversei com o Deputado Miro Teixeira e informei que vou passá-la a esta Comissão, para ajudar a elucidar alguns fatos relacionados à parte econômica.
Na época eu era muito novo. Não posso ajudar nessa parte. Mas essa documentação é oficial, do Uruguai. O Dr. Ivo Magalhães, de quem se fala bastante, era procurador do meu avô João Goulart antes e depois da morte, e o Cláudio Braga foi quem tomou conta do inventário, no Uruguai. Foi ele que comandou o inventário no Uruguai. É isso que eu tenho a falar.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Nós, então, através do Deputado Miro Teixeira...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Precisaríamos da descrição dos documentos que vão ser juntados.
O SR. RUI NOÉ SILVEIRA - É, eu gostaria que o senhor... Não sei se o senhor vai querer tirar fotocópias...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Se o senhor permitir, tiraremos cópias e, em vez de descrever, rubricaremos o que foi recebido e contaremos as folhas para saber, enfim, quantos documentos recebemos.
O SR. RUI NOÉ SILVEIRA - Quero ressaltar também que, quando eu ia ao Uruguai, eu tinha dez anos. Ia com a minha mãe. Meu pai, depois de 1964, perdeu o cargo que tinha no Correio. O meu pai chegou a ser Inspetor-Geral de Correios e

Telégrafos. Na época, até o Dr. Collares, que é muito amigo do

58.meu pai, era subordinado a ele. E aí meu pai perdeu esse cargo. A nossa família ficou carente de recursos e íamos a Montevidéu. Inclusive, numa das vezes eu estive no apartamento
do Dr. Brizola, que nos recebia lá,e o Sr.IvoMagalhães andava num fusca de cor bordô. Inclusive, ele nos levava ao Parque Rodó. Levava minha mãe para lá e para cá. Muitos anos depois, cheguei em Montevidéu e telefonei para ele do hotel, para falar sobre as terras do Paraguai. Ele apareceu lá num carro último tipo, importado e muito bem arrumado. Disse-me que já estava tudo terminado e que, se eu fosse querer alguma
coisa, eu teria de falar com os herdeiros, porque, da parte dele, ele não tinha mais nada para pagar. Depois de vários anos, a situação dele era muito diferente; depois da morte do
Presidente Jango.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Presidente, penso que esse é um depoimento que nós teremos de tomar em Brasília.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano)-O do...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O do Noé.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Do Noé.
(Não identificado) - Há mais coisa.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - É isso. Ele está em processo de levantamento de uma documentação. Hoje, vai passar
alguns documentos, apenas alguns documentos, até onde eu sei.
Seria ótimo se pudéssemos xerografar esse documento, para nos
organizar a partir do conhecimento dele. Gostaria que o depoimento do Noé não fosse feito hoje. Hoje, recolheríamos os
documentos e marcaríamos um depoimento em Brasília.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Esta Presidência está de acordo com esse pensamento. Acho que, já com essa documentação em mãos, poderemos analisar...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - E outros documentos.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - E outros que ainda teremos.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Teremos maior proveito para a apuração dos fatos.
(Não identificado) - São 44 folhas.

59.**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Germano) - Exato. Então, não será preciso *(ininteligível*).
O SR. RUI NOÉ SILVEIRA - Eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Nós vamos receber e rubricar...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Está entregando 44 folhas...
O SR. RUI NOÉ SILVEIRA - ...do inventário da associação uruguaia, e duas folhas da associação argentina.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Está certo. Então, assim fica identificada a natureza do documento. Basta xerografar.
O SR. RUI NOÉ SILVEIRA - Outra coisa que eu quero informar também é que, numa certa época, eu e o João Vicente,
o pai do Cris, intentamos contra o Sr. Ivo Magalhães. Duas vezes foi feita uma denúncia contra ele, e as duas vezes as denúncias sumiram no...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor tem cópias dessas petições iniciais?
O SR. RUI NOÉ SILVEIRA - Essas petições... Foi o que lhe falei. Estou indo a Montevidéu...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Está certo.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Quem sabe, no depoimento em Brasília, ele já vai estar com elas em
mão?
Quero agradecer então ao Sr. Rui Noé...
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Só um minutinho, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo) - Pois não, Deputado Luiz Carlos.
O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HEINZE - Foi falado ali que o Cláudio Braga é que havia, digamos assim, conduzido e comandado o inventário. No Uruguai ou na Argentina?
O SR. RUI NOÉ SILVEIRA - Bom, na Argentina ele aparece também, mas não atuando tanto quanto no Uruguai. No Uruguai, foi criada uma comissão de liquidação das empresas. A princípio, eram quatro ou cinco, mas correram em sucessão

60.apenas três. Então ele, como procurador da Denise, detinha
37,5% do diretório; o contador oficial, José Carlos Lecueder,
25%; e o João Vicente, 37,5%. Então, juntando o Cláudio Braga
e o Lecueder, a participação do João Vicente era nula. Eles faziam o que queriam lá. Compreendeu?
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Bem, mais alguma palavra a respeito do... Então vamos aguardar o convite
para o Sr. Rui Noé depor em Brasília. Quem sabe, já de posse do resto da documentação, para que possamos, então, concretizar essa investigação.
Vamos passar a palavra agora ao Roberto Ulrich. Gostaria de dizer que o senhor tem uns vinte minutos para expor suas idéias. Se não quiser fazê-lo, entraremos direto na

inquirição, nas perguntas. Fica de acordo com V.Sa.
O SR. ROBERTO ULRICH - Prefiro que vocês conduzam as perguntas.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Deputado Miro Teixeira, V.Exa. tem a palavra.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Penso que o Heinze já conversou com o peruano. Não?
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - *(Ininteligível)* encontramos ainda.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Só hoje? Senão, teria precedência. O senhor trabalhou para o Presidente João Goulart?
O SR. ROBERTO ULRICH - Trabalhar não é bem a palavra.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA -Qual é a palavra?
O SR. ROBERTO ULRICH - Convivia com ele.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Convivia com ele. Não trabalhava para ele?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não. Quem trabalha é quem ganha salário.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Não ganhava?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não. Eu convivia com ele.
(Não identificado) - Qual era o seu vínculo com ele?
O SR. ROBERTO ULRICH - Qual é meu vínculo com o caso?

61.**O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA** - Com ele.
O SR. ROBERTO ULRICH - Eu fui colega de colégio do João Vicente, no Uruguai, a partir de 1966, e se criou uma amizade
de criança. Continuamos a estudar sempre na mesma sala, no mesmo colégio, tínhamos uma amizade de fim de semana... Coisa
de criança. Então, fiquei envolvido com a família. Foi mais ou
menos assim a base, o início.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - E depois?
O SR. ROBERTO ULRICH - Eu tinha, na época, 11 anos, 12 anos. Sempre fazia parte de todas as coisas da juventude e tal. Então, mais tarde, à medida que a gente ia crescendo, a convivência na casa do Dr. Jango era... Eu me sentia como sendo membro da família.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor, daquele período de 1973 até a morte do Presidente João Goulart... Em 1973, o senhor tinha quantos anos?
O SR. ROBERTO ULRICH - Em 1973, 17 anos.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Dezessete? Já com uma boa percepção dos fatos políticos.
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, lógico, lógico. Alguma coisa a gente já percebia.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - E sentia essa preocupação da família? Soube da prisão do João Vicente? Que lhe rasparam

a cabeça?
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, escapei dessa aí.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Escapou?
O SR. ROBERTO ULRICH - Escapei por milagre. Eu fui pra Montevidéu um dia antes. Estávamos em Maldonado, na fazenda. Um dia antes eu fui para Montevidéu. Minha mãe me chamou, eu fui para Montevidéu e escapei. Fiquei sabendo pelos jornais.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sei. Mas havia comentários sobre as dificuldades políticas que a família...
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, a gente percebia até pela situação do país mesmo.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sim. Mas ouvia comentários do Presidente João Goulart?

62.**O SR. ROBERTO ULRICH** - É que eu não chegava a participar diretamente desse tipo de conversação.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Seus laços eram mais com o João Vicente?
O SR. ROBERTO ULRICH - Claro, sim, mais com o João Vicente. Percebíamos certas situações **grosso mod**o, mas, lógico, víamos a situação do país. O Uruguai estava... Pegamos
a repressão firme dos militares lá. Evidentemente, percebíamos
que havia uma situação de *(ininteligíve*l). Não era uma situação tranqüila. Realmente, os militares emanam uma opressão. Pelo menos aqueles daquela época.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Em 1976, ano em que morreu o Presidente João Goulart, o senhor esteve muitas vezes com ele?
O SR. ROBERTO ULRICH - Várias vezes.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Várias vezes.
O SR. ROBERTO ULRICH - Várias vezes.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Depois que ele chegou da França, onde fez um exame médico, o senhor esteve com ele?
O SR. ROBERTO ULRICH - Estive. Quase todas as viagens, naquela época... Evidentemente, agora, acompanhando o depoimento do Sr. Percy, a gente começa a montar um quebra-cabeça, juntar os fatos e ver a transcendência que realmente havia, porque, na época, não consegui enxergar aquilo. Eu era uma pessoa da companhia do Dr. Jango, mas, evidentemente, mais submisso, uma coisa mais sem muito envolvimento. Eu não conseguia enxergar tão longe na época, no
caso. Mas todas as viagens que ele fez, as últimas — ponte aérea Argentina/Uruguai —, acho que não deixei de ir em nenhuma. Sempre estava junto, de alguma maneira ou de outra.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Não falhou como? O senhor...
O SR. ROBERTO ULRICH - Sempre estava junto.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Viajava, ia à Argentina também?

O SR. ROBERTO ULRICH - Junto, junto, junto. Era, no caso, sempre acompanhando.

63.**O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA** - Sei. Necessariamente, o João Vicente não precisava estar. O senhor ia.
O SR. ROBERTO ULRICH - O João Vicente, na época, havia ido para Londres.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - É verdade.
O SR. ROBERTO ULRICH - Então, por isso, de repente...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor acompanhava o Presidente João Goulart, habitualmente?
O SR. ROBERTO ULRICH - Pelo fato de o João Vicente ter ido para Londres, de repente eu fiquei mais exposto a estar mais continuamente com o Dr. Jango, para eventualidades, como
dirigir o carro, ir ali ou aqui, coisas assim pequenas. Mas a
gente estava junto.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - No dia que antecedeu a morte dele — ele morreu de madrugada —, ele teve um almoço, parece.
O SR. ROBERTO ULRICH - Isso.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor foi?
O SR. ROBERTO ULRICH - Eu estava junto.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Onde foi mesmo esse almoço?
O SR. ROBERTO ULRICH - Foi na cidade de Paso de los Libres.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Paso de los Libres. Num hotel?
O SR. ROBERTO ULRICH - Na Argentina.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Num hotel?
O SR. ROBERTO ULRICH - Num hotel que agora, ela mencionando, me lembrei do nome, Alejandro I, de fato.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Alejandro I?
O SR. ROBERTO ULRICH - É, de fato.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Vocês chegaram ao Hotel Alejandro I a que horas, mais ou menos? Que dia era?
O SR. ROBERTO ULRICH - Era num domingo.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Domingo, mais ou menos a

64.que horas?
O SR. ROBERTO ULRICH - Devemos ter chegado lá por volta de uma hora e alguma coisa, perto de uma hora da tarde ou pouca coisa mais. Na base de uma hora, mais ou menos.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Quantas pessoas viajaram com o Presidente?
O SR. ROBERTO ULRICH - Quatro pessoas dentro do carro.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Quatro pessoas no carro: o

senhor, o Presidente...
O SR. ROBERTO ULRICH - A D. Maria Tereza e o Alfredo.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Alfredo? Quem é o Alfredo?
O SR. ROBERTO ULRICH - Alfredo era um rapaz que também acompanhava seguidamente o Dr. Jango. Era um rapaz assim... um
mascote, vamos dizer, no bom sentido. Sempre estava viajando,
quando a viagem não era muito longa. Ele sempre estava acompanhando a gente também.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sei. Muito longe de onde vocês estavam? Vocês estavam onde? Saíram para esse hotel de onde? Onde era a estância?
O SR. ROBERTO ULRICH - A fazenda de Mercedes? A Fazenda La Villa.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Isso, em Mercedes.
O SR. ROBERTO ULRICH - É, Mercedes. A distância...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Quanto tempo de carro, mais ou menos?
O SR. ROBERTO ULRICH - Aproximadamente, uma hora e vinte minutos; uma hora e meia, no máximo.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sei. E lá havia muita gente esperando o Presidente? Era um almoço pequeno ou um almoço grande?
O SR. ROBERTO ULRICH - Lá no hotel?
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA -É.
O SR. ROBERTO ULRICH - Não. A meu ver, foi um almoço eventual, espontâneo, nada premeditado.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Não se discutiram

65.negócios...
O SR. ROBERTO ULRICH - Pelo menos, até onde eu enxergo as coisas...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sei, mais ficaram juntos o tempo todo ali?
O SR. ROBERTO ULRICH - Ficamos; ficamos juntos, sim.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor não se afastou, a não ser rapidamente. Mas não...
O SR. ROBERTO ULRICH - Lógico, alguma coisa rápida.
O SR. PERCY PENALVO - *(Ininteligível.)*
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Por favor, deixe ele falar no microfone. Fale no microfone, Sr. Penalvo.
O SR. PERCY PENALVO - Ele quer saber se havia outras pessoas, além de você, no almoço.
O SR. ROBERTO ULRICH - Não. Outras pessoas, na mesa, sentadas conosco, não.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Era um almoço dos quatro?
O SR. ROBERTO ULRICH - Exatamente.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - E ali permaneceram?
O SR. ROBERTO ULRICH - Exatamente.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Até que horas, mais ou menos?
O SR. ROBERTO ULRICH - O tempo de um almoço normal: uma hora, uma hora e pouco.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sei. E dali foram para onde?
O SR. ROBERTO ULRICH - Dali, embarcamos no carro e seguimos viagem até a fazenda, em Mercedes.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Voltaram?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não, estávamos indo, porque Libres é a caminho. Libres é a caminho.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Da fazenda que tem o nome...
O SR. ROBERTO ULRICH - La Villa.

66.**O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA** - Mas os senhores vieram de uma fazenda com que nome?
O SR. ROBERTO ULRICH - Nós viemos de Monte Caseros.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Vieram de Monte Caseros?
O SR. ROBERTO ULRICH - Exatamente.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Indo para La Villa?
O SR. ROBERTO ULRICH - Exatamente.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - E pararam no hotel?
O SR. ROBERTO ULRICH - Passamos, porque era ponto de passagem. Libres, numa rota...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Mas ele parava habitualmente?
O SR. ROBERTO ULRICH - Foi a segunda ou terceira vez que nós paramos lá. Houve outras paradas, em outras viagens anteriores.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - E ali não conversou absolutamente com ninguém? Ninguém sentou-se à mesa?
O SR. ROBERTO ULRICH - Bom, a memória me falha, porque... Também foi comentado que o Alfredo teria visto o Cláudio Braga. Realmente...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Viu onde o Cláudio Braga?
O SR. ROBERTO ULRICH - Diz que viu na rua.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Como é que ele viu? Ele estava do lado de fora do hotel?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não, realmente o Alfredo ficou no carro. O Alfredo ficou no carro e almoçaria depois. Inclusive,
quem encostou o carro fui eu. Então, eu não entrei imediatamente junto. Fiquei encostando o carro, depois que o Dr. Jango e a D. Maria Tereza entraram no hotel. **A posterior**i,
fui, e o Alfredo ficou para trás. Depois, ele subiria para almoçar.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sei. Esse depois ele subiria para almoçar... Quanto tempo depois?
O SR. ROBERTO ULRICH - Coisa de dez minutos, cinco

minutos.
CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL
Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0773/00 Data: 19/06/00
67.**O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA** - Ele foi o quê? Manobrando o carro?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não, não. Quem manobrou o carro, quem estacionou fui eu.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Então ele ficou lá fora fazendo o quê?
O SR. ROBERTO ULRICH - Ficou lá no carro. Daí a pouco ele subiu, se a memória não falha. Ele subiu e...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Juntou-se ao grupo?
O SR. ROBERTO ULRICH - Juntou-se ao grupo e falou aquele...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Quando ele subiu, disse que...
O SR. ROBERTO ULRICH - Ele falou que teria visto o Cláudio Braga nas proximidades.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Fazendo o quê? Não disse?
(Não há seqüência entre os textos.) (Troca lado de fita 3-A/3-B)
O SR. ROBERTO ULRICH - Não. Não, eu não lembro. Não lembro.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Aí, sai o Presidente João Goulart do almoço e vai para uma estância...
O SR. ROBERTO ULRICH - Lá em Mercedes.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Em Mercedes.
O SR. ROBERTO ULRICH - Exatamente.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Aí, vocês ficam lá. Chegou alguém? Alguma conversa?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não, não, não. Nós chegamos na fazenda normalmente, como sempre chegávamos. Aí, ele já se encontrou com o Júlio — era o capataz da fazenda. Conversavam
a respeito de gado, dos negócios dele, da fazenda. Normal, não?
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sei.
O SR. ROBERTO ULRICH - Aí, a gente ficou ali, sem... Eu já não tinha mais nada a fazer, no caso. Então, ficava lavando
uma roupa, qualquer coisa eventual que poderia estar fazendo.
CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL
Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0773/00 Data: 19/06/00
68.**O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA** - Sim. Aí, ficaram conversando até tarde?
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim. Não, aí eu já não participava desse tipo de conversações. Às vezes, ficava por perto e ouvia
alguma coisa, mas não era... Eu não tinha acesso, assim... Não

teria também por que ter, porque não me tocava de perto esse tipo de negócio e de coisa. Poderia ouvir algum comentário também, até da parte do doutor, mas eu não tinha voz ativa nenhuma, no caso.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sei, mas ficava ali. Ficaram juntos?

O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Tomaram um mate?

O SR. ROBERTO ULRICH - É, a gente tomou...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Como foi? A informação que nós temos é que o Presidente João Goulart ficou conversando até tarde...

O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, sim. Isso foi fato.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - ...tomou um caldo.

O SR. ROBERTO ULRICH - Isso.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor estava?

O SR. ROBERTO ULRICH - Estava, estava lá. Ele... A gente, inclusive, jantou e... Costumeiramente ele tomava sempre um chá«áÏ〈=_〉⌠〈®á〉〈á. Chá de boldo...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - À noite?

O SR. ROBERTO ULRICH - ... chá de alguma erva, sempre tomava.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sim.

O SR. ROBERTO ULRICH - Gostava muito de chá de boldo. Só que eu não fiquei até o fim da conversa, porque era conversa mais de negócio. Não tocava a mim em nada.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Entre o Presidente João Goulart e o Júlio?

O SR. ROBERTO ULRICH - E o Júlio, o capataz da fazenda.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O capataz.

69.**O SR. ROBERTO ULRICH** - O capataz da fazenda. Depois eu me retirei para dormir e lá pelas duas e pouco da manhã fui acordado pela D. Maria Teresa.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - E aí?

O SR. ROBERTO ULRICH - "Peruano, peruano, o Dr. Jango está passando mal, está sentindo mal". Aí, eu fui correndo no
quarto — o meu quarto era do lado oposto, do outro lado do pavilhão da casa. Quando chego no quarto, também nesse momento
chega o Júlio. Ele dormia em outra casa bem próxima, do pessoal da fazenda. Aí, nós chegamos juntos, e eu vi o doutor... Eu fiquei só olhando e vi o doutor dar os últimos suspiros, como se diz. Aquela ronquidão... Fiquei assim meio atônito e disse: "Bom, tem de buscar um médico".

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Ele apresentava falta de ar?

O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, tipo uma ronquidão...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Ele se debatia, alguma coisa assim?

O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, se debatendo, mas dormindo, no caso. Não estava com os olhos abertos. Dormindo assim, com os olhos fechados mesmo. A lembrança que eu tenho é que ele estava de olhos fechados, deitado na cama, e com ronquidão, como se estivesse faltando ar ou coisa parecida.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Tentando respirar pela boca, talvez?

O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, alguma coisa...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Tentando aspirar?

O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, alguma coisa desse tipo. Aí, eu vi aquele quadro. Peguei o carro e falei para a D. Maria Teresa: "Tem de buscar um médico, tem de buscar um médico". Aí, eu peguei o carro e fui para a cidade, distante uns quatorze ou quinze quilômetros da fazenda. Ali eu procurei um cidadão que fazia negócios com o Dr. Jango, porque eu não tinha um ponto de referência. A gente não freqüentava essa cidade. No Uruguai, em outras cidades, teríamos até um conhecimento maior. A gente não freqüentava muito essa cidade.

70.Então, eu não tinha um conhecimento tal para procurar um médico diretamente. Aí, eu fui à casa do Sr. Martín Cehman. Eu sabia que esse cidadão tinha feito alguns negócios com o Dr. Jango. Era um ponto de referência esse cidadão da cidade, de idade e tal. Então, eu fui às pressas à casa dele. Conhecia bem o endereço dele. Eu acordei Don Martín e disse: "Don Martín, o Dr. Jango está passando mal, o Dr. Goulart está passando mal, está passando muito mal. Precisamos de um médico". Aí ele me indicou... Não sei de que maneira — a memória me falha — o médico veio, mas eu o levei à fazenda. Não sei se fui buscá-lo ou...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor levou só o Sr. Martín ou levou o médico?

O SR. ROBERTO ULRICH - Não, levei o médico.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Levou o médico?

O SR. ROBERTO ULRICH - Levei o médico para a fazenda. Chegamos na fazenda e o médico entrou, lógico, no quarto. Olhou o corpo lá e eles... Lembro bem que ele levantou a planta do pé, fez uns movimentos com um instrumento — uma caneta ou alguma coisa parecida —, e não houve reação. Mexeu nos olhos, nas pálpebras, mexeu um pouco no corpo, no tórax dele e constatou que estava morto. Olhou para a D. Maria Teresa e disse: "A pessoa está morta". Aí, foi aquela correria.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O Presidente João Goulart apresentava... Nesses momentos finais, havia alguma substância saindo pelo nariz ou pela boca?

O SR. ROBERTO ULRICH - Não me lembro. Acredito que não.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sim.

O SR. ROBERTO ULRICH - Se houvesse, até me lembraria. Não me lembro. Não me lembro de nada que...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - É, ele vestia pijama, como já disse o Penalvo no depoimento...
O SR. ROBERTO ULRICH - Ele estava...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - ...já com o corpo colocado no caixão. Há coisas obscuras nisso tudo aí. Você se lembra mais ou menos como ele estava? Se ele estava de pijama...

71.**O SR. ROBERTO ULRICH** - Não, ele estaria de pijama, mas com o pijama desabotoado, no caso. Aqui, o tórax estava...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sim, isso no momento do atendimento.
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, sim, claro, claro.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - É isso. Bom, aí, o senhor volta com o médico, constata, e começam as providência para...
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, aí eu voltei para a cidade. Não me lembro se voltei com o médico. Não me lembro. Voltei para a cidade de novo, para comunicar...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Quem mais estava, a essa altura, na estância?
O SR. ROBERTO ULRICH - Continuavam as mesmas pessoas. O mesmo pessoal, mais o médico.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O Júlio, o senhor...
O SR. ROBERTO ULRICH - Mais o médico. Só.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Mais o médico.
O SR. ROBERTO ULRICH - Mais o médico.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - D. Maria Teresa.
O SR. ROBERTO ULRICH - Exatamente. Aí, eu voltei para a cidade, para providenciar o... Fui novamente ao Sr. Martín, e
o médico... Não sei se o médico voltou comigo. Eu não me lembro dessa parte.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sim.
O SR. ROBERTO ULRICH - Se o médico voltou ou não. Aí, nós ficamos de tomar as providências. Primeiro, dar os telefonemas...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O Sr. Martín fazia o quê? Qual era o primeiro nome do Sr. Martín?
O SR. ROBERTO ULRICH - Martín Cehman. Martín...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Cehman?
O SR. ROBERTO ULRICH - É. Martín era o nome dele.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O nome dele?
O SR. ROBERTO ULRICH - Nome. Cehman, sobrenome.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O que ele fazia lá?

72.**O SR. ROBERTO ULRICH** - O Sr. Martín?

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA -É.
O SR. ROBERTO ULRICH - Era um comerciante de gado e fazenda...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Comerciante de gado?
O SR. ROBERTO ULRICH - É, isso.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Certo.
O SR. PERCY PENALVO - Com licença. O Dr. Martín foi o que vendeu a estância para o Dr. Goulart. Era um homem... Tinha mais duas estâncias: uma de 13 mil hectares e outra menor. Fazia os negócios de gado com o doutor, ou por intermédio do Dr. Martín. E quanto ao Dr. Goulart, saía uma baba branca pela
boca dele.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Mas isso depois. Era o que eu estava... Esse dado eu tenho. Eu estava querendo checar como é que estava lá no momento do falecimento. Pelo que sabemos, a irmã, D. Landa(?), recolheu o material num lenço, dizendo que o examinaria. Não sabemos, enfim, se houve exame,
se não houve, se ela detém ainda a posse desse lenço ou não. Mas, aí, o senhor permanece ao lado da família, ao lado de D.
Maria Teresa. O senhor telefonou pra alguém?
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, ali, no caso... Ali na fazenda não havia telefone. Aí, eu voltei para a cidade novamente, com a triste notícia. Aí...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - A que horas mais ou menos?
O SR. ROBERTO ULRICH - Ah, isso seria já por volta de três e meia, quinze para as quatro da manhã.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor foi chamado em torno de duas da manhã?
O SR. ROBERTO ULRICH - É, duas... Pouco mais de duas horas, por aí. Aí, eu voltei para a cidade e de novo fui à casa do Sr. Martín. Falei até com o filho dele também — o Abelito. Abelito, não era? O Abel — para nós providenciarmos os telefonemas para avisar às pessoas, comunicar o fato. Aí, foi ligado para o Sr. Percy. Se não me engano, foi a primeira
pessoa...

73.**O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA** - A que horas mais o menos o senhor ligou para o Sr. Percy?
O SR. ROBERTO ULRICH - Deve ter sido perto de 4 horas.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Perto de 4 horas.
O SR. ROBERTO ULRICH - Perto de 4 horas, ou coisa parecida.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Quem foi a primeira pessoa a chegar à fazenda?
O SR. ROBERTO ULRICH - A primeira pessoa... Bom, depois eu acredito que tenham vindo o Sr. Martín, o Abel, todo mundo
para...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sim, esses estavam lá...
O SR. ROBERTO ULRICH - Estavam lá...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - ... e foram procurados pelo senhor, para comunicar a morte.
O SR. ROBERTO ULRICH - Claro. Depois foi comprado o caixão. Na seqüência foi comprado o caixão numa funerária. Fui
eu que escolhi o caixão.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Mas começou a chegar gente a que horas mais ou menos?
O SR. ROBERTO ULRICH - Bom, deve ter começado a chegar gente lá quando clareava o dia.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Não se lembra?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não. Horários, não.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Quem são as pessoas também?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não, também não consigo lembrar se as primeiras... Assim, por ordem, não lembro se... Não consigo
lembrar... Tenho...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O senhor conheceu o Sr. Cláudio Braga?
O SR. ROBERTO ULRICH - Conheci.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Ele esteve lá?
O SR. ROBERTO ULRICH - Esteve, esteve.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Esteve lá. A que horas ele

chegou, mais ou menos?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não, a hora não sei precisar. Chegou...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Foi um dos primeiros?
O SR. ROBERTO ULRICH - Deve ter chegado no meio da manhã, coisa parecida; próximo ao meio-dia.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Próximo ao meio-dia?
O SR. ROBERTO ULRICH -É.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - É...
O SR. ROBERTO ULRICH - No meio da manhã. Não sei precisar a hora. Às 10 horas, mais ou menos...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O corpo do Presidente João Goulart ficou na fazenda...
O SR. ROBERTO ULRICH - Ficou lá.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - ...até que horas mais ou menos?
O SR. ROBERTO ULRICH - Até a hora de nós irmos embora.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sim, que horas eram?
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, claro. Nós devemos ter saído de lá por volta de meio-dia, mais ou menos; meio-dia e alguma
coisa, próximo ao meio-dia.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Próximo ao meio-dia.

O SR. ROBERTO ULRICH - O cortejo, não é?
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sim. Rápido assim?
O SR. ROBERTO ULRICH -É.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Ele morreu às 2 horas da manhã, mais ou menos...
O SR. ROBERTO ULRICH - Exatamente.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - ...e ao meio-dia o corpo já estava no caixão, com atestado de óbito e...
O SR. ROBERTO ULRICH - Bom, essas partes burocráticas eu não...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - E...
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, a rapidez é...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - ... já *(ininteligíve*l).
O SR. ROBERTO ULRICH - ...foi isso aí. O horário é mais

75.ou menos isso aí.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - É mais ou menos isso. Em dez horas ele passa mal...
O SR. ROBERTO ULRICH - Exatamente.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - ...é chamado o médico...
O SR. ROBERTO ULRICH - Exatamente.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - ...é diagnosticada a morte...
O SR. ROBERTO ULRICH - Exatamente, é mais ou menos isso aí.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - ...providenciam o atestado de óbito, é comprado o caixão e é retirado da fazenda o corpo
do ex-Presidente João Goulart.
O SR. ROBERTO ULRICH - Exatamente. É mais ou menos isso aí mesmo.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Em dez horas, mais ou menos. Isso já era o dia...
O SR. ROBERTO ULRICH - Seis de dezembro.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Como?
O SR. ROBERTO ULRICH - Seis de dezembro.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Foi na madrugada do dia 6.
O SR. ROBERTO ULRICH - Isso.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Então, ao meio-dia do dia 6 ele sai da fazenda.
O SR. ROBERTO ULRICH - Mais ou menos, não é?
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Mais ou menos.
O SR. ROBERTO ULRICH - Eu não consigo precisar bem, não.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Mas vamos voltar ao Sr. Cláudio Braga.
O SR. ROBERTO ULRICH - Pois não.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O Sr. Cláudio Braga chega a troco de nada? Quem falou com ele? Como ele soube?
O SR. ROBERTO ULRICH - Bom, aí eu não consigo precisar isso aí. Não sei como é que ele soube. Não sei.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sabe se ele chegou

76.sozinho?
O SR. ROBERTO ULRICH - Eu não sei se ele chegou com o pessoal lá da família do Sr. Martín... Eu não consigo precisar. A memória não vai até lá. Não consigo detalhes, assim...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Mas o Sr. Martín...
O SR. ROBERTO ULRICH - Mas o Cláudio esteve.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA -...Martín é o Martín Cehman.
O SR. ROBERTO ULRICH - Martín Cehman.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Mas ele vivia nas imediações.
O SR. ROBERTO ULRICH - O Sr. Martín?
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Próximo do...
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, ele morava na cidade de Mercedes, a quatorze, quinze quilômetros.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sim, mas o Cláudio Braga não morava em Mercedes, aparentemente.
O SR. ROBERTO ULRICH - Não. O Cláudio Braga nunca morou lá.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Nunca morou em Mercedes?
O SR. ROBERTO ULRICH - Nunca morou.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - É... Mas ele estava em Buenos Aires, em Pasos de los Libres.
O SR. ROBERTO ULRICH - Exatamente. Segundo...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - No sábado.
O SR. ROBERTO ULRICH - O Alfredo falou que o teria visto, no caso.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Em Pasos de los Libres?
O SR. ROBERTO ULRICH - É, um dia antes. Eu não lembro...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - No sábado. Não era sábado?
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, sábado.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Era sábado, no almoço.
O SR. ROBERTO ULRICH - Domingo, domingo, domingo.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Domingo, domingo.

77.**O SR. ROBERTO ULRICH** - Domingo, domingo, domingo.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Domingo. Domingo para segunda. Na segunda-feira é que falece o Presidente João Goulart, não é?
O SR. ROBERTO ULRICH - Poucas horas de diferença, não é?
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Isso.E o Sr.Braganão revelou nada, não conversou, não chegou a ter um contato com você? Como é que foi? Como é que ele soube? Não há notícia disso? Isso vale para você também, Penalvo.
O SR. ROBERTO ULRICH - Não, eu não... Ele não dirigia

tanto a palavra para mim, não.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Chegou muita gente de fora?
O SR. ROBERTO ULRICH - Chegou, chegou gente. Depois das 10 horas da manhã, deveria haver umas 25 ou 30 pessoas, de repente.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Mas todas ali de Pasos de los Libres...
O SR. ROBERTO ULRICH - Chegou pessoal de Uruguaiana também, eu acredito, que eu tenha visto...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Chegou gente de Uruguaiana também?
O SR. ROBERTO ULRICH - Havia uns fazendeiros amigos do Dr. Jango que chegaram lá, sim.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sim.
O SR. ROBERTO ULRICH - O Manoel Saresian(?) também chegou. Chegou, sim. Chegou lá naquele horário da...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Todos foram ao quarto em que estava o corpo do Presidente João Goulart e ficaram ali prestando as homenagens a ele?
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, claro. Exatamente.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Então, muita gente entrou?
O SR. ROBERTO ULRICH - Bastante gente, não; muita gente, não. Até lembro agora, a D. Maria Teresa tentou preservar um pouco o quarto. Não entrou todo mundo. Entraram as pessoas

78.mais chegadas à família, de repente.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Aí você disse que compraram o caixão. O caixão é levado para lá...
O SR. ROBERTO ULRICH - Pois não.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O corpo é colocado no caixão e é velado em algum momento ali? É levado para a sala,
por exemplo?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não, não. Sempre no quarto.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - No quarto mesmo?
O SR. ROBERTO ULRICH - É. Aí a empresa funerária ajeitou-o no caixão. Dizem que botaram formol ou coisa parecida, para preservar o corpo, não é? Mas eu não participei. Não fui, não fui...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sei, ouvia apenas.
O SR. ROBERTO ULRICH - Claro, aquela correria... A gente não tinha um discernimento bem claro do que realmente estava acontecendo assim, de fato, dando a transcendência. A gente não media realmente as coisas, na época, não.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sei.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Só uma pergunta. Uma pergunta só.
O SR. ROBERTO ULRICH - Pois não.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Por mim, por enquanto, é suficiente. Se for o caso, voltarei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Deputado Jorge Pinheiro.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Precisamente, a que horas ele foi dormir? Você lembra mais ou menos?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não, eu fui primeiro.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Você foi antes dele?
O SR. ROBERTO ULRICH - É. Eu fui primeiro que ele.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - O Sr. Percy disse que ele costumava dormir tarde.
O SR. ROBERTO ULRICH - Costumava.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Normalmente, ele deitava tarde, não é isso? Vamos supor que ele tenha se deitado à

79.meia-noite. Em questão de duas horas, já que foi em torno de 2
horas e pouquinho...
O SR. ROBERTO ULRICH - Isso.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Um pouco depois de 2 horas ele começou a passar mal, você foi acordado pela esposa
dele, ele estava sentindo falta de ar e aquela coisa toda.
O SR. ROBERTO ULRICH - Certo.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Normalmente, Sr. Percy, era mais ou menos em torno de meia-noite que ele deitava? Era
esse horário aproximadamente? Seria isso?
O SR. PERCY PENALVO - É, ele não ia dormir cedo, não. É...
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Não dormia cedo.
O SR. PERCY PENALVO - Não, não. Cedo, não.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Então, a gente pode supor que, em questão de duas horas, aproximadamente, ele passou mal
e faleceu.
O SR. ROBERTO ULRICH - Acredito que sim.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Deitou bem, normal, tranqüilo, sem sentir nada. Um homem, pelo que dizem, aparentemente saudável, em questão de duas horas, passou mal...
O SR. ROBERTO ULRICH - Exatamente.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - ...e veio a falecer. Num depoimento que o filho do ex-Presidente deu em Brasília...
O SR. ROBERTO ULRICH - Pois não.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - ...a família foi... Você foi amigo do filho dele, não é?
O SR. ROBERTO ULRICH - Pois não.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Você estudou junto com ele, aquela coisa toda.
O SR. ROBERTO ULRICH - Certo.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - A família foi para a

Inglaterra porque havia ameaças contra familiares de exilados,
que estavam sendo seqüestrados, aquela coisa toda. Ele achou

80.por bem mandar a família para a Inglaterra, porque era mais
seguro. Está correto?
O SR. ROBERTO ULRICH - Pois não.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Uma coisa que me chamou a atenção no depoimento dele em Brasília foi a questão das cartas. Ele menciona que o pai, poucos meses antes de morrer,
em cartas, manifestava o desejo de ele, inclusive, retornar ao
Brasil. Como você foi amigo do filho dele e convivia com o ex-Presidente, ele comentava a respeito dessas cartas com você? Dizia como estava o filho dele na Inglaterra? Falava alguma coisa sobre as correspondências que ele mandava para o
filho?
O SR. ROBERTO ULRICH - É, alguma coisa a gente ficava sabendo, de algumas cartas e tal. Inclusive, quando ele esteve
em Londres... Por acaso, o Dr. Jango esteve em Londres para o
nascimento dele ali.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Como?
O SR. ROBERTO ULRICH - Ele foi especificamente para o nascimento dele ali, pelo que eu sei, até onde eu sei. Depois
ele trouxe uma carta... Foi até uma fita cassete que o João Vicente mandou para mim, falando, em vez de escrever. Então, fez uma carta falada, no caso, não é?
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Através de uma fita cassete?
O SR. ROBERTO ULRICH - É, uma fita cassete e tal. Mas assim, de eu saber de cartas pessoais, não. Eu não sabia de...
Poderia até haver, mas eu não tomei conhecimento.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Não tomou conhecimento.
O SR. ROBERTO ULRICH - Não.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Ele mencionava também que o ex-Presidente mandava as cartas e colocava o próprio nome no
lugar do remetente. Mas quando ele recebia cartas da família,
pedia que ela as mandasse para um outro endereço. Era uma outra pessoa que recebia as cartas e repassava para ele. Parece que ele tinha o cuidado de, quando recebia correspondências do filho, pedir que não fossem endereçadas

81.diretamente a ele, mas a uma outra pessoa. E essa pessoa, então, passava as cartas para ele. Mas as cartas que ele mandava para a Inglaterra eram remetidas com o nome dele, com
o endereço dele. Você tinha algum conhecimento sobre isso?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não, não. Esses detalhes, não.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Onde ele postava as cartas normalmente? Você chegou alguma vez a acompanhá-lo, a levá-lo à agência dos Correios para ele postar suas correspondências para a família?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não, também não.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Também não.
O SR. ROBERTO ULRICH - Não lembro. Não consigo lembrar. De repente, sem querer... Eu até posso ter levado, ter ido junto, mas na memória... Não percebi isso aí. Não tinha esse... Não é do meu conhecimento.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Está bom.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Eu gostaria de fazer uma pergunta.
O SR. ROBERTO ULRICH - Pois não.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Quando o Deputado Miro Teixeira fazia as perguntas, ficou uma dúvida. O
Cláudio sabia que vocês estavam viajando para a fazenda e ele
não fazia aquele trajeto?
O SR. ROBERTO ULRICH - Bom, eu não sei, não. Não sei se ele saberia ou não.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - E mais: essa viagem que vocês estavam fazendo nesse dia foi divulgada?
Alguém falou para alguém? Alguém sabia dessa viagem, assim...
O SR. ROBERTO ULRICH - Não. O Dr. Jango me escalou para fazer a viagem em Punta del Leste, de carro. Eu tinha procuração para passar. Era um carro de placa uruguaia, e eu tinha uma procuração para entrar na Argentina. E aí ele pediu
para eu ir na frente: "Você passa em Tacuarembó primeiro e de
lá deve seguir para a Argentina". Aí eu passei em Tacuarembó.
Eu não me lembro bem, acho que falei com D. Celeste, a esposa
do Sr. Percy. E me disseram: "Não, pode seguir..."
O SR. PERCY PENALVO - Por telefone.
O SR. ROBERTO ULRICH - Por telefone, é. Aí, me deram a

82.ordem para seguir para a Argentina, para ir a Monte Caseros
esperar o Dr. Jango, no outro dia. Em Monte Caseros.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Quer

dizer que não...
O SR. ROBERTO ULRICH - Aí, segui minha viagem. Eu e o Alfredo. O Alfredo junto. A viagem de carro, do Uruguai até Monte Caseros, foi feita por mim e pelo Alfredo, só.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Nesse percurso, nesse período aí...
O SR. ROBERTO ULRICH - Viagem normal.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - ...não houve nenhum contato com Cláudio Braga?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não, não.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - De jeito nenhum?
O SR. ROBERTO ULRICH - Da minha parte, impossível. Não teria por quê.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Porque o *(ininteligível)* também falou que o ex-Presidente não dava muita atenção para o Cláudio Braga. Foi isso, mais ou menos, que foi dito aqui... Não, foi o Percy que falou.
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, o Percy falou.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Que não dava muita atenção para ele. Quer dizer, não dava muita importância. Então, não dando muita importância, certamente não deve ter falado com ele a respeito dessa viagem para a fazenda.
O SR. ROBERTO ULRICH - Acredito que não tenha falado, devido à situação, às circunstância. Acredito que ele tenha usado o bom senso de não ter falado.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - De não ter falado.
O SR. ROBERTO ULRICH - Claro, lógico.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano)-E causa estranheza...
O SR. ROBERTO ULRICH - Porque, hoje, a gente enxerga as

83.coisas com outros olhos.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Claro.
O SR. ROBERTO ULRICH - Lógico, eu estava aí... Na época, para mim, era uma viagem normal, como fosse a outro lugar; sem
problema.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano)-É claro. O que causa estranheza, hoje, como estamos conversando e temos
essa visão...
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim .
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Aquela situação daquele tempo, essa maneira com que o Presidente tratava o Cláudio Braga, que não dava muita importância... Quer dizer, ele, vivendo sobressaltado nessa viagem, a ponto de, de um momento para outro, ter de fugir de onde estivesse,

seja do Uruguai, seja da Argentina, para a Europa, talvez, e o
Cláudio Braga aparecer exatamente no meio dessa viagem, não chegar até o Presidente, pelo menos para cumprimentá-lo...
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, é de se estranhar.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Não é de estranhar?
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, com certeza.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Se ele estava ali...
O SR. ROBERTO ULRICH - Com certeza.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - ...o natural seria ele chegar lá, cumprimentar o Presidente e tal.
Não é?
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, com certeza.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Para o Presidente saber que ele estava ali, alguma coisa. Quer dizer,
se ele se fez passar por ali sem ser percebido, e diante dessa
situação toda...
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Outra coisa que ficou na minha cabeça foi o fato de você ter dito que manobrou o carro. E quem ficou no carro, por algum tempo?

84.**O SR. ROBERTO ULRICH** - Foi o Alfredo.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - O Alfredo.
O SR. ROBERTO ULRICH - O Alfredinho, como a gente chamava.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano)-É o Alfredo. Quer dizer, o Alfredo ficou lá no carro sem um motivo
aparente. Não havia motivo para ele ficar lá.
O SR. ROBERTO ULRICH - É, não havia.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Então, veja bem — vamos construir a coisa —, não havia motivo para o
Alfredo ficar no carro e não havia motivo para o Cláudio Braga
passar por ali sem ir lá cumprimentar pelo menos o Presidente... Por que essas coisas aconteceram assim, de maneira tão suspeita? Ficou uma coisa suspeita.
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, realmente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Não é?
O SR. ROBERTO ULRICH - Hoje, a gente vê com mais clareza.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Não é verdade? E logo nesse mesmo dia acontece a morte do

Presidente, na madrugada. Fica uma coisa assim... Será que não houve um envenenamento?

O SR. ROBERTO ULRICH - A dúvida fica aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Sei lá, na minha cabeça não consegui montar direitinho esse negócio. Por que o Cláudio Braga não foi cumprimentar o Presidente.

O SR. ROBERTO ULRICH - Eu também não entendi. Realmente, não, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Por quê? Por que o outro ficou no carro, um tempo, sozinho? Por que ele ficou lá sozinho? Quando o Presidente viajava, ele levava o remédio?

O SR. ROBERTO ULRICH - Esporadicamente, eu o via tomando remédio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - É possível ele ter deixado o remédio no carro quando ele foi

85.para a churrascaria ou para o restaurante comer?

O SR. ROBERTO ULRICH - Poderia ser, mas eu acho que, se ele tivesse remédio, botava no bolso. Não me lembro de ele botar remédio em porta-luvas, essas coisas assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Lembra se, no restaurante, ele tomava o remédio?

O SR. ROBERTO ULRICH - Não, naquele dia tomava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Era costume dele estar...

O SR. ROBERTO ULRICH - ...água mineral. Não, ele não era uma pessoa assim... Ele tomava remédio na hora em que achava que tinha de tomar. Eu me lembro de que ele não era de tomar remédio de oito em oito horas, coisas assim controladas, não é? Ele era um pouquinho mais... Ele não era muito controlado para tomar os remédios dele. Por isso eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Sr. Percy ou D. Neusa, querem falar alguma coisa nesse sentido?

O SR. PERCY PENALVO - Vou fazer um pequeno comentário, mas, primeiro, vou explicar. Ele tinha uma maleta, dessas de *(ininteligível*), onde carregava remédios, papéis...

(Não identificado) - Uma maleta executiva, não é?

O SR. PERCY PENALVO - Essa maleta executiva, que ele carregava com ele. Só para fazer um comentário, o Dr. Goulart tinha preocupação com Buenos Aires. Numa noite de inverno, em Punta del Leste, chovia muito, e o Dr. Waldir Pires chegou da França. Nós estivemos conversando até quase 2 horas — eu, o Dr. Goulart e Waldir. Fui à cozinha pegar gelo, ele foi atrás e me disse: "Provoque o Waldir, para eu provocar a política e

fazê-lo falar". Em vez de ele perguntar, mandou eu provocar. O
Dr. Waldir começou a conversar, e conversamos até às 2 horas.
Mas aí veio o comentário de Buenos Aires, e eu digo o seguinte: estou preocupado é com o Almino Afonso. Eu o vi na Calle Lavalle, pela calçada, e vão matá-lo, hein? E aí o doutor concordou que eles iam pegar o Almino. Então, ficou acertado, nessa hora, que o Dr. Waldir, no outro dia, ia a Buenos Aires combinar com o Almino. O Almino iria a Libres, e
eu me encarregaria de tirá-lo de lá, porque tínhamos gente

86.para tirar clandestinamente de um país para o outro, de avião,
de carro e tudo. Aí, o Dr. Waldir voltou e avisou que não era
preciso tirar o Almino, porque o irmão tinha conseguido que ele descesse no Aeroporto de Viracopos, em São Paulo. Já estava acertado no Brasil. Para o senhor ver como o Dr. Goulart tinha certeza de que matavam mesmo, porque mandou o Dr. Waldir lá, e é fácil o senhor conversar com ele.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O Dr. Waldir Pires tem acompanhado os trabalhos da Comissão. Ele não é membro, mas tem ido à Comissão.

O SR. PERCY PENALVO - E o Alfredo ficava sempre no carro. A missão dele era cuidar do carro. Por isso ele ficava sempre
no carro. O doutor o abaixava, e ele ficava no carro.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Era uma pessoa de confiança.

O SR. PERCY PENALVO - Era.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - E ficou a suspeita, já que era de confiança... Fica mais suspeito ainda,
pelo fato de ele ficar sozinho...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Era a tarefa dele ficar tomando conta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Do carro?

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA -É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Não. Então, ele tinha de ficar tomando conta do carro. Ele não podia, depois, juntar-se a vocês.

O SR. ROBERTO ULRICH - Não, não era matemático. Não existia matemática com o Dr. Jango. Ele mudava as coisas. Não
era uma coisa rigorosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Então, você disse que ele determinou ou mandou, naquele momento, esporadicamente, que viesse.

O SR. ROBERTO ULRICH - Que o Alfredo ficasse mais um pouco, demorasse mais um pouco no carro, cuidando dele, vendo

se estava bom. Coisas do doutor. Ele era...
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Está

87.certo. Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Prazer, peruano.
O SR. ROBERTO ULRICH - O prazer é nosso.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Acho que as coisas estão se esclarecendo um pouco diferente. Eu imaginei... Você
não estava, então, na fazenda, em Tacuarembó, no sábado, quando recebeu essa ordem para ir a Mercedes?
O SR. ROBERTO ULRICH - Isso. Eu passei só de viagem por Tacuarembó.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Você vinha de onde?
O SR. ROBERTO ULRICH - Vinha de Punta del Leste. De Maldonado, da fazenda em Maldonado.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim. Você estava lá fazendo um trabalho para o doutor, para a D. Maria...
O SR. ROBERTO ULRICH - Não. Sempre estava lá. Era mais um membro da família. Então, ele me pediu para ir fazer essa viagem, para esperá-lo. Haveria a probabilidade de ele ir para
a Argentina. Como eu tinha uma procuração do carro para passar, porque o carro estava no nome dele, aí, tudo bem.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Qual era o carro que o doutor tinha?
O SR. ROBERTO ULRICH - Era um Opel alemão.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim. Então, você recebeu essa orientação...
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim: "Leva o Alfredinho, leva o Alfredinho com você". O Dr. Jango era uma pessoa super simples.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Ele pediu que fosse a Mercedes, ou simplesmente que fosse esperar em Monte Caseros?
Você foi a Mercedes para ver como estava o ambiente, ou não? Chegou na fazenda?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não, não. A Mercedes, chegamos juntos, de uma vez só.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim. Então, de Maldonado, você foi direto a Tacuarembó...
O SR. ROBERTO ULRICH - A Tacuarembó. Passei por

88.Tacuarembó, conversei no telefone com D. Celeste...
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E ficou esperando para o outro dia?
O SR. ROBERTO ULRICH - E prossegui minha viagem para esperar, no dia seguinte, o Dr. Jango do outro lado. Ele ia chegar no outro dia. Que eu ficasse na espera, no caso.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E você ficou esperando lá em Monte Caseros?
O SR. ROBERTO ULRICH - Exatamente.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Em Monte Caseros ele fizeram habilitação para poder passar de lancha?
O SR. ROBERTO ULRICH - Eles passavam de lancha. Lembro-me muito bem de ele chegando na lancha pequena, nada de extraordinário.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Era tipo meio-dia, não é?
O SR. ROBERTO ULRICH - Próximo. Um pouco antes do meio dia. Dez e meia da manhã. Por aí, mais ou menos.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E dali vocês chegaram e foram direto a Libres...
O SR. ROBERTO ULRICH - Porque o caminho para Mercedes, inevitavelmente, é por Libres.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sempre tem de passar por Libres?
O SR. ROBERTO ULRICH - Exatamente.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Chegaram no restaurante...
O SR. ROBERTO ULRICH - Exatamente.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E fizeram o que....
O SR. ROBERTO ULRICH - Fizemos uma refeição...
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E o Alfredo ficou no carro, não é?
O SR. ROBERTO ULRICH - Exatamente.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E você subiu com a D. Maria e o doutor para o restaurante.

89.**O SR. ROBERTO ULRICH** - Para almoçar, normalmente.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Você sentiu alguma coisa, no almoço, de algum garçom ou de uma outra pessoa? Ninguém mais chegou na mesa além de vocês que estavam ali?
O SR. ROBERTO ULRICH - Pois é. Esses dias, estava pensando e pensando, e sempre tive a imagem de que, de repente, alguma pessoa — uma terceira, uma quarta pessoa — chegou para conversar com ele, mas não consigo descrevê-la. Vi
que havia mais uma pessoa. Lembro-me vagamente de que havia mais uma pessoa, além do garçom. Os garçons da Argentina e do
Uruguai são muito atenciosos. Mas me lembro de que havia uma quarta pessoa, no caso, que conversou alguma coisa. Não sei se
era de Uruguaiana ou de Libres; alguém que teria algum negócio. Não consigo lembrar. Não vem a imagem da pessoa, de quem era.
(Não há seqüência entre os textos.) (Troca de fita 3-B/4-A.)
(...) comentário. Eu não sei qual era o grau, não me vem

agora à memória se era comercial, se era político. Tenho uma vaga lembrança de que havia uma outra pessoa em pé, cumprimentando rapidamente — questão de dois, três minutos, coisa assim. Não lembro que ele tenha sentado, que a mesa tenha aumentado em mais uma cadeira. Uma pessoa em pé, de repente, que cumprimentou, mas não lembro a título de quê.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Bom, nem você sabia por que ele estaria indo para Mercedes. Essa questão que foi comentada — que ele havia sido convocado para estar no Ministério do Interior, no Uruguai, em Montevidéu, na segunda-feira —, você não sabia de nada?

O SR. ROBERTO ULRICH - A bem dizer, não. A gente, às vezes, de repente ouvia alguma coisa, mas a gente não associava, não dava a dimensão certa.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Tu não estavas na fazenda com ele, quando ele te pediu que fosses a Monte Caseros? Tu recebeste o recado de que terias que ir a Monte Caseros para passar...

O SR. ROBERTO ULRICH - Claro, mas a agente percebia que a situação estava...

90.**O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE** - Tensa.

O SR. ROBERTO ULRICH - A gente, hoje com mais clareza, é lógico, mas ainda naquela época, sentia que existia uma manobra. Estava havendo uma manobra ali, de repente, para não mandar um na frente, ou... Lógico, a gente percebia que havia dificuldade, porque antigamente a gente viajava com mais tranqüilidade. De repente, foi a primeira vez que eu fui na frente para depois ele ir. Normalmente nós viajávamos juntos, desde o início até o fim — as viagens curtas, lá no Uruguai e na Argentina. Então, realmente a gente percebe que foi uma manobra.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Tu, que convivias com ele assim, familiarmente, a tua impressão a respeito de Ivo Magalhães, que trabalhava, prestava serviço para o doutor... era um bom relacionamento? Sempre foi, desde o início? Enquanto tu conheceste, assim, sempre foi um bom relacionamento? Como era a tua impressão?

O SR. ROBERTO ULRICH - A minha impressão do relacionamento era mais... Eu percebia que era tipo um relacionamento profissional, nada de envolvimentos mais pessoais. Era profissional. O Dr. Ivo — a gente o chamava de Dr. Ivo — era uma pessoa que atendia aos negócios dele. Seguidamente, o Dr. Jango pedia para fazer uma ligação para ele, para conversar com ele. Mas o que a gente percebia é que eram conversas profissionais, de comércio, de compra e venda de gado ou coisa parecida, desse tipo.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Ele tinha que quebrar

algum galho ou resolver alguma coisa para o doutor — "Olha, preciso disso..."?
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim... Não. Ele... ele...
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Ele usava o serviço?
O SR. ROBERTO ULRICH - Acho que ele era um articulador burocrático da parte dos negócios.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E como é que tu vês a situação de Cláudio Braga, a relação que havia entre o doutor
e Cláudio?

91.**O SR. ROBERTO ULRICH** - Ah, Cláudio Braga? Foi exatamente como o Sr. Percy disse: ele foi para Buenos Aires, eu também.
Nós fomos juntos para Buenos Aires, João Vicente, o Dr. Jango,
eu. Também fui junto. Eu fui convidado, eu ia junto. Então, Cláudio veio **a posterior**i. Cláudio veio depois. Ele não veio na hora, primeiro porque ainda... A gente foi bem no início. No Governo Peron o Dr. Jango ainda não tinha negócios lá. Ele
começou... É lógico, à medida que ele foi freqüentando a Argentina, começou a fazer os negócios dele, comprou gado, comprou fazenda, comprou um sítio, um apartamento em Buenos Aires e tal, para moradia. Aí, **a posterior**i, apareceu o Cláudio. Para começar, já havia negócios em encaminhamento. O
Cláudio foi articulado para administrar, para ser o secretário
na parte burocrática desses negócios. Eu lembro bem; foi como
o Sr. Percy disse: montando um escritório. Do Sr. Santos Sales
eu me lembro muito bem, um paulista. Foi montado um escritório
em uma sala muito bonita lá em Buenos Aires, e o Cláudio ficou
de encarregado do escritório. Eu tinha até uma mesa do lado, para atender ao telefone e tal.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Tu achaste estranho? Quer dizer, como é que tu sentiste essa situação, analisando hoje? Tu já ouviste agora dizerem que sexta ele recebeu um recado, sábado Cláudio ligou, domingo já estava em Libres, acompanhando, e segunda já estava lá na fazenda, lá em Mercedes. Qual é a tua visão, hoje, a respeito disso, Peruano?
O SR. ROBERTO ULRICH - Na realidade, Cláudio era uma pessoa assim... como é que eu vou dizer? Suspeita, realmente.
Uma pessoa com quem eu convivi bastante no escritório, e realmente era uma pessoa — como é que eu vou dizer? — sinistra. De repente é a palavra mais... A gente percebia que

ele era muito ambicioso. Deve ser até hoje muito ambicioso. Em negócio de dólares, que o Dr. Jango trocava na Argentina (dava para trocar dólar na época), ele interferiu, até nesse tipo de negócio; ele queria abraçar o máximo, como a gente podia perceber, dos negócios; entre o pessoal que vinha oferecer algum negócio para o doutor, alguma fazenda, algum sítio, Cláudio já se prontificava para intervir no negócio e tal. A gente percebia esse tipo de manobra.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Ele era assalariado ou era só um comissionado? Quem é que pagava a Cláudio? Ganhava por comissão, por tarefa?

92.**O SR. ROBERTO ULRICH** - Eu não sei, acho que ele deveria ter ajuda de custos e de repente uma comissão por conta dele.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Por parte do dono do escritório ou por parte...

O SR. ROBERTO ULRICH - Aí eu não consigo saber. Não sei se ele tinha salário de fato, mas acho que ele tinha ajuda de custo. Não lembro se ele tinha salário, não chegava a mim. Ele era o encarregado do escritório.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim. Tu lembras que tu estavas na mesa com D. Maria, com o Dr. Jango, quando Alfredo subiu lá no hotel para dizer: "Cláudio está passando aí. O senhor quer falar com ele?"

O SR. ROBERTO ULRICH - Exatamente.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Cláudio viu o carro, conhecia o carro, conhecia Alfredo...

O SR. ROBERTO ULRICH - Com certeza. Com certeza.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - ...sabia que o doutor estava ali. Tu não achaste estranho ele ter subido?

O SR. ROBERTO ULRICH - Muito, muito, muito. Fiquei muito tempo com aquilo na cabeça, dizendo realmente é mais do que estranho, porque Cláudio era uma pessoa de convívio, era uma pessoa de convívio. Realmente é estranho. É estranho não ter chegado lá. Bem estranho, realmente.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Bom, então, passou o almoço, houve esse incidente, ele disse que não queria falar com Cláudio, vocês almoçaram e aí saíram.

O SR. ROBERTO ULRICH - Prosseguimos a viagem.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Dos garçons, tu disseste que o pessoal era muito solícito, o pessoal era muito gentil. Tu não sentiste nada estranho no almoço?

O SR. ROBERTO ULRICH - O garçom era argentino. Não, não. Que eu percebesse, não.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - No servir a comida.

Comeram o quê? Bife, batatinha?
O SR. ROBERTO ULRICH - Deve ser... Não. Na Argentina costumam comer bife à milanesa, essas coisas. Não lembro

93.também o cardápio. Só me lembro que era água mineral. Água
mineral era praxe, depois que ele voltou da viagem à Europa.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Ele não estava tomando... Ele tomava uísque, tomava...
O SR. ROBERTO ULRICH - Água mineral com gás.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Depois que ele chegou da Europa.
O SR. ROBERTO ULRICH - A única coisa. Muito cigarro, muito cigarro.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Fumava muito?
O SR. ROBERTO ULRICH - O cigarro aumentou. Muito cigarro.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Aí saíram dali e foram para a fazenda?
O SR. ROBERTO ULRICH - Exatamente.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Na fazenda... O "pessoal" era o pessoal da fazenda? Júlio, que era o capataz,
ele nos disse que estavam lá Salsa, Cabral, Roberto Pinto e dois outros, parece que um se chamava Gamboa. Era só o pessoal
da fazenda mesmo? Não havia outras pessoas?
O SR. ROBERTO ULRICH - Só o pessoal restrito da fazenda. Não, não tinha nenhuma pessoa esperando, se fosse o caso. Ninguém. Nenhuma coisa fora do normal.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Nesse período que tu foste para lá, vocês só encontraram Cláudio lá em Libres, nessa tarde?
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Tu não o encontraste mais em nenhum lugar? Agora, puxando pela memória, tu não o encontraste mais?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não, não, não. Só no dia depois do falecimento.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E nenhuma outra pessoa estranha tu encontraste?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não. Com certeza, não.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Deputado Luis Carlos, seguindo esse raciocínio seu, pergunto: Cláudio Braga e Alfredo eram ou são amigos?

94.**O SR. ROBERTO ULRICH** - Não, não chegaram a esse ponto, não. Eram conhecidos.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - E depois? E depois?

O SR. ROBERTO ULRICH - Também não. Alfredo tinha o quê? Doze, treze, quatorze anos na época. Era um menino, de quinze
anos, de repente. Não lembro bem.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - E Cláudio Braga e Ivo Magalhães?
O SR. ROBERTO ULRICH - Cláudio Braga e Ivo Magalhães? Eu sei que a história também é assim como o Sr. Percy contou: eles eram sócios de um hotel em Montevidéu, Hotel Alambra, e sei que Cláudio trabalhava no hotel. Eu conheci Cláudio lá naquele hotel.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Não conhece ligações militares no Uruguai?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não*.*
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - *(Ininteligível)* não fala disso?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não, não, não*.*
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Bom, Júlio nos disse que havia conversado com o doutor, desde que ele chegou lá. Conversaram; ele deve ter tomado chimarrão, conversado...
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, sim, sim. A conversa foi longa, realmente, bem longa.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - ...conversado a respeito dos negócios da fazenda. E diz também que até... E tu
não sentiste nada estranho no doutor? Quer dizer, desde que vocês almoçaram, quando... tu o pegaste em Monte Caseros, foram para o almoço; estava tudo normal, pelo que tu sentiste,
tu que convivias com eles?
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, sim, normal.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Nenhuma discussão com D. Maria, tudo normal?
O SR. ROBERTO ULRICH - Nada fora do corriqueiro, tudo normal.

95.**O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE** - Júlio me disse que haviam combinado uma lida de gado para o outro dia de manhã.
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, para o dia seguinte.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Então, ele estava já programando atividade para a segunda-feira. Seria uma coisa normal dele?
O SR. ROBERTO ULRICH - Normal, normal. Ele estava bem, dá para dizer. Era cansaço de viagem, coisa normal, pela idade. Nada fora do normal.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Tu disseste que ele não jantou essa noite. Jantou? Vocês jantaram? Ele não jantou?
Só tomou um chá?
O SR. ROBERTO ULRICH - Jantou, mas não lembro se ele deu uma beliscada. De repente ele deu uma beliscada numa carne de

ovelha que nós comemos. Deve ter dado uma beliscadinha. Eu me
lembro do chá. Ele mandou fazer o chá.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim, e Júlio também diz que ele mandou buscar cigarro. Está lembrado disso, de que
ele buscou duas carteiras de cigarro?
O SR. ROBERTO ULRICH - Ele fumava muito.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - À noite, essa noite, antes de ele falecer?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não, não lembro. Pode ser, mas não lembro, porque eu me retirei antes.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Júlio disse que teria ficado com ele até por volta de uma hora. Tu foste dormir um pouco antes?
O SR. ROBERTO ULRICH - É, fui dormir bem antes.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E que ele teria pedido inclusive para que ele dormisse... Júlio não dormia na
mesma casa da fazenda?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não, era a casa do lado. Era bem próxima.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Pediu que ele dormisse na varanda. Tu sabes de alguma coisa? Júlio te comentou alguma coisa a respeito disso — que ele pediu que dormisse aquela noite na varanda?

O SR. ROBERTO ULRICH - Não, eu não me lembro disso. Eu só sei que Júlio apareceu imediatamente, junto comigo, a bem dizer; olhei para o lado, Júlio estava do meu lado. Posso dizer que ele estava bem próximo mesmo.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Tu dormias na casa com eles?
O SR. ROBERTO ULRICH - Eu dormia na casa.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Então, D. Maria chamou primeiro a ti, depois Júlio?
O SR. ROBERTO ULRICH - Eu não sei se ela não... porque seria mais próximo ela abrir a janela e gritar. E, aí, até chegar ao meu quarto, daria uns quinze metros, de repente. Porque me lembro que o Júlio e eu chegamos juntos, a bem dizer. Quando olhei a cena do doutor naquela rouquidão, Júlio
já estava do meu lado.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Ele ainda estava vivo?
O SR. ROBERTO ULRICH - É, ele estaria vivo.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim.
O SR. ROBERTO ULRICH - Eu vi que ele não se mexia, só aquela rouquidão, como que procurando ar, alguma coisa assim.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Estava com as mãos no

peito, agarrando alguma coisa, como se sentisse dor? Tu sentes
alguma coisa nesse sentido? Tu viste assim?
O SR. ROBERTO ULRICH - De repente ele estaria, mas não lembro. Eu lembro bem que ele estava de peito aberto, estava com o pijama desabotoado, com o peito aberto.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Bom, aí tu foste à cidade buscar um médico?
O SR. ROBERTO ULRICH - Hum, hum.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Foi Dom Martin Sena que tu foste procurar?
O SR. ROBERTO ULRICH - Foi o primeiro, que é ponto de referência nosso lá.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim.
O SR. ROBERTO ULRICH - O Sr. Martin já tinha feito... seguidamente. Era o ponto de referência nosso, o Sr. Martin, que...
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Quem o acompanhou para procurar o médico Dr. Ferrari foi Abelito? Abel saiu junto com você dali?
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, deve ter sido Abel, é o filho do Sr. Martin.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Tu e Júlio que foram à cidade?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não, só eu.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Tu, sozinho?
O SR. ROBERTO ULRICH - Só eu. Só eu.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E aí procuraram...
O SR. ROBERTO ULRICH - Júlio... eu lembro-me do Júlio. Quando disse para D. Maria: "vou buscar um médico", aí Júlio ficou em cima do corpo do Dr. Jango, fazendo uma massagem, ainda. Eu lembro bem que ele... Não sei se bem em cima, ou sentado do lado; no caso, eu lembro que ele fez uma massagem,
aquela massagem de mexer na pessoa, não apertar o coração dele
e tal. Aí peguei o carro, nesse meio tempo, e fui buscar o médico.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E aí Dom Martin, ou Abel, alguém te indicou esse médico, o Dr. Ferrari.
O SR. ROBERTO ULRICH - Exatamente.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Que era amigo, médico da confiança deles.
O SR. ROBERTO ULRICH - Deles, no caso. Eu não tinha visto nunca ele.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim.
O SR. ROBERTO ULRICH - Não sabia.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E o médico foi lá, fez os exames?
O SR. ROBERTO ULRICH - Foi lá, constatou... disse que

estava morto. Aí... depois apareceu a conversa imediatamente,

98.coisa de minuto, de que seria enfarto... ele falou em espanhol: "enfarto macio", ou no miocárdio. Um infarto fulminante.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Isso era o que o médico havia comentado?
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, comentou.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E depois tu levaste o médico para a cidade?
O SR. ROBERTO ULRICH - É, devo tê-lo levado de volta.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não lembra se ele comentou, se fez algum comentário, enquanto vocês iam da fazenda até a cidade, sobre esse caso?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não consigo lembrar, porque não lembro com certeza se fui eu que o levei. Deve ter sido, por dedução lógica, mas não tenho certeza se ele continuava... se
ele estava do meu lado, se eu o levei. Eu me lembro de que fui
de novo à casa do Sr. Martin para providenciar os telefonemas
e, **a posterior**i, o caixão. Isso eu lembro bem.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim. Então, tu voltaste para fazer isso.
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim, voltei com certeza para a cidade, depois voltei novamente para a fazenda; imediatamente
devo ter chegado à empresa funerária para já tomar as providências.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E essa questão dos remédios que o Dr. Percy levanta, assim como tu? Nem te passou
pela cabeça, nem imaginaste isso, mas também achaste estranho
alguém ter ido buscar os remédios depois, os remédios que sobraram?
O SR. ROBERTO ULRICH - Há... sim, é estranho.
(Interrupção da gravação.)
(Não há seqüência de texto.)
(...)"Levaram", foi a expressão. Não se recorda?
O SR. PERCY PENALVO - Ele disse para nós lá, não é? Ele disse...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Disse o quê?
O SR. PERCY PENALVO - "Levaram Bebeto".

99.**O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA** - Repetiu só isso? Ele não se lembra. Não sei se o Deputado teve oportunidade de

conversar com ele. Quem pegou, quem não pegou? Ele não lembra,
mais ou menos?
O SR. PERCY PENALVO - Ele disse que estiveram duas pessoas lá, que foram os sujeitos que estiveram lá. Eu estive
depois.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Mas aí, sim, vamos deter-nos aí, era o que faltava. Duas pessoas estiveram lá na
fazenda e procuraram pelas roupas do Presidente, pelo conjunto
de coisas dele, ou só pelos remédios?
O SR. PERCY PENALVO - Não, eu não sei.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Segundo Júlio.
O SR. PERCY PENALVO - Quando eu estive lá, quem levou Alfredo para o Uruguai de volta fui eu. "E o que tu vais ficar
fazendo aqui agora? Vou te levar de volta". Levei para lá comigo. E eu perguntei pelos remédios. "Não tem, não tem". E agora, lá, perguntando para o Juiz novo, ele disse que tinham
procurado os remédios.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Tinham procurado?
O SR. PERCY PENALVO -É.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Quem eram?
O SR. PERCY PENALVO - Vou dizer. Foi Cláudio e Maneco que levaram o remédio.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Espera aí, um momento só. Isso teria acontecido no dia da morte, no dia seguinte?
O SR. PERCY PENALVO - Não, depois, depois. Voltaram lá depois.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Quanto tempo depois?
O SR. PERCY PENALVO - Aí eu não sei. Não sei quanto tempo depois.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Tudo bem, o Sr. Júlio vai ser ouvido.
O SR. PERCY PENALVO - Porque foi o seguinte: eu vi as camas sem as roupas de cama, e eu sabia que era novinho. E perguntei: cadê ele? *(Ininteligível)* fulano e fulano aqui e

100.levaram. Então, aí, foi o que levaram *(ininteligível)*.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Fulano e fulano, quem são?
O SR. PERCY PENALVO - Maneco e Cláudio.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Maneco?
O SR. PERCY PENALVO - Ilhães.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Como?
O SR. PERCY PENALVO - Maneco Ilhães.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - E Cláudio Braga, é esse? Cláudio é Cláudio Braga?
O SR. PERCY PENALVO - Agora, existe uma diferença muito

grande entre Maneco e Cláudio.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Cláudio é Cláudio Braga?
O SR. PERCY PENALVO -É.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Estamos falando de Cláudio Braga?
O SR. PERCY PENALVO -É.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA -Qual é a diferença?
O SR. PERCY PENALVO - Maneco era mais gente, e amigo do Dr. Goulart, entendeu? E Cláudio não. Tem um episódio aí. Cláudio vivia com uma espanhola em Montevidéu, e ela tinha uns
dólares. Ele emprestou... Não tem nenhum que conheça aqui o Sr. Moacir Souza, que era dono da Estância Carpintaria. Essa estância tinha sido do Ney Galvão. O senhor conhece o episódio?
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Não, não. Pode ir em frente. Ney Galvão é do *(ininteligível)* Brasil.
O SR. PERCY PENALVO - E o doutor era o avalista. E esse homem não pagava os 5 mil dólares. E Cláudio dizia: e o doutor
tinha que pagar. E Moacir era um homem rico, porque tinha uma
estância imensa, como a Carpintaria. O doutor estava achando que Moacir pagaria. Aí, certa noite, Cláudio entrou no escritório *(ininteligível)* de Ivo, pegou um saco de documentos
e levou para denunciar o doutor de impositivo no Uruguai. Sei
que foi uma correria. Ivo passou a noite correndo para tomar o
tal de saco de papel de Cláudio. Esse era o Cláudio.

101.**O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE** - Peruano, quero saber o seguinte: quem é que levou D. Maria e o pessoal? Tu levaste
alguém no carro, de Mercedes para São Borja, naquele dia do enterro?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não. De Mercedes para São Borja levei o pessoal da fazenda.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Só o pessoal da fazenda?
O SR. ROBERTO ULRICH - É. D. Maria foi em outro carro, mas não lembro quem foi que levou, porque veio muita gente de
carro.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O Deputado Miro Teixeira fez uma pergunta interessante. Ela não comentou? Tu não ouviste? Quer dizer, tu e Júlio chegaram depois. Ninguém atinou a colocar um remédio na boca dele quando ele estava tendo o infarto, enfim, a dar-lhe algum medicamento? Alguém comentou isso contigo? Tu ouviste alguém falar: "dei o remédio", ou "tentei dar tal remédio"?

O SR. ROBERTO ULRICH - Não, não, não. Eu não ouvi.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não ouviu?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não ouvi nem vi.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, de minha parte, obrigado.
O SR. COORDENADOR (João Luiz Vargas) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Biolchi.
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - Naquele almoço de Libres estava com um carro só ou dois?
O SR. ROBERTO ULRICH - Um carro só.
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - O senhor falou antes que ele tomou chá à noite. Quem fez o chá? Tinha empregada?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não. De repente, quem fez o chá até pode ter sido até ele mesmo, porque chá se toma na hora, é
quente, e pronto. Por costume, ele fazia, ele gostava de fazer
chá.
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - Ele tinha empregada na fazenda?
O SR. ROBERTO ULRICH - Cozinheira?
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - Cozinheira.

102.**O SR. ROBERTO ULRICH** - Não, porque a ida dele à fazenda era eventual. Então, não tinha um empregado constante, permanente. O próprio Júlio e o pessoal da cozinha de Júlio, no caso, já poderiam — como se diz na gíria — quebrar o galho.
Mas normalmente quem fazia a comida era até ele mesmo ou D. Maria Tereza, no caso, se ela estivesse lá.
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - Então, ao meio-dia, antes, os senhores almoçaram juntos, na mesma mesa, lá em Libres?
O SR. ROBERTO ULRICH - Exatamente.
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - Alimentaram-se da mesma comida?
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim.
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - Só à noite que os senhores comeram ovelha, e ele tomou chá?
O SR. ROBERTO ULRICH - Exatamente.
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - Diga-me outra coisa: o nome do médico, o senhor lembra?
O SR. ROBERTO ULRICH - Não. Eu lembro agora porque foi falado. Eu não lembrava. Ferrari, não é?
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - O senhor disse antes que sempre viajava com o doutor.
O SR. ROBERTO ULRICH - Por último, sim.
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - De avião também etc.
O SR. ROBERTO ULRICH - Sim.
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI -E a senhoradele, Maria Tereza, viajava também junto, sempre?

O SR. ROBERTO ULRICH - Seguidamente.
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - Tinha mais alguma pessoa que viajava também junto? Amiga, amigo?
O SR. ROBERTO ULRICH - Poderia ser o Sr. Percy, às vezes; eventualmente, só o pessoal chegado ele.
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - O senhor, que viajava muito com ele, o senhor conheceu uma Sra. Eva de Leon?
O SR. ROBERTO ULRICH - Conheci.
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - Onde?
O SR. ROBERTO ULRICH - Em Maldonado.
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - Maldonado?
O SR. ROBERTO ULRICH - Maldonado, no Uruguai.
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - Era amiga?
O SR. ROBERTO ULRICH - Era uma amiga do Dr. Jango, do falecido Jango.
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - Viajava junto também?
O SR. ROBERTO ULRICH - Às vezes viajava.
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - O senhor tem alguma coisa, Sr. Percy, para falar sobre esse assunto?
O SR. PERCY PENALVO - Sobre Eva?
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - Sim.
O SR. PERCY PENALVO - Eva era amante do Dr. Goulart.
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - Senhor?
O SR. PERCY PENALVO - Eva era amante do Dr. Goulart.
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - Sei.
O SR. PERCY PENALVO - E viajava para Punta del Este, Montevidéu; ia com ele, vinha, às vezes ele mandava buscá-la.
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - E D. Maria Tereza desconfiava de alguma coisa disso?
O SR. PERCY PENALVO - É, tinha que saber, não é? Eu não sei, porque essa parte familiar eu não... Mas que ele tinha Eva e que Eva viajava como ele, viajava.
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - Sr. Presidente, acho que é
só. Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Deputado Jorge Pinheiro, até que o Deputado Miro Teixeira, Relator, retorne, porque teve que ir rapidamente lá fora, vou perguntar
algumas coisas ao Peruano. Eu ainda estou confuso em relação a
Cláudio Braga. É Cláudio Braga, não é isso?
O SR. ROBERTO ULRICH - Cláudio Braga Blarp.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Isso. Esse Cláudio Braga, quando o Presidente era vivo, ele tinha
alguma posse?

O SR. ROBERTO ULRICH - Economicamente? Não, ele era igual a mim *(Risos*).
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Na época ele não tinha posse financeira, não é isso?
O SR. ROBERTO ULRICH - Que a gente percebesse, assim de vista, não.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Pergunto: e hoje?
O SR. ROBERTO ULRICH - Hoje?
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - É.
O SR. ROBERTO ULRICH - Não tenho mais conhecimento dele. Ouvi falar que ele está bem.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Está bem?
O SR. ROBERTO ULRICH - É. Ele melhorou muito, na medida em que o tempo foi passando; junto com o Dr. Jango, melhorou o
nível. Mas a gente percebia que melhorou. Vestia-se melhor, era uma pessoa bastante vaidosa, queria...
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Depois da morte do Presidente?
O SR. PERCY PENALVO - Não, isso até antes...
(Falha na gravação.)
O SR. PERCY PENALVO - Cláudio se juntou a Ivo, Cláudio e Pedrosa, e alugaram um hotel em Montevidéu. Cláudio arrumou 5
milhões emprestados para entrar de sócio no hotel. E era daquele sócio que ninguém queria saber, tá? Incomodava demais.
E quando ele foi para Buenos Aires, ele queria ser chofer de táxi. Andava mal. Foi aí que nós pedimos — inclusive eu ajudei
a pedir — para o Alfredo levá-lo para o escritório em Buenos Aires. Por isso que se diz que ele foi depois. Ele não foi com
o Dr. Jango. Ele não era empregado do Dr. Jango, ele era empregado de Orfeu dos Santos Sales. Por isso é que ele estava
no escritório, que ocupava um andar inteiro, e tinha uma sala
do tamanho desta, montada, com bandeiras, com tudo, para o Dr.
Goulart. O Dr. Orfeu montou esse escritório. E como Cláudio fazia ponto lá, e era brasileiro, e estava sempre lá — doutor

105.isso e aquilo —, o doutor o aproveitava para trocar dólar,
para fazer uma coisa, fazer outra. Mas o doutor sabia lidar com Cláudio. Acontece que, quando o doutor morreu, quem sabia
dos negócios em Buenos Aires era Cláudio.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Dos

negócios que o doutor tinha em Buenos Aires quem sabia era o Cláudio?

O SR. PERCY PENALVO - Quem sabia era Cláudio. E aí ele ficou lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Ivo também? Percy, Ivo também não estava em Buenos Aires? Estava em Montevidéu?

O SR. PERCY PENALVO - Montevidéu. Aí, ele...

(Não há casamento entre os textos.) (Troca lado de fita 4-A/4-B)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - *(...)* porque esse envolvimento do Cláudio Braga com o Presidente, exatamente esse acontecimento na véspera da morte, está muito obscuro. Está faltando explicação para esse fato, muita explicação. Depois, como o senhor diz, Sr. Percy, que depois ele meteu a mão na herança, no que ficou, nos negócios que o Presidente tinha, e que ele sabia quais eram, todos eles com detalhes, eu ainda não consigo tirar da minha cabeça uma suspeita muito grande de Cláudio Braga por causa desse acontecimento da véspera da morte do Presidente. Para mim é gravíssimo, para mim é muito grave o fato. Parece — a gente começa a deduzir as coisas — que havia uma trama e ele sabia, ou era parte dela, para aquele ou aqueles dias, tanto que ele não teve nem coragem de olhar na cara do Presidente. O que a gente deduz é isso. Não vou dizer que havia uma trama para aquele dia, mas havia uma para aqueles dias. Aconteceu naquela madrugada, mas, se não tivesse acontecido, naqueles dias iria acontecer, automaticamente. E o fato de ele aparecer no restaurante, saber que o amigo dele, o Presidente, estava ali, almoçando, e ele, que tinha uma certa amizade com o Presidente, nem ir lá pelo menos para cumprimentá-lo... quer dizer, é aquela pessoa que trai e não tem coragem de olhar na

106.cara.

O SR. ROBERTO ULRICH - É estranho mesmo, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Não parece? Dá-me o direito de pensar assim. Eu posso estar errado, mas o fato me dá direito de pensar nisso. Eu não estou dizendo que ele botou veneno ou que ele matou. Eu quero até dizer que ele sabia o que ia acontecer. Não estou dizendo que sabia que naquela madrugada o Presidente iria morrer, mas que naqueles dias estavam premeditado alguma coisa para acontecer

com o Presidente e que ele sabia; essa atitude dele nesse almoço me dá direito de ficar pensando assim. Eu estou achando
estranho demais. Podem até dizer: não, mas o outro rapaz era muito novo. Mas esse outro acontecimento de manobrar o carro,
e o rapaz ficar no carro, e ele ver Cláudio Braga, eu não sei... Eu não consigo imaginar essa coisa assim.

O SR. ROBERTO ULRICH - Mas o rapaz, Alfredo, é um pobrezinho, é um guri de rua que o doutor recolheu em Punta del Este. Um guri de rua. Ficava cuidando do carro; de noite o
doutor levava ele junto. Não tinha ligação nenhuma com Cláudio
Braga. Cláudio Braga, inclusive, era meio prepotente, não ligava para o... O doutor o tratava bem, Cláudio Braga não.

O SR. PERCY PENALVO - É, Marcelo não teria a lucidez de vir a viver os fatos. Marcelo, com pouca idade, pouca estrutura emocional, não teria lucidez de ver o que estamos tentando ver agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Exato.

O SR. PERCY PENALVO - Tanto que ele tornou a ligar para avisar: "Cláudio passou aí, o senhor quer que chame?"

O SR. ROBERTO ULRICH - É, exatamente.

O SR. PERCY PENALVO - O guri viu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - "Não, não chama, não". Por quê? Poderia ter uma resposta mais amena: "Não, deixe ele ir embora, que ele deve estar fazendo alguma coisa". Então, havia alguma coisa, existia alguma coisa que talvez os outros não soubessem, ou talvez — quem sabe? — o Presidente já tinha desconfiança de Cláudio Braga.

107.**O SR. ROBERTO ULRICH** - Poderia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Talvez já desconfiasse dele. E para o Presidente a companhia dele ali, naquele momento, de Cláudio Braga, no restaurante, não seria agradável. Talvez a pressão que ele estava sofrendo naquele momento, a perseguição política... Talvez ele até desconfiasse
de Cláudio Braga, tanto que ele disse: "Não, não chama, não".
São coisas... É difícil a gente poder amarrar essa coisa e chegar a um fator comum. Fica um buraco na história. A história tem um buraco: a passagem de Cláudio Braga naquele lugar, sem saber que vocês iriam passar e parar ali. Como ele
apareceu ali?

O SR. ROBERTO ULRICH - Pois é, é uma incógnita. Isso aí realmente é muito estranho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Ou alguém avisou, ou ele vinha seguindo para vigiar...

O SR. ROBERTO ULRICH - É muito estranho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - ...ou ele

vinha — entendeu? — para vigiar e dizer: "Olhe, ele está em tal lugar agora". E ele sai dali: "Olhe, está em tal lugar; foi para tal lugar". Quem sabe? Esse buraco é que temos que preencher. O que aconteceu? Por que Cláudio estava ali? Por que ele não quis falar com o Presidente? Por que o Presidente
não quis falar com ele? Esse é um buraco.

O SR. ROBERTO ULRICH - Por que ele havia ligado no sábado atrás do Presidente em Tacuarembó.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Exato, porque ele estava ligando para o Presidente, procurando saber.
Não sei se num depoimento lá em Brasília surgiu o fato de ele
estar querendo saber para onde ele ia. Não foi mais ou menos isso? Houve um fato assim. Ele estava querendo saber para onde
o Presidente ia, estava ligando para saber para onde o Presidente ia. São coisas que ficaram em aberto.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Deputado Reginaldo, inclusive se o Cláudio Braga ligou tentando falar com o Presidente, seria natural até que o próprio Presidente, uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Que o chamasse .

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Exatamente. Viu que ele

estava passando por ali: "Aproveita e o chama lá para eu ver o
que ele estava querendo falar comigo". Realmente, fica alguma
coisa estranha.

A SRA. NEUSA PENALVO - Ele ligou lá para casa. Minha mãe atendeu todas as ligações. Meu pai estava na fazenda com o Dr.
Jango. Como era tanta insistência dele em querer saber, e também havia ordem direta do Dr. Jango de que não era para informar para ninguém onde ele estava, minha mãe ligou para a
fazenda e perguntou: "Doutor, Cláudio não pára de ligar para cá. Quer saber do senhor". Aí ele disse: "D. Celeste, diga que
a senhora não sabe, diga que a senhora não me viu". Aí, depois, disse um palavrão: "Diga que ele vá..."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Quer dizer, aí é que está, o negócio aumenta, cada vez mais aumenta... Há um fantasma nesse negócio. Quero perguntar uma coisa: antes desses dias aí, Cláudio Braga tinha essa insistência em falar com o Presidente? Antes desses dias que antecederam a morte, ele tinha essa insistência de estar ligando, estar perguntando?

O SR. PERCY PENALVO - Antes dessa semana...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Então,

havia alguma coisa, algum fato preparado para aqueles dias, alguma coisa. Não estou dizendo que era para aquele dia, que era envenenamento, mas havia alguma coisa para aqueles dias que estavam... Tanto que o Presidente, como Neusa Penalvo acabou de falar, pediu: "Não informe para ele onde eu estou".

Aí ele aparece no restaurante onde o Presidente está almoçando, e o Presidente não o manda chamar. Quer dizer, tinha alguma coisa aí. Aí tinha alguma coisa, aí tinha algum fato, aí, marcante. O que me deixa mais acabrunhado — não sei

se seria essa a palavra — é que recebemos a notícia de uma pessoa que não quis depor. Não sei se devemos dizer o nome. "Não quero depor. O que eu tinha que fazer já fiz. O que eu tinha que falar já falei". E era uma pessoa, naquele tempo, responsável por problemas de segurança nacional, de investigação. Fica estranho, não é? Brasileiro. Cláudio Braga

109.também é brasileiro. Coisa estranha. Esse Cláudio Braga tem

muito que explicar. Muito que explicar.

Mais alguém quer usar da palavra?

Deputado Luis Carlos Heinze, que complementar com mais alguma coisa?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - A ligação é o que já foi dito, Presidente, é o que juntamos: sexta-feira, a informação que o Doutor recebe; sábado Cláudio entra no circuito com essa alegação, querendo falar insistentemente com

ele; domingo estava... Isso realmente é que paira no ar. Temos

que buscar essa informação. Para nós esta questão deve ser chave: política, econômica? Alguma razão existe nesse fato, por essa insistência que existe, e as evidências, pelo que estamos ouvindo aqui, estão-nos demonstrando.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Há também a questão do carro. O carro do Presidente não era um carro comum, ali. Evidentemente, se o Cláudio... não é?

O SR. ROBERTO ULRICH - Era um auto normal.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Então, se Cláudio passou e viu o carro do Presidente sendo estacionado, e ele estava com intenção de falar insistentemente com o Presidente, por que não foi lá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano)-O carro tinha placa de Maldonado, na Argentina. Quer dizer, não tinha

nenhuma dúvida de conhecer o carro.

O SR. ROBERTO ULRICH - De não conhecer o carro. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Relator, o que nós levantamos aqui foi que Cláudio Braga, no sábado, insistentemente ligou procurando o Presidente.

Insistentemente. Quando foi anunciado ao Presidente que Cláudio Braga o procurava, o Presidente não permitiu que se dissesse onde é que estava. Isso no sábado. No domingo, quando
estão de viagem, e param para almoçar no restaurante do hotel,
Cláudio Braga aparece, mas não sobe para falar com o Presidente. No sábado ele ligou insistentemente para falar, mas no domingo, quando o encontrou, não quis falar. O engraçado é que o Presidente, que no sábado não quis dar seu paradeiro, no domingo também não quis falar com Cláudio Braga.
Esse é o buraco. Temos que achar o conteúdo para preencher esse vazio, para que possamos caminhar. Bem, acho que aqui,

110.então, nós...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Presidente, só para uma perguntar rápida. Tu não sabes, Percy, se ou para tua casa, ou mesmo para a fazenda... depois que o Presidente articulou e acertou a viagem para Libres, Monte Caseros, não teria ligado para a fazenda? Ninguém mais ligou perguntando do
doutor? Porque ele apareceu domingo em Libres. Há alguém na fazenda que possa ter a informação?

O SR. PERCY PENALVO - Houve um problema de um telefonema. O Peruano, quando chegou à Argentina, telefonou lá para casa dizendo que tinha passado no Uruguai, e nós entramos em pânico. Compreendeu?

O SR. ROBERTO ULRICH - Foi, eu lembro.

O SR. PERCY PENALVO - Nós entramos em pânico porque não devia ter telefonado, estava indo sigilosamente.

A SRA. NEUSA PENALVO - Não, não é... O Peruano disse: "Diga para el Dr. Goulart que estoy a sus ordenes". Era para dizer só que tinha passado a ponte e que estava tudo bem. Ele
falou Dr. Goulart, mas só que foi uma...

O SR. PERCY PENALVO - Mas falou da Argentina. E *(ininteligível)* essa informação... Será que Cláudio não está ligado a essa gente?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE -É.Aí ficaum questionamento. Começamos a ligar. A informação que o doutor recebe na sexta; as ligações insistentes no sábado; o Peruano
liga para a casa da Dona Celeste, fala com ela, e diz: "Diga para o Dr. Goulart que estou aqui". Estou aqui onde? Sabe-se que estava ligando da Argentina. Vamos juntando essas coisas e... Bom, indícios existem. Esse é um fato importante. Temos uma trilha para seguir em cima desse ponto e das coisas que se
sucederam na sexta, sábado e domingo, e no amanhecer de segunda-feira o doutor vem a falecer. Essas são as questões principais. De minha parte, obrigado, Presidente.

O SR. PERCY PENALVO - Agora é tão difícil chegar a uma

conclusão.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Pois não,

111.Sr. Penalvo.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sr. Penalvo, a história se escreve com evidências, dizia eu ali fora. Dificilmente se consegue, na análise de eventos históricos, o depoimento de alguém que se autoflagele diante de um Plenário e diga: "eu sou culpado, eu fiz isso, eu fiz aquilo". As evidências é que
organizam o cenário. É assim na análise histórica. Em todos os
episódios da história funcionam as evidências, as circunstâncias, os momentos, o que faziam os personagens. Pode
ter certeza de que esta Comissão está caminhando firmemente na
indicação de que não foi nada comum o que se passou na América
Latina, em especial, com o Presidente João Goulart, até o momento do seu falecimento. Não foi nada comum.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Mais alguém quer fazer uso da palavra? Sr. Penalvo, alguma consideração final?
O SR. PERCY PENALVO - Não. Eu acho que tinham que ir a Montevidéu e ouvir determinadas pessoas.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Quem o senhor... o senhor...
O SR. PERCY PENALVO - A Comissão.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Não, ouvir a quem em Montevidéu? Quem o senhor poderia sugerir?
- **O SR. PERCY PENALVO** - Bom, lá tem, por exemplo, o Otelho, que é um homem independente, amigo de Dr. João Goulart, acompanhava-o no dia-a-dia em Buenos Aires.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Otelho é quem escrevia alguns artigos? É essa pessoa, ou me falaste de outra, que escrevia alguns artigos?
O SR. PERCY PENALVO - Não. Quem escrevia era Michelini.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Ah, Michelini.
O SR. PERCY PENALVO - É. Michelini escrevia para um jornal do Rio, de um amigo, companheiro nosso de quem não me lembro do nome. Mas é a forma que o doutor fazia para dar dinheiro para Michelini, o senhor compreendeu? Dava dois mil dólares por artigo, para não dizer: "Toma o dinheiro", porque
(falha na gravação). Ele pensava que recebia como paga pelos arquivos. Era uma ajuda que dava para ele, para o Senador Michelini.

112.**O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI** - Mas... e Ivo Magalhães

estava em atividade? *(Ininteligível.)*
O SR. PERCY PENALVO - Tem de ouvir! Indo lá, tem que ouvir Ivo também, não é?
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - E Eva de Leon?
O SR. PERCY PENALVO - Qual era o outro?
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - Eva de Leon?
O SR. PERCY PENALVO - Não sei. Eva... Não sei se apontaria alguma coisa. Mas, indo lá...
O SR. DEPUTADO OSVALDO BIOLCHI - Eva está em Montevidéu também?
O SR. PERCY PENALVO - Não sei. Ela foi a São Borja umas duas vezes...
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Antes de encerrar a presente reunião, vamos deixar acertado o que esta
Comissão vai realizar amanhã. Iremos a São Borja e vamos procurar ouvir todas as pessoas, além das que poderemos convidar para irem também à cidade. O Relator, Deputado Miro Teixeira, vai ficar em Porto Alegre, junto com Rui Noé de Silveira, para que possa então reunir toda a documentação, sendo que o restante da Comissão irá a São Borja amanhã e retornará.
Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, o Deputado João Luiz, que muito nos tem ajudado...
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, quero agradecer, seguramente em nome de todos os Deputados, o esforço da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e, em particular, ao Deputado João Luiz Vargas, que há algum tempo tem estado em contato conosco para ver de que maneira poderia,
junto a todos os companheiros da Assembléia, colaborar com a Comissão da Câmara dos Deputados. Muito obrigado.
O SR. COORDENADOR (João Luiz Vargas) - É obrigação da Assembléia do Rio Grande do Sul e grande oportunidade para algumas pessoas, entre as quais nós nos enquadramos, pois pautamos nossa vida política sempre em cima dos exemplos do Dr. Jango. Esta é uma oportunidade ímpar para a Assembléia

113.Legislativa. Estaremos com V.Exas. amanhã em São Borges e
continuaremos com a Subcomissão, que é a Comissão de Direitos
Humanos da Assembléia, buscando trabalhar em sintonia, servindo como apêndice no auxílio a todas as atividades em que
nos for solicitado participar.
Agradeço a todos a oportunidade.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Agradeço também, Deputado, à Subcomissão. Se não fosse essa ajuda, esse
apêndice, não poderíamos caminhar, conforme temos feito. Amanhã, então, vamos reunir-nos às 11h no saguão do hotel para

que possamos marcar a viagem para São Borja.
Encerro a presente reunião. Muito obrigado a todos.
CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL
Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0773/00 Data: 19/06/00
114

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES
TEXTO COM REDAÇÃO FINAL
COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
EVENTO : Diligência no Rio Grande do Sul Nº:
0819/00 DATA: 20/06/00
INÍCIO: 13h46min
TÉRMINO: 16h11min DURAÇÃO: 2h25min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h29min PÁGINAS :
50 QUARTOS: 14
REVISÃO: CLÁUDIA LUÍZA, DÉBORA, IRMA
SUPERVISÃO: LÍVIA
CONCATENAÇÃO: LÍVIA
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ODIL RUBIM PEREIRA - Médico
DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Procurador do ex-Presidente João Goulart
LUTERO FAGUNDES - Contador
SUMÁRIO: Comissão Externa destinada a esclarecer em quais circunstâncias ocorreu a morte do ex-Presidente João Goulart,
em 6 de dezembro de 1976, na Província de Corrientes, na Argentina. Tomada de depoimentos.
OBSERVAÇÕES
Diligência realizada na Câmara Municial de São Borja, Rio Grande do Sul.
Há orador não identificado.
Há termos ininteligíveis.
Há intervenções inaudíveis.
A reunião foi suspensa à pág. 43.
Não há seqüência entre alguns trechos, devido à troca de lado
de fita ou de fita na gravação.
Não foi possível checar a grafia correta do nome abaixo:
Hotel Alviar - pág. 39
CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL
Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0819/00 Data: 20/06/00
1.**O SR. COORDENADOR** (Sidnei Pires Gerhardt) - *(Início não gravad*o.) ...a Comissão Especial da Câmara de Vereadores de São Borja, com o objetivo de acompanhar as Comissões Federal e
Estadual que investigam a morte do ex-Presidente João Goulart,
declaro abertos os trabalhos desta sessão especial.
Cumprimentamos, na oportunidade, o Presidente da Câmara, Sr. José Carlos Almeida Dubal; os componentes da Comissão Especial, Vereadores Jeovane Contreira e João Ari Carvalho; os
Deputados Reginaldo Germano, Presidente da Comissão Externa da
Câmara dos Deputados, Luis Carlos Heinze, Relator, De Velasco,
Jorge Pinheiro, Luiz Bittencourt; e o Deputado Estadual João

Luiz Vargas, Presidente da Comissão Estadual que trata deste mesmo tema.
Damos as boas-vindas aos Deputados Federais e Estaduais. Esta Comissão Municipal tem como objetivo acompanhar os trabalhos de V.Exas. O Município de São Borja, por intermédio
da Câmara Legislativa, está à disposição de V.Exas., fornecerá
toda a estrutura necessária, a fim de que realizem um bom trabalho.
Colocamo-nos à disposição para o que for possível, com o objetivo de trazer os fatos para mais perto daquilo que entendemos ser a verdade e possibilitar a V.Exas., mediante os
fatos relatados e as evidências levantadas, chegarem à conclusão, que seja a verdade ou esteja o mais perto dela.
Enquanto estiverem em São Borja, tenham a certeza de que serão bem recebidos por esta terra, que é hospitaleira. Mais uma vez, desejamos a V.Exas. um bom trabalho.
Passo a Presidência dos trabalhos ao Presidente da Comissão Externa, Deputado Reginaldo Germano.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Declaro abertos os trabalhos da sexta reunião extraordinária da Comissão Externa destinada a esclarecer as circunstâncias da morte do ex-Presidente João Goulart, em 6 de dezembro de 1976,
na estância de sua propriedade, na província de Corrientes, na
Argentina.
Ao abrir os trabalhos, saúdo o povo gaúcho, na pessoa do Presidente desta Casa, que hoje nos dá a oportunidade de

2.entrar para a história. Aqui instalada esta Comissão, estamos
dando um passo para entrar na história deste País, principalmente porque não podemos entender como um governo democrático e verdadeiro pode se apoiar numa história que não
é real nem democrática.
Entendemos as dificuldades de se fazer política de desenvolvimento e de reconstrução nacional. O Brasil vive hoje
momentos bastante difíceis. Talvez essas dificuldades que o Governo enfrenta sejam um respingo na nossa história. Não podemos virar a página, entrar no próximo século sem conhecer
as histórias que ficaram obscuras. Logo depois da morte do ex-Presidente João Goulart morreu também o ex-Presidente Juscelino Kubistchek e, em seguida, Carlos Lacerda. Esses fatos não servem como pilares para a reconstrução de uma nação.
Até hoje os americanos não aceitaram a morte do ex-Presidente John Kennedy. Abrem investigações, criam histórias, fazem filmes. Ainda não conseguiram absorver as

circunstâncias da morte daquele Presidente. Nós, brasileiros,
ainda não conseguimos deitar e dormir em paz, pois não sabemos
se o nosso passado é limpo e cristalino. O nosso passado é obscuro. Um homem tinha seus ideais e procurava construir a Nação, mas
foi impedido de fazê-lo de maneira violenta e brusca. Anos depois, faleceu de modo inexplicável.
Não podemos aceitar a morte do ex-Presidente João Goulart como natural. Descobrimos fatos que cada vez mais deixam dúvidas em nosso coração e em nosso pensamento. É impossível construir uma nação democrática sobre uma história fantasma. Enquanto não desvendarmos esse passado, não haverá legalidade
para se marchar em busca do desenvolvimento. Somos a oitava economia do mundo, mas um dos países mais pobres do mundo. Esse contraste é enorme. Embora sejamos considerados a oitava
economia mundial, a qualidade de vida do povo brasileiro é uma
das piores do mundo. Talvez devido à ilegalidade com a qual construímos o País.
Com o esclarecimento da morte do ex-Presidente João

3.Goulart — uma Comissão trabalha para esclarecer a morte do ex-Presidente Juscelino Kubitschek —, estaremos livres de um passado obscuro, tenebroso e ilegal que não nos dá confiança para construir o futuro.
Agradeço ao Deputado João Luiz Vargas, que nos tem ajudado muito na Assembléia Legislativa de Porto Alegre. Foi o
anfitrião da Comissão Federal na Capital do Estado. Deu-nos toda a ajuda necessária, para que pudéssemos continuar esse trabalho aqui no Rio Grande do Sul. Este não é o fimdos trabalhos. Na verdade, hoje é como se fosse o primeiro dia de
trabalho desta Comissão, porque aqui está enraizada a história
e daqui, tenho certeza, nós poderemos sair com o rumo da verdade.
Agradeço a V.Exas. Vamos em frente, para que possamos chegar ao nosso objetivo, que é o daNação. Hoje o Deputado Luis Carlos Heinze será nosso Relator, a quem vou conceder a palavra, para suas considerações iniciais. Depois, então, nós
iniciaremos o período de perguntas aos convidados.
Muito obrigado.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Minha saudação ao Sr. José Durbal, Presidente da Câmara de Vereadores, e aos demais
Vereadores presentes, igualmente ao Vereador Sidnei, Presidente da Comissão Especial da Câmara Municipal de Vereadores de São Borja que também investiga a morte do

ex-Presidente João Goulart.
Cumprimento o Deputado Estadual João Luiz Vargas, que preside semelhante Comissão na Assembléia Legislativa do Estado, e os colegas Parlamentares que fizeram questão de conhecer a nossa São Borja e parte dessa história que estamos
buscando reconstruir.
Saúdo o Deputado Reginaldo Germano, Presidente desta Comissão Externa da Câmara dos Deputados, os Deputados Luiz Bittencourt, Jorge Pinheiro e De Velasco.
Depois de ter conversado com algumas pessoas que conviveram com o Dr. Jango e que poderiam reconstituir alguns
passos, além de buscar informações com os Srs. Bijuja, Percy e
Odil, o nosso objetivo era tentar falar com as pessoas que conviveram com o Dr. Jango nos seus últimos dias de vida. Até
então temos apenas o que jornais, revistas e a própria televisão, a imprensa de maneira geral, publicou. Estamos

4.reconstituindo esses fatos com as pessoas que viveram naquela
época. Sabemos que aqui em São Borja muitas outras pessoas teriam algo a acrescentar.
Ontem, na Assembléia Legislativa de Porto Alegre, ouvimos as pessoas que estão aqui hoje, que espero contribuam para os
nossos trabalhos e, a partir daí, tenhamos um norte.
Existem vertentes de que foi morte natural; existem até questões econômicas vinculadas à morte, além do fato político.
Então, o nosso objetivo é esclarecer parte da história do nosso País. Por essa razão, estamos aqui, hoje, em São Borja,
buscando os fatos de 24 anos atrás. Estou substituindo o Deputado Miro Teixeira, Relator desta Comissão. S.Exa. participa de outra missão, hoje, em Porto Alegre, em busca de
mais informações e documentos.
É uma satisfação estar aqui com os Vereadores, com os depoentes, com as diferentes lideranças políticas desta comunidade; os representantes dos partidos políticos estão aqui conosco. Não é a causa de um partido, mas da Nação. Não poderia deixar de mencionar a presença da imprensa. Antes tarde do que nunca, Deputado Reginaldo Germano. Esta Comissão
foi instalada na Câmara dos Deputados. O Presidente Michel Temer manifestou seu interesse, em nome da Câmara dos Deputados. A partir das informações, como disse o Deputado Reginaldo Germano, começaremos a trilhar um caminho.
Agradecemos, então, aos Srs. Odil, Bijuja e Lutero, que prestarão depoimento hoje.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Eu

gostaria de conceder a palavra ao ilustre Deputado Estadual João Luiz Vargas, que, embora não faça parte da Câmara Federal, é o nosso grande anfitrião aqui no Rio Grande do Sul.

O SR. JOÃO LUIZ VARGAS - O Presidente da Comissão Federal, Deputado Reginaldo Germano, e seus companheiros dão grande oportunidade que entrará para a história do nosso País.

Ao longo dos anos nós aprendemos aqui em São Borja a cultivar, quem sabe até com certo cuidado e às escondidas nos nossos corações, essas dúvidas que pairam sobre a morte do Dr. Jango.

5.E assim como a história foi construída sobre essas dúvidas, ao longo dos anos, aqui mesmo na Câmara de Vereadores, nas homenagens feitas todos os anos junto ao túmulo do Dr. Jango, fomos recolhendo essas angústias. Num momento muito oportuno, a Câmara Federal, a Assembléia Legislativa e a nossa Câmara de Vereadores de São Borja se integram na tentativa de esclarecer os fatos. E quem sabe nesse resgate da história possamos também resgatar um pouco da história do Dr. Jango. Quase que a totalidade das pessoas que aqui estão, mulheres e homens são-borjenses, cada vez mais buscam esclarecer suas dúvidas e resgatar a história do Dr. Jango.

Quero cumprimentar a Dona Celeste. Ontem estavam na reunião em Porto Alegre o Sr. Percy e Sra. Neusa, que nos deram extraordinária colaboração para o esclarecimento do fato. O Sr. Percy, com toda sua emotividade, tendo em vista a convivência que teve com o Dr. Jango, assim como o Sr. Bijuja, mostrou-se extremamente apaixonado pela causa. Com V.Sas. é que nós aprendemos, ao longo da vida, a manifestar essa paixão política por Jango.

Nesses trabalhos da Comissão, porém, é bom que analisemos os fatos desapaixonadamente. E os companheiros da Assembléia Legislativa que integram a Comissão Especial só não vieram porque nós começamos hoje pela manhã as votações. Procuraremos de todas as formas, sem paixão, contribuir para esclarecer a morte do Dr. Jango.

Registro a alegria da Assembléia Legislativa em receber os Deputados Reginaldo Germano, Luis Carlos Heinze, Jorge Pinheiro, Luiz Bittencourt, com quem convivemos anteriormente, já que foi Presidente da Assembléia Legislativa de Goiás, e De Velasco. Destaco, Deputado Reginaldo Germano, que este momento

é muito importante para a história de São Borja. Nós gaúchos que
temos vida política buscamos recolher fluídos positivos dos homens públicos que nasceram aqui em São Borja, a exemplo de Getúlio Vargas e Jango, para o enfrentamento diário das dificuldades. Espero que esses fluídos estejam presentes neste

6.momento oportuno, para que venhamos a esclarecer as dúvidas
que pairam sobre a morte do Dr. Jango.
Muito obrigado e bom trabalho. Nós buscaremos contribuir modestamente.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Tem V.Exa. a palavra.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Sr. Presidente da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente da Câmara Legislativa, Srs. Vereadores, meus colegas Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, imprensa, em Porto Alegre,
no início da reunião, fizemos uma oração. Pedimos a Deus que nos abençoasse e iluminasse a mente de cada um, para que o trabalho fosse desenvolvido da melhor maneira possível. E fomos muito bem sucedidos, obtivemos vários subsídios, que enriqueceram muito o trabalho.
Iniciamos todas as sessões do Congresso Nacional pedindo a proteção de Deus. Então, se a Presidência desta Casa permitir, gostaria de fazer uma pequena oração, independente de religião. Creio que a maioria das pessoas aqui acredita na
existência de Deus. Para investigar um fato que aconteceu há mais de 24 anos, do qual temos poucas provas concretas, é necessária realmente a intervenção divina, para que a verdade
seja trazida à baila. Não tenho dúvidas de que a morte de Jango não ocorreu sob circunstâncias naturais, mas provar isso
será um trabalho muito difícil para a Comissão.
Entendo que o maior legado desta Comissão será impedir, a partir de hoje, que fatos dessa natureza não mais aconteçam. Faço parte também da Comissão que investiga a morte do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, também muito suspeita. Repito: o maior legado destas Comissões será impedir que, no Brasil, aconteça o que aconteceu no passado.
A América Latina é sacudida por movimentos que põem em xeque a democracia. Ela chegou tardiamente, e muita coisa ruim
aconteceu. Uma vez que investiguemos e cheguemos a uma conclusão, estaremos contribuindo para a história e o futuro deste País. Pessoas mal-intencionadas não vão tentar fazer o que foi feito no passado, se hoje tratamos o assunto com

7.seriedade, investigamos e não o deixamos passar em branco. Então, se a Presidência da Câmara Municipal de São Borja e a Mesa Diretora dos trabalhos concordarem, eu gostaria de fazer uma pequena oração, pedindo a Deus que abençoe e encaminhe todo o nosso trabalho; pedindo a Deus que abençoe os depoentes, que prestarão ajuda valiosíssima a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Deputado Jorge Pinheiro, acredito que a sua proposta é o desejo de todos nós. Se não tivermos Deus ao nosso lado, para nos guiar, a nossa caminhada certamente será em vão. Acato a sua questão de ordem e solicito a V.Exa. que faça a oração, da qual todos nós participaremos, independente do nosso credo.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Eu peço a todos que fiquem de pé, por gentileza.

Nosso Deus e Pai, estamos aqui reunidos e Te agradecemos pela saúde, por nos permitir chegar até aqui e por todas as pessoas que se fazem presentes neste lugar. Vem abençoar, meu Deus, aqueles que irão depor, aqueles que irão expor, aqueles que irão contar tudo aquilo por que passaram, durante aqueles momentos tão difíceis aqui na América Latina, onde, meu Deus, infelizmente imperava o autoritarismo, o que, com certeza, não era do Teu agrado, e que não queremos que retorne a este e a país algum da América Latina. Abençoa aqueles que estarão contando os fatos, aviva-lhes a memória, para que tragam à baila todos os fatos importantes. Abençoa todos aqueles que estarão fazendo parte deste trabalho. Pedimos a Tua benção, neste local, e a Tua direção, em nome de Jesus. Amém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Dando continuidade aos trabalhos desta Comissão, convido o Dr. Odil a ocupar a Mesa nº 12, a fim de expor suas considerações iniciais. V.Sa. disporá de até vinte minutos. Caso não deseje utilizar esse tempo, passaremos imediatamente às perguntas dos Deputados em relação à morte do Dr. João Goulart. V.Sa. gostaria de usar a palavra ou prefere que iniciemos as perguntas?

O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Vou apenas relatar o que

8.lembro que aconteceu naquele momento. Depois, estarei à disposição para responder a alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - V.Sa.

pode ficar à vontade.
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Eu me lembro do momento em que me foi feita uma ligação, na qual fui chamado a ir à igreja onde estava sendo velado o corpo do Dr. João Goulart. Lá chegando, algumas pessoas de suas relações e alguns parentes me mostraram o corpo, que, naquele momento, expelia alguns líquidos, fluidos, através dos orifícios nasal e oral. Perguntaram-me se havia alguma maneira de melhorar o aspecto do corpo, visto que ainda continuaria ali exposto por algumas horas, à espera de familiares.
Como o corpo não tinha sido preparado, nós, então, argumentamos que poderíamos fazer algo para melhorar o visual.
Foi levado, então, o corpo para a parte detrás do altar, mais precisamente, onde se abriu o caixão, e fizemos a limpeza daquela zona oral e nasal. Fizemos um tamponamento com gazes e algodão, o que tínhamos no momento.
Foi somente isso realizado naquele momento. Nada mais foi solicitado, não houve outro tipo de conduta no momento, a não ser esses tamponamentos. Foi fechado novamente o caixão e colocado novamente no local. É disso que eu me lembro. Estou à disposição para alguma pergunta que queiram fazer.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Vou passar, então, a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze, que substitui o Relator da Comissão. S.Exa. fará as perguntas que considerar necessárias. Organizei aqui uma relação. Vou conceder a palavra aos Deputados De Velasco, Jorge Pinheiro e Luiz Bittencourt e ao Deputado Estadual João Luiz Vargas.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Dr. Odil, a que horas V.Sa. teria recebido esse chamado no dia 6 de dezembro, uma segunda-feira? No fim da tarde?
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - O horário, eu não me lembro. Sinceramente, não me lembro.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Alguém lhe falou a

9.respeito de fazer autópsia, para ver alguma outra coisa além do aspecto e do cheiro também que saía do nariz e da boca?
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Não, ninguém me falou nada sobre necropsia, não se relacionou nada no momento.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sabe-se que o Dr. Jango tinha problemas cardíacos. Já checamos as informações dos depoentes de ontem. O Peruano, por exemplo, o rapaz que estava com ele na casa e que foi chamado — a Dona Maria o chamou e também o Júlio, o capataz da fazenda —, quando Jango

estava sofrendo um ataque. O dia teria sido normal. Procuramos saber o que aconteceu na sexta e no sábado. Houve alguns incidentes, pouca coisa, nada que pudesse atrapalhar a sua situação. Procuramos saber com o Sr. Percy o que houve especificamente na sexta e no sábado. O Peruano, que estava com o Dr. Jango no domingo, acompanhando-o de Monte Caseros e Paso de Los Libres até a fazenda, em Mercedes, disse que ele estava normal e que almoçou normalmente durante o dia. V.Sa., como médico, acha que a troca de algum medicamento, dependendo do que fosse, poderia ter uma causa diferente, quer dizer, em vez de auxiliar, poderia apressar essa situação ou provocar um enfarte? O que ocorreu efetivamente? Pode ter sido morte natural, porque ele tinha problemas, a gente sabe disso, mas também pode ter sido provocada. Qual é a sua idéia? Teria condições de, examinando só o visual do ex-Presidente, verificar alguma coisa nesse particular?

O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Não. Eu não notei nada que me chamasse a atenção. Em verdade, na hora não se comentou nada que pudesse levantar essa dúvida. Quanto ao uso de medicamentos, não sabia que medicamento ele tomava, não sabia que tipo de problema maior ele tinha. Havia comentários, sim, de que ele tinha problema cardíaco, mas nunca houve, vamos dizer assim, comentários maiores, a não ser das pessoas que conviviam mais com ele, o que não era o meu caso.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O Peruano e o Júlio já tinham dito que na hora em que o Dr. Jango sofreu o infarto ele levou as mãos ao coração, parecia sentir dor, mas já estava praticamente sem vida. São as declarações de quem esteve com ele nos últimos instantes. Alguém poderia ter trocado esse remédio e, quem sabe, provocado ação dessa

10.natureza?

O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - O que eu vou lhe dizer, Deputado? É o tipo da coisa que não poderia ter sido considerada. Só em diálogo... tudo é possível.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Então, no visual, na aparência...

O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Não se notava nada que pudesse levantar alguma dúvida a respeito disso.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Recebemos algumas informações que suscitaram dúvidas, a respeito de pessoas que haviam-se aproximado na sexta, no sábado e até no domingo mesmo, e na segunda também estavam lá, parece-me, rondando. Essa é a preocupação que temos e gostaríamos de saber a

opinião de V.Sa., na condição de médico. Estamos atrás de qualquer indício. É o que pode nos ajudar, no sentido de buscar informação específica a esse respeito.

O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Quando eu fiz o tamponamento ele já estava em rigidez cadavérica. Não se notava nada diferente que fosse chamativo. Se fosse um perito no assunto, talvez pudesse notar alguma coisa; se fosse já com o espírito predisponente, com alguma desconfiança, poderia até notar alguma coisa, mas no meu caso fui chamado apenas para melhorar o visual, as condições momentâneas, vamos assim dizer, e estava com o espírito desarmado.

Não cabia a mim levar alguma coisa além disso aí. Fui consultado sobre a possibilidade de melhorar o aspecto do cadáver, visto que os filhos ainda estavam na Europa, viajando, e o corpo ainda ficaria exposto por muitas horas. Então, eu fui com o espírito de colaborar nesse sentido. Mas lembro que nada me chamou a atenção, nem que guardasse comigo.

Nada havia, sinceramente, do que desconfiar.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Na qualidade de médico, V.Sa. acha que o Dr. Jango poderia ter algum sintoma diferente, se tivesse tomado medicamento diferente? Teria como notar isso no corpo?

O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Devido ao tempo transcorrido

11.desde a morte, não se notaria grande coisa, a não ser numa necropsia. Visualmente não havia grande modificação.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Houve dificuldade para abrir o caixão? Alguém tentou dificultar esse exame visual? Ou simplesmente os familiares e os amigos que ali estavam levaram o caixão para um canto e abriram? Alguém tentou impedir o exame do corpo?

O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Não, que eu lembre não houve dificuldade alguma. Lembro que tão logo cheguei, conversei com algumas pessoas, e o corpo foi levado para a parte detrás do altar, onde se abriu. Não notei nada, comentário algum sobre não deixar abrir o caixão.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Tenho uma pergunta a fazer: quem ligou para V.Sa., chamando-o para ir à igreja?

O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Se eu citar nomes, estou sujeito a errar. Entretanto, tenho a impressão de que foram pessoas ligadas ao Dr. Florêncio. Não me lembro se foi a Dona

Iolanda ou se foi o Dr. Florêncio mesmo. Mas foram pessoas ligadas aos familiares. Não saberia precisar o nome. Não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Obrigado, doutor.

Com a palavra o Deputado De Velasco.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Sr. Presidente, Sr. Relator, demais membros que compõem esta Comissão, Sr. Presidente da Câmara Municipal, meus cumprimentos. Dr. Odil, qual é a sua especialidade médica?

O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Eu faço ginecologia e obstetrícia.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Então, o chamado não teve relacionamento algum com a sua especialidade médica, por óbvio?

O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Nenhuma. Puramente ligação de

12.amizade e confiança.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Pela sua exposição, parece-me, V.Sa. não tinha nenhum relacionamento anterior com o ex-Presidente.

O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Com o ex-Presidente, não. Eu tinha ligação com amigos dele aqui residentes.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Mesmo de acordo com a sua especialidade, seria um caso considerado comum, em óbitos desse tipo, essa eliminação de fluidos?

O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Depende muito do tempo e do estado, até mesmo da maneira como se deu o óbito. Vamos supor que essa pessoa tivesse ingerido alimentos pouco antes do seu óbito. Há tendência maior à eliminação de fluidos, à regurgitação, como chamamos, de secreções gástricas, que foi o caso do ex-Presidente. No caso dele era secreção gástrica.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Essa era a pergunta que iríamos fazer agora. Então, V.Sa. percebeu, pelo odor, que seria eliminação normal de um corpo naquela situação. Não era odor característico de alguma medicação, de algum conservante que teria sido usado?

O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Nada se notava, a não ser o cheiro mais característico de secreção gástrica mesmo.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - V.Sa. pôde perceber, no momento em que fez esse trabalho, com que roupa estava vestido o corpo do ex-Presidente?

O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Eu me lembro que ele estava descalço. Disso eu lembro. Parece que de meias. A cinta, se não me engano... foi o que me chamou a atenção, que me chocou.

Certas coisas a gente guarda; isso aí eu guardei. Ele estava mal preparado, por assim dizer. Isso eu notei. Se não me engano, ele estava descalço. Parece que só de meias. E me lembro que havia alguma coisa relacionada à cinta: ou estava aberta a cinta, ou estava sem cinta. Também me chamou a atenção.
Fiquei chocado, realmente, quando abriram o caixão. Eu ainda tinha aquela imagem do Dr. Jango, em 1969, quando estive
em Montevidéu com meu irmão e conversamos com ele, no seu apartamento. Então, tinha outra imagem dele. Depois, ver a pessoa praticamente jogada no caixão, marca muito. Isso

13.realmente me chamou a atenção.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Sem querer influenciar a sua memória, algumas pessoas já declararam que o ex-Presidente João Goulart estaria vestido de pijama. Isso vem à sua memória
ou não?
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Não lembro. De pijama, não lembro.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - V.Sa. falou em cinta. Então, dá a impressão de que ele realmente estava vestido com uma roupa considerada comum.
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Acredito que sim. Parece-me que de pijama, não. Lembro que a cinta me chamou a atenção, porque, ou estava aberta, ou estava sem ela. E os pés descalços, sim. Disso eu me lembro.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - A última pergunta, Dr. Odil: V.Sa. percebeu, ou à chegada, ou à saída, ou durante a sua permanência, algum aparato militar de segurança, algo que pudesse fugir ao normal naquela situação?
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Não me lembro. Na hora, pelo menos, que eu fui à igreja, não. Eu me lembro que entramos pelo lado. Depois, eu não sei.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Muito obrigado, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Tem a palavra o Deputado Jorge Pinheiro.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Dr. Odil, boa tarde. V.Sa. poderia repetir, por gentileza, a sua especialidade médica?
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Ginecologia e obstetrícia.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Em se tratando de um período de 24 anos, a cidade era evidentemente menor, os recursos da época também eram bem diferentes dos de hoje. Havia, além do senhor, outro médico na cidade?
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Sim, vários colegas, de outras especialidades. Eu entendo a pergunta de V.Exas. O chamado feito a mim foi por ligação de amizade, puramente.

14.**O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO** - De amizade com a família.
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Com pessoas ligadas à família.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Havia legistas na cidade?
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Não.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Especialistas no caso?
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Não.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Em relação aos líquidos expelidos pelo corpo, V.Sa. diz que o fato depende do que a pessoa ingeriu e costuma ser normal. V.Sa. disse que, quando chegou à igreja, o corpo já estava rígido.
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Sim.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Quantas horas aproximadamente V.Sa. calcula ter chegado depois do falecimento do Dr. João Goulart?
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Eu não sei. Não me lembro se foi na parte da manhã ou da tarde. Em todo caso, já faziam dez
horas, por aí.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Embora não seja sua especialidade, acredito que V.Sa. possa nos esclarecer o seguinte: normalmente depois de quanto tempo o corpo começa a
enrijecer?
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Depende, é muito relativo. Mais ou menos, quatro ou cinco horas. Depois disso há uma tendência à rigidez.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Antes de V.Sa., então, nenhum outro médico teve acesso ao corpo do ex-Presidente? Que
V.Sa. saiba, pelo menos.
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Que eu saiba, não.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Não foi feito nenhum comentário em relação a isso? V.Sa. foi o primeiro médico a ter acesso ao corpo?
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Acredito que sim.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Muito bem. Eu sei que essa é uma pergunta um pouco difícil de responder. Às vezes, a
determinados fatos que aconteceram conosco no passado não

15.damos muita importância, por parecerem normais. V.Sa. mesmo
disse que, ao ser chamado, não questionou se ele morreu de morte natural, se alguém pode ter tido alguma influência, se ele usou alguma medicação trocada, enfim, coisas que começaram
a ser conjecturadas bem depois. Hoje, depois que se levantou essa suspeita, depois que esta Comissão começou a investigar o
assunto — eu sei que é um pouco difícil, porque já se passaram
24 anos e, na época, nada lhe chamou a atenção —, mas sem

falar oficialmente, só um pensamento seu, não que esteja acusando alguém, devido a tudo aquilo que V.Sa. presenciou, podemos entender que foi o único médico a ter acesso ao corpo;
a pessoa que poderia ter alguma suspeita. Uma pessoa leiga no
assunto, evidentemente, não teria condições de suspeitar. Hoje
V.Sa. suspeitaria de alguma coisa, ou acha que o procedimento
foi normal, as reações do corpo foram normais, a condução foi
normal, pelo menos para a época?
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Deputado, pelo que vi, pelo que me lembro, como já disse aqui, nada notei que me chamasse
a atenção. Esse é o meu ponto de vista. Projetar isso é difícil.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Qual foi o procedimento de V.Sa.? De maneira técnica, se for o caso, gostaria que V.Sa. relatasse o seu procedimento. O que V.Sa. fez? Usou formol, tapou as vias respiratórias, devido ao líquido. Qual foi o trabalho realizado?
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Bom, naquele caso, a única maneira era vedar mecanicamente os orifícios. Foi o que fiz. Coloquei gazes e algodão, puramente isso. Outra coisa não tinha nem como fazer. O uso de formol se justificaria, a não ser o tamponamento. A tentativa era de melhorar o aspecto momentâneo, até que chegassem os familiares, o que foi feito.
Nada se usou a mais do que o tamponamento mecânico dos orifícios, com gazes.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - A última pergunta: V.Sa. já havia presenciado — sabemos que naquela época a escassez de
médicos era muito grande —, o falecimento de alguém nessas

16.circunstâncias? Já tinha feito algo parecido com o corpo de
outras pessoas, ou seria aquela a primeira vez?
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - É ao tamponamento que V.Exa. se refere?
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Sim. V.Sa. já tinha feito o mesmo com outras pessoas que faleceram? V.Sa. foi chamado para dar assistência? Era a primeira vez ou já tinha feito com
alguma freqüência?
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Não. Ver pessoas, **post morte**m, eliminar líquidos através dos orifícios oral e nasal, acontece
com certa freqüência. Não é tão grande, mas há uma certa freqüência. No nosso meio há casos. Agora, evidente que não é

todo óbito que leva a esse tipo de eliminação.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Sim, mas veja bem. Na época, quando o senhor foi chamado, o senhor tinha quantos anos? Porque com a minha pergunta, veja bem, eu queria ligar uma coisa a outra. Na época, quanto tempo o senhor já tinha de
medicina? Quantos anos o senhor tinha na época?
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Eu me formei em 1971.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Então, o senhor já era médico há 5 anos .
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Cinco anos.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Então, o senhor já tinha passado evidentemente por aquelas experiências.
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Sim.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Sr. Presidente, eram só essas perguntas. Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Com a palavra o Deputado Luiz Bittencourt.
O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Dr. Odil, eu queria voltar a uma pergunta que o Deputado Jorge Pinheiro fez ao senhor. Depois de passados esses episódios, o senhor alguma vez fez alguma reflexão sobre o que o senhor testemunhou e chegou a pensar que poderia ter realmente havido uma troca de
medicamento, um envenenamento ou algum tipo de ação que pudesse ter provocado a morte do ex-Presidente?

17.**O SR. ODIL RUBIM PEREIRA** - Olha, Deputado, como profissional e baseado no que eu vi, eu nem como pensar isso.
Como cidadão, pelo que se ouvia, depois disso, com os comentários, qualquer pessoa pensaria na possibilidade. Isso qualquer outra pessoa ouve, principalmente quem vive no meio da comunidade, em todos os planos. Mas, baseado no que eu vi,
no momento, ali, não teria fato nenhum para me basear. Não teria. Baseado no que eu vi, que visualizei, não tinha. Pensar
no quê? Não tinha.
O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Eu faço a pergunta neste enfoque: em função do que o senhor viu e posteriormente
esses comentários, se o senhor teria reconstruído a situação toda e, em um determinado momento, teria lembrado de um detalhe ou alguma coisa que poderia insinuar uma circunstâ
. ..@@@@
Å@@ôÆ@@@@Åäëî@@Æòéëì@@ÉàÆàëÆü@@@@@@Äão, não. Pelo que eu vi, não teria como relacionar, não.
O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - O senhor como médico poderia nos dizer também se existem substâncias químicas que poderiam provocar uma falência do coração simulando um enfarte? Uma droga, uma substância que, ingerida por uma

pessoa, poderia provocar isso.
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Se é uma pessoa que tinha problema cardíaco, é claro que existe. Claro que existe. Poderia. Existem drogas que poderiam — vamos dizer — acelerar um processo de isquemia coronariana, o que levaria, então, a um enfarto. Isso aí existe.
O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Evidentemente a medicina, hoje, atingiu um patamar de profunda sofisticação, principalmente com relação à sintetização de drogas. Mas naquele período, em 1976, era possível a existência desse tipo de droga, de substância química, de medicamento que pudesse acelerar, simular ou, digamos, provocar a morte de uma pessoa?
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Em 1976? Perfeitamente. Perfeitamente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Deputado

18.Luiz Bittencourt, V.Exa. me concede um aparte? Doutor, veja bem, se a uma pessoa que tem problema cardíaco, toma um remédio cuja ação é dilatar a artéria ou os vasos sangüíneos, é ministrado um medicamento que tem por ação contrair a artéria, como seria a sua morte? Seria lenta, dolorosa ou seria — pum! — tomou, morreu. Como acontece em um caso desse? Digamos que uma pessoa tem de tomar um remédio que dilate os vasos, mas alguém dá ou troca, ou essa pessoa, por engano, toma um remédio que tem uma ação contrária, que contrai os vasos. A morte, nesse caso, aconteceria lenta e dolorosamente ou de supetão?
O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Bom, se o senhor faz uso de um vaso dilatador e, em contrapartida, substitui por um vaso constritor, vai ter um efeito completamente oposto. Todavia, a maneira como essa pessoa vai morrer dependerá do organismo dela. Cada pessoa tem um tipo de reação. Então, é o mesmo que o infarto. Morrem cinco pessoas de infarto e não é obrigatório que essas pessoas morram da mesma maneira e que sintam a mesma sintomatologia, porque a fisiologia do nosso corpo difere muito de uma pessoa para outra. Umas podem morrer imediatamente, outras podem passar por um período mais longo, e ainda outras se prolongam mais e outras mais ainda. Isso depende de cada organismo.
Mas entendi a sua pergunta. Seria no sentido de ser, assim, bruscamente. Pode. Se uma pessoa que usa um vaso dilatador, substituí-lo por um vaso constritor pode ter uma

morte súbita. E também pode sentir dor? Pode. Depende da reação do seu organismo, da capacidade de absorver, da capacidade de agir e da resposta que o organismo tem diante dessa droga. Mas pode acontecer isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Obrigado, Dr. Odil. Deputado Luiz Bittencourt.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Dr. Odil, havendo a possibilidade de a morte do Presidente ter sido causada por envenenamento, o senhor acha que se se realizasse, hoje, uma exumação do corpo, existiriam formas de se descobrir isso? Os

19.exames disponíveis hoje poderiam detectar a presença de uma substância química?

O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Eu acredito que sim. Com a tecnologia de hoje não seria difícil, acredito, detectar se foi usado algum tipo de droga. Não é a minha especialidade, não é o meu setor, mas acredito que com a tecnologia atual não é difícil detectar.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente, agradeço as respostas e não tenho mais perguntas a formular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Com a palavra o nobre Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Dr. Odil, pela reconstituição que estamos fazendo, o Dr. Jango havia almoçado por volta de 3 horas da tarde naquele domingo e, depois, segundo nos informaram, durante a noite ele não jantou. Só havia tomado um chá. Foi o que ele fez naquela noite de domingo, antes do falecimento, na madrugada de segunda-feira.

Mesmo ocorrendo isso, o senhor falou que é possível ligar essa secreção que estava saindo da boca à alimentação, se a pessoa se alimentou. Então, vamos reconstituir.

Ele se alimentou por volta das 15 horas ou 16 horas, tanto que não jantou porque havia almoçado tarde. Quando chegou em Libres deveria ser por volta de 14 horas. Então, mesmo assim, acha normal a secreção? Ou poderia haver, se não fosse a alimentação, outra causa para essa secreção? Poderia outro fato ter provocado essa secreção, já que ele havia se alimentado praticamente quase doze horas antes de ocorrer o falecimento?

O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - Deputado, é possível. Essa eliminação de secreção é possível até na hora em que a pessoa morre, porque isso depende muito das contraturas. Há um tipo de inversão no peristaltismo e pode haver uma regurgitação e

uma suba de secreção até na hora em que a pessoa morre. E pode
acontecer pela pressão interna, dependendo do tipo de alimentação que a pessoa fez também, se são alimentos mais fermentativos, uma série de fatores. Mas mesmo que esteja com

20.o estômago vazio, a própria secreção gástrica pode ser regurgitada. Não é proibido, vamos assim dizer, que uma pessoa
que esteja com estômago vazio, na hora do óbito, tenha eliminação de secreções a partir de um determinado momento, porque chega a um ponto em que se inicia a formação de gases,
aumenta-se a pressão interna e há, automaticamente, uma regurgitação. Isso pode acontecer.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - É porque estamos achando estranho, nas informações que estamos obtendo, que alguém, depois do falecimento do Dr. Jango, buscou os remédios
na fazenda. Por quê? Depois de uma pessoa morrer, qual interesse alguém teria... Quer dizer, as informações que nos chegaram foram que o medicamento, os vidros de remédios sumiram da fazenda e não se sabe quem os teria buscado. Temos,
mais ou menos, um indício de pessoas que poderiam ter pegado os vidros de remédios. Daí, a pergunta do Deputado Luiz Bittencourt, de que se houvesse a troca do medicamento, quer dizer, poderia ter provocado o infarto, provocado a morte.

O SR. ODIL RUBIM PEREIRA - É aquilo que nós falamos: se uma pessoa que faz uso de um vasodilatador passa a tomar um medicamento que cause uma vasoconstrição, pode. É aquela explicação que dei anteriormente.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HEINZE - Está bom. Da minha parte, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Bem, Dr. Odil, quero agradecer a sua colaboração por ter gentilmente comparecido e também pela gentileza de nos responder em busca
da solução desse caso. Quero agradecer a participação do senhor e dizer que, de repente, talvez, daqui para a frente ainda precisemos convidá-lo. Tenho certeza de que, pela sua gentileza em responder, automaticamente vai estar sempre à disposição.
Continuando, quero chamar agora o Sr. Deoclécio Barros Motta, Bijuja, que viveu aqueles momentos terríveis que, infelizmente, marcaram negativamente a história desta Nação. Sr. Deoclécio, o senhor gostaria de usar um tempo para dizer alguma coisa ou o senhor prefere que os Deputados desta
Comissão passem diretamente às perguntas?

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Eu queria fazer uma única consideração que fiz diversas vezes para o Luis Carlos. Do

Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0819/00 Data: 20/06/00
21.Jango, pessoa, conheço tudo, pode-se dizer, porque eu era seu amigo desde que eu tinha sete anos. Estou com duzentos, bá! Apenas isso, da pessoa do Jango. Com relação à sua morte, vocês podem me perguntar o que quiserem, porque eu estou meio fora disso aí. Inclusive durante o velório, essa coisa, eu muito pouco compareci, fiquei em casa. Eu não fui lá, na ocasião, porque eu era seu procurador e administrador de seus bens no Rio Grande do Sul. Fiquei em casa. As gurias, nós chamávamos a senhora do Brizola, a Neusa, a filha, usaram a minha casa para se lavar, pedir um café, uma coisa assim. Então, nem do velório eu não participei muito. Mas os senhores podem me fazer as perguntas que quiserem. O que eu souber eu respondo.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano)-É o seguinte. O senhor foi, então, o procurador, o administrador?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Até o dia em que ele morreu. Entreguei um ano depois.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Tinha contatos constantemente com ele ao telefone?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Fui 137 vezes visitá-lo durante a cassação, o seu exílio. Eu fui lá.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Nesse período, o senhor, por acaso, teve alguma conversa com o ex-Presidente no que dizia respeito à sua cassação, à sua situação política? Houve alguma conversa?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - O Jango nunca acreditava que vinha sempre amanhã para o Brasil. Achava que não tinha crime nenhum, que não tinha feito mal algum. Ele sempre achava que vinha amanhã para o Brasil. Mas mais do que isso a gente não conversava. Sou um homem atrasado, um homem aqui da terra.
As nossas conversas eram sobre gado, negócio, dinheiro, mas sobre política quase nunca, por eu ser um homem atrasado. Política era só municipal, aqui. Essa fofoqueava bem. *(Risos.)*
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Agora, Seu Bijuja, o Presidente alguma vez comentou com o senhor: olha, eu estou correndo perigo. Olha, veja os meus negócios

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL
Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0819/00 Data: 20/06/00
22.aí, para depois você fazer a herança ou para dividir os meus negócios...Alguma vez houve algum comentário dessa natureza com o senhor?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Comentário dessa natureza,

o único problema... Uma das tantas vezes que eu levei dinheiro
para ele, no Uruguai, ele era da minha confiança, até me entregou as chaves, porque ele ia para Montevidéu. Disse: "Tem
um cofre lá no quarto. As chaves estão aqui. Tu guardes esse dinheiro que trouxe lá e dá uma contada para mim. Eu tenho que
ter sempre uma reservazinha meio graúda em dólar, e aquele outro negócio nosso era em cheque, porque numa dessas posso ter que sair apurado daqui".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Algum nome foi mencionado para o senhor? Por exemplo, algum nome de
um militar, algum nome assim, o general ou o fulano de tal, sei que ele tem me perseguido. Alguma coisa assim? Teve?

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Que eu saiba, não. Mas ele sabia. Eu sei que o SNI funcionava muito bem, porque inclusive
a minha vida particular aqui em São Borja eles sabiam em detalhes. E eu era um insignificante, era procurador do João Goulart. E eles funcionavam, eles circulavam. Coisa que até não era para saber bem eles sabiam. *(Riso*s.) Eu estava viúvo e
até meus camangos eles sabiam. *(Riso*s.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Está bom, Seu Bijuja. Vou passar a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze, que deve ter ou tem outros tipos de perguntas. Certamente vai buscar esclarecer as dúvidas que ele particularmente tem.

Deputado Luis Carlos Heinze com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Seu Bijuja...

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Diga.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Como procurador dele, quando ele comprou esse campo na Argentina, o senhor lembra, ele já tinha alguma razão especial para estar indo para a Argentina e comprar aquela propriedade?

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Era mais uma saída para

23.ele. Ele deu a entender que os negócios no Uruguai podiam complicar, podia haver qualquer coisa, assim... Então, para ele não estar saindo às pressas, ele ia comprar a fazenda na Argentina. Antes de ele comprar essa fazenda, eu até comprei uma para ele. Um dia ele me disse... Chamava-me de coronel, às
vezes. Nunca me pagou um salário, mas título ele me dava, de coronel. Ele me telefonou de São Tomé e disse: "Bijuja, vai um
aviãozinho Cessna te pegar, tu vais ver uma estância para mim,
porque eu vou ter que procurar mais uma outra saída, porque numa dessas a coisa complica aqui no Uruguai, o pessoal é muito bom e tal, mas..."

Ele tinha um medinho, sempre tinha... Ele não me declarou com essas palavras, mas ele tinha medo de uma pressãozinha de fora, assim. Aí eu comprei essa fazenda para ele. Tanto que, um dia, ele me telefonou: "Coronel, vendi a tua fazenda". Mas como? Disse: "Eu comprei essa fazenda, que tu compraste para mim, não pode ser... Fica a menos de 100 quilômetros da fronteira com o Brasil, e estrangeiro não pode ter..." Aí que ele vendeu e comprou essa outra lá, quando ele faleceu. São três propriedades ali.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Que ano foi que ele... Lembra mais ou menos em que ano ele comprou lá na Argentina? Esse episódio foi em 1975, 1974, 1973? Mais ou menos, não lembra?

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Não me lembro. De data sou ruim. Não me lembro.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Então, ele já estava com medo de alguma perseguição e procurando já uma outra...

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Alguma coisa de ter de sair. Esse negócio lá, também, que eu estava contando e interrompi, ele me disse: "A guria — uma sobrinha que eu criei, — manda dar umas contadas nos dólares lá, que eu tenho naquela gaveta. Em tal e tal lugar assim tenho uma porção grande de dólares guardados, que é para o caso de ter de sair meio apurado". Ele tinha essa prevenção.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Esses dólares estavam

24.na fazenda no Uruguai?

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Lá no Uruguai. Tinha um cofre grande. "Aqui as chaves do cofre. Isso aqui é a chavezinha do cofre lá de cima. Aqui em cima tem umas gavetas, tem um tareco que tu não conheces". Ainda me disse: "Tralha de cheque". Não conhecia mesmo e vi aqueles troços ali. Disse: "Aqui é um dinheiro que eu, na hora em que precisar, uso".

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O senhor me disse que ele esteve na Europa, algumas vezes.

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Esteve na Europa e pretendia ir de novo, porque ele me disse: "Coronel, me dê aquela chácara lá do pasto de boitatá. Me dê aquilo lá". Eu digo: Então, dá a procuração para o Lutero, que andava comigo, o Lutero Fagundes. Ele disse: "Tem um amigo nosso, falecido, o Roque Pinto. Mas acho que o nego Roque ficou com medo, porque prenderam vocês. Eu fui preso como subversivo lá no Uruguai

também. Traz aquele moreno aqui, porque mesmo sendo casado com
separação de bens ele tem que te dar uma procuração. A Maria Thereza tem que assinar, entendeu? Aí tu vens aqui em novembro, porque quero ver se vou passar o Natal na Inglaterra, com as crianças. Preciso dar uma saída e vou dar umas examinadas também na sua máquina e vou passar o Natal com
as crianças, na Inglaterra".

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - A última vez que o senhor esteve com ele, novembro...

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Parece que foi em novembro do ano em que ele faleceu. Ele faleceu em dezembro, não é?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Em novembro recém ele havia chegado, então, da Europa. Já fazia um mês ou sei lá...

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Não. Ele ia para a Europa.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim, mas ele tinha estado na Europa.

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Tinha estado na Europa, mas não sei precisar a data. Sei que ele pretendia passar o Natal com as crianças em Londres.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E, pelas informações, ele já estava se preparando para voltar para o Brasil. Ele já
estaria inventariando, organizando a situação da fazenda no Uruguai e também a fazenda na Argentina? Ele lhe colocava alguma coisa quando conversavam isso?

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Não. Ele sempre

25.pretendendo vir... Sempre, sempre pretendendo vir. E uma mágoa
quando a gente vinha embora pra cá que vou te contar, uma saudade dessa terra aqui que dava pena, mas... Ele dizia: "Não
vai embora ainda Coronel". Eu queria vir embora: Não, mas eu tenho o que fazer. "Mas o troço que você vai fazer é... As coisas são minhas lá na tua máquina". Não, mas isso aqui é bom. Diz: "Bom para ti que entra e sai a hora que quer. Isso tem que ficar à força aqui nesta merda! Não me agrada ficar nisso aqui. Depois não tenho crime nenhum". Isso ele sempre dizia.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - A gente estava vendo alguns episódios de pessoas que estavam se cercando dele. Ontem foram comentadas algumas evidências de algumas pessoas.
Vou-lhe fazer uma pergunta: qual é a sua posição... Acho que o
Ivo Magalhães trabalhava para o doutor...

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Prestava serviço, morava em Montevidéu.

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Ele tinha o Hotel

Alhambra. Eu tenho a impressão, não sei se o Jango teria financiado. Era Prefeito cassado de Brasília, ele e o Cláudio
Braga, que era um Deputado lá do *(ininteligível*). Eram sócios
ali e eram donos do Hotel Alhambra.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Qual é a sua opinião a respeito do Ivo Magalhães? Prestava serviço para o doutor, tinha relações com o doutor?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Tinha relação com o Jango e prestava serviço para ele também. Não sei se bem prestado, mas ele tinha bastante relação com o Jango.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Relações boas, na sua opinião? O doutor lhe falava alguma coisa a respeito do Ivo?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Não. Não falava, mas mais de uma vez fui com o Jango lá no hotel ...
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim, mas sentia, assim, que era pessoa de boa relação com ele, que estava tudo
bem, uma pessoa da confiança do Jango?

26.**O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA** - Pois, olha, eu nunca vi nada contrário, nem do Ivo nem do Cláudio.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E o Cláudio Braga tinha a mesma relação que ele tinha com o Ivo? Teria também com o Cláudio?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Pois, olha, o Cláudio Braga também tinha... Era bem relacionado também. É a mesma coisa, o Hotel Alhambra, esse lá sabe? E depois aqui na Argentina, à noite, estávamos só eu e o Jango aqui na fazenda,
onde ele faleceu. Ele mandou o empregado Júlio Quitanda: "Vai
deitar que eu vou ficar aqui com o Coronel. Nós vamos dar um susto nesse uísque". Ainda falou no negócio do cigarro. Eu digo: Não, mas não tenho cigarro. Parei de fumar. "Não adianta
parar. Morre, rapaz..." Daí a pouco, meia-noite em ponto, vimos uma luz lá na entrada da fazenda. Bom, diz ele: "Olha lá, acho que é visita". Eu digo: Só pode ser pessoa de intimidade, chegar meia-noite aqui na fazenda. Digo: Mas pelas
dúvidas, havia uma árvore bem grande toda iluminada, vamos apagar as luzes, fica tudo escuro. Digo: Nós temos que prevenir, não é por nada. Nós não estamos sabendo quem é que está chegando. Era o Cláudio que estava vindo da Argentina. Foi para lá e ficou conosco na fazenda. Por sinal, ele tinha cigarro e passamos a noite fumando. Mas é um relacionamento normal. Durante esse tempo, relacionamento normal.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Foi-nos citado, ontem, que o Cláudio havia procurado a D. Celeste, a senhora que estou vendo que está aí. Ligava para sua casa, sexta-feira

ou sábado, atrás do doutor, na véspera de ter acontecido isso,
três, quatro, cinco vezes. Não sei exatamente quantas. E que a
senhora teria ligado para o Dr. Jango e ele não queria falar com o Cláudio Braga? A senhora está ...
(Intervenção inaudível.)
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - É, não queria que dissesse onde ele estava. A senhora... Ele ligou para a sua casa?
(Intervenção inaudível.)
CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL
Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0819/00 Data: 20/06/00
27.**O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE** - Sim. Então, o que achamos estranho — por isso o senhor podia nos ajudar —é que na sexta-feira ele recebe um aviso do Silveira, que era um militar aposentado uruguaio, que dizia que ele segunda-feira teria que se apresentar no Ministério do Interior lá em Montevidéu. Isso aconteceu na sexta-feira. Sábado, parece que
ele teria ido a um remate, comprado gado em Salto, e o Cláudio
insiste em falar com ele. Parece que até teria falado que estava em Buenos Aires, onde ele estava em um escritório lá.
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Sim.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E daqui a pouco, domingo, onde o assunto pouco foi comentado, só com o Percy, com o Peruano que ele havia mandado passar para a Argentina, acertaram a ida dele para Mercedes, onde parece que ele não queria ir a Montevidéu. Então, preparou-se tudo em Bella Unión
e foi. E daqui a pouco o Cláudio é visto também em Paso de los
Libres, onde ele estava almoçando. O Alfredo teria visto o Cláudio e fez um comentário com a D. Maria, o Dr. Jango e o Peruano, que estavam à mesa: "Oh, o Cláudio Braga está passando aí". E como não quis falar com ele no sábado, também
não teve interesse. Então, o que estamos achando estranho é que é uma pessoa da relação dele, e quem sabe até negócios tinham, sei lá...
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Tinham.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Tinham os negócios e ele não queria falar com a pessoa.
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - É estranho mesmo, não é?
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O que isso lhe parece?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Olha, o Jango não era homem de fazer besteira, fazer fusquinha e não querer falar por não querer. Ele devia ter algum motivo forte para não querer. Agora, o que era...
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Deputado Luis Carlos Heinze, o senhor veja que o motivo era tão forte

que, segundo o depoimento de ontem, na sexta-feira, quando ele

28.ligava para a casa da D. Celeste... É Celeste?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Sim.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - O Presidente, então, dizia: "Não diga onde eu estou". Era isso mesmo? "Não diga para ele ou não diga onde estou. Olha, é o Cláudio que está aqui. Não diga para ele onde estou". Aí veja o senhor... Chega na véspera da morte, eles estão almoçando em Paso de Los Libres; o Cláudio não era convidado para estar ali, não se sabia que ele estaria ali e ele aparece ali. E quando é informado ao Presidente que ele chega ali, o Presidente fala uma palavra e faz um gesto como se não quisesse nem ver a sua cara. Deixa ele para lá. Quer dizer, estou meio perturbado com esse negócio desde ontem. Por que razão...
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - O Percy... Lembro-me deles se dando muito bem. Mais uma razão para reforçar essa desconfiança, essa coisa aí — naquela hora ele não querer — porque eles se davam muito bem, inclusive em negócios e coisas que o Cláudio participava lá ou fazia, tanto ele como o Ivo. É de se estranhar esse comportamento.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano)-E veja bem que o senhor disse aqui, ainda há pouco, que ele comprou essa fazenda, na qual ele morreu, buscando uma maior segurança. Quer dizer, ele estava indo para essa fazenda, não queria que o Cláudio soubesse que ele estava indo para lá naquele momento por quê, se eles eram tão amigos?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Pois é.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano)-E porque ali, naquele local, ele não quis falar com o Cláudio? E por que que o Cláudio não subiu, pelo menos para cumprimentar o Presidente, já que eles eram amigos? Por que razão ele passou quase que escondido? Quer dizer, se o Alfredo não estivesse em baixo, perto do carro, não o veria. Ele teria passado por ali, teria estado ali, e hoje nem saberíamos que ele esteve ali.
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Claro.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Nós só

29.sabemos porque o Cláudio o viu ali naquele momento.E o que complica é por que ele não foi falar com o Presidente? Ele

chegou lá e disse: "Ô, Presidente!" Pelo menos para cumprimentar, já que eram amigos.
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Eram. Quando o conheci eram bem amigos e ele não faria uma coisa dessa de passar sem
cumprimentar. Não cabia.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Agora, o senhor veja...
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Estou-lhe dizendo que nessa vez em que eu estava lá na estância foi ele quem apareceu à meia-noite, sozinho. Estávamos só eu, o Jango e o Júlio.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Sem avisar?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Chegou na fazenda, pousou e ficou lá.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Mas sem avisar também. Chegou sem avisar?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Sim. Ele vinha não sei de que parte da Argentina.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - O Presidente não sabia que ele ia chegar na fazenda nesse dia?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Não posso lhe precisar. Acho que não, porque ele disse: "Mas tem que ser a essa hora?
Tem que ser gente de intimidade para chegar à meia-noite numa...
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Então, ele não sabia, porque se soubesse, ele falava: não, é o Cláudio que está chegando agora.
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - É, mas parece que ele vinha de Buenos Aires, vinha não sei de onde. Havia horas que
ele não aparecia por lá.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Não, estou entendo. Mas o que digo ao senhor é o seguinte: se o Presidente soubesse que ele ia à fazenda, quando o senhor disse: "Que luz é aquela!" Ele ia dizer: "Não, é o Cláudio que

30.está chegando". Porque ele já estaria esperando...
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Não, saber ele não sabia. Quem vinha lá ele não sabia .
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Aí estão as coisas que se complicam. Quer dizer...
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Mas eu não vejo ligação por quê. Ele não sabia. Ele vinha de Buenos Aires, qualquer coisa que o valha, *(ininteligíve*l) Argentina. E, se ia passar
lá na fazenda, se o relacionamento dele, se no mínimo nessa época, era muito bom, não precisava aviso para ele chegar.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - É, mas

pelo menos o Presidente saberia que ele vivendo numa fazenda,
numa situação, num momento como aquele,e a pessoa chega de madrugada na casa dele, meia-noite, e ele não sabe que...
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Não, mas o momento era de tranqüilidade nessa época lá. Inclusive o Jango dizia: "Coronel, vamos lá... Deu vontade de comprar outra estância".
Dava maior que as dele, de longe. Ele dizia: "Esse francês de
merda não quer me vender aquilo ali". Eram 11 mil hectares que
tinham ali. Ele pretendia..., estava achando que estava bom negócio lá na Argentina, estava querendo ampliar os seus negócios lá. Ele foi meio como alternativa e depois estava gostando porque estava...
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Seu Deoclécio, o negócio do Cláudio, porque que estamos aqui ainda
encrencados, é porque nesse dia, nessa madrugada, o Presidente
morreu. Na véspera, o Presidente não quis falar com ele... Nós
estamos bem trancados.
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - É bem esquisito isso. Claro que é.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Na véspera, o Presidente não quis falar com ele; no dia, praticamente, ele não quis ir lá cumprimentar o Presidente, passou meio escondido, e, quando o Presidente soube que ele estava ali, também não quis falar com ele. Aí foi para casa, depois daquele almoço, e à noite deitou e morreu de

31.madrugada... É uma coisa que fica em aberto. Estamos... Eu,
pelo menos, estou tentando fazer a minha cabeça, acompanhar esse raciocínio e não consigo.
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA -É?
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Passo a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Seu Bijuja, o senhor lembra a área, mais ou menos, das três fazendas que ele tinha
aqui na Argentina?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Na Argentina, eram três fazendas: La Susi, onde ele morreu, novecentos e tantos hectares, beirando mil; La Periá, que tocou para a Denise, era
em frente da outra em que ele faleceu, e La Villa... Não, La Villa foi onde ele morreu...
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Onde ele morreu...
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - La Susi passava dentro dessa propriedade de um francês. Tinha de passar por dentro

dos campos desse francês, que ele dizia que queria comprar...
Entre as três não chegava a mil hectares cada uma, sabe? Eram
quase três mil hectares de terra.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E ele também tinha campo arrendado lá.
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Não me lembro nessa época se tinha. Mas ele, uma hora tinha... O Jango hoje tinha uma coisa, amanhã não tinha mais. O negócio dessa fazenda que o João pegou... Ele deu um dos tantos golpes de sabedoria. Era de um turco velho lá. Então, ele me disse: "Dr. Motta, o Dr. Goulart *va para el cielo cuando morir*". Porque conseguiu lograr um turco com 88 anos, que era ele. O turco botou, do Dom Martin Cehman, seis ou sete mil ovelhas, quase sete mil ovelhas dentro daquele campo, e só vendia a fazenda se vendesse aquelas ovelhas. Eu não vou comprar, fazer um negócio
desses aqui. Não dá... Mas o Jango estava a par de tudo o que
era mercado no mundo. Então, houve um negócio lá pela Rússia que fez o preço da lã disparar, e o Jango saiu a jato, foi lá
e comprou do turco e ainda pagou quase tudo com a lã. Um

32.negócio legal, decente e sério. Ele pagou quase tudo com a lã.
Então, gostou do negócio e estava ampliando lá na Argentina.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Alguma outra coisa estranha com relação a essa questão depois dessa separação, dessa partilha? Houve alguma briga entre o pessoal, os procuradores? O senhor era um dos procuradores, né?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Eu era procurador.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Tinha o Percy, o pessoal que trabalhava com ele no Uruguai... Tinha mais alguém
— não sei — Maneco Leães, enfim, Cláudio, que trabalhava com ele, Ivo, toda essa turma... Houve alguma coisa, assim, que fizesse o senhor ficar em dúvida com relação a algum desentendimento entre esse pessoal que trabalhava com o Dr. Jango ou que prestava serviço?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Não, o que eu fiz aqui eu fiz daqui do Rio Grande do Sul. São Borja, Santiago, fui representando o João Vicente, e um outro rapaz, o Manoel Viana
Gomes, representando a Denise. Foi o maior passo, tudo dividido certinho: campo, gado, búfalo, o que tinha lá. Não houve nada de nada.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - No Uruguai e na Argentina, o senhor sabe de algum desentendimento?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Lá não participei de nada.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Mas ouviu falar alguma coisa?

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Não. Eu sei que tocou a metade dessa fazenda grande, a Tacuarembó, para a Denise e metade para a Maria Thereza, e lá, Maldonado, umas dez quadras
na nossa... tocou para o João Vicente. É terra desvalorizada e
umas ficam dentro da cidade. Essas da Argentina eles venderam
na hora também. Cada um recebeu uma e passaram os cobres. É o
que sei.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Quem tocou os negócios dele na Argentina? Quem fez a distribuição, a divisão? Quem representava o pessoal lá?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Eu não sei te dizer,

33.porque... Depois disso, a Maria Thereza e a Denise decerto
devem ter feito alguma coisa. Nunca mais me cumprimentaram, não se davam mais comigo, e eu me retirei.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Está bom, Sr. Presidente.
Da minha parte, obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Tem a palavra o Deputado De Velasco.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sr. Deoclécio, se entendi bem, desde os sete anos do ex-Presidente, o senhor acompanhou essa amizade.
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Como irmão.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Como irmão. Se estivesse vivo, o Presidente teria hoje 81 anos.
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - É. Ele era de 1º de março de 1918.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Então, teria 82 anos.
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Isso.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - O senhor está próximo ou além disso?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Setenta e sete anos.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Então, ele era um pouco mais...
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Um pouco mais velho do que eu. A minha amizade maior era com o irmão dele, o finado Ivan
que era da minha idade.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - A partir de que ano o senhor passou a ser administrador do ex-Presidente? E que tipo de negócio o senhor administrava e onde?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Quando o Jango foi para o Uruguai — foi cassado — foi para Libres,...
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Em 1964...
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - ...foi lá para o Uruguai,

ele tinha procurador aqui, o Dr. Airton Mendes Aub. Um dia fui
lá visitá-lo, em junho de 1964, e ele me disse: "Coronel, tu
CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL
Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0819/00 Data: 20/06/00
34.podias me dar uma mão por lá. O Airton não é muito campeiro e
tal". Eu disse: Tu que sabes. Disse: "Vou dar uma procuração para tu fazeres as guias para movimentar gado". Ainda mais que
ele era... a essa altura tudo que era do Jango era visto com dez olhos, com perseguição, com maldade, pela
*(ininteligíve*l).
E aí eu peguei essa procuração. Depois, conforme eu disse, ele
foi ampliando, ampliando, até que me deu uma procuração, que eu tenho guardada, com poderes. Só não vendia terra; o resto tudo eu fazia. Vendia, trocava, mudava, usava o dinheiro... Ele dizia: "Não mete doutor no negócio que eu não gosto de doutor. Faça as coisas e me traga o... Tu vês o que tem de gado, o que tu vendeste, onde tu gastaste e me traga o troco que o resto eu sei fazer. Eu não gosto de **slip** de caixa. Essas
coisas eu não quero... Eu quero bem simples". Foi isso.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - O senhor nos falou inicialmente que por 137 vezes o senhor fez visitas ao Dr. João Goulart.
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - É. Em todas as vezes eu me encontrei com ele...
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Se ele levou doze anos no exílio, já que ele muitas vezes esteve na França, na Inglaterra, o senhor o visitou mais de uma vez por mês.
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Algumas vezes, sim. Ficava às vezes dez, quinze dias. D. Celeste, que morava lá na fazenda, sabe. Eu ficava dez, quinze dias. Por sinal, eu a alimentava com cigarro e as crianças com balas. Levava daqui.
(Risos.) Ia seguido lá.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Como procurador, como amigo de infância do Presidente, o senhor deveria saber de muitas coisas, até mais do que os próprios familiares... Porque esta
amizade é de confidentes.
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA -É.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - E o senhor mesmo disse que ele confidenciava muito ao senhor e sabia da sua vida também.
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Claro.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Com certeza, o senhor também
CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL
Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0819/00 Data: 20/06/00
35.confidenciava a ele muitas coisas. Ele alguma vez confidenciou

alguma coisa, questões familiares, relacionamentos com as pessoas mais próximas, inclusive com essas duas pessoas com quem o senhor também teve relacionamento por causa do ex-Presidente e até mesmo sobre o relacionamento dele com a D.
Maria Thereza, que podia ajudar esse tipo de trabalho que estamos desenvolvendo, Seu Bijuja?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Qualquer coisa com relação à família eu me nego a responder. Não entro nesse assunto. Respeito a D. Maria Thereza e a D. Denise — passaram a não me
cumprimentar mais, devem ter motivos —e me nego aresponder qualquer coisa sobre história de família.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Quanto a essa questão dos dólares, o senhor disse que havia muitos dólares para que fossem usados em casos emergenciais e se ele tivesse que sair
abruptamente, etc.. O senhor sabe que fim tiveram esses dólares?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Mas isso foi muito tempo antes do falecimento dele. Ele me disse que estava juntando dinheiro porque ia comprar uma fazenda na Argentina. Ele não tinha ainda as fazendas na Argentina. Aquele dinheiro que eu tinha levado — não me lembro quanto era — fui eu e o Mário *(ininteligíve*l). Era bastante dinheiro. E ele me disse que ia
comprar uma fazenda aqui na Argentina e que precisava ter aquela reserva sempre ali. Mas não sei lhe dizer quanto.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Quanto tempo antes do falecimento do Presidente o senhor esteve com ele?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Mas eu estive em novembro... Parece-me que foi em novembro do... Eu andava aqui
no Rio Grande. Foi em novembro que nós fomos lá, Lutero foi comigo. Não foi aquele dia do eclipse?
(Não identificado) - *(Inaudível.)*
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - É. Parece que foi em novembro que eu estive aqui em Tucuarembó. E ele me disse: "Olha, Coronel, depois..., vou passar o Natal com as crianças". Foi aí que ele me disse, que ia passar o Natal com

36.as crianças na Europa.
(Não há seqüência entre os textos.) *(Troca de fita 9/10*.)
(...) está com problema de coronária, e o gelo é vaso constritor. Mas aí eu não posso tomar uísque sem gelo. Então,
não tome uísque. "Ah, também não vou parar. E o cigarro nem pensar". O senhor tem problema de coronária, o senhor tem que
se cuidar mais um pouco. O senhor está bastante gordo e, pelo

que sei, o senhor gosta muito de uma carninha mal passada, bem gorda. "Ah, claro que gosto". Esse é um médico importante que até dias depois me deu uma caixinha de comprimido, viu que era grosso para falar, daqueles tranqüilizantes, não lembro qual era o nome na época. "Doutor, não tome essas porcarias, porque isso também faz mal. Tome chá de Cedron". Ele disse: "Eu nem conheço isso". Ele foi ao avental dele e tirou esse nosso *(ininteligíve*l). Isso é que é médico cardiologista. Tome e durma tranqüilo com isso aqui, Doutor. "Não compre esses remédios. O senhor precisa cuidar mais um pouco do seu coração".

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Deputado Jorge Pinheiro, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Seu Bijuja, boa tarde. O último contato que o senhor teve com o Presidente foi em torno de novembro.

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Parece-me que sim, não tenho bem certeza.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Aproximadamente.

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Sim.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Evidente que era natural, mas de que maneira o ex-Presidente manifestava medo? Embora tivesse muita vontade de voltar para o Brasil, ele chegou a comentar com o senhor que tinha medo de voltar, de alguma represália, de alguma ação, de alguma coisa assim?

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Não. A única coisa que ele tinha medo e não viria era de ser humilhado, ter de andar, vamos dizer, pelo cabresto por aí, chegar qualquer miliquinho e dizer: o senhor só pode ficar no Rancho Grande, só pode ficar aqui. Ele não aceitava essas restrições à liberdade, que talvez pudessem vir. Ele só viria livremente, como ele achava que não tinha dívida com nossa Pátria.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - A questão de ameaça de

37.morte, não?

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Não, nunca me falou.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Muito bem, já que o senhor era...

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Ia em toda parte, desculpe-me, ia a remate, a tudo e nem usava faca para comer carne, não carregava. Saíamos juntos nos remates, e nunca carregávamos arma.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Muito bem. O Relator até

comentou a questão do Cláudio Braga. O Sr. Percy, ontem, usou o termo ganancioso. Uma pessoa, de repente, pode ser muito competente, prestar um bom serviço, mas isso não significa que ela seja ou não gananciosa. Pelo contato que o senhor teve com ele, pelo que ouvi o senhor falar e comentar, o senhor disse que pelo menos a relação comercial entre os dois era boa, não havia problema.

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - É, aparentemente era boa.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Aparentemente?

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA -É.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Mas o senhor via o Cláudio Braga como uma pessoa gananciosa, com a pretensão de ficar rica?

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Ah, ele sempre sonhava, não se conformava em ser o que ele era. Sempre pensava...

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Ele não se conformava com a situação que tinha.

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Não, ele não chegava e dizia: "Bijuja, não quero mais ser pobre". Mas víamos em suas intenções que ele tinha bastante interesse nisso.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Sim, mas que intenções?

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Ele achava que tinha de fazer alguma coisa para ganhar mais. Aquele hotel que eles tinham dava para viver, mas ele tinha sonhos mais altos.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Então, ele realmente tinha, não vou dizer maldosamente, ganância.

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Não, claro. Todos nós

38.temos. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Então, está bem. Segundo informações que temos, o senhor era e é uma pessoa honesta.

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Quem?

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - O senhor.

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Seguro? Depois de tudo isso fiquei bem pobre. Acho que eu sou é burro. *(Risos.)* Está cheio de gente que não cuidou de metade do que eu cuidei e está cheio de dinheiro. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Há muita gente que fica rica realmente desonestamente.

O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Agora, não sou pitoco, eu sou suro. Pitoco tem um rabinho para agarrar. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Mas veja bem, o senhor como uma pessoa honesta, que administrava com todo o cuidado todos os bens do ex-Presidente, evidentemente ele tinha muita

coisa...
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Muita, muita coisa. Era muito rico. Trabalhava muito, era um trabalhador bárbaro o Jango e trabalhava sério, mesmo que estivesse doente. Uma vez
eu me lembro que ele estava mal do estômago, uma coisa séria,
tomou um chazinho, daqui a pouco chegou um amigo nosso, Aristides Florentino Dutra, que falou em um lote que existia não sei que preço e ele: "Ah, mas esse negócio eu faço!" E esqueceu-se do estomago.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Disposição para trabalhar.
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Ele era trabalhador, e muito vivo. Ele sabia mais do que os outros, em tudo. Era um homem campeiro, contava mil ovelhas, que é um bicho difícil de
contar, porque são todas iguais. Não sei se o senhor é gaúcho.
Tudo é igual, a ovelha. O Jango nunca errava uma conta. Ele ia
contar um gado. Baixava em um rodeio de avião, e ele dizia para o camarada: "Me deixa um matunguinho manso" — ele tinha aquela perna esquerda totalmente dura, tinha que meter lá no sovaco do cavalo. Só cavalo manso para ele montar. E no

39.rodeio: "Sr. Luís Carlos, seiscentas reses". Queria vender as
vacas gordas. Ele chegava lá, dava uma andada no cavalo, para
cá, para lá e dizia: "Olha, eu lhe compro 80 vacas. O gado é de cria, naquele tempo quase nem... Pago tanto pelas suas vacas. Aí ele dizia: "Coronel — eu conhecia um pouco de gado,
nesse tempo enxergava —, na parte eu comprei 80 vacas do Luís
Carlos. Essas vacas vão me dar 180 quilos de carne em Júlio Castilho. Fazia aquele cálculo. Podia ir lá receber.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Muito bem. Pergunto uma coisa: depois houve a partilha etc, outras pessoas foram nomeadas procuradores. Na sua visão, o senhor acha que foi bem
conduzida a situação, já que o senhor tinha uma idéia bem próxima de todos os bens que ele possuía? O senhor, procurador
e amigo que sempre lidou com os negócios, acha que a coisa foi
bem conduzida ou hoje o senhor diria que isso não foi conduzido de maneira correta?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Acho que não foi conduzido de maneira correta, a enormidade de coisas que ele tinha virar
nada. Não pode ter escapado pelo buraco.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Alguma coisa aconteceu,

então.
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Alguma coisa aconteceu. Só aqui no Rancho Grande, a estância é uma das melhores do Rio Grande, são 8 mil e tantos hectares. *(Ininteligíve*l) mais 5 mil e pico, cheio de gado aquilo. No dia que eu entreguei, para dizer que não tinha nada de dívida, tinham dezesseis cordeiros que o João Vicente tinha comprado num remate. Era toda a dívida que o João Goulart tinha.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Então, quer dizer que é estranha a maneira como esses bens se dissiparam.
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Sim. Numa invernada do Rancho Grande, quando eu já estava entregando, havia 978 bois
gordos. Eu ia matar quinhentos e poucos quilos e deixar os outros para dar uma repassada numa *(ininteligíve*l). Havia trezentas vacas gordas, separadas, tudo crioula. Tinha só um boi velho chileno que era comprado, o resto tudo era crioulo.

40.Isso era um dinheiro que entrou. Não sei, não vi, não estava
lá.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Hoje, depois de todos esses fatos ocorridos, o senhor que teve uma intimidade com ele, passa pela sua cabeça a possibilidade de ele ter sido assassinado? Vivia-se todo aquele terrorismo, os militares constantemente vigiando, aquela coisa toda, ele foi um Presidente deposto etc, etc. O senhor — uma opinião pessoal —,
uma pessoa que conviveu bastante com ele desde os 7 anos de idade, pensa que ele foi assassinado? O senhor acha que ele morreu de morte natural ou havia alguma coisa por trás disso tudo?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Não vejo por que ser assassinado se já havia 24 anos que estava fora do poder. Uma
pessoa pacífica a vida inteira, não tinha inimigo, não tinha ódio, não tinha nada, uma bondade personificada. Não encontro
motivo nenhum para que ele fosse morto. Com interesse de quem?
Só se fosse científico. Acho que não tinha ninguém capaz de fazer isso.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Entre os negócios que ele fechava — o senhor estava sempre fechando negócios para ele também — não houve algum tipo de negócio que não tenha ficado
bem resolvido? Alguém ficou chateado com ele? Algum inimigo, fazendeiro próximo, alguém que convivia por ali poderia ter tido algum motivo?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Aqui não. Na área que eu atendia não, nada.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Ele era benquisto pelas

pessoas?
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Demais, muito benquisto, um homem muito sério, muito direito, muito bom, muito humanitário, muito trabalhador. Só não gostava de vadio, não podia ver um índio sentado.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Está ótimo. Sr. Presidente, eram essas perguntas que tinha a fazer.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Quero agradecer ao Sr. Deoclécio Barros Motta, Bijuja, a

41.colaboração. O senhor começou dizendo que não tinha muito conhecimento de política. Não estamos querendo saber de política, queremos saber quais as conseqüências ou acontecimentos que redundaram na morte do ex-Presidente João Goulart. Não estamos tratando de política. Se a política é parte desses fatos, então, ela será parte da nossa investigação. O que queremos passar para o Brasil e para o mundo é: o que realmente aconteceu com João Goulart? Ele morreu ou foi assassinado? Essa é a pergunta que o mundo faz e
a resposta que esta Comissão pretende dar.
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Se Deus quiser vai dar, porque é uma beleza o que os senhores estão fazendo.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Por isso agradeço a sua participação e talvez voltemos a precisar do senhor .
O SR. DEOCLÉCIO BARROS MOTTA - Quantas vezes quiserem.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Muito obrigado. Seguindo nossos trabalhos, convido o Sr. Lutero Fagundes, que também trabalhou com o ex-Presidente, foi seu contador, a tomar assento à mesa.
Concedo a palavra ao Relator, Deputado Luis Carlos Heinze.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Lutero, como o senhor está vendo, estamos buscando essas informações e sabemos que, além dos trabalhos que o senhor prestava, também
tinha um relacionamento pessoal com o Dr. Jango. Como me referi, tantas outras pessoas também poderiam prestar informações, mas não teremos condições de falar com todas elas. No máximo, o que estamos buscando são as informações que
já ouvimos em Porto Alegre e agora estamos ouvindo aqui. Vamos
seguir essa trilha na Argentina e no Uruguai. O trabalho que a
Comissão estará desenvolvendo na Assembléia Legislativa será muito importante. A Assembléia vai colaborar conosco, igualmente o Vereador Sidnei Pires Gerhardt e a Comissão, presentes em São Borja, vão ouvir tantas outras pessoas, e todos esses fatos. Vamos montar um grande quebra-cabeça para encontrar a resposta que não só o Brasil, mas todo o mundo espera.

Qual a sua opinião a respeito disso? O senhor já ouviu os outros depoentes, tem acompanhado essa situação, conviveu com

42.o Dr. Jango muitos anos. Qual a sua idéia a respeito desses fatos?

O SR. LUTERO FAGUNDES - Preliminarmente, farei um intróito. Desejo boas-vindas à Comissão e aos seus componentes, na pessoa do seu Presidente e dos demais Deputados que a acompanham. Que a sua missão encontre o que se está procurando saber sobre a morte do ilustre são-borjense, o Dr. João Goulart.

Cheguei a São Borja — na verdade, sou filho de Uruguaiana, mas meus pais e avós são daqui — em 1947. Tudo o que somos, até então, devemos ao Dr. Getúlio Vargas, que mandou meu pai estudar e o nomeou chefe do Ministério da Agricultura em Uruguaiana, para o mesmo cargo que o seu neto, hoje, ocupa.

Quando aqui cheguei, já formado contador — aliás, eu me formei dois anos depois — prestava meus serviços aqui e comecei a prestar serviços para o Dr. João Goulart. Eles vendiam muito gado, e aquelas notas que vinham da Swift e dos frigoríficos eles me perguntavam por que se descontavam isso e aquilo. Chamavam-me ali. Daí, nasceu um relacionamento muito bom, muito afetivo, muito amigo e entramos na política. Sou da Revolução de 30 e lamento não podermos fazer hoje outra Revolução de 30. Se tal acontecesse, jamais estaríamos na situação em que estamos hoje.

Comecei na política com o Dr. João Goulart e fui Vereador. Como suplente assumi a Secretaria da Casa. Fui convidado pelo Dr. João Goulart a assistir a sua posse em Brasília, com o Presidente Jânio Quadros. Naquela oportunidade, ele me disse que no dia em que eu quisesse sair de São Borja, para descansar um pouco, ele me daria um cargo no exterior. De fato ele me deu. Fiquei três anos em Buenos Aires como Assistente Comercial do Lloyd Brasileiro, Adido da Embaixada Brasileira.

Quando o Dr. Jango caiu, eu estava no cargo em Buenos Aires. Quando estava me dirigindo ao Brasil — eu saí em abril de 1964 —, cheguei a Montevidéu e fui fazer uma visita a ele, que me disse que não fosse a Porto Alegre, porque todos os que

Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0819/00 Data: 20/06/00

43.vinham do exterior iriam ser pegos. Seria bom, disse-me ele,
que desse a volta e entrasse pela fronteira. Foi o que eu fiz.
Nos doze anos em que ele ficou exilado, doze anos eu o acompanhei, profissionalmente e como amigo. Fui até mesmo preso e tive vinte dias de cela. Se a GESTAPO, de Hitler, existisse, ela teria inveja do Serviço Nacional de Informações
do Brasil. Em festas, casamentos e batizados, eles punham gente deles, eles nos monitoravam diuturnamente. Sabiam tudo o
que acontecia, tanto no Brasil como no Uruguai, do Uruguai, então, eles eram donos.
O que me surpreendeu muito foi um dia quando ele voltou da Inglaterra, quando levaram o João Vicente para Londres... Ele sempre nos chamava lá e fomos ter com ele no hotel onde ele estava, em Tacuarembó, porque nós íamos para a fazenda. Eu
lhe perguntei: Doutor, como o senhor vai fazer para voltar para a Argentina? O serviço de inteligência da Argentina — ele
estava parando no Hotel Alviar(?) — mandou ele retirar da Argentina, sob pena de ele e a família serem ... Ele foi para
o Uruguai, voltou para o Uruguai. Vejam bem, o serviço de inteligência da Argentina, no hotel, após a derrubada da Isabelita. O Dr. João Goulart foi para Argentina quando Perón
assumiu o poder. As portas estavam abertas, portanto. Quando se fechou o ciclo peronista, com a mulher dele, mandaram que se retirasse.
Eu fiquei muito surpreso. Eu lhe perguntei como ele faria para ir para a Argentina. Ele me disse que nem ele sabia — na
mesa do café no hotel.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Isso antes de ele comprar a propriedade na Argentina, ou já tinha comprado?
O SR. LUTERO FAGUNDES - Ele já tinha comprado as propriedades. Ele estava na Argentina, mandaram que ele se retirasse da Argentina, e o governo argentino ameaçou não apenas ele, mas também seus filhos.
Para minha surpresa, de madrugada, à meia-noite, o *(ininteligível)* me ligou e disse que o Dr. Jango havia morrido
em Mercedes. Mas como, se ele não podia entrar na Argentina?

Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0819/00 Data: 20/06/00

44.Ele esteve em Salto, antes da sua morte. De lá ele cruzou para Monte Caseros, onde há uma barragem em cima. Decerto foi
para a fazenda, por conta própria. Não obedeceu às ordens nem

estava pensando que iria acontecer isso com ele.
Ele estava muito doente mesmo. Tinha estado em uma clínica muito recomendada, na França, mas ele não aceitava aquelas recomendações que recebia.
Estas são as palavras preliminares que eu desejaria expor à Comissão.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O senhor está dizendo que ele comentava que estava sendo ameaçado pelo governo argentino. Como o senhor soube dessas ameaças? Por ele mesmo?
O SR. LUTERO FAGUNDES - Não foi por ele. Foi por gente lá do Uruguai mesmo e por gente daqui. O senhor sabe que eu tinha muita ligação com pessoas de São Tomé, e ele estava sendo ameaçado.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Achamos estranho — vou retornar a esse assunto — essa informação que tinha recebido então.
O SR. LUTERO FAGUNDES - Pediram para se retirar.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Houve uma seqüência de casos de mortes, e o que está suscitando esta Comissão é buscarmos essa informação para a história e também para o futuro, conforme disse o Deputado Reginaldo Germano, da morte de JK, um pouco antes da morte do Presidente João Goulart, das mortes do Michelini, senador uruguaio, do General Torres, ex-Presidente da Bolívia, e General Prates, todas acontecidas na Argentina, casualmente. Estamos também buscando isso. Todos foram grandes personalidades, independente de colorações político-partidárias. Esses senadores e deputados uruguaios — um era do Partido Blanco, outro do Partido *(ininteligíve*l.) Não tinha uma coloração partidária definida, se da esquerda, sei lá. Essa também é uma das dúvidas que estamos buscando esclarecer.
Ele estava realmente preocupado com essa situação, quando teria recebido uma comunicação, numa sexta-feira, de que teria de se apresentar ao Ministério do Interior no Uruguai. Teria estado em Salto, nesse sábado, nesse remate para comprar gado

45.pra trazer para São Borja — é o que ouvimos falar — e depois vem a morrer na Argentina, quando passa para lá.
São fatos estranhos que já comentamos aqui especificamente a esse respeito. O que o senhor está dizendo vem confirmar os indícios de que ele tinha preocupações a esse respeito e também tinha o seu serviço de informações do pessoal que o cercava, tanto no Uruguai, na Argentina e no

Brasil. Isso é o que sentimos. É mais ou menos essa a sua percepção?
O SR. LUTERO FAGUNDES - É a mesma. Ele tinha muito cuidado porque, repito, o serviço secreto brasileiro era muito eficiente, era demais. Eles monitoravam todo o Uruguai. Cuidavam do Dr. Jango noite e dia. Cansei de chegar na fazenda, em Montevidéu ou no hotel em Buenos Aires, ligar para ele e ele dizia que tal hora estaria lá, mas nunca estava na hora que dizia, já prevendo todas essas coisas. Isso recrudesceu com aquela frente ampla que fizeram com o Lacerda.
Então apertaram o cerco.
Quando chegou Perón, ele achou uma saída. Inclusive tinha fazenda no Paraguai também. Mas quando caiu o peronismo na Argentina, quando tiraram sua mulher do poder, daí a não sei quanto tempo ele foi intimado a se retirar da Argentina. Perguntei o que iria fazer e ele respondeu que nem havia pensado o que fazer. Iria para a Inglaterra e depois pensar se voltaria para a Inglaterra no fim do ano. Isso que estou falando ocorreu no dia 18 de novembro do ano que morreu.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Os senhores estiveram com ele?
O SR. LUTERO FAGUNDES - Certo.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E ele já comentava a respeito da volta para o Brasil.
O SR. LUTERO FAGUNDES - Sim. Nas entrelinhas, como político, saía por tudo que era lado. Comentava que estava previsto que voltaria para o Brasil depois.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Depois da Inglaterra?
O SR. LUTERO FAGUNDES - Depois da Inglaterra, voltaria

46.para o Brasil.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Por tudo o que o senhor ouviu, tem alguma idéia específica? Isto é, tem esse problema político que estamos abordando, tem a questão da saúde efetivamente, que ele tinha problemas. O Bijuja e outros comentam a respeito dessa situação e que ele também não se cuidava muito, não era uma pessoa regrada, com horários sistemáticos, enfim. Isso realmente é um problema. O senhor tem a sua idéia a respeito do que poderia ter ocorrido? A questão de saúde, de negócios e a política?
O SR. LUTERO FAGUNDES - Negócios não. Era um homem muito bem de situação econômico-financeira. Cansou de dizer pra mim que não queria nada do que tinha em São Borja, porque não precisava. "Quero que vocês cuidem, porque um dia eu chego lá.", ele dizia. Não queria essa preocupação com coisas daqui.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Ele não. Mas o senhor

acha que alguém poderia ter preocupações em cima de interesses
a respeito de tudo o que ele tinha?
O SR. LUTERO FAGUNDES - Eu acho que tudo foi política, né? Quanto ao que ele tinha, não sei muito bem dos negócios dele no Uruguai e na Argentina. O que eu sabia era que estava
muito rico.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Está bem. Da minha parte, por enquanto, é só, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Gostaria de tomar a seguinte decisão: vou suspender esta reunião para que o Presidente da Casa possa abrir a sessão ordinária da Câmara dos Deputados. Logo após o Presidente também suspende a
sessão e nós voltaremos a nossa sessão da Comissão Federal, para continuarmos ouvindo o Sr. Lutero Fagundes. O senhor pode
continuar?
O SR. LUTERO FAGUNDES -(*Intervenção inaudíve*l.)
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Está certo. Então vou suspender por uns momentos a sessão e, daqui
a alguns minutos, estaremos retornando e reiniciando os trabalhos para continuar a ouvir o Sr. Lutero Fagundes.
CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL
Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0819/00 Data: 20/06/00
47.Está suspensa a sessão.
*(A reunião é suspens*a.)
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Está reiniciada a sessão. Vamos dar prosseguimento no depoimento do
Sr. Lutero Fagundes que, na oportunidade, era pessoa ligada também ao Presidente João Goulart.
Passo a palavra ao Deputado De Velasco para que continue com o depoimento.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sr. Lutero, na sua exposição inicial, o senhor disse que o SNI brasileiro era pior que a GESTAPO e inclusive conhecia tudo de Brasil e tudo de Uruguai. Fiz a seguinte pergunta ao Dr. Odil: se, por acaso, ele teria visto ou percebido algum aparato policial enquanto o corpo esteve na igreja. Ele disse
não ter percebido isso. O senhor esteve presente nessa ocasião?
O SR. LUTERO FAGUNDES - Estive presente e, inclusive, assim que soube da morte do Presidente, desloquei-me para a Argentina com outros amigos. Lá vi em que circunstâncias estava o ambiente. O Governo brasileiro não queria que o Dr. Jango voltasse para o Brasil nem morto. Era pra chegar aqui
e
enterrar.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Tomamos conhecimento de que

houve uma sugestão de que ele não viesse via Porto Alegre e que teria passado pela fronteira próximo de São Borja, para evitar qualquer acompanhamento que não se desejasse.
Quando o senhor esteve na igreja, percebeu se havia pessoas que poderiam ser consideradas como olheiros ou participantes do SNI e que estariam ali exatamente para evitar
até mesmo uma questão que a todos chama atenção, de que não tenha havido autópsia ou uma necropsia no corpo do Presidente?
O senhor percebeu alguma coisa nesse sentido?
O SR. LUTERO FAGUNDES - Como já disse, eles estavam em toda a parte, vestidos e caracterizados de todo o jeito o Serviço Nacional de Informações no Brasil juntamente com as

48.Forças Armadas do Sul.
O Dr. João Goulart passou na Ponte Internacional Uruguaiana Libres. Eu estava presente naquela oportunidade. Foi muito difícil passar pela ponte, tanto lá como aqui.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Essa má vontade do Governo militar de então, das autoridades nacionais brasileiras... *(Não há seqüência entre os textos*.) *(Troca de fita 12/13*.)
(...) teria sido vítima de algum complô, de alguma atuação direta do Governo brasileiro na morte dele?
O SR. LUTERO FAGUNDES - Sim, eu acredito que o Governo teria problemas, pois ele acreditava que haveria uma convulsão
social no País com a volta do Presidente, porque ele era populista, e estávamos vivendo um regime de exceção muito forte.
E com relação à autópsia, essa que o senhor fala, ela deveria ter sido feita lá na Argentina, naquele lugar, e não aqui.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - O senhor disse que tinha ido até lá...
O SR. LUTERO FAGUNDES - Fui.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - ... quando soube. O senhor admite por que esse exame não foi feito, o que seria normal e
comum ter sido feito ou até obrigatório? Aqui no Brasil é obrigatório, por lei, que qualquer pessoa que tenha um infausto que o leve ao óbito fora de um hospital seja autopsiada. O senhor sentiu que houve proibição? Por que razão
não houve? Foi a pedido da família ou por intervenção de alguma força externa? O que teria causado?
O SR. LUTERO FAGUNDES - Aí o problema suscita muitas dúvidas quanto a essa autópsia. Vivi na Argentina, inclusive tenho contato, pois tenho parentes na Argentina. Acredito que
a autópsia, tanto no Brasil como na Argentina, aqui onde vivemos, seja uma coisa obrigatória a ser feita, não é?

Agora, quanto a essa passagem de que não foi feita no cadáver do Presidente João Goulart, aí não sei a que atribuir,
tantas as indignações que você pode tirar desse episódio, não
CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL
Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0819/00 Data: 20/06/00
49.é?
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Na sua fala inicial, o senhor disse uma coisa que me chamou muita atenção, quando o Deputado
Luis Carlos lhe fez uma pergunta. Disse que o Presidente estava muito rico. Estava muito rico dava a impressão de que ele não houvera sido rico anteriormente. Foi simplesmente uma
falha na sua maneira de falar ou ele realmente, ao falecer, estava muito mais rico do que estivera antes, e isso talvez tivesse suscitado toda essa celeuma em torno de sua herança e
causado até mesmo desvio dos seus bens?
O SR. LUTERO FAGUNDES - Ao morrer, ele estava bastante rico. Repito: ele estava rico. Porque não obstante eu ser contador dele, trabalhando nas economias dele, nas finanças dele aqui junto com o Bijuja, porque eu tinha uma procuração paralela com o Sr. Bijuja também, ele estava muito rico. E repito o que ele disse para mim: "Eu não quero nada que eu tenho lá. Eu quero que vocês cuidem, porque um dia eu vou voltar para lá". Ele estava efetivamente rico.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Muito obrigado, Sr. Lutero.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Deputado Jorge Pinheiro, V.Exa. tem a palavra.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Sr. Lutero, na época da morte do Presidente, especificamente, qual era a sua função?
O SR. LUTERO FAGUNDES - Eu era procurador dele. Ele tinha muitos bens, muitas propriedades em todo este Brasil. Então, aqui eu fazia os relatórios para ele, assessorava o Sr. Bijuja
nessa parte das finanças que ele falou aqui e eu também tinha
uma parte nas finanças. Queira ou não, quem fazia isso era eu,
mediante uma procuração que ele também me passou, paralelo ao
Sr. Bijuja.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - E essa procuração dava ao senhor poderes aos bens dele dentro da Argentina?
O SR. LUTERO FAGUNDES - Não.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Onde mais?
O SR. LUTERO FAGUNDES - Aqui no Brasil.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Aqui no Brasil.
CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL
Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0819/00 Data: 20/06/00
50.**O SR. LUTERO FAGUNDES** - Aqui no Brasil.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Não na Argentina?
O SR. LUTERO FAGUNDES - Não na Argentina nem no Uruguai.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - O senhor disse aqui que o "governo argentino", entre aspas, convidou o ex-Presidente a deixar o país. Pergunto: como o senhor sentiu o ambiente na época? A pressão, a participação dos militares brasileiros dentro da Argentina era uma coisa facilmente notada ou era uma
coisa sutil? Como é que o senhor sentia ali a mão dos militares brasileiros dentro da Argentina que, evidentemente,
influenciaram essa decisão do governo argentino de querer que
o Presidente não ficasse naquele país?
O SR. LUTERO FAGUNDES - Não, eu acredito que o Brasil não influenciou na Argentina e jamais vai influenciar lá, viu? Na
Argentina, como se diz, eles têm um quê pelo Brasil que amaina
um pouco de vez em quando. Inclusive com o MERCOSUL isso aí vai terminar, porque ou se dá para todos ou não se dá para nenhum. Quem está levando vantagem nisso aí é a Argentina. E o
Brasil, nesse sentido, nessa pergunta, se ele tinha interferência com a história do Dr. João Goulart, decerto por
vias diplomáticas e secretas eles tinham, mas não abertamente.
Agora, no Uruguai, sim.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - E na sua opinião, por que o governo argentino não quis mais a permanência dele lá? Seria
por causa de ligações com a antigo Presidente, com o Perón?
O SR. LUTERO FAGUNDES - Como eu disse, a questão é política e vem de longe, não é daqui. A questão tem muito mais
ramificações nesse episódio da saída dele da Argentina.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Muito bem. O senhor fez uma comparação da GESTAPO com o serviço de informações brasileiro. A GESTAPO, na época, tinha influência nos países ocupados pela Alemanha nazista e naqueles que seriam ocupados.
Inclusive ela era responsável por pegar dados daquele país e passar para a Vermar, para que ela calculasse como seria feita
a invasão, a quantidade de militares necessários e os equipamentos que seriam usados.

51.O senhor faz uma comparação dizendo que a brasileira ainda era pior. Pior em que sentido? No sentido da informação
ou no da violência com que eles atuavam? A GESTAPO era muito violenta e tinha métodos violentíssimos para poder arrancar

das pessoas as informações que queriam.
No caso, até para esclarecermos um pouco sobre essa questão da Operação Condor na América Latina, como é que era a
atuação desses supostos militares ou braços militares nesse país, no caso do Uruguai e do Paraguai? Era de forma bem violenta ou era uma questão de competência de informação mesmo?
O SR. LUTERO FAGUNDES - Com relação à GESTAPO, guardando as proporções, refiro-me assim: sentíamos que éramos constantemente vigiados, dia e noite. Então, se o senhor fizesse uma festinha para sua filha ou para o seu filho na sua
casa, acredito que alguém do serviço nacional de informação estaria lá vigiando. Era assim que eles captavam tudo que era
palavra. Então, eles botavam, viu?
Como já disse, fui preso no Governo Médici. Quando eu voltava do Uruguai com outro amigo, prenderam-me aqui em Livramento. Havia uma ligação entre a polícia uruguaia e a brasileira, haja vista que o material bélico uruguaio à época
era todo brasileiro, até a roupa do soldado. Os aviões brasileiros passavam em território uruguaio na hora em que eles queriam.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Vou fazer uma pergunta para o senhor: a intenção da família na época era a de enterrar o corpo do ex-Presidente aqui no Brasil. Especificamente aqui, qual era a idéia da família na época? Porque houve todo um problema, o Governo brasileiro não queira
deixar o corpo entrar, aquela coisa toda. O senhor até chegou
a mencionar que eles não o queriam aqui nem morto. Na época, qual era a intenção da família? Onde eles queriam enterrar o corpo?
O SR. LUTERO FAGUNDES - Aqui.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Aqui, onde?

52.**O SR. LUTERO FAGUNDES** - Aqui em São Borja...
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Aqui em São Borja.
O SR. LUTERO FAGUNDES - ... no cemitério aqui.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Eu lhe faço uma pergunta: o senhor não achou estranho essa resistência do Governo brasileiro? Porque São Borja fica na fronteira, é tão próximo,
é uma questão mínima de alguns quilômetros... O senhor não achou estranho o Governo brasileiro, embora eu entenda a questão política de não querer que ele entrasse no Brasil, porque era uma pessoa muito popular, mas o senhor não achou estranha essa questão? Se fosse para enterrar em São Paulo, Rio de Janeiro, uma grande capital, no centro do País, tudo bem. Mas uma cidade próxima à fronteira, o senhor não achou

estranhas essas dificuldades que o Governo brasileiro criou na
época?
O SR. LUTERO FAGUNDES - Não, porque o Governo de exceção da época não tinha nenhuma popularidade, nenhum apoio do povo,
né? E entrando um homem como João Goulart, que era daqui, aqui
ele poderia fazer uma convulsão em qualquer lugar, começar de
qualquer lugar.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Eu teria só...
O SR. LUTERO FAGUNDES - Che Guevara começou na Sierra Maestra, não é? Está lá há 40 anos, não é?
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Exato.
Última pergunta: no pensamento do senhor, devido àquele ambiente, a tudo aquilo que o senhor vivenciou, a questão dos
militares etc,etc... O seu pensamento hoje, depois de tudo isso ocorrido, o senhor somando 1+ 1 são 2 etc., o senhor acha
que ele poderia ter sido assassinado ou essa questão de não ter morrido naturalmente não teria fundamento? No seu ponto de
vista, a morte dele poderia ter sido provocada?
O SR LUTERO FAGUNDES - Não, não posso responder que poderia ou não. Mas, em certas circunstâncias, suscita uma dúvida quanto à morte do Presidente. Em certas circunstâncias,
não é?
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - O senhor acha então que a coisa não está bem explicada.
CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ REDAÇÃO FINAL
Nome: COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
Número: 0819/00 Data: 20/06/00
53.**O SR LUTERO FAGUNDES** - Demoraram muito para mexer com esse problema.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - A questão de não ter sido feita a autópsia.
O SR LUTERO FAGUNDES - Inclusive, não é?É o fundamento.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - O governo errar, como o argentino, de não fazer, até estenderíamos. Mas o Governo brasileiro também não querer ou não se importar de fazer uma autópsia...
O SR LUTERO FAGUNDES - É claro que para o Governo brasileiro não havia interesse, na oportunidade, porque eram os donos da situação e não queriam saber nada de povo, nada de
populismo. Daí que tiro essas minhas conclusões de que esse problema foi político.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Está certo.
Sr. Presidente, não tenho mais perguntas a fazer.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Quero agradecer ao nosso convidado, Sr. Lutero Fagundes, pela

participação e boa vontade em cooperar com esta Comissão. Pelo adiantado da hora, temos de regressar imediatamente para Porto Alegre e as condições de decolagem são restritas.
Encerramos esta reunião, sabendo que tiramos daqui assuntos importantes. Para a maioria dos que aqui estão presentes, talvez tenham sido somente palavras, mas vamos juntar todas essas palavras com o que já temos. Vamos formando idéias e chegando ao fundamento de todas as coisas.
Agradeço ao Dr. Odil, ao Sr. Deoclécio Barros Motta, o Bijuja, ao Sr. Lutero Fagundes. Agradeço também ao Presidente da Câmara Municipal de São Borja, Vereador José Carlos Almeida Dubal, que retardou sua sessão para que pudéssemos encerrar a nossa, à Comissão Especial, que também aqui tem investigado esse caso, o Presidente Sidnei Pires Gerhardt, o Vice-Presidente, Vereador Jeovane Weber Contreira e o Relator, Vereador João Ari Carvalho. Enfim, agradeço a todos que aqui vieram participar, verdadeiramente, de um momento histórico para o Brasil.

54.Vivemos num País que, infelizmente, é coberto de injustiça. Temos aí a questão dos índios, dos negros, a condição política do nosso País. Como disse no início desta reunião, não podemos terminar este século e abrir uma outra página do livro da nossa história sem a conclusão desta. Tenho certeza de que esta Comissão vai chegar a um ponto final nesta história. Não vamos terminar esta Comissão sem termos chegado ao nosso objetivo.
Recordo-me muito bem de que, quando começamos a CPI do Narcotráfico, as pessoas diziam que era mais uma CPI que iria acabar em pizza. Quando terminamos os trabalhos da CPI, no mês de maio, deixamos, atrás das grades, mais de duzentas pessoas.
E não fomos em favelas nem em morros. Deixamos aqueles que, verdadeiramente, estavam vivendo do narcotráfico: Deputados, delegados, Prefeitos, policiais, e uma porção deles.
A CPI do Narcotráfico não acabou em pizza, e esta Comissão Externa também não vai acabar politicamente como todo mundo talvez possa pensar, ou seja, que estamos apenas querendo colocar um pano na história. Não! Estamos tirando o pano que cobriu a história durante todos esses anos.
Ao final do trabalho desta Comissão, os senhores verão

que estaremos apresentando a verdade nua e crua ao povo brasileiro e ao mundo, doa a quem doer, até porque o nosso compromisso não é com nenhum governante, mas com o povo brasileiro. E como brasileiros, temos a maior boa vontade de esclarecer esse fato.

Portanto, quero agradecer a todos, ao Deputado João Luiz, da Assembléia Legislativa de Porto Alegre, que nos tem ajudado
e conduzido muito no Rio Grande do Sul nesses dois dias. Essa história vai chegar a um bom termo. Vamos apresentar a verdade ao Brasil. Se o Presidente morreu de morte natural,
o Brasil e o mundo vão saber. Mas se o Presidente da República
daquela época, João Goulart, foi assassinado, envenenado ou houve troca de remédios, também o mundo saberá, porque não vamos ter medo de declarar isso.

Esta Comissão veio para trabalhar nesse propósito e nesse sentido.

55.Vamos encerrar os nossos trabalhos. Muito obrigado. Está encerrada esta reunião.

56

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES
TEXTO COM REDAÇÃO FINAL
COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
EVENTO: audiência pública Nº: 001271/00 DATA: 06/12 /00
INÍCIO: 15h17min TÉRMINO: 17h40min DURAÇÃO: 2:23:00
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2:27:00 PÁGINAS: 59 QUARTOS: 30
REVISORES: PAULO DOMINGOS, ELIANA, MARLÚCIA
SUPERVISÃO: GILZA, J. CARLOS, MARIA LUÍZA
CONCATENAÇÃO: J. CARLOS
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
Jair Krischke – Presidente da Associação Nacional de Direitos Humanos
Marion Gonçalves Werhli – Perita médica criminal
Manoel Constant Neto – Perito médico legista
SUMÁRIO: Depoimento dos convidados, seguido de debates com Parlamentares, sobre a Operação Condor no Continente Sul-Americano e a suspeita de seu envolvimento no assassinato de políticos latino-americanos; sobre efeitos de substâncias tóxicas no organismo
humano, em especial o gás Sarin; sobre as circunstâncias que envolveram a morte do ex-Presidente
brasileiro João Goulart.
OBSERVAÇÕES.CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
1
O SR. PRESIDENTE (Deputado Coriolano Sales) – Com a permissão do Deputado Miro Teixeira, declaro abertos os trabalhos da 8ª Reunião da Comissão Externa destinada a esclarecer as circunstâncias em que ocorreu a morte do ex-Presidente
João Goulart.
Devido à distribuição antecipada de cópias da ata da 8ª Reunião a todos os membros presentes, indago da necessidade de sua leitura.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO – Sr. Presidente, íamos exatamente solicitar a dispensa da leitura da ata, já que todos nos inteiramos do seu teor.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Coriolano Sales) – Então, em votação a ata.
Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Ordem do Dia.
Temos hoje a presença de ilustres convidados: o Dr. Jair Krischke, Presidente da Associação Nacional de Direitos Humanos, do Rio Grande do Sul; o Dr. Manoel
Constant Neto, Perito Médico Legista e a Dra. Marion Gonçalves Werhli, Perita Criminal.
Seguindo o destaque e a recomendação, vamos ouvir, em primeiro lugar, a palavra do Dr. Jair Krischke. Antes, porém, indago ao Relator se S.Exa. tem alguma
indicação a fazer. *(Pausa.)*
Então, vamos convidá-lo, por favor.
Dr. Jair Krischke, sente-se à minha direita.
Em princípio, V.Sa. disporá de 20 minutos. Posteriormente, os Deputados presentes poderão fazer indagações..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**

Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
2
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Coriolano Sales) – Tem V.Exa. a palavra.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – O Sr. Jair Krischke, Presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, é uma grande autoridade a respeito da documentação relacionada à Operação Condor; tem tido atuação muito destacada na defesa dos direitos humanos e, como parte do seu trabalho, vem se dedicando à pesquisa, não só sobre o que poderia ter acontecido
no Brasil como também em outros países da América Latina.
Conversei com o Dr. Jair no Rio Grande do Sul e pedi que S.Sa. encontrasse, em sua movimentada agenda, um espaço para trazer-nos seu depoimento que será,
sem dúvida alguma, um dos mais esclarecedores sobre aquele momento da história
da América Latina. Penso que haverá revelações muito importantes para as conclusões a que nós chegaremos.
Agradeço ao Dr. Jair Krischke por estar aqui conosco.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Coriolano Sales) – Receberemos essas informações com muito prazer e é renovada, então, a expectativa de ouvi-lo. Com a palavra o Dr. Jair Krischke.
O SR. JAIR KRISCHKE – Saudamos o ilustre Presidente da Comissão; o Sr. Relator; os demais Deputados, as Sras. e os Srs. Vou procurar ser bem sintético; até
vou ler, porque, dessa forma, não nos dispersamos e nos concentramos mais na questão.
Trata-se da Operação Condor.
Como disse o Deputado Miro Teixeira, a nossa organização tem sede no Rio Grande do Sul, nessa enorme fronteira entre Argentina e Uruguai. Em função dessa.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
3
situação estratégica, durante os anos de repressão, a nossa organização atuou concomitantemente na Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile. A nossa organização,
nesse período, refugiou duas mil pessoas, por intermédio do Alto Comissariado das
Nações Unidas para Refugiados. E é fruto dessa experiência que vamos falar um pouco sobre a Operação Condor.
Desde meados dos anos 70, no Cone Sul da América do Sul, já se podia constatar a existência da Operação Condor, ou seja, a organização multinacional e
secreta destinada a caçar e/ou eliminar adversários políticos onde quer que eles se
encontrassem. Idealizada em 1975, pelo então Coronel Contreras, do Exército chileno, contou com a imediata adesão do Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia e

Paraguai, sendo que este último converteu-se em um importante centro-chave para
o intercâmbio de ações repressivas.
A Operação Condor consistia em uma aliança que interligou os aparatos repressivos dos referidos países, possibilitando aos seus sócios realizarem ações,
sem a observância de fronteiras políticas ou geográficas, bem como das respectivas
Constituições, Tratados e Convenções Internacionais de proteção aos refugiados e a
outras regras do Direito Internacional. Invariavelmente, resultavam em prisões, torturas, translados, mortes e ocultamento de corpos, acabando por ser conhecida
como MERCOSUL do Terror.
Posteriormente, a Operação Condor foi ampliada para a realização de ações criminosas em outros países, como, por exemplo, o assassinato do ex-Chanceler chileno Orlando Letelier, em Washington.
Obviamente, esse Terrorismo de Estado não agiu em compartimentos estanques dentro de cada país. Integrou, isto sim, uma rede hemisférica de repressão ao movimento popular e democrático, acima das demarcações políticas.
desenhadas nos mapas. Não existindo então fronteiras geográficas, somente fronteiras ideológicas.
Num primeiro momento, as aproximações concentraram-se no intercâmbio de dados sobre pessoas tidas como potencialmente perigosas em seus países de origem, bem como as atividades desenvolvidas no país em que se encontravam.
Uma das principais revelações sobre a Operação Condor surgiu em setembro de 1976, por intermédio de Robert Scherrer, agente do FBI, na época atuando em Buenos Aires. Ele elaborou e enviou a seus superiores em Washington a seguinte
mensagem:
“A Operação Condor é o nome-chave para a coleta, intercâmbio e armazenamento de informações secretas relativas aos denominados esquerdistas, comunistas e marxistas. Estabeleceu a cooperação entre os serviços de inteligência da América do Sul, com o propósito de eliminar as atividades terroristas da região."
Informou mais:
*“A Operação Condor desdobrou-se em três fases. Na primeira, a formação de um banco de dados que cadastrou os subversivos do Continente. Na segunda fase, a de execução, de ativistas de esquerda, que haviam se escondido nos países vizinhos. A terceira foi a c*riação de um supercomando para eliminar oponentes além da América Latina.
Documentos evidenciaram que a Operação Condor

*concretizou-se em 1975. Em 29 de outubro daquele ano,.***CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
5
o Chile convocou, por intermédio do então Coronel Contreras, a primeira reunião de trabalho de inteligência nacional. A ditadura chilena entendia que os governos da região deveriam agir de forma coordenada, articulando esforços em uma ação permanente de combate ao comunismo internacional."
Do convite do Coronel Contreras, enviado a todos os chefes de aparelho de repressão da região do Cone Sul, há um trecho que acho importante salientar, e vou
dizê-lo em espanhol, tal qual consta no documento:
“Em cambio los países que estan siendo agredidos política, econômica y militarmente (desde adentro y fuera de sus fronteras), están combatiendo solo o cuanto más con entendimientos bilaterales o simple ‘acuerdos de caballeros."
Então, esse convite já registrava que, não havendo coordenação organizada, havia ações combinadas entre os aparelhos repressivos.
Nós, brasileiros, conhecemos perfeitamente. E antes mesmo do ordenamento da Operação Condor, tivemos vários brasileiros desaparecidos na Argentina, no Chile.
Nessa primeira Conferência de Inteligência, foi proposta a criação de um escritório de Coordenação e Segurança, com a seguinte estrutura:
1- banco de dados;
2- arquivo centralizado com fichas de pessoas;
3- outras atividades direta ou indiretamente conectadas com a subversão.
Repito o que consta no documento: “Algo semelhante à Interpol, em Paris”..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
6
Essa foi a primeira fase da Operação Condor. Depois, vieram as ações além-fronteira,
ou seja, os seqüestros, os atentados e os assassinatos.
Nós, os brasileiros e, em particular, os gaúchos, tomamos conhecimento epidérmico da existência e funcionamento da Operação Condor quando, em 12 de
novembro de 1978, em plena rodoviária de Porto Alegre, é dado início a mais uma
clássica “operação” de coordenação repressiva: um grupo de militares uruguaios, em conjunto com policiais do DOPS/RS (é claro, devidamente autorizados pelas chamadas “autoridades militares” brasileiras) seqüestraram a jovem professora Lílian
Celiberti, seus filhos, Camilo e Francesca, juntamente com o estudante de medicina
Universindo Rodriguez Diaz, todos uruguaios refugiados no Brasil.

Posteriormente, foram levados de forma ilegal para o Uruguai, sendo as crianças entregues a seus avós e Lílian e Universindo condenados injustamente a
cinco anos de prisão, sob a acusação de ingressar naquele país portando armas e
panfletos subversivos.
O Movimento de Justiça e Direitos Humanos, por intermédio de seus conselheiros, assumiu a denúncia e a luta para provar e comprovar, frente à opinião
pública nacional e internacional, como também junto ao Poder Judiciário, o crime perpetrado por servidores do Estado, que deveriam, por obrigação legal, zelar pelos
direitos e garantias de todas as pessoas residentes em nosso país, brasileiros ou não. E, mais ainda, não permitir jamais a violação da soberania nacional.
Após ferrenha batalha judicial, logramos obter a condenação criminal de policiais brasileiros envolvidos no caso. Posteriormente, também por sentença judicial, obtivemos a condenação do Estado do Rio Grande do Sul a pagar uma indenização de reparação aos danos morais causados aos jovens uruguaios..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
7
Lamentavelmente, trata-se do único caso em todo o Cone Sul em que se logrou a comprovação irrefutável da existência de uma monstruosa coordenação repressiva, que, de forma vil e torpe, atuou em nossa região, estabelecendo um verdadeiro Terrorismo de Estado.
O Dr. Baltazar Garzon, Juiz Titular do Juizado nº 5 da Audiência Nacional de Madri, acusou Pinochet e o General Contreras, entre outros, de organizarem a multinacional do terror, tendo como sócios outras ditaduras militares da América do
Sul. Garzon sustenta que a Operação Condor foi criada para viabilizar a repressão
violenta às vítimas além-fronteira, consolidar os objetivos político-econômicos das ditaduras e instaurar o terror entre as populações.
Disse mais:
“É uma organização delitiva, apoiada nas próprias estruturas institucionais, cuja única finalidade será conspirar, desenvolver e executar um plano criminoso e sistemático de detenções ilegais, seqüestros, torturas seguidas de morte, expulsões de milhares de pessoas e desaparições seletivas."
A cooperação entre os aparatos repressivos das ditaduras militares de nossa região eliminou figuras exponenciais que haviam participado anteriormente de governos legitimamente eleitos pelo voto popular.
Entre 1974 e 1976, foram assassinados, quando estavam no exílio, o General Prats, o Chanceler Orlando Letelier (os dois, chilenos), o Senador Zelmar Michelini,
o Deputado Héctor Gutiérrez Ruiz (uruguaios) e o ex-Presidente Juan José Torres

(boliviano). Mas também foram vítimas dezenas e dezenas de ativistas políticos,.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
8
dirigentes sindicais e estudantis, sem quaisquer cargos de alguma relevância, na verdade, anônimos além do círculo familiar e de amigos.
É muito importante salientar que até bem pouco tempo atrás continuavam acontecendo em nosso país e em países vizinhos ações clássicas de uma Operação
Condor.
Em plena "Nova República", mais exatamente em junho de 1989, denunciávamos **(Jornal do Brasi**l, 11/06/1989, pág. 19) que policiais federais argentinos interrogavam ilegalmente, na sede da Polícia Federal no Rio de Janeiro,
Rua Venezuela, nº 2, Fernando Carlos Falco (19 anos) e Damian Mazur, dois jovens
argentinos.
Os dois encontravam-se no Brasil sob a proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Haviam obtido o **status prima facie** de refugiados,
documento que portavam quando de suas prisões efetuadas por policiais federais brasileiros.
O Ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal, determinou ao Ministério Público Federal a instauração de um inquérito para apurar as responsabilidades e os motivos que levaram, em 8 de junho, a Polícia Federal brasileira a prender os dois jovens argentinos sem mandado judicial.
Fernando Falco, em depoimento ao Ministro Pertence, declarou que, ao ser preso, a Polícia Federal não apresentou nenhum mandado de prisão e nem lhe deu
o direito de chamar um advogado para defendê-lo. E mais: que foi ameaçado de morte por policiais argentinos que acompanharam sua prisão no Rio de Janeiro.
Segundo declarou, os policiais ressaltaram que “sua salvação foi ter sido pego pela
polícia brasileira, senão seria morto, mas que, na Argentina, acertariam as contas”..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
9
Posteriormente — e só posteriormente — o Governo argentino solicitou ao Brasil, formalmente, a extradição deles, sob a acusação de haverem participado do
ataque ao Quartel de La Tablada (janeiro de 1989, em Buenos Aires), tendo o Supremo Tribunal Federal negado o pedido.
Por último, quero referir-me ao caso Berrios.
Eugenio Berrios, bioquímico chileno, 44 anos, desapareceu de Santiago do Chile em outubro de 1991, precisamente quando o Juiz Adolfo Bañados decidiu citá-lo
para depor na condição de testemunha no caso do assassinato do ex-Chanceler Orlando Letelier, ocorrido em Washington, em 1976.

No mesmo mês de outubro de 1991, Eugenio Berrios chegava a Montevidéu portando um passaporte falso, hospedando-se em dois hotéis e, posteriormente, em
um apartamento relativamente luxuoso, em um bairro residencial. Esteve sempre acompanhado por um oficial dos serviços de inteligência do Exército chileno, e assistido por vários oficiais uruguaios, também dos serviços secretos.
O Juiz Bañados determinou uma ordem internacional de captura, via Interpol, mas ninguém sabia de nada; mesmo as autoridades policiais uruguaias ignoravam o
paradeiro do bioquímico.
Eugenio Berrios empreendeu a fuga de sua prisão de luxo, em novembro de 1992, um ano depois de desaparecer de Santiago. Nesse momento, estava confinado em uma casa situada em Parque Plata (um balneário da costa oceânica
uruguaia), que pertencia a um oficial da contra-inteligência do Exército uruguaio. Berrios, em uma manhã de domingo, burlando a vigilância, fugiu através da janela de ventilação do banheiro e apresentou-se em uma delegacia de polícia. De
forma quase histérica, denunciou estar seqüestrado por militares chilenos e uruguaios e, pedindo ajuda, declarou alto e bom som: “Pinochet quer matar-me!”..
Ele exigiu que a frase fosse incluída textualmente do registro de ocorrências. Identificou-se exibindo uma cópia xerox da carteira de identidade, que levava escondida no interior do sapato. O policial de plantão nada pôde fazer, pois caminhões repletos de soldados armados cercaram a delegacia e o comandante da
operação, Tenente–Coronel Thomás Cassella, chefe de operações do serviço de contra-inteligência, reclamou o prisioneiro. Fez-se necessário a presença do chefe
de polícia da zona, Coronel Reformado Ramón Rivas, para que o policial de plantão
por fim decidisse entregar o preso.
Como o fato adquiriu certa notoriedade para uma dezena de vizinhos, os carcereiros daquela prisão clandestina, acompanhados por Berrios, visitaram uma
por uma das testemunhas: um médico, uma enfermeira, um comerciante, um técnico
em refrigeração, um oficial de alta patente reformado da Marinha, um casal de velhinhos e um jardineiro. Foram saudados pelo bioquímico, que se desculpou com
a justificativa de que havia perdido a compostura por ter bebido em demasia e inventado a tal história de ameaça de morte.
Eugenio Berrios — depois se soube — sobreviveu por três meses mais. Os oficiais chilenos e uruguaios, encarregados de sua custódia, retornaram a Montevidéu e o mantiveram oculto até fins de fevereiro de 1993, data em que o Juiz

Adolfo Bañados prolatou a sentença do caso Letelier.
Na mesma data, o General Pinochet realizou uma visita particular ao Uruguai, qualificada como de descanso; porém os motivos reais nunca foram esclarecidos. Sabemos apenas que o Tenente-Coronel Tomás Cassella acompanhou-o permanentemente, sendo até mesmo fotografado junto ao então ditador, tanto em Montevidéu como em Punta Del Este..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
11
Nos primeiros dias de março, Pinochet regressou ao Chile e, nesse mesmo tempo, segundo revelou dois anos depois a autópsia, Eugenio Berrios fora assassinado com dois balaços na nuca, em El Pinar, uma praia perto de Montevidéu.
O seqüestro e a desaparição do bioquímico somente foram conhecidos sete meses depois, em junho de 1993, por intermédio de uma carta anônima (na verdade, não tão anônima assim: os autores, soube-se depois, eram dois policiais acusados de corrupção) remetida a jornalistas e parlamentares. Ganhou notoriedade
na opinião pública uruguaia.
A notícia alcançou o Presidente uruguaio Alberto Lacalle, em Londres, última escala de um giro europeu. O Presidente decidiu antecipar seu regresso e prometeu
— como é de costume — adotar medidas exemplares.
Ao desembarcar no Aeroporto de Montevidéu, o Presidente Lacalle foi informado de que, no Palácio de Governo, o aguardavam os três Comandantes das
Forças Armadas, mais 12 dos 15 generais em atividade, que o induziram a adotar a
versão de que o Sr. Berrios não se encontrava no país, nem vivo nem morto.
Também apoiavam a justificativa brindada pelo Tenente-Coronel Cassella, em que
admitiu apenas ter ajudado, a título pessoal, seus colegas chilenos.
Cassella agregou à sua informação que, um dia após o episódio da delegacia de polícia, Eugenio Berrios o havia chamado por telefone, desde Porto Alegre.
Para o Governo uruguaio, o episódio ficou superado, quando da apresentação, no Parlamento, de alguns documentos, uma cópia xerox de uma fotografia em que aparecia Berrios sentado em uma poltrona, junto a um exemplar
do jornal **Il Messagier**o, datado de 10 de junho de 1993, mais cópia xerox de duas
cartas, uma manuscrita e outra datilografada, ambas datadas também de 10 de.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
12
junho de 1993. Tais documentos foram entregues no Consulado do Uruguai em Milão, por uma pessoa desconhecida, falando em inglês. Os Ministros, ao apresentarem no Parlamento tais documentos, juntaram um laudo pericial de um

calígrafo, que atestava a autenticidade da letra de Berrios e outro laudo policial em
que se descartava a existência de qualquer truque na fotografia.
O então Tenente-Coronel Cassella foi promovido a Coronel e o episódio começou a cair no esquecimento, até que, em abril de 1995, uns pescadores descobriram em uma praia restos mortais que afloraram à superfície, quando os ventos de inverno modificaram o relevo das dunas de areia.
Os peritos forenses confirmaram que os orifícios existentes no crânio correspondiam a tiros disparados por armas de grosso calibre e determinaram, com
exatidão, a data da morte: março de 1993. Realizados exames de DNA, e a partir de
amostras dos ossos encontrados e de sangue fornecido pelos pais, o laboratório confirmou, com 99,99% de certeza, que os restos mortais encontrados correspondiam ao bioquímico que havia escrito cartas desde Milão, mesmo depois
de morto.
Berrios havia tido momentos de glória, em 1975, quando trabalhou sob as ordens diretas do agente da DINA, Michael Townley, em um pequeno laboratório instalado em uma casa clandestina, no bairro de Lo Curro, Santiago. Ali seria produzido o gás Sarin, que integra a lista das armas químicas proibidas por tratados
e convênios internacionais.
Tanto Townley como o então Coronel Contreras, chefe da DINA, apostaram no êxito do projeto, que outorgaria ao serviço secreto uma arma letal e terrível: o Sarin, que, ao ser aspirado, provoca uma paralisia neurológica, que resulta em morte instantânea, geralmente atribuída a uma parada cardíaca ou a uma asfixia.

assassinato de Letelier, originalmente, foi planejado para ser executado através da
utilização do gás Sarin.
O desaparecimento e posterior assassinato de Eugenio Berrios obedeceu à necessidade de se eliminar uma testemunha instável e pouco confiável, cujo testemunho em um processo-chave contra a ditadura chilena poderia levar à descoberta do fio condutor de histórias ocultas, que ainda hoje causam sobressaltos
aos que, de maneira covarde e infame, atuaram na Operação Condor.
Eugenio Berrios nunca conseguiu produzir o gás Sarin e colocá-lo numa pequena embalagem, para ser utilizado no assassinato de Orlando Letelier. Essa pequena embalagem deveria ser um frasco de perfume Chanel nº 5. Como ele nunca conseguiu realizar essa tarefa, decidiram-se por isso que hoje todos conhecemos, pela utilização de uma bomba, e assim foi feito.
Há poucos dias, um fato novo e importante se sobressaiu. O ex-Presidente do Chile — quando digo ex-Presidente, refiro-me ao recente ex-Presidente Eduardo Frei —, com sua irmã, levam à Justiça chilena uma denúncia: a suspeita da morte de

seu pai, que também havia sido Presidente do Chile, Eduardo Frei Montalva, imediatamente anterior a Salvador Allende.
A morte é suspeitíssima. Por que razão? Porque, quando o General Pinochet começa a trabalhar a questão de apresentar a plebiscito nova Constituição, o ex-Presidente
Frei inicia campanha contra esse procedimento. Portanto, passou a ser
um homem inconveniente.
Tenho a notícia de que o cirurgião Augusto Larrain, que atendeu o Presidente Frei antes de sua morte, assinalou que em sua carreira nunca havia visto um quadro
similar ao que se apresentava. Ele manifestou sua disposição de declarar, frente ao
tribunais, se isso for oportuno..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
14
Ora, se o ex-Presidente Frei, com a responsabilidade de um ex-presidente, leva à Justiça chilena suspeitas sobre o assassinato de seu pai e pede expressamente que se investigue esse bioquímico chamado Eugenio Barrios e tudo
que ele havia feito no Chile, estamos frente a uma situação nova mas de grande importância, especialmente para esta Comissão, que investiga o possível assassinato do Presidente Goulart. Se surgiu recentemente no Chile essa grande interrogação, temos de nos debruçar sobre ela.
Agora mesmo, procedeu-se, nos Estados Unidos, à quarta e última desclassificação de documentos deste ano de 2000. Segundo informações que temos, 17 mil documentos de origem na CIA, FBI e na Agência de Defesa e Inteligência norte-americana foram desclassificados e entregues à Universidade George Washington. Sabemos, por experiência pessoal, que a maioria desses documentos está com uma tarja negra, o que dificulta muito o seu aproveitamento como fonte de informação. Alguns parágrafos chegam a estar 80% tarjados. Mesmo
assim, muita coisa tem sido resgatada.
Não sei por que razão esses últimos documentos desclassificados tratam prioritariamente do Chile. Hoje, já se podem reconstituir todos os momentos que antecederam o golpe militar, em setembro de 1973. Há farta documentação. Esperamos que também documentos relativos ao Brasil sejam trazidos ao conhecimento.
Acho que, com esta intervenção preliminar, concluo a parte expositiva.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Peço a palavra, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Coriolano Sales) - Com a palavra o eminente Relator, Deputado Miro Teixeira..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
15
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Dr. Krischke, V.Sa., como sempre, esgota o assunto, quando aborda os fatos relacionados à defesa dos direitos humanos, especialmente ao episódio Operação Condor.

Apenas para efeito de registro, V.Sa. fez a referência, mas gostaria que a aprofundasse um pouco mais. Goulart morre no dia 6 dezembro de 1976 — hoje se
completam exatamente 24 anos. Nesse mesmo período, naquelas imediações do Cone Sul da América Latina, ou são atacados ou morrem outros importantes líderes,
um deles nos Estados Unidos, Orlando Letelier.
V.Sa. afirmaria que houve, nesse momento da vida política da América Latina, uma ação coordenada para eliminar dos tempos futuros, quando já se antevia uma
abertura democrática — ditada a partir especialmente da eleição de Jimmy Carter nos Estados Unidos —, a influência dessas lideranças no período democrático, já desenhado para os anos seguintes na América Latina?
O SR. JAIR KRISCHKE – Diria que as ditaduras militares na nossa região sempre tiveram grande preocupação com as lideranças políticas que haviam sido afastadas do país. Essa é uma história. Citei, por exemplo, a eliminação de Zelmar
Michelini e de Héctor Gutiérrez Ruiz em Buenos Aires, duas figuras exponenciais da
política uruguaia.
Diria mais, Deputado: a nenhum dos dois se poderia atribuir qualquer vinculação com o comunismo. Um oriundo do Partido Blanco, com mais de 100 anos
de existência no Uruguai; o outro, do Partido Colorado. Portanto, não havia sequer
qualquer conotação com homens de esquerda; mas eram potencialmente perigosos
para a ditadura, porque eram democratas convictos. Eram homens que tinham uma
trajetória no Parlamento uruguaio. Zelmar Michelini foi Ministro da Educação do Uruguai. Tinham zelo pela democracia e, por isso, eram perigosos..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
16
Não foi assassinado em Buenos Aires, nessa mesma ocasião — e há registros —, o então Senador Wilson Ferreira Aldunati, hoje falecido, meu amigo fraterno, que estava também naquela cidade, naquele momento, e que seria vítima.
Ele enviou uma carta conhecida ao então ditador da Argentina, General Videla, dizendo: "Estou saindo da Argentina, porque aqui não me é garantida a vida. Aqui não se garantem os direitos do exilado. Mas, se no futuro, o Sr. General Videla necessitar de asilo, pode procurar o Uruguai, que nós lhe daremos o asilo e garantiremos sua vida." E se foi para Londres.
Era um homem tão perigoso para a ditadura que, quando regressa ao Uruguai, num processo de redemocratização, para ser candidato a Presidente da República — e Cito Wilson Ferreira Aldunati porque vejo muita semelhança entre ele
e João Goulart, também era pecuarista, homem das lides do campo, havia uma identidade muito forte entre os dois — é preso e levado a um quartel. Só foi posto

em liberdade depois de celebradas as eleições, quando Sanguinetti se elege Presidente pela primeira vez. Por que não o mataram? Porque não o conseguiram
em Buenos Aires, e porque ele foi para Londres, onde é mais complicado matar alguém.
João Goulart era, para os militares brasileiros, um homem altamente perigoso, porque, se se processasse uma abertura, ele seria eleito Presidente da República.
Quando se elegeu Vice-Presidente, teve mais votos que o Presidente eleito. Era uma figura nacionalmente reconhecida como líder e, portanto, perigoso.
Jamais afastaria essa hipótese.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – É que a eleição de Jimmy Carter se dá em novembro de 1976..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
17
V.Sa. é conhecedor das datas de todos esses acontecimentos, dos atentados e assassinatos. A campanha de Jimmy Carter já foi um aceno para a democratização da América Latina. Na Presidência, ele obviamente desenvolveu o
que se sabe como jogo de pressões, para que os países que tinham regimes ditatoriais promovessem a abertura.
Nessa cronologia dos episódios — vou apenas repetir, para que fique bem claro — V.Sa. percebe que houve um acirramento dessas iniciativas, a partir da campanha de Jimmy Carter de 1976?
O SR. JAIR KRISCHKE – Evidentemente, porque já havia uma decisão, por parte do então candidato Jimmy Carter, de forçar um processo de redemocratização
na América Latina. Já não interessava mais — e sejamos honestos — ao Governo
norte-americano a existência dessas ditaduras. Elas já estavam saindo muito caras.
Lembro-me sempre daquele famoso registro do relatório quando da viagem de Jimmy Carter à América Latina. Diz o seguinte: “Na América Latina nenhum general
resiste a um canhonaço de cem mil dólares.” Os generais estavam custando muito
caro! E já era momento de mudar — e Jimmy Carter anunciava isso. E toda a sua campanha foi calcada numa forte atuação na América Latina. Isso pôs em sobressalto os militares. Eles deveriam eliminar — e como eliminaram — uma série
de figuras na América Latina que potencialmente poderiam, se houvesse desdobramento de um processo de redemocratização, voltar ao poder. Então essas
criaturas deveriam ser anuladas. Como? Como fizeram com uma série de figuras.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXERA - V.Sa. ouviu falar de uma tentativa de invasão — não sei se chegou a se consumar — de um escritório do João Goulart em
Buenos Aires?

O SR. JAIR KRISCHKE – Consumou-se..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
18
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXERA – Consumou-se. Ele lá não estava.
O SR. JAIR KRISCHKE – Não.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXERA – Mas nesse mesmo dia prenderam, se não me falha a memória, o Michelini. Qual era o outro líder latino-americano que tinha escritório no mesmo prédio? O senhor tem alguma referência sobre isso?
O SR. JAIR KRISCHKE – Não, não teria.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Coriolano Sales) – Algum Deputado deseja fazer questionamento ao Sr. Jair Krischke?
Não havendo manifestação, quero, em nome da Comissão, agradecer a S.Sa. a presença e as informações. Tenho certeza de que serão fundamentais para o deslinde da questão que estamos examinando. Se puder V.Sa. deixar os escritos e
arrazoados para a Comissão, seria interessante.
Concedo a palavra à Dra. Marion Gonçalves Werhli.
Registro a presença com satisfação em plenário do Dr. Celito Cordioli, Presidente da Associação Brasileira de Peritos Criminais. Teve inclusive S.Sa. enorme participação na indicação dos expositores presentes.
Muito obrigado pela presença e colaboração com esta Comissão.
Vamos ouvir a Dra. Marion Werhli, Perita Criminal, que disporá de vinte minutos para sua exposição, e permutou com o Dr. Manoel Constant Neto.
Em seguida, ouviremos os questionamentos dos Deputados presentes, se assim o desejarem.
A SRA. MARION GONÇALVES WERHLI – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhoras e senhores, fomos convocados pela Associação Brasileira de Criminalística para comparecermos a esta reunião. Falaremos dos aspectos.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
19
químicos e médico-legais do Gás Sarin. Não nos foram passadas mais informações,
uma vez que o motivo desta exposição seria em virtude de suspeitas de possível envenenamento por esse gás como causa da morte do ex-Presidente João Goulart.
Detivemo-nos absoluta e restritamente aos aspectos científicos envolvidos. Sou engenheira química e estudei os aspectos químicos. Dr. Manoel é médico legista e vai-se ater aos aspectos médicos.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Se a senhora preferir pode sentar-se para fazer sua explanação.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Há também um microfone que poderá ser manuseado pela senhora.
A SRA. MARION GONÇALVES WERHLI – Começaremos falando dos aspectos químicos e médico-legais do Gás Sarin.
O Sarin tem vários nomes. É conhecido como GB, Zarin, Ácido

Metilisopropilfluorfosfônico etc. Tenho relação de pelo menos dez nomes. Isso não
vem ao caso.
(Projeção de imagens.)
Vejam os senhores o quanto este gás é tóxico!
(Apresentação de transparências.)
Como estava falando, esse composto químico é um organofosforado. E os senhores já devem ter ouvido falar bastante desse tipo de composto. Os pesticidas e
alguns agrotóxicos usam esse grupo. A toxicidade dele basicamente
é a relação entre o flúor e o fósforo.
Nos pesticidas e nos agrotóxicos, esses organofosforados não são tão tóxicos em virtude de que esse flúor é normalmente substituído por enxofre ou por grupo ciano..
O oxigênio mais acima é substituído por enxofre. Então, fica bem menos agressivo, bem menos tóxico.
Falemos de algumas características químicas do Sarin: é extremamente tóxico e de ação rápida. É um líquido transparente, incolor, inodoro, extremamente
volátil. Se se deixar um copo de Sarin, rapidamente ele vaporiza completamente. Ele
é totalmente solúvel em água, degrada fácil e rapidamente a compostos de fósforo
não tóxicos. A detecção desse gás é difícil porque ele se degrada e reage rapidamente. Uma coisa tem a ver com a outra.
Nessa degradação ou reação, ele gera alguns metabólitos. Metabólitos são produtos finais de uma reação química ou de uma degradação. Os metabólitos mais
importantes são: o Ácido Isopropilmetilfosfônico — IMPA — e o Etilmetilfosfônico —
EMPA, além de outros mais que não me vou ater, porque esses dois é que serão importantes no decorrer do trabalho. São os principais.
Falemos sobre o histórico com relação ao Sarin.
Nos anos 30, o Dr. Gerhard Schader começou a estudar organofosforados e chegou a pesticidas. Desenvolveu pesticidas e continuou estudando. Em 1936, desenvolveu um organofosforado extremamente tóxico, muito mais potente que os
pesticidas já desenvolvidos. Esse foi o primeiro gás extremamente perigoso, a primeira substância tóxica dos gases de nervos, como conhecemos: o Tabun.
De 1936 a 1938, chegou a mais de dois mil compostos extremamente tóxicos. Em 1938, chegou ao Sarin, muito mais potente que o Tabun. E seguiram-se os estudos. Em 1944, desenvolveu o Soman. Entre 1942 e 1945, a Alemanha produziu
doze mil toneladas de Tabun.
Como se pode detectar o Sarin? Não conseguimos detectá-lo normalmente, a

não ser imediatamente, como foi feito em Tóquio, em 1995. O que se conseguiu.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
21
detectar foram os metabólitos: o IMPA e o EMPA, que mostrei na projeção de **slides**
anterior. São agentes ou reagentes químicos, fosforados não tóxicos; não são voláteis, são fixos. Podem ser detectados por análises instrumentais, basicamente
por cromatografia gasosa que chega a detectar 0,025 ppm, ou cromatografia líquida
que detecta num patamar pouco menor.
O que isso significa? Em uma tonelada de material, se eu tiver 25 miligramas dessas substâncias, vou detectar por essas análises. Vejam bem os senhores: em
uma tonelada!
Pode-se também usar espectroscopia de massa e muitas outras técnicas para detecção.
Os relatos científicos são categóricos em afirmar que, em se encontrando numa determinada análise esses metabólitos, podemos garantir que são provenientes do Sarin. Não são oriundos do Tabun nem do Soman, nem de pesticidas ou agrotóxicos.
É a maneira de dizer que aqui foi usado o Sarin, encontrando os metabólitos.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Dra. Marion, até quanto tempo depois de usado esse exame pode ser feito para ser detectado em um corpo?
A SRA. MARION GONÇALVES WERHLI – Calma, nobre Deputado! Essa é a chave de ouro! Depois o Dr. Manoel vai mostrar isso aí.
Onde é que faríamos a pesquisa desses metabólitos, no caso em tela? Eles poderiam ser pesquisados na madeira, em vestes, em massa putrefata ou no solo.
Em todos esses ambientes podemos pesquisar os metabólitos do Sarin. Como faríamos isso? Bom, aí teríamos de desenvolver, especificamente para este caso, uma metodologia de coleta especial. Ela seria fundamental para o resultado do.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
22
exame, se porventura o fizéssemos. Por que digo isso? Porque o Sarin e os seus metabólitos são muito estudados dentro do laboratório.
No uso como agente, em casos de terrorismo ou assemelhados, dos relatos científicos mais importantes que temos — o Manoel vai falar bastante sobre isto —,
basicamente, o mais moderno ocorreu em Tóquio, em 1995. A partir daí, as pessoas
que foram intoxicadas estão sendo monitoradas. Agora, uma metodologia de coleta,
um estudo, depois de 24 anos, como é o caso, podem ser feitos com muito cuidado,
com muito critério, de forma bem específica.

Expectativas de resultado. O que poderíamos esperar dos resultados? Podemos ter um resultado negativo ou positivo. Resultado positivo: se encontrássemos metabólitos em alguns daqueles espaços pesquisados, campos amostrais, poderíamos garantir que, de alguma forma, foi usado ou esteve presente
o Sarin. No caso de um resultado negativo, isto significaria que nada poderíamos dizer, porque nunca se pesquisaram metabólitos do Sarin em madeira, solo ou massa putrefata, depois de tantos anos. Não há relatos sobre isso. Passamos noites
e noites pesquisando, procurando relatos de pesquisas de Sarin em solos, coisas assim, de mais de dez, quinze anos, e não encontramos. Agora, depois de vinte, trinta anos, é que se está começando a pesquisar esse tipo de coisa. Então, a literatura específica não traz casos desse tipo. Seria um trabalho inédito, depois de
tantos anos.
Especificidade. Se encontrássemos esses metabólitos, poderíamos garantir que, de alguma forma, foi usado o Sarin? Sim, essas análises são muito específicas.
Os resultados são bastante confiáveis e as conclusões seriam extremamente positivas. Mas só poderíamos afirmar alguma coisa conclusivamente se os.
resultados fossem positivos. Se negativos, não poderíamos descartar a possibilidade
do uso de Sarin. Este é o ponto mais importante.
Viabilidade científica e criminalística dessa pesquisa. Do ponto de vista científico, seria uma coisa inédita, um trabalho apaixonante. Pesquisar o uso de Sarin na madeira daquele ataúde, em possíveis restos de vestes e de massa putrefata, no solo seria muito interessante, do ponto de vista científico, por ser um trabalho inédito. Não temos notícia de outro desse tipo, pelo menos que tenha sido
escrito, relatado cientificamente. Então, acreditamos que, como relato científico, seria inédito.
Do ponto de vista criminalístico, pensamos que, se existe uma mínima chance de se produzir uma prova contundente e irrefutável com um determinado tipo de exame, esse exame tem de ser realizado.
Essa pesquisa de metabólitos de Sarin é bastante positiva e viável. Dentro de critérios absolutamente científicos, bem estudados, bem planejados, é viável.
Agora vou passar a palavra ao Manoel. Sugiro que ele apresente a sua parte e depois sejam feitas as perguntas.
O SR. MANOEL CONSTANT NETO – Senhores, boa tarde. Vou continuar entrando especificamente nos aspectos médico-legais.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Coriolano Sales) – Com a palavra, então, o Dr. Manoel Constant Neto, perito médico legisla.
O SR. MANOEL CONSTANT NETO – Obrigado, Sr. Presidente. O histórico conhecido — esta palavra é importante, porque, obviamente, se houve assassinatos,

como sugerem as hipóteses aqui levantadas, é muito improvável que tenhamos algum dado a respeito deles andando pela literatura internacional — dá notícia de três casos confirmados de uso de Sarin..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
24
O primeiro deles diz respeito ao ataque do Iraque a uma vila. Isso data de 25 de agosto de 1988. Esse caso, especificamente, vai ter importância um pouco mais
adiante, ao final da apresentação. O segundo, não em relação cronológica, mas de
identificação, ocorreu em Tóquio, num ataque – a maioria provavelmente se lembra
– num metrô, em 20 de março de 1995. Rapidamente se identificou o gás Sarin como sendo a origem disso.
Retrospectivamente, eles voltaram a um ataque que teria acontecido também nessa cidade do Japão e conseguiram identificar, em vítimas desse ataque, um ano
e meio depois, se não me engano, metabólitos do Sarin ainda nas pessoas vivas. Isso já foi um avanço muito grande, porque, como a Dra. Marion comentou, é uma
substância que se degrada muito rapidamente. Aliás, esse é um dos fatores que lhe
conferem potencial letalidade.
Existe um caso suspeito, que teria ocorrido no Laos, mais ao final da Guerra do Vietnã, quando, supostamente, o governo norte-americano teria enviado tropas
de operações especiais para buscar desertores americanos que se acumularam durante a guerra. Eles teriam a ordem de matar esses desertores e teriam usado o
gás Sarin. Isso não é confirmado. Existem relatos de autoridades de alta patente militar nesse sentido, principalmente de um almirante. Mas há relatos de várias outras pessoas que teriam participado dessa operação, dizendo que não.
Como somos peritos e temos de desempenhar nossa função para os senhores e para a Justiça, devemos nos manter completamente à parte de qualquer
hipótese, no sentido de que isso possa oferecer a conclusão. E sou obrigado a apresentar-lhes três casos que têm confirmação pericial e um caso suspeito, em relação ao histórico de uso do gás Sarin..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
25
Em relação ao mecanismo de ação, para que se possa entender um pouquinho, onde está essa região do meio, que é uma ampliação desse desenho à
esquerda, gostaria que os senhores tentassem imaginar a junção que existe entre o

final de uma célula nervosa e o início de um músculo. É como se fosse um fio. Esse
fio levaria o estímulo do sistema nervoso central, o comando do encéfalo ou de um
reflexo até o músculo, para que ele executasse um movimento. Por exemplo, se for
um movimento comandado, eu resolvo tirar a mão de cima do computador e necessito, para que esse movimento ocorra, além da minha vontade, que uma determinada substância faça um caminho nessa região onde termina o fio – que seria a célula nervosa – e começa o músculo. Isso serve tanto para um movimento
voluntário como para um movimento reflexo. Seria, por exemplo, o movimento que
eu faria após colocar desavisadamente a mão em uma superfície quente. Eu a retiraria imediatamente. Não é um movimento consciente, mas um movimento reflexo. O mecanismo final é o mesmo. Esse mecanismo funciona por meio de uma
substância normal, que se chama acetilcolina, de uma outra substância que se chama acetilcolinesterase e de uma substância anormal, que seria o gás nervoso. No nosso exemplo aqui, seria o Sarin.
Na via normal, o que acontece? A acetilcolina, que está aqui representada pelas bolinhas verdes, é liberada a partir da célula nervosa por esses estímulos que
comentei, sejam conscientes ou inconscientes. Eles vão até o músculo, ligam-se ao
músculo, permitindo o movimento. Entretanto, essa substância, a acetilcolina, não pode ficar indefinidamente ligada a esses receptores do músculo, porque senão teríamos, dentre outras coisas, uma contração mantida.
Então, existe uma outra substância, que se chama acetilcolinesterase, cuja função é degradar, desmanchar a acetilcolina. Esse processo todo acontece
de.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
26
forma muito rápida. O organismo libera a acetilcolina, promove, no exemplo que estou utilizando por analogia, uma contração, a acetilcolinesterase vai ali, destrói a
acetilcolina, que promoveu essa contração, e o músculo imediatamente relaxa. O que o Sarin faz? Inibe a acetilcolinesterase, ou seja, impede que a enzima, que é a
acetilcolinesterase, que interrompe a função da acetilcolina, aja. Pulamos para o desenho da direita. E o que acontece?
Eu resolvo fazer um determinado movimento consciente e contraio a musculatura. Para contrair essa musculatura — revendo —, liberou-se a acetilcolina,
que se liga aos receptores. Aí ocorrem duas situações: se eu não uso Sarin, a acetilcolinesterase destrói a acetilcolina e o braço relaxa, ou outro músculo qualquer;
se eu uso o Sarin, não há mais a presença da acetilcolinesterase, o braço segue

contraído. A importância disso vamos ver adiante.
Ainda em relação ao mecanismo de ação – o que me parece importante, do ponto de vista pericial –, veremos as maneiras pelas quais ele pode ser absorvido.
Como poderíamos utilizá-lo em relação ao ser humano ou a outro mamífero? Via inalatória, pela pele, pelas mucosas de maneira geral, inclusive pelo aparelho digestivo, como a Dra. Marion falou, porque ele é altamente solúvel em água. Esse
gás poderia contaminar a água e, a partir disso, produzir toxicidade em alimentos e
uma séria de outras circunstâncias. Não é a maneira mais comum de seu uso.
Poderia ser utilizado também de forma injetável. Isso está aqui destacado porque não existe relato de uso injetável, a não ser experimentalmente, em cobaias de laboratório.
Como a via inalatória e todas as outras funcionam por absorção, que, em última análise, vai levar o elemento ao sangue, juntando essa informação com a informação de laboratório, de que se ele for injetado tem um mecanismo de ação.
absurdamente rápido – mais rápido, inclusive, do que se for inalado –, é possível, com uma segurança quase absoluta, a inferência de que, do ponto de vista injetável,
no ser humano ele teria o mesmo efeito.
Interessante também entender que a influência na velocidade de início de ação é realizada pela maneira como ele é absorvido. E isso podemos ver claramente
nesse gráfico. Esquecendo as outras substâncias e nos fixando especificamente no
Sarin, na coluna mais à esquerda, temos a dose que seria necessária se quiséssemos matar 50% de uma determinada população por via inalatória. Na coluna da direita, a dose que teríamos de utilizar se escolhêssemos a via cutânea.
Observem que a diferença aqui é bastante grande. Esse aumento da velocidade do início da ação do gás, por via inalatória, ocorre por quê? Se fizermos
vários cortes do pulmão e os colocarmos no microscópio, vamos observar uma trama muito grande de vasos, de veias e de artérias. Essa é uma das características
primordiais do pulmão, que permite que ele seja o órgão de troca. O oxigênio entra
e, havendo uma superfície grande de troca, dentro do pulmão, com o sangue, isso
permite que ele vá para o sangue. Ou seja, voltando um pouquinho atrás, a absorção pela via injetável é rápida pelo pulmão, porque o contato com o sangue é
muito fácil – se for injetável, muito provavelmente será até mais rápido.
Em relação à excreção dos metabólitos, isso passa a ser importante, e por

quê? Temos de entender o que acontece quando há a aplicação de uma substância
no ser humano. O que ocorre com essa substância, o que ela forma, o que sobra dela, e como se comportam as substâncias que são o produto da degradação, que
são os metabólitos? Com base nisso, o perito médico vai solicitar os exames. Isso
não só nos casos forenses, mas também nos casos de medicina assistencial. No caso do Sarin, a via de excreção é principalmente a urinária. O metabolismo.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
28
principal do gás no ser humano ocorre por meio do sistema urinário e produz as duas substâncias que a Dra. Marion mencionou.
Com relação à sintomatologia, apesar de o gás ser uma substância letal, pode causar intoxicação e a pessoa continuar viva, se as doses forem muito baixas. No Japão houve pessoas que passaram por essa situação nos dois ataques.
Quanto às sintomatologias das baixas doses, basicamente, são as que tentei descrever da forma menos técnica possível, para que nos fosse de alguma presteza:
há excesso de salivação, a pessoa começa a produzir uma quantidade maior de saliva; no nariz, a secreção aumenta, fica abundante, ocorre coriza; existe uma sensação de pressão torácica, como se a pessoa estivesse com falta de ar; existe
uma contração da pupila — vejam bem, já estamos falando em contração. Nunca usei exemplo de contração de um músculo quando da ação do gás.
Não esqueçam que a pupila é uma musculatura, ela se contrai. Como sabemos, a capacidade de acomodação visual está relacionada a este movimento da pupila: quando vamos ao sol, a pupila contrai-se, para fazer com que estejamos expostos a
uma quantidade menor de luz; o inverso ocorre no escuro. Como perdemos essa capacidade de a musculatura, por falta da acetilcolinesterase — voltando um pouquinho —, se relaxar e se contrair, de acordo com a fisiologia normal, perdemos
a capacidade de acomodação visual, a visão noturna piora, assim como a visão para
curta distância, porque ela é muito dependente da acomodação; ocorrem também dores de cabeça e outros sintomas mais vagos. Isso no caso de baixas doses.
Quando são altas doses, ele pode causar broncoconstrição — de novo, lembro que é uma musculatura. Fiz questão de comentar dois exemplos: um, de ação voluntária, a movimentação de um braço por um desejo; e outro, reflexo. Desse
movimento reflexo, agora, derivo os movimentos respiratórios e os movimentos.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
29
cardíacos, porque são, a princípio, inconscientes. Em altas doses, começa-se a ter o

comprometimento desses sistemas, que são vitais, de broncoconstrição, via aérea;
secreção de muco no sistema respiratório numa quantidade muito maior do que a que ressaltei em relação à salivação; dificuldade respiratória, porque a pessoa não
consegue mais expandir de forma adequada a caixa torácica — não se esqueçam
de que a musculatura do tórax e do diafragma, que separa o tórax do abdome, é o
que permite a respiração; tosse; cólicas abdominais e vômitos; perda urinária e fecal
involuntária, também por contração de musculatura não controlada; salivação excessiva; alteração motora dos olhos — os olhos começam a se movimentar para
cima, para baixo e para os lados de forma não coordenada; tremores localizados; convulsões; e perda de consciência.
Praticamente todos esses elementos envolvem, de alguma forma, ação muscular. Por isso quis demonstrar, um pouco antes, como ele atua e onde ele inibe, fazendo com que esses eventos todos aconteçam. O mais importante, especificamente na nossa situação, é: qual o mecanismo de óbito desse gás? Paralisia muscular é o primeiro. Por quê? Porque há paralisia dos músculos respiratórios. Um segundo mecanismo: alteração nos centros de controle da respiração. Poderia fazer uma divisão — que é didática; não é, absolutamente, verdadeira do ponto de vista médico. Temos, basicamente, dois mecanismos de controle da respiração: o efetor periférico, que seria a capacidade de inspiração, e o
controle. Poderíamos estar com a caixa torácica funcionando muito bem, mas ter, em nível encefálico, algo prejudicando a ordem, o comando para que haja a inspiração e a expiração. Então, ele atua nesses dois pontos, principalmente no primeiro, e causa a morte do indivíduo por parada respiratória primária..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
30
Por que faço essa diferença? É muito comum comentarmos no Brasil que a **causa mortis** foi parada cardíaca ou parada respiratória. Em última análise, todos
morremos de parada cardíaca ou respiratória. A diferença é que esses eventos foram primários ou causados por alguma outra coisa. Posso dizer para os senhores
que o indivíduo levou um tiro, está sangrando e, em última análise, morreu de parada cardíaca. Se encontrarem um atestado de óbito de um indivíduo com parada
cardíaca, ele está mal-preenchido. Ele morreu de hipovolemia, de sangramento, de
hemorragia. Nesse caso, não. A parada respiratória é primária, é o evento principal,
é uma morte, como comentou o Dr. Jair, por asfixia, por sufocação.
Aqui começam, talvez, os aspectos mais relevantes ao caso em questão, que seriam as potencialidades e os problemas em uma eventual exumação. O que

esperaríamos? Os metabólicos estarão presentes? Poderia ser sim ou não por duas
razões: pelo uso ou não do gás na pessoa que está sendo examinada ou por limitações de técnica. Uma vez o gás utilizado, por conservação ou não, sabendo-se
a situação em que está o túmulo, uma série de outras coisas, poderia influenciar, fazendo com que não fosse encontrado o metabólito que deveria estar ali.
O material para pesquisa, basicamente, seria orgânico ou inorgânico. Com relação ao material orgânico, o que eu esperaria encontrar em um corpo 24 anos depois? O processo de putrefação, de degradação do corpo humano varia muito com as condições locais e também com o que foi feito com o cadáver antes.
Não tenho como precisamente dizer para os senhores que vamos abrir e não encontrar nada, se realmente for se proceder à exumação; ou que abriremos e vamos encontrar ossos e ainda algum resto orgânico. Pode-se, inclusive, ter alguma
surpresa de encontrar um corpo quase em estado composto, ainda sendo identificados membros, inclusive com peles por fora, por um processo que se chama.
de saponificação ou de mumificação. De qualquer maneira, o mais provável — vamos trabalhar com uma hipótese pior — é que encontremos ossos e cabelos, que
serão, do ponto de vista médico-legal, ruins para análise do metabólito. É o que se
vai encontrar. Esse é o grande problema.
Não teria como tirar esse material e entregar para a Dra. Marion Gonçalves. O que ela vai fazer é mandar de volta para mim com um Sarin para ver se me mata, e
eu mando um material melhor para ela, porque não vai adiantar. Se encontrarmos massa de putrilagem — é o que fica do resto biológico, como se fosse realmente uma massa, um cimento, só que amolecido —, é provável que o perito criminalístico
não me mande matar, porque isso vai servir para eles, a fim de fazerem uma análise
bastante adequada para o fim que os senhores desejam.
Com relação ao material inorgânico, a Dra. Marion Gonçalves já comentou a respeito. As possibilidades seriam as vestes do cadáver, se encontradas. Os senhores podem estar me perguntando por que estou dizendo “se encontradas”, uma vez que o cadáver foi enterrado com vestes, mas às vezes o processo de desmanche da roupa é tão grande que não se pode considerar que existe para qualquer fim de análise do ponto de vista técnico. O mais comum é que sejam encontradas. O próprio solo, porque normalmente o caixão sofre algum tipo de rachadura ou penetra alguma coisa, é um material que pode ser analisado.
Nossa grande surpresa — e essa foi a nossa briga nos dias em que tivemos tempo para tentar montar esse material para os senhores — foi a seguinte: tínhamos

a informação de que houve um ataque no Iraque com uso, confirmado por perícia,
de gás Sarin , mas não sabíamos quanto tempo depois essa perícia tinha sido feita.
Esses dois dados conseguimos, finalmente, nesta madrugada. Eles conseguiram resultados positivos quatro anos depois do ataque. Isso do ponto pericial é muito, é.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
32
bastante, porque, como a Dra. Marion Gonçalves comentou, é um gás que some. Eles encontraram isso em área ambiente, não era um local fechado, como um ataúde, um túmulo; foi em solo. Acharam, inclusive, resquícios de Sarin intactos em
um material metálico, que provavelmente era resto de uma das bombas utilizada para lançar o gás e que por alguma reação química qualquer conseguiu manter o elemento químico caracterizado na sua forma original antes de ser degrado no metal.
Mais do que isso: conseguimos uma informação teórica, através do Departamento de Estudos Ambientais do Exército americano, de que a meia-vida desse metabólito é de 1.900 anos, ou seja, se ele realmente tiver sido utilizado e dependendo do que tiver sido feito com o cadáver antes, a chance de ser encontrado é muito grande.
Do ponto de vista médico-legal, as condições importantes seriam: em que condições aconteceram a morte? Eu não tenho como comentar sobre isso para os
senhores, porque nos ativemos, especificamente, ao que nos foi perguntado. O histórico médico prévio dele seria bastante importante e como foi a manipulação do
cadáver. Isso não seria muito importante, especialmente na possibilidade de um resultado negativo, para que a Dra. Marion Gonçalves tenha condição de dizer aos
senhores se isso seria um falso negativo, uma limitação do método ou se realmente
a probabilidade de que aquele resultado negativo fosse equivocado seria muito pequena.
Nossa intenção com esta apresentação foi tentar transformar o assunto no menos árido possível para pessoas que não são da área, a fim de permitir que os senhores tenham os elementos que julguem mais necessários para fazer a argüição.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
33
de forma mais precisa, uma vez que têm outra parte da história que não conhecemos.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Coriolano Sales) - Peço aos senhores expositores que ocupem os lugares da mesa, porque dessa forma poderão trocar algumas informações.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Coriolano Sales) - Tem V.Exa. a palavra.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, seria interessante tirarmos uma cópia desse material que S.Sas. apresentaram.
O SR. MANOEL CONSTANT NETO – Já está disponibilizado.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Certo.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Coriolano Sales) - Com a palavra o nobre Deputado Miro Teixeira.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – A hipótese de uso do gás Sarin leva-nos a uma indagação: qual seria o espaço de tempo entre o exato momento em que foi ministrado o gás, da maneira que fosse, e o momento da morte? Quanto tempo
leva o gás para matar uma pessoa?
O SR. MANOEL CONSTANT NETO – Deputado, basicamente, vai depender da dose que foi utilizada. Se realmente foi utilizada uma dose com intenção letal aguda, em geral, a média disso, pelo que se tem de literatura, são espaços de cinco
a dez minutos. Se são casos de uma situação mais crônica — e aí chamo a atenção
novamente para o exemplo do atentado em Tóquio — pode, inclusive, não matar. Mas não pensamos assim. Vamos imaginar alguém que tenha conhecimento do gás.
Por exemplo, se eu e a Dra. Marion Gonçalves resolvêssemos fazer um atentado.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
34
com gás Sarin , podem ter certeza de que tentaríamos matar essa pessoa em menos de cinco minutos.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Haveria a possibilidade de o senhor organizar, de tal maneira, o gás para que o evento morte se desse doze, treze horas
depois?
O SR. MANOEL CONSTANT NETO – Acho que não.
A SRA. MARION GONÇALVES WERHLI – Aqui tenho uma curva de concentração. Por tempo, ele é basicamente linear. A dose letal para o ser humano
seria de 70 mg/m³. Significa que uma exposição em um ambiente com 50 mg/m³ durante dois minutos causará o mesmo efeito ou a morte no mesmo tempo que uma
exposição por um minuto em um ambiente com o dobro, 100 mg/m³. Então, o tempo
de morte depende da concentração no espaço.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – De qualquer maneira, muito curto o tempo. Diluído em água, por exemplo?
A SRA. MARION GONÇALVES WERHLI – Eu não sei se em doze horas seria possível. Ou melhor, vou responder de duas formas: é possível em doze horas
se for mantida uma concentração baixa, de acordo a curva que demonstro aqui.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - E, nesse caso, por inalação.

A SRA. MARION GONÇALVES WERHLI - Por inalação. Ou também, mas aí vai variar um pouco o tempo, se for por inalação ou por ingestão. O que dá grande
diferença é por contato com a pele.
O SR. MANOEL CONSTANT NETO - Para completar a pergunta de V.Exa., Sr. Deputado, uma coisa teria de ser chamada a atenção nisso: se essa pessoa fosse morrer em doze horas, ou seja, a dose letal final seria atingida em doze horas,
obrigatoriamente ela teria de apresentar sintomas muito visíveis durante as doze.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
35
horas. Não poderia ser uma coisa assim: a pessoa passar doze horas bem, desde o
início da exposição, e morrer na décima segunda hora.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Outro aspecto: que tipo de substância ou veneno pode ser detectado no corpo do Presidente João Goulart? O arsênico, por exemplo, que tem um elemento mineral, está demonstrado que pode ser detectado ao longo de muitos anos. Todos os tipos de veneno hoje poderiam ser detectados?
A SRA. MARION GONÇALVES WERHLI – Agora V.Exa. me apertou um pouco, porque o estudo que fizemos foi basicamente sobre organofosforados.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Apenas por experiência.
A SRA. MARION GONÇALVES WERHLI – Temos o conhecimento de que todos que são basicamente inorgânicos são possíveis de detectar, porque são mais
fixos. Os orgânicos é que são mais complicados. Mas tudo depende das condições
em que está esse túmulo. Por exemplo, a água da chuva. São 24 anos que a água
da chuva lava todo esse ataúde, esses restos. Está certo que São Borja é uma região seca, onde não há muita chuva; portanto, a umidade é baixa na média do ano, pelo menos para esse aspecto aqui. Mas em que condições está o túmulo? As
madeiras dos caixões recebem um revestimento resinoso por fora e normalmente não o recebem por dentro. Isso ajuda, do ponto de vista investigatório, porque esses
resíduos, venenos, permearam e ficaram alojados nos poros da madeira. Será que
há um mármore, um granito em cima do túmulo para segurar a chuva?
Todas esses são fatores que não conhecemos e que podem variar no tempo, ou se em 24 anos vai-se achar outros venenos. Eu posso responder agora sobre os
organofosforados. Quanto aos outros, teria de dar uma pesquisada para não arriscar
errado..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
36

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Existe a possibilidade de uma pessoa ter limpado o rosto do Presidente João Goulart no momento em que o caixão foi aberto em uma igreja, no Rio Grande do Sul. Ao que tudo indica, havia uma secreção que lhe saía da boca. Se o lenço ainda tivesse sido guardado por essa pessoa, pelo exame desse lenço que recolheu a secreção, seria possível determinar
se houve aplicação de Sarin ou de alguma outra substância venenosa?
O SR. MANOEL CONSTANT NETO - Pouco provável, Deputado, porque mais de 99,9% da excreção dele é urinária. De qualquer maneira, eu posso dizer a
V.Exa. que se esse lenço — veja bem, agora vamos ter de partir de uma presunção
— tivesse sido enviado para um perito muito cuidadoso e desse negativo ele iria dizer que não existem vestígios de metabólitos do gás Sarin ; se desse positivo, ele
iria dizer que existem vestígios de metabólitos do gás Sarin no lenço. Ele não vai relacionar o lenço ao caso, porque ninguém sabe o que aconteceu com esse lenço
depois.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Por mim, é só, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Coriolano Sales) - Seguindo a lista de inscrição, passo a palavra ao nobre Deputado Jorge Pinheiro, a quem a Comissão
também agradece pelo trabalho junto à Associação Brasileira de Peritos e por S.Exa. ter ajudado na execução da reunião de hoje.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO – Sr. Presidente, eu é que agradeço. Esperamos realmente colaborar.
Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, senhores peritos, também devo agradecer ao Sr. Celito Cordioli, Presidente da Associação Brasileira de Criminalística, que muito gentilmente indicou os dois peritos, os quais, tenho a certeza, vão trazer uma colaboração muito grande e efetiva para ajudar a nós, que.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
37
não somos peritos, mas que estamos incumbidos de uma missão importante: virar
uma página da história, principalmente com relação à Operação Condor, algo extremamente grave ocorrido no nosso País.
Sr. Presidente, recentemente estivemos no Chile — também participo da Comissão que está investigando a morte do Presidente Juscelino Kubitschek — e seria interessante repassarmos as questões que foram relatadas aqui para essa Comissão.
Sr. Presidente, farei um pequeno relato sobre a questão do gás Sarin . O Presidente da Comissão de Direitos Humanos foi a primeira pessoa que nos apresentou a questão do gás Sarin . Até então, a Comissão não tinha atentado para
isso. S.Exa. falou que o gás foi largamente utilizado no Chile. Também a filha de Orlando Letelier, que sofreu um atentado provocado por um carro-bomba, em

Washington, cujo autor foi o Manoel Contreras, também afirmou que o gás Sarin foi
altamente utilizado durante a Operação Condor. O advogado que cuidou de todo o
caso e conseguiu prender, processar e provar que o Contreras foi realmente o mandante daquele crime, além de outros cometidos naquela época, foi categórico em informar que o gás Sarin foi alta e largamente utilizado durante a Operação Condor. Depois, no Paraguai, visitando o “Arquivo do Terror”, encontrei vasta documentação — inclusive de brasileiros que, na época da ditadura, foram presos
no Brasil, mandados para o Paraguai e lá desapareceram — que altamente mencionava a utilização do gás Sarin .
Minha pergunta aos dois peritos seria a seguinte: a formulação, a composição desse gás é simples? É fácil se fazer o gás Sarin ? Na entrevista que tivemos com o
médico, um pediatra, que teve acesso ao corpo do Presidente no dia seguinte da sua morte, falou-se muito da questão da parada cardíaca. Pode-se assimilar,

repente, uma pessoa que não seria da área — porque em vários momentos ele dizia
que era pediatra e que aquela não era a área dele — se enganar na questão do laudo e dizer que foi ataque cardíaco? Haveria essa possibilidade, uma vez que os
senhores apresentaram a questão da musculatura, e o coração é um músculo. Ou
seja, foi anunciado como se ele tivesse tido um problema cardíaco.
Outra questão é que a medicação do ex-Presidente desapareceu no dia seguinte. Ele fazia uso de uma medicação, porque tinha alguns problemas cardíacos. Se não me engano, parece que três ou quatro meses antes ele tinha feito
um **check-up** na França e, segundo as pessoas que estão vivas hoje, o **check-up**
dele teria dado uma condição física muito boa, apesar dos problemas que ele tinha.
Haveria a possibilidade de se injetar o líquido do Sarin no medicamento do ex-Presidente,
uma vez que há suspeita da questão da medicação que ele usava. Por
que a medicação desapareceu? Por que alguém foi à fazenda e sumiu com toda a
medicação que ele usava?
Portanto, pergunto: se eu quisesse matar o ex-Presidente, poderia injetar o Sarin na medicação dele, nos comprimidos que ele usava? Gostaria que V.Sas. fizessem um comentário a respeito dessa questão.
A SRA. MARION GONÇALVES WERHLI - Primeiro, sobre a síntese do Sarin, ela não é muito simples; necessita de bastante conhecimento e de um laboratório

muito bem montado. Não precisa ser um grande laboratório, mas com equipamentos
bons. Inclusive, estivemos pesquisando a síntese também. Em todos os **sites** na Internet, o aspecto síntese foi removido. Fomos à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e procurei nos **sites** científicos, aqueles aos quais só os professores,
os doutores da universidade têm acesso. Também lá nada se encontrou. Só encontramos por outros meios nos livros, nas bibliotecas, através de mecanismos de.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
39
reação, que é outra forma de se chegar à informação. Esse tipo de veneno não é divulgado. A pessoa, para ir atrás, tem de ser muito boa, tem de conhecer.
A segunda parte da pergunta, sobre a injeção de Sarin nos comprimidos, devo dizer que o Sarin não poderia ser injetado em comprimidos. Primeiro, porque é
muito volátil. Vamos supor que nas cápsulas maiores e moles, que têm um pó dentro, se colocasse o Sarin. Ele iria vaporizar e abrir a cápsula, ou seja, não tinha
como. Em uma drágea, um comprimido compacto, feito sob pressão, não haveria como injetar o gás lá dentro. E, mesmo que se colocasse, o gás se degradaria tão
rapidamente que até a pessoa ingeri-lo ele já teria se transformado nos metabólitos,
que são os não-tóxicos. Só teria como se fazer isso, via remédio, se o líquido fosse
acondicionado em um frasco de vidro. Aí, sim, poder-se-ia solubilizar o Sarin ali dentro. Colocar-se-ia uma quantidade tal que, mesmo vaporizando — porque ele tem uma pressão de vapor, vaporiza até determinado ponto, depois pára, porque atinge um equilíbrio; ao abrir o vidro, a pessoa vai tomar uma dose e o gás vai evaporar; ao fechá-lo e abri-lo novamente, vai haver mais um pouco de evaporação
—, chegará à total extinção.
O SR. MANOEL CONSTANT NETO - Em relação à outra parte da questão, e terminando em relação à medicação, seria importante por duas razões: pela pergunta que V.Exa. fez em relação à parte cardiológica, que já vou responder, e também por esse aspecto que a Dra. Marion está comentando, se tivesse acesso,
dentro do possível, a essas informações médicas prévias, semanas ou meses antes,
em Paris, porque acredito, sinceramente, que elas devem estar disponíveis lá. A importância disso é que — e aí vou entrar na questão da parte médica, da parada cardíaca, desse quadro todo — o equívoco é possível..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
40
Fazendo uma analogia, se em um Instituto Médico Legal chegar um corpo que não apresente nenhuma **causa mortis** aparente, que não haja suspeita de

violência, é norma dos peritos, de maneira geral, que faça uma pesquisa de veneno,
substâncias psicotrópicas, uma série de elementos. Entretanto, não terão como pesquisar todas as substâncias em todas as concentrações que podem matar um ser humano. Isso é inviável aqui e em absolutamente qualquer país do mundo. Quando não existe um elemento de suspeita, por exemplo, do uso do gás Sarin, sou
obrigado a escolher uma gama de elementos e fazer aquela pesquisa. Se o resultado é negativo, o perito mais cuidadoso vai dar a **causa mortis** como indeterminada.
Porém — vamos criar uma situação —, se ele tivesse realmente um quadro cardiológico, fosse grave ou menos grave (e provavelmente não era), se tomava medicações, tinha alguma idade, e esse elemento de repente falece e alguém conta
ao médico que não o viu falecer ou, quando o viu, ele estava com dificuldade para
respirar, estava com alguma secreção saindo pela boca e pelo nariz, isso pode perfeitamente induzir a uma sugestão de que ele tenha sofrido uma parada cardio-respiratória
primária. Relembrando aquilo que estava comentando antes, seria uma causa cardiológica, um problema cardiológico primário. Pode ter induzido ao equívoco, sim, de ter sido alguma outra substância.
Digo mais: hoje em dia, e eu faço não um mea-culpa, mas uma culpa inteira em nome dos médicos, de maneira geral, os atestados de óbito do nosso País são
muito mal preenchidos. Não estou falando do ponto de vista forense, mas do ponto
de vista de saúde.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Permita-me, mas V.Sa. conhece algum atestado de óbito que dê como **causa mortis** enfermidade?.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
41
O SR. MANOEL CONSTANT NETO - **Causa mortis** enfermidade? Já ouvi falar. Graças a Deus, nunca vi, Deputado, mas sei que existe.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – O do João Goulart é assim.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Coriolano Sales) – Sras. e Srs. Deputados, lembro a V.Exas. que o período da Ordem do Dia já foi iniciado. Embora não tenha
sido iniciada a votação, deveremos estar atentos para, possivelmente, atendermos à
votação em plenário.
Passo a palavra o nobre Deputado De Velasco.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, doutores expositores. Todos acompanhamos alguns depoimentos, e muito bem falou o nobre Relator acerca de uma secreção durante a missa de corpo
presente do ex-Presidente João Goulart. Seria comum e normal o indício da ministração do gás. O gás não poderia ter também sido solubilizado na água com

que o Presidente tomaria o seu medicamento?
A terceira pergunta: segundo sua exposição, a parada pulmonar teria sido primária. E essa parada pulmonar, sendo primária, quando o pediatra chegou à presença do corpo, pois a morte já havia sido caracterizada — e essa foi uma das respostas ao Deputado Jorge Pinheiro, que poderia ter havido a primária e, como conseqüência, a secundária, o coração ter parado —, sendo o ex-Presidente um paciente cardíaco, seria normal, comum ou até mesmo de princípio que o médico optasse por crer que tivesse sido uma parada cardíaca em vez de uma parada respiratória que causasse a secundária, a cardíaca?
Gostaria de ter maiores idéias acerca dessa questão.
A SRA. MARION GONÇALVES WERHLI - Minha resposta é mais curta. Não só é possível, mas seria o que eu faria se eu quisesse matar alguém com Sarin..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
42
Evidentemente, o Sarin é incolor e inodoro. Se eu pegar este copo d'água e completar com Sarin, evidentemente, quando a pessoa tomá-lo, a concentração vai
estar baixíssima. Mas, vejam bem, o que eu preciso para matar uma pessoa? Para
um homem de oitenta quilos, eu precisaria de cerca de 80 miligramas para matá-lo
em alguns minutos. A dosagem é de 0,01 miligrama por quilo de peso por minuto. Mesmo que fosse um grama, vejam o que representa dentro do copo. Ele volatiliza
rapidamente, mas, assim mesmo, é incolor e inodoro. Quer dizer, ele não ia sentir cheiro ou ver coisa alguma e iria tomar aquilo. Mesmo que sentisse algum gosto, não acredito que fosse muito diferente de água salobra. Mas, em todo caso, se sentisse algum gosto, já seria tarde.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - E poderia ser algo ministrado imediatamente. Ele precisou tomar o medicamente e foi-lhe entregue um copo de água com o Sarin solubilizado.
A SRA. MARION GONÇALVES WERHLI - Exatamente. Funcionaria até melhor.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Coriolano Sales) – O Deputado Miro Teixeira terá de se ausentar, porque S.Exa. foi convocado para o período da Ordem do Dia.
Tem a palavra o Dr. Manoel Constant Neto.
O SR. MANOEL CONSTANT NETO - Em relação especificamente ao problema cardiológico — estou retomando, porque perdi um pouco da resposta da
Dra. Marion —, V.Exa. está interessado em saber sobre os eventos cardio-respiratórios
naquela situação final e da secreção.
Vamos à secreção, primeiro. O termo que eu teria de utilizar tecnicamente, se essa argüição fosse feita, por exemplo, em uma perícia por escrito, seria o seguinte:

é compatível com a presença de secreção nasal ou de secreção na cavidade oral, é.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
43
compatível como uso de.... Entretanto, se o senhor me perguntar com que freqüência isso é encontrado em cadáveres por outras **causas morti**s, diria que é muito freqüente. Portanto, essa informação só daria um dado de compatibilidade; a
ausência dela também não afastaria o problema. Portanto, diria o seguinte: do ponto
de vista técnico, pessoalmente, não a seguiria. Por quê? Porque a positividade não
confirma e a negatividade dela não afasta. É compatível.
Em relação ao problema cardio-respiratório, a parada respiratória, realmente, o senhor entendeu. Fico feliz de ter conseguido expressar-me. O evento primário é uma parada respiratória. Há parada da capacidade do tórax e do diafragma de colocar o ar para dentro e para fora, parando de oxigenar o organismo, causando a
morte da pessoa. Daí os cinco a dez minutos. Se V.Sas. fizerem uma associação, mais ou menos, sabendo que uma pessoa consegue ficar, por exemplo, em uma piscina submersa sem respirar, dez minutos já é um tempo muito grande, já vai provocar lesão cerebral. Enfim, é o tempo mais ou menos que se consegue produzir
uma morte em uma pessoa sem que água entre, simplesmente por asfixia, que seria
o caso.
Realmente, seria muito fácil de induzir ao engano. O Deputado Miro Teixeira, antes de se ausentar, comentou que o atestado era enfermidade, mas em espanhol,
se eu entendi bem, é **enfermeda**d. Portanto, há que se ter cuidado com um fato: na
maioria dos lugares no mundo, no que diz respeito à legislação de atestado de óbito,
uma das questões fundamentais do atestado é a diferenciação entre morte violenta
e morte não violenta. O termo **enfermedad,** em espanhol, tem uma conotação um
pouco distinta do termo enfermidade — está aqui o Dr. Jair para corrigir-me. Eu não
sei, não tenho como imaginar o que se passou pela cabeça do pediatra, mas a função do perito é ser chato..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
44
Eu tenho de apresentar as duas possibilidades. É possível que ele tenha colocado esse termo achando — não conheço o resto do documento — outros elementos nos documentos, não só **enfermeda**d, ou é possível que ele tenha usado

esse **enfermedad** como eu, por exemplo, utilizo aqui **causa mortis** indeterminada
sem sinais de violência. Eu uso isso com muita freqüência no Instituto Médico Legal
de Porto Alegre. Por quê? Porque recebemos muitos corpos, cuja morte não são de
causa violenta, que deveriam ir para o serviço de verificação de óbito, que não temos no nosso Estado. Portanto, acaba caindo para uma necropsia policial, que não é a minha função. Mas poderia causar confusão, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Coriolano Sales) - Concedo a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Quero cumprimentar os peritos e o Deputado Jorge Pinheiro por ter trazido S.Sas. aqui para elucidar uma série de
dúvidas que tínhamos e estão sendo esclarecidas, dando-nos um rumo à frente. Depois que estivemos em Porto Alegre e também em São Borja, fui à Argentina e conversei com um médico, Dr. Ferrari, em Mercedes. Há algo interessante. A Dra. Marion já abordou uma dúvida que eu tinha e o Deputado De Velasco aventou a possibilidade de se ter colocado o gás na água. O Dr. Jango, segundo foi falado pelo Júlio Vieira, capataz que esteve com ele até antes de ele ir
para ao quarto, havia levado um copo de água. A dúvida é a seguinte: a água foi o
capataz, a D. Maria ou o Dr. Jango que levou? Alguém levou água para ele. Segundo o Seu Júlio — uma das coisas que eu lembro ter conversado com ele —, o copo de água, depois que ele viu, estava pela metade. Portanto, ele tomou
água. Essa já é uma certeza que temos. Pode ter sido por ingestão, tomando a água
com o gás que estivesse ali. De que forma esse gás seria colocado? Através das.

pessoas que basicamente tiveram contato com ele: a D. Maria, o Seu Júlio, o rapaz
que era o motorista, o peruano, ou algum outro empregado que estava na fazenda
no momento. Qual a forma que eles poderiam ter administrado esse gás na água?
Em algum intervalo? Porque ele saiu até tarde da noite e estava conversando com o
pessoal.
Voltando um pouco atrás, ele almoçou às 15h ou 16h, em Pasos de los Libres, na Argentina, e foi para a fazenda em Mercedes. Chegou à fazenda no final
da tarde, conversou com o capataz, tomou chimarrão, acertou negócios, programou
um trabalho para o outro dia de manhã, quando iriam olhar um gado. Então, ele

estava normal. Depois tomou chimarrão e parece-me que não jantou nessa noite. Lá
pelas 23h ou meia-noite, ele foi dormir. Para o quarto ele havia levado um copo d'água e deve ter tomado o remédio. Portanto, esse é o aspecto, desde que ele almoçou e foi até o quarto. Digamos que ele tivesse levado o copo d'água. Alguém
poderia ter colocado esse gás, essa gota que o senhor falou no copo dele. O capataz?! A D. Maria?! O peruano?! Sei lá! Alguém poderia ter colocado, se essa fosse a **causa morti**s, digamos assim.
Vou passar para V.Sas. também o que o médico me disse. Eu até gravei uma fita e depois vou distribuir essa minha gravação aos colegas. Como não nos reunimos mais, esse assunto ficou parado. Há uma informação de que o Dr. Jango
havia almoçado em Pasos de los Libres naquela tarde entre 15h e 16h, e havia chegado na fazenda às 17h, porque Libres não ficava muito distante de Mercedes, e
o acontecido foi às 2h. Ele havia ficado conversando com o Júlio, que era o capataz,
que cuidava dos negócios e havia programado uma lida no campo no outro dia, uma
atividade com gado que eles teriam no outro dia, segunda-feira, pela manhã..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
46
Ficaram conversando até por volta de 1h. Ficaram, o capataz e ele, conversando sobre negócios, enfim, das 17h até lá. Segundo informação também do
capataz, num determinado momento, ele não tinha cigarro e alguém foi à cidade, porque a propriedade ficava próxima. Portanto, o motorista foi à cidade, trouxe cigarro e prosseguiu a conversa deles. Por volta de 2h, a D. Maria, esposa dele, chamou o Júlio, dizendo que havia dado um problema com o doutor.
Portanto, esse é o episódio que aconteceu desde a chegada dele do Uruguai à Argentina: o almoço em Pasos de Los Libres, entre 15h e 16h, a chegada na fazenda em torno de 17h — estava em estado normal — e, por volta das 2h, a D. Maria chamou o Júlio.
"O senhor notou algo estranho no corpo ou não achou nada diferente? Algo lhe chamou a atenção?" O que me disse o médico: "Em primeiro lugar, a cama, a cena, não havia sinal de nenhuma violência. A cara, o aspecto, eu não o conhecia.
Era aspecto tranqüilo, uma morte súbita, uma coisa normal, sem gestos de dor. Depois eu olhei em volta, de um lado e outro, procurando golpe, ferida. Olhei toda a
roupa direito, não havia nada. Não havia espuma, vômitos, coisas pela boca, estava
todo limpo. A cama, o quarto, os lençóis estavam jogados em cima da cama porque
estava dormindo, quer dizer, ele estava em cima da cama, doutor. Hoje, tenho 65 anos; no momento, tinha 41". Fazia 24 anos que ele havia atestado isso.

Praticamente, pelo que ele coloca, estava tudo normal. E o remédio? “O senhor olhou o remédio, que me parece que era em inglês?” “Sim, olhei o remédio.
Eu não conhecia o remédio. O que tinha escrito é que era para o coração, para dilatar a coronária. O que me lembro é que eram medicamentos similares a derivados de trinitrina. Aqui se vendem com o nome de enxorina. Fórmula parecida a
enxorina era em inglês e a tradução me pareceu que podia ser.” Portanto, o médico.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
47
também olhou o vidro do remédio. O estranho é que o copo d’água ficou no quarto e
o vidro do remédio no outro dia desapareceu. Daí talvez a pergunta do Deputado Jorge Pinheiro, se alguma substância poderia ter sido colocada no remédio.
Isso só para situar V.Exas, quer dizer, do almoço que ele teve até a chegada na fazenda, a conversa com o capataz e a hora que ele foi dormir, já praticamente
depois da meia-noite. Portanto, nesse período, poderiam ter administrado na água
alguma gota, alguma coisa? Algum tipo de administração poderia ter sido feita? E isso que eu relatei para V.Sas. confere com a normalidade? Quer dizer, pelo que foi
falado a gota colocada poderia ter provocado a morte dele.
Portanto, faço este relato para que V.Sas. tenham mais informações a respeito do que ocorreu e possam nos ajudar mais.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem apenas para fazer um comentário sobre o que declarou o Deputado Luis Carlos Heinze.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Coriolano Sales) – Por favor, Deputado Jorge Pinheiro.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO – A medicação era líquida ou era comprimido? O senhor tem essa informação?
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Sim, olhei o remédio, estava escrito que era medicamento para dilatar o coração. O que eu me lembro é que eram medicamentos similares a derivados de trinitrina. Aqui ele não fala se era líquido, mas deve ter sido comprimido.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO – Não mencionada.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO – Sr. Presidente, pela ordem.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Coriolano Sales) – Tem V.Exa. a palavra..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
48
O SR. DEPUTADO DE VELASCO – Sr. Presidente, desejo complementar uma pergunta do Deputado Luis Carlos Heinze. No caso, o médico informa que a cena era de tranqüilidade. Da parada respiratória até a posterior parada cardíaca, creio que subsistiria um rito qualquer, alguma contração que pudesse desestabilizar

essa cena de calmaria que havia no local. Apenas gostaria de confirmar esse fato.

O SR. MANOEL CONSTANT NETO – Vou começar pelo último questionamento, cuja resposta é a mais curta. Na verdade, sua suposição é correta.

O problema é que caímos na mesma situação da secreção nasal: é compatível. Analisando casos de afogamento, que levam à morte por asfixia, ou considerando outros tipo de morte por asfixia, sabemos que a pessoa, durante cinco minutos, fica consciente; sabe que não está conseguindo respirar — é importante termos isso em mente —, ou seja, a pessoa pára de respirar, mas não perde a consciência disso. Sabendo que se está asfixiando, provavelmente tem uma sensação da morte iminente. Existem pessoas que morrem passando por esse processo, mas cujo cadáver apresenta tranqüilidade. Esse é um detalhe subjetivo, depende de quem está examinando. Um olha e acha a face tranqüila, outros, não. Em alguns casos, as pessoas olham e têm pessoal convicção pessoal de que o morto passou por angústia. Portanto, infelizmente penso também que esse não seja um dado técnico capaz de nos ajudar a encontrar um esclarecimento.

Mas há algo interessante nesse relato todo: depois das informações de contexto que V.Exa. nos ofereceu, penso que agora posso ajudar. Foi uma série de informações, portanto, temos elementos para ajudar nos esclarecimentos. Vou comentar alguns fatos e V.Exa. me corrija se eu estiver errado. Fui tentando fazer anotações para não fazer comentário que me levasse a um desserviço.

Vejamos: ele teria almoçado, depois teria jantado. Não queria jantar..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**

Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart

Número: 001271/00 Data: 06/12/00

49

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Em princípio, não jantou. Pelo que o Seu Júlio me disse, não jantou.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO – Não se sabe.

O SR. MANOEL CONSTANT NETO – Mas ele teria almoçado, e, talvez, tivesse ido direto até esse horário, em torno da 1h, aparentemente sem nenhum problema.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Tomando chimarrão, fumando e conversando; nem bebida alcoólica ele havia tomado, segundo o capataz.

O SR. MANOEL CONSTANT NETO – Perfeito. À 1h, aproximadamente, à exceção da esposa, foi o último momento em que outras pessoas o viram vivo.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – O Sr. Júlio, que ainda está vivo, era o capataz dele.

O SR. MANOEL CONSTANT NETO – E estava bem, até então, sem sentir nada, sem fazer queixa nenhuma. Portanto, vamos chegar a esse ponto primeiro. O que acontece? Volto, primeiro, à abordagem do Deputado Miro Teixeira, em relação

ao tempo de doze horas. Agora estou entendendo o porquê. Não sei se o Deputado
Miro sabia ou não desse fato, mas voltando àquele questionamento, se os senhores
se recordam, eu havia respondido que seria impossível, do ponto de vista técnico, com o que se conhece hoje, aceitar que uma pessoa tivesse ingerido uma dose que
seria letal em doze horas ou mais e que durante esse tempo, do almoço ou até 1h,
ele não tivesse sentido absolutamente nada.
Portanto, considerando que todas as informações estão acuradas — de novo, meu papel é ser chato, sinto muito — e que ele tenha sido envenenado (é apenas uma suposição), isso não aconteceu no período do almoço até o horário em que ele.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
50
foi se deitar, 1h. Isso está fora de cogitação, em função da característica de ação do
gás. Entre 1h e 2h, o que aconteceu? Bom, gostaríamos todos de saber.
Mas há algo importante: os senhores afirmaram que o corpo apresentava grande quantidade de secreção na missa de corpo presente. Eu disse que isso acontece, por isso é compatível, não caracteriza nem descaracteriza que a informação não nos ajudava muito. Agora, há uma situação muito importante — e isso é um julgamento, logo não pode ser feito por um perito. É o seguinte: vamos considerar o depoimento do médico como preciso ou não? Os senhores vão estar se
perguntado por que esse maluco do Manoel está dizendo isso? Pelo seguinte: se formos considerar o depoimento dele como preciso, veja o que ele está dizendo: “Não saiu nada pela boca, não tinha secreções, não saiu nada”. Se os senhores lembram de como mostrei que esse gás mata, é muito improvável que não tivesse
sinais de salivação excessiva e sinais de secreção excessiva. E estaria havendo isso imediatamente depois do evento.
Portanto, se a informação do método é correta, é improvável que ele tenha sido envenenado por Sarin, só pelo que os senhores estão me dizendo.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Dr. Manoel, a D. Maria chamou o Sr. Júlio, que entrou no quarto e ainda o viu estremecendo. Até que fossem à cidade e encontrassem o Dr. Ferrari, transcorreu uma hora ou mais. Isso seria tempo
suficiente para alguém limpar a boca, ou seja, fazer algo nesse sentido. Isso poderia
ter acontecido, se foi um caso premeditado. Não digamos que tenham trocado sua
roupa, mas, se foi um caso premeditado, tudo estava planejado.
A dúvida que temos é em função de uma pessoa que dois ou três dias antes estava procurando falar com o Dr. Goulart. E essa pessoa para nós é suspeita pelas

informações que nos chegaram e pelos outros depoimentos. Como ela estava em.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
51
Pasos de los Libres e ninguém sabia disso? Essa pessoa foi vista no domingo à tarde no restaurante. Portanto, alguma coisa pode ter sido combinado. Isso para nós
não fechou ainda. Alguém que fez isso já sabia que poderia ter secreção e teria que
ser limpa. Portanto, no tempo de alguém ir da fazenda até a cidade de Mercedes e
voltar, tranqüilamente poderiam ter limpado.
A doutora disse que alguns vestígios poderiam ter sido suprimidos, eu não sei de que forma. Mas se quem fez isso sabia dos efeitos do gás, pois o usou conscientemente, já sabia o que aconteceria. É claro que ela estava preparada para
alguma reação que aconteceria. Sabia que chamariam um médico; sabia que, se um
médico olhasse, verificaria que estava salivando e teria dito a mim ou a outras pessoas que estavam com ele. Portanto, por isso tudo poderia ter sido preparado, pela pessoa ou pelas pessoas que planejaram esse atentado.
O SR. MANOEL CONSTANT NETO - Deputado, vou até permitir-me sair um pouco do papel estrito do perito, que é o de ater-se ao fato. Às vezes, o contexto é
importante; às vezes, percebemos algum ponto que nos faz ter quase uma obrigação de emitir opinião. E faço questão de deixar bem claro que é opinião, não
posso comprovar isso para os senhores. As afirmações feitas até agora são passíveis de comprovação técnica.
Embora V.Exa. tenha razão sobre a limpeza da secreção, pois obviamente isso é possível, a impressão — vejam bem, a impressão — que tenho é de que a quantidade de secreção formada por esse gás, mesmo que seja limpa, dificilmente
vai parar de sair, a não ser que a pessoa tivesse, realmente, aberto e tamponado. E
aí teria que ser um procedimento muito bem feito. Tamponamento da via área, por
via oral, sem nenhum corte, o médico teria não percebido. E para não precisar tamponar o nariz ou a boca, teriam que ter tamponado abaixo, ao nível da traquéia..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
52
Fora isso, parece-me improvável que não acontecesse durante um bom tempo limpar e voltar, limpar e voltar. Isso nós vimos em pacientes com edema agudo de
pulmão que produz muito menos secreção do que eu imagino seja produzido pelo gás Sarin. Vejam bem, é minha opinião baseada parcialmente no conhecimento técnico.

Mas V.Exa. comentou algo que fiquei curioso. V.Exa. disse que o capataz Júlio o viu vivo ainda. E ele descreve alguma coisa? Aí venho na mesma direção: se
formos considerar a descrição precisa, e ele também não viu secreção, isso seria improvável. Estou fazendo esses comentários porque são elementos que poderiam
criar situações circunstanciais para V.Exas. Se V.Exa. perguntar para a Dra. Marion
e para mim, posso responder que sim, porque eu respondo por mim. Qual seria a nossa opinião, tecnicamente? E acredito que os outros peritos que estão presentes
compartilham disso. Se V.Exas. têm elementos circunstanciais que fazem com que a
suspeita do uso do gás seja forte, creio que os metabólicos dele devem ser pesquisados. Como o Deputado Miro comentou sobre a eventualidade de outro veneno, de alguma outra coisa, creio que seria interessante pesquisarmos informações circunstanciais e outras substâncias que poderiam ter sido utilizadas. Na ausência dessas informações, poderíamos, até em conjunto, elaborar uma listagem de elementos que poderiam ser pesquisados para irmos atrás.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Deixem-me transcrever ainda outra parte do depoimento do Dr. Ricardo Rafael Ferrari.

Eu disse a ele que há suspeita de que o ex-Presidente pode ter sido assassinado. Ele respondeu: "Sim. Em 1982, já diziam o mesmo. Houve vários inquéritos até mesmo na Argentina. Falaram comigo". Eu.

disse: "quem falou? Ruiz?! Outros?!" Aí ele me respondeu: "Não. Assim como vocês vieram (e eu estive lá), não podia sair (ele não podia sair pela rua), porque estavam tirando fotos minhas, estavam me filmando. Chegava ao hospital e estavam me esperando. Muitas pessoas faziam a mesma pergunta e só questionavam se ele havia sido assassinado. Perguntavam se eu havia visto sinal. Sempre disse o mesmo, que não o vi. Não imaginei que poderia, se me preocupei, não sabia da importância da pessoa morta. Pôxa! Esse homem é sumamente importante, um ex-Presidente, foi Presidente do Brasil. Então, ao regressar (quando ele regressou da fazenda), passei pela Comissaria local, passei pela Polícia, tinha o chofer do Falcon (o carro que foi buscá-lo) que me levava, passei pela Polícia, e avisei à guarda e à Polícia que estava morto o Dr. Goulart. O policial não o conhecia. Disse que foi Presidente do Brasil, era um homem importante. Então, ele me disse: 'Avise ao Comissário, autoridades, que está morto este homem e disponham o que tem a fazer'. Eu não podia dar a ordem de fazer uma autópsia. Não tinha competência dizer que

investiguem, a senhora também (a Maria Teresa) que ele era doente do coração.
Isso aí ele dizendo que conversou com a Maria Teresa.
*Tomava pílulas para o problema do coração..***CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
54
Aí, responde à pergunta do Deputado Jorge Pinheiro, que ele tomava comprimidos para o coração. E disse assim:
"Me ofereço para buscar um médico cardíaco" — ele se ofereceu; ele, pediatra, se ofereceu para procurar um cardiologista — "que venha a revisar o seu marido". Disse ela: "Bem, me parece correto, mas de nada adianta; meu marido está morto. Que vai fazer um cardiologista?" "Eu não posso fazer nada, seu marido está morto." E afinal, fui o único que o atendeu, não foi um cardiologista e não fizeram uma autópsia.
Ele está se referindo à conversa que teve com D. Maria Teresa e também com a polícia. Então, aqui ele disse que era parada cardíaca, como diria em qualquer outra ocasião. Essa é a conversação dele.
Em vista disso, creio que seria interessante pedir ao Presidente e aos demais colegas que V.Sas. nos orientassem no sentido de elaborarmos um questionamento
para o Dr. Ferrari. Uma coisa é eu, que não entendo do assunto, falar com o médico,
como já falei. Outra coisa é também nós, leigos no assunto, entrevistarmos o Dr. Odil Rubin Pereira, que viu o corpo em São Borja. O Dr. Odil é ginecologista, foi o médico que viu o corpo. Então, um pediatra e um ginecologista. Um médico que o viu, no Brasil, depois de morto, porque pediram a ele que desse uma examinada no
corpo, e o Dr. Ferrari, que o viu nas circunstâncias descritas, logo após a morte. Então, se V.Exas. elaborarem um questionário, poderemos encaminhá-lo ao Dr. Ferrari e também ao Dr. Odil para que nos respondam. Em conjunto, os dois médicos e V.Sas., disporíamos de mais elementos para encaminhar a questão. É a minha sugestão..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
55
A SRA. MARION GONÇAVES WERHLI - Pelo que percebi, esses dois médicos dizem coisas diferentes. O pediatra, em Mercedes, diz que ele não apresentava nenhum sinal estranho. Ele não disse que não espumava ou coisas do
gênero; ele disse que não apresentava sinal estranho. E depois, aquele que o viu em São Borja, o ginecologista, disse que ele espumava pela boca.
O SR. MANOEL CONSTANT NETO – Acho que no depoimento, se entendi bem, pelo depoimento do pediatra, ou entendi a transcrição errada, o pediatra disse
que não saía secreção nenhuma.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Não tinha vômitos.

A SRA. MARION GONÇALVES WERHLI - Não tinha vômitos.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – “Foi uma morte súbita, uma coisa normal, sem gestos de dor. Depois, olhei em volta, de um lado e outro, procurando golpe, ferida, olhei toda a roupa direito. Não havia nada, não havia espuma, vômitos e coisas pela boca, estava todo limpo.”
Então, essa é a questão. O doutor também diz...
A SRA. MARION GONÇALVES WERHLI - Desculpe-me interrompê-lo, mas é importante. Então, a essa pessoa que o viu ainda vivo, agonizando, como disse o Júlio, convulsionando, seria interessante fazer esse tipo de questionamento. Havia
espuma? Como eram essas convulsões?
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O Dr. Manoel disse que essa espuma sairia por um bom tempo, a não ser que fosse tamponado. Bom, não foi tamponado, porque, do jeito que estava, ele ficou. Talvez pudessem ter limpado a boca, duas, três ou quatro vezes, mas quando o médico chegou não viu nada. Teve
meia hora, uma hora, sei lá o tempo que ele ficou, e depois ele regressou para a.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
56
cidade. E, naquele período, ele atesta que não viu nada. Depois ele ficou até o outro
dia, enquanto prepararam o corpo para levar para São Borja.
Seria interessante elaborarmos as perguntas que faríamos aos dois médicos e ao capataz, o Sr. Júlio. Essas informações poderiam nos ajudar.
O SR. MANOEL CONSTANT NETO - E agradeceria também os dados médicos dele, se for possível, de Paris; o histórico médico dele.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Coriolano Sales) – Em relação ao histórico médico, a Comissão pode pedir ao Sr. João Vicente Goulart para providenciá-lo.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Há ainda um dos depoentes de Porto Alegre que se colocou a nossa disposição. Acho que é um farmacêutico, ou um químico, alguém da ligação do Dr. Jango, que sabia desses detalhes e que se propôs a depor. Vou procurar e achar o nome da pessoa que se colocou a nossa disposição em caso de precisarmos dele. Portanto, seria importante a avaliação de
Paris, do médico que o tratou lá, e do questionário que V.Sas. elaborariam para o Sr.
Júlio e para os dois médicos que assistiram ao doutor.
O SR. MANOEL CONSTANT NETO - Deputado, não sei da possibilidade, mas certamente, no intento de tentar ajudá-los, a montagem desse questionário com
certeza vai ser de melhor qualidade em proporção direta com a quantidade de informações a que tivermos acesso antes de elaborá-lo.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO – Sr. Presidente, além dos subsídios que possui o Deputado Luis Carlos Heinze e de todas as informações que a Comissão já tem reunidas até o presente momento, para que S.Sas. possam montar

ambiente semelhante ao do fato, temos ainda informações mais precisas de alguns
livros publicados. Portanto, sugiro que a Comissão passe a S.Sas. cópias de toda essa documentação referente ao caso..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
57
O SR. PRESIDENTE (Deputado Coriolano Sales) – Seria um pequeno dossiê, não é, Deputado Jorge Pinheiro?
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - É uma boa sugestão. Acredito que a Mesa da Comissão a acata e passa agora a documentação aos dois peritos para facilitar o trabalho de elaboração desse questionário, além de nos dar algum tipo de
orientação para que possamos adotar qualquer tipo de providência. A Comissão ainda não se decidiu acerca do pedido de exumação, mas essas decisões poderão
vir depois.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO – E depois, se necessário, encaminharei solicitação à Comissão, no sentido de que alguns membros da Comissão possam ir ao Uruguai, a exemplo do que a Comissão que investiga a morte do ex-Presidente Juscelino Kubitschek fez, indo ao Chile e ao Paraguai. Na próxima semana iremos aos Estados Unidos conversar com Jack Anderson, jornalista que publicou carta do Sr. Contreras ao ex-Presidente João Figueiredo, à época Chefe do SNI. Seria interessante que a Comissão visitasse o Uruguai, onde o Presidente morreu, tentasse conversar com pessoas que presenciaram todos os fatos, passasse pela fazenda onde eles ocorreram, na tentativa de reviver aquele momento. Isso nos dará maior conhecimento para votarmos o relatório a ser elaborado pelo Relator e também para que ele tenha mais
subsídios para concluí-lo, uma vez que já foi pedida a prorrogação do tempo de funcionamento da Comissão Especial. Acho que seria de bom senso irmos ao Uruguai tentar vivenciar o ambiente da época da morte do ex-Presidente João Goulart.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Coriolano Sales) – Para isso a colaboração dos peritos será fundamental. Acho que podemos fazer uma reunião informal da.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
58
Comissão antes do dia 15, antes do término dos trabalhos deste período legislativo.
É quase certa a convocação do Congresso Nacional a partir do dia 14 de janeiro. Poderíamos, então, continuar nossas atividades, fazendo algum tipo de trabalho informal e avaliações. Afinal, estaremos aqui e nada impede que a Comissão se reúna informalmente.
Vou começar com o Deputado Miro Teixeira, Relator da matéria, dependendo de seus compromissos. Nós, que estamos aqui, poderemos fazê-lo em plenário. Vamos deliberar no sentido de nos reunirmos informalmente para a adoção de algumas medidas.

Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Sr. Presidente, estava lendo um depoimento e encontrei outra citação interessante do Dr. Ferrari. Ele comenta o seguinte com a D. Maria: “A senhora me disse que ele tomava essas pílulas todos os dias e que nesse dia havia tomado. Perguntei: a senhora notou algo errado com ele? Se ele estava doente? ‘Não’, respondeu ela. ‘Estávamos encostados, ao lado dele, na cama. Quando deitou, virei de lado para dormir. Ele deitou e ficou lendo um diário, um livro ou lendo algo e eu dormi. Eu recordo do mais importante: num momento senti uma respiração forte, rara, como um urro. Me acordei, o sacudi, falei e ele não me respondia mais. Saí gritando: busquem um médico, chamando a todos.
Quando voltei, ele estava morto. Quando o carro foi buscar vocês, o senhor, o médico, meu marido já estava morto. Daqui até lá são uns 30 quilômetros’ ”.
Bom, são detalhes que estão nesse material. É importante que os senhores os tenham para juntarem as peças do médico, dela, do capataz, do médico de São Borja para poderem fazer o encaminhamento. Acho que assim vamos progredir melhor..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 001271/00 Data: 06/12/00
59
O SR. PRESIDENTE (Deputado Coriolano Sales) – Tendo em vista que a Ordem do Dia já está avançada, e provavelmente quase na hora da primeira votação, quero, em nome da Comissão, mais uma vez, reiterar os agradecimentos ao Dr. Jair Krischke, Presidente da Associação Nacional de Direitos Humanos, que prestou aqui relevantes informações; ao Dr. Manoel Constant Neto, Perito Médico Legista; e à Dra. Marion Gonçalves Werhli, Perita Criminal, que trouxeram informações também extremamente preciosas para o deslinde dos propósitos e da finalidade desta Comissão.
Conforme ficou decidido, a Secretaria da Mesa vai providenciar um pequeno dossiê para os peritos. De S.Sas. esperamos a contribuição da realização de um questionário para podermos dar continuidade aos nossos trabalhos. Esperamos que possivelmente amanhã, dependendo dos compromissos do Deputado Miro Teixeira, possamos nos reunir informalmente para deliberarmos algo antes do início do recesso, pelo menos antes do encerramento do segundo período legislativo. Essa reunião poderá ter lugar junto ao plenário, na liderança do PDT.
Agradeço também ao Dr. Celito Cordioli, da ABC, a participação, que gentilmente nos tem prestado inestimável colaboração por intermédio do nosso

companheiro e amigo, Deputado Jorge Pinheiro.
Está encerrada a reunião.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES
TEXTO COM REDAÇÃO FINAL
COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
EVENTO: Audiência pública Nº: 290/01 DATA: 25/04/01
INÍCIO: 16h40 TÉRMINO: 18h06 DURAÇÃO: 1h26min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h26min PÁGINAS: 31 QUARTOS: 18
REVISÃO FEITA POR ESTEVAM, LIVIA COSTA E MIRANDA
SEM SUPERVISÃO
CONCATENAÇÃO: MYRINHA
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
NEIVA MOREIRA - Deputado Federal
MIGUEL ARRAES - Ex-Governador do Estado de Pernambuco
SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.
OBSERVAÇÕES
Há termos ininteligíveis.
Há falhas na gravação.
Há nomes próprios cuja grafia não foi possível conferir.
Há intervenção inaudível..CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
1
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Em nome de Deus, declaro abertos os trabalhos da Comissão Externa que se destina a esclarecer em
que circunstâncias ocorreu a morte do ex-Presidente João Goulart, 6 de dezembro
de 1976, na estância de sua propriedade na província de Corrientes, na Argentina.
Tendo em vista a distribuição antecipada de cópias da Ata da reunião anterior, indago se há necessidade da sua leitura.
O SR. DEPUTADO DE VELASCO - De nenhuma maneira, Sr. Presidente. Inclusive requereríamos a V.Exa. essa dispensa.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Dispensada a leitura, coloco a Ata em discussão. *(Pausa.)*
Não havendo quem queira discuti-la, em votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovada.
Ofício Circular nº 2/01, da Sra. Deputada Laura Carneiro, justificando sua ausência na reunião de hoje, uma vez que se encontra em missão oficial representando o Parlatino na XV Conferência Interparlamentar América Latina na cidade de Valparaíso, no Chile.
Esta reunião foi convocada para ouvirmos as exposições do Sr. Leonel Brizola — que nos informou, ontem, que não poderia estar presente hoje, mas que
está à disposição para outra data —, do Dr. Miguel Arraes e do nosso querido Deputado Neiva Moreira, sobre as circunstâncias da morte do ex-Presidente João Goulart.
Quero esclarecer que nós vamos estabelecer algumas normas para que haja esse esclarecimento por parte do Exmo. Sr. Deputado Neiva Moreira e também para

a participação de todos aqueles que queiram fazer perguntas nesta reunião..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
2
Dou a palavra ao Deputado Neiva Moreira, por vinte minutos ou pelo tempo que achar necessário, a fim de que possa fazer sua explanação e trazer os esclarecimentos que vão nos ajudar ao encerramento desse caso da morte do ex-Presidente
João Goulart .
Deputado Neiva Moreira, antes quero agradecer a V.Exa. a sua vinda à nossa Comissão, por ter aceitado participar desta Comissão, e concedo a palavra para que
o senhor possa, então, fazer conhecidos os seus conhecimentos a respeito da morte
do nosso ex-Presidente João Goulart.
Tem V.Exa. a palavra.
O SR. DEPUTADO NEIVA MOREIRA - Sr. Presidente Reginaldo, demais colegas e pessoas do auditório, não vou fazer um depoimento que possa fazer com
que todos nós saiamos daqui com as circunstâncias da morte do ex-Presidente João
Goulart esclarecidas. Vou dar um ambiente em que vivemos todos nós em Montevidéu àquela época, exilados, e também muitos indicadores de que naquele
momento estava no auge a chamada Operação Condor. Nós não tínhamos o nome
da Operação Condor, mas conhecíamos o seu resultado, e que, no meu julgamento,
incluía o ex-Presidente João Goulart.
As pressões da Embaixada brasileira, por ordem do Governo brasileiro, eram brutais. A gente conseguia o emprego, no dia seguinte o Embaixador mandava dizer
que aquele era um ato de hostilidade ao Governo brasileiro. Então, perdíamos o emprego. No meu caso, de jornal. Até que jornais de esquerda, jornais populares, disseram: “Bom, mas o Governo brasileiro não manda aqui dentro. Então, o Neiva vem trabalhar conosco”.
A nossa revista, Caderno do Terceiro Mundo, foi *(ininteligíve*l) suavemente que não devia mais circular no Uruguai. O diretor da revista, o argentino Dr. Paulo.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
3
Piacentini, foi publicar um comunicado da Tríplice-A, aquela organização anticomunista, feroz, que confundia todo mundo com comunista, publicar uma lista
de pessoas que deveriam sair da Argentina dentro de 24 horas, ou seriam fuziladas.
Pois bem, o Paulo foi para o Peru. Não havia outro jeito, não havia outra

solução. E nós conseguimos ainda tirar no Uruguai três edições da revista, clandestinas, de um abrigo que conseguimos no delta do Tigre, por acolá, e ficamos
por lá. Muito bem.
Mas a coisa foi se arrochando. Eu trabalhava no jornal o Motoneiro. Quer dizer, tinha ligações com o Motoneiro, chamado Notícias. E vivíamos um momento
dramático. Todo dia, chegávamos da edição e havia uma chamada: "Quem não veio?" "Ah, não veio Fulano, não veio Sicrano". No dia seguinte, nós tínhamos a notícia de que ele tinha sido fuzilado ou preso.
Pois bem, o Governador Brizola tinha um ambiente que o cercava lá no Uruguai, vivendo tranqüilamente, como todos nós vivíamos. Passei nove anos no Uruguai, seis ou sete anos absolutamente respeitado pelas autoridades uruguaias,
que não gostavam da ditadura brasileira. Mas a coisa foi-se cercando, foi-se reduzindo o âmbito de liberdade, e nós, facilmente, já vivíamos uma vida de atropelos.
Basta dizer aos senhores que toda vez que um general brasileiro ia lá — e viviam lá — a primeira coisa que faziam era me prender. Eu já tinha uma bolsinha pronta para... Um dia perguntei ao chefe da Polícia: "Por que o senhor me está prendendo? Quem vai chegar aí?" Ele disse: "O General Medici". Eu disse: "Por que
o senhor me está prendendo? O que eu tenho a ver com o General Medici?" "Não, o
Governo brasileiro me informou que vão botar uma bomba aqui para o General Medici e que, se houver uma bomba aqui, será o senhor quem vai botar".
Digo:.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
4
"Olhe, eu não conheço, eu não sei fabricar bombas. Até ajudasse a botar uma bomba aqui, mas se seu soubesse... não é verdade". Então, fiquei uma semana preso lá dentro. Um frio desgraçado naquela prisão!
Um dia ele me disse: "Talvez hoje o senhor vá ser solto ou vá ser processado definitivamente. Nós estamos mandando fazer uma vistoria do hotel Allambra, de Montevidéu — talvez o Deputado quando foi por lá tenha visto — que é de gente ligada ao Presidente Goulart e dizem que o senhor e os asilados fizeram lá uma prisão para as pessoas que discordavam de vocês quando vinham do Brasil. Nós estamos com cinqüenta policiais fazendo uma revista no hotel. Se essa revista resultar positiva, o senhor se prepare para passar aqui muitos anos. Se não, o senhor vai ser solto amanhã".
Assim, de manhã cedo, me procurou o comissário e disse: "Olha, revisamos o hotel de cima para baixo e absolutamente não tinha ninguém, nenhum indício de que
o senhor tivesse feito lá uma prisão especial para essa gente que vem do Brasil".
Então o quadro era realmente desesperador. Nós não sabíamos mais o que fazer. As mortes nos rodeavam. Colegas de jornal, queridos, gente ligada a nós fraternalmente... Aquele recenseamento macabro que toda noite se fazia no diário

Notícia: "Fulano veio?" "Não". No dia seguinte, Fulano era encontrado morto na rua.
Então, com tudo aquilo nós poderíamos saber que estávamos num clima de guerra não declarada, mas de uma guerra miserável, dirigida pelo próprio Governo
argentino.
O Governador Brizola vivia... o Jango viveu, digamos, em Ficas, a fazenda no interior do Estado, e todo o dia, de manhã e à tarde, aviões da Força Aérea Uruguaia sobrevoavam à baixa altura as casas e as fazendas para saber quem estava lá, quem tinha chegado, quem não tinha chegado. Não poderíamos de.
maneira nenhuma estranhar que nós estivéssemos evoluindo para coisa ainda mais
grave do que estava acontecendo.
Primeiro, um dia o Paulo Piacentini, que era esse diretor nosso argentino, da revista
Terceiro Mundo, me disse: "Neiva, estou informado de que vão matar o General Prats". Primeira indicação macabra desse ciclo de banditismo que havia em Buenos
Aires. Eu disse: "Ah, o Prats? Mas eu não me dou com o Prats". "Eu queria que você
avisasse o Prats de qualquer maneira". "Mas eu não me dou com o Prats". "Diga a
ele que sou eu que estou pedindo a você, porque eu recebi 24 horas para deixar o
país e vou deixar amanhã de manhã". Então, procurei o... "Quem é amigo do General Prats?" "Fulano". Procurei o Fulano, ele me disse: "Bom, então, eu vou fazer um contato como Sr. General Prats para transmitir esse aviso". Fomos ao Gen.
Prats: "General, o Paulo, seu amigo, jornalista Paulo Piacentini, está me informando
que o senhor está numa lista macabra, que o senhor vai ser fuzilado". Pois bem. Não disse nada. Uns dias depois, um diplomata me procurou — permitam-me não
revelar seu nome, porque ele ainda se encontra em atividade na diplomacia de um
país hispano-americano — e disse-me: "Neiva, a situação se agravou consideravelmente. Agora, há listas de matar". Perguntei: "Eu estou na lista?" "Não,
você está na lista de deportados; e vai ser deportado já". Perguntei-lhe: "E quem está na lista?" Ele me disse: o Gen. Prats, que tinha sido Chefe do Estado-Maior do
Exército chileno e estava exilado, que não era homem de esquerda, era um militar
absolutamente, diria, hoje, de centro; o Gen. Juan Torres, que fez um governo progressista na Bolívia, o Senador Wilson Ferreira Aldunate, da Argentina, e o

Presidente João Goulart. Como vamos avisar o Presidente Goulart, pensei? O Presidente Goulart jamais se interessaria por essa conversa. Pensaria: por que iriam
matá-lo, se estava em uma atividade civil, normal? Muito bem. Procurei um amigo do.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
6
Presidente Goulart, que vivia sempre no Hotel Liberty, e transmiti a ele: "Olha, a pessoa que nos disse isso é uma pessoa da maior responsabilidade. É diplomata encarregado de serviços de segurança em seu país e sabe o que está dizendo". "Não, não. Olha, isso é terrorismo. Não vou me meter nisso". Muito bem. "Presidente, o senhor está avisado". Poucas semanas depois, recebi a tarefa de avisar o Gen. Prats. Não consegui falar com o General, mas falei com sua senhora e
transmiti a ela essa informação de que ele estava em uma lista sinistra para ser morto. Ela disse: "Não. Eu falei com o meu marido. O senhor me deu o primeiro aviso, e ele me disse que isso é um exagero, que não vai acontecer. O Gen. Prats
pediu-me que transmitisse ao senhor, e o senhor transmitisse ao Pablo, que ele está
coberto pela segurança do Exército argentino. Ele veio para cá sob a proteção do Exército argentino. Esta casa está vigiada e tudo isso nos leva a crer que não é verdade". Semanas depois, o General vai saindo de casa, abre o carro, que explode,
e morrem ele e a mulher. Não. Um detalhe: uma semana antes desse fato, eu recebi
de nosso elemento de ligação com o General uma informação de que, sim, ele achava que estava em perigo, mas que não tinha dinheiro para sair de Buenos Aires. Eu disse: "E se nós encontrarmos uma passagem para ele?" "Ele vai". Falei
com alguns amigos diplomatas que disseram: "A passagem está pronta. Pode dizer
a ele que mande buscar no lugar tal, dia tal, as passagens para ele ir para Venezuela ou para Colômbia". Mas não deu tempo. Eles foram mais rápidos e o mataram lá dentro.
O terrorismo continuava. Em junho de 1976, mataram o Gen. Torres, que fizera um governo progressista na Bolívia, com uma mulher admirável, D. Ema Torres, que hoje é Deputada em La Paz. Éramos um grupo que sonhávamos com uma América Latina independente, fora daquelas dependências norte-americanas e.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
7
também do terrorismo que os agentes secretos norte-americanos implantavam em
toda a região. Esse eu não avisei. O Gen. Prats foi morto em setembro de 1974; o

Torres, em 2 de junho de 1976. Chamei o Senador Wilson Ferreira Aldunate, muito
amigo, com quem vivemos juntos muito tempo no Uruguai, e transmiti a mesma coisa. O Wilson foi sabidíssimo e imediatamente foi para o Peru, onde havia um governo de refúgio, um governo progressista que nos acolhia com toda a liberdade.
Vejam bem: nesse período, e não me recordo a data, mataram dois eminentes e futuros líderes do Uruguai, que poderiam levar aquele país a outro destino: o Deputado Tovar Gutierrez, que foi Presidente da Câmara, e o Senador Zilmar Micheline, homem de esquerda, embora fosse de um partido não-comunista,
que estava muito atento. Foram fuzilados de maneira brutal na Argentina naquele período. Não me recordo a data. Numa noite, esse diplomata amigo disse-me: "Olha
aqui a lista dos que serão expulsos. Tu estás encabeçando a lista. E tu deves te mudar hoje da tua casa". Minha casa era um apartamento num bairro perto cemitério
de Montevidéu, trágico, porque, dentre outras coisas, tenho medo de almas, e toda
noite me encontrava com as almas do cemitério. Bom, "vou para onde?" "Vai para
onde você quiser, ou onde puder, mas hoje você não vai mais dormir em Chacaritas". Muito bem. Fui para um hotel. Um dia, dois dias, três dias. Mas era ingenuidade porque a polícia recebia todo dia informação do hotel sobre quem estava lá. E numa madrugada, três e meia da manhã, nem bateram à porta; chegaram lá e arrebentaram a porta do quarto . Estávamos lá dormindo eu, minha
mulher, a jornalista Beatriz Bício, apontaram as metralhadoras e disseram: "Olha, você é muito odiado no seu país. Poderíamos liquidar você aqui e ainda seríamos saudados no Brasil pelo bom serviço. Mas sabe de uma coisa? Estava aqui falando
com o comandante: eu não acho que valha a pena, você não merece nem ser.
morto". O que estava fazendo contra o país era devido à atividade que tinha, muito
grande, em Buenos Aires. "Bom, e aí, o que os senhores querem?" "O senhor tem
seis horas para deixar a Argentina. Seis horas!"
Eu havia publicado o livro "Modelo Peruano", era muito ligado ao governo do Peru, muito amigo do General Velasco. Fui para a Embaixada peruana às seis horas
da manhã. O Embaixador se comunicou com ele, e ele disse: "Faça tudo. Dê passaporte, dê o diabo". Deram-me passaporte peruano chamado 001. E ficou na história da diplomacia peruana porque só havia aquele passaporte — meu e da minha mulher. Escapamos, portanto, dessa coisa aí.
Nesse quadro todo, digamos, a pressão política, a pressão militar, a pressão

econômica em cima de nós era verdadeiramente brutal. Todo dia nas ruas: "Mostra
tudo isso aí..." E sem a possibilidade de ninguém para nos queixar...
Peguei a lista que recebi, e essas listas andam muito em moda aqui no Brasil ultimamente, e a levei a um amigo do Goulart. E disse: "Olha, está aqui. O Presidente está nessa lista; já mataram dois. O Ferreira Goulart teve de ir embora, e
já mataram mais dois senadores do Uruguai. Então, não tenho a menor dúvida de que vão matá-lo". Depois, ele falou comigo: "Não, Neiva, por que vão matar? Não estou fazendo nada..." E não foi.
Não posso dizer aos Srs. Deputados que o Presidente Goulart tenha sido assassinado. O que posso dizer é que estava absolutamente dentro da lógica do que se passava no Uruguai naqueles tempos. Se V.Exas. soubessem o que era nossa vida ali dentro, o drama que se vivia ali dentro! Colegas dos mais fraternos que trabalhavam no jornal apoiado pelos "motoneros" desapareciam de um dia para
o outro. Havia uma chamada sinistra: "Fulano veio? Fulano? Não veio". Fulano não
veio significava que tinha morrido. Estava absolutamente lógico que o Presidente.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
9
Goulart fosse também assassinado porque tinham já uma prevenção enorme com ele, achavam que ele, atrás das regalias e da posição de fazendeiro, de homem rico,
apoiava financeira e politicamente os movimentos guerrilheiros que estavam se desenvolvendo na América Latina e que tinham uma grande expressão no Uruguai e
na Argentina.
Então, este é o depoimento que posso prestar à Câmara dos Deputados.
Outra coisa — aí, já não fui eu: mas companheiros que foram receber o cadáver em
Uruguaiana. Quando abriram o caixão, exigiram que fizesse uma autópsia. O Dr. João Goulart estava de chinelo, nem sequer mudaram a roupa dele. Não deixaram
fazer autópsia. Foi para São Borja. De novo, os amigos que estavam lá exigiram a
autópsia. Não fizeram.
Então, são fatos tão evidentes que eu não tenho nenhuma dúvida de que ele foi mais uma vítima nesse processo sinistro que dominou a América Latina naqueles
tempos.
Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Quero agradecer o Deputado Neiva Moreira e anunciar a presença do ex-Governador Miguel Arraes, a
quem convido para tomar assento à Mesa . Também quero anunciar a presença do

Deputado Estadual Deputado João Luiz Vargas, do PDT-RS, a quem convido para
que possa tomar assento junto conosco. *(Pausa.)*
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Uma pergunta ao Sr. Deputado Neiva Moreira, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Tem a palavra, nobre Relator..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
10
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O Deputado Neiva Moreira tem alguma dúvida, pelas informações àquela época de exílio, de que havia uma articulação dos
regimes militares do Cone Sul com o regime militar brasileiro, especialmente com vistas ao controle e, se possível, a eliminação de lideranças políticas que estavam
no exílio?
O SR. DEPUTADO NEIVA MOREIRA - Não tinha nenhuma dúvida. Como é que eu ia poder ter dúvida sobre isso aí? A meia dúvida de prisões que eu tive lá no
Uruguai, preventivas, como diziam eles, eram pedidas pelo Governo brasileiro. O Governador Brizola, quando começou o arrocho político-militar, tinha muito boas relações no Uruguai não só nos partidos de esquerda, mas também nos partidos conservadores, e ainda as têm, e chamaram a atenção dele que havia problemas.
A versão mais corrente, a versão mais, digamos assim, mais conhecida desse problema em relação a ele era a de que ou ele saía do Uruguai ou então um comando, de helicóptero, sairia do Rio Grande do Sul e ia retirá-lo lá da sua fazenda, da finca dele, e levá-lo para o Brasil.
Então, o Governo do Uruguai estava cercado. Ele não tinha condições, de maneira alguma, de reagir àquilo e pediu que Brizola deixasse o país. Deram a ele
um prazo três dias. Ele, numa dessas intuições que tem, saiu pela Rambla de Montevidéu e foi à Embaixada americana, porque eles estavam conseguindo um asilo para ficar junto com o Governador Miguel Arraes, em Argel. Era o que ofereciam a ele. Muito bem. Quando chegou na Embaixada americana, ele disse aos
colegas que estavam lá: "O Carter anda falando muito em direitos humanos, não é?"
Disseram: "Anda". "Podemos já saber se é verdade isso". Entrou na Embaixada: "Sou Leonel Brizola. Estou ameaçado de morte. Queria um asilo dos Estados.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
11
Unidos". Não há asilo na Constituição americana, não há essa história de asilo por
lá. Foi um "bafa" grande. Mas aí disse o funcionário: "Olhe, o que nós podemos fazer

é comunicar o seu pedido ao Departamento de Estado. Mas o Departamento de Estado está fechado hoje". Foi a sorte do Brizola, porque em vez de o telegrama, o
pedido, ir para lá, foi diretamente para o Presidente Jimmy Carter, que estava naquela palácio de veraneio lá nos Estados Unidos. E o Carter mandou imediatamente dar o asilo.
O Deputado Miro Teixeira pode me recordar o nome — quando a gente passa dos 50 anos, a memória começa a falhar — daquele jornalista que trabalhou na **Última Hor**a, foi Diretor da **Última Hora** há muito tempo.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - O Wagner?
O SR. DEPUTADO NEIVA MOREIRA - Não, não; o Wagner, não. Que era bisneto de Duque de Caxias?
Bom, ele estava com a idéia de fundar um jornal de esquerda no Brasil.
Então, foi lá falar conosco lá no Uruguai para saber qual a possibilidade que nós tínhamos para fazer isso. Ele chegou lá, me telefonou e me disse: "Olha, estou muito
cansado, vim de ônibus aí. De maneira que vou falar contigo amanhã de manhã". Eu
disse: “Está certo. Você está em que hotel?” E ele me disse que estava no hotel tal
na Rua 28 de Julho. Então, no dia seguinte, passei de manhã. Disseram-me: “Não,
não, ele não está”. Dia seguinte, não está. No terceiro dia, o sujeito me disse: “Olha,
esse brasileiro esteve aqui, mas ele foi direto para Buenos Aires”. Depois, eu soube
que aquele hotel era controlado pela polícia do Uruguai. Os senhores imaginam a nossa ingenuidade conspiratória.
Aí, três, cinco dias depois, um presidente do sindicato dos bancários me chamou — Uruguai era uma fogueira de resistência, assim como Argentina, e esse.
era no Uruguai — e me disse: “Olha, está preso o fulano de tal”. Ele me deu o nome,
um jornalista muito amigo meu e do Deputado Miro, mas não me lembro agora o nome dele. “Mas está preso e sendo muito apertado”.
Bom, o que perguntavam a ele? Perguntavam a ele sobre as relações dele conosco, aquela coisa toda. Mas, como ele era bisneto do Duque de Caxias, um adido militar ou coisa semelhante das autoridades do Uruguai disse que seria um escândalo que eles se prendesse o bisneto do Duque de Caxia*s.* E que não o torturassem nada e tal e deixasse ele lá de molho. E foi o que fizeram. Depois de muito tempo ele foi solto e nos disse de que ele ouvia lá dentro da polícia uruguaia
policiais brasileiros interrogando presos.
Então, havia um absoluto entendimento, uma absoluta correlação. Eu já disse aqui: tive muito dificuldade para arranjar emprego; quando arranjei emprego no jornal do Partido Nacional que era dirigido por esse Deputado assassinado em

Buenos Aires, e ele me disse que o Embaixador — parece que era o Embaixador Pio Corrêa — comunicou que o Governo brasileiro considerava aquilo um ato de hostilidade. Mas o Hebert, que era um “malucão” — depois o neto dele foi Presidente da República —, disse: “Olha, quem manda aqui somos nós. De maneira
que não vamos tirar esse brasileiro”.
Então, Deputado Miro Teixeira, havia realmente uma conexão profunda entre o Governo brasileiro e os militares que naquela época já estavam se preparando para tomar o poder do Uruguai.
Não tenho a menor dúvida que uma pesquisa, uma investigação séria nos arquivos dessa etapa vai revelar isso e vai também poder ensejar a convicção de que não é um boato, não é uma hipótese fantasiosa o Presidente Goulart ter sido uma das vítimas daquela lista sinistra..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
13
Depois, eu encontrei esse Embaixador, esse diplomata hispano-americano num posto da América Latina, e ele me telefonou e disse: “Vá me ver hoje”.
“Onde?”
“Naquele bar onde nós nos encontrávamos”. Ele me disse: Você vai sair daqui hoje,
porque eles vão te agarrar. E, se tu fizeres algum tipo de reação, vão te matar”.
Então, lá estava a lista, o Presidente João Goulart em quarto lugar; o Gen. Prats, do
Chile; o Gen. Torres, da Bolívia; o Senador Aldunate, líder da oposição no Uruguai.
E ele, João Goulart, estava em quarto lugar.
Então, esse é o ponto de vista que eu posso defender e a resposta que lhe posso dar.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, tendo em vista a chegada do Governador Miguel Arraes; daqui há pouco teremos votação nominal em
plenário; eu não vou fazer as perguntas para que não esvaziemos o depoimento até
do Governador Miguel Arraes. Então, eu proponho que nós ouçamos logo o Governador Miguel Arraes.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Eu concordo. Gostaria de dizer da honra de poder estar aqui na Mesa com o nobre Governador Miguel Arraes. Concedo a palavra a S.Exa., que tem o tempo que achar necessário para que possa trazer à luz o seu conhecimento.
Com a palavra o ex-Governador Miguel Arraes.
O SR. MIGUEL ARRAES - Sr. Presidente, demais Membros da Direção desta Comissão, Srs. Deputados, recebi a convocação para prestar depoimento nesta Comissão a respeito da morte do Presidente João Goulart.
Devo dizer que eu estava distante, na Argélia, e que certos fatos específicos me escampam, porque eu não tive contato, como o Neiva, Brizola e outros, com as.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01

14
pessoas que assistiram diretamente ao caso. Entretanto, vou citar alguns fatos que
chegaram ao meu conhecimento naquele período.
Eu estava exilado na Argélia. O asilo político me foi concedido pelo Governo argelino. Nós éramos alguns poucos que tínhamos esse asilo. Havia muitos refugiados: cerca de 8 mil refugiados políticos em Argel de todos os países, da Europa até à Indonésia. Havia gente de todo o lado. E os argelinos tinham especial
cuidado com toda essa gente que estava lá refugiada, longe de seus países e, particularmente, com aqueles a quem tinham dado asilo político, porque se consideravam responsáveis por essas pessoas que o Governo tinha levado oficialmente para lá.
E alguns fatos também faziam com que eles exercessem vigilância ou acompanhassem, não para saber da nossa vida, mas para dar a segurança que fosse possível às pessoas que estavam sob a responsabilidade do Governo argelino. E eles tinham tido casos concretos de assassinatos políticos, como o do General Humberto Delgado, assassinado na fronteira de Portugal com a Espanha,
que estava lá na Argélia, saiu de lá contra a opinião deles aliás. Há um assassinato
de Ber Baka, líder marroquino muito conhecido, que também tinha a proteção da Argélia, que foi seqüestrado e assassinado em Paris. E assim outros casos desse tipo que faziam com que eles tivessem esse cuidado, o cuidado não só na Argélia,
porque não tinha perigo por lá. Basta dizer que fiquei na Argélia 14 anos. Nunca ninguém me pediu um documento na rua ou em canto nenhum. Só nos hotéis e no
aeroporto, porque é obrigado. Nunca ninguém me pediu documento. Nós tínhamos
toda liberdade lá.
Então, eles nos davam certas indicações para as viagens que fazíamos, porque havia acontecido esses casos e eles nos preveniam que nós não devíamos.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
15
sair para outros lugares sem ter contato com a Embaixada, sem contato com alguém
de confiança. E eles indicavam, quando era o caso, as pessoas de confiança a quem podíamos recorrer nesses países.
Então, nós também tínhamos dificuldades. Era preciso às vezes recorrer à Embaixada. Por exemplo, eu estive proibido de entrar na França durante muitos anos. Era proibido oficialmente entrar na França por decreto do Ministro do Interior
francês. Tenho esse documento comigo. Não podia entrar, não obstante eu tinha que entrar, porque eu tinha família lá. Eu tinha que entrar. Então, eu sabia como entrar na França, mas, uma vez lá, era preciso ter condições de apelar para alguém

se houvesse qualquer coisa.
Na Itália, não havia problema, mas havia setores na Polícia italiana que haviam sido contactados pelo comissário Fleury que abordavam os brasileiros e tomavam-lhes os passaportes. Eu mesmo presenciei casos como o do Carlos Sá. Carlos Sá foi membro do Tribunal do Trabalho de São Paulo, era exilado. Ele estava
lá; quando ia sair do hotel, a Polícia o abordou, tomou o passaporte e deu 48 horas
para deixar o país. Como ele poderia deixar o país em 48 horas sem documento, sem coisa nenhuma?
Nós falamos com um Senador italiano, e o Senador falou com o Primeiro-Ministro,
e o Primeiro-Ministro mandou uma pessoa resolver o caso. Mas havia todos os complicadores que exigiam essas informações etc..
E nós, portanto, tínhamos pessoas na Argélia a quem podíamos recorrer para nos informar ou elas próprias nos chamavam para dar as informações que consideravam necessárias para a nossa vida no exterior.
A principal pessoa encarregada em buscar essas informações, porque existiam outras, o chefe desses serviços, era o Coronel Sulleiman Hoffmann. Era.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
16
assessor para assuntos internacionais do Presidente Boumedienne. De vez em quando, eu o via, falava com ele, dava-me muito com ele. Certo dia ele me telefona
e diz que quer falar comigo. Eu fui lá. Ele me disse: “Arraes, amanhã e depois de amanhã, se amanhã não chegarem as pessoas, você espera até depois de amanhã.
Você não sai de casa, espera em casa. Três pessoas vão lhe procurar”. Eu disse: “Pois não, está certo. Fico em casa”. E fiquei efetivamente em casa, e apareceram
as três pessoas. As três pessoas exigiram muito cuidado na conversa, isto é, eles não queriam em casa ninguém que não fosse da família, não queriam testemunhas.
Iam falar comigo. E me disseram o seguinte: “Nós estamos vindo do Cone Sul da América Latina*”.* Não disseram de onde. “Houve uma reunião da extrema direita para apreciar a questão de uma possível abertura.” Já se começava a falar, porque
isso está ligado àqueles anos da Guerra do Vietnã. A Guerra do Vietnã estava sendo
perdida. E todas as análises indicavam que, na medida em que a guerra fosse perdida, os Estados Unidos não poderiam ficar com o mundo militarizado debaixo das botas de soldado. Teria que ser dada uma solução intermediária qualquer, fosse
de transição ou de qualquer outro tipo. Então, já se debatia essa questão, e os militares sabiam disso. Eles viram que essa era uma tendência que não mais seria

revertida, porque, como falei, era impossível este mundo todo ficar com os militares
mandando eternamente. Teria de haver um paradeiro para isso.
Já era negativo esse fato na opinião pública internacional. Naquela fase algumas figuras da Europa haviam se manifestado contra a Guerra do Vietnã, e havia protestos cada vez maiores, inclusive nos Estados Unidos. Uma das pessoas
que em primeiro lugar realizou um ato que teve uma grande repercussão foi Olaf Palme, Primeiro-Ministro sueco, do Partido Socialista da Suécia, que reuniu 10 mil
pessoas na praça pública para se opor à Guerra do Vietnã..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
17
Portanto, essa opinião que se formava fazia com que a direita receasse uma mudança, uma transformação. Essa reunião examinava isso e estudava providências e precauções a serem tomadas para evitar que pessoas importantes que estavam presas e exiladas, em diferentes países, pudessem chegar e empalmar
a opinião pública no caso de uma eleição, de uma mudança brusca da situação política. Nessa reunião, eles já haviam condenado à morte as pessoas que estivessem nessa situação e que atendessem a esse critério.
Assim, eles me pediram que transmitisse essa informação a pessoas de outros países, pessoas que estivessem mais ou menos nessa situação. Enfim, que
transmitisse a informação a alguém de confiança para que cada um fizesse o trabalho dentro das suas áreas de exilado. Eu perguntei por que elas, essas pessoas, pediam isso logo para mim. Eles me disseram: “Primeiro, por causa da referência que nos foi dada pelo Coronel Hoffmann; segundo, porque analisados os
*nome*s, verificamos que o senhor é quem está em melhores condições de realizar este trabalho, pela sua condição de exilado aqui na Argélia. O senhor pode se deslocar para alguns lugares, porque nós não podemos contatar todo mundo. Não
podemos contactar porque nós não podemos aparecer em canto nenhum. Nós estamos aqui falando com o senhor excepcionalmente, porque é uma questão decisiva e importante. Assim, o senhor vai ter esta missão”. Dessa forma, eu procurei realizar a missão. Fui à Europa, procurei alguns exilados chilenos e pessoas de outros países para comunicar essa notícia que me tinham dado.
Não se passou um mês desse acontecimento, foram assassinados Gutierrez e Micheline, dois uruguaios, e uma sucessão de assassinatos se seguiu nos diferentes países da América Latina. Todos sabem, e aqui a Comissão pode até.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
18
listar, que foi a partir dessa oportunidade que mataram o Gen. Prats, mataram o Letelier, mataram não sei quem... Tudo isso no espaço de algum tempo.
Então, vejam, qualquer pessoa sabe que as três pessoas mais importantes no

caso da abertura no Brasil eram Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda. Eram essas pessoas que podiam aparecer como condutores de uma frente
nacional para refazer o País. Portanto, se os senhores pegam essas três pessoas e
juntam com o critério que me foi comunicado naquela oportunidade, só podemos dizer que eles tinham sido condenados à morte. Como é que eles morreram? É outro fato. Mas que a condenação havia, havia.
Um outro fato é uma conversa que tive com o Carlos Castello Branco. Ele passou pela Europa depois da morte de Juscelino Kubitschek. Eu estive com ele em
Paris por apenas um dia. Ele me procurou e estivemos juntos por um dia. Contei a
ele essa história, e ele me disse que tinha procurado indagar as circunstâncias da morte de Juscelino. Circunstâncias que ninguém até hoje explicou, ninguém sabe delas efetivamente. Sabe-se que ele morreu em um desastre na Via Dutra. Juscelino, que foi o homem que mais voou neste País, morre em um desastre de automóvel, em uma viagem que ele jamais faria de carro — de São Paulo para o
Rio de Janeiro. Por que Juscelino saiu de carro? Ele mandou buscar o seu motorista
— são detalhes que me informaram — no Rio de Janeiro, sendo que ele estava em
São Paulo. O Sr. Adolfo Bloch deixava um carro à disposição de Juscelino, e ele tinha um motorista de confiança. Então, Juscelino manda buscar o seu motorista, que também morreu no acidente, para fazer essa viagem. E o motorista foi do Rio para São Paulo para fazer a viagem do ex-Presidente.
Pois bem. O Castelo dizia que o inquérito tinha procurado lançar a culpa para o ônibus, mas que as perícias que fizeram — depois ninguém fez mais perícia, nem.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
19
quis saber de nada, nem aprofundaram as investigações — tinham descartado o ônibus. Não podia ser o ônibus. A tinta que estava no carro de Juscelino era preta. O
carro que bateu e desequilibrou o carro de Juscelino teria sido um carro de cor preta,
pois a tinta estava lá. Mas que esse tal carro preto tinha sido visto por testemunhas.
Então, o Castello Branco lançava muitas questões em cima da morte de Juscelino
Kubitschek.
Vejam, no meu caso, o que eu posso dizer, diante dessas informações e sobretudo da comunicação que me foi feita, nas circunstâncias em que recebi tais informações, é que havia essa condenação e que morreram sucessivamente no Brasil Juscelino, Jango e Lacerda, os homens que haviam sido indicados na condenação prévia nessa reunião no Cone Sul. Então, na minha cabeça, eu não diria que nenhum deles morreu de morte natural. A suspeita e a dúvida existem

evidentemente. Se esta Comissão puder aprofundar com fatos e testemunhas, penso que será da maior importância a apuração de tal procedimento.
Era o que eu podia dizer, Sr. Presidente.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, está havendo votação no plenário. Talvez fosse melhor irmos revezando a nossa ida lá ao invés de suspendermos a reunião.
(Intervenção inaudível.)
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Perfeitamente.
Só para ficar bem localizado no tempo, quero fazer algumas perguntas ao Governador Miguel Arraes. Houve o golpe militar no Uruguai em 1973. A partir daí
parece que as coisas desandaram mesmo no Cone Sul. Paralelamente, houve a eleição do Carter nos Estados Unidos. Por conta de todas as razões que o Governador Miguel Arraes apresentou, inclusive devido à situação em que ficaria o.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
20
militarismo norte-americano diante da derrota no Vietnã, o Presidente Carter anunciou a política de abertura, o que causou o que poderia ser chamado de reação
da extrema direita no Cone Sul.
Esse raciocínio é só para ver se as épocas coincidem mais ou menos. V.Exa. tem com alguma precisão, a precisão possível, quando se deu a visita desses senhores a sua casa ?
O SR. MIGUEL ARRAES - Veja a data em que foram assassinados os Srs. Micheline e Gutierrez. Quinze, vinte dias antes.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Antes. Quinze, vinte dias antes do assassinato de Micheline. Nessa reunião, eles falaram a V.Exa. sobre essa lista e que os principais líderes estavam condenados?
O SR. MIGUEL ARRAES - Não falaram em lista. Eles estabeleceram o critério que havia sido adotado na reunião.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Sei, até porque esse negócio de lista está dando problema aqui no Senado. *(Risos.)*
O SR. MIGUEL ARRAES - O critério era esse, ou seja, quem tivesse certas condições ou ameaçasse a levantar o País, levantar a população em uma posição
oposta a deles tinha de morrer antes. Ora, nesse processo militar, era esse um dos
objetivos: liqüidar não só as grandes lideranças, mas liqüidar as lideranças do País,
seja pela prisão, pela decurso do tempo, por tudo. Esse era um procedimento traçado por eles.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Um homem experiente como V.Exa., conhecedor da história e com a capacidade de análise política que tem, fez a síntese
dos acontecimentos. Eu não tenho outras perguntas. Destaco, porém, uma observação relevantíssima: houve uma sentença. Como eles morreram? Aí, tem que.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**

Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
21
ver. Agora, houve a sentença, aqueles homens deveriam morrer. Esse é um fato que
acaba sendo a orientação do trabalho desta Comissão para desvendar a Operação
Condor no Brasil. Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Eu passo a palavra ao Deputado Jorge Pinheiro.
Antes, porém, gostaria de informar aos nobres Deputados que há uma lista de inscrição, a fim de que possamos encaminhar os nossos trabalhos dentro de uma ordem. Portanto, quem quiser, pode inscrever-se nessa lista.
Com a palavra o Deputado Jorge Pinheiro.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Miro Teixeira, Sr. ex-Governador Miguel Arraes, é um prazer tê-lo conosco
nesta Comissão. O senhor sem sombra de dúvida é a memória viva de tudo o que
aconteceu naquele período tão conturbado.
Sr. Presidente, como fiz parte da Comissão que estava investigando a morte do Presidente Juscelino Kubitschek — os seus trabalhos terminaram hoje —, estou
de posse do relatório final da Comissão. Há dois pontos nele que eu gostaria de ressaltar, porque têm muito a ver com nossos trabalhos.. Afinal de contas, trata-se
de duas comissões que estão investigando a morte de dois grandes expoentes, dois
ex-Presidentes do Brasil que foram vítimas de tortura mental, psicológica, etc.
Pois bem. O Relator conclui da seguinte forma: “1) que os fatos indicavam que havia um complô para impedir que Juscelino retomasse o poder, e que o acidente antecipou o desejo de muitos”.
Da minha parte, também penso que havia de fato, como verdadeiramente comprovado, um complô. Inclusive nas visitas que fizemos aos Estados Unidos, ao
Chile e ao Paraguai ficou bem claro que havia esse complô para eliminar Juscelino..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
22
E o acidente que vitimou o ex-Presidente Juscelino Kubitschek foi realmente um acidente automobilístico, sem qualquer resquício de conotação com um assassinato
encomendado. Portanto, a Comissão chegou à conclusão que havia um complô.
Realmente, Juscelino estava sofrendo uma série de pressões. Há, por exemplo, a questão que V.Exa. levanta: por que ele teria ido de automóvel, uma vez
que costumava viajar sempre de avião? Talvez, temendo que algo acontecesse, já

que a viagem dele tinha sido anunciada que seria de avião. Temendo ser preso ao
chegar no Rio, Juscelino resolveu fazer a viagem de automóvel. Bom, a perícia levantada, feita recentemente, conclui por acidente, mas não desqualifica de maneira nenhuma o ambiente de morte que havia .
Eu ouvi parte do seu depoimento, Governador, pois tive de ir votar. Mas quero fazer uma observação. O senhor afirma que — não da lista, quem mencionou
a lista inclusive foi o Deputado Neiva Moreira — tinha tomado conhecimento dessa
reunião e que nessa reunião se havia decidido que alguns líderes políticos importantes desses países deveriam ser eliminados. Embora o senhor não tivesse
tido contato direto, parece que foi isso que o senhor levantou diretamente com relação ao ex-Presidente João Goulart e a decisão misteriosa de não se permitir que
fosse feita autópsia, a pressa na liberação da documentação de um corpo sendo transladado para um outro país, de um exilado político, a estranha a rapidez do Governo argentino. É como se ele quisesse se livrar imediatamente do corpo ou de
alguma coisa.
Veja, após a morte dele muitos rumores correram, muita coisa foi falada, algumas fantasiosas, outras verdadeiras. Mas dos comentários que chegaram até aos ouvidos do senhor, quais deles o senhor poderia destacar aqui, que poderiam
ter ligação com a da sua morte, uma vez que, 24 anos depois, a única testemunha.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
23
que estava presente foi a sua esposa? É algo muito difícil de se averiguar. Mas dos
boatos e dos comentários que chegaram até o conhecimento do senhor, pela sua experiência, o que se poderia destacar, considerando o que aconteceu com outros
líderes daquela época? Qual seria o seu pensamento? Qual o pensamento do senhor quando ficou sabendo que João Goulart tinha morrido e que possivelmente a
causa teria sido uma parada cardíaca?
O SR. MIGUEL ARRAES - Eu procurei saber das circunstâncias da morte. Evidentemente, o Deputado compreendeu, eu não estava diretamente *(Falha na gravação.)* Mas entendemos que as pessoas colocavam muitas dúvidas . A perícia
em relação a Juscelino conclui ter sido um acidente. Acidente foi; porém, foi provocado? A desestabilização de um carro é uma coisa que, para pessoas que sabem fazer, não é problema nenhum. É a coisa mais simples do mundo. Essa dúvida fica. Eu, pelo menos, duvido disso. Não estou pondo em dúvida as pessoas
que fizeram os laudos, mas o testemunho que Carlos Castello Branco me deu foi

esse: que testemunhas não foram ouvidas, gente que não quis depor; há toda essa
história. No meio a uma ditadura, quem iria depor e dizer que ele foi assassinado?
Não é fácil. O que me ficou foi isso. Como salientou o Deputado Miro, sou uma das
pessoas, talvez, que soube antes dos fatos que isso iria acontecer. Ouvi a sentença
que havia sido pronunciada nessa reunião do Cone Sul e que essa sentença começou a ser executada. Veja, Deputado: não acredito que Deus tivesse sido escolhido para ser carrasco dos três brasileiros que morreram em seqüência. Se foi
de morte natural e se foi obra de Deus, foi Deus quem executou essa sentença. É muito estranha a seqüência dessas mortes, quando se liga a esse fato que relatei.
Estranhei mais ler arrazoados dizendo que João Goulart morreu de morte natural. Há algumas pessoas, ligadas a ele, naquela época, que dizem isso. Li algumas.
declarações num jornal pernambucano em que Cláudio Braga defende a tese de que
foi natural. Na posição que estamos, se negaram a autópsia, não podemos concluir
que alguém matou, que foi assim ou assado. Mas retirar dúvidas... Só quem quer retirar dúvidas é a extrema direita. Para nós, ela fica. Ele fica porque nem prova uma
coisa nem outra. Nem prova uma coisa ou outra. Ela fica e tem de ser mantida. Politicamente é fundamental que seja mantida porque as mortes havidas aqui e em
outros países mostram que essa sentença foi efetivamente pronunciada. A morte de
todos esses líderes em outros países é a prova de que a sentença efetivamente existia.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Dr. Miguel Arraes, certamente o senhor deveria conhecer as pessoas que estavam junto com o ex-Presidente
João Goulart naquela oportunidade. O senhor levantou o caso de Cláudio Braga e vou fazer-lhe uma outra pergunta: e o Ivo Magalhães?
O SR. MIGUEL ARRAES - Não sei. Não acompanhava isso. Referi-me a Cláudio Braga porque li, por acaso, uma larga entrevista dele sobre a morte de João
Goulart, em que ele sustenta que foi natural. Ele pode até estar convencido disso. É
uma hipótese tão aceitável como a outra.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Deputado Jorge Pinheiro.
O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Sem perguntas, estou satisfeito.

Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Com a palavra o Deputado Alexandre Cardoso.
O SR. DEPUTADO ALEXANDRE CARDOSO - Governador Miguel Arraes, na verdade considero figuras como V.Exa. fundamentais para o processo democrático..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
25
Agora, eu não consigo diferenciar ou distanciar a questão do Chile, da Argentina e
do Uruguai. Evidentemente, organizou-se durante algum tempo a derrubada do Presidente Salvador Allende, ou seja, organizaram-se estruturas desse tipo. Não sei
se caberia a esta Comissão, quando estuda todas essas relações, começar desde
1972, porque não acredito que esses serviços de inteligência tivessem criado — e
se criaram — esses fatos de uma hora para a outra. Partindo de 1972, o senhor tem
alguma dado que possa mostrar a organização dessas estruturas na América do Sul, que poderia ser relevante para esta Comissão, ou nada tem a acrescentar? São
detalhes. Por exemplo: estou vendo o relatório final sobre a morte do ex-Presidente
Juscelino Kubitschek; há a questão do famoso acidente no túnel com a jornalista Angel, no Rio de Janeiro, que não podemos desconhecer. Então, o que poderíamos
relacionar, desde 1972, envolvendo um pouco toda a estrutura do Cone Sul, inclusive o Chile? Naquela época, quando aconteceu o acidente no túnel, muitas pessoas o consideraram normal. Havia perícia dizendo que o acidente fora normal.
Há algo, desde 1972, que mostre a existência dessa estrutura do Cone Sul?
O SR. MIGUEL ARRAES - Esse é um trabalho muito grande, que não temos condições de fazer. O que podemos apreciar é o seguinte. As diferenças de método
de um lugar para outro, a sofisticação da repressão, a seletividade em cada um dos
países. Aqui, no Brasil, a seletividade foi das mais importantes que já vi. Aqui existiram os excessos, a tortura, a morte de pessoas, mas observo que, no geral, as
aqui coisas sempre foram medidas e contadas, tanto quanto podia ser. A estrutura
brasileira não era no estilo Pinochet, que mandava matar no meio da rua, matava quem era preciso matar. Se formos estudar isso, será um trabalho muito complicado.
Se tivesse alguém para fazer, tudo bem, mas não devemos nos meter nisso porque

não temos as condições necessárias para chegar a essas lonjuras..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
26
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Dr. Miguel Arraes, es esta Comissão esteve na Argentina e no Uruguai e houve uma divergência muito grande no depoimentos das pessoas que estiveram nos últimos dias com o ex-Presidente
João Goulart. Por exemplo, considerei muito o depoimento do médico, porque não estava envolvido emocionalmente na causa. Ele nem conhecia o ex-Presidente.
Ele foi conhecê-lo na hora em que chegou e o Presidente já estava morto. Foi muito importante o depoimento dele porque disse que não havia no quarto, por exemplo, nenhum indício de que o Presidente João Goulart houvesse se
medicado horas antes de se deitar naquela oportunidade. O depoimento do capataz
diverge: havia o copo d'água, no qual ele teria se medicado. E também diverge quando registra que o medicamento ficou durante seis meses, parece-me que ficou
por seis meses o remédio que o Presidente tomava habitualmente por problema de
coração. Essa divergência de depoimentos, essa diferença de opiniões nesse sentido nos deixa com uma dúvida muito grande. É como o senhor falou: vai haver
sempre dúvida, por parte das oposições ao militarismo daquela época, sobre a morte do Presidente João Goulart.
Nesta Comissão, a cada dia que passa, estamos ficando mais em dúvida ainda sobre o que verdadeiramente aconteceu. Muitos querem nos fazer acreditar que houve morte natural, como Ivo Magalhães, que citei e que na época era procurador do Presidente e hoje está milionário na Argentina. Está muito rico e na época não tinha nada. O Henrique Foch Diaz veio depor e não poupou acusações
ao Ivo Magalhães e ao Cláudio Braga como envolvidos na morte do Presidente João
Goulart, tirando daí aquela idéia de que houve morte natural.
Gostaria de saber — se é que o senhor tem conhecimento, porque estava longe, na Argélia — se o senhor conheceu essas pessoas, por exemplo, o Ivo.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
27
Magalhães, que parece que foi Prefeito de Brasília, e o Cláudio Braga, que o senhor
citou. O envolvimento dessas pessoas com o Presidente João Goulart era apenas uma questão de empregado para patrão, era questão de amigo, era questão política? Qual era verdadeiramente o envolvimento dessas pessoas, principalmente
o Ivo Magalhães e o Cláudio Braga, com o Presidente João Goulart?

O SR. MIGUEL ARRAES - Infelizmente, não posso dizer nada a esse respeito. Conheço o Cláudio Braga porque ele foi presidente de sindicatos em Pernambuco. Não tinha muita ligação ou aproximação com ele, embora me dê com
ele. Ele conhecia o Presidente João Goulart. Eu sei que ele conhecia já de antes, mas esse relacionamento mais próximo foi coisa do exílio. Não era um relacionamento que existia antes. Essa é uma coisa que só o pessoal que morava
no Uruguai pode saber.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Deputado Luis Carlos Heinze.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Dr. Miguel Arraes, o Deputado Reginaldo expõe as dúvidas que tivemos, porque procuramos levantar quais pessoas estiveram nos últimos dias com o Dr. Goulart, como Perci Penalvo, que também trabalhava com ele — o Dr. Waldir conhece o Perci —, e fomos buscando
todas essas informações. Alguns nos dão pistas de que poderia ter sido uma morte
natural, pelo estado em que estava o Dr. Goulart. Até pela própria questão da clínica
de Lion, onde havia se tratado. Havia perdido peso, estava em tratamento, mas estava praticamente bem, fisicamente. Essas dúvidas ficam, ainda mais quando tivemos do Foch Diaz, por exemplo, determinadas afirmações. Até um livro ele escreveu. Essa é a nossa dúvida sobre onde estaria a realidade, a verdade. Ele diz
que foi uma armação que fizeram com o Dr. Goulart e dá uma linha de raciocínio.
Ivo.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
28
Magalhães, que era uma pessoa bem mais próxima que o Foch Diaz, já dá outra versão a respeito do fato. O que estamos buscando efetivamente é esclarecer a opinião pública brasileira, o povo brasileiro, especificamente, quanto a esta questão.
As dúvidas ficam. Há questões sobre militares uruguaios. Silveira, por exemplo, um
sargento do Exército, na época, havia trazido a notícia ao Dr. Goulart de que ele teria que se apresentar ao Ministério do Interior do Uruguai naquela segunda-feira.
Essas são dúvidas que temos. É uma pessoa com quem não conseguimos falar. Buscamos todas as pessoas, como o médico, o capataz, que estiveram nas últimas
horas com ele. Também o Perci, que conviveu com ele e nos passou uma série de
informações a respeito. Nesta situação, o comentário é de que alguém era sabedor
de que ele havia sido ameaçado de morte, por essas questões da Operação Condor.

É isso o que estamos buscando, mas o senhor disse que não estava muito próximo
dele e desses assessores, Cláudio Braga, Ivo Magalhães, Henrique Foch Diaz. O que estamos buscando é essa situação, mas o senhor mais ou menos já esclareceu.
O senhor sabe algumas outras coisas, mas especificamente esse assunto não, porque não estava próximo dele. O que estamos buscando realmente são esses fatos, para podermos chegar às nossas conclusões especificamente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Dr. Arraes, nossa esperança era de que neste depoimento pudéssemos chegar a alguma linha de raciocínio. É idéia nossa, dos Deputados desta Comissão, partimos para a exumação. Existem alguns vestígios que podem, através da exumação, trazer-nos a
verdade dos fatos. Já ouvimos peritos especialistas. Há suspeita relativa ao gás sarin, que muito se usava naquela época para causar morte. O copo d'água deixa em aberto o caso do gás sarin, porque somos sabedores de que esse gás poderia
ter sido simplesmente colocado na água, e o Presidente tê-la tomado e ter morrido,.
porque o seu efeito é um ataque cardíaco imediato. A única maneira de sabermos se
o gás sarin foi usado é se encontrarmos, na madeira da urna, algum vestígio, porque
assim disseram os peritos que estiveram aqui.
Outra questão é se foi envenenado. Sabemos que, se foi usado veneno de origem vegetal, nada vamos encontrar, mas, se foi de origem mineral, vamos encontrar no DNA. Isso foi dito aqui pelos médicos especialistas.
Esperávamos, nesta reunião, chegar a um ponto. Estamos ouvindo o senhor. Preciso ouvir o Dr. Leonel Brizola e a D. Maria Teresa Goulart, que, para mim, será a
chave da coisa. Estamos acompanhando tudo isso. Houve o almoço naquele dia, à
tarde, e não houve sintoma de nada. Nada houve que pudesse prenunciar que o Presidente iria sofrer um mal súbito. Estamos verdadeiramente, pelos depoimentos,
no mato sem cachorro, como diz a linguagem popular, e o nosso próximo passo será
exumar o corpo.
O senhor está apresentando algumas razões em que temos de acreditar. Estivemos na Argentina, com a Comissão de Direitos Humanos, dos Deputados Federais argentinos, que também nos apresentaram uma lista. A lista deles é igual à
relação que o senhor deu, é igual à relação que deu o Deputado Neiva Moreira. Os
mesmos nomes citados pelos Deputados Federais argentinos dos que foram

assassinados naquele tempo são ventilados aqui agora. Não são só brasileiros, mas
são todos esses nomes que o senhor também citou aqui. Estamos buscando uma linha de raciocínio sobre o que fazer. Vamos exumar ou não? Vamos encerrar com
um relatório frio, dizendo simplesmente que esteve com um cardiologista na França,
que o estado de saúde dele não era bom, anteriormente ele fumava e bebia muito e
isso pode ter causado sua morte? Mas também não conseguimos aceitar essa tese
de morte natural. Portanto, estamos buscando alguma coisa que nos leve a elucidar.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
30
esse fato, a trazer uma verdadeira resposta à sociedade. Não queremos fazer aqui
uma acusação ao militarismo, mas há vestígios de que houve a Operação Condor.
Pelos depoimentos, há bastantes vestígios, embora não tenhamos provas concretas.
Gostaria de saber se V.Sa. tem mais alguma coisa a lembrar. V.Sa. falou alguns nomes e disse que foi procurado por três pessoas. V.Sa. citou na sua explanação que foi procurado por três pessoas para falar a respeito do suposto assassinato desses líderes. V.Sa. pode dizer quem são essas três pessoas?
O SR. MIGUEL ARRAES - Eu expliquei que essas pessoas que me procuraram não deram o nome. Elas estavam credenciadas, quer dizer, eu sabia que eram pessoas que eu devia escutar, mas eram agentes. Ninguém pode saber
quem são essas pessoas que se infiltraram para saber dessa reunião do Cone Sul, e
evidentemente eu não tinha nem condições de perguntar. Se perguntasse, elas podiam até me dar um nome falso, porque não podiam aparecer. Essas pessoas me
procuraram e explicaram — não sei se fui claro — que me escolhiam porque não podiam procurar muita gente e aparecer para exilado chileno, para exilado daqui...
Eles não podiam, pela função que exerciam, a função deles era ter a cara escondida, isso é uma coisa lógica. Daí o fato de terem conseguido essa informação
de uma reunião ultrafechada. O coronel, que por sinal faleceu, é o homem do Governo argelino que disse que essas pessoas iam me procurar, e efetivamente me
procuraram para dizer isso. Era o Coronel Sulleiman Hoffmann. Esse coronel já é falecido. Era assessor do Presidente Boumedienne.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Indago se há mais algum Deputado que queira fazer uso da palavra ou queira participar. Deputado Luis

Carlos Heinze? Deputado Jorge Pinheiro?.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000290/01 Data: 25/04/01
31
A SRA. DEPUTADA MIRIAM REID - Só gostaria de falar da minha satisfação e do meu orgulho de estar ouvindo uma pessoa que, ao longo da sua vida, deu tudo
pela democracia, pelo socialismo. Trata-se da história viva. É um prazer e uma satisfação muito grande poder estar aqui neste momento participando e ouvindo este depoimento tão importante.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Obrigado, Deputada.
Nada mais havendo a tratar, vamos encerrar esta reunião.
Agradeço a presença do Dr. Miguel Arraes. Tenho certeza que o que V.Sa. trouxe aqui é de bastante importância para o que estamos tentando fazer, ou seja,
chegar ao fundo dessa verdade, com honestidade, integridade e sinceridade.
Encerro esta reunião. Vamos marcar outra para traçarmos outro rumo e discutirmos a ata.
Estão encerrados os trabalhos.
Muito obrigado a todos e uma boa tarde.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES
TEXTO COM REDAÇÃO FINAL
COMISSÃO EXTERNA – MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART
EVENTO: Audiência Pública Nº: 000736/01 DATA: 15/08 /2001
INÍCIO: 14h32min TÉRMINO: 17h33min DURAÇÃO: 3h01min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h09min PÁGINAS: 53 QUARTOS: 38
REVISORES: PAULO DOMINGOS, ANTONIO MORGADO, ODILON, ANDRÉA MACEDO, ELIANA,
LUCIENE FLEURY, LEINE
SUPERVISÃO: DEBORA, MÁRCIA, MARIA LUÍZA
CONCATENAÇÃO: MÁRCIA
DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO
JORGE OTERO – Jornalista uruguaio Diretor do jornal "El Día";
LEONEL BRIZOLA – Ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro e Presidente do Partido Democrático Trabalhista — PDT.
SUMÁRIO: Debate sobre as possíveis circunstâncias da morte do ex-Presidente João Goulart.
OBSERVAÇÕES
Há exposição em língua estrangeira;
Há intervenções inaudíveis;
Há oradores não identificados..CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
1
O SR. PRESIDENTE (Deputado Coriolano Sales) – Declaro abertos os trabalhos da 13ª Reunião desta Comissão Externa destinada a esclarecer em que circunstâncias ocorreu a morte do ex-Presidente João Goulart, em 6 de dezembro de 1976, na estância de sua propriedade, na província de Corrientes, na Argentina.
Convido o Sr. Leonel Brizola, ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro por duas vezes e do Rio Grande do Sul e Presidente Nacional do PDT, a tomar assento à mesa. Convido igualmente o jornalista uruguaio Jorge Otero, diretor do jornal **El Dí**a. *(Palmas.)*
Tendo em vista a distribuição antecipada de cópias da ata da reunião anterior, indago dos Srs. Deputados se há necessidade da sua leitura, já com pedido de dispensa formulado pelo eminente Relator Miro Teixeira. *(Paus*a.)
Dispensada a leitura da ata.
Em discussão.
Não havendo quem queira discuti-la, em votação.
Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovada.
Ordem do Dia.
Esta reunião foi convocada especialmente para ouvirmos o ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro e Presidente Nacional do PDT, Dr. Leonel Brizola — hoje, sua posição e sua envergadura política dispensam maiores comentários de todos os presentes nesta reunião —, bem como o jornalista uruguaio do jornal **El Dí**a, Sr.

Jorge Otero..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
2
De acordo com o que foi combinado, estando presentes os convidados, a Mesa concede a palavra ao jornalista Jorge Otero.
O SR. JORGE OTERO – *(Exposição em espanhol.)*
O SR. PRESIDENTE (Deputado Coriolano Sales) – Fique à vontade.
O SR. JORGE OTERO – *(Exposição em espanhol.)*
O SR. PRESIDENTE (Deputado Coriolano Sales) – Permita-me interrompê-lo para convidar o Presidente da Comissão Externa, Deputado Reginaldo Germano, a
assumir a direção dos trabalhos.
O SR. JORGE OTERO – *(Exposição em espanhol.)*
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, pela ordem.
Em vez de passar às perguntas relacionadas ao depoimento do Sr. Jorge Otero, talvez pudéssemos ouvir a exposição do ex-Governador Brizola. Em seguida,
as perguntas poderiam ser direcionadas a um ou a outro, para que não se perca o
ritmo dos depoimentos.
Como estamos com muita intimidade com a maioria dos temas, talvez o mais relevante para nós seja aproveitar ao máximo a possibilidade de ouvi-los, porque há
o risco de, daqui a pouco, sermos chamados para a Ordem do Dia — haverá a votação do Código Civil — e o depoimento ficar prejudicado por conta de perguntas
cujas respostas muitas vezes já sabemos, em virtude das inúmeras testemunhas que já ouvimos.
Se a Comissão estiver de acordo, peço que passemos a ouvir o ex-Governador Leonel Brizola.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – Já que não há ninguém com pensamento contrário, passo, então, a palavra ao ex-Governador Leonel Brizola..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
3
O SR. LEONEL BRIZOLA – Sr. Presidente, Deputado Miro Teixeira, Deputados integrantes desta Comissão, senhoras e senhores, a presença do jornalista Jorge Otero para oferecer esse depoimento tem toda uma base. Por isso,
felicito a Comissão por ter aceito a indicação dele para prestar informações, por se
tratar de uma pessoa que conviveu com o Presidente João Goulart no Uruguai, durante suas viagens, em função da sua atividade profissional.
Na época, o Sr. Otero era um dos diretores do jornal mais importante e de maior tradição do Uruguai, o **El Dí**a, fundado por José Batlle y Ordóñez, grande personalidade que, no começo deste século, praticamente assentou os alicerces do

que é o Uruguai hoje — das suas instituições, dos seus avanços, da sua cultura e de
tudo o mais.
Havia dois grandes jornais, além de outros menores; alguns vespertinos: o **El Día** e o **El País**. O **El Día** é de origem colorada, partido de seu fundador e, em regra,
majoritário na história do Uruguai; o outro, o **El País**, do Partido Blanco — partido nacional, que levou 99 anos na oposição para chegar ao governo.
O SR. JORGE OTERO – *(Intervenção em espanhol.)*
O SR. LEONEL BRIZOLA (Deputado Reginaldo Germano) – Poderia ter levado mais. *(Risos.)*
Exercer a função de diretor desse jornal era realmente um destaque, uma responsabilidade importante do jornalista Otero.
Esse jornal fez oposição à ditadura, ao autoritarismo que se foi fixando cada vez mais. Claro, não era um jornal que estava junto com as forças de esquerda do
Uruguai, mas a sua linha era liberal. Os partidos de lá têm correntes, e essa corrente fez oposição..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
4
O regime militar, o regime discricionário do Uruguai, caiu em cima do **El Día** e foi asfixiando-o, agravando a divisão da própria família que controlava o jornal. Tanto
que o **El Día** não resistiu e praticamente deixou de circular.
O jornalista Otero acompanhou esses passos de João Goulart, como seu amigo, exercendo até certa assessoria de imprensa para ele. E há também as circunstâncias de que ele está escrevendo um livro, traduzido, que já está no prelo
aqui em Brasília, sobre essa última fase da vida do ex-Presidente. Era, por conseguinte, um depoimento de muita significação. Na hora das perguntas, ele é a
pessoa indicada a prestar uma ou outra informação que os Deputados queiram obter.
De minha parte, gostaria de dizer que, desde o primeiro momento, procurei incentivar a instituição desta Comissão, porque, com o passar do tempo, mais longe
um pouco dos acontecimentos — e posso dizer isso porque também estava lá protagonizando aquela fase —, vamos adquirindo uma noção mais precisa do que
realmente estava ocorrendo.
Quando lá estava, eu não tinha muita idéia de que estávamos dentro de um processo que envolvia todos nós. Na época em que fui expulso do Uruguai, por exemplo, eu não estava exercendo atividade política nenhuma. Não entendia o por
quê. Aquilo era uma vingança pessoal. Por muito tempo, cultivei a impressão, dada
uma informação e outra, de que fui expulso daquele país por pressão ou da área

Geisel ou da área do Ministro do Exército daquele tempo, Sr. Sílvio Frota. Talvez tivessem receio de que pudesse haver entendimento entre mim, que estava no Uruguai, e o então Governador do Rio Grande do Sul, recentemente falecido, Synval
Guazzelli, invocando, talvez, o que ocorrera em 1961, e que dali pudesse surgir uma
reação, com essa soma de forças, contra um ou contra outro. No caso, teria sido a.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
5
área do Sr. Sílvio Frota que teria insistido junto aos militares uruguaios para me expulsar, na atividade que desenvolviam preparando um golpe contra o governante
discricionário do momento, para não dizer um ditador de turno, o Sr. Ernesto Geisel.
Como fui para os Estados Unidos, acolhendo-me na política que desenvolvia o Presidente Carter — até surpreso com aquele atendimento, com o acolhimento que lá recebi, convivendo com muitas pessoas —, eu, de certa forma, aceitava essa
interpretação. Hoje, de longe, somando mais informações, chego à conclusão de que absolutamente não foi isso o que ocorreu. Eu estava ali na mesma situação de
outros latino-americanos que demarcavam toda uma época e eram objeto de um processo de repressão que atingia personalidades e simples quadros da resistência
a esse conjunto de ditaduras.
Hoje estou absolutamente convencido de que uma voz me surgiu ali, naquela hora em que, com um conjunto de pessoas, ingressava na Embaixada americana.
Quando expirava aquele prazo, recebemos uma comunicação da Embaixada informando-nos de que nos devíamos deslocar para lá, eu, a minha família, os meus
amigos, quem eu quisesse levar. E estávamos ali cercados por várias caminhonetes
do Exército uruguaio. Eu até perguntei: "Como vou passar por esse cerco?" Responderam: “Não, não vai ocorrer nada; nós estamos aí também”. Foi a resposta
que recebemos da Embaixada.
Não sabíamos, mas tivemos a informação de que havia um entrelaçamento desses regimes. Logo que chegamos lá, pudemos sentir uma estreita ligação entre
autoridades norte-americanas e de alguns outros países que se prestavam a esse
tipo de cooperação.
Confesso que, quando me decidi a ir, fui sozinho à Embaixada americana. Foi um arroubo! Eu pensava: quero colocar em prova essa tal política de direitos.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart

Número: 000736/01 Data: 15/08/01
6
humanos do Presidente dos Estados Unidos. Quero saber. Ele está falando tanto de
direitos humanos, e eu, por exemplo, sinto-me ferido nos meus. Estou sendo expulso
deste país de maneira injusta. Como pode um país que tem tratados em matéria de
direito de asilo expulsar alguém que não está fazendo nada? Vou consultar o Presidente dos Estados Unidos, diante do que estou sofrendo, sobre se me recebe
em seu país. Era com essa intenção, palavra de honra.
Chegando lá, fui recebido por uma moça, porteira ou telefonista, meio uruguaia, meio americana: “O senhor quer falar com o Embaixador”? E eu meio barbudo... Ela pediu minha identidade, minha cédula. Eu dei minha carteira, estava
ali exilado... Ela olhou, olhou, pediu que esperasse um momento e chamou um funcionário. Veio um jovem atencioso. Pensei: este deve ser um elemento da CIA que, sem mais nem menos, vem me receber. O rapaz chegou e disse: “Sr. Brizola, o
senhor quer passar ao meu gabinete?" "Perfeitamente", respondi. Continuou o funcionário: “O senhor é conhecido”. E eu, cá comigo: claro que o senhor me conhece! A gente sempre pensa que é muito conhecido. Então, ele disse: “Quando
eu estava na universidade, nós tínhamos um clube latino-americano. Naquele tempo, falava-se muito no senhor, que o senhor gostava de expropriar empresa americana”. *(Riso*s) Eu disse: "É verdade".
Ele foi muito amável. Conversamos, tomamos um cafezinho, e por fim ele me perguntou: “O senhor quer mesmo ir para os Estados Unidos”? Respondi: "Olha, até
há pouco eu não admitia essa possibilidade, mas quero ir". O rapaz me ofereceu uma revista e, após alguns momentos, disse: “Fui falar com o Embaixador. Ele não
está aí, está em casa, e manda dizer-lhe que por ele não há problema, mas que depende de Washington. Na segunda-feira nós lhe damos uma resposta”. Isso aconteceu numa sexta-feira. Na segunda-feira, deram-me a resposta mesmo..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
7
Soube depois que minha sorte foi isso ter acontecido na sexta-feira, porque o assunto foi direto à Casa Branca, já que o Departamento de Estado estava fechado.
Na Casa Branca, foi levado quase que diretamente à consideração do Presidente Carter, que não teve dúvida, seguindo sua política; era esse seu pensamento, sua
maneira de ser. O assunto praticamente pulou o Departamento de Estado. Se fosse

numa segunda-feira — soube depois; brasilianistas me disseram —, o Departamento
de Estado iria complicar de tal maneira meu pedido que seria muito difícil ir para lá.
A política americana não era direcionada pelo Presidente, logo percebi isso. A adoção de política dessa natureza é determinada por áreas que, em dado momento,
estão poderosas e influentes no Governo dos Estados Unidos.
Por exemplo, em relação ao Presidente Salvador Allende, havia correntes nos Estados Unidos. O próprio Orlando Letelier, quando morto, estava lá, teve ingresso
naquele país. Nessa época, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o atual Ministro da Saúde, Sr. José Serra, não podiam ingressar nos Estados Unidos. Seus
nomes estavam num livro, no aeroporto. Não havia computador. Usava-se um livro
grosso. Fui eu que, de certa forma, abri caminho para eles. Depois de alguns meses,
os dois foram visitar-me.
Tivemos informação, embora nosso isolamento fosse muito grande, de que havia uma articulação que, àquela altura, já havia tirado a vida de personalidades importantes da América Latina: Juan Torres, da Bolívia; René Schneider, Ministro da
Guerra no Chile. Depois dele o general Prates tornou-se Ministro do Exército, foi à
Argentina, e ele e sua esposa foram vítimas de atentado. Houve ainda o assassinato
de Letelier. Em seguida, esses casos foram generalizando-se. Os casos que ocorreram na Argentina, em relação ao Uruguai, foram relatados pelo jornalista Jorge Otero: do Senador Michelini e do Deputado Héctor Gutierrez Ruiz,
Presidente.
da Câmara. Eles quase foram agarrados também, porque andaram em busca, nessa
mesma oportunidade, de Wilson Ferreira Aldunate, que escapou por um triz.
Recebi de Miguel Arraes o aviso de que o Serviço de Inteligência da Argélia o informara de que eu estava na lista; portanto, deveria cuidar-me. Quem transmitiu a
informação foi um pernambucano, atuante na Esquerda na época, Deputado Maurílio Ferreira, também com a intenção de avisar o ex-Presidente João Goulart.
Tive depois informação sobre duas embaixadas. Assumi o compromisso de jamais
revelá-las, mas, com o tempo, vou fazê-lo.
De qualquer maneira, quero dizer que não acreditava muito nisso. Cada país tem seus problemas, suas questões. Eu não acreditava que houvesse uma articulação. Na repressão e na troca de informações, sim.

Os senhores se recordam de Dan Mitrioni. Ele esteve aqui dando instruções sobre tortura e andou em outros países. Quando caiu no Uruguai, foi justiçado pelos
Tupamaros, que fizeram inclusive um julgamento — essa documentação existe, a respeito da formação de um verdadeiro júri —, invocando todos os aspectos de sua
atividade.
Aquele foi um momento para o qual só se pode encontrar justificativa na ação repressiva de um poder maior, que tivesse a capacidade de articular todos esses regimes que se instauraram sob sua inspiração. Sabemos que as bases maiores desse poder estavam nos Estados Unidos, mas também em alguns países poderosos da Europa, que, no fundo, eram satélites nessas atividades. Isso não quer dizer que tenham sido todos os americanos. Tanto que o povo americano acabou se opondo à continuidade da Guerra do Vietnã, obrigando o governo dos Estados Unidos a mudar. Mas foram articulações e grupos poderosos que se formaram..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
9
Essa concepção que fazemos da Operação Condor não tem nada de irrealismo, foi uma verdade, como também a Operação Bandeirante, que apresentava certas limitações. O Brasil não deixou de ser um centro muito importante, em relação ao impulso que essas atividades foram tomando. Há a revelação de textos em português circulando por esses países. Foram notadas presenças de agentes brasileiros circulando por aí, um dos fatores de treinamento
que teriam surgido daqui.
Muitos compatriotas de diversas correntes foram extremamente ameaçados. Aqui está um, o Deputado Neiva Moreira. Volta e meia agarravam o companheiro Neiva Moreira. S.Exa. não encontrou outra saída a não ser se deslocar de lá sob a
proteção de serviços diplomáticos de algumas nações amigas.
Permaneci ali. Havia esses avisos. Naturalmente não me oferecia, mas procurava levar minha vida normalmente. Minha mulher, Neusa, sempre me acompanhou. Cansávamos de fazer madrugadas, íamos ao campo. Era a coisa mais
fácil descer um avião naquelas coxilhas. Dizia a minha esposa: "Põe água no feijão,
faz mais comida, que vou buscar o pessoal que está chegando. Quando eu chegava
lá, davam de mão, colocavam-me no avião, decolavam e iam embora. Ficava a caminhonete na coxilha, e a Neusa estava esperando para almoçar. Era a coisa mais fácil.
Não vivi em função dessa ameaça. Só procurava cuidar-me. Sempre procurei observar algumas regras simples de defesa. Por exemplo: nunca saía à mesma hora, nunca passava pelo mesmo lugar, nunca ficava parado no mesmo ponto, evitando a regularidade. É claro que sempre andava armado. Eu tinha autorização

das autoridades uruguaias para isso..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
10
Quando estávamos ingressando na Embaixada americana, um funcionário de alto nível do banco do país deles — Banco República —, com o qual tinha relações,
porque o banco do Estado no Uruguai era dirigido por um general importante, influente, apresentou-se e me disse: “Engenheiro, venho procurá-lo em nome do general fulano de tal para lhe dizer que o Estado Maior do Exército quer transmitir-lhe
que está procedendo desta forma para salvar sua vida”. Eu achei até ridícula aquela mensagem. Pensei: você quer salvar minha vida expulsando-me para onde?
Lá não tínhamos documentos. A representação diplomática brasileira nem tomava
conhecimento, recusava-se a nos receber.
Aliás, Sr. Presidente, seria bom que desta Comissão partisse a iniciativa de solicitar a criação de outra Comissão para examinar o procedimento do Itamaraty durante a ditadura, porque toda essa massa de diplomatas está isenta. Parecem todos muito santinhos, mas foram carrascos. Milhares de brasileiros andavam por aí
sem saber para onde ir. Carrascos! Viravam-nos as costas, recusavam-se a registrar
uma criança — podia estar doente, podia estar morrendo, podia acontecer o que fosse. É verdade que havia uma ou outra exceção, mas eram exceções, porque o serviço funcionou como uma máquina, o Itamaraty funcionou como uma máquina, fazendo a repressão com luvas de pelica. Foram obedientes, submissos à ditadura.
Precisamos tirar isso a limpo, para que a história não fique omissa. Foi um setor que
colaborou com a ditadura e fez milhares de brasileiros, com suas famílias, suas crianças inocentes, sofrerem muito com a indiferença, com a frieza. A impressão que
tínhamos era a de que estavam loucos de medo. Se vínhamos por uma calçada da
rua, eles dobravam a esquina ou passavam para o outro lado, para não chegarem
perto de nós.
Não é verdade, Deputado Neiva Moreira?.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
11
*(Intervenção Inaudíve*l.)
O SR. LEONEL BRIZOLA – Quer dizer, precisávamos fazer um exame do procedimento do Itamaraty, inclusive para levantar algumas questões que amanhã

poderão ser importantes para o serviço diplomático brasileiro. Teria sido muito mais
conveniente para nossos diplomatas, como profissionais, como funcionários do País,
se tivessem podido adotar certas alternativas, porque andávamos sem documentos.
Conseguíamos documentos das polícias deste País.
Sinceramente, quando chegamos à Embaixada à noite, para sair, eu e a Neusa, minha mulher, não tínhamos documentos. Então, um secretário da Embaixada disse: “Nós vamos solucionar o problema”. Um pouco depois, estava chegando um funcionário da Chancelaria uruguaia com todos os elementos para fazer um passaporte para mim. Eu estava na Embaixada americana. Dizia: "Que abuso contra o Uruguai!" Um pouco depois chega um brasileiro com a mulher, com
duas malinhas e sem nenhum documento.
O nosso caso foi resolvido porque, ao chegarmos a Nova York, havia uma ordem para nos entregarem um passaporte português. Recebi apenas uma recomendação do Mário Soares, quando me telefonou mais tarde perguntando se eu
estava bem — e ele não me conhecia pessoalmente. Ele disse: “Brizola, só peço que não use esse passaporte aqui em Portugal. No mais, pode andar pelo mundo com ele”. Ele disse isso porque não havia registro nenhum lá. E andei todo esse tempo com passaporte português.
Esse exame da atuação do Itamaraty é importante. Eles poderiam até ter adotado a seguinte postura diante da ditadura: somos uma instituição, estamos prestando serviço, temos o dever de continuar prestando-o. Agora, deveriam ter proposto que se fornecessem documentos para os brasileiros, ao menos renováveis.
de seis em seis meses. Teria sido até conveniente, porque teriam tido conhecimento
de onde estávamos. Mas, não; sofremos o constrangimento de andar pelo mundo como apátridas por falta de documento.
Alguns países nos recebiam melhor, eram hospitaleiros. Mas mesmo aqueles mais hospitaleiros tinham capacidade de nos agüentar por certo tempo. Depois eles
passavam a achar que o bom mesmo era que fôssemos embora. Queriam ver-nos
pelas costas.
Fiz essas referências àquele tempo para agora focalizar a questão do Presidente João Goulart. S.Exa. tinha boas relações no Uruguai, era muito bem considerado, como o foi depois na Argentina, com a ascensão de Perón. No Paraguai também tinha boas relações. De todos nós, era o que mais desejava voltar.
Como todos sabem, era um homem moderado e naturalmente não queria buscar uma solução para si, pessoalmente, mas que pudesse beneficiar todos.
João Goulart viajava para cuidar da saúde. O Uruguai lhe dava essa

oportunidade. Mas não há dúvida de que era uma figura que, dentro desse contexto,
devia estar também na mira dessa atividade. Seus amigos e companheiros mais próximos relatam detalhes, alguns pontos, algumas ocorrências suspeitas. Fomos surpreendidos com a morte dele. Nada indicava que pudesse vir a falecer. Difundiu-se
a notícia de que teria sofrido um acidente circulatório e fora vítima de enfarte, quando estava dormindo. Praticamente nem chegou a falar. Foi um choque a sua morte.
Eu não podia sair do Uruguai, mas conseguimos que minha mulher, Neusa, fosse transportada até Uruguaiana para receber o corpo. Ela foi a São Borja, acompanhou o enterro. Depois, o quadro ficou cada vez mais claro, com o assassinato de outras personalidades..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
13
Passamos a examinar o caso pelo aspecto de que ele tivesse sido assassinado em vez de ter tido morte natural. Caminhei nessa direção. Ao verificar
que se recusaram a fazer autópsia do cadáver para descobrir a **causa morti**s, encontrei o elemento que me levou à convicção de que não havia ocorrido o que fora noticiado. Acho que João Goulart foi vítima daquela operação. Como? Os senhores sabem que isso pode ocorrer da maneira mais obscura, mais misteriosa, e
não temos condições de imaginar como.
Ele fez uma refeição num restaurante público. Podia ter sido vítima de um envenenamento. Existem venenos que fazem efeito 10, 12, 24 horas depois de ingeridos. Tecnicamente, sem dúvida, era possível. Tudo indica que foi um processo
de envenenamento.
Por que não fizeram a autópsia? Qualquer médico do interior poderia tê-la realizado, recolhendo amostras e mandando-as a laboratórios em Buenos Aires. O
governo argentino não estava interessado e evitou realizá-la. Não cogitou, de forma
muito suspeita, em tomar essa medida.
Quando aparece morto algum mendigo, algum desvalido que ninguém sabe quem é, a autópsia tem de ser feita. No entanto, negaram-se a fazê-la em um ex-Presidente
que estava praticamente no exílio, na Argentina, sem poder voltar ao seu País.
Quem governava a Argentina à época? Praticamente este personagem que está preso e sendo julgado atualmente: o general Videla. Os jornais argentinos e as
agências noticiam que ele está sendo acusado de ser um dos responsáveis pela Operação Condor. Está sendo investigado exatamente por isso. O fato é que ele era

o chefe militar mais importante da Argentina naquela oportunidade. Não me lembro
se era o Presidente. Confesso que não tenho, na minha memória, registros de quem.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
14
era o Presidente. Mas não tenho a menor dúvida de que era o chefão do regime argentino. E o era na época em que seqüestravam muito.
Lembro-me de que na costa uruguaia apareciam cadáveres, e os jornais diziam que se tratava de revolta que se dera em algum barco coreano. Às vezes publicavam fotografias de jovens argentinos que eram levados para serem jogados
no mar. Com essa operação ameaçavam muitos presos no Brasil também, mas lá estavam executando-os. Sangue espanhol sempre é mais voluntarioso, mais drástico, e os cadáveres acabavam chegando à costa. Eram enterrados na vala comum, porque ninguém sabia quem eram, mas tinham os pulsos amarrados com
arames. Não eram poucos, eram dezenas. Esses fatos ocorreram no auge da repressão.
Francamente, acho que o ex-Presidente João Goulart foi vítima dessa repressão. O
fato de não terem feito autópsia quando o corpo chegou a Uruguaiana não se justifica. A viúva, os familiares, minha própria mulher não pediram autópsia, mas era
natural que isso não ocorresse pelo estado de espírito em que se encontravam. Mas
o pedido foi feito por vários amigos, pessoas responsáveis do nosso partido, que se
encontravam praticamente fora de qualquer atividade ou por parte de algum membro
do MDB que teve a disposição de tomar essa atitude.
As autoridades brasileiras se recusaram a fazer a autópsia em Uruguaiana. Só diziam “toca e toca, anda rápido, ele não pode ficar aqui”. Queriam fazer uma solenidade na Prefeitura. Não deixaram. “Toca, toca!” Chegaram em São Borja e queriam enterrar o corpo logo, mas houve resistência. Como eram muitas pessoas,
não acharam conveniente forçar a mão. Então, ele foi velado durante a noite. Como
não prepararam o corpo, ele estava exalando mau cheiro, como é natural. As pessoas mais chegadas, amigos e médicos, resolveram retirá-lo do caixão e levá-lo.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
15
para uma sala a fim de aplicar mais clorofórmio, enfim, outros medicamentos. Viram
que ele se encontrava no caixão com a roupa do corpo, com um simples tênis. Não

permitiram rigorosamente que a família o preparasse para o enterro, nada. Poucas
pessoas sabem disso, apenas o grupo que levou o caixão para a sala do lado, para
mantê-lo lá um pouco mais. Isso dá a idéia do abandono a que ficou. Pergunto sobre
as autoridades brasileiras. Sobre as argentinas, já falei. Não aprofundaram nenhuma
investigação — membros desta Comissão andaram recolhendo informações na Argentina —, o que mostra que a situação era incômoda para eles, que tinha de ir embora. Descumpriram o dever de fazer a autópsia. Qualquer médico do interior poderia fazê-la. Quando o corpo chegou no País, houve a mesma orientação. Ao chegar em São Borja não foi logo enterrado, exatamente porque lá era a terra dele.
Ali havia um movimento, um sentimento muito forte, que as autoridades do regime
não tiveram coragem de enfrentar, mas isso dá a idéia do abandono a que foi submetido. Por que as autoridades brasileiras também não fizeram a autópsia? Receberam algum telefonema nesse sentido? Ou veio alguém informando que a autópsia não havia sido feita e que seria melhor não a fazerem? Será que tudo foi articulado? Para mim não há a menor dúvida. Não há explicação para o que aconteceu. Se me perguntarem por que, acredito que ele tenha sido vítima do processo. Esse fato é profundamente suspeito e indicativo de que, sem qualquer dúvida, houve crime.
Até para os argentinos seria muito conveniente comprovar que ele tinha um problema de saúde, para lavarem as mãos e ficarem isentos de qualquer suspeita. O
mesmo com as autoridades brasileiras. Medo dos argentinos? Por que poderia ser?
Como eles poderiam explicar terem recebido o cadáver de um ex-Presidente do Brasil, a quem eles haviam feito continência muitas vezes, sem mais nem menos,.
sem saber o que havia ocorrido? Está aí a base da minha convicção. Acho que ele
estava na lista. Qual era a doutrina aplicada pelas forças dominantes, imperiais naquele momento, a que todos impérios aplicam? As idéias não são combatidas com a força. Não se eliminam as idéias com a força, mas se cortarem a cabeça dos
portadores das idéias, é bem provável que elas desapareçam. Foi o que eles fizeram. A eliminação das lideranças. Passei, então, a crer que havia recebido um recado de pessoas, cujos nomes tenho guardado. Eles me disseram que o general
fulano de tal mandara dizer, em nome do Estado Maior das Forças Armadas, que aquilo foi feito para salvar minha vida. Quem sabe se eu já não estava numa posição

avançada na lista e os uruguaios, no seu saber, porque é um povo com qualidades
muito especiais, com sábias lideranças políticas, pensaram: bem, numa hora dessas
eles vão consumar esses planos aqui, e o assassinato do Brizola no Uruguai vai criar grande envenenamento, pelo menos nas relações do povo do Rio Grande do
Sul com os uruguaios. Estou certo de que muita gente, entre os meus conterrâneos,
não ia gostar. Pelo contrário, iam guardar profundo ressentimento por não me terem
sido dadas garantias de asilado no Uruguai.
Não demorou muito. Pouco tempo depois aconteceu a morte do João Goulart. Foi pouco depois daqueles acontecimentos na Argentina. Eu digo aos senhores, na minha convicção, isso é dedutivo, porque parto dos fatos que vivi. Para
mim, o Presidente Juscelino Kubitschek foi assassinado, assim como Carlos Lacerda
também foi vítima desse processo. Se Carlos Lacerda estivesse num momento de
grande consagração e poder... mas não, ao contrário, ele estava eliminado pelo regime. E assim também estava o Presidente Juscelino. Houve uma tentativa de confronto com o regime, que foi a Frente Ampla. Na minha convicção, acho que merece exame profundo a ocorrência que vitimou o Presidente Juscelino Kubitschek,.
assim como Carlos Lacerda, por sua capacidade de luta, pelo enfrentamento que estava realizando contra o regime. Morreu em um hospital com todos os recursos.
Esta Comissão realmente tem toda razão de ser.
Comungo também com o pensamento exposto pelo jornalista Jorge Otero.
São divagações, porque, em torno de assuntos dessa natureza, sempre aparecem
personagens misteriosos que surpreendem pelos papéis que desempenham. Há esse personagem do Uruguai que andou fazendo declarações e até tem alguns textos escritos. Durante todo o tempo que lá estive nunca ouvi falar nesse sujeito. Ele devia rodear o Presidente Goulart, andar cogitando, mas, pelo que sei, é um elemento ligado a serviços de inteligência, serviços secretos. Às vezes, são informantes duplos e vêm com essa história, por exemplo, procurando agredir o engenheiro Ivo Magalhães. Francamente, não convivia muito com ele. Dedicava-se
mais a uma atividade ou outra, ao trabalho, menos à política. Um grupo organizou a
exploração de um pequeno hotel no centro de Montevidéu e ele era um dos dirigentes. Depois, ele mesmo foi trabalhar — tinha ligações com algumas empresas

daqui — na sua atividade profissional. Sinceramente, nunca recolhi uma informação
negativa, deprimente a respeito do Sr. Ivo Magalhães. Ao contrário, a impressão que
tenho, que sempre recolhi em relação à sua pessoa, é de que é um homem digno,
amável. É inconcebível imaginar que ele possa ter praticado atos menos dignos contra o Presidente João Goulart ou contra qualquer brasileiro que estivesse no exílio.
Quanto a essa infâmia, é algo que, francamente, V.Exas. saberão o que fazer. Mas é um assunto que não merecia o conhecimento desta Comissão, porque realmente é algo que me soa como um absurdo. Só em um cérebro doentio, como o
daquele homem, poderia surgir uma versão como essa..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
18
Coloco-me à disposição de V.Exas. para prestar os esclarecimentos que desejarem. Não poderia deixar de vir a esta Casa. A convocação de V.Exas. veio ao
encontro do meu desejo, que há muito tempo venho manifestando ao Deputado Miro
Teixeira. Primeiro, porque a mim me causava grande desconforto, de forma insuspeita, porque, em geral, as pessoas sabem que logo que chegamos ao exílio
eu e o Presidente João Goulart tivemos um desentendimento em matéria de orientação. Isso nos distanciou, mas não quer dizer que tenhamos criado nossos filhos com ódio em relação a qualquer um de nós. Criei meus filhos sempre com muito respeito por ele e ele criou os dele também assim.
Distanciamo-nos de forma absoluta, porque, infelizmente, aquela divergência afetou nossa amizade pessoal e também gerou certa divisão entre nós, companheiros de partidos que lá nos encontrávamos. Mas tal divisão não teve maior
profundidade, não chegou a haver um processo de hostilidade entre a duas correntes.
Os fatos eram distorcidos. Com facilidade eram inseridas nos jornais certas interpretações que acusavam pessoas ou apresentavam o Presidente João Goulart
como se fosse apenas um boêmio. E isso não era real. Ele tinha suas características
pessoais, mas jamais desonrou o País. As pessoas, por trás de tais interpretações,
pretendiam apagar sua memória. Tive muitas divergências com ele, aqui e no exterior, mas penso como Darcy Ribeiro: ele foi derrubado mais por suas virtudes do
que por seus erros. Estou certo de que, se ele soubesse o que ia ocorrer com o País, 1964 não teria tido aquele epílogo. Ele teria reagido drasticamente contra os

que intentavam derrubar o regime, rasgar a Constituição e tirá-lo do Governo. É minha convicção que ele permaneceria, não cairia..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
19
Quando viu que algum derramamento de sangue haveria de ocorrer, que a crise se agravara, o Presidente João Goulart, para evitar o quadro que se configurava e que não era de sua natureza, praticamente renunciou, como praticamente renunciou o Presidente Vargas, em 1945. Ele exigiu das forças que tomariam o Governo que não houvesse repressão, e não houve. E se recolheu em
seu canto, em São Borja, tendo assumido o compromisso de não desenvolver atividades políticas intensas. Tinha esperanças de que o novo Governo fosse democrático, que se mantivesse dentro de certos limites, embora tivesse começado
o sistema econômico agora em foco, já àquela época, no Governo Dutra. Enchemo-nos
de matéria plástica, começamos a fazer a entrega e começamos a obedecer a certos interesses estrangeiros.
Depois, tivemos certas mudanças. No segundo Governo, o Presidente Vargas optou pelo suicídio. Quer dizer, não houve renúncia, houve um protesto, que ficou na
sua carta-testamento. O Presidente João Goulart, no meu modo de ver, para evitar
derramamento de sangue... Aliás, foi sua declaração expressa, em Porto Alegre, quando fizemos a última reunião. Quando os militares de toda aquela área se dispuseram a sustentar a Constituição, mas estava claro que haveria derramamento
de sangue, ele encerrou a reunião dizendo: “Olhe, como está fica claro que para que
eu permaneça no Governo terá de haver derramamento de sangue. Diante de um panorama inseguro e incerto, sem uma perspectiva segura, quero dizer que prefiro
me retirar”. E foi o que fez. E terminou ali. Os generais passaram seus comandos para a nova situação que se iniciava.
Então, acho não só uma injustiça. Não se está preconizando que se glorifique indevidamente ninguém, mas que haja respeito pela memória de quem amou seu País, de quem fez o que estava a seu alcance. Sob certos aspectos, elevou muito..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
20
Digo sinceramente a V.Exas. que talvez tenham sido muito poucos os visitantes estrangeiros que estiveram nos Estados Unidos e foram recebidos gloriosamente como ocorreu com o Presidente João Goulart. Durante o tempo em que eu estive lá,
por exemplo, nunca vi uma presença popular tão grande nas ruas, em Nova York, recebendo um estadista estrangeiro, como quando os americanos receberam o Presidente João Goulart. Ele era uma esperança. A reação que houve aqui

realmente se inscrevia em um quadro de muita esperança.
Insisto em dizer que essas interpelações para mim não passam de dissimulações que procuram desviar os caminhos de uma investigação correta, porque fazê-la se constitui numa necessidade. Um Presidente do nosso País não pode ser apagado da história e ainda com algumas manchas de gente sem critério,
visando a tisnar a sua memória.
Agora mesmo na Argentina está se realizando o julgamento do general Videla. É um bom momento para recolher elementos e informações. Acho que a Comissão teria muitos bons elementos para recolher. Por exemplo, uma leitura dos
principais jornais da Argentina seria importante para esta Comissão. É preciso determinar que alguém se desloque para lá a fim de recolher informações, porque estão surgindo muitos detalhes na imprensa argentina.
Um Governo que tem um ex-Presidente morto misteriosamente e se recusa a determinar a **causa morti**s, quando tem tudo na mão, é porque sem dúvida tem motivo para isso. E é disso que suspeitamos.
Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – Agradeço ao Governador Leonel Brizola e ao jornalista Jorge Otero a presença..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
21
Gostaria de fazer várias perguntas, mas os Deputados da Comissão e o Deputado Miro Teixeira, Relator, irão enriquecer ainda mais nosso conhecimento sobre esse fato. Nosso desejo é limpar a memória de um grande homem. Todos sabemos que João Goulart foi um grande homem. Precisamos limpar sua memória e
apresentar ao Brasil, verdadeiramente, um Presidente que precisamos, um Presidente com tal dignidade, com tal passado, com tal capacidade, até reconhecida
pelos americanos.
Vamos obedecer à lista de inscrição. Quem quiser se inscrever, poderá fazê-lo junto à secretaria.
Concedo a palavra ao Deputado Miro Teixeira, Relator desta Comissão.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – A idéia de requerer a constituição desta Comissão surgiu em uma conversa com o Governador Leonel Brizola. O Governador fez um breve relato, menos detalhado do que nos apresentou hoje, e deu a idéia. Disse: “Deveria a Câmara dos Deputados instalar uma Comissão para
investigar as circunstâncias da morte de João Goulart”.
Quando começamos nossos trabalhos, Governador Leonel Brizola, surgiu o primeiro lote de revelações mais evidentes da vinculação de militares brasileiros, envolvidos diretamente nos mecanismos de Governo, com militares de outros países
da América Latina, especialmente do Cone Sul, em torno do que se chamou Operação Condor.
Alguns depoimentos de brasileiros presos no Uruguai indicam que havia

brasileiros entre autoridades de repressão uruguaias, porque eles ouviam vozes de
pessoas orientando o interrogatório em português. Então, houve esse momento de
grande conexão entre as autoridades militares dos países que já percebiam que o momento de abertura política estava por chegar. E aí surge a Operação Condor..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
22
Tudo surgiu com a eleição do Presidente Jimmy Carter, nos Estados Unidos, e a revelação da disposição norte-americana, da qual ele era veículo apenas, de fazer
com que a América Latina retomasse o impulso democrático.
A partir daí surgem os projetos de eliminação daqueles que na democracia poderiam retomar o poder. E foram eliminados todos esses, cujos nomes foram declinados e outros, tais como o general Juan Torres, da Bolívia; Shneider, Ministro
da Guerra do Chile; o general Prates; Orlando Letelier González; o Senador Zelmar
Michelini, o Deputado Héctor Gutierrez Ruiz e outros.
Nunca se deu crédito aqui ao livro ou às notícias jornalísticas de Enrique Foch Diaz. E, desde o primeiro momento, a mim ele me pareceu um agente duplo, uma pessoa que se aproximava do Jango, do João Goulart e ao mesmo tempo era um agente das forças de repressão.
Isso não surge do nada, assim da nossa cabeça. Isso surge porque, num telefonema, o ex-piloto de João Goulart, que veio a morrer, cujo nome não sei de cor...
(Não identificado) – Maneco.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – O Maneco, Manuel Elias, por telefone, — e logo em seguida morreu também do coração, antes de depor em um outro processo — disse para mim que o Enrique Foch Diaz o havia entregue às autoridades militares uruguaias. Foi o Enrique Foch Diaz que marcou um encontro
com ele. E, quando ele chegou ao local do encontro, lá estavam militares uruguaios
que o prenderam. Ele foi metido na cadeia, onde permaneceu por um longo período,
e ouviu vozes de brasileiros orientando interrogatórios.
Ele iria depor aqui, mas lamentavelmente morreu do coração. Muitas mortes do coração aconteceram naquela época..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
23
A convicção de que a Operação Condor atuou também contra a pessoa de V.Exa., contra a pessoa de João Goulart, incluindo seus nomes em listas, também
existe aqui. Existem provas, existem depoimentos de pessoas responsáveis. Aqui depuseram Neiva Moreira e Miguel Arraes, que falaram sobre essas listas.

Então, estamos realizando um trabalho que significará a consolidação da documentação do que se passou àquela época. E, com relação à morte de Carlos
Lacerda, de Juscelino Kubitschek e de João Goulart, há um aspecto. Se fizermos um
cálculo de probabilidade no computador, talvez achemos um em um bilhão ou um em um trilhão, porque dois ex-Presidentes da República, João Goulart e Juscelino
Kubitschek, e um candidato em potencial à Presidência da República, Carlos Lacerda, morreram quase no mesmo momento. Os três tinham trabalhado — enfim,
há a hipótese da Frente Ampla — e eram personalidades com possibilidade de retomar o poder pelo voto, no caso de reabertura militar. E esse mesmo momento em que morreram é aquele em que morreram também outros líderes latino-americanos.
Então, não há possibilidade de imaginar que isso se situe no plano das coincidências. Existiu uma orientação. E saudamos o fato de V.Exa. não ter sido alcançado por aquelas forças que sem dúvida iam querer eliminá-lo. E estava na lista para morrer, estava sim. Disso não há dúvida.
Esta Comissão jamais se desviou do seu curso. Houve tentativas de envolvimento, mas seria ingenuidade imaginar que pessoas da família de João Goulart poderiam engendrar algo desse tamanho. Bem, então teríamos de encerrar
nossas atividades e talvez até encerrar nossa participação na vida pública brasileira,
porque não estaríamos fazendo jus ao mandato que recebemos do povo..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
24
Agradeço aos dois a presença. Dirijo ao Dr. Otero não propriamente uma pergunta. Talvez pela emoção, V.Sa. dedicou-se a relatar principalmente sua relação
com João Goulart. Gostaria que V.Sa. falasse um pouco da Operação Condor e das
suas conexões, se V.Sa. tiver conhecimento, obviamente, e sobre o que V.Sa. presume de influência dos elementos que integravam a Operação Condor na determinação da morte do João Goulart.
O SR. JORGE OTERO - *(Exposição em espanhol.)*
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Realmente, no Brasil há pouco ou nenhum registro oficial disponível sobre a Operação Condor, mas estamos com uma
indicação muito segura de que na época — V.Sa. tem razão — isso era chamado de
Operação Gringo. A Operação Condor é uma denominação que surge a partir do Chile. Aqui chamava-se Operação Gringo. Quando se procura pela Operação Condor aqui, não se acha nada, mas como Operação Gringo algo já começa a ser

encontrado. E, quando se superpõem os fatos e os documentos, verifica-se que é a
mesma coisa.
(Intervenção inaudível.)
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Jacarta, não é?
O SR. JORGE OTERO - *(Exposição em espanhol.)*
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – V.Sa tem idéia da época? Ela precedeu a Operação Bandeirantes?
O SR. JORGE OTERO - *(Exposição em espanhol.)*
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Essa Operação Jacarta teve, na sua conformação, no seu planejamento a participação de militares de todos os países do
Cone Sul e do Brasil, ou eram militares e civis?
O SR. JORGE OTER*O- (Exposição em espanhol.).***CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
25
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Era exclusivamente ...
O SR. JORGE OTERO - *(Exposição em espanhol.)*
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Sei.
O SR. JORGE OTERO - *(Exposição em espanhol.)*
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Essa Operação Jacarta era dos serviços de informações, chamados órgãos de segurança brasileira.
O SR. JORGE OTERO - *(Exposição em espanhol.)*
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Daí, ela é exportada. Esse **know-how** da tortura sai do Brasil?
O SR. JORGE OTERO - *(Exposição em espanhol.)*
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Não, o Toquinho não sumiu, foi outro.
O SR. JORGE OTER*O- (Exposição em espanhol.)*
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Eles estavam fazendo um **show** no Uruguai. Ele saiu para comprar cigarro e foi eliminado.
O SR. JORGE OTER*O- (Exposição em espanhol.)*
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Mas o Toquinho toca violão.
O SR. JORGE OTER*O- (Exposição em espanhol.)*
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – V.Sa. garantiu, com ênfase, que esse **know-how** partiu do Brasil e foi para lá. V.Sa. tem essa convicção a partir de suas
observações ou já teve oportunidade de ver um desses documentos liberados pelo
Pentágono?
O SR. JORGE OTER*O- (Exposição em espanhol.)*
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – V.Sa. compartilha do ponto de vista de que o Presidente João Goulart era um alvo da Operação Condor?
O SR. JORGE OTERO - *(Exposição em espanhol.).***CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
26
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – Seguindo a lista de inscrição, passo a palavra ao Deputado Jorge Pinheiro.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO – Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Germano, Sr. Relator, Deputado Miro Teixeira, Dr. Leonel Brizola, Presidente Nacional do PDT e ex-Governador do Rio de Janeiro, vou começar interrogando o
primeiro expositor, o jornalista Jorge Otero.

No Uruguai, a Comissão teve oportunidade de conversar com a Sra. Eva de León, com o Sr. Ivo de Magalhães e também com o Sr. Enrique Foch Diaz, o pivô de
tudo, autor do livro “João Goulart, um Crime Perfeito”, que nos mandou o livro e a cópia em português.

Examinei o que foi dito. No livro ele deixa fatos nas entrelinhas, não afirma que foi a Maria Thereza quem teria assassinado o ex-Presidente. Porém, na entrevista feita pela Comissão com Enrique Foch Diaz ele afirma categoricamente que teria sido ela.

O senhor fez uma exposição com relação a Maria Thereza, ao Ivo de Magalhães, ao próprio Cláudio Braga, que também é mencionado por Enrique Foch
Diaz como se tivesse se aproveitado da situação para apossar-se dos bens do ex-Presidente,
uma vez que o mesmo detinha uma quantidade razoável de terras e de bens fora do Brasil. Eles teriam desaparecido. E um dos motivos do assassinato teria sido para apossar-se dos bens do ex-Presidente.

Peço que o Sr. Jorge Otero fale mais um pouco claramente a respeito de Enrique Foch Diaz, uma vez que o Dr. Leonel Brizola frisou ser uma pessoa com relações duplas, foi informante. Gostaria que comentasse inclusive aquilo que foi mencionado pelo Deputado Miro Teixeira sobre a testemunha que morreu de forma.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
27

inexplicada etc. A própria Maria Thereza recusa-se a vir à Comissão por causa das
declarações de Enrique Foch Diaz.

Aproveito a oportunidade para fazer uma pergunta ao Dr. Leonel Brizola. O senhor falou sobre Juscelino Kubitschek. Houve uma Comissão na Câmara, da qual
fiz parte também, que viajou para o exterior a fim de investigar a morte do ex-Presidente
Juscelino Kubitschek. Tivemos em mãos uma carta publicada no **The Washington Post** pelo jornalista Jack Anderson. Seria uma carta de Contreras para
o general Figueiredo, na época chefe do SNI, em que manifestava preocupação com
a ascensão do Presidente Jimmy Carter, nos Estados Unidos, e afirmava que haveria necessidade de eliminar pessoas, citando Orlando Letelier González, Juscelino Kubitschek e outros líderes. No prazo de seis meses tivemos as mortes de

Letelier, de Juscelino Kubitschek, de João Goulart e também de Carlos Lacerda, lideranças políticas que morreram de forma suspeita.
Dirijo uma pergunta ao Sr. Leonel Brizola. Ficou muito claro o fato de não ter sido feita a autópsia, a pressa do governo argentino, pois nunca vi um corpo ser liberado de um país tão rapidamente como foi o do ex-Presidente, como se quisessem livrar-se de alguma coisa. O senhor acha que seria, a essa altura do campeonato, plausível fazer uma autópsia? Talvez cheguemos ao final da Comissão
sem poder afirmar de forma taxativa se o ex-Presidente foi realmente assassinado
ou não. É muito difícil saber se essa hipótese é verdadeira, mesmo realizando uma
autópsia, dependendo do tipo de veneno utilizado. Seria algo um tanto quanto difícil.
Mas o senhor acha plausível fazer a exumação, uma vez que o próprio filho concorda?
A segunda pergunta é a seguinte: quem era o chefe do Itamaraty naquela época? Afinal, V.Sa. sugeriu que se fizesse uma investigação sobre o procedimento.
do Itamaraty, que foi muito omisso e, em certos momentos, até colaborou efetivamente com a ditadura militar da época.
Eram essas as perguntas que tinha a fazer.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – Parece-me que o Sr. Jorge Otero foi o primeiro a ser indagado.
O SR. JORGE OTERO – *(Exposição em espanhol.)*
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – Tem a palavra o Sr. Leonel Brizola.
O SR. LEONEL BRIZOLA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, creio que realizar uma autópsia é uma operação muito simples, ainda mais em se tratando de
um país adiantado como a Argentina, que não era um fim de mundo. Não se trata de
um lugar remoto como a Amazônia, mas de um lugar próximo à cidade de Uruguaiana e outras localidades importantes. Francamente, qualquer médico do interior é capaz de realizar uma autópsia.
Nesses casos, o procedimento é fazer certas verificações a olho nu e retirar determinadas amostras, que deverão ser enviadas aos laboratórios. Deve haver médicos aqui e eles devem saber disso.
A autópsia seria, ao menos, um dever moral, ético e humano. O normal seria tentar conhecer a **causa mortis** de um ex-Presidente de um país vizinho. Onde ficam as juras de amizade e solidariedade que são feitas por meio do MERCOSUL?
Será que isso não deveria ter sido feito por maiores que fossem as restrições? Caso
falecesse o ex-Presidente Alfredo Stroessner, ou outra autoridade paraguaia que estivesse presa, não se promoveria a autópsia?

Esse é o ponto. Isso é suspeito e só pode levar nosso raciocínio às conclusões que estamos chegando. Há muitos indícios. Estávamos inseridos em um.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
29
quadro de desinformação. Tudo trabalhava no sentido de confundir. Agora passou o
tempo, podemos conversar e recolher informações. Estamos também mais longe, focalizando mais de longe os acontecimentos. O que ocorreu é óbvio.
Trata-se daquela história: se tem couro de jacaré, dente de jacaré, boca de jacaré, rabo de jacaré, como não é jacaré? É claro que aquela era uma operação para matar ou ceifar as lideranças.
No caso de João Goulart há esse indício e a confirmação do lado de cá. Chegamos a Uruguaiana, nada de autópsia. Queriam que os acontecimentos fossem rápidos; não quiseram que o corpo passasse por Itaqui, apesar de a população ter solicitado isso. Em Itaqui, os moradores queriam que o corpo do ex-Presidente
passasse pela igreja e pela Prefeitura antes de seguir, mas isso não foi permitido. Ao chegarem à cidade de São Borja queriam que o corpo fosse enterrado
na mesma hora, a população revoltou-se e tiveram de recuar. À noite ocorreu aquele
fato.
Na Argentina, o corpo de João Goulart recebeu algumas substâncias que o preservaram. Não sei se injetaram apenas tais substâncias. Em São Borja, a população reforçou o pedido para que se esperasse o momento adequado. Mas também naquela cidade não foi permitida a autópsia. Em São Borja, a pressão para
a realização da autópsia foi ainda maior. Creio que realizar tal operação seria muito
fácil.
Foi-me feita uma pergunta a respeito de exumação. Essa é outra questão a respeito da qual não tenho muito o que comentar. Entretanto, considero que esta Comissão pode consultar técnicos.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Tal consulta já foi feita..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
30
O SR. LEONEL BRIZOLA – Isso poderia ser feito para conhecer a viabilidade da operação. Será que fazer a exumação agora trará algum resultado? Isso é o que
devemos saber para que algo não seja feito inutilmente.
Francamente, creio que, no atual momento, a Comissão poderia conseguir boas informações na Argentina, porque, pela primeira vez, aquele país está promovendo uma investigação sobre a Operação Condor.
Não comungo com o pensamento do amigo Jorge Otero quanto a terem nascido aqui todas essas práticas e planos, porque na Argentina o regime ditatorial e

militar é muito antigo. O Brasil caiu na Revolução de 1930 e lá eles caíram depois,
na ditadura militar.
A Argentina teve episódios democráticos, mas muito limitados. As orgias do regime militar argentino ocorrem desde 1929. Era difícil um presidente eleito terminar
seu mandato. Dessa forma, desenvolveu-se a história política daquele país. O próprio peronismo nada mais foi do que um fenômeno gerado dentro de um período
militar. Perón surgiu como líder popular inserido no regime militar, tanto que os militares nunca se conformaram com sua presença no governo e com a orientação
que estava sendo dada. Praticamente pode-se dizer que foram os militares que depuseram Perón; chegaram a bombardear o Palácio do Governo.
Pude notar que o amigo impressionou-se com a questão do Itamaraty. Na realidade, foram vários os chefes, foi todo um período. O Itamaraty assimilou determinada doutrina, embora eu afirme que tivemos muitas exceções. Alguns diplomatas foram reprimidos e outros ficaram marginalizados. Muitos diplomatas conseguiram atravessar esse período até fazendo contatos conosco. Mas isso podia
ser contado nos dedos. A maior parte do Itamaraty cumpriu a doutrina imposta e foi
drástica, com uma imensa coletividade de perseguidos e exilados. Até mesmo.
quanto à documentação as crianças nasciam e não podiam ser registradas. O Itamaraty, com todo o prestígio internacional que sempre teve como instituição, nada
fazia. Os diplomatas brasileiros são considerados muito bons em seu ofício, pessoas
de muito bom nível, mas predomina o espírito elitista e conservador. Absolutamente,
não foram sequer humanos em relação aos milhares de perseguidos. De maneira coletiva, alguma coisa poderia ter sido sugerida aos militares, como, por exemplo, o
estabelecimento de algumas regras. Poderiam ter dito que seria melhor, já que as pessoas estavam exiladas, que documentos fossem fornecidos, como um passaporte com validade de seis meses, ou que as crianças fossem registradas. Essa é uma realidade, é negar aos nossos compatriotas o mínimo de reconhecimento da sua condição civil. Há muita gente que banca o exilado. E exilado era aquele que não tinha documentos.
Era tão grave a situação que organizei uma fábrica de passaportes. *(Risos.)* Vou negar por quê? É verdade. Eram perfeitos. Eu passava na barba deles, viajava
para outros países, e eles não descobriam. *(Risos.)*
Necessitávamos, por exemplo, de uma máquina para fabricar carteiras de identidade e de outra para plastificá-las. A polícia já estava em cima daquelas

pequenas oficinas uruguaias. Eles diziam: “Não podemos fazer isso porque agora está difícil" — a plastificação. Um companheiro nosso levou uma máquina de plastificar nas costas. Foi até a fronteira, ultrapassou-a e, como o negócio estava difícil, percorreu um pedaço de trem, levando a máquina de plastificar.
Fazíamos carteiras de identidade perfeitas. No Estado, tínhamos até bases para fornecer os antecedentes. Aquelas pessoas tinham certidão de idade. Eles iam
ao cartório e encontravam o registro todo direitinho. Tinham espelho com todo.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
32
aqueles segredos que a polícia adotava para autenticidade. Recebíamos quantos espelhos e quantos formulários daqueles precisássemos.
Um grande advogado de Porto Alegre ia sempre conversar com o delegado de polícia. Sentava com ele, conversava. Ele já sabia onde estavam os formulários
de carteira de identidade. Durante a conversa, ele levantava para atender o telefone,
qualquer coisa, para falar com uma pessoa e não tinha dúvida: botava dez, vinte formulários no bolso. Pronto. Acredito que o Collares saiba quem era.
O fato é que não tínhamos outra solução a não ser fazer isso. O Itamaraty deveria apresentar um plano, seria até conveniente. Saberia assim onde se encontravam essas pessoas, porque elas teriam de procurar obter documentos, ao
menos para a família.
O Itamaraty, porém, se fechou. Colaborou com a ditadura. Está bem que colaborasse, era o Governo brasileiro perante outras relações. Mas contra nós, brasileiros?
Amigo pessoal por quem eu tinha muito apreço — era ele também gaúcho — andava sempre comigo nas viagens que fazia quando eu era Governador. Olha, ele
se escafedeu de uma forma..! Não o vi por muito tempo. Encontrei-o depois. Está aposentado.
Cuidaram de si, mas não tiveram a capacidade humana de fazer alguma coisa por milhares de brasileiros que se encontravam perdidos pelo mundo, sem saber para onde ir, como sobreviver.
Agora, o ser humano é incrível, tem grande capacidade de descobrir. Por exemplo, em Paris, havia um companheiro que era nosso centro de comunicação.
Ele conseguiu um emprego na companhia telefônica de Paris — ele era capaz e entendido. Todo o pessoal que queria comunicar-se com o Brasil ia falar com ele,.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
33
não havia dúvida. Para ligar para o Brasil, porém, era necessário subir no poste. *(Risos.)* E subíamos no poste, sentávamos lá, e ele fazia a ligação, com o telefone

de trabalho dele. Falávamos quanto tempo queríamos, quantas vezes fossem necessárias.
Um outro nosso amigo estava na Holanda. Ele tinha — e tem até hoje — essa mesma capacidade. Ele carregava dois ou três fios, umas pequenas chavetas e conseguia, usando um telefone público, esses orelhões, fazer a ligação para onde
quisesse. Eu mesmo, na Holanda, provei isso. Ele fez uma ligação, e eu falei. Não
sei como foi cair na casa do Armando Falcão. *(Risos.)* Eu não disse quem era, compreendeu? Pensei: o que vai acontecer? Mas deveria ter dito, penso que ele não
esfriaria o pé. Ele diria: "Brizola, quando você vem?" *(Risos.)* Era só o que faltava!
Penso que agora, tranqüilamente, devemos buscar outros caminhos. Quando vem alguém com uma interpretação mórbida como essa, envolvendo a senhora do
João Goulart e insinuando que o Ivo Magalhães roubou não sei o quê, bens do Jango, ora, francamente...! Na verdade, tenho minhas dúvidas se isso aconteceu. No caso, por exemplo, do Ivo Magalhães, podem ficar certos, é um homem digno, honrado, excelente pessoa. Ele ficou profundamente magoado com esse noticiário. Disse-lhe que pretendia vir à Comissão e deixar isso bem claro, porque não há nada.
Lá no Uruguai mesmo, os brasileiros procederam muito bem. Até eu, Leonel Brizola, tive bom comportamento. *(Risos.)* Depois que voltei, muitos desses jornais
mandaram repórteres, **paparazzi**s, para investigar. Iam até ao posto de gasolina localizado perto de onde eu morava, lá no interior, queriam saber o que eu fazia da
minha vida, o que houve. Felizmente, não conseguiram nada. Os uruguaios.
chegaram a dizer a esses jornalistas: **“Ese es un hombre de bie**n”. Não conseguiram um depoimento contra mim.
Nunca tive problemas com os militares uruguaios. As nossas relações — dos exilados — era mais com a polícia do que propriamente com os militares. Havia certo rigor: exigia-se dos exilados que se apresentassem à polícia constantemente.
Havia um famoso delegado, parente do Otero, creio. Os exilados tinham cuidado com esse sujeito. As coisas foram evoluindo, o pessoal foi viajando, a ditadura foi apertando nessa região, e os brasileiros foram saindo. Muitos foram mortos na Argentina. Um bom número desapareceu.
É o que eu podia dizer em função dos trabalhos, Deputado. Talvez fosse bom examinar isso no Itamaraty. O que fez o Itamaraty? Recolheu alguns depoimentos.
Até o serviço de segurança dos consulados não deixou os brasileiros entrarem. Não

era nosso. Toda a Diplomacia, todos os consulados, nada era nosso. Tudo estava
completamente hostil. Evitavam contatos com brasileiros.
Quando os Tupamaros seqüestraram o cônsul Gomide, no Uruguai, os brasileiros exilados não deixaram de ser solidários à família. Muitos manifestaram sua solidariedade com o sofrimento da família. Realmente, tratava-se de diplomata
que não tinha atividade.
Quanto a mim, por exemplo, o Governo brasileiro destacou o embaixador especialmente para hostilizar-me em Montevidéu. Ele dava entrevistas e dizia: “O Uruguai que se cuide com esse subversivo aqui”. Ele acabou conseguindo me internar numa residência confinada. O internamento era a 300 quilômetros da fronteira, fora de Montevidéu. Como o Uruguai é pequeno, 300 quilômetros da fronteira ia quase a Montevidéu. O local ficava na ponta do triângulo, ali passava a
estrada, os ônibus que vinham do Brasil. Eu escolhi a ponta do triângulo, que era a.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
35
Atlântida. Ali fiquei. Depois aquilo se tornou mais formal do que real. Depois esse embaixador saiu de lá, ficou por aí, aposentou-se.
Fui ao lançamento de um navio. Convidaram-me insistentemente, eu fui.
Desci do helicóptero. E quem estava lá me recebendo em uma comissão de frente?
O embaixador Pio Corrêa. Disse a ele: “Não se assuste, companheiro. Já me sinto
compensado, porque a justiça política é diferente da Justiça comum. Sinto-me satisfeito pelo fato de o senhor vir aqui me receber”. Não adiantou nada aquilo tudo.
Algum grupo universitário deveria fazer uma pesquisa sobre o comportamento do Itamaraty durante a ditadura, para que não fiquem como santinhos os agentes da repressão. Não conheço diplomatas que tivessem trabalhado no serviço de espionagem com papel mais sujo. Esse embaixador Pio Corrêa trabalhou publicamente, mas não desempenhou papel sujo. Desconheceram-nos completamente.
Houve muitos casos dramáticos de gente que morreu e sofreu. Houve tentativas de suicídio. Sinceramente, acredito ser dever dos representantes do País
fazer alguma coisa sob o ponto de vista humano.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – Quero avisar aos nobres Deputados que encerramos a lista de inscrição em virtude de já ter iniciado a
Ordem do Dia no plenário da Câmara dos Deputados. Contudo, manteremos os dois
inscritos.
Concedo a palavra ao nobre Deputado Salomão Gurgel.
O SR. DEPUTADO SALOMÃO GURGEL – Sr. Presidente, Deputado Miro

Teixeira, jornalista Jorge Otero, Governador Leonel Brizola, Sras. e Srs. Deputados,
minhas senhoras e meus senhores, quero apenas falar sobre a exumação do corpo,
para verificar se houve realmente envenenamento..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
36
Há trinta anos, os cientistas franceses fizeram a mesma coisa com o corpo de Napoleão, retiraram-lhe um fio de cabelo e constataram que realmente havia veneno
no seu corpo, todavia ninguém sabe se sua morte se deveu a isso. Se há essa grande dúvida aqui levantada pelo Governador Leonel Brizola, sugiro que seja feito
esforço junto aos familiares do ex-Presidente João Goulart, a fim de pelo menos obter-se um fio de cabelo para, feito o exame, constatar se houve envenenamento
ou não. Desse modo, acabaremos com a histórica dúvida a respeito do seu desaparecimento. Esta é uma primeira questão.
A segunda questão é dirigida ao Governador Leonel Brizola. Na época da ditadura, eu estava em Moscou. Na embaixada tínhamos a proteção do Exército Vermelho. Certamente a ditadura não mandaria eliminar adversários do regime. Primeiro, o Governo brasileiro, nas relações internacionais com o Governo Russo,
conseguia muito bem dizer: “Em nome da amizade entre Brasil e União Soviética, pedimos que sustentem aí esses rapazes e moças para que não falem mal do Governo”. Então, no regime soviético, na rádio central de Moscou e nos meios de comunicação, não tínhamos nenhum espaço para falar mal da ditadura militar. Vez
por outra saía uma entrevista de Luís Carlos Prestes em relação às idéias do movimento comunista internacional.
A embaixada utilizava dois pesos e duas medidas. Aos que tinham mais consistência no combate à ditadura, eles procuraram fazer o pior, como, por exemplo, negar passaportes e nos deixar na condição de apátridas. Em relação a outros, eles utilizavam o esquema de convocá-los para prestigiá-los. Depois desmoralizavam-nos na frente de todo mundo, como se dissessem: “Não adianta nos combaterem, porque as pessoas inteligentes e competentes que antes estavam
contra nós hoje convivem aqui com o nosso sistema, a nossa embaixada. A minha.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
37
pergunta é exatamente sobre isso. Se a ditadura no Brasil resolveu eliminar os Presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart e Carlos Lacerda, não teria escolhido alguns justamente para desmoralizar? Nunca passou pela cabeça de V.Sa. a idéia de não ter sido exterminado por ter sido escolhido entre os exilados brasileiros importantes para ser desmoralizado pela ditadura militar?
O SR. LEONEL BRIZOLA – Na verdade, só mesmo os responsáveis pelo

regime na época podem responder a essa pergunta. Eles poderiam considerar que
eu estava liquidado e que seria um cachorro morto. Por outro lado, eles poderiam ter
uma lista e seguir uma ordem de prioridades. Julgavam que eu não significava nenhuma ameaça, tanto que, naquele momento em que fui para os Estados Unidos
e deu certo, ficaram muito perplexos. Nota-se que o **Jornal do Brasil** aproveitou aquele momento para romper a censura. Há anos que eu não aparecia nos jornais.
Às vezes, encontro-me com Lula e digo que ele é alguém feliz na política. Eu era proibido de aparecer, enquanto ele estava na capa da revista **Vej**a. Era uma maravilha! Ele diz que estou fazendo gozação, mas era assim. Eu era proibido de aparecer na imprensa. Prefiro considerar que o Velhinho lá de cima, Deus, me fechou o corpo, e eles não conseguiram, até hoje, atingir-me. É por essa razão que
não paro. Não me entrego. Já estou com quase 80 anos. Vou completá-los em janeiro.
O SR. DEPUTADO SALOMÃO GURGEL – Permite-me V.Sa. um aparte? Essa decisão de ir para os Estados Unidos foi tomada de vontade própria ou V.Sa.
foi orientado a tomá-la?
O SR. LEONEL BRIZOLA – Puramente do meu raciocínio. Ninguém me orientou. No meu isolamento, sempre estive acompanhando os acontecimentos. Diziam que eu tinha ....**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
38
O SR. DEPUTADO SALOMÃO GURGEL – O Letelier foi eliminado nos Estados Unidos. O senhor não acreditava que podia...
O SR. LEONEL BRIZOLA – Veja bem, eu nem conhecia bem o caso Letelier, para dizer a verdade. O meu isolamento era muito grande, mas eu tinha me fixado
em acompanhar um pouco o Presidente Carter, que me despertou muita simpatia desde o início. Ele falava uma linguagem que me agradava. Eu sentia identidade com a social democracia européia, tanto que, quando houve aquela reunião na Venezuela, em que esteve presente Willie Brandt, eu disse que deveria estar lá. Eu
tinha vontade de tirar provas da política de direitos humanos do Presidente Carter.
Eu ia sozinho para a reunião, porque tinha patrimônio familiar no Uruguai, e ia deixá-lo para uma empresa cuidar. Passei na frente da embaixada americana — claro que tinha pensado nesse assunto do Carter —, dei uma volta e entrei. Era uma
decisão sobre a qual eu não tinha nenhuma esperança, mas eu queria ficar com aquela prova: se ele falava tanto de direitos humanos, como negar-me essa proteção, já que eu não tinha para onde ir. Eu sentia que o Governo uruguaio

trabalhava para que eu fosse para a Argélia, com quem ele mantinha boas relações
econômicas: traziam petróleo de lá e vendiam carne para a Argélia. Havia um princípio de negociação. Não tínhamos documentos nem havia plano algum. Um grupo de brasileiros trabalhou para fazer uma negociação com Portugal. Eu tomei essa atitude e deu certo.
Tenho os meus conceitos sobre esse mundo em que vivemos. Os americanos saíram dessa guerra donos do mundo depois do desmoronamento da União Soviética. Eles não tinham amadurecimento para assumir a responsabilidade que têm hoje perante o mundo. Fomos desafortunados nesse ponto. O povo não tinha amadurecimento para assumir essa responsabilidade sobre o mundo..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
39
O próprio Presidente Bush não nos inspira segurança. Sou honesto em declarar o que aconteceu nos Estados Unidos. Cheguei lá e não encontrei polícia alguma no aeroporto. Ao contrário, apenas alguns jornalistas. Eu até não sabia o que dizer, isolado como estava. Acabei indo para uma sala de entrevistas, onde havia um pequeno púlpito para falar. Eu disse que não ia nem subir naquilo. Fiquei
sem saber o que fazer. Perguntaram-me sobre a minha ideologia. Será que, àquela
altura da vida, havia alguém que conhecia alguma coisa? Disse: “Sou trabalhista. É
uma posição doutrinária que se insere na social democracia”. Indagaram-me: “O senhor continua muito amigo de Cuba?” E disse: “Dependendo de mim, dos meus sentimentos, sim, agora não sei dos cubanos. Há tantos anos que não...” E perguntaram: “Mas o senhor não tem ido a Cuba?” Eu disse: “Não. Nunca fui”. Era
mais ou menos esse o diálogo. E perguntaram: “Como é sua situação com o Governo brasileiro?” Naquela época estava muito na moda falar em dissidentes da
União Soviética. E eu disse: “Sou um dissidente dessa situação política no Brasil. Estou procurando me ajeitar na situação sem criar problema”. Quando eu ia saindo
do aeroporto, uma moça me perguntou: “O senhor não quer dar uma entrevista na
Voz da América?”. Eu, cá comigo, pensei “Que **Voz da América**. Será que vão me
deixar falar?” Ela tanto insistiu que marquei para ela ir, à noite, ao meu hotel. Eu a
recebi e gravei a entrevista, com muito cuidado, naturalmente. No outro dia, recebi a
comunicação: “A sua entrevista vai ser transmitida na **Voz da América** às 8h12min”.
Depois recebi a notícia de que foi transmitida também aqui. Pensei: “Como pode ser

isso?". Até me expliquei: "Aqueles assuntos todos não existem mais. É outra gente
que administra esses organismos nos Estados Unidos".
Certo dia, apareceu no hotel um sujeito que me disse: "Sou Fulano de Tal, pastor metodista, e vim cumprimentá-lo. Fui brutalmente expulso de São Paulo pela.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
40
minha família, que me colocou em um avião e me mandou embora. Cheguei aqui e,
perante Deus, jurei todos os dias praticar um ato contra a ditadura brasileira. Hoje o
ato que estou praticando é o de visitá-lo". *(Risos.)* O sujeito era americano. Era um
bom homem, um tipo formidável.
Então, apareceu um camarada do Departamento Estadual. Estou contando isso porque quero fazer justiça a uma situação que tanto combato, mas devo dizer a
verdade. Lá, eles têm um modo de vida e uma democracia admiráveis. Ele perguntou: "Quais são suas intenções?". Eu disse: "Está tudo bem. Não preciso de
nada. Só quero ver como está minha situação aqui". Ele perguntou: "O senhor tem
como viver?" Eu disse: "Tenho". E não tinha. Naquele momento, não tinha. Apareceu
muita gente que me levava dinheiro, um levou mil dólares; outro, 2 mil dólares. Eram
brasileiros que se deslocavam do Rio Grande do Sul e me levavam até muito. *(Risos.)* Ele me perguntou: "Mas o senhor não precisa de emprego aqui? Não vai ter
que trabalhar?" Eu disse: "Não, não vou precisar". Ele disse: "Então, está tudo bem".
Portanto, não tirei emprego deles. Eu disse: "Só quero falar com uma autoridade americana".
Então, marcaram para eu ir à embaixada americana, nas Nações Unidas, ao gabinete do Young, para falar com o senhor Tolemann, um simpático diplomata negro que depois foi embaixador na Argentina, um quadro importante da Diplomacia
americana. Eu disse: "Olha, Sr. Tolemann, quero agradecer e, se pudessem chegar
ao Presidente Carter os meus agradecimentos..." Ele disse: "Apresentaremos. Nós
vamos registrar seus agradecimentos". Perguntei: "E qual é meu **status** aqui? Quero
saber se sou imigrante, turista. Qual é a minha situação?". No fim, eu disse: "Exilado?" E ele disse: "Exilado... Não temos aqui essa figura". A Tatiana, filha do Stalin, estava lá naqueles dias. Ele me disse: "O senhor pode ficar como
se.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**

Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
41
estivesse exilado, mas não temos essa figura na nossa Constituição. O senhor vai
ficando aqui". Perguntei: "Mas eu posso andar livremente?". E ele respondeu: "Pode.
Por que não? Não há problema". E perguntei ainda: "Em qualquer lugar dos Estados
Unidos?" Ele disse: "Pode." Eu perguntei: "Eu posso, por exemplo, telefonar para o
Brasil? Posso escrever cartas para o Brasil?". E ele: "Qual é o problema?".
Continuei: "Eu posso, por exemplo, fazer um movimento político aqui, um núcleo aqui? *(Riso*s)". Ele me disse: "Há muitos que fazem. Pode fazer." E perguntei: "Eu poderia, por exemplo, convidar os meus amigos lá do Brasil a virem aqui para fazer
também?". Ele me disse: "Se conseguirem o visto lá em seu País, podem vir". Eu perguntei: "Eu não poderia, por exemplo, fazer um congresso aqui?". Fui avançando.
(Risos.) Ele disse: "Qual é o problema? Há gente de todos os países que fazem". Eu
perguntei: "Eu posso, por exemplo, falar no rádio daqui, falar na televisão, dar entrevista ao jornal?". E ele disse: "Pode, se conseguir. Qual é o problema?".
Essa é a verdade que ocorreu lá. Nunca senti a polícia atrás de mim. Sempre que necessário, fazia, por intermédio deles, a renovação de minha estada lá.
Depois, com passaporte português, não tive mais problema algum. Os portugueses
gozam do conceito de serem boas pessoas. É o depoimento que dou.
Nos outros países, a situação do exilado é muito dura, principalmente na América Latina, que é abaixo de controle policial. Dou este depoimento, porque acredito questão de justiça — eu, que tenho tantas outras restrições, especialmente
em um mundo financeiro com tanta exploração econômica. Sinceramente, nunca tive
problema algum.
Também não me cuidava muito. Sempre que viajava, voltava para o mesmo quarto do hotel. E pensava: vou colaborar com os americanos. Já que
eles.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
42
instalaram tudo aqui neste lugar, para me ouvir e me espionar, volto ao mesmo quarto para não ficarem fazendo instalação em outro. *(Risos.)*
Fiz boas amizades e percorri mais de 50 mil quilômetros no interior. Foi um período muito bom. Fui cercado pelos brasileiros ali da Rua 46 e por muitos brasilianistas, como o Prof. Della Cava e outros, que foram carinhosos e me deram
muitas informações. Lá, soube que nos Estados Unidos há resistência organizada contra essas atividades, quer dizer, são imperialistas os Estados Unidos e a CIA.

Aprendi muito sobre a CIA lá. Então, nem os americanos para com seus compatriotas, nessas circunstâncias, às vezes, difícil, nem os nossos diplomatas em
relação a nós procederam com desprezo e omissão completa. Isso merece levantamento.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – Como último inscrito, vou passar a palavra ao Deputado Robério Araújo. Logo depois, devemos nos dirigir
ao plenário, pois já está em andamento a Ordem do Dia.
Com a palavra o nobre Deputado Robério Araújo.
O SR. DEPUTADO ROBÉRIO ARAÚJO – Sr. Presidente Reginaldo Germano, Sr. Relator Miro Teixeira, Sr. Jorge Otero, Diretor do jornal uruguaio **El Di**a, Sr. ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro e Presidente Nacional do PDT,
Leonel Brizola, como primeira pergunta, gostaria de saber se esta Comissão já teve
a oportunidade de receber o depoimento do médico que assinou o atestado de óbito
do ex-Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – Correto. Fomos à Argentina e lá fizemos uma entrevista com ele.
O SR. DEPUTADO ROBÉRIO ARAÚJO – Reforço o que outros colegas aqui citaram. Devemos ter tido a oportunidade de observar que, entre as múmias do.
Egito, segundo a mídia mundial, foram diagnosticados casos de envenenamento, comprovados por meio da coleta de cabelo para exames.
Não vejo por que, depois de praticamente estarmos convencidos, todos nós, do envenenamento do ex-Presidente, não termos uma prova mais objetiva desse envenenamento. E só poderemos ter essa prova por meio da bioquímica. Penso que
a bioquímica molecular, no estágio avançado em que se encontra, poderá comprovar o envenenamento do ex-Presidente.
Veja bem, Miro, se podemos fazer isso em relação às múmias, por que não também com o ex-Presidente, para termos a certeza de que não houve envenenamento?
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Permite-me V.Exa. uma observação?
O SR. DEPUTADO ROBÉRIO ARAÚJO – Com certeza.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Segundo depoimentos dos peritos, se os venenos usados tiverem como elemento ativo algum mineral, poderão ser detectáveis. Ainda há pouco fizeram referência ao arsênico, por exemplo. Mas existem múltiplas fórmulas para envenenamento em que não há a menor possibilidade de a Ciência comprovar, segundo esses peritos do Distrito Federal, que me pareceram pessoas altamente qualificadas. Então, não existe a garantia de
que, por meio da exumação do corpo ou do exame de um fio de cabelo, se possa

chegar à conclusão definitiva. Dependendo da natureza — e são poucos os venenos
que têm como elemento ativo minerais —, aí, sim, haveria, mas não responderia. O
que se poderia responder com certeza é que não foi usado veneno que tivesse mineral como elemento ativo.
O SR. DEPUTADO ROBÉRIO ARAÚJO – Acredito que apenas essa resposta já serviria bastante para esclarecer o que queremos saber..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
44
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – Pela resposta dada por esse perito, por exemplo, se foi utilizado, o veneno seria de origem vegetal, e vamos ficar sem saber se houve envenenamento ou não. Então, são três hipóteses
para o caso de exumação. A mais concreta, que nos daria a certeza do envenenamento, é essa apresentada pelo Deputado Miro Teixeira, se o veneno for
de origem mineral. Se isso não aconteceu, teremos noventa e tantos por cento de chance de não chegarmos a nada. Só teríamos certeza se o veneno fosse de origem
mineral. Caso contrário, não vamos chegar a nada. Sou até a favor da exumação.
O SR. DEPUTADO ROBÉRIO ARAÚJO – Sr. Presidente, chegando a esse ponto, esta Comissão esgota a sua competência. A partir daí, não tendo esse resultado, estaria realizado o trabalho de nossa Comissão. Acredito que estaremos
cumprindo com nosso dever realizando esse exame.
O SR. LEONEL BRIZOLA – Permite-me, Presidente?
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – Com a palavra o Sr. Leonel Brizola.
O SR. LEONEL BRIZOLA – Vou fazer uma incursão um pouco mais ampla nesse tema. O Brasil perdeu três vidas importantes num lapso relativamente curto de
tempo: os ex-Presidentes João Goulart e Juscelino Kubitschek e o Lacerda.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Para quem gosta de coincidências, veja só as datas: Juscelino Kubitschek, 22 de agosto de 1976; João Goulart, 6 de dezembro de 1976, três meses e meio depois, portanto; Carlos Lacerda, 21 de maio
de 1977. Num espaço de nove meses, morreram os três.
O SR. LEONEL BRIZOLA – É muita coincidência. E não há nenhuma certeza quanto à morte do Presidente Juscelino, nem do próprio Lacerda. Não se pode dizer:
“Não, já está provado cientificamente.” Quanto ao João Goulart, estamos aqui cheios.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
45
de suspeitas. Por que não fizeram autópsia? Por que a Comissão que está examinando esse caso não toma a iniciativa de encaminhar a exumação dos três

casos?
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Pode solicitar às famílias.
O SR. LEONEL BRIZOLA – É, às famílias, porque sempre tem de haver negociação com as famílias. No caso João Goulart, sempre tenho ouvido dos familiares que não há problema algum.
(Intervenção inaudível.)
O SR. LEONEL BRIZOLA – E a família do Lacerda?
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – A família do Governador Carlos Lacerda informou pelos jornais que não quer, em hipótese alguma, mexer no assunto. Quanto à família de João Goulart, o João Vicente, quando depôs aqui, disse que não se oporia, mas precisamos fazer uma consulta formal.
O SR. LEONEL BRIZOLA – Acredito que cabe à Comissão fazer a consulta, deixando claro para as famílias — as três — que seria um exame mais profundo. Vejam a morte do Dr. Tancredo, por exemplo, que deixou dúvidas na mente de muitas pessoas e familiares.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – O Costa Couto, muito responsável, escreveu um livro levantando sérias suspeitas. Ele vai além das suspeitas, faz até afirmações — e trata-se de pessoa responsável — de que ocorreu ali episódio estranho, ou de manipulação de bactérias, ou de envenenamento.
O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HEINZE – Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. LEONEL BRIZOLA – Há muita coincidência, não é verdade? Então, por que a Comissão, por exemplo, não inicia gestões a esse respeito? Não é verdade? Podia fazer exames nos três. É muita coincidência. Começaram a.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
46
aparecer substâncias estranhas aí, não é verdade? Substâncias estranhas. A atitude
argentina é muito suspeita. E a nossa também foi. O regime brasileiro, mais especificamente, deveria ter tratado desse problema, poderia até conservar como um segredo. Como o regime era discricionário mesmo, poderia ter ficado em segredo por algum tempo. Mas, sem dúvida alguma, o regime brasileiro tornou-se cúmplice de possível procedimento suspeito, até criminoso, do outro lado.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – com a palavra o Deputado Luiz Carlos Heinze.
O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HEINZE – Governador Brizola, tenho muito prazer em cumprimentá-lo. Nesse caso, a Comissão já realizou algumas reuniões com os peritos, que nos apresentaram essas possibilidades. Em São Borja,
já se diz até que o corpo teria sido trocado. Mais uma razão para ser feita a exumação. O João Vicente nos disse que por ele não há problema. Acredito que a
Denise pense da mesma forma, e a Dona Maria, também. O que ele sempre nos pedia é que fossem dadas todas as garantias de que esse processo teria começo,
meio e fim, e realizado, digamos assim, por peritos, por profissionais gabaritados, e
o pessoal que esteve aqui prestando informações à Comissão nos dá essa

segurança. A Casa daria todas as condições para se fazer esse exame. Esse deveria ser o próximo passo da nossa Comissão, Presidente. Podemos começar a
conversar com a família do ex-Presidente e com o pessoal que irá fazer a exumação
do cadáver.
No caso do Dr. Juscelino, a Comissão já concluiu; apenas está trazendo uma outra idéia. A Comissão encarregada de averiguar a morte do Presidente JK já concluiu o seu relatório. Poderia ser uma sugestão nossa, de acordo com o que V.Sa. disse sobre a exumação do cadáver. É uma outra situação. Mas,.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
47
especificamente no nosso caso, poderíamos fazer isso. A conversação com a família
já foi iniciada. O João Vicente, a Maria, a Dona Maria e a própria Denise, em todas
as vezes em que conversamos com eles, mostraram-se favoráveis, desde que tenhamos certos cuidados, critérios e responsabilidade — e certamente vamos ter —
na condução desse processo.
Era a minha última observação, Presidente.
O SR. LEONEL BRIZOLA – Permite-me, Presidente?
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – Sim, Governador.
O SR. LEONEL BRIZOLA – O mais importante neste momento é acompanhar a situação na Argentina, porque está sendo investigado, exatamente agora, o governante responsável. E, de repente, pode sair a revelação. Ele está sendo interrogado pela Justiça, e pode dizer: “Com relação à morte do Sr. João Goulart, aqui no território nacional, quais foram suas providências, o que houve...
O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HEINZE – Governador, a própria Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal argentina colocou-se à nossa disposição. Poderíamos, então, pedir o apoio deles nesse caso específico. É só fazer um contato...
O SR. LEONEL BRIZOLA – E a Justiça também.
O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HEINZE – Sim, porque a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal argentina já se colocou à disposição quando
estivemos naquele país e no Uruguai — e o próprio Vice-Presidente da Câmara Federal da mesma forma. O nosso contato seria com eles, especificamente para que
nos representassem nesse ato, ajudassem-nos nessas intermediações.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – Deputado, essa possibilidade de exumação ficou mais clara a partir da nossa viagem à Argentina,.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
48
quando houve incerteza em relação ao copo d’água que estava no quarto do Presidente João Goulart. Explico: num depoimento apareceu esse copo d’água;

noutro, não. Por quê? Porque, segundo informação dos peritos, o gás sarin pode ser
diluído na água. Ele fica cristalino, não tem cor, não tem gosto, não tem sabor, não
tem nada. Uma outra forma de sabermos se houve ou não envenenamento por sarin, segundo os peritos, é relativa ao fato de que esse gás, após certo período, exala do corpo e fica impregnado na madeira do caixão.
Então, há duas hipóteses: uma, envenenamento por sarin, que não tem cor e que pode ser inalado ou diluído na água. E, a outra, a do copo d'água, que consta
de depoimento segundo o qual o Dr. João Goulart havia tomado um remédio antes.
Fomos ao médico, que nos disse que não havia copo d'água, não havia nada. Restou a incerteza.
A partir daí, tentamos ouvir o Governador, para que pudéssemos chegar a essa conclusão. Temos de ouvir também a Dona Maria Thereza, para que possamos partir para a exumação, como é nosso desejo. Primeiro, devemos ouvir o
Governador, depois a Dona Maria Thereza, e, então, partir para a exumação.
Já que chegamos a esse ponto, vamos combinar o seguinte: na terça-feira, vamos nos reunir com o Deputado Miro Teixeira — nós, que fomos à Argentina — para decidir pela exumação ou não. Saindo o resultado da exumação com a certeza
do envenenamento, iremos mais uma vez àquele país, onde, ao invés de pedirmos
apenas orientação ou ajuda, ouviremos o general Videla, que está sendo investigado
por estar envolvido com a Operação Condor. É a idéia que dou.
O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HEINZE – Independentemente de irmos à Argentina, poderíamos pedir à Comissão de Direitos Humanos oficiar imediatamente, Presidente. Poderíamos avançar mais, se eles tomassem logo essas.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
49
providências. É certo que vamos levar algum tempo com todos os trâmites internos,
desde a família, a exumação etc.
Esta é a proposta que deixo para a Comissão: solicitar à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal argentina o acompanhamento do caso em nosso nome.
O SR. LEONEL BRIZOLA – Permite-me, Sr. Presidente?
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – Com a palavra Dr. Brizola.
O SR. LEONEL BRIZOLA – A Comissão ouviu as autoridades que estavam no Poder aqui? Por que não fizeram autópsia?
O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Germano) – Fizemos essa pergunta ao médico no Brasil.
O SR. LEONEL BRIZOLA – Não, às autoridades que estavam no Poder.

Teriam de ver quem mandava em Uruguaiana, quem era o general que comandava
tudo e até quem estava na Presidência da República. Quem estava na Presidência
da República?
(Não identificado) – O Presidente Geisel.
O SR. LEONEL BRIZOLA – Era o Geisel? Deve haver algum registro no Palácio do Planalto. Por que não fizeram autópsia? Antes de caminharmos por um
terreno mais familiar, seria bom sabermos por que não foi feita a autópsia na época.
O grande problema não foi o copo d'água, mas o porquê de não ter sido feita a autópsia do cadáver.
O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES – Essas providências não se excluem. Todas podem ser feitas ao mesmo tempo.
O SR. LEONEL BRIZOLA – Mas por que não se fez a autópsia?.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
50
(Intervenção inaudível.)
O SR. LEONEL BRIZOLA – Temos de saber. Essas autoridades devem estar por aí. Quem estava em Uruguaiana? Quem tomou a decisão? Quem estava no comando do Exército lá no Sul?
(Não identificado) – No enterro.
O SR. LEONEL BRIZOLA – No enterro. Vamos saber quem mandou enterrar. Feito isso, é preciso ir à Argentina e saber como aconteceu lá. Essa é a base. Mesmo que depois não se encontre o veneno, e daí?
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Essa é uma hipótese. Há 97% de possibilidade de não se encontrar. E aí? Isso não indica que ele não tenha sido envenenado.
O SR. LEONEL BRIZOLA – Temos que ir às fontes. A Comissão tem autoridade para saber que registros há, por exemplo, no Consulado em Uruguaiana.
O SR. DEPUTADO CARLOS LUPI – Alguém autorizou.
O SR. LEONEL BRIZOLA – Alguém autorizou a entrada do corpo. E é preciso saber por que quem deu essa autorização não exigiu a autópsia. O Coronel
disse para não fazer, porque o general que comandava... Quem é o general? Ele vai
dizer: recebi ordem lá do Ministério. Quem era o Ministro? Chama o Ministro. O Ministro vai dizer: recebi essa ordem do Palácio do Planalto.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Quando conversamos com o médico, Dr. Ricardo Rafael Ferrari, chamado para examinar o corpo, ele nos disse
que foi às autoridades argentinas comunicar que houve o falecimento de uma autoridade, de um ex-Presidente do Brasil. Pediu, portanto, que tomassem providências. Quando ele saiu de madrugada para examinar o cadáver, foi à

gendarmaria argentina e deu essa declaração. Comunicou o fato às autoridades,.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
51
dizendo: “Olha, fiz a minha parte, na condição de médico. Agora, a parte seguinte é
dos senhores, as autoridades locais.” Segundo os presentes, ficou aquele impasse
durante o dia, até que veio a ordem de liberação do corpo. Realmente é interessante
sabermos de onde partiu esse pedido para liberação do corpo: se das autoridades
argentinas, se das brasileiras em Uruguaiana, Porto Alegre ou Brasília.
O SR. LEONEL BRIZOLA – Porque houve ação de autoridade.
(Não identificado) – Uma omissão.
O SR. LEONEL BRIZOLA – Antes de irmos por caminhos inseguros, cheios de dúvidas e antes que essas pessoas morram, temos de enfrentar a responsabilidade. Já devem estar todos mais para lá do que para cá. É preciso esclarecer quem não permitiu a autópsia. Essa é a chave para se saber quem impediu a realização da autópsia aqui e acolá. Houve liberação dupla: lá e aqui. Portanto, como o corpo passou pela fronteira? Quais foram os trâmites? A Comissão
tem de encontrar esses papéis. Acredito que seja por aí.
A exumação — não quer dizer que não a façamos — não é a prioridade, no meu modo de ver. Prioridade é buscar mais depoimentos e documentação. Por que
não fizeram? Precisamos que alguém nos diga: “Não fizemos porque veio uma ordem superior.” Quem deu essa ordem superior? Isso ainda está por aí. Seria bom
investigarmos esse ponto. Por mais que a exumação não dê resultados amanhã, ficou clara a co-responsabilidade da Operação Condor.
O SR. DEPUTADO ROBÉRIO ARAÚJO – Sr. Governador, permita-me discordar de V.Sa. A partir do momento em que essa exumação for realizada, como
disse o Deputado Miro Teixeira, há 97% de chances de o resultado dar negativo. Agora, se o exame der positivo — e são apenas 3% de chances —, pelo menos vamos ter a certeza de que o ex-Presidente foi envenenado..**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
52
Quanto ao procedimento de tomar depoimentos de autoridades brasileiras que certamente foram coniventes com os argentinos, isso será feito no tempo certo.
Concordo com o encaminhamento no sentido de esta Comissão solicitar a exumação do cadáver e a coleta de material para saber se o ex-Presidente foi ou não envenenado. Isso é fundamental e prioritário.
O SR. LEONEL BRIZOLA – Mas há um outro lado, Deputado. Se isso for feito e cairmos nos 97%, acabou a Operação Condor! Vamos direto à Operação

Condor, porque ela, sim, cometeu um crime contra a humanidade.
O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA – Permite-me V.Sa. um aparte? Esse é o ponto principal. O resultado negativo não significa que o ex-Presidente não tenha
sido envenenado; ele vai atestar apenas que não foi envenenado por algum veneno
que tivesse como elemento ativo o mineral.
O SR. LEONEL BRIZOLA – Numa hora dessas, pode surgir um funcionário e dizer: “Foi. Eu vi”.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Sr. Governador, o fato é que o Júlio Vieira, o encarregado da fazenda, comunicou-se com o Percy, e este falou com o Mário Della Vecchia, em Uruguaiana. A partir daí começaram a mexer com as
autoridades. O Percy ainda vive, o Júlio ainda vive, o Mário não. No entanto, em Uruguaiana, as autoridades locais devem saber desse fato. Podemos buscar mais
informações. Uma coisa não invalida a outra, podemos tocar todas concomitantemente. Podemos ouvir essas autoridades e seguir com o barco, o negócio é esse.
Deixo uma sugestão, Sr. Presidente: podemos pedir imediatamente ao Itamaraty, que nos ajudou na viagem à Argentina, ou diretamente ao Congresso, à
Câmara dos Deputados, o acompanhamento da Comissão de Direitos Humanos ou.**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL**
Nome: Comissão Externa - Morte do ex-Presidente João Goulart
Número: 000736/01 Data: 15/08/01
53
mesmo do Itamaraty quando da participação do general Videla naquela audiência.
Essa é uma outra vertente a ser seguida na Argentina. Creio que podemos fazer essa solicitação.
O SR. LEONEL BRIZOLA – O problema está na Justiça. Na Argentina, quem está cuidando desse assunto da Operação Condor é um juiz. Talvez até ele tenha interesse nisso. Seria mais um ponto a ser esclarecido.
O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Sugiro que nos comuniquemos, Sr. Presidente, via Câmara, com a Câmara Federal argentina, ou via Itamaraty. Precisamos chegar a esse juiz.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – Proponho que amanhã façamos uma reunião administrativa interna, com os que foram à Argentina,
para combinar esse procedimento. E, a partir daí, pôr em prática o que for combinado. Podemos marcar para amanhã às 10h? Todos concordam? *(Pausa.)*
Antes de encerrar esta reunião, quero agradecer ao Dr. Leonel Brizola e Sr. Jorge Otero a presença, a participação e a intensa ajuda à Comissão. Foi muito bom. Tínhamos uma linha de raciocínio, e V.Sas. nos deram outra. Não vamos desprezá-la, vamos segui-la, sim, porque a experiência fala mais alto.
Lembro que amanhã, às 10h, haverá reunião administrativa interna com os Deputados que compõem esta Comissão.
Muito obrigado a todos. Está encerrada a reunião.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART		
EVENTO: Audiência pública	N°: 000197/01	DATA: 29/03/01
INÍCIO: 09:30	TÉRMINO: 10:05	DURAÇÃO: 0:35:00
TEMPO DE GRAVAÇÃO:	PÁGINAS: 11	QUARTOS: 8
REVISORES: LIA		
SUPERVISÃO: LIA		
CONCATENAÇÃO: JOEL		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ADOLFO PÉREZ ESQUIVEL - Detentor do Prêmio Nobel da Paz de 1980 e militante na área de direitos humanos.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento acerca das circunstâncias da morte do ex-Presidente da República João Goulart.

OBSERVAÇÕES

O início da reunião não foi gravado.
A reunião ocorreu no escritório do Sr. Adolfo Pérez Esquivel, na Argentina.
Há intervenções inaudíveis.
Há falhas na gravação (págs. 3 e 11).
Há expressões ininteligíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - ...assinar uma carta de intenções de um acordo bilateral entre as Câmaras dos Deputados do Cone Sul, para que possamos ter maior poder de investigação.

A nossa Comissão veio hoje aqui em busca de mais informações, detalhes, um caminho, quem sabe, que nos possa levar à elucidação desse caso. Por isso, queremos agradecer-lhe por nos ter recebido, por se ter disposto a falar conosco.

Sabemos que é muito difícil as pessoas se envolverem numa situação como esta, ainda mais quando há outros interesses, que sabemos muito bem quais são. Agradecemos-lhe e o parabenizamos também pelo trabalho que faz pelo bem social do mundo, e não só

em relação à Argentina. Desejamos conseguir do senhor essas informações, se é que o senhor as tem.

O SR. ADOLFO PÉREZ ESQUIVEL - Eu lhes agradeço por terem vindo conversar conosco, graças à Embaixada do Brasil.

É certo que a Operação Condor na América Latina teve amplo espectro repressivo. Assassinaram o Presidente da Bolívia Juan José Torres; o Senador Zelmar Michelini, do Uruguai; o General Carlos Pratz; Orlando Letelier, em Washington; tentaram assassinar em Roma e deixaram muito ferido Bernardo Leighton, do Chile. Portanto, a Operação Condor não atuava apenas no Cone Sul, mas em âmbito internacional.

Hoje se tem informações, e posso lhes dizer que quem mais tem investigado a Operação Condor é uma professora adjunta de minha cátedra na Faculdade de Ciências Sociais, jornalista do **La Jornada**, do México, Stella Caloni. Ela publicou "Los años del lobo: Operación Condor", um livro onde faz uma análise dos arquivos do terror encontrados no Paraguai.

O SR. JOSÉ SOLIA - A Comissão tem uma indicação para falar com a Sra. Caloni. Hoje pela manhã, na Câmara dos Deputados, houve a sugestão de que a Comissão a procurasse para falar mais sobre esse tema.

O SR. ADOLFO PÉREZ ESQUIVEL - Os senhores já se comunicaram com ela?

O SR. JOSÉ SOLIA - Ainda não.

O SR. ADOLFO PÉREZ ESQUIVEL - Podemos chamá-la agora. Não sei se está aqui ou no México.

O SR. JOSÉ SOLIA - Mas podemos tentar.

O SR. ADOLFO PÉREZ ESQUIVEL - Sim, podemos tentar.

O SR. JOSÉ SOLIA - O Deputado Bravo que fez a sugestão.

O livro se chama...

O SR. ADOLFO PÉREZ ESQUIVEL - “Los años del lobo”.

(*Intervenção inaudível.*)

O SR. ADOLFO PÉREZ ESQUIVEL - Esse intercâmbio era constante, inclusive o intercâmbio de prisioneiros, a detenção de pessoas e seu translado para outros países.

No ano de 1975, estando em São Paulo com o Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, um irmão muito querido, fui detido e levado ao DOPS, onde me encapuzaram e me interrogaram a noite toda. Depois de uma forte mobilização de Dom Paulo me liberaram, mas tive que sair do Brasil.

O que me chamou a atenção foi que me passavam informes policiais por debaixo do capuz. Estava com um capuz negro. Levantavam o capuz e me passavam os informes da Polícia argentina, da Polícia chilena, de dirigentes sindicais e de religiosos. Isso foi em 1975. Junto comigo estavam detidos Mário Carvalho de Jesus, um advogado de São Paulo, sindicalista, e a Dra. Hildegard Goss-Mayr, de Viena, Áustria. Isso foi...

(*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - O senhor dizia que esteve preso em São Paulo...

O SR. ADOLFO PÉREZ ESQUIVEL - O que ficava evidente, inclusive nos interrogatórios, era a conexão entre as distintas forças. Temos conhecimento também da intervenção de militares argentinos no golpe de estado contra Lídia Gueiler na Bolívia, onde a direção estava sob o mando de oficiais argentinos. O mesmo ocorria no seqüestro de chilenos, que eram transladados, por forças chilenas em conjunto com forças argentinas, da Argentina para o Chile, ou mesmo a entrega de prisioneiros.

Na prisão, tive um companheiro que havia sido seqüestrado na Bahia, no Brasil. Ele foi levado a Buenos Aires, à Superintendencia de Seguridad Federal, e depois desapareceu. Era um jovem de sobrenome Paez, que havia sido seqüestrado, detido na

Bahia pela Polícia brasileira, a partir de informações dos argentinos. Isso era normal na Operação Condor nos distintos países.

Há muitas informações sobre isso nos arquivos do terror no Paraguai, onde neste momento se está sistematizando a informação, e Stella Caloni é uma das investigadoras que mais estudou esse problema.

Sobre João Goulart, não tenho informações, mas, se tivermos dados, podemos começar a fazer uma investigação a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Como o senhor disse, no golpe na Bolívia havia o envolvimento de militares argentinos. O senhor não tem informações de que, quanto à morte de João Goulart, haja algum indício semelhante ao que o senhor soube do golpe na Bolívia?

O SR. ADOLFO PÉREZ ESQUIVEL - Não tenho, neste momento, informações sobre João Goulart, mas na Assembléia Permanente de Direitos Humanos na Bolívia estava um sacerdote, o Pe. Julio Tumiri, já falecido, que nos deu a informação de que as ordens... Inclusive foi interceptada uma comunicação de helicópteros, que davam as ordens.

Aqui os seqüestros se realizavam com os famosos Ford Falcons, onde se colocavam as pessoas... Quando se via alguém num Ford Falcon, já se sabia que não apareceria mais. Na Bolívia usavam ambulâncias para os seqüestros.

Isto sim foi comprovado, a intervenção de militares argentinos em todos as operações, como na preparação, no treinamento de militares peruanos, na repressão, no desaparecimento de pessoas, até mesmo na Guerra das Malvinas. Havia assessores militares na América Central; 142 militares argentinos estavam na América Central usando a mesma metodologia, treinando os “contras” junto com a CIA para intervir na Nicarágua, na revolução sandinista. As operações se faziam não só no caso da Nicarágua.

Em El Salvador e na Guatemala os militares argentinos intervieram. Sobre isso, sim, há informações. Por isso, no caso de João Goulart, se tivermos todas as informações que os senhores têm a respeito, poderíamos verificar, rastrear quais são os passos, o que se poderia descobrir. Talvez algumas coisas possam ser esclarecidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - O senhor ouviu falar de uma carta de Manoel Contreras, da DINA, para o Chefe do SNI, na época o General Figueiredo, que posteriormente se tornou Presidente do Brasil? Nessa carta, Manoel Contreras manifesta preocupação com a ascensão de líderes políticos. Ele cita Jimmy Carter, Juscelino Kubitschek e Letelier. O senhor chegou a tomar conhecimento dessa carta, dessa preocupação de Contreras com a ascensão desses líderes? Algum tempo depois, no prazo de seis meses, houve a morte de João Goulart, de Juscelino Kubitschek, de Carlos Lacerda e do próprio Letelier. Então, em seis meses, todos eles morreram. O senhor chegou a tomar conhecimento dessa carta?

O SR. ADOLFO PÉREZ ESQUIVEL - Não tenho conhecimento dessa carta.

No Brasil pessoas trabalham muito nessa direção, na luta pelos direitos humanos, como Hélio Bicudo, Dalmo Dallari. Seria importante conversar com eles. Hélio Bicudo está na Comissão Interamericana agora.

Creio que se pode ir colhendo informações. Podemos fazer um intercâmbio, tratar de rastrear a situação, pelo menos nos aproximar da verdade dos fatos.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Dr. Jango tinha propriedades aqui na Argentina e no Uruguai, tinha escritórios em Montevidéu e em Buenos Aires. Havia ameaças. Junto com essa turma que foi nesse Ford Falcon de que o senhor fala, o pessoal já havia recebido ameaças, e em várias ocasiões haviam anunciado que ele poderia estar junto. Então, o que poderíamos fazer é trazer as informações que temos desses

nomes. Ele saiu do Uruguai porque teria que depor no Ministério do Interior. Sem avisar e sem fazer...

Ele tinha grande amizade com o Presidente Perón, com o Presidente Stroessner, do Paraguai, e também com o pessoal do Uruguai. Portanto, ele tinha suas ligações, por isso se movimentava com facilidade pelo Paraguai, pela Argentina e pelo Uruguai, com os negócios que foi montando. Mas, além dos negócios, havia a questão política. Seria interessante passarmos os dados ao Dr. Esquivel de forma que ele nos pudesse ajudar.

As informações vão fechando. São muitas as coisas que se sabe a esse respeito. Há pessoas que conviveram com ele, militares ou não militares, que negociavam com ele. Há interesses econômicos e por trás dos interesses econômicos entravam as questões políticas. Sobre isso é que estamos buscando informações.

O SR. ADOLFO PÉREZ ESQUIVEL - Não sei se os senhores já tiveram contato com Diana Conti, a Subsecretária de Direitos Humanos. Creio que, como eles têm uma série de arquivos, onde se compilou, se tratou de incrementar toda a informação dentro da Subsecretaria de Direitos Humanos, seria interessante fazer contato com ela.

Creio que tenho o telefone dela. Sim: 4381-4571. É a Subsecretária de Direitos Humanos Diana Conti.

Podemos também verificar em nossos arquivos, mas necessitamos que nos enviem as informações. Podemos manter contato, ver como poderemos avançar.

Até quando os senhores ficam aqui?

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Até amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Amanhã vamos a Mercedes.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Voltamos à tarde e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Viajamos para o Uruguai, Montevidéu.

O SR. ADOLFO PÉREZ ESQUIVEL - Vou amanhã para Montevidéu. Lá também se pode averiguar coisas. Temos um secretariado naquela Capital, o secretariado do SERPAJ em Montevidéu, do Serviço de Paz e Justiça. É a organização mais forte e com mais informações do Uruguai. Seria importante, também, verificar com eles.

Nossa organização estará reunida em Montevidéu, mas podemos comunicar-nos. Posso deixar-lhes o número do telefone em Montevidéu. Estaremos reunidos lá até o dia 31.

O SR. JOSÉ SOLIA - Na quinta e na sexta-feira o senhor estará lá?

O SR. ADOLFO PÉREZ ESQUIVEL - Sim, estarei lá. Por isso lhes digo que...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Qual o endereço lá?

O SR. ADOLFO PÉREZ ESQUIVEL - Já lhes dou o número do telefone do nosso companheiro Efraim. Vou lhes passar o número do celular e os da nossa organização. Vamos estar reunidos em outro lugar, mas, se soubermos quando os senhores chegarem, os poremos em contato com algum dos responsáveis.

O celular de Efraim Oliveira é (598) 9960-5565; os do escritório são (598) 2408-5301 e (598) 2309-8892.

Portanto, estaremos reunidos lá e poderão ser feitas as consultas necessárias para ver como podem ajudar nesse assunto.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Creio que no Uruguai deve haver mais informações, inclusive nessa entidade, porque lá ele vivia mais, tinha propriedades. Ele vivia em Maldonado, Taquarembó, Montevidéu, então ali era onde ele circulava mais. A maior parte do tempo ele vivia no Uruguai, pouco na Argentina. Aqui

ele veio morrer. Nesse sentido, seria interessante, porque lá devem estar catalogadas algumas informações.

O SR. JOSÉ SOLIA - Parece que os senhores têm uma pergunta sobre uma pessoa que ia a Montevidéu e morreu na lancha...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Rubem Rivero trabalhou com o Dr. Jango e iria prestar declarações num processo que está correndo em Maldonado. No final do ano passado, ele estava em Buenos Aires e ia para Maldonado. Ele mora mesmo em Rivera, no Uruguai, e uma mulher com quem ele vivia estava aqui em Buenos Aires. Quando ele saiu daqui, iria para Maldonado para prestar declarações numa audiência com uma juíza que estava tratando do caso da morte do Dr. Jango, por questões econômicas. No dia em que ele tomou o aerobarco, morreu por parada cardíaca, e uma pasta com documentos que estava com ele sumiu. Portanto, é estranho que, no dia em que ele ia prestar declarações... Mas isso também podemos colocar nesse relatório.

Essa foi uma morte recente, ocorreu no final do ano passado. Seria interessante conseguirmos informações também a esse respeito. Inclusive, hoje comentamos esse fato na Câmara dos Deputados, e a Comissão de Direitos Humanos ficou de aprofundar as investigações especificamente sobre esse caso. Alguma coisa deve existir, pois esse fato é recente.

O SR. ADOLFO PÉREZ ESQUIVEL - Uma pergunta: com quem os senhores se encontraram aqui na Argentina?

O SR. JOSÉ SOLIA - (*Ininteligível*) Embaixador nos recebeu ontem; o Cônsul-Geral vai nos receber amanhã; hoje se encontraram com o Deputado Alfredo Bravo, da Comissão de Direitos Humanos; também esteve presente o Deputado Atílio...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Outro membro da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. JOSÉ SOLIA - Atílio Tazzioli, da FREPASO. Depois estiveram com o Deputado Pedro Bravo, que os acompanhou, e com o Deputado Juan Pablo Cafiero. Agora estão reunidos com o senhor e pela manhã encontrarão o Ministro da Justiça, Jorge de la Rúa, que inclusive já se comunicou com a Província de Corrientes, com o sistema de justiça de lá, porque eles estão tentando conseguir a cópia de um processo que está em andamento. Já houve informações muito positivas em relação a isso. Ademais, o Sr. Jorge de la Rúa disse que se empenharia no tema, em procurar informações. Hoje à noite teríamos um encontro com o Sr. Horácio (*ininteligível*), Presidente da (*ininteligível*), mas não será possível. Teremos ainda encontros em Mercedes com o Dr. Ricardo Rafael Ferrari, o médico que atendeu o ex-Presidente João Goulart por ocasião de seu falecimento, e em Curuzu Cuatiá com o Dr. Rómulo Spinoza, o juiz encarregado desse processo do qual se está querendo uma cópia.

Essas são as pessoas que, nesta viagem curta, os Srs. Deputados que estão aqui tiveram e terão a ocasião de ver. Na quinta-feira vão a Montevidéu, onde terão outros encontros importantes, inclusive com a Sra. Eva de León, a mulher com quem estava naquela época o ex-Presidente João Goulart, além de outros.

O SR. ADOLFO PÉREZ ESQUIVEL - Interessaria aos senhores falar com a Subsecretaria de Direitos Humanos? Podemos comunicar-nos agora com ela pelo telefone.

O SR. JOSÉ SOLIA - O problema é justamente o tempo. Esta é a última entrevista de hoje. Amanhã, às 11h, eles têm um encontro com o Cônsul-Geral do Brasil, e às 13h viajamos para Corrientes. Então...

O SR. ADOLFO PÉREZ ESQUIVEL - De qualquer maneira, os senhores me mandem esse relatório que eu o encaminho à Subsecretaria de Direitos Humanos e veremos de que maneira podemos conseguir o que os senhores necessitam.

O SR. JOSÉ SOLIA - Não sei se os senhores querem abordar um pouco o tema do gás sarin.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - O senhor teria alguma informação sobre o gás sarin? Temos a suspeita de que talvez ele teria sido utilizado contra o ex-Presidente João Goulart, informação essa que tivemos no Chile, onde ouvimos falar pela primeira vez nesse gás.

Quem nos falou a respeito foi a irmã de Letelier, que é advogada. Procuramos, então, informações sobre esse gás. Peritos brasileiros fizeram todo um levantamento, e foi constatado que esse gás foi usado largamente pela repressão naquele período. Muitas pessoas foram mortas com a utilização do gás, e um de seus efeitos se assemelha muito a um ataque cardíaco.

Os peritos disseram que esse gás, na forma líquida, se assemelha muito à água. Misturado à água, não se percebe de maneira alguma que ali estaria o gás sarin. Uma coisa que se verificou foi que o Dr. João Goulart, na noite em que morreu, havia tomado seus comprimidos porque havia levado um copo cheio d'água, e a primeira pessoa que entrou no quarto observou que o copo estava pela metade. Então, ele havia ingerido seus comprimidos, e uma das suspeitas que se levantou seria essa.

Os peritos informaram ainda que, se fosse feita uma exumação, e estamos analisando a possibilidade de ela ser feita, caso o gás sarin tenha sido usado no Presidente, a madeira da urna funerária conteria ainda traços do gás. Não sei explicar, é uma questão técnica, mas a madeira conserva por muitos anos elementos que indicariam se o corpo que ali esteve foi submetido ao gás sarin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Há também a suspeita de envenenamento, já que não foi feita a necropsia no corpo do Presidente...

(*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - ...da Nação. A nossa vinda aqui é para isso. Queremos ajuda. Se o senhor nos puder ajudar ou nos encaminhar a pessoas que nos possam dar alguma informação a respeito, serão bem-vindas. Precisamos encerrar os trabalhos desta Comissão, temos ainda um prazo pequeno, e queremos mostrar que viemos com um compromisso com o povo, com um compromisso popular, com a nossa Nação.

Sobre o gás sarin, o senhor tem alguma informação?

O SR. ADOLFO PÉREZ ESQUIVEL - Neste momento, não. Não saberia dizer-lhes neste momento, mas podemos verificar. Tratamos de seguir aquelas coisas que são mais imediatas ou aqueles problemas mais gerais, mas podemos averiguar.

O que lhes pediria é que me enviassem um relatório. Com base nele, trataremos de, com o nosso pessoal em diferentes lugares do país ou em outros países, verificar as informações.

O SR. DEPUTADO AGNELO QUEIROZ - Agradecemos ao Dr. Esquivel por nos receber e colaborar conosco e aproveitamos a oportunidade para nos congratular com ele pelo belíssimo trabalho que tem feito na defesa dos direitos humanos.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Sabemos que suas ligações com órgãos dos direitos humanos em todo o mundo nos poderiam ajudar muito a que cheguemos a um ponto onde poderemos sanar todas essas questões acerca de mortes tão...

Seria muito importante para nós ter também sua opinião pessoal. Depois de ler esse relatório, creio que o senhor nos poderá ajudar.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART		
EVENTO: Diligência na Argentina	N°: 000196/01	DATA: 29/03/01
INÍCIO: 09:30	TÉRMINO: 10:04	DURAÇÃO: 0:34:00
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 0:35:00	PÁGINAS: 12	QUARTOS: 8
REVISORES: LIA		
SUPERVISÃO: LIA		
CONCATENAÇÃO: GRAÇA		

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO
RICARDO RAFAEL FERRARI – Médico.

SUMÁRIO: Esclarecimentos sobre a morte do ex-Presidente João Goulart.

OBSERVAÇÕES
Há expressões ininteligíveis. Há oradores não identificados. Há intervenção inaudível. Há dúvida de tradução de palavras.

O SR. DEPUTADO AGNELO QUEIROZ – Gostaríamos que o senhor falasse um pouco sobre esse episódio, como foi chamado e como procedeu.

O SR. RICARDO RAFAEL FERRARI – Eu havia explicado ao Deputado Luis Carlos que sou médico, e meu interesse no Brasil...

Disseram que eu era médico pediatra. Fui Chefe do Serviço de Pediatria à serviço do Presidente da Sociedade Argentina de Pediatria da filial da Província de Corrientes, ou seja, da pequena sociedade de pediatria da minha Província, mas sou médico, e atendia, como continuo atendendo, não apenas crianças, mas também adultos. Foi por isso, certamente, que naquela noite...

Nunca me lembro a hora exata, mas era de noite, estava dormindo, deveria ser uma ou duas horas da manhã. Meu quarto era em cima, tocaram a campainha e me acordaram

dizendo que fosse com urgência, porque alguém estava morrendo. Disseram que o doutor estava morrendo. Eu não sabia quem era o doutor. Desci, pedi que esperassem um pouco para que me vestisse e os acompanhei. Nem sabia aonde ia. Era a vários quilômetros daqui. No caminho me disseram que o doutor era o Dr. Goulart, que estava muito mal. Não me explicaram muito porque a pessoa que foi me buscar também não sabia muito. Só lhe disseram para sair e procurar um médico. Quando cheguei, ele estava morto.

(Não identificado) – Já estava morto?

O SR. RICARDO RAFAEL FERRARI – Sim, seguramente morto já há algumas horas, porque, desde que o chofer saiu de lá, chegou na cidade, procurou um médico, não encontrava; até que conseguiu acordar um.

Quando o toquei, ele ainda não estava frio, mas já estava morto, com rigidez cadavérica. Estava morto. Examinei-o com os elementos que (*ininteligível*) e, bem, não havia nenhum sinal de vida.

À senhora que estava lá, a única pessoa que estava lá e que me disse ser a esposa, disse: "Senhora, seu marido está morto. Não sou cardiologista. Se a senhora quiser, vamos chamar um especialista de coração que possa dizer se ele morreu por algum problema cardíaco".

Ela me disse que ele era cardíaco, que estava sendo tratado por alguns médicos de Londres, que eles tinham um filho na Inglaterra. Eu lhe perguntei se ele tomava algum medicamento, e ela me trouxe um frasquinho, que estava em inglês, mas a fórmula era similar, igual à dos comprimidos que receitamos para dilatar as coronárias. De maneira que pensei que, sim, ele era um doente cardíaco.

Perguntei se ela queria que trouxesse um especialista do coração, a fim de que pudesse dizer de que seu marido morreu, pois sabia que era uma pessoa muito importante, que havia sido Presidente do Brasil. A senhora me respondeu: "Para que, se ele está morto? Com que objetivo trazer outro médico, se ele está morto?"

Depois conversamos, perguntei como aconteceu, e ela me disse que estava dormindo. Ele estava com a luz acesa, lendo alguma coisa. Ele estava lendo. Ela sentiu que a respiração dele se transformou, que fez mais ruído, não sei se seria um ronco, que a respiração se expandiu(?), ela acordou e, quando lhe falou, ele não respondeu. Ela gritou, o chofer saiu para me buscar, mas quando ele saia com o carro o seu marido estava morrendo e, num instante, estava morto. Quando cheguei, já fazia um tempo que seu marido estava morto.

Eu não conhecia Goulart. Nunca o havia visto, nunca falei com ele. Como dizia a este jovem, conheci-o de forma acidental e acabei aparecendo na história, mas nunca tratei com ele, nem conhecia a pessoa que dirigia o carro.

Depois de muitos anos, me disseram que quem dirigia o carro era esse Julio que foi buscar Carlos. Ele diz que era ele quem dirigia. Na época, me pareceu um rapaz muito jovem. Agora é um homem já entrado em anos. Conheci o Julio depois, porque trabalhava como pedreiro. Conheci muito o Julio depois disso, mas não naquele momento.

Bem, examinei o cadáver, pedi que me ajudassem a virá-lo porque, como era uma pessoa importante, queria ver se não havia sinais de violência. Não havia nenhum sinal de violência, nenhum ferimento, absolutamente nada. A posição em que ele estava correspondia a uma morte tranqüila por parada cardíaca. Não havia nada que me fizesse suspeitar que ele tivesse tomado uma substância tóxica, algum veneno. Não havia contraturas, não havia secreções na boca, não havia nada. Então, pensei que ele tivesse morrido de parada cardíaca.

Quando me levaram de volta, passei pela delegacia local, pela polícia, e deixei assentado que havia morrido um homem muito importante que havia sido Presidente do

Brasil. O senhor que estava de plantão na polícia não me entendia, não compreendia o que estava lhe dizendo. Certamente, não havia ouvido falar dessa pessoa tão importante que havia morrido. Então lhe expliquei que um presidente da República do Brasil havia morrido aqui, em sua estância, que avisasse as autoridades para que, se fosse o caso, mandassem fazer um exame, uma autópsia. Eu não queria ficar com a responsabilidade de ser o único a atestar essa morte.

O óbito foi assentado em um livro que não sei se alguma vez... Naquela época, era um livro da guarda(?) da polícia, onde fiz o assento do ocorrido. Pude ver quando o homem escrevia o que eu lhe ditava. Não sei se ele avisou alguém, mas o fato é que, mais tarde, me pediram que eu assinasse o atestado de óbito de João Goulart. Perguntei por que não veio um médico forense, um médico da polícia que o examinasse para saber se era ou não... (*ininteligível*) a esposa, que eu assinasse. E eu assinei dizendo que ele morreu de uma parada cardíaca.

Depois disseram que eu havia atestado que ele teria morrido de infarto. Eu não disse isso. Eu disse ter reconhecido o cadáver e que a causa provável da morte era parada cardíaca. A parada cardíaca pode ser causada por infarto, por choque num acidente.

Esse documento serviu para enterrá-lo, para passar pela fronteira. Não sei, mas certamente algum médico da Polícia Federal argentina leu o papel antes de deixá-lo passar e, certamente, algum médico do Brasil também, e todos autorizaram o enterro.

Continuo convencido de que ele era um doente cardíaco e teve uma parada cardíaca. Isso é o que penso e o que disse todas as vezes que me perguntaram. Estou convencido de que ele morreu do coração.

O SR. DEPUTADO AGNELO QUEIROZ – Na época, não havia médico forense na cidade?

O SR. RICARDO RAFAEL FERRARI – Veja, os médicos da polícia, como eram chamados aqui, não eram forenses. Eram médicos que às vezes vinham de Corrientes, a capital. Em Curuzu Cuatiá havia um médico forense (*ininteligível*) que às vezes vinha. Agora há, sim, um médico que fez o curso de Medicina Forense. Naquela época, não. Mas acho que deveria haver na fronteira, onde teriam que autorizar isso.

O SR. DEPUTADO AGNELO QUEIROZ – Como se chama em espanhol pijama, a roupa que o Dr. Goulart usava para dormir?

O SR. RICARDO RAFAEL FERRARI – Sim, a roupa de dormir.

O SR. DEPUTADO AGNELO QUEIROZ – Ele estava com roupa de dormir quando o senhor chegou na estância?

O SR. RICARDO RAFAEL FERRARI – Creio que sim, que ele estava com roupa de dormir. Não me lembro bem, mas creio que sim, que estava de pijamas, com roupa de dormir. Quantos anos fazem?

(Não identificado) – Vinte e quatro anos.

O SR. RICARDO RAFAEL FERRARI – Sim, 1976.

(Não identificado) – Dezembro de 1976.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO – Uma pergunta um pouco complicada, mas importante para nós: qual a reação da mulher, da esposa do Presidente? Muito agitada, calma, sensata, resolvendo as coisas? Como lhe pareceu a reação da esposa?

O SR. RICARDO RAFAEL FERRARI – Bem, tranqüila não estava, mas não estava chorando. Notava-se que estava triste, que estava preocupada. Não achei que estivesse desesperada, como às vezes acontece, mas estava muito preocupada e muito triste.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO – Abatida?

O SR. RICARDO RAFAEL FERRARI – Abatida, mas não estava chorando, como às vezes (*ininteligível.*)

Também não posso dizer que era a esposa. Ela me foi apresentada como a esposa. Depois soube que era, realmente, a esposa, mas naquele momento... Era uma senhora alta, mais ou menos de minha altura, uma senhora já de certa idade, não era uma moça jovem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – O senhor lembra...

O SR. RICARDO RAFAEL FERRARI – Nunca mais vi essa senhora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – O senhor se recorda se no quarto, no ambiente ao qual foi chamado para atender o doente, que já estava morto, havia alguma coisa que contrastava, diferente do que tinha acontecido? No ambiente havia alguma coisa diferente? O quarto tinha alguma coisa diferente, como se aquilo não estivesse de acordo?

O SR. RICARDO RAFAEL FERRARI – Bem, era um cômodo de dormir, um dormitório. Ele estava em uma cama de casal, e tudo me parecia em ordem. Parecia que era um dormitório correto, como, não sei... Entrava muito em dormitórios para atender doentes. Nem todos são iguais, mas são... Era um cômodo onde as pessoas dormiam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – O senhor disse que a mulher havia dito que ela dormia e ele lia.

O SR. RICARDO RAFAEL FERRARI – Sim, assim me foi dito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – Ele lia deitado, num sofá, numa cadeira onde começou a passar mal? Como o senhor disse, ela dormia e começou a ouvir gemidos. Quando ela foi dormir, ele estava lendo. E quando estava dormindo começou a ouvir gemidos, ele já estava passando mal. O senhor não...

O SR. RICARDO RAFAEL FERRARI - Segundo o que ela me disse, estavam os dois na cama: ele lendo, deitado, e ela dormindo ao lado dele.

Dela sim me lembro (*ininteligível*) roupa, lembro que ela estava vestida, ou seja, não estava com camisola de dormir. Certamente, se levantou e se vestiu. Agora, parece que ele sim estava de pijamas.

O senhor perguntou... Os dois estavam na mesma cama, deitados. Notava-se que, ao lado do homem morto, a cama estava desarrumada como se a senhora estivesse dormindo ao lado. Notava-se que ela havia estado deitada ali, mas na hora estava em pé.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Há um outro detalhe em relação ao tempo da morte de João Goulart. O senhor diz, mais ou menos, que estava morto há umas duas horas...

O SR. RICARDO RAFAEL FERRARI - Não sei quantas horas, mas entre o campo e aqui, se gasta uns trinta minutos, outros trinta para ir, mais trinta para percorrer a cidade procurando um médico; pelo menos uma hora e meia deveria ter-se passado. Não sei exatamente quanto tempo se gastou.

O que lembro é que, ao chegar, havia luzes acesas, porque eles tinham um (*ininteligível*) na estância, porque havia luzes no pátio e havia luz na casa, luz elétrica. Nessa época não havia cabos suspensos na estrada (*ininteligível.*) Sei que agora é (*ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO AGNELO QUEIROZ - O senhor (*ininteligível*) atestado se não assinar? Se o senhor não assina, não se pode enterrar.

O SR. RICARDO RAFAEL FERRARI - Alguém tem que assinar. Quem tem que assinar é um médico.

O SR. DEPUTADO AGNELO QUEIROZ - Sim. Mas, naquele momento, o senhor não poderia nem teria muitas condições de suspeitar de algo que pudesse... De um possível assassinato. Isso seria muito difícil naquele momento.

O SR. RICARDO RAFAEL FERRARI - Se eu poderia suspeitar (*ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO AGNELO QUEIROZ - Seria muito...

(Intervenção inaudível.)

O SR. RICARDO RAFAEL FERRARI - Claro. Antes de me encontrar com esse homem morto, sabendo que era um presidente da República e considerando o momento político vivido pelo Brasil e pela Argentina, me fizeram(?) suspeitar, tanto que o virei, revisei procurando alguma outra causa. Sei que poderia ser um assassinato, mas não encontrei nada suspeito.

Além do mais, minha experiência médica nessa época... Em 1976 já fazia doze anos que trabalhava como médico. Já havia passado por muitos casos, tanto em Rosario, onde trabalhei primeiro, como aqui. Tinha experiência para dizer se havia sinais de violência, e não encontrei nada. Entretanto, diante da dúvida, passei pela polícia, onde perguntei se não queriam avisar o comissário para que procurasse um médico forense para que ajudasse na determinação da causa. Ninguém pediu nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Se houvesse um assassinato, teria que ser algo muito sutil.

O SR. RICARDO RAFAEL FERRARI - Algo que passasse desapercebido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Muito desapercebido, como um veneno. Suposição, apenas uma suposição.

O SR. RICARDO RAFAEL FERRARI - Sim, mas que veneno?

Muitos venenos provocam... Como pode um veneno provocar a morte? Geralmente, alteram o cérebro, provocam convulsões, contraturas, secreções pela boca, e ele não tinha nenhuma. Há outros venenos mais lentos, que poderiam ter sido ingeridos um tempo antes, que poderiam provocar problemas no sangue, mas haveria hemorragias. Não se via nada. Isso é algo... Só se fosse algum veneno que eu não conheça e que possa provocar outro tipo de morte.

Passaram seis anos, aproximadamente, desse fato, a democracia voltou ao Brasil e à Argentina também. Seria por volta de 1980 quando alguns rapazes que vieram do Brasil me interrogaram, houve outros que vieram de Montevidéu para me fazer perguntas, e eu lhes disse que, se pensam que pode ser um veneno, a exumação do cadáver poderia revelar traços de algum veneno e assim se teria certeza. Parece que nunca exumaram o cadáver, que nunca fizeram qualquer análise. Não sei se hoje ainda existirão traços, mas creio que não.

Esse tema do veneno poderia ter sido investigado e poderia haver (*ininteligível.*) Não creio que tenha sido veneno. Creio e sustento que o coração falhou pelas preocupações, pela tensão que vivia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - O senhor se lembra de um frasco de remédio. Também havia um copo d'água.

O SR. RICARDO RAFAEL FERRARI – Não, não havia. Eu procurei, perguntei e não havia. O frasco de medicamento me foi trazido pela senhora quando lhe perguntei. Ele não estava sobre a mesa-de-cabeceira. Se ele tomou seus comprimidos, certamente o fez muito antes, não no momento em que se deitou. Pedi o frasco para saber que remédio tomava, mas não havia copo d'água nem xícara de café sobre a mesa-de-cabeceira. O frasco com o remédio que tomava me foi trazido por ela de outro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Dr. Ferrari, nós estamos muito agradecidos por nos ter recebido. Nossa missão, nosso trabalho é levar essa investigação até o fim. Sabemos que o senhor tem colaborado com suas informações, como fez hoje mais uma vez e com mais profundidade, o que não esperávamos, para que possamos levar esse trabalho adiante. Agradecemos muito. Posso falar até em nome da

Câmara dos Deputados do Brasil, da Comissão de Direitos Humanos, que investiga esse fato, e do povo brasileiro, que está ansioso para conhecer a verdade e fazer com que não só o Brasil e a Argentina, mas Uruguai, Paraguai, os países do MERCOSUL, possam voltar a trilhar o caminho da democracia verdadeira, onde o objetivo do governante...

(*Falha na gravação.*)

O SR. RICARDO RAFAEL FERRARI - ... morto, e logo depois disso comecei a admirá-lo pela forma como a maioria das pessoas me falavam dele e me interessei em saber quem era Goulart. Creio que ele fez algo muito importante pelo Brasil e oxalá os senhores, os mais jovens, possam continuar levando adiante um pouco do que ele fez.

Os países sul-americanos têm problemas gravíssimos, mas os senhores estão fazendo algo muito importante: desenvolver a inteligência dos jovens para usar as mãos. No caso da maioria de nós, e seguramente no dos senhores também, nos desenvolveram a inteligência para usar a língua, para falar, mas esses países necessitam que desenvolvamos a inteligência para usar as mãos. Isso creio que era o que Goulart queria: formar jovens nas cooperativas, nas associações de pessoas com pouco capital, para que, com suas mãos, pudessem fazer produtos para serem vendidos, competindo em qualidade e preço. Isso foi o que resgatei do que ouvi dizer(?).

Apareceram essas carreiras técnicas em Uruguaiana, por todo lado, que formam técnicos de diversas especialidades, técnicos agrícolas, técnicos em marcenaria(?) para produzir coisas que possam competir em qualidade e preço. Dessa maneira, no MERCOSUL, não podemos competir com vocês, porque têm qualidade e preço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Nós é que agradecemos. Muito obrigado.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART		
EVENTO: Diligência na Argentina	**N°: 000195/01**	**DATA: 29/03/01**
INÍCIO: 09:30	**TÉRMINO: 10:09**	**DURAÇÃO: 0:39**
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00:39	**PÁGINAS: 20**	**QUARTOS: 8**
REVISORES: LIA		
SUPERVISÃO: LIA		
CONCATENAÇÃO: LETÍCIA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

EVA DE LEÓN GIMENEZ

SUMÁRIO: Esclarecimentos sobre fatos ocorridos antes da morte do ex-Presidente João Goulart.

OBSERVAÇÕES

A reunião não se iniciou nem se encerrou de maneira formal.
Há expressões ininteligíveis.
Há oradores não identificados.
Não foi possível checar a grafia das seguintes palavras:
Rua Canin(?)
Parque Battle (?)
Positos (?)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – Esta é a Comissão que investiga a morte do Presidente João Goulart. Estamos aqui no Uruguai, em Montevidéu, na presença da Sra. Eva de León, que poderá nos ajudar a investigar, concluindo nossa viagem à Argentina e ao Uruguai.

Gostaria que a senhora pudesse lembrar-se mais ou menos do mês, de um mês antes até a morte do nosso Presidente, para que pudéssemos ter a sua visão dos fatos. Gostaríamos que a senhora falasse à vontade e o Deputado Luis Carlos Heinze e nós aqui, na medida da necessidade, vamo-lhes perguntar algumas coisas.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Só um mês? Vou lhes falar em espanhol, porque é melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – Sim. Pode ficar à vontade.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Nós, um mês antes, estivemos na Europa. O doutor costumava viajar à Europa para exames quase todos os anos, e nos últimos seis anos de sua vida o acompanhei algumas vezes. Justamente nesse ano, o acompanhei.

Fomos a Lyon, onde ele fazia seus **check-ups**, e a clínica disse que ele estava muito bem, isso levando em conta os problemas cardíacos que ele sempre teve. Eles mandaram que ele emagrecesse, e nos deram ali, um amigo circunstancial, uma dieta. Eu era muito magra, não precisava, mas ele começou a fazê-la. Nessa dieta havia muito colesterol, era a famosa dieta do Dr. Atkins, que é só gordura. Se pode comer toda a gordura que se queira, café com edulcorante, e se emagrece uma barbaridade. Essa era a dieta dos carboidratos sem proteína.

Bem, ele emagreceu bastante mas, obviamente, o colesterol disparou de uma maneira impressionante. Eu creio que essa foi a razão de sua morte, o ataque massivo a suas coronárias, e todas as suas coronárias estavam mal. Tanto é assim que, no dia 12 de outubro, no Hotel Columbia aqui perto, não sei se os senhores conhecem, que tem apenas pequena uma rampa e ele não pôde subir, subia com dificuldade essa rampa, e havia emagrecido uns dez quilos em um mês. Estava sensacional fisicamente.

Não sou médica para dizer se, realmente, isso acelerou o processo de sua doença. Creio que essa dieta aumenta o colesterol, qualquer um percebe isso. Hoje essa dieta está proibida.

Então, do meu ponto de vista, foi isso.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Foi em outubro que vocês estiveram na França?

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Não. Fomos à França em setembro. Não me lembro exatamente as datas.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Mais ou menos.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Ontem olhei o passaporte, e estou tão *(ininteligível)* que...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – No mês que aconteceu o problema...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Foi dia 6 de dezembro, de madrugada, às cinco da madrugada.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Percy nos passou a informação... Lembra de Percy, que trabalhava com ele...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Sim, lembro perfeitamente e lhe quero muito.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - ... lá em Taquarembó? Ele disse que o doutor havia estado num leilão de gado próximo de Maldonado ou Taquarembó, não sei, na quinta ou sexta-feira antes de viajar para a Argentina.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Pode ser.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – A senhora não estava com ele?

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Não sei por que não estava com ele.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Ele fala também que, quando programaram a ida para o Brasil... Ele diz que tinha um militar, um tal de Silveira, que havia dito que ele deveria se apresentar aqui, em Montevidéu, no Ministério do Interior; que essa foi a razão que o fez resolver ir para a Argentina; ou seja, naquela segunda-feira em que faleceu, ele teria que se ter apresentado no Ministério do Interior, mas tinha muita pressão, ele já estaria aborrecido e não queria ir lá, não queria vir depor aqui, em Montevidéu, e aí programou a ida para a Argentina. A senhora sabe alguma coisa a respeito, por que ele foi para a Argentina?

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Ele foi porque tinha seus compromissos. Dois dias ou um dia antes, ele me ligou quatro vezes para que eu fosse com ele. Não pude ir porque estava justamente inaugurando uma boutique e lhe disse que, por favor, fosse sem mim. Parece que foi com a Sra. Maria Teresa, que lhe pediu que a levasse, enfim... Não posso falar do que não ouvi nem do que não vi.

Bem, aí ele foi para Taquarembó, assim que pode perfeitamente ter ido à feira de gado, e dali foi para Corrientes, direto, creio. Tudo isso sempre entre aspas, porque não estava presente.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – O que o Percy nos passou...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Percy estava presente?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Sim.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – No leilão em Taquarembó?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Sim.

Lembra do peruano?

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Sim.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – O peruano teria pego o carro e ido a Mercedes, na fazenda, para dar uma olhada. Ele teria ido lá no sábado.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Desde Taquarembó?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Sim. Que ele foi do Uruguai até Mercedes.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – O peruano?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Sim. Essa foi a informação que Percy e o peruano nos deram, que ele foi de Taquarembó no domingo pela manhã.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Mas o peruano era muito menino!

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Diz que era ele que dirigia o carro.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Não sei se ele já tinha 18 anos para poder dirigir. Já teria?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Não sei, mas essa foi a informação do peruano e do Percy...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Pode ser.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – ... que o peruano teria ido para dar uma olhada, e foi na frente.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Pode ser porque às vezes *(ininteligível)*.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Quem insistia para falar com o Dr. Goulart, segundo o Percy e a Celeste, esposa dele... Dizem que Cláudio Braga havia ligado na sexta-feira e no sábado insistindo em falar com o doutor e que ele não quis falar com Cláudio Braga, aqui no Uruguai.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Possivelmente.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – No domingo pela manhã, eles combinaram a ida. Quem sabia da ida deles? A senhora sabia, porque ele ligou para convidar-lhe para ir junto.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Quem sabia éramos eu e quem mais? Não sei, as pessoas que estavam em torno dele.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – O Percy, a D. Maria, que estava junto...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Dizem que estava em Punta del Este. Não sei se estaria em Punta del Este ou aqui, em Montevidéu, mas...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - ... o peruano, o doutor e o piloto que os levou de avião de Taquarembó até Bella Unión. De Bella Unión, eles atravessaram de lancha até Monte Caseros, onde o peruano os estava esperando.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – O senhor disse que o piloto que foi... Como se chama?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Não me recordo o nome do piloto que os levou de Taquarembó para Bella Unión.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Rubem... Não, esse não pode.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Não me recordo o nome.

Bem, mas eles atravessaram e foram com o peruano de Monte Caseros até o Hotel Don Alejandro, em Paso de los Libres, onde estavam almoçando. Junto estava um menino, o Alfredo.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Sim, o Alfredito.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Então, estavam o Alfredo...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Alfredito sempre viajava com ele.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – ...o peruano, Maria Teresa e o Dr. Goulart.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Eles estavam no restaurante do hotel?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Do Hotel Don Alejandro.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – De onde se vê Uruguaiana?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Sim.

O Alfredo estava no carro e eles estavam almoçando no hotel, isso por volta de três, quatro horas da tarde. Dizem que Cláudio Braga passou duas, três vezes e que Alfredo teria ido falar com o Dr. Goulart, dizendo que o Cláudio estava passando por ali, se ele não queria falar com ele, porque haviam comentado que o Cláudio, na sexta e no sábado, havia ligado para falar algum assunto com ele. Mas ele não quis falar com o Cláudio.

Então, nos pareceu estranho, porque estavam ele e D. Maria, e o Cláudio já vinha atrás dele. Como o Cláudio ia saber que ele estava lá, em Paso de los Libres?

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Era muito fácil saber. Ele sabia. Localizar onde estava Jango era fácil. Para o entorno, para os que estavam perto dele, era fácil, e muito mais fácil para o Cláudio.

(Não identificado) – Por quê?

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Porque sim. Ele manejava algumas coisas do doutor.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – O Cláudio fazia alguns serviços para o doutor?

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Claro. Não vou... Tenho o direito de me reservar quanto aos serviços que ele fazia, mas ele os fazia.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Ele tinha um escritório aqui no Hotel Allambra, não? Não havia um escritório, onde Cláudio trabalhava?

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Ele trabalhava, mas não sei se tinha um escritório. Bem, deveria ter um escritório, como tem qualquer recepcionista de hotel.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Dali eles foram à fazenda, onde ele ia acertar um negócio de gado, conversou com um corretor de gado em Mercedes...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Não posso responder isso porque não falo... Olhos que não viram e ouvidos que não ouviram.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Mas essa situação do Silveira? A senhora sabe se havia recebido algum...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Era um coronel aqui, era uruguaio.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Era um militar uruguaio.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Claro, eu o conheço. É uma excelente pessoa. Não sei se ainda é vivo. Há muitos anos não o vejo. Ele é de Maldonado. Os senhores não conseguiram falar com ele?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não.

O doutor havia comentado...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Era muito... Esse senhor, o coronel, era amigo nosso. Não era nenhum inimigo...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim, eu sei.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - ... nem perseguia ninguém. Ademais, vivemos em plena ditadura uruguaia, e o doutor foi muito bem...

Adoro a liberdade e sou muito democrática, mas não nos perseguiram. Obviamente, estávamos sob vigilância, como acontece em uma ditadura militar, ainda mais no caso de um Presidente exilado, que tinha sido deposto pelos ianques. Obviamente, ele estava sob vigilância, mas perseguido nunca. Nunca nos perseguiram. Nunca ouvi comentários nem o vi, em momento algum, ser pressionado, nada. Nem João Vicente foi pressionado, nem eu fui pressionada. Quer dizer, se surgiu algum problema interno, foi familiar. O que posso dizer, isso sim, foi o que meus olhos viram e meus ouvidos ouviram.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O que sabemos é isso. O fato estranho é esse de o Cláudio o estar procurando e o Presidente Goulart não querer falar com ele. Quando telefonava para Taquarembó, quando procurou ele em Libres...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Às vezes o doutor tinha essas coisas. Ele tinha a liberdade de atender a quem quisesse.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Porque, depois do ocorrido, o Percy ficou representando João Vicente e o Cláudio ficou representando Denise e Maria Teresa.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Sim. Isso foi feito.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O pessoal também critica... Algumas pessoas, como o Rivero e outros, dizem que o Cláudio teria...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Mas o Rivero morreu.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não, o Vasquez, Enrique Foch Díaz.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Por Deus! Eu não conheço esse senhor. Ninguém o conhece. Esse é um que creio não merece ser chamado de senhor. Desculpem, sou muito sincera. Ele diz que me conhece, mas eu nunca o vi na vida.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Ele não tinha ligações com o doutor para escrever livro, para fazer alguma coisa...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Nenhuma. Inclusive ele se diz procurador. Isso não entra na cabeça de ninguém. E dizer as barbaridades que ele diz em seu livro, que guardava documentos embaixo do colchão.

Por favor, por respeito aos senhores, que são brasileiros, nenhum dos senhores pode permitir que se suje a memória de um estadista.

Para mim, Jango era um visionário. Ele foi duas vezes Vice-Presidente, uma vez Presidente, duas ou três vezes Ministro do Trabalho. Era um homem político. Ele não veio do nada assim, como acontece hoje, que qualquer um é político. Era um político de carreira. Ademais, seu mestre foi Getúlio Vargas. Acho que é completamente lamentável para sua memória que se tenha registrado em algum lugar as falsidades que diz esse homem.

Creio que por respeito aos senhores mesmos, por mais que não sejam... Vamos tirar a *(ininteligível)* que não sejam do mesmo partido de Jango, não podem permitir que um senhor dom ninguém faça o que ele está fazendo. Eu, como patriota, fico indignada com o fato de que sujem, depois de 25 anos... Ainda não são 25 anos. Agora são os 25 anos do golpe militar argentino. Em dezembro é que se completam 25 anos de sua morte.

Nem na Argentina sofremos pressão. O golpe militar ocorreu em março. Continuamos indo e vindo de lá como se nada, como se entrássemos em nossa própria casa em plena ditadura militar.

E mais, onde se liberou a *(ininteligível)* em Buenos Aires para... Como se diz quando se retira uma pessoa... Em Buenos Aires, o nome... Seqüestraram um político uruguaio, Michelini, que depois foi morto. Eu vivia ali, no hotel, e um ou dois andares acima pegaram Michelini. Eu estava presente.

Nem nessa ditadura, que foi mais brutal, digamos, mais acerba entre eles mesmos, nos perturbaram. Talvez não tenha dado tempo. Não digo que não o houvessem perturbado depois, mas até quando, desgraçadamente, ele faleceu, não houve nenhum problema.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Evidentemente, devido ao ambiente da época, ele teria que tomar alguns cuidados por ser um exilado político.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Óbvio.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Muito bem. Pelo seu depoimento, percebe-se que, em sua opinião pessoal, não haveria nenhuma morte que não fosse natural.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Exatamente.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - A senhora percebeu alguma coisa que achasse estranha depois da morte dele, algum comentário, alguma coisa que lhe chamasse a atenção, algo estranho...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Imediatamente começam as especulações. Sempre que morre uma pessoa de renome, importante...

Dou graças aos céus porque Deus cuidou de mim e não estava presente. Primeiro porque, emocionalmente, seria terrível. Eu tinha 23 anos. Teria sido horrível para mim, emocionalmente. Segundo, os escândalos em que estaria envolvida no Uruguai. Imaginem: a amante etc.! Se hoje falam assim de Eva Perón, imaginem o que não falariam de uma menina como eu.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Qual sua idade na época?

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Tinha 23 anos. Em 24 de maio, faria 24. Faltava muito pouco para os 24, mas faltava.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E sobre o relacionamento que ele tinha com D. Maria? Parece que às vezes estavam bem, às vezes estavam mal.

Eu sou de São Borja. Em São Borja falava-se muito dela. Sabíamos que às vezes eles estavam numa boa, às vezes estavam meio partidos, que os dois não viviam bem.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Eles não viviam juntos.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não estavam vivendo juntos?

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Não. Desde que conheci o doutor eles não viviam juntos. Isso não significa que ele não visitasse seus filhos e que seus filhos fossem lá. Inclusive ela ia à estância de Maldonado, no caminho de Maldonado a San Carlos, no quilômetro 9, se não me engano.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Ela morava...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Na rua Canin(?), no Parque Battle(?). Essa foi a última residência que teve aqui.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Ela tinha uma casa, um apartamento...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Uma casa.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Que era onde ela morava com a Denise e com o João Vicente. Mas eles estavam estudando na Inglaterra, não?

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Não, não.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não estavam?

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Depois que João Vicente se casou, mais ou menos em abril de 1976, ele foi para a Inglaterra.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Então ele estava morando aqui, porque a esposa do Vicente é uruguaia, a primeira esposa.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Sim, de Punta del Este.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Então eles moravam aqui com Maria Teresa.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Vicente, não a esposa.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Nunca moraram juntas a esposa e Maria Teresa.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim, sei.

Então, quer dizer que o doutor já não vivia com ela. Ele vivia na Argentina, aqui no Uruguai nas fazendas ou vinha a Montevidéu, mas pouca relação tinha com Maria Teresa.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Como marido e mulher, sim.

Creio que, como pessoas, se tratavam bem. Além do mais, era a mãe de seus filhos. Era um relacionamento completamente normal, como todas as pessoas separadas devem ter, civilizado.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E a senhora sabe se ela ia seguidamente com ele para a fazenda em Mercedes?

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Ela não ia nunca. Ela não gostava do campo.

Eu gosto do campo mas, nessa época, também não era muito adepta. Quando tive que ficar uma semana em Taquarembó, olhando as estrelas e contando as ovelhinhas... Claro, às vezes o campo é enfadonho. *(Ininteligível)* como louca, mas depois me aborrecia.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - A senhora não achou estranho ela ter ido junto com ele, já que...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Não, porque, pelo que entendi, ela pediu que ele a levasse a Buenos Aires, já que depois ele ia passar por Buenos Aires.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Como?

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Ela estava vivendo em Buenos Aires.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Ela?

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Claro, num apartamento que ele havia comprado para ela em Buenos Aires, na Calle Posadas, se bem recordo. Bom, imagino que não havia problema, que ele a levaria...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Certo. Porque achamos também...

Julio Vieira comentava conosco que naquela noite eles ficaram até tarde da noite...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Quem era Julio Vieira?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Julio era o encarregado, um uruguaio daqui, de Taquarembó, que o doutor levou para cuidar da fazenda La Villa.

O que nos chamou a atenção — e ontem até falamos com ele de novo — é que eles ficaram até meia-noite, ou depois disso, conversando sobre um serviço que iam fazer no

outro dia. Iam olhar um gado, colocar num remate que queriam fazer, e o doutor pediu para ele dormir próximo do seu quarto, como que pressentindo alguma coisa, havia alguma coisa estranha. O Julio nos disse que nunca foi costume dele. Ele foi dormir no seu quarto, com D. Maria, e queria que ele dormisse numa área próxima do quarto.

Não lhe parece uma coisa estranha? Ele pediria que alguém dormisse com ele, próximo dele? Ele teria medo de alguma coisa?

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Não.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Ou algum pressentimento, alguma coisa que pudesse...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Obviamente, não sei o que passaria por sua cabeça. Às vezes alguém, por uma intuição, mas... É válida a intuição, eu acho, não sei, mas ele não tinha medo de nada. Nunca quis...

Quando chegamos à Argentina assumiu Perón *(ininteligível).*

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Antes do Perón?

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Antes de Perón, o que...

(Não identificado) - Alfonsín?

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Não.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Alfonsín foi depois.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Bem, não importa. Perón assumiu e colocaram à nossa disposição carros com seguranças, motos etc.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Tudo à disposição.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - E ele estava muito mal. Ele se sentia muito mal com isso, e mandou retirar tudo.

Então, o Presidente Perón lhe dizia não, que se acontecesse algo com ele, a responsabilidade... Isso era óbvio, um Presidente (*ininteligível*) mas ele conseguiu, e isso quer dizer que não tinha medo de nada. Não ia ter medo dentro de sua casa. Parece ilógico, não sei.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - É que lhe fizeram um chá naquela noite e, segundo o Julio, ele tomou o chá e depois foi dormir.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Fizeram o quê?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Um chá.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Ah, sim, ele tomava um chá de alface, porque achava que lhe dava sono. (*Risos*.)

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Disse que ele teria ido dormir, parece que teria lido um livro...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Maria Teresa, pelas onze e meia, teria ido para o quarto dormir e ele foi um pouco mais tarde. Isso foi o que Julio nos disse.

Ontem, estivemos na casa onde ele faleceu.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - E em que cômodo disseram que ele faleceu?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - No quarto.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Dele mesmo? Do fundo? Então, por que dizem que Maria Teresa queria que ele dormisse em outro lugar?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Como?

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Como é isso que dizem que queriam dormir em outro lugar? Quem disse que queria que ele dormisse em outro lugar?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não, ele pediu para o Julio... Ele foi para o seu quarto dormir, onde já estava D. Maria, e pediu que o Julio dormisse na área em vez de dormir no seu próprio quarto. O Julio tinha um quarto onde dormia, lá em cima.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Ah, sim. Não era dentro...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Aí, ele pediu que ele dormisse próximo. Quem sabe foi uma intuição. Tinha uma área... Como se chama, "corredor"?

(Não identificado) - *(Ininteligível.)*

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Sim, havia sim.

(Não identificado) - *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim, perto dele. Foi isso que ele havia pedido.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Não sei. Não posso responder porque...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - A senhora acha estranho D. Maria ter acertado logo depois, ter nomeado Cláudio como seu procurador?

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Acho que eles eram amigos, ou seja, ela tinha confiança nele. Cada qual se acomoda com o que mais convém em certos momentos. Todos sabemos das misérias humanas.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Porque o Cláudio não tinha uma vida boa. Parece que melhorou de vida depois que foi procurador, depois que...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Cláudio era... No Hotel Allambra, recebia as pessoas. Como se chama quem recebe as pessoas no hotel?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Recepcionista.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Recepcionista. Não sei se tinha algumas ações. Bem, depois, acho que ele vivia bem porque o doutor devia lhe pagar bem.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Era o doutor que pagava ele?

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Não sei.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Acho que ninguém ia trabalhar nem fazer nada de graça, muito menos certas pessoas, mas...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Está bem. Acho que... Isso nos ajuda. Todas as informações que pudermos...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Ah, por favor, eu digo... O senhor veja que me faz mal, me emociona recordar tudo isso, e lhe peço desculpas se o tratei um pouco mal por telefone, mas o senhor percebe que não se pode falar certas coisas por telefone. Nunca se sabe quem está do outro lado e muito menos quem está entre as linhas. (*Risos.*) Há certas coisas que se deve viver para aprender.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O que estamos buscando é isso, e esse caso...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Por favor, esse senhor, esse Díaz, não foi procurador. O único que ele quer é lucrar com...

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Há um processo que foi iniciado por ele em Curuzu Cuatiá (*ininteligível*).

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Por Deus, é uma mentira! Tudo o que ele diz é mentira, tudo.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E nunca a senhora ouviu, por exemplo, do Dr. Goulart... A senhora disse que tanto na Argentina como no Uruguai essa pressão dos militares ou desses grupos terroristas... Alguma vez ele falou numa operação chamada Condor?

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Operação Condor *(ininteligível).*

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Nunca. Não falávamos de política nunca. Eu escutava quando ele se reunia com políticos na Europa, como Darcy Ribeiro, Celso Furtado... Era muita gente. Eu achava interessante, escutava e aprendia, mas depois me chateava.

Não se esqueçam de que eu tinha vinte anos. Eu achava melhor sair às compras do que escutar as conversas dele. Se hoje não me importo com a política, imaginem se... Quer dizer, me importo na medida em que me afeta o bolso, mas não nessa época.

Gostava muito de escutar, de aprender. Como ele não tinha seus filhos... Sou mais velha que João Vicente três anos. Então, como ele não tinha, como todo pai gosta... Hoje sou mãe, tenho filhas de vinte anos *(ininteligível).* Creio que, como todo pai, ele queria transmitir a seus filhos a riqueza de suas experiências, que valia muito, e como não tinha Vicente, tinha a mim, eu ocupava seu lugar, e ele me falava, falava e falava. Isso me encantava. Como eu não tinha pai, para mim ele substituiu tudo, foi tudo. Eu o conheci com 17 anos.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Então, nesse período de 17 a 23 anos, nunca houve pressão dos militares ou de alguém mais?

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Isso não quer dizer que não estivéssemos sendo vigiados. Seria uma bobagem pensar que um exilado político de um golpe militar não estivesse sendo vigiado.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Ele falava alguma coisa no sentido de estar-se preparando para voltar ao Brasil?

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Sim. Além do mais, ele tinha umas saudades, como os senhores dizem. O sofrimento dele no exílio era terrível. Bastava ver quando íamos a Paso de los Libres, de onde se vê Uruguaiana, ele olhando a ponte, se observava essa nostalgia. Era a nostalgia do exilado. Era espantoso. Eu não gostava muito de ir a Paso de los Libres por essa simples razão, ver o quanto ele... E ele tinha muita ilusão guardada, como todos teríamos em uma situação semelhante.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Percy disse que havia ido, em agosto daquele ano, conversar com o pessoal da Polícia Federal do Brasil e já estavam armando a volta dele, que o Coronel Azambuja, um que tinha trabalhado com ele em Brasília...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Ah, sim. Conheço o Coronel Azambuja.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - ...já havia feito um contato para o seu retorno. Pediram a ele que esperasse as eleições no Brasil para depois voltar. Ele estava arrumando as coisas...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Estava, estava.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Ele iria, ainda no final do ano... Não estava programado ele ir à Inglaterra com Vicente, em dezembro?

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ – Não, o menino de Vicente, porque em 1976 nasceu seu neto.

Bem, havia muitos planos de retorno, muitos, muitos. Tanto é assim que se reaproximou de Brizola e tudo. Em setembro, um dia antes de partir para a Europa, depois de todos os anos que estiveram no exílio, jamais se falaram e ali se reaproximaram, com Brizola.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim, isso o Percy também nos contou, que tiveram uma reunião...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Uma reunião...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - ... no apartamento com D. Neusa...

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - No apartamento em Positos(?), em frente ao Pan-americano, onde vivia. Esse foi o dia em que se viram e não sei se na volta... Acho que não houve nenhuma outra reunião.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Bem...

O SR. DEPUTADO DE VELASCO – Muito obrigado. A senhora foi muito amável.

A SRA. EVA DE LEÓN GIMENEZ - Foi um prazer.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART		
EVENTO: Diligência na Argentina	N°: 000193/01	DATA: 29/03/01
INÍCIO: 9h30min	TÉRMINO: 10h42min	DURAÇÃO: 1h12min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h13min	PÁGINAS: 28	QUARTOS: 16
REVISORES: LIA		
SUPERVISÃO: LIA		
CONCATENAÇÃO: ESTELA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ -

SUMÁRIO: Esclarecimento sobre a morte do ex-Presidente João Goulart.

OBSERVAÇÕES

Há expressões ininteligíveis.
Há oradores não identificados.
Há dúvida na tradução de palavras.
Pérez Caldas
Christie
Ubilla
Cristhie
Cohen
Peroggia
Roseras
Goularte
Domingo Montelli
Fiolermondo
Silveira
Julio Vieira
Martín Abel
Jack
Esteve
Enrique Piquet
Florimondo
Editoral Garta
Valádio

Soares
Castilho
Calle Jauri
Corvo
Não foi possível confirmar a grafia dos nomes acima citados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – Somos da Comissão que investiga a morte de João Goulart e estamos hoje no Uruguai, na presença do Sr. Enrique Foch Díaz Vasquez, que certamente vai colaborar com esta Comissão. S.Sa. aceitou o convite de livre e espontânea vontade e vai colaborar para que possamos caminhar no esclarecimento da morte desse grande brasileiro, desse grande americano que foi o nosso Presidente João Goulart.

Gostaria que V.Sa. pudesse fazer a exposição dos fatos e, na medida da necessidade, vamos interrompê-lo para perguntar ou, após sua exposição, faremos perguntas para que possamos chegar aos esclarecimentos.

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – Conheci o Dr. Goulart quando lhe vendi o campo "El Milagro", em Punta del Este, em 1966, e desenvolvemos uma grande amizade com o correr dos anos.

Quando veio o golpe de Estado, o golpe militar... Estive por sete anos no Exército, tinha relação com todos os chefes, os responsáveis pelo golpe, e diria que o Exército nunca incomodou o Dr. Goulart. Posso lhes mostrar um caso concreto. O Dr. Goulart, naquele momento, tinha cinco aviões. A pedido do Governo Militar brasileiro, teve que vender quatro porque consideravam que era muito ter cinco aviões. Assim que, nesse sentido, o nosso Governo Militar considerou um pouco, levando em conta os pedidos do Governo Militar brasileiro, mas o Dr. Goulart nunca foi incomodado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – Nunca foi...?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – Molestado, nunca foi incomodado.

Vou citar outros casos concretos. O primeiro piloto civil uruguaio que prestou serviços ao doutor se chamava Gonzalez. Esteve preso por pertencer(?) aos Tupamaros, e não lhe incomodaram. O segundo piloto, Ruben Rivero, meu amigo... Não sei se os senhores querem que conte exatamente o que aconteceu na intervenção(?). O segundo piloto, Rivero, como lhes disse, foi o que levou Che Guevara ao Paraguai e transportou chefes Tupamaros em duas oportunidades em um avião bimotor. Os Tupamaros tinham dado o dinheiro a Ruben Rivero, que era amigo íntimo do doutor, e ele ignorava isso.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Era amigo íntimo do doutor?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – Era homem de grande confiança do doutor. Para o doutor, a prisão de Ruben Rivero foi uma grande dor. Rivero, em um certo sentido, agiu mal, porque nunca disse ao doutor que ele era isso, o doutor ignorava esse fato.

Como os senhores compreenderão, para o Exército foi uma grande apreensão, um grande triunfo prender Ruben Rivero, mas não o incomodaram. Eu intervim. Falei com o Tenente-General Pérez Caldas(?), que era meu amigo, Comandante Chefe da Força Aérea, à uma da manhã, e ao doutor sequer telefonaram. O doutor não foi incomodado.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE – Quando prenderam Rivero?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Quando prenderam Rivero, nem depois. Quando seu filho, Vicente Goulart, que tinha quinze ou dezesseis anos, foi detido junto com outros estudantes por problemas com drogas no Batalhão de Engenharia em Maldonado, Punta del Este, intervim junto ao Gen. Christie(?) e colocamos os rapazes em liberdade. Ainda nesse caso, sabendo que a droga havia entrado através de elementos que rodeavam o Dr. Goulart, ele nunca foi incomodado. Em alguma medida, sua relação comigo garantia isso, por que, de todos os chefes que (*ininteligível*) como o General Ubilla(?), o Gen. Cristhie(?), como (?), comandante-em-chefe, todos eles eu conheci, eram amigos meus. Eu colaborei com o Exército em muitas coisas.

Vou lhes dizer uma das coisas que o Uruguai, neste momento, deve a João Goulart. João Goulart me pergunta um dia, em 1972: "Como é possível que o Uruguai não plante soja?" Ele nos conta a história da soja no Brasil, dizendo que os Estados Unidos começaram a plantar soja em 1904, e o Brasil... Em 1914, os Estados Unidos começam a plantar soja e o Brasil começou a plantar em 1918. Nos ano de 1950, a exportação de soja ultrapassa pela primeira vez a do café, que fica em segundo lugar. Estávamos em 1972. A soja chegava aos limites do Uruguai e aqui não se plantava soja. Ele nos disse que, se quiséssemos, (*ininteligível*) aos milicos, seus amigos milicos, que poderia trazer um técnico de Porto Alegre para dar uma conferência. Falo com o General Pérez Caldas(?), que me diz ótimo, que se traga o técnico. O doutor não quis ir, e fui eu com o técnico. Foi feita essa conferência em (*ininteligível*) e ele foi aplaudido de pé. Pérez Caldas(?) me pergunta: o que fazer agora? Digo que os créditos já teriam que ser liberados para que... Ele me manda falar com Cohen(?), que era o Ministro do Planejamento, e no outro dia, pelo Banco de La República, saem os créditos para o plantio de soja. O Uruguai deve a Goulart essa grande aquisição, que foi o conhecimento de plantar soja. O Uruguai nunca incomodou o Dr. Goulart. Se os senhores têm algum caso concreto, se há algum detalhe que os façam considerar que não foi assim, me digam.

Bom, o assunto de Goulart não é esse; o assunto é a traição de seus agregados, os grandes traidores, como o engenheiro Ivo Magalhães e Cláudio Braga, traidores e ladrões. Tenho toda a documentação. Por isso, quando falamos de tempo, não sei se em uma ou duas horas poderíamos atualizar totalmente o que estou dizendo.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO – Traidores e?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – Traidores de seu amigo e protetor, que lhes salvou da miséria...

O SR. DEPUTADO DE VELASCO – Os dois?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – Os dois, Ivo Magalhães e Cláudio Braga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – Quer dizer que Ivo Magalhães e Cláudio Braga, antes de conhecerem o Presidente João Goulart, viviam na miséria?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – Sim, senhor, isso está documentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – E hoje?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – Hoje são milionários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – Os dois?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – De Cláudio Braga não sei tanto, mas quanto Ivo Magalhães, sua casa aqui perto, em Carrasco, Montevidéu, vale 700 mil dólares. Essa é uma de suas casas, porque se separou de sua mulher e ela levou não sei quanto dinheiro. Sei onde ele mora, tudo o que os senhores quiserem.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO – E o hotel que ele comprou antes disso tudo, o Hotel Allambra?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – A história é esta. Quando o doutor chega exilado no Uruguai, aparecem Cláudio Braga e Ivo Magalhães. Ivo Magalhães, os senhores sabem, foi Governador de Brasília, e Cláudio Braga Deputado por Pernambuco. Não sei se o doutor comprou ou arrendou o Hotel Allambra e o deixa ao encargo dos dois.

(Não identificado) – (*ininteligível.*) ...sócio uruguaio...

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – Tinha um sócio uruguaio, Peroggia(?).

Então, era dessa forma que ele sobrevivia.

O doutor ajudava Ivo Magalhães porque ele foi seu secretário com poderes totais. O doutor tinha o mau costume de dar poderes a qualquer um. Comprava isso, ou comprava em nome de fulano(?)... Dessa forma eles sobreviviam, com esse apoio que lhes deu o doutor.

No Allambra, o doutor começou a fazer muitos negócios. Era uma época de inflação, uma época em que também fiz muitos negócios. O negócio que fiz com João Goulart foi o seguinte: comprei a estância El Milagro por 6 milhões de pesos uruguaios e, noventa dias depois, a vendi a João Goulart por 18 milhões de pesos uruguaios. Tudo o que eu havia posto foi um milhão (*ininteligível*) boleto. O maior feito(?) da minha vida o fiz com João Goulart. Isso está documentado junto ao escrivão público, mas lhes conto isso porque vamos nos desnudar para falar desse problema. Não sei se entendem o que quero dizer.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Por que o Sr. Ivo Magalhães disse que o senhor nunca se avistou com Jango?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – Nunca...

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Se avistou com ele, que não o conhecia.

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – Um momento. Conheci o Dr. Goulart quando ele me foi apresentado para comprar o campo.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - O Sr. Magalhães disse que, em toda sua vida, o senhor nunca se avistou com João Goulart, que nunca o conheceu.

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – Que não conhecia o Dr. Goulart? Não sei quantas testemunhas os senhores querem...

O SR. DEPUTADO DE VELASCO – Não, não há necessidade.

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – Eu vivia na estância de João Goulart. Quando fui operado de apendicite... Isso fora as testemunhas que tenho. Quando fui operado de apendicite em janeiro(?), o doutor mandou seu avião com um piloto uruguaio...

Ele tinha vários pilotos: Ruben Rivero, que, quando foi preso, foi substituído por Ulrich e, depois de Ulrich, por um que havia sido meu piloto, Perossio.

Minha relação... Minhas testemunhas, se os senhores quiserem, a primeira é Maria Teresa Fontela Goulart.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO – (*ininteligível.*)... testemunhas.

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – Sim, testemunhas. Maria Teresa Fontela Goulart; Vicente, o filho; a mulher de Vicente, que agora se divorciou dele; Percy Penalvo... Os senhores conhecem Percy Penalvo? Comprei de Percy Penalvo o terminal(?) Roseras (?) em (*ininteligível*) que era a estância do Dr. Goulart. Eu estava, nesse sentido, permanentemente em contato com o doutor. Como pode Ivo Magalhães dizer... Está mentindo.

Quando ele ia a Buenos Aires, ficava no Hotel Liberty — naquela época eu vivia em Buenos Aires e ia tomar café com ele no hotel. Minha relação com ele foi muito estreita, muito estreita. Ele me chamava quando havia problemas, como a intervenção que fiz quando Ruben Rivero foi detido. Eu liguei para seu apartamento e ele estava profundamente preocupado. O doutor, na verdade, tinha seu exílio, seu direito de se exilar aqui.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO – Com relação a Eva de León, o senhor a conheceu?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – Tenho o telefone de Eva de León, falei com ela outro dia, quando um dos senhores me chamou...

O SR. DEPUTADO DE VELASCO – Ela também disse que o senhor não conhecia o Presidente.

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – A Sra. Presidenta?

O SR. DEPUTADO DE VELASCO – Não, o Sr. Presidente. Ela nos disse que o senhor não conhecia o Dr. Goulart, que não tinha nenhuma intimidade com ele e coisas...

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – As provas... Testemunhas de que era amigo de Goulart são todos os pilotos. Ruben Rivero está morto, o mataram, mas toda a família pode testemunhar. Há o filho de Ruben Rivero, também Ruben Rivero, conhecido como Chico. Chico trabalhava no Hotel Allambra como porteiro e ajudava Ivo Magalhães e Cláudio Braga, que eram sócios, na contabilidade.

Chico está na Alemanha, e lhes dou seu telefone. Se os senhores quiserem falar com ele por telefone, Chico vai lhes dizer que já começaram a roubar no Allambra, modificando o preço de compra e venda de artigos de que necessitava o Dr. Goulart.

Se puderem manejar com testemunhas, terão todas as que quiserem. Então, uma das testemunhas é Ruben Rivero Filho, que trabalhou no Allambra; o sócio, Peroggia(?); Ivo Magalhães e Cláudio Braga. Não sei se Peroggia(?) estava na coisa, mas ele tinha uma relação assim com o doutor. Os outros eram dependentes dele, e ali já começaram a roubar o Dr. Goulart.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO – Qual o conhecimento do senhor com relação a Eva de León?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – Eva de León eu quase não conheci. Devo tê-la visto... Ela era a mulher do turno, naquele momento. Entendem o que seja mulher do turno?

(Não identificado) – Como, mulher do turno?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – Nesse momento (*ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – Era a mulher de momento, mulher de momento.

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – Momento, sim.

Ele gostava muito de Eva, essa é a realidade. Querem que lhes conte como foi o assunto...

Eva de León brigou com o doutor porque ele havia lhe prometido um automóvel. Isso está no livro. Então, como no dia em que esperava o automóvel, ele não chegou, brigou como o doutor e veio para Montevidéu.

O doutor tinha que fazer uma viagem à estância no outro dia, o esperou em Montevidéu(?). Nesse momento chega Maria Teresa e lhe pergunta se quer que ela o acompanhe. Foi sua última viagem. Estou lhes falando do dia 4 de dezembro de 1976, entre onze da manhã e meio-dia, quando saem para Taquarembó, e D. Maria Teresa veio se oferecer para acompanhá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - O senhor tinha conhecimento do estado crítico de saúde do Presidente Goulart em termos de coração, do exame feito na França, do medicamento que tomava? Era grave o estado do Presidente? Ele corria o risco de sofrer um infarto, de uma parada cardíaca, ou só tinha um pequeno problema no coração que vinha tratando com facilidade?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Os senhores veêm ali um relatório do médico de várias páginas.

Eu conhecia perfeitamente o estado de saúde do Dr. Goulart. O Dr. Goulart havia deixado de tomar uísque, se cuidava (*ininteligível*) fumava, e era um homem de extraordinária fortaleza física. Digo o seguinte: se o Dr. Goulart morreu do coração, de um infarto normal, não há nenhuma explicação para os fatos ocorridos antes, durante e depois de sua morte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - O senhor acredita que a Operação Condor foi a responsável pela morte de João Goulart?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Os senhores tiverem dois Presidentes e um candidato à Presidência que morreram em seis meses: Kubitschek, Goulart e Lacerda. Os três morreram num período de seis meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Com isso o senhor quer dizer que essas três mortes estão ligadas à Operação Condor?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Sim. Na verdade, são sete mortes: Kubitschek, Lacerda e Goulart; depois morrem Ruben Rivero; Tito, o homem que mais sabia sobre a família Goulart, Fiolermondo Goularte(?), ou Tito, que era o cozinheiro; depois Domingo Montelli(?), o diplomata que tratava com o Governo Militar sobre o regresso do Dr. Goulart ao Brasil. Todos eles têm um denominador comum: morreram do coração.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Todos de parada cardíaca?

(Não identificado) - Falta o sétimo (*ininteligível.*)

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - E Fiolermondo(?)... Falei em Tito? Ruben Rivero, Montelli(?), Tito, Goulart, Lacerda... Bem, Kubitschek foi um acidente com caminhão.

Vou dizer o seguinte: a diferença da Operação Condor com referência às vítimas brasileiras é que as mortes foram muito bem-feitas. Se os senhores não fizessem as investigações agora, nunca se saberia nada do que aconteceu.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Passaram-se muitos anos, mas, na sua opinião, o senhor pensa que ele pode ter sido envenenado? Fala-se, inclusive, no gás sarin, muito usado naquela época, sendo que uma das conseqüências da sua utilização seria parada cardíaca. O senhor acha que pode haver alguma ligação com a morte de João Goulart?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Total.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - O senhor suspeita de alguma coisa? Por quê?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Vou lhe explicar. No livro está o relatório do médico uruguaio, onde se diz que os medicamentos que tomam os doentes do coração têm que ser estritamente receitados. Quer dizer, os senhores podem tomar vinte aspirinas e não lhes acontece nada, mas se um doente do coração toma uma superdose, isso pode lhe causar a morte ou graves lesões. Está claro?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O senhor disse que o doutor teve um probleminha com Eva de León na semana em que ele foi para Mercedes. Temos a

informação de que ele estaria indo para Mercedes, que haveria um militar aqui, Silveira(?)...

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Sim, Tenente Silveira(?).

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - ... que disse que ele teria que ir ao Ministério do Interior na próxima semana. Para não ir ao Ministério, ele teria programado a viagem para a Argentina.

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - É certo.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Dessa viagem à Argentina, poucos sabiam. Ele combinou com o Percy, acertou a viagem com o peruano, o rapaz que o levou...

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Sim, o peruano e o Pérez Pérez. Pérez Pérez está em Maldonado, e eu ia trazê-lo agora.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Quem é Pérez Pérez? É Alfredo Pérez?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Alfredo Pérez. Carlos Alfredo Pérez Pérez. É o que está no livro, que denuncia o fato de que Cláudio Braga chega na estância às cinco horas da manhã, vai ver o cadáver, que está sozinho, se volta, abre a pasta e coloca os dólares no bolso. Nesse momento Pérez Pérez está lavando o banheiro e vê quando... Aí está a denúncia assinada por Pérez Pérez. Há vinte anos ele assinou essa denúncia. Agora ele está em Maldonado, e eu ia trazê-lo hoje, mas...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Então, ele tinha tido esse problema com a Eva, que queria um carro; ele a convidou para ir com ele, e ela não foi. Aí aparece Maria Teresa...

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Aí aparece Maria Teresa, que se convida, pergunta se ele quer que ela o acompanhe.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E vai com ele?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Aí foram a Taquarembó?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Foram a Taquarembó.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Temos informações de que, na sexta-feira e no sábado, Cláudio Braga ligava para Percy, ligava para a mulher do Percy, Celeste, querendo falar com o doutor, e que o doutor não queria conversa com ele. Então, praticamente, quem sabia que ele iria para Mercedes eram Maria Teresa, Percy, o peruano, que foi de carro...

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - De carro, sim. O peruano e Pérez Pérez saíram de carro e esperaram o doutor em Monte Caseros, em frente a Bella Unión, onde o doutor desceu com o avião. Ele cruzou o rio de lancha e o estavam esperando em Monte Caseros Pérez Pérez e o peruano.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Como Cláudio Braga, segundo Pérez Pérez, quando ele estava... De Monte Caseros ele foi para Libres.

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Estava almoçando no hotel com Alejandro, quando, às três ou quatro horas da tarde de domingo, passa...

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Sim, passa Cláudio Braga, o encara e vai embora.

Sabem por que ele fez isso? Porque não queria estar na estância La Villa quando o doutor morresse. Ele chegou depois da morte do doutor, quando lhe avisaram que o doutor havia morrido. Como ele estava implicado na morte do doutor, como Cláudio Braga e Ivo

Magalhães estavam implicados na morte do doutor, ele não queria estar na estância La Villa no momento em que ele morresse. Ele chegou depois da morte do doutor.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Chegou na manhã do outro dia?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Ele chegou às cinco ou seis da manhã. Há diferenças nas declarações que colhi com respeito à hora.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Quando Alfredo foi falar com o doutor, ele disse: "Olha, o Cláudio Braga está passando aí na frente. Quer falar com ele?"

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Isso foi o que disse o peruano.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Que não queria...

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – Sei mais sobre Goulart do que sobre minha vida. Com isso lhe digo tudo.

Duas coisas são muito importantes. Não sei quem disse que eu havia dito que... *(Falha na gravação.*)

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - ... desses tempos. Nós falamos, fomos com Marta Viale e Juka Sheppard... Marta Viale é a jornalista do **El País**.

Este é o primeiro livro, que tem vinte anos. Ele foi inscrito na Biblioteca Nacional, e deste livro saiu este outro, e vou lhes explicar por quê.

Quando nós, com Marta Viale... Eu procurava uma pessoa que escrevesse o livro, e Marta Viale disse que sim, que ela o escreveria. Então, com ela fizemos uma viagem à província de Corrientes, à estância La Villa. Chegando a Mercedes, a polícia nos prendeu a todos. Depois de várias horas, nos soltaram e disseram que tínhamos que sair da cidade(?). Procuramos a estância, achamos e ali gravamos todas as conversas. O doutor vimos em Mercedes, na província de Corrientes, e gravamos as declarações. Aí estão as declarações.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Declaração de quem? Do Dr. Goulart?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Como?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Declaração de quem... Ah, do Dr. Ferrari.

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Do Dr. Ferrari. Aí temos a declaração de Ferrari, a declaração de Julio Vieira(?), de Martín Abel (*ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Martín hoje é falecido.

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Sim, Martín é falecido.

Bom, todas as conversas na estância foram gravadas. Todas as conversas com as pessoas que intervieram foram gravadas na estância La Villa. Depois, as outras declarações foram gravadas em Punta del Este, as dos pilotos: Ulrich, Rivero, Perossio.

Essas fitas foram levadas a Curuzu Cuatiá, ao tribunal de Curuzu Cuatiá, onde apresentei a denúncia da morte dolosa(?) naquele momento, porque havia grandes lacunas que não sabia se eram... Então, denunciei como morte dolosa(?). Agora, passados todos esses anos, com tudo o que aconteceu, digo que não foi uma morte dolosa(?), mas um crime perfeito.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Nesse dia em que ele faleceu, o senhor pode imaginar que possam ter trocado o remédio, que possam ter colocado alguma coisa na água que ele tomou; o senhor achou estranha a atitude de Maria Teresa de ter ido à fazenda, se fazia tempo que eles estavam separados...

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Sim, evidentemente. Primeiro, Maria Teresa Fontela Goulart terá que apresentar muitos elementos, porque creio que foi ela quem matou o doutor. Tenho quase certeza disso.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Matou de que jeito?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Matou o doutor.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Como assim? O senhor tem alguma idéia?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Penso que pode ter sido uma troca de remédios, mas me inclino pelo gás sarin.

O gás sarin foi utilizado pelos chilenos. Tenho aqui... Há um livro que os senhores devem... Não sei se os senhores têm algum elemento que lhes permita algum conhecimento sobre o gás sarin.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Já tivemos peritos brasileiros que nos deram depoimentos...

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Se os senhores forem a Montevidéu podem conseguir, pode ser que já esteja traduzido para o português...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Já temos o documento.

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - ... um livro que se chama "El Vientre del Condor", escrito por um uruguaio, Samuel Blixen, diretor do semanário...

Aqui está, nesta denúncia apresentada ao tribunal, que deixo com os senhores, o Plano Condor e Eugenio Berríos. Eugenio Berríos é o técnico que descobriu o gás sarin, morto pelo Exército por ordem de Pinochet. Aqui está tudo isso, na denúncia apresentada no tribunal. Essa denúncia tem data de 29 de janeiro de 2001.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Este livro é o original?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Este é o original. O que lhe pediria é fazer uma fotocópia, porque necessito... Os senhores levem assim como está, mas me deixem...

(Não identificado) - Agora?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Não.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - O senhor acha, então, que a pressa em sepultar o corpo, não se fazer autópsia, a pressa em enterrar o Dr. João Goulart, tudo isso seria para ocultar a utilização do gás?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - O Dr. Goulart morre à uma, às duas da manhã, mais ou menos — pode haver uma diferença de meia hora —, e às seis da tarde sai com tudo pronto para o cemitério. Nunca se viu...

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Muito rápido.

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Muito rápido.

Mas quero lhes contar algo referente a Cláudio Braga e Ivo Magalhães. Em 6 de dezembro, às duas da tarde, o engenheiro Ivo Magalhães foi à estância El Milagro e retirou dela o doutor... Tito, Fiolermondo Goularte(?), o recebeu. Ele levanta a cama do doutor, Tito tira uns pacotes que estavam embaixo e ele lhe diz que coloque os pacotes no carro. Ele pega um cofre forte, o quebra, porque não tinha a chave, e depois esse cofre aparece vazio.

Tito não tinha nenhuma autoridade frente ao secretário do Dr. Goulart para que (*ininteligível.*) Ele obedeceu. Assim, em 6 de dezembro, o homem que deveria estar no velório do Dr. Goulart, estava tirando, debaixo da cama e da cômoda...

Nesse mesmo dia, 6 de dezembro de 1976, Cláudio Braga, quando estavam velando o doutor na estância, mandou mover quinhentos novilhos. O capataz, Silvino Vieira(?), lhe pergunta se é verdade ou mentira, e se opôs dizendo que ali não se mexia em nada sem uma ordem de Vicente Goulart. Ele teve que esperar uma permissão de Vicente Goulart, um dia ou dois depois, para mover esse gado.

Assim, os dois sócios, a oitocentos quilômetros de distância um do outro, já se mobilizavam para roubar. Ivo Magalhães, por mais secretário que fosse, não tinha nenhum

direito de tocar nada na estância. No momento em que morria Goulart, automaticamente estavam cancelados seus poderes. Em qualquer lugar do mundo acontece assim. O poder é só até a morte. Morreu, acabou o poder.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Ele fez na França um exame médico, parece que em setembro, não é isso? O senhor tem conhecimento desses exames, se atestavam que ele estava bem de saúde? Qual era o estado dele, já que em dezembro, alguns meses depois, ele veio a falecer? O senhor tem alguma informação sobre esse exame que foi feito na França?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Ele fez várias viagens à França, e sempre fazia um teste completo.

(Não identificado) - Um **check-up**.

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Ele estava bem. Havia deixado de beber, que era o problema, e estava bem. Vou repetir: se o Dr. Goulart tivesse falecido de um infarto normal, não haveria nenhuma explicação para os fatos que rodearam todo esse tempo.

Vou lhes explicar o seguinte. Marta Viale, minha sócia, me traiu. Havíamos escrito o livro. Ela foi comigo à estância, vimos tudo e escrevemos o livro. Estamos falando de 1982. O livro não estava terminado, estava como está aí, e ela me diz que não quer seguir adiante porque tem medo. Isso eu entendi. Era preciso ser um pouco louco para fazer o que fizemos. Assim, compreendi sua posição de não seguir adiante com o livro.

Passam-se vinte anos, e o livro ficou aí — esse livro tem 22 anos. Há seis meses, descubro que Marta Viale havia vendido o livro e todas as fitas gravadas à **Manchete**, a revista brasileira, à Bloch, à Jack(?) Bloch. Estou falando de vinte anos atrás, e descubro agora, há seis meses, que lhe ofereceram cerca de 100 mil dólares naquela época, que representam 250 mil dólares agora.

Esse (*ininteligível*) que faço, faço a denúncia à Sra. Juíza de Maldonado sobre o roubo do livro com a entrega das fitas gravadas de todas as testemunhas. Acuso Marta Viale, minha ex-sócia, não pelo roubo, porque isso não é importante, mas porque ela, conhecendo todos esses fatos que possibilitavam deduzir que a morte do Dr. Goulart tivesse sido um crime, entregou essa documentação.

Aí há um detalhe muito importante: pagaram 100 mil dólares, mas o livro nunca foi publicado. Por que pagaram 100 mil dólares por uma coisa que não iam publicar? Qual a importância disso?

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - O senhor acha, já que afirmou que Maria Teresa teria matado o Presidente, que ela tinha um caso com Cláudio Braga...

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Pode ser.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - ... já que a fama dela não era muito boa e ele, depois, ficou como seu procurador, não é isso? O senhor acha que havia alguma coisa entre eles? Porque ela só o mataria por vingança, por interesse de ficar com alguma coisa ou algo parecido.

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - D. Maria Teresa odiava o doutor. A documentação, justamente nesse livro, mais que nesse menor... Bem, essa é a opinião de Percy Penalvo. Tito disse que Maria Teresa odiava o doutor. É a opinião das pessoas sobre isso, não é a minha. Eu falo pelas testemunhas, vivas ou mortas. Em todos os casos, ou na maioria dos casos, os elementos comprovam o que digo.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - (*Ininteligível.*) ... uma procuração (*ininteligível*) poder.

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – Esteve(?) sob meu poder por 45 dias. Quando ela soube que eu estava investigando a morte do Dr. Goulart, me tirou imediatamente.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Maria Teresa...

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – (*Ininteligível.*) ... nenhum(?) poder. Foram 45 dias. Quando ela soube que eu estava investigando a morte, me tirou.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E os 100 mil dólares que foram pagos? O senhor tem uma comprovação de que essa sua sócia recebeu esse dinheiro do Grupo Bloch?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Quando fiz este livro, o pequeno, buscamos uma editora que o publicasse e distribuísse. Um amigo meu o levou ao Sr. Enrique Piquet(?), que tem uma das editoras mais importantes daqui, para ver se ele estava interessado. O Sr. Piquet(?) disse então que há vinte anos tinha intermediado a venda desse livro à Bloch, e Marta Viale ainda ficou lhe devendo. Se os senhores... Não há nenhum inconveniente, porque inclusive essa denúncia está aqui.

Aqui digo: "Sr. Presidente da Comissão, Deputado Miro Teixeira..."

O Deputado Miro Teixeira ainda é o Presidente?

(Não identificado) - Não.

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - "Envio o presente documento referente aos fatos que envolveram a morte de João Goulart, incluindo a denúncia penal, assim como a investigação da morte de Ruben Rivero Goularte(?), Florimondo(?) (*ininteligível*) cujos falecimentos têm um denominador comum: morreram do coração (*ininteligível*) suspeita de um ato deliberado que (*ininteligível.*)

Este **fax** (*ininteligível*) foi enviado ao Deputado Miro Teixeira.

Aqui está a denúncia à Sra. Juíza letrado(?), de Maldonado, onde denuncio o que lhes estou relatando, que diz:

"Grande foi a surpresa quando em junho do presente ano o "compareciente", por intermédio do Sr. Enrique Piquet(?), proprietário da Editorial Garta(?), que promoverá a venda do mencionado livro (*ininteligível*) manifesta que no ano de 1982 intermediou com o proprietário da revista **Manchete** a compra do livro, o Sr. Jack(?) Bloch, pelo montante de 100 mil dólares. Dita venda, segundo Piquet(?), foi realizada pela Sra. Marta Viale, jornalista do jornal **El País,** ao proprietário da revista **Manchete**, (*ininteligível*) a comissão em favor de Piquet(?) de 20%, a qual não foi abonada. Isso também pode ser confirmado pelo Sr. (*ininteligível*) Valádio(?) quando (*ininteligível*) Intervenção da Sra. Marta Viale.

Aqui está toda a (*ininteligível.*) Esta é a denúncia e está no tribunal de Maldonado.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O senhor diz que Piquet(?) havia intermediado a venda...

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - O amigo de Bloch.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim. O senhor foi oferecer para ele agora, recentemente, e ele disse que não podia comprar porque em 1982 já tinha vendido para o Bloch.

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - O livro nunca foi publicado pelos que compraram.

O livro foi comprado por Ivo Magalhães, que já era milionário naquele momento, para ocultar tudo, porque nele estavam contidas as gravações de todas as testemunhas, e eu não sabia nada. Marta Viale me enganou, dizendo que não queria ir em frente porque era perigoso. Tinha razão, era perigoso.

Está claro ou não? Há alguma dúvida sobre isso, algum detalhe? Porque estamos mostrando documentos. A denúncia (*ininteligível*) penais. Não poderia iniciar uma (*ininteligível.*) Tenho que apresentar o Sr. Piquet(?) como testemunha.

Há ainda outra coisa (*ininteligível*) na Biblioteca Nacional. A Biblioteca Nacional tem... É preciso deixar três livros depositados quando se faz uma apresentação de autor, e esse livro desapareceu da Biblioteca Nacional.

(Não identificado) - As três cópias?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - As três cópias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - O senhor sabia, tinha conhecimento da vida do Dr. Goulart com sua esposa, Maria Teresa? Havia, por parte deles, de um lado ou de outro, infidelidades?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Sim, claro. Ela era famosa já no Brasil. Quando chegou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Quem?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Maria Teresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Era famosa? Por quê?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - No Brasil era famosa. Dizem que no carnaval cantavam músicas sobre ela no Brasil. Aqui, era público e notório.

(Não identificado) - No carnaval...

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Não, no carnaval lá no Brasil cantavam canções sobre Maria Teresa. Isso me contava, por exemplo, o piloto deles, um rapaz brasileiro, Soares(?)(*ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Mas aqui, ou na Argentina, a esposa do Presidente João Goulart continuava com a infidelidade?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Sim. Indiscriminadamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - E ele sabia? Era público?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Era público. Em Punta del Este, por exemplo, isso era público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Em Punta del Este?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Sim, era público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Vou lhe fazer uma pergunta direta: o senhor acredita que, influenciada por algumas pessoas, ela poderia ter facilitado a morte do Presidente?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Sim. Quem tinha influência sobre ela era Cláudio Braga. Dele se diz: quando Cláudio Braga rouba toda...

Quando Maria Teresa chega do Brasil, traz com ela as jóias da casa (*ininteligível.*)

Vou lhes dizer uma coisa: sou uma pessoa que conhece muito sobre jóias. Tive uma joalheira, e vendia jóias a Eva Duarte de Perón. Meu sócio, Angel Castillo(?), medalha de ouro nos Estados Unidos como melhor ourives, chefe da Tiffany's... A senhora conhece a Tiffany's? Sim? E tem uma das melhores joalherias de Los Angeles. Então, terminamos uma fábrica de... Então, conheço jóias.

Quando vi as jóias que tinha Maria Teresa Fontela Goulart, fiquei de boca aberta. Umas jóias muito valiosas. A pureza de um brilhante, de uma esmeralda, se vê no corte da pedra. De modo que vi essas jóias que ela usava. Porque era uma mulher muito elegante, que gostava de vestidos, de perfumes, de jóias. (*ininteligível*) Maria Teresa.

Quando Cláudio Braga rouba... Aí há um... Não sei se os senhores conhecem... Se diz que o sobrenome de Cláudio Braga é "plata robada" ("dinheiro roubado").

A informação que me deram as testemunhas é de que, em um momento (*ininteligível*) que tinha as chaves, tira as jóias de Maria Teresa do apartamento de Libertador, em Buenos Aires, e ele conta que Cláudio Braga as pegou para admirar sua beleza. Como estava muito apressado (?)...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - A beleza das jóias?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Ele tirou de onde? *(Intervenção inaudível.)*

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – Em Buenos Aires, na Avenida Libertador. Ele tirou as jóias para admirá-las, e como estava muito apressado (?) (*ininteligível*) à noite que veio um ladrão e as levou. Essa é a história...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Então, daí o senhor começa a suspeitar de Maria Teresa e Cláudio Braga, a partir das jóias...

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Não, de antes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Sei, mas esse é um fato de que o senhor tem confirmação, que dali, então, começou o planejamento (*ininteligível.*)

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Cláudio Braga me fez um grande favor. Ele me denunciou à juíza de Maldonado por calúnias e injúrias. Tínhamos muita dificuldade para ir em frente com a denúncia que tínhamos feito com relação ao roubo na estância (*ininteligível*) dificuldade com (*ininteligível.*) Ao fazer essa denúncia (*ininteligível*) tenho que provar que o que digo é verdade. Por isso digo que sou muito agradecido a Cláudio Braga pela denúncia que fez...

(Não identificado) - Onde mora agora Cláudio Braga? Ele está no Uruguai?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Ele tem domicílio fixo aqui no Uruguai (*ininteligível*) advogado. Ele está casado com uma garota argentina, uma doutora, advogada.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Com relação ao remédio, fala-se que ficou seis meses na casa do... Ele disse que tinha ficado quase seis meses...

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Muito mais tempo. (*ininteligível*) ficou com o copo como lembrança, onde ele tomou água naquela noite. O doutor tinha um copo d'água.

Eu vou lhes relatar os últimos momentos (*ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO DE VELASCO – (*Ininteligível.*) ... o senhor elenca todos os passos?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Sim, todos os passos. O doutor pede um copo d'água, que lhe é levado (*ininteligível*) porque o doutor estava muito bem naquela noite.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - (*ininteligível.*) ...na lateral para que (*ininteligível.*)

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Ele lhe diz: fique aí para me cuidar. Porque, no fundo, o doutor temia que o matassem. Ou seja, (*ininteligível*) pensa que é uma brincadeira e vai dormir. Meia hora, ou uma hora depois, se ouvem os gritos de Maria Teresa e se encontra o doutor morto.

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - E a história de que os comprimidos tinham sido tirados? Não seria verdadeira?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Quais comprimidos? Tirados como?

O SR. DEPUTADO JORGE PINHEIRO - Os comprimidos, esses comprimidos. Inclusive, estava lendo uma declaração do próprio Relator, Miro Teixeira, em que ele fala sobre os remédios que desapareceram. Eles desapareceram ou não?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – Não. ele disse o seguinte: "Eu os guardei por anos e um dia os joguei fora". Essa é a declaração de Vieira(?).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) – Queria mais alguns esclarecimentos. Quando da morte do Presidente, na semana da morte do Presidente, na semana, o senhor tem informação de que Eva de León estava com ele e depois chegou Maria Teresa? Na semana?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Fazia alguns dias que Eva estava vivendo com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Eva?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Eva. Eles brigaram e ela se foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - A outra estava separada?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Como?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Maria Teresa não estava...

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Não, Maria Teresa vivia separada completamente...

(Não há casamento entre os quartos.)

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - ... a Sra. Eva de León nos disse que sua relação com o doutor durou cerca de seis anos. Isso é verdade?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Pode ser, sim.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Como o senhor sabia dos sentimentos que ela nutria pelo doutor?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Era público e notório, porque o Dr. Goulart tinha, digamos, um grupo de pessoas que vivia com ele de forma permanente. É o caso de Tito. Tito era quem sabia mais, por isso ele foi morto.

Vou lhes contar quem...

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Ela não estaria nessa conspiração da morte...

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Não. Veja, eu falei com Eva de León quando falei com a embaixada. Não sei se foi a senhora que me pediu o endereço ou telefone de Eva de León. Bem, a embaixada me pediu que conseguisse o telefone. Eu o consegui, lhe telefonei.

Eu a conhecia há anos, quando ela morava na Calle Jauri(?), o doutor tinha morrido e a família lhe negava o que o doutor disse que seria dela no caso de sua morte. Mas esse é um detalhe sem maior importância. Então, converso com ela sobre as ações da Sul Corporation, que parte dessas ações estavam sob a cama do doutor e que foram levantadas, horas depois da morte do doutor, por Ivo Magalhães com (*ininteligível.*)

Ela me disse que isso não pode ser, que como um Presidente vai ter ações debaixo da cama? Ela tinha que saber que o que estava dizendo era verdade, porque ela vivia com o doutor e as ações estavam debaixo da cama onde eles se deitavam. Eu lhes digo...

Se tenho que dizer uma coisa que não está, digamos, de acordo com o que digo, eu digo.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Mais uma pergunta. Por que, então, o senhor pensa que ela nos disse que seu livro é uma teia de mentiras?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Porque Ivo Magalhães deve ter lhe dado muito dinheiro. É incrível que ela tenha dito isso; é incrível que Eva tenha negado

que as ações estivessem debaixo da cama quando todo mundo sabia sobre elas: sabiam Tito, o capataz da estância, Corvo(?) em Maldonado, Pérez Pérez... Todo mundo sabia. Esse fato era famoso, as ações estarem debaixo da cama do Dr. Goulart, como uma coisa... Deixar ações desse valor debaixo da cama, só o doutor fazia.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Pareceu-nos que ela está muito bem de vida, tem uma postura muito elegante, etc. Ela era antes uma pessoa com posses, com riqueza?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Não. De maneira alguma.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Hoje ela vive de quê?

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Ela tem um apartamento perto da embaixada americana (*ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Uma boutique(?)...

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Não sei, porque há anos... Eva me contatou ultimamente por meio de Ruben Rivero Filho, que a conhecia e... A verdade é que minhas relações com ela eram muito superficiais, não tinha maiores... Até porque não tinha outro interesse que (*ininteligível*) essas coisas e nada mais. A procurei agora porque o senhores me pediram seu telefone, e falei com ela.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Acho que as informações que o senhor está nos passando são interessantes. Gostaríamos de pedir à embaixada que providenciasse uma cópia...

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ - Quero lhes dizer uma coisa, que é o mais importante de tudo. Aqui, o **Diário Catarinense** tem uma das coisas mais importantes para demonstrar algo sobre a morte do doutor. São as declarações de Maria Teresa contradizendo totalmente as declarações tanto do peruano como de Pérez Pérez.

Maria Teresa diz que, quando eles saem de Paso de los Libres, vão a um restaurante onde havia muitas pessoas que estavam esperando o doutor, onde um garçom lhe serve uísque que poderia estar envenenado. Isso contradiz totalmente as declarações dos outros dois. Maria Teresa teria que explicar por que disse isso. Essa é uma das que mais mente(?).

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - São interessantes essas informações, e esse material que o senhor possa nos deixar...

O SR. ENRIQUE FOCH DÍAZ VASQUEZ – Todo o material fica nas mãos dos senhores (*ininteligível*) denúncias penais, essas são (*ininteligível*) gás sarin (*ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Só para encerrarmos, queria agradecer ao senhor por suas informações e por tudo em que está ajudando a Comissão. Muito obrigado.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO EXTERNA - MORTE DO EX-PRESIDENTE JOÃO GOULART		
EVENTO: Reunião externa	N°: 000194/01	DATA: 29/03/01
INÍCIO: 09:30	TÉRMINO: 10:54	DURAÇÃO: 1:24:00
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01:25	PÁGINAS: 39	QUARTOS: 18
REVISORES: LIA		
SUPERVISÃO: NEUSINHA		
CONCATENAÇÃO: NEUSINHA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

IVO DE MAGALHÃES - Ex-Prefeito do Distrito Federal em 1964 e amigo do ex-Presidente João Goulart.

SUMÁRIO: Esclarecimentos sobre as circunstâncias em que ocorreu a morte do Ex-Presidente João Goulart, em 6 de dezembro de 1976.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada no Instituto de Cultura Brasil-Uruguai, em Montevidéu, Uruguai.
Há palavras ininteligíveis.
Há falha na gravação.
Bijoja(?) - pág. 7.
Pedoja(?) - págs. 11 e 12
Orfeu Sam Sales(?) - pág. 14 e 16.
Digueiro(?) - pág. 20
General Serafim(?) - pag. 26.
Não foi possível conferir a grafia dos nomes acima citados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Esta é a Comissão que investiga a morte do Presidente João Goulart. Estamos em Montevidéu, Capital do Uruguai, e vamos conversar com o Sr. Ivo de Magalhães, uma das pessoas que, na época, estava bastante próxima ao ex-Presidente João Goulart e, certamente, tem muitas informações que podem nos ajudar a tentar esclarecer esse episódio, bastante obscuro.

Sr. Ivo de Magalhães, em primeiro lugar, quero lhe agradecer por ter aceito o convite de estar conosco de livre e espontânea vontade e por colaborar com a História do nosso País, principalmente com a política do MERCOSUL. Acreditamos que, com o esclarecimento da morte do ex-Presidente João Goulart, vamos dar um passo para esclarecer outros episódios também obscuros da nossa História.

Gostaria que o senhor ficasse à vontade, que falasse o que tiver vontade de falar, e que respondesse, de livre e espontânea vontade, aquilo que tivermos necessidade de perguntar.

Passo o microfone para o Deputado Luis Carlos Heinze.

Não sei quem irá começar a falar. O senhor prefere começar? Pode falar, por favor, ao microfone. Pode ficar à vontade.

O SR. IVO DE MAGALHÃES - É um prazer poder conversar com os senhores apesar de o tema ser ingrato para todos nós, porque a morte do Presidente Goulart nos deixou muito órfãos politicamente depois de uma convivência aqui no Uruguai intensa e sofrida. Então, para não prolongar demais, faço uma pequena introdução geral e, depois, ponho-me à disposição para o que os senhores quiserem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Fale bem perto, por favor.

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero inicialmente agradecer o convite para comparecer a esta audiência e reafirmar minha inteira disposição em colaborar com esta Comissão no que esteja ao meu alcance, conforme manifestado em carta minha, entregue em Brasília ano passado, quando foi instalada a Comissão.

Faço uma pequena introdução.

Minha relação com o Dr. Goulart se iniciou no Rio de Janeiro, em 1956, e continuou até sua morte. Quando do golpe de 1964, eu era Prefeito do Distrito Federal, Brasília. Meu relacionamento com ele continuou durante o exílio e se aprofundou ao compartilhar algo muito difícil de se superar, a vida no exílio, que gera tal número de tensões, de sofrimentos e de angústias que é impossível descrever para que seja facilmente compreensível para quem não a viveu.

Não se tendo vivido um episódio de exílio, não se sente realmente tudo o que é de sofrimento: a família está cá, filhos na escola, dificuldade de todo o tipo... Isso já passou há muitos anos, mas ainda está presente na memória, além da absoluta falta de colaboração do Governo brasileiro nesse tema.

Eu tinha no Brasil uma vida familiar, profissional e comercial organizada. De repente, desembarco em um país, o Uruguai, completamente desconhecido para mim, onde tive de tentar refazer minha vida. Afortunadamente contamos, todos os que estavam aqui, com o apoio e a ajuda desinteressada de sua gente, especialmente na inserção na vida uruguaia. Nós, desconhecidos aqui, sem saber das coisas, com os filhos precisando de ir para a escola, se acertando... Quer dizer, os uruguaios foram muito carinhosos, ajudaram em tudo que era possível para que nos integrássemos.

Entre outras atividades que desenvolvi, a convite de João Goulart, ocupei-me de seus negócios e assuntos particulares, sem relação de dependência nem retribuição específica, atendendo a tudo que o Dr. Goulart enviava a mim para ser analisado e solucionado, não tendo nunca, no largo tempo decorrido, desde a chegada ao Uruguai até sua morte, ou seja, de 1964 a 1976, sequer uma discussão com respeito aos inumeráveis temas que abordamos.

Nossa relação era de absoluta lealdade e intimidade, como a de irmãos queridos. Obviamente que falávamos de política e do drama que compartilhávamos. Estou em condições de falar, em conseqüência, de como vivíamos, a que nos dedicávamos e das coisas que nos ocorriam.

Creio que poderia ser útil à Comissão escutar quem Goulart escolheu para organizar a sua biografia, com o fim de atualizar o conhecimento que existia sobre sua pessoa no Brasil. Numa certa ocasião, João Goulart se preocupou com o fato de que o

tempo estava passando e que as pessoas já tinha uma memória distante a seu respeito. Então, pediu a uma pessoa muito preparada que organizasse a sua biografia com o fim de atualizar o conhecimento sobre sua pessoa no Brasil, com quem falou mais ordenadamente sobre esses temas que preocupam os senhores, que concluiu recentemente um livro, o qual, se não houver inconvenientes para a Comissão, pediria que fosse incorporado.

Trago o livro para os senhores. É um livro inédito, cuja tradução para o português deverá estar pronta proximamente. Seu autor, Jorge Otero, é um amigo do Brasil e destacado jornalista, especializado em temas e análises políticas.

Isso é, assim, uma idéia geral. Não nos conhecemos, já se passaram muitos anos desde que tudo ocorreu. É pena que esses episódios tenham sido vistos agora, depois de mais de vinte anos passados, mas me coloco à disposição dos senhores. O que os senhores quiserem, perguntem; o que eu souber e que possa ajudar a que se tenha um esclarecimento completo... Porque me parece que, como os senhores disseram, que é muito importante, não apenas para o passado nem para rever e levantar problemas, mas para evitar problemas futuros, que as coisas não se repitam e que se tenha experiência a partir do que passou, porque, realmente, é muito angustiante o exílio. Portanto, estou à disposição dos senhores.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Gostaria de fazer uma pergunta de início: o senhor acredita que o Presidente foi assassinado ou que morreu de morte natural?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - É difícil ter... A minha crença, o que posso dizer aos senhores é conseqüência de coisas que ouvi anteriormente, mas eu não estava, por circunstâncias... Eu estava à frente de um projeto, de obter uma concorrência no Uruguai, o projeto de uma hidroelétrica. Estava muito ocupado com o tema em Montevidéu, e ultimamente ele estava mais na Argentina. Eu não acompanhei essa fase final, esses seis meses ou sete meses finais. Estive com ele, sim, mas não acompanhei. Entretanto, posso dizer coisas que fomos vendo.

O Dr. Goulart era um homem que tinha tido um infarto. Nós estivemos com ele aqui no Uruguai, em outubro, já tendo vindo da Europa. Ele nos chamou para que estivéssemos aqui no dia em que veio, e o acompanhamos a uma divisão de imigração, porque ele pretendia pedir residência definitiva. Tinha essa parte de asilo e, toda vez que saía e voltava, sempre tinha certos problemas, certa diligência. Então o acompanhei com uma pessoa para quem já tinha pedido que preparasse isso.

Essa divisão é aqui na cidade velha e tem as ruas... Estávamos no Hotel Columbia, que é um hotel na praça, e as ruas são em rampa, para ir para lá. Então, estranhei, porque ele se cansou duas ou três vezes e parou ao subir. Então, perguntei: “Dr. Jango, por quê? Por que está...” “Não, você sabe, é a mesma coisa que tinha, mas aqui é meio rampa. Eu estou fazendo uma dieta para emagrecer, mas me sinto bem.” Evidentemente, ele tinha um problema cardíaco. Agora, depois, as circunstâncias do que aconteceu, vão depender de acompanhamento e da análise do que se passou nesse período. Eu estou lhes falando... Isso foi em outubro de 1976 e ele morreu em dezembro de 1976.

Então, a minha observação é que há uma grande probabilidade de a morte ter sido natural, mas não temos esse esclarecimento. Ocorreram coisas estranhas nesse momento, demora...

Eu fui avisado pelo Percy na madrugada — não, na manhã do dia em que ele tinha morrido — de que ele estava morto. O que faríamos? O pensamento era: o que faríamos? A idéia era buscar o corpo, trazê-lo para Montevidéu, trazê-lo para Mercedes, e estávamos conversando sobre isso, quando... Isso devia ser à meia manhã, quando recebemos a notícia que já haviam levado o corpo, já estavam levando para o Brasil, muito

açodadamente, quando nós pensávamos que se deveria fazer uma homenagem a ele, porque voltou morto ao Brasil. Mas isso não estava sob nosso controle. Nós estávamos em Montevidéu, e isso tudo tinha se passado na Argentina. De forma que essa é a idéia que lhe transmito de coisas anteriores, não próximas à morte.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O senhor falou que o Dr. Goulart havia pedido ao Otero, naquela ocasião, que preparasse uma biografia, ainda nos anos 70, quando ele vivia. Então, essa é uma...

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Certo. Não, o que não havia... Não havia pensamento... O seu pensamento era de uma volta ao Brasil, com a recomposição que já existia. Então, pediu a Otero, uma pessoa muito preparada, profissionalmente ocupando uma quantidade de funções jornalísticas e de política internacional, um homem estudioso dos problemas das transições de regimes militares para regimes civis. Era muito aplicado e tornou-se muito amigo do Dr. Goulart aqui no Uruguai. Propôs-se a fazer um pouco de história e Goulart concordou, o que não era muito habitual nele, ficar parado para dizer, coisa e tal, mas o Otero pôde fazer muita coisa. O objetivo era o de preparar alguma coisa, conversar com os companheiros como seria e levar ao Brasil, para que no Brasil se conhecesse, realmente, uma série de coisas que estavam apagadas. Mas aí ele morreu.

O Otero o acompanhou muito, inclusive, quando ele... A última vez que ele viajou à Europa e voltou em outubro, quem veio acompanhando-o na viagem de volta foi o Otero. Otero veio junto com ele na viagem, e no livro ele conta isso, tem uns episódios interessantes sobre essa coisa toda.

Então, realmente eu, de uma certa forma, estranhei que não tinha chegado aos senhores a conveniência de escutar o Otero, porque ele tem muita informação, muito recente, muito ao lado dessas coisas, dos pensamentos de Goulart, e conviveu na Europa, mais de uma vez. Da vez anterior também viajou.

Eu pedi a ele aqui, ontem, quando soube que os senhores convocavam para esta reunião, perguntei a ele se podia me dar uma cópia desse livro, que ainda é inédito, ainda não está publicado, está sendo preparado para ser traduzido, porque foi escrito originalmente em espanhol, mas também não foi publicado. Então, não deve demorar a publicação. Pedi a ele, ele me deu e me autorizou dizer aos senhores que os senhores façam o uso que quiserem, introduzam as coisas, e creio que os senhores vão ver depois que há muita. Há toda uma compilação dos episódios anteriores a Jânio Quadros e da entrada de Goulart no Brasil, e também dos posteriores, como sua presença no Governo e a sua vida aqui no Uruguai, esses problemas todos de saúde, de estado de espírito e de perturbação que existiu e tudo, quer dizer, um elemento que me parece valioso.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Essa brochura o senhor nos deixaria, então?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Estou dando para os senhores. Aqui tem um pouco do currículo do Otero, que é imenso. É um amigo do Brasil, quer dizer, sempre foi muito preocupado com o Brasil, conhece muito a política brasileira, o que não é muito comum. Nessa área toda, o pessoal conhece superficialmente. Ele conhece bem todos esses processos que existiram, Getúlio Vargas, Juscelino, todas as coisas que apareceram, porque basicamente é um estudioso dessa área, e, como gosta do Brasil... Depois, teve a oportunidade de conhecer Goulart e se dedicou. Então, passo aos senhores o livro.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - A preocupação, desde o dia que ele saiu, na ocasião que foi daqui... Esteve conosco a D. Eva, que tinha também uma relação com o doutor, uma parte ela conhecia. Nós conversamos com o Percy, nós conversamos com o Bijuja(?). O Bijuja(?) nos disse que, quando falava com ele, de política ele não conversava; que só tratava dos negócios de São Borja e vinha aqui, no

Uruguai ou na Argentina, e conversava com ele, que era esse o negócio que eles tinham. De política eles não falavam, ele praticamente não tratava desse assunto. Então, essas são as informações que tivemos por parte do Bijuja(?), que conversou conosco.

Tem um episódio que o Percy nos contou e do qual precisamos ver a sua versão, de que ele, quando... Na véspera, ele estaria... Um militar, aqui, Silveira, que era conhecido...

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Silveira, era um tenente reformado.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Que naquela semana, Silveira havia dito que ele teria que se apresentar no Ministério do Interior.

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Os senhores não falaram com o Silveira?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não.

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Ele vive ainda? Eu não sei.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Não, não sei nada. Isso é que o Percy havia nos comentado, que isso teria sido o que o levou a ir à Argentina, porque ele estava de saco cheio de ir no Ministério, não sei quê, e foi para a Argentina. Ele articulou essa ida praticamente sem comentar com ninguém.

Foram a D. Maria, o Percy, que conhecia, e ele preparou. O peruano foi na frente, foi de carro, e eles foram de avião, no outro dia, no domingo, até Bella Unión, atravessaram para Monte Caseros...

O que me chama atenção é que o Percy e a Celeste, a esposa do Percy, disseram que na quinta, na sexta e no sábado Cláudio Braga insistia em falar com o doutor, e ele não queria falar com Cláudio Braga, que telefonava para a casa do Percy ou para a fazenda, sei lá. Então, o que lhe parece isso, essa questão? O Cláudio, assim, tinha boas relações com o doutor? Qual era a situação do Cláudio em si, com relação a isso? E depois, ele ligava quando o doutor estava aqui no Uruguai.

No outro dia, quando, praticamente, Maria Teresa, o doutor, o Percy, o peruano, quer dizer, quatro ou cinco pessoas sabiam... E a Eva disse que o doutor havia lhe convidado para que fosse com ele para a Argentina, e ela não quis ir, que ligou três, quatro vezes para ela. Quando eles estão em Paso de los Libres, almoçando no Hotel Don Alejandro, pelas três ou quatro horas da tarde do domingo, um menino chamado Alfredo, que ficava no carro, disse: "Olha, o Cláudio Braga está cruzando aqui; cruzou duas, três vezes. Subiu lá no restaurante e perguntou: doutor, o Cláudio está passando. O senhor quer falar com ele? Não, não quero falar com o Cláudio."

O que lhe parece essa história do Cláudio, esse episódio? O que o senhor sabe a respeito do Cláudio Braga para nos...

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Sobre o que o senhor está contando eu me inteirei, contado pelo Percy, logo pouco depois da morte.

A morte, um acontecimento no coração, não era surpresa. Surpresa foi esse episódio de ser em Mercedes, de ele estar sozinho, acompanhado da D. Maria Teresa, o que não era muito comum, e que tenha acontecido isso tudo numa velocidade enorme. Quer dizer, passou, levaram logo para São Borja, quase não deu tempo de nada. Então, nos deixou um pouco perplexos e ao mesmo tempo tristes que a coisa tenha sido assim.

Depois, começou a surgir esse tema todo. Aí há uma quantidade de histórias... Quer dizer, eu não sei dizer até onde é história, onde tem alguma coisa verdadeira.

Sobre esse episódio que o senhor falou, do Silveira ter transmitido alguma notícia, que essa notícia o teria deixado incomodado, eu soube. Mas eu acho que a melhor forma de fazer é, se o Silveira está vivo, é buscar o Silveira. Eu me disponho a localizar onde ele está para se ver como foi esse episódio.

Isso que lhe contei, que estive com ele na cidade, em Montevidéu, quando ele veio da Europa, logo no dia seguinte que veio da Europa, o Silveira estava acompanhando para

ir à imigração, justamente a divisão de imigração, para pedir... A conversa que existia era para pedir a residência, porque ele tinha o **status** de refugiado, pedir a residência. E nós fomos, não me lembro quantas pessoas, mas umas quatro ou cinco pessoas, o Silveira estava. Fomos aí, uma pessoa atendeu, mandou-o entrar no gabinete, saiu, depois teria que ver mais adiante e nós voltamos, continuamos a conversar sobre os problemas que estavam sendo conversados. Mas não me fixei que pudesse...

Não pareceu que ele estivesse, aí, nesse momento, reclamando. Pareceu-me que ele estava com o desejo... Pareceu, não, ele externou que estava para ficar, de uma vez, residente. Não é que ele fosse residir no Uruguai, mas que tivesse a situação de residente, pudesse ir à Argentina, tal e coisa, não na situação de refugiado, o que limitava as coisas.

Eu soube dessa versão contada pelo Percy, e disse ao Percy: "por que não chamamos o Silveira?" Mas até hoje não chamaram o Silveira para saber o que o Silveira disse ao Goulart. Porque é realmente estranho ele ter dito alguma coisa que o incomodou ou que o deixou triste ou o deixou mais do que triste, irritado. E foi para Mercedes. Ele teve a falta de sorte; e nós tivemos, ele também, de morrer sem ter nada no meio para se fazer.

Esse episódio que o senhor contou, de o Cláudio ter passado em Paso de los Libres e tal, isso também me chegou e deve ser verdadeiro, porque foi dito pelas pessoas que estavam lá. Esse menino foi apanhado pelo doutor na rua, em qualquer lugar, e esse Alfredo o acompanhava, fazia mandados. O peruano era companheiro do João Vicente de escola. Também era uma pessoa que, se falou, se disse, deve ter... Tem sua razão, não foi inventado.

Mas vale a pena saber o que o Silveira disse a ele, porque pode haver episódios internos, episódios que fizessem com que ele não gostasse de alguma coisa em relação ao Cláudio.

O senhor me pediu uma opinião em relação ao Cláudio. Era difícil, porque o Cláudio foi nosso sócio e companheiro em Montevidéu. Dizem que em Montevidéu tinha um hotel que era do Dr. Goulart. Não era do Dr. Goulart. O hotel era meu, do Cláudio Braga e de um senhor uruguaio, Sr. Pedoja(?).

Como o Cláudio Braga entrou... Eu não conhecia o Cláudio Braga. Eu vim do Rio de Janeiro, vim de Brasília para cá, e não conhecia o Cláudio Braga. Cláudio Braga foi trazido, depois de um tempo, por um ex-secretário particular do Sr. Goulart, Caillard. Não sei se o senhor conhece. Caillard foi secretário do Sr. Goulart durante muitas atividades: quando foi Vice-Presidente, Presidente do Senado, além de ter sido secretário privado na Presidência da República.

A princípio, Caillard não saiu do Brasil. Depois de um tempo, saiu do Brasil e foi para o México, onde encontrou várias pessoas, dentre elas Cláudio Braga. Ele sentia-se mal em viver no México. Pensou em ir para o Uruguai, onde tinha uma maior quantidade de brasileiros asilados. Então, veio para cá, acompanhado do Cláudio Braga.

Ele me procurou, dizendo: "Ivo, eu vim para ver se me entroso nessa ajuda, nessa participação. Eu tenho uma longa relação com o Dr. Jango." Eu falei com o Dr. Jango, que me disse: "Estamos com dificuldades grandes, de salário e coisa e tal. Não cabe fazermos uma organização, um escritório, essas coisas todas. Melhor deixar que venha, ou que esteja..." Então, ficou uns dias, e nessas conversas que tivemos nesse dia, perdidas, porque não tínhamos muito o que fazer, era receber amigos e ficar conversando, Caillard me pediu: "Ivo, você está organizando, com esse senhor uruguaio, a compra do negócio" — não do prédio, compramos o negócio, a exploração do hotel — "não podia colocar o Cláudio, que me ajudou muito no México?! Ele disse que sentia muita angústia, saía para

andar, passava malíssimo, se eu não podia ajudar. Ele achava que o melhor para ele era voltar ao Brasil, mas ele não podia voltar ao Brasil.

Eu falei com esse meu sócio... Era sócio em formação, pois não tínhamos ainda fechado o negócio. Falei com ele, que foi contra, e disse: "Não, Ivo, não. Vamos só nós dois. Eu não te conheço, mas já está aqui há dois, três meses. Já temos isso em comum, vamos fazer isso em comum. O pessoal que vem eu não sei como é o comportamento." Eu comuniquei isso ao Caillard. O Caillard insistiu muito e outra vez eu disse a esse meu amigo uruguaio: "Vamos fazer uma abertura."

Então, resumo: compramos os três, Cláudio, eu e Pedoja(?). Quem fazia o trabalho no hotel era Cláudio Braga, numa parte, e o Pedoja(?) na outra. Sempre houve um certo ciúme entre eles. O Cláudio cuidava do hotel. Depois, com o tempo, foi fazendo alguns favores, algumas coisas, como levar um documento e se entrosando um pouco nesse relacionamento.

Então, não posso dizer de coisas anteriores de Cláudio. Somente desse momento.

Depois, quando seguimos, por outra razão, a Buenos Aires, houve um afastamento entre nós. Não seguiu, nem tinha estrutura permanente, não era uma sociedade para seguir, era ocasional. Eu me dediquei ao que vi que podia ser, que era a busca de um projeto importante que havia no Uruguai referente a uma hidrelétrica, que eu achava que tinha uma boa perspectiva comercial e técnica para trabalhar. No hotel, tinha uma vivência permanente, ia todo dia, mas não tinha uma atividade.

Essa posição do Cláudio é discutível. Sei de pessoas que fazem comentários profundamente negativos, e tem outras que dizem que não, que era um companheiro. É difícil. Pela nossa convivência, ele era um pouco incisivo, um pouco insistente nas coisas, mas não vi nenhuma coisa nesse sentido.

O Dr. Jango não gostava nem que Cláudio ou que ninguém se intrometesse nas coisas que estava fazendo. Toda vez que tínhamos de conversar, ou discutir, ou mostrar, era sozinhos. A minha relação com o Dr. Jango era absolutamente pessoal. Quando havia outras pessoas, eram conversas gerais. Mas conversas íntimas ou de negócios eram muito pessoais, ou recebia uma carta dele dizendo para eu passar algo de tal forma, ver determinado assunto, liquidar.

Ele era um grande conhecedor da parte de gado, tinha uma experiência imensa com gado. Ele vivia isso com alegria. Quando estava na cidade, era um desastre, porque vinha gente procurá-lo, ele dizia que estava passando mal, ficava numa depressão, numa coisa horrível. Aí, ia para Taquarembó, a estância que ele comprou, passava sete, oito, dez dias e se equilibrava. Ele era um homem que via um gado e sabia qual era a sua proporção de peso. Isso era ao que ele se dedicava. Eu, de gado, não entendo nada.

Em relação à sua pergunta, o que eu posso no momento dizer é isso. Há dimensões contraditórias, esquisitas, como essas que descrevi. Mas eu creio que poderia ser reduzida sabendo-se o que o Silveira transmitiu ao Goulart, se foi assunto de ordem institucional ou se foi outra coisa. O Silveira também ajudava nas contas, e acompanhava algumas coisas que o Dr. Goulart fazia.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O senhor falou, no caso do Cláudio, em ciúmes de alguém.

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Como?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Ciúmes de alguém. De quem poderia ser?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - O ciúme é no sentido de que tem pessoas que gostam de fazer as coisas e mostrar que estão fazendo, e tem muito ciúme mais no sentido afetivo, de preferir o fazer do que outro faça, incomodar-se com que alguém esteja

fazendo alguma coisa de favor. Ele tinha esse temperamento, de procurar se oferecer, ser útil, ser procurado, ser necessário. Acho que isso, em parte, é conseqüência das dificuldades que ele tinha, das origens. Ele não era um elemento da nossa relação. Goulart não o conhecia, como nós outros, em quantidade de anos. Era uma pessoa que estava dentro do posicionamento político na ocasião, mas não era um conhecimento pessoal.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O Dr. Goulart já não tinha uma relação boa com a Maria Teresa, estavam mais ou menos vivendo cada um a sua vida.

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Como?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Cada um vivia a sua vida, mais ou menos assim.

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Ele?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O Jango e a Maria Teresa.

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Ah, sim, completamente independente. Essa coisa toda, eu acho que temos de ver e guardar. Não dá muito para amigos como nós fomos, que convivemos da intimidade, agora estar contando detalhes dessa intimidade. Creio que não cabe e não é necessário.

Realmente, não havia uma vida familiar, havia uma vida individual. Isso originava uma quantidade de problemas, agravados pela situação de asilo em um país estranho.

Isso pode também ter alguma razão de ordem, de comportamento de Cláudio. Eu não sei, porque não acompanhei. Tive até o estabelecimento de um negócio em Buenos Aires.

Aconteceu que um senhor, que era companheiro em São Paulo, tinha uma empresa que fazia assistência, reduzia despesas que vínhamos a ter e que estava com uma folga de dinheiro importante, e que veio procurar o Sr. Goulart e dizer a ele: "Nós estamos com facilidade financeira grande e pensamos que a China pode fornecer uma quantidade de elementos comerciais, quer dizer, tinta, remédio, e que seria muito oportuno que pudesse obter a representação disso, porque é um volume de negócios importantes." Eu não vi, mas Jango Goulart me contou que ele teria dito: "Para isso precisamos da sua ajuda, porque a sua posição em relação ao Governo chinês é a de um homem que abriu a primeira perspectiva." Apesar do episódio Jânio Quadros, ele abriu a primeira perspectiva.

Então, Goulart me chamou e disse: "Ivo, aconteceu isso. Tem o sicrano, a pessoa que disse isso. Eu não sei se é certo ou se isso não é certo. Você não quer se interessar por isso?" Perguntei: "O que tenho que fazer?" Ele respondeu: "Você vai ao Brasil ver o que ele está fazendo, examina esse negócio, examina o negócio da China. Se vir que é um negócio que pode ter prosseguimento, organizamos isso e você vai ficar com uma participação. Mas, inicialmente, eu não vou participar. Você participa. Depois, se a coisa desenvolver, nós dividimos o resultado comercial, porque isso pode organizar para amigos, dá empregos à gente que está funcionando..."

Então, fomos à Buenos Aires, sob orientação desse homem, para buscar lugares, essa coisa toda. Buscamos um prédio importante, um andar, e se instalou esse início das coisas. Essa pessoa vinha permanentemente a Buenos Aires, onde (*ininteligível)* de sábado a domingo. E eu comecei nesse tema para estruturá-lo, conforme desejo do... Mas, depois, vi que havia muita conversa, muita reunião, era difícil... Como eu estava cuidando do tema em Montevidéu, dessa hidroelétrica, não dava. Então, eu me concentrei em Montevidéu. Aí, em Buenos Aires, ficou o Cláudio, de parte desse amigo, não de parte de Jango. Ele ficou cuidando um pouco da parte desse Orfeu(?).

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O Orfeu Sam Sales(?), não é?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Cláudio ficou como seu delegado em Buenos Aires. Aí, o Sr. João Goulart me disse: “Ivo, não vai para adiante, não vai poder funcionar essa coisa toda.” E parou. Ficou ele atuando aí.

Eu sei de algumas coisas de telefone, mas eu ia pouco a Buenos Aires. Só quando havia uma coisa importante, que pudesse retornar da ...

Então, a vida de escritório, depois, a vida da coisa *(ininteligível)* e essa vida toda, é conversa, algum comentário de alguém. Mas que tenha visto, eu não vi, porque eu estava cuidando desse projeto uruguaio, que a proposta fosse bem apresentada, porque era uma concorrência em que havia três empresas, e isso me tomava quase o dia.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Nessa situação... Depois, o Cláudio ficou representando, quando ele faleceu, Maria Teresa e a Denise. Parece que o Percy teria ficado representando o Dr. Goulart nos negócios na Argentina e aqui no Uruguai, parece que tinha alguma coisa no Paraguai também, não sei como é que ficou essa questão, e no Brasil. Ficavam os procuradores. Essas são as informações que tivemos a esse respeito.

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Eu sei dos procuradores aqui, porque falam muito de um... Inclusive dizem (*ininteligível*) e eu estou esperando chegar o momento que diga sobre esse negócio no Paraguai.

No Paraguai foi uma outra operação completamente diferente, foi uma operação pessoal minha com o Dr. Jango. Os detalhes de... O que acontece é o seguinte: ela foi vendida com o Sr. Jango em vida, não foi vendida depois da morte dele. Falam dessa (*ininteligível*) foi vendida. Isso aí começou de uma forma, quando um conhecido do Dr. Jango disse a ele que poderia haver uma oportunidade de uma floresta de árvores — não era um campo para gado — e que poderia ser oportuno, porque a pessoa que era proprietária dessa área estava completamente inimizada com o Presidente da República do Paraguai, com o General Stroessner.

Segundo o costume, as pessoas que estavam assim inimizadas tinham problemas, não podiam fazer nada dentro do Paraguai, porque teriam vedadas, fechadas as possibilidades.

Então, esse homem estava oferecendo à venda uma área grande, 50 mil hectares. Desses 50 mil, tinha alguém que comprava 25 mil e restavam 25 mil. O João Goulart também me disse isso que estou dizendo: “Vá ver, Ivo, porque pode ser interessante para fazer exportação madeireira. Agrícola, não dá, com árvores assim, derrubar, vai ser muito caro.” E eu fui ver essas coisas.

Acertamos uma forma de compensação pelo trabalho, quer dizer: vamos organizar isso, eu arranjo financiamento, você cuida, você trabalha, vê as coisas que são necessárias, e vemos um acordo de trabalho. Eu vi que esse desenvolvimento com madeira, essa coisa toda, não ia funcionar, era tudo muito complicado. Eu disse: “Vamos fazer o seguinte; o que nós vamos fazer é buscar alguém que já seja dessa área e fazer uma venda a ele.” Ele concordou e fez a venda de 20 mil hectares. Dos 25 mil hectares, 20 mil hectares ele fez a venda a um grupo do Rio de Janeiro, no mercado, que era ligado à serraria no Paraná. Acabou com isso, mas fazem uma história imensa. Essa é a realidade. Há documentos que mostram isso.

Agora, quando o Dr. Jango faleceu, a partir disso, eu não me meti em coisíssima nenhuma dele, porque eu nunca... O meu relacionamento e a minha posição de participação, de ajuda, era com o Dr. João Goulart. Eu não tinha nada... Eram coisas completamente diferentes.

Então, no momento em que ele morreu, entrou esse pessoal a fazer (*ininteligível)* e fazer coisas. Eu me afastei completamente, primeiramente, porque eu estava ocupado com

outras... Eu sei de algumas coisas. Conseqüentemente, quem está presente sabe. Mas participar do... Tudo isso que o senhor disse, sobre a Argentina, em torno disso, há uma quantidade enorme de comentários, mas eu não posso dizer se são válidos ou não porque...

Realmente, o Cláudio ficou como procurador da Denise e um pouco da Maria Teresa. Inclusive, nesse tema, com a Maria Teresa (*ininteligível*) completamente liquidado, completamente claro. Foram feitos documentos na ocasião e tudo.

Agora, não sei. Isso tudo, entre o que se fala e a realidade, está mais perto para ...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - No caso, ele comentava se tinha alguma preocupação com relação a essa Operação Condor, com relação aos militares argentinos, aos militares uruguaios, aos chilenos, enfim, essa questão que havia no Paraguai, em todos os países? O senhor diz que tem essas informações aí.

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Tem umas coisas...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Com essa preocupação lá no Brasil, que o senhor levantou, e, naquele mesmo ano, foi o Juscelino, foi o Lacerda, foi Jango, quer dizer ...

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Isso, coincidências da ...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - É, umas coincidências estranhas.

O SR IVO DE MAGALHÃES - É.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Há outros nomes, como Michelini, Letelier, sei lá, tantos outros casos que ocorreram, em que havia problemas, sabemos, dos militares em si. O que queremos levantar é toda essa...

Qual é a sua idéia a esse respeito?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Minha idéia é que existiu a coordenação de (*ininteligível*) Não há dúvida. Quer dizer, nós sentimos aqui, nós sentimos uma restrição absoluta. Não Goulart, mas todos. Quer dizer, o senhor tem que ir ao consulado para pedir certos documentos. O consulado demorava enormemente, complicava de toda forma. A atuação do pessoal civil do consulado era completamente militar. Quer dizer, era *(ininteligível)* a orientação. Então, havia dificuldades enormes, de todo o tipo, para se conseguir documentos, para poder fazer matrícula, para viajar, quer dizer, havia uma permanente tensão.

Eu conto alguns episódios de que participei. Por exemplo, o Dr. Goulart precisava viajar para confirmar umas posições em relação à imprensa, e tinha sido atendido por um médico uruguaio, chamado Dr. Digueiro(?). Eu fui com ele várias vezes. E esse Dr. Digueiro(?) não dava a posição de uma intervenção *(ininteligível)*, mas aconselhava que ele fosse à França, a um determinado médico fazer exames. Ele foi da primeira vez, foi da segunda vez e creio que da terceira vez também.

O que acontece é que, para ele viajar, precisava um passaporte, e nós não conseguíamos um passaporte. O Brasil não dava passaporte para Goulart. A gestão para se obter um documento... O que se conseguia no Uruguai eram documentos de viagem, e documento de viagem é um documento sujeito muito a suspeitas. Se alguém aparece com documento de viagem no aeroporto... É um documento para quem não tem identidade, é apátrida, essa coisa toda.

Então, conversamos, e o Goulart me disse: “Ivo, faz o seguinte, vai a Assunção, marca audiência com o Presidente Stroessner, explique a ele o que está acontecendo, e vê se ele pode me dar um passaporte.” Eu fui a Assunção, falei com o Presidente Stroessner, e ele disse: “Ivo, o Jango foi de uma correção conosco excepcional; aqui ele faz o que ele quiser; não importa que o país seja menor, essa coisa toda, ele faz o que ele quiser; eu vou te mandar dar um passaporte; você consegue uma fotografia de Goulart e eu mando para

ele." Eu consegui a fotografia e dois dias depois vim com o passaporte, um passaporte dado pelo Paraguai que dizia: "Ao ex-Presidente da República Federativa do Brasil, Dr. João Goulart."

Jango foi com isso no bolso. Como ele usou, eu não sei, porque fui até o aeroporto, depois eu não sei como na *(ininteligível).*

Da outra vez, parece que um dos Presidentes militares tinha autorizado a dar um passaporte. Então, o consulado chamou, eu fui no consulado e obtive o passaporte, um passaporte de prazo curto, quer dizer... E João Goulart ficou satisfeito: "Pelo menos eu posso viajar como brasileiro", essa coisa toda.

Passou o tempo, tive que fazer a segunda viagem, e o consulado aqui, brasileiro, me apresentou

(*Falha na gravação.*)

O SR. IVO DE MAGALHÃES - ...enorme no espírito, porque ele não podia viajar nem para um tratamento, essa coisa toda.

Acho que esse lado de estresse e de preocupações a que estava sujeito contribuiu muito para todo esse episódio, porque eram notícias do Brasil, notícias... O Uruguai se transforma de um regime civil para um regime militar, e na Argentina tudo isso que os senhores lêem, tudo isso... Mas eu nunca senti, junto com ele, que ao lado dele tivesse uma atuação.

Toda vez que nós fomos institucionalmente, quer dizer, fomos ao Ministro, fomos ao que fosse encarregado das coisas, nunca recebemos nenhuma posição de violência, de pressão, de coisa nenhuma. Quer dizer, as coisas eram paralelas. Evidentemente, devia existir grupos de pressão, porque nesse... Não há essa institucionalidade completa, quer dizer, deve existir, devem ter participado grupos de pessoas de pressão com posições... Portanto, é preciso se examinar isso em profundidade e ver até onde foi, segundo minha forma de ver, não para prejudicá-lo, mas para evitar, para que estejamos preparados, porque, com as coisas, com os enfrentamentos, essas discussões de ordem política fora do limite do razoável geram interesses que podem criar as coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Sr. Ivo, o senhor certamente que sabia sobre os exames que o Presidente tinha feito na França.

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Exames na França?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Também deve ter tomado conhecimento do que foi diagnosticado pelo médico.

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Não, porque o Sr. Jango nisso era muito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Ele não comentou?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Ele comentou que ele tinha feito o exame, estava tudo bem, e ele tinha que seguir, continuando a fazer, porque tinha que fazer, mas não comentou. Mas não é difícil, a clínica nós podemos localizar, o médico tem... O médico não sei se ainda vive, mas se está criando uma história, porque era ex-Presidente do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Quer dizer que, então, o Presidente, ao vir desse exame na França, não se mostrou apreensivo de ter que fazer um regime...

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - ... porque ele estava correndo risco de saúde, estava correndo risco, podia, de repente, dar um... Ele tinha essa noção, ele comentou sobre isso?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Não. Ele tinha... Era incrível. O Dr. Jango era uma pessoa simples, e bastante humilde, de uma certa forma, e não... Ele achava natural,

então, às vezes espantava, porque ele tinha vontade de comer ovos com **bacon**, e coisa e tal, ele pedia dois, três com **bacon**, quando era aconselhável que não comesse gordura, porque ela facilita o colesterol.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Mas não era uma questão de extremo?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Como?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Não era uma questão de extremo?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Não, não parecia que era extremo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Outra coisa, pulando de um assunto para o outro. Em relação à esposa do Presidente, D. Maria Teresa, o senhor, que era amigo pessoal do Presidente, notava neles alguma animosidade, alguma coisa assim, a ponto de haver infidelidade de ambas as partes?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Não entendi o final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - A ponto de haver infidelidade de ambas as partes?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Esse episódio... Para mim, era como se fossem duas vidas, quer dizer, a relação formal é como se não existisse. Quer dizer, João Goulart tinha a vida dele, e a D. Maria Teresa creio que tinha a vida dela. Eles conviviam às vezes na mesma casa, às vezes em casas diferentes, quer dizer, era uma coisa muito especial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Então, eu vou ser mais direto. Havia comentários de que a D. Maria Teresa pudesse ter relacionamentos extraconjugais?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Comentários... O senhor sabe de uma coisa? Comentários havia de todas as coisas. O comentário não era suficiente para que se tomasse isso como verdadeiro. O que existiam eram vidas isoladas, que podiam permitir uma situação desse tipo.

Eu tenho dificuldade de me meter nas observações sobre o matrimônio, porque a minha situação era especial. Eu vivia permanentemente na casa que estava o Sr. Goulart, às vezes Maria Teresa aparecia, mas nunca me meti, não quis saber o que acontecia no sistema familiar. Eu era uma pessoa que estava permanentemente com ele. Eu não posso. Para mim, creio que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Uma outra pergunta: nos últimos tempos, nos últimos seis meses, eles viviam separados?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Eles sempre tiveram... Essa situação toda... Quando falavam da Sra. Eva, aquela história toda... Ele teve uma convivência muito grande com a Sra. Eva. A Sra. Eva não é uma coisa momentânea, que apareceu. Isso era público. Então, o que intimamente isso dava de resultado...

Eu de algo participei, algo assisti, mas creio que é uma posição minha de... Não creio que isso valha para chegar ao tema da morte. Creio que isso só alimenta o aspecto negativo da convivência. Porque, veja bem, o que foi dito por aí foi uma porção de porcarias, e a figura de Goulart, um homem realmente preocupado com seu País, um homem que saiu do Brasil porque teve medo de que o País fosse dividido pelo apoio americano... Ele tinha informação segura do que estava acontecendo. Não quis reagir achando que isso era provisório, era com ele, e saiu do Brasil para aplacar essas coisas e, portanto, o Brasil voltar a um sistema institucional, essa coisa toda. Esse homem tinha seus pensamentos políticos, tinha sua atividade política, mas esse pessoal que faz toda essa divulgação por aí só põe porcaria nas coisas. Temos gente preparada, gente que estava na Sorbonne, em Paris, pessoas de confiança política e de entendimento importante do mundo

com quem Goulart tinha uma constante comunicação, mas o tema da angústia, de aparecerem na casa dele, onde ele estava, caminhões, ônibus, uma quantidade de gente para lhe fazer carinho, mas ao mesmo tempo contando "fulaninho esteve com a coisa". Ele saía dali completamente confuso sobre a atitude que ele teve no início do golpe, se foi válida, ou se ele devia realmente ter ajudado a promover uma reação. Isso tudo fazia uma confusão no estado espiritual dele, ficava com um comportamento completamente anormal, fora de toda normalidade.

Quem convivia com ele de perto via bem o seu sofrimento. Era um negócio horrível. João Goulart era um homem que tinha poder político, poder financeiro, capacidade de trabalhar e era terrivelmente sofredor. Nesta altura, que busquemos qual foi a intervenção do serviço da coisa toda com profundidade, mas creio que...

Essa é uma opinião pessoal, que me parece lógica, parece válida. Tratemos de não fomentar a divulgação de muita coisa que é verdadeira, de fatos que não vamos tomar... Eu penso assim. Mas isso não impede que se busque alguma coisa certa e efetiva, como o que o Silveira disse ele, que se chegue a uma conclusão efetiva.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sobre esse medicamento que ele tomava, que o Dr. Ferrari inclusive viu no dia em que atestou a **causa mortis**, o senhor não imagina que esse medicamento possa ter sido trocado?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Eu creio que podia ter sido trocado, e que ele pudesse ter um efeito negativo, o contrário do efeito do medicamento. Seria necessário um outro (*ininteligível*). Isso eu não sei. Os senhores estudaram esse tema?

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim.

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Quer dizer, verificaram que... E não é possível fazer nada agora com essa...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - É possível, exumação de cadáver, restos mortais, enfim...

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Elemento positivo de se sair da dúvida. Que houve a articulação das coisas, nós sentimos na fronteira. No exame, nas coisas, víamos a articulação. Até onde ele era, até onde era... A atuação de grupos é incontrolável. Quer dizer, creio que vale muito a gente ir buscar.

Eu estou às ordens no que puder ser útil.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Bom. Está certo.

O Percy também disse que o Coronel Azambuja, em fevereiro e março de 1976, havia tratado de uma ida dele para falar com a Polícia Federal no Brasil, já tratando da volta dele para o Brasil. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Não. Tenho conhecimento que o Percy tinha ido ao Brasil... Ele tinha sido autorizado pelo Dr. Jango para conversar um pouco. Ele não era, vamos dizer, não seria a pessoa indicada. Creio que, dentro das coisas que existiam, se o Dr. Jango quisesse realmente uma posição mais firme... Ele mandou buscar, em certas ocasiões, o General Serafim(?), buscou outras pessoas num nível de participação do Governo.

Creio que esse negócio do Percy foi mais um teste. Quer dizer, ele como o Percy se dispôs a ir, porque tinha o Coronel Azambuja, que era uma pessoa de toda a confiança, que eu disse que também tinha boas relações com o General *(ininteligível)*.

Eu não participei, mas creio que o Percy pode explicar melhor o que ele fez e qual foi o resultado dessas coisas.

É interessante. O Dr. Goulart, quando veio da França, nessa última vez antes da morte, em outubro, me disse: "Ivo, eu preciso terminar com a minha atividade nessa área. Eu quero viver, eu quero viver. Penso em viver na Inglaterra e ter alguma coisa na França,

se é que eu não posso voltar ao Brasil. Por quê? Porque a Inglaterra é um país de liberdade, é um país de...” Contou-me um episódio, inclusive, de um bêbado, que tinha caído as coisas todas, enfim... Ele ia à França, mas eu lhe disse: “Dr. Jango isso está tudo, teoricamente, lindo, mas o senhor não vai agüentar. A sua nostalgia no Brasil é imensa.” Ele ia próximo à fronteira, olhava para o Brasil e víamos a nostalgia dele. Eu disse: “Veja o exemplo do Juscelino; Juscelino foi a Paris e está desesperado em Paris.” Ele respondeu: “É, você tem razão. Eu tenho que voltar ao Brasil; eu tenho que encontrar um caminho e voltar ao Brasil.” Então, quer dizer, havia uma formação permanente, na cabeça dele, de posições...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - De tantos comentários, houve um de que ele esteve de relações estremecidas com o Dr. Brizola, não é?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E, em determinado momento...

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Antes de viajar eles...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sim. Aí já praticamente acertaram, foi lá, D. Neusa e ficaram praticamente acertados, não é?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Com a interferência da D. Neusa.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Outro comentário que ouvimos é que de Cuba teria vindo uma informação de que ele morreria na Argentina. Isso também é uma das tantas informações...

O SR. IVO DE MAGALHÃES - É possível.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - ... que tivemos, que Brizola teria sabido dos serviços de informações cubanas, não sei o quê, que estavam atrás dele, que queriam pegar ele, que haviam pego outros políticos também. Então, nesse sentido, o senhor tem alguma outra informação?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Não. São coisas, assim, muito vagas. Quer dizer, quando... Existia a toda hora. Existia sempre algum comentário e, provavelmente, respondia a algum grupo, porque essa coisa nunca é o sistema. É à *(ininteligível)* do grupo. Então, existia permanentemente uma idéia de controle, uma idéia de possível violência por parte de pessoas destemperadas, ou contrariadas, ou considerando que... Mas o Sr. Goulart nunca dava muita importância a isso. Não queria andar com seguranças. Não tinha seguranças. Andava à vontade em todo lugar, e andava de uma maneira propícia a sofrer um atentado. Em Maldonado ele saía só, na hora que bem entendesse, em qualquer canto. Nunca foi um homem que cuidasse da sua vida.

Acho também que uma parte desse negócio do enfarte é porque ele não era um homem cuidadoso, de ver os resultados médicos, e “vamos não fazer, vamos fazer”. Ele não era cuidadoso.

Acho que isso, a interpretação minha disso é que tem um pouco de tristeza ou desinteresse maior pela vida. Ele estava pensando no seu problema político (*ininteligível*) não fiz isso no Brasil... Não por ele, mas para tratar de restabelecer o sistema, aquela coisa toda. Sempre, em todas as conversas e todas as ações, tinha um desprendimento muito grande. Ele era muito curioso sobre o que se passava aí na fronteira, em uma vila. Conhecia muito as pessoas. Sabia que, tinha memória de fulano, sicrano, o que estava acontecendo.

Agora, alguma tentativa de atentado, nunca tivemos. Acompanhava-se bem de perto. Nunca tivemos. Houve o episódio com João Vicente, que ele tomou como uma coisa pessoal contra ele, mas não foi pessoal contra ele. Foi um episódio do destino, realmente complicado, em Maldonado, e que teve como conseqüência a prisão de um grupo. Isso tinha envolvimentos de outro tipo. Não autorizou foi um envolvimento....

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Político.

O SR. IVO DE MAGALHÃES - O momento político foi conseqüência, quer dizer, aqui eles chegaram à conclusão de que todas essas ações violentas tinham um antecedente de drogas. Quer dizer, os que trabalhavam nisso, que iam fazer isso, a quase totalidade eram drogados. Então, estava acompanhando isso. No meio disso, se gerou uma série de coisas por amizade, por relação, e deu esse acontecimento.

Depois que deu nisso, eu fui com o Dr. João Goulart ao comando do quartel, que fez essa operação, porque eles insistiram, pediram, queriam conversar com *(ininteligível)*. Junto com ele, os dois entraram juntos no quartel. A pessoa que estava (*ininteligível*) as coisas, contou em detalhes e pediu a ele que não tomasse como uma coisa pessoal. Isso foi uma causalidade no meio de uma operação.

Foi uma operação mal feita, realmente, porque ele em um colégio, num liceu de mil alunos, na hora do recreio, entre 10h e 11h, prender com um caminhão, com metralhadoras, uma quantidade de alunos do colégio é um negócio imbecil, um negócio estúpido completamente. Mas eles justificaram dizendo que tinham que fazer naquela hora, porque senão ia acontecer uma porção de coisas que eles previam. É uma justificativa meio boba, mas fazer o quê?

Não era para fazer esse tipo de atuação. *(Ininteligível)* em plena cidade de Maldonado, em um ginásio grande, fazer uma violência dessas com garotos em formação... Isso é falta de racionalidade na atuação, porque se todo o resto se justifica, não era suficiente para fazer um negócio desse tipo.

Mas o fundo dessa história é que não tinha conotação com o Goulart. Dr. Jango pensou isso, que esse negócio era para lhe desmoralizar, para lhe atacar, que ele ia embora. Então disse: "Vamos; vou embora também, vamos embora, mas vamos ver as coisas como são, naquela proporção."

Eu tinha noção, enfim, a percepção de que os militares preferiam que o Dr. João Goulart estivesse aqui. Eu creio que ele dava uma certa legitimidade ao sistema. Como um ex-Presidente do Brasil, sendo que o Brasil forneceu armas para cá, forneceu caminhões, forneceu outras coisas para combater os Tupamaros... Com o ex-Presidente aqui, vivendo no meio disso, no exterior, vai-se pensar: não deve ser tão violento, porque tem um ex-Presidente do Brasil, um país importante, que está aí ao lado.

Conversamos várias vezes com o Dr. Jango, que talvez o melhor dessas coisas todas seria sair daqui, porque estavam lhe dando, de certa forma, um salvo-conduto para o Uruguai, os militares que estavam no Governo no Uruguai. Ele dizia que, realmente, mas para onde é que ele ia, para qual país... É meio relativo. Nós não vamos questionar as coisas dele. Nós não vamos abordar isso. Isso é tácito, mas nós não vamos... Ele tinha dificuldade de ir para um outro lugar que não fosse o Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O Sr. Júlio, que cuidava da fazenda lá, disse que teriam ficado até praticamente o fim da noite conversando, ajustando a lida do outro dia, e que ele achou estranho, porque não era do feitio do Dr. Jango, que, antes de dormir... D. Maria Teresa teria ido dormir às 11h, 11h30min, foi para o quarto. O Dr. Goulart, depois da meia noite, foi deitar. Tinha feito um chá antes, tomou um chá, e teria levado um copo d'água e os comprimidos que ele tinha para tomar, o remédio. O estranho que o Júlio disse é que ele pediu que dormisse naquela varanda que tinha próxima ao quarto.

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Não conheço. Disseram-me que tinha uma varanda próxima ao quarto. Nunca fui lá.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O senhor não acha estranho isso? Quer dizer, será uma premonição, um pressentimento?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Tem vários episódios estranhos. Isso que o senhor contou, do negócio do Cláudio passar e ele não querer falar; o outro dele se perder (*ininteligível*). Também estranho que ele tenha ido para Mercedes, saído de Taquarembó com a D. Maria Teresa e ido a Mercedes, porque eles não iam nunca. Eu soube, é verdade... Essa senhora, a Eva, contou que ele a tinha chamado várias vezes e que ela não tinha concordado porque não estava bem, seja lá o que for..

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Ia inaugurar uma butique. Ela disse que estava inaugurando uma butique.

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Então, quer dizer, realmente, o programa deveria ser outro.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Há algumas coincidências estranhas.

O SR. IVO DE MAGALHÃES - É realmente estranho. Certos episódios não cabem. Creio que temos que ampliar o que o senhor está dizendo sobre outras coisas e tratarmos de ver.

É importante saber o que o Silveira disse para o Dr. Goulart.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - O Silveira é importante.

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Pode ser uma coisa menor, secundária, e que tenha envolvimento familiar. Pode ser coisa de atuação do Cláudio como coisa familiar, não como coisa militar. Agora, é fundamental que se procure ver.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Bom, sobre Enrique Foch Díaz, ele era da relação do doutor? Tinha alguma coisa? Porque ele conversou... Esse processo que o Deputado De Velasco olhou ontem em Curuzu Cuatiá parece que ele havia começado, fez uma série de denúncias, enfim... Qual é a sua opinião a respeito de Foch Díaz?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Esse homem nunca foi amigo do Dr. Goulart. O que acontece é que, em volta de todas as pessoas que têm poder financeiro, tem sempre um grupinho que se aproveita da coisas. Então, esse homem é um...

E outra: como o senhor pode pensar que Goulart venha para o Uruguai e que se estruture em base de viver, ou em base (*ininteligível*) completamente fictício. Quer dizer, eles estavam presentes em função do aproveitamento que a cada momento pudesse existir e que a gente impedia. Quer dizer, quando o Dr. Goulart estava fora de atuação normal, não funcionava, porque para funcionar eu teria que autorizar, eu teria que ver.

Então, há uma irritação porque não puderam fazer as coisas. E não sei se não tem outros objetivos debaixo desse de outras pessoas interessadas em tapar o tema mais profundo, que é dessas operações todas. Então, nos confundem com esse episódio de roubo, de atuação equivocada, de João Goulart (i*nin*t*eligível)* e... Então, são episódios. Não é que...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Episódios menores no processo.

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Isso é um pouco para nos tirar do ponto importante.

Parece-me, pela experiência de viver no meio dessas coisas todas, que não tem sentido o Díaz, que não tem nenhuma expressão de nada, conseguir uma divulgação na imprensa dessas, viver telefonando para as pessoas, ameaçando... Não ameaçando diretamente, mas dizendo que vai acontecer isso, vai acontecer aquilo outro... Então, evidentemente, ele não deve estar só nisso. Deve haver outros interesses em volta disso.

Agora, o senhor pode perguntar a qualquer pessoa que tenha tido relação mais de perto com o Dr. Goulart, e ele não tinha nenhuma... Agora, que era ligado ao pessoal militar daqui, ele era.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Esse....

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Ele é ex-participante de uma turma que tinha generais importantes.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - E o Rivero, aquele que também convive...

O SR. IVO DE MAGALHÃES - O Rivero conduzia Dr. Jango, mas era muito, muito...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Era um piloto, não é?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Piloto, mas Dr. Jango dizia que ele era um bom piloto para aterrizar, porque...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Nas fazendas?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - É, numa pista. Então, ele aterrizava em qualquer lugar, então era um bom piloto. Não há mais nada do que isso. Uma coisa é comportamento com tanta gente...

Nós quase tivemos uma conseqüência séria pela irresponsabilidade dele de estar pegando um avião, levando o pessoal subversivo para o Chile, sendo ele piloto de João Goulart. Então, no momento, isso deu a idéia de que Goulart estivesse por trás disso.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Participando?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Pois é, nos criou uma dificuldade. Isso tudo se juntava para ser elemento de preocupação e de...

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Aí que ele foi preso?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Foi preso, foi preso.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Quando Dr. Goulart morreu ele estava preso?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Estava preso.

O que acontece é que contam as coisas por partes. Esse Rivero me procurou um dia e disse: “Olha aqui, eu fui buscar o avião e o avião está com a polícia.” Eu perguntei: “Mas o avião de quem? Avião de João Goulart? Você me diga que eu vou ver que é que...” “Não, não, é um avião que eu tomei emprestado, que eu estou fazendo essa coisa toda.” “E aí?” “Não, é que eu estou preocupado com isso e o que faço?” “Eu acho que você tem que esclarecer esse negócio seu, como é que é, mas não vai lá, porque não há nenhum controle da pessoa que vai.” E ele disse: “Ah, preciso ir para Buenos Aires, mas eu não tenho dinheiro.” Peguei no hotel, peguei o dinheiro para a passagem, dei para ele e perguntei: “Por quê?” Eu me preocupei enormemente que um piloto de Goulart estivesse com polícia no (*ininteligível)*. Chamei o Dr. Goulart, e ele não sabia de nada.

Bom, ele foi para Buenos Aires. No dia seguinte, ou dois dias depois, me inteiro de que ele estava preso. Aconteceu que esse Díaz, que era amigo de Rivero — era um grupinho da turma de Rivero —, se encontrou com ele depois desse episódio de que lhes falei e disse a ele: “Não, não se preocupe; vamos na base aérea que o comandante da base aérea é meu amigo.” Ele o levou na base aérea, prenderam o Rivero na base aérea e ele não pôde sair mais. Depois, há uma quantidade de episódios daí da...

Foi uma completa irresponsabilidade, um completo absurdo, o que nos ocasionou... Porque há uma área militar que sempre teve dúvidas se (*ininteligível*) tudo que era contra ele. Então, essa área é uma área menor. Ficava (*ininteligível)* quando acontecia episódios como esse ficava desconfiado.

Foram na estância várias vezes. Tinha havido conversas de que poderia haver armas escondidas. Foram lá várias vezes. O Percy teve que cuidar de uma quantidade de coisas... Então, isso tudo criou... Nós tivemos que ir a um tribunal militar numa ocasião, um coronel — os tribunais eram dirigidos por coronéis. Recebemos uma notificação. O

Dr. Jango é que foi citado, eu o acompanhando fomos no tribunal porque tinha havido um... Era um desses que teria sido preso, com problemas de conseqüência de prisão, essas coisas, teria dito que pareceria que tinha um contato com Goulart. Então, ele levava esse homem na residência do Dr. Jango para ver se ele identificava a residência. E um monte de coisa que ficou por isso mesmo e acabou.

Mas isso tudo foi gerado por essas atitudes irresponsáveis. Então, era gente que o Percy conhece muito bem porque ele fazia, vamos dizer, a seleção do... Ele é quem recebia aí o fluxo das coisas. Ele conhece muito bem. Acontece que, às vezes, em certo momento, ficamos muito emocionados e vemos mais do que há. Mas ele conhece muito bem. Era uma tranqüilidade no Taquarembó. Ele recebia pessoas, isolava as pessoas, fazia as coisas, porque o Sr. Jango para isso não servia.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Bom, não sei se os colegas têm mais alguma coisa? De Velasco.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Dr. Ivo, neste livro que aqui está, há um subtítulo "Da Operação Bandeirantes à Operação Condor". Gostaríamos de ouvir alguma coisa do senhor, porque até agora...

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Eu não sei. Eu não sei. Este tem bastante participação. Temos que buscar pessoas que sabem. Escuto falar da operação, entende?

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Sim, entendi. Entendi.

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Mas temos que trazer... Este andou estudando essa outra operação, operação de outro tipo, essa coisa toda, entende?

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - O Dr. Goulart nunca comentou com o senhor qualquer medo, qualquer suspeita?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Não, não. Ele comentou, sim, que diziam, que falaram, que mandaram, mas que ele tenha... Não. É o que eu lhe disse, ele era completamente desinteressado.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Desinteressado.

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Não tinha, não andava com segurança. Pelo contrário, achava que o segurança era para controlar. Quer dizer, o que sei, o que sei sobre isso é o que leio nos jornais. E aqui aconteceu... Se vê pela leitura que um militar chileno, que foi refugiado aqui e depois teria sido o inventor do gás sarin, alguma coisa assim, e desapareceram com ele...

Então, há uma quantidade de coisas... Acho que é preciso ver se se consegue...

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Fechar o cerco.

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Ligar, ligar.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Muito obrigado.

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Nada.

O SR. DEPUTADO DE VELASCO - Quero dizer que...

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Eu creio que, se os senhores aproveitarem bem, o Otero é um pesquisador, um homem de bem e amigo, não só amigo pessoal, mas amigo do Brasil. Ele tem pelo Brasil uma... Porque aqui, no Uruguai, tem um pessoal que é pelo Brasil ou pela Argentina, são correntes diferentes. Ele é da brasileira. Creio que ele pode ser muito útil.

Eu falei com ele, perguntando se ele não se dispunha a vir. Ele respondeu que não, não ia aparecer na Comissão perguntando se queriam ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Bem, quero agradecer ao Sr. Ivo Magalhães. De todas as maneiras, creio que o seu depoimento, sua conversa conosco aqui, nesta Comissão, nos levou a alguma visão, ao esclarecimento de algumas dúvidas dos fatos que ainda tínhamos. Quero agradecer pela sua vinda, de livre e

espontânea vontade, já que foi um convite e o senhor já tinha mandado uma carta para nós, colocando-se à disposição desta Comissão. Creio que, se houver necessidade de ainda precisarmos falar com o senhor... Certo?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - Às ordens, e não só isso. Isso aqui é a ampliação de coisa, do Silveira, etc. Telefonem-me.

Eu não vejo o Silveira há uns vinte anos. Não sei nem se ele está vivo. Mas me disponho a procurá-lo, porque participei dessa coisa e tenho interesse em... Convivi com o problema, de forma que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - O nome dele aqui é Silveira de quê?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - José Silveira mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - José Silveira?

O SR. IVO DE MAGALHÃES - É. Ele é tenente porque ele se aposentou quando era tenente, mas já deve ter uns setenta anos. Ele ajudava na parte de contas, de pagamentos, coisas menores de João Goulart. João Goulart o usava para fazer outras coisas, diria assim. Por conta da vinculação, porque era ex-militar, ele o usava. Então, creio que... Não quero dizer que o que ele diga seja o final, mas é mais um elemento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Germano) - Muito obrigado.

O SR. IVO DE MAGALHÃES - De nada, às ordens.